PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Fazenda Rio Grande

2010

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **4**

2. IDENTIFICAÇÃO **6**

2.1 QUADRO GERAL DE PESSOAL **7**

2.2 ESTATÍSTICA DO MOVIMENTO ESCOLAR **14**

2.3 CARACTERIZAÇÃO DO COLÉGIO **16**

2.4 CONDIÇÕES MATERIAIS E RECURSOS TECNOLÓGICOS **17**

2.5 BIBLIOTECA PAULO LEMINSKI **21**

2.6 SÍMBOLOS **24**

2.6.1 A BANDEIRA E O BRASÃO 24

2.6.2 UNIFORME DO COLÉGIO 25

2.6.3 HINO OFICIAL DO COL. EST. DR. DÉCIO DOSSI 26

3. OBJETIVOS GERAIS **28**

4. MARCO SITUACIONAL **30**

5. MARCO CONCEITUAL **38**

6. MARCO OPERACIONAL **45**

7. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO **61**

8. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR **64**

8.1 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL **65**

8.2 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO **189**

8.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL **387**

8.3.1 PLANO DE CURSO DO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO NA MODALIDADE PROEJA **388**

8.3.2 PLANO DE CURSO DO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO **546**

8.4 ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO CURRICULAR **664**

8.4.1 PROGRAMA SEGUNDO TEMPO **665**

8.4.2 PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO **676**

8.4.3 PROGRAMA PREVENÇAO ESCOLAR PREVENTIVA **690**

8.4.4 CELEM CENTRO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA **693**

9. MATRIZES CURRICULARES **714**

10. CALENDÁRIO ESCOLAR **731**

11. REFERÊNCIAS **733**

APRESENTAÇÃO

A escola, há algumas décadas vem buscando a integração de todos os segmentos da comunidade escolar, possibilitando que todos participassem ativamente das promoções, decisões e discussões que fazem parte do âmbito escolar. Esse trabalho deve ser desenvolvido continuamente numa perspectiva democrática de efetivação do processo pedagógico.

Deve-se buscar durante o processo ensino-aprendizagem, eliminar a distância que existe entre o que o aluno aprende e a sua realidade, de forma a propiciar que o ensino seja suporte para resolver os problemas enfrentados pela comunidade onde o colégio esta inserido, devendo refletir os anseios dessa comunidade. Para tanto é necessário que o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar seja debatido, discutido com todos os segmentos da escola.

O Colégio Estadual Dr. Décio Dossi – EFMP, está disposto a concretizar este projeto e, para isso, conta com a colaboração de toda a comunidade escolar, fazendo um diagnóstico da realidade local.

Para tanto, elaboramos um questionário que deve ser respondido pelas famílias a cada três anos, início de cada gestão escolar, a fim de que, a partir da análise dos dados nele contidos possamos fixar as diretrizes de trabalho. A análise deste questionário é parte integrante deste projeto.

A filosofia político pedagógica do Colégio Estadual Dr. Décio Dossi, depois de discutida insistentemente, pode-se resumir na seguinte proposição: “Educar para a vida”, que é inclusive o lema do Brasão e Bandeira. O verbo Educar, deve ser compreendido em seu sentido mais amplo. Pois é a escola o espaço para a formação da cidadania, cabendo à educação apontar caminhos que resgatem os valores de civismo e de responsabilidade com o mundo em que vivemos.

A gestão democrática da escola deve trabalhar com dados estatísticos, na busca da compreensão de suas dificuldades, como, evasão, repetência, qualidade do ensino,disciplina, etc, para superação das mesmas.

A escola não deve ter um fim em si mesma, mas sim, ter um fim em prol das aspirações daqueles que nela estão ou que dela passarão a precisar ou que nela possam se espelhar.

Deixará, a escola, de ser a estabilizadora do “status quo”, para se tornar um laboratório em que continuamente se produzirá o conhecimento; conseqüentemente haverá desestabilização de verdades. A educação é um projeto de construção coletiva, onde alunos, professores, funcionários, APMF, e conselho escolar devem atuar de forma conjunta.

A busca do perfeito entrosamento entre os diversos segmentos da escola possibilitará a este Colégio cada vez mais sua autonomia, propiciando a toda comunidade escolar o direito na tomada de decisões para melhoria da qualidade de ensino durante o ano letivo.

A pergunta que continuamente deveremos fazer é: “o trabalho da escola contribui para construir a cidadania?”. Diante de uma resposta negativa, não devemos ter medo de mudanças, e sim devemos reavaliar nossa pratica assim como todo o trabalho político pedagógico da escola. E a partir daí construir coletivamente ações que contribuam para a efetivação do propósito da escola – formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres na sociedade, capazes de atuar e transformar o meio em que vivem.

A escola precisa mostrar a sociedade que é necessária, ou melhor, que é imprescindível à construção de um mundo mais humanizado, onde a educação é também o processo de formação de valores morais, éticos e sociais. E portanto, para ser respeitada precisa mudar de dentro para fora, com a participação de toda comunidade escolar.

2. IDENTIFICAÇÃO

O Colégio Estadual Dr. Décio Dossi – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, com sede à Rua Largo da Amoreira, nº 65 – Bairro Eucaliptos, foi fundado em 1982 com o nome de Escola Rural Francisco Claudino Cruz, atendendo 40 alunos de 1ª e 2ª séries. Em 1.984 passou a denominar-se Escola Municipal Arnaldo Busato. A partir do ano de 1.985, com a denominação Escola Estadual Dr. Décio Dossi – Ensino de 1º grau – passou a ofertar o ensino de 5ª a 8ª séries. Em 1.989, foi implantado o ensino de 2º grau – Educação geral – Preparação Universal (noturno) – atendendo então as modalidades Ensino de 1º e 2º graus, sendo o curso reconhecido em 03/07/97 e, no ano de 1.998 foi implantado o 2º grau também no período matutino. Por fim passou a denominar-se Colégio Estadual Dr. Décio Dossi – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, conforme Resolução Secretarial nº 3120/98 – DOE de 11/09/98. No ano de 2004 foi implantado o ensino técnico profissionalizante com o curso de Segurança no Trabalho, subseqüente ao ensino médio.

O Colégio Estadual Dr. Décio Dossi – Ensino Fundamental, Médio e Profissional atende atualmente 1703 alunos, sendo 505 alunos de Ensino Médio, atendidos em catorze turmas, 949 alunos de 5ª a 8ª séries distribuídos em 26 turmas e 249 alunos no ensino técnico profissionalizante distribuídos em sete turmas; num total de 47 turmas, funcionando no período matutino, vespertino e noturno, nos seguinte horários: período da manhã das 7hs30min. às 11hs55min., o turno da tarde da 13hs. às 17hs25min., e o noturno das 19hs às 22hs50min.

O Colégio, atualmente, tem na direção geral a professora Simone Maneira e na direção auxiliar a professora Denise Cavaline e o professor Edeson Luiz das Neves.

Conta com aproximadamente 71 professores e 34 funcionários.

2.1 QUADRO GERAL DE PESSOAL

PROFESORES/ FUNCIONÁRIOS	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
Adilson José de Oliveira	Professor	Licenciatura plena
Adriana Felix da Silva de Souza	Professora	Licenciatura plena
Alessandra Aparecida Chagas	Professora	Licenciatura plena
Alexandre dos Santos Siqueira	Professor	Licenciatura plena
Alyson Martins Auriglieti	Professor	Licenciatura plena
Ana Lucia Meneghelli	Professora	Licenciatura plena
Ana Maria Alfieri Budniak	Professora	Licenciatura plena
Anderson Rangel	Professor	Licenciatura plena
Andréia Nunes dos Santos	Professora	Licenciatura plena
Andréia Velter Sellma	Pedagoga	Pedagogia
Carla Erhardt	Técnico Administrativo	Ensino superior
Cenira de Moura Henrique Schmika	Professora	Licenciatura plena
Claudete Rodrigues	Professora	Licenciatura plena

Claudio Hibner	Professor	Licenciatura plena
Cleide Eunice Gonçalves	Técnico Administrativo.	Ensino Médio
Daiane Cristina da Silva Naser	Professora	Licenciatura plena
Daniela Parlato Zavadzki	Professora	Licenciatura plena
Denise Cavalini	Diretora Auxiliar	Licenciatura plena
Edemar Vieira Machado	Professor	Licenciatura plena
Edeson Luiz das Neves	Professor	Licenciatura plena
Edivan Xavier Gomes	Professor	Licenciatura plena
Elcio Cleverson Skulni	Professor	Não licenciado
Elisandra Maria Christo	Professora	Licenciatura plena
Elvis Ubirajara Kehervald de Moura	Professor	Licenciatura plena
Eva Maria Hlatchuk	Aux. Ser. Gerais	Ensino Médio
Fabiano Pereira Medeiros	Professor	Licenciatura plena
Fabio Almeida Pavoni	Professor	Não licenciado
Francieli Catiucia Barusso	Professora	Licenciatura plena
Francielly Biruski	Professora	Licenciatura plena
Gisele Marques da Silva	Técnico Administrativo	Ensino técnico

Giovana Moreira Baptista	Professora	Licenciatura plena
Grasieli Cristina Gerardeli	Assistente de Execução	Ensino superior
Helder Augusto Piotrowski	Professor	Licenciatura plena
Idamaris de Oliveira Arrais	Professora	Não licenciada
Ilda Aparecida de Jesus Braga	Técnico Administrativo	Ensino técnico
Ilga de Araújo Leite	Professora	Licenciatura plena
Irma de Jesus Mello de Moura	Pedagoga	Pedagogia
Ivone Trevisan Caye	Professora	Licenciatura plena
João Moro	Aux. Ser. Gerais	Ensino Fundamental
Jose Ricardo de Lima Hara	Professor	Licenciatura plena
Josiana da Luz Silva	Aux. Ser. Gerais	Ensino Fundamental
Josiane de Fátima Lacerda Sofka	Professora	Licenciatura plena
Joze Aparecida Soares	Professora	Licenciatura plena
Juliano Cesar Feliciano	Professor	Licenciatura plena
Juliano Lesniewski da Silveira	Professor	Licenciatura plena
Jussara de Fátima Dalcin	Aux. Ser. Gerais	Ensino Médio Incompleto

Kenis Magda Aparecida da Silva	Professora	Licenciatura plena
Ketlin de Souza Pedro Bom	Professora	Licenciatura plena
Lamartine do Rocio Alves	Professor	Licenciatura plena
Leslie Carlos Khervald de Moura	Professor	Licenciatura plena
Lisandra Cristina Jenschewitz	Técnico Administrativo	Ensino Médio
Lucilene Correa Madruga Radaelli	Professora	Licenciatura plena
Lucimar de Azevedo Mariano de Souza	Técnico Administrativo	Ensino Médio
Lucimara Aparecida da Cruz	Professora	Licenciatura plena
Marcelo Felix Pereira	Professor	Licenciatura plena
Márcia de Fátima Correa Madruga	Pedagoga	Pedagogia
Márcia Ferreira de Souza	Professora	Licenciatura plena
Marcos Vinicius Felipe	Professor	Licenciatura plena
Maria Angelica de Almeida	Professora	Licenciatura plena
Maria de Fátima da Silva	Aux. Ser. Gerais	Ensino Fundamental Incompleto
Maria Demiciana Cardoso de Faria	Aux. Ser. Gerais	Ensino Médio Incompleto

Maria Estela Dobis	Pedagoga/ Professora	Pedagogia/ História
Maria Ines Moreira da Silva	Professora	Licenciatura plena
Maria Margarida Damasceno Souza	Aux. Ser. Gerais	Ensino Fundamental Incompleto
Maria Nara de Almeida	Professora	Licenciatura plena
Maria Nazare Zanchi	Aux. Ser. Gerais	Ensino Fundamental Incompleto
Marilda Dal Santo	Professora	Licenciatura plena
Mariles Cristina dos Santos	Professora	Licenciatura plena
Marina Acosta Vargas Graciano	Coordenadora de Curso	Licenciatura plena
Marisa de Fatima de Jesus	Professora	Licenciatura plena
Maristel Vozhiak	Secretária	Ensino Superior
Marli Mary Dionisio	Técnico Administrativo	Ensino técnico
Mauricio Cesar Iung	Professor	Licenciatura plena
Mauricio Luciano da silva	Professor	Licenciatura plena
Micheli Andrade da Silva	Professora	Não licenciada
Micheli Rodrigues Catto	Professora	Licenciatura plena
Monica Aparecida Antunes Cordeiro	Pedagoga	Pedagogia
Neide de Almeida	Professora	Licenciatura plena

Ferreira		
Nestor Luiz Preza Junior	Professor	Licenciatura plena
Neusa Aparecida Teixeira dos Santos	Técnico Administrativo	Ensino Médio
Nicolau Ogurtsova Filho	Professor	Licenciatura plena
Odarildo Nogueira Camargo	Professor	Licenciatura plena
Raphael Fernandes Garcia Alfieri	Professor	Licenciatura plena
Rosangela Alves de Souza	Professora	Licenciatura plena
Rosilene Ferreira Franco Silverio	Aux. Ser. Gerais	Ensino fundamental
Rubia Marques da Silva Cidral	Técnico Administrativo	Ensino técnico
Samira Aline de Mattos	Professora	Licenciatura plena
Sergio Roberto Pereira da Silveira	Professor	Licenciatura plena
Silvana Caitano da Silva	Aux. Ser. Gerais	Ensino Fundamental Incompleto
Silvana Maria dos Santos da Silva	Aux. Ser. Gerais	Ensino Fundamental
Simone Maneira	Diretora Geral	Pedagogia
Sinara Martinello Martineli Pereira	Professora	Licenciatura plena

Sirlei Apª dos Reis de Lima	Aux. ser. Gerais	Ensino Fundamental
Sirlete Maria Muchau Cruz	Aux. Ser. Gerais	Ensino Médio
Sonia Zilda da Fonseca	Professora	Licenciatura plena
Tais Rejane Follador Camargo	Professora sala de recursos	Licenciatura plena
Tania Mara Rippel Salgado	Professora	Licenciatura plena
Tatiana de Moraes Pereira Spezbeuka	Professora	Licenciatura plena
Terezinha Aparecida Cuban da Costa	Professora	Licenciatura plena
Tulio Galastri	Professor	Licenciatura plena
Valentin Hoinatz de Andrade	Professor	Licenciatura plena

2.2 ESTATÍSTICA DO MOVIMENTO ESCOLAR

Ensino	Taxa de Aprovação	Taxa de Reprovação	Taxa de abandono
Ano 2004			
Fundamental	78,50%	16,30%	5,10%
Médio	78,10%	13,20%	8,60%
Ano 2005			
Fundamental	77,10%	16,50%	6,30%
Médio	69,50%	19,80%	10,50%
Ano 2006			
Fundamental	79,10%	13,70%	7,10%
Médio	75,80%	11,80%	12,30%
Técnico	77,70%	3,80%	18,40%
Ano 2007			
Fundamental	77,20%	11,50%	11,10%
Médio	73,60%	12,50%	13,70%
Técnico	42,20%	5,80%	51,80%
Ano 2008			
Fundamental	74,20%	14,00%	11,60%
Médio	70,20%	13,10%	16,60%
Técnico	69,30%	7,50%	23,10%
Ano 2009			
Fundamental	77,60%	11,20%	11,10%

Médio	73,10%	9,30%	17,40%
Técnico	78,50%	3,40%	18,00%

2.3 CARACTERIZAÇÃO DO COLÉGIO

Como o Colégio Dr. Décio Dossi, está localizado numa cidade dormitório, o nível sócio-econômico dos alunos é relativamente baixo (operários assalariados ou dependentes de família de assalariados).

O colégio tem por finalidade conhecer as características sócio-culturais e disposições psicológicas do educando, de modo a garantir o acesso aos conteúdos pela própria atividade e a partir de uma prática social; transmitir um saber crítico, desvelando as contradições sociais; para que as classes populares possam agir conscientemente dentro do Projeto Político-Pedagógico da Escola Cidadã.

Através de uma pesquisa com questionários respondido pelos alunos e analisados pela equipe pedagógica, verificou-se que os alunos pertencentes a esta comunidade escolar são oriundos, em geral de família da classe social média baixa, com muitos pais desempregados e sem profissão definida. Quando empregados a média salarial, fica em torno de dois salários mínimos. Geralmente trabalham em Curitiba, e portanto seus filhos ficam sozinhos durante esse período, o que favorece experiências extra – familiares, nem sempre aceitas pelos pais.

O relacionamento entre pais e filhos é um tanto prejudicado pela ausência dos pais em casa e o pouco diálogo, que há entre eles, já que a idade em que se encontra os filhos exige mais atenção.

Em geral, são famílias que vieram de outras localidades, em busca de moradia. Em relação ao lazer dessa comunidade, é muito precário, considerando que o município ainda dispõe de pouca estrutura para essa necessidade dos cidadãos.

O passa-tempo mais mencionado foi assistir televisão, programas populares. A maioria dos alunos têm perspectiva de futuro profissional através dos estudos para melhorar suas condições de vida sócio-econômica.

2.4 CONDIÇÕES MATERIAIS E RECURSOS TECNOLÓGICOS

Números de Ambientes Pedagógicos:

16 (dezesseis) salas de aula todas com TV;

01 (uma) sala de direção;

01 (uma) sala de equipe pedagógica;

02 (dois) Laboratórios de Informática com 40 computadores no total;

01 (um) Laboratório de Informática para pesquisa do Curso em Segurança do Trabalho com 10 computadores e uma impressora;

01 (um) Laboratório para Ciências, Física e Química e aulas práticas para Segurança do Trabalho;

01 (uma) Biblioteca com um computador;

01 (uma) Secretaria com 5 computadores e três impressoras;

01 (uma) Sala de Professores com TV;

01 (uma) Sala de hora atividade;

01 (uma) Sala de vídeo com Recursos Audiovisuais;

01 (uma) Sala de Recurso;

01 (um) Sala para Leitura;

01 (uma) cozinha;

01 (um) Refeitório com 10 mesas e 20 bancos;

Número de ambientes administrativos:

02 (duas) salas.

Área destinada a ambientes administrativos: 127,68 m^2

Área destinada a Biblioteca: 92,89 m^2

Complexo Higiênico Sanitário:

Banheiro	Sexo ao qual de destina		Nº pias	Nº mictórios	Nº Vasos Sanitários
Banheiro nº 01	[x] Masculino [ ] Feminino	alunos	04	03	04
Banheiro nº 02	[ ] Masculino [x] Feminino	alunas	06	-	04
Banheiro nº 03	[x] Masculino [ ] Feminino	Func	01	-	01
Banheiro nº 04	[ ] Masculino [x] Feminino	Prof.	01	-	01
Banheiro nº 05	[ ] Masculino [x] Feminino	Prof.	01	01	01
Banheiro nº 06	[x] Masculino [ ] Feminino	Visit.	01	01	01
Banheiro nº 07	[ ] Masculino [x] Feminino	Visit.	01	-	01

Número de bebedouros:

6 (seis)

Linhas de acesso à rede internacional de informações:

Conexão de Internet Banda Larga – ADSL.

Infra-estrutura de acessibilidade a pessoa portadora de necessidades especiais:

02 (duas) vias de acesso a salas de aula com rampa adequada a portadores de necessidades especiais bem como dois banheiros apropriados aos mesmos.

Equipamentos de Informática:

05 (cinco) impressoras a jato de tinta;

02 (duas) impressoras matriciais;

20 (vinte) computadores em pleno uso no Laboratório de Informática;

10 (dez) computadores e uma impressora no Laboratório Técnico de pesquisa para o Curso Técnico em Segurança do Trabalho;

Equipamentos e materiais para o Curso Técnico em Segurança do trabalho:

01	Decibelímetro digital
01	Luxímetro digital
01	Dosímetro digital
01	Termômetro de globos digitais
01	Bomba de amostragem de gases
10	Capacete de segurança meia aba
10	Óculos de Segurança panorâmico – ampla visão
10	Óculos para serviço de soldagem
10	Escudo para soldador

10	Máscara para soldador
10	Máscara panorâmica
10	Máscara semifacial
100	Máscaras descartáveis contra poeira
10	Protetor facial
100	Protetor auricular tipo concha
10	Avental de raspa
10	Avental de PVC
10	Mangote de raspa
10	Luva de amianto
10	Luva de raspa com punho de 7, 15 e 20 cm
10	Luva de pvc com forro e punho 45 cm
10	Luva de pvc sem forro e punho
10	Luva de borracha para eletricista
10	Perneiras de raspa
10	Botas impermeáveis de pvc sem palmilha de aço nº 39
10	Botas impermeáveis de pvc sem palmilha de aço
10	Capas impermeáveis
10	Cinturão de segurança tipo pára-quedista
10	Coletes reflexivos
06	Extintores de pó químico seco 6 Kg.

2.5 BIBLIOTECA PAULO LEMINSKI

A biblioteca deve ser um local valorizado, organizado como espaço de pesquisa, leitura, exposições, sendo um ambiente de apoio ao trabalho do professor, devendo permanecer aberta e em funcionamento durante o horário das aulas. O acesso as obras literárias deve ser facilitado, permitindo inclusive o acesso as prateleiras, de forma organizada e controlada. Outros serviços, como copias não devem ser prioridade da biblioteca.

Horário de Atendimento da Biblioteca

De Segunda a Sexta – feira das 7 30 às 22:40 horas

Acervo

Materiais que não circulam: são de uso restrito da biblioteca, portanto não disponíveis para empréstimo domiciliar.

Materiais que circulam: são disponíveis para uso da biblioteca e/ou para empréstimo domiciliar, os livros não enquadrados nos casos acima.

Empréstimo Domiciliar

Condições:

Ser aluno do Colégio Dr. Décio Dossi

Só poderão ser retirados 02 (dois) títulos por empréstimo;

Prazos: 10 dias corridos, em caso de retirada espontânea; e 20 dias corridos, em caso de trabalho solicitado pelo professor.

Estes prazos vencem no dia da semana mais próximo do dia em que o aluno tiver aula.

Consulta Local

Para consulta local poderá ser utilizado todo o acervo bibliográfico (dicionários, enciclopédias, livros, revistas, periódicos, etc.);

É de responsabilidade do aluno a devolução dos materiais do empréstimo para a sala de aula. Os mesmos deverão ser devolvidos até 30 minutos após o

término da aula para o qual foi utilizado, sob pena de pagar multa por empréstimo especial no valor de R$ 0,50 , por hora de atraso.

Devolução do Material de Empréstimo Domiciliar.

Os materiais deverão ser devolvidos aos funcionários da Biblioteca. O usuário é responsável pelo material até que a devolução do mesmo se concretize;

A devolução deverá ser efetuada através da apresentação do material emprestado, na data estipulada na papeleta de devolução (anexa ao material emprestado);

O atraso implicará em:

Multa diária de R$ 0,30 (trinta centavos de real), por título, e Suspensão de empréstimo, por 30 (trinta) dias.

Ao devolver um livro, não esqueça de observar se foi dado baixa no cartão de empréstimo. Exija a baixa.

Renovação do Empréstimo domiciliar.

a- O empréstimo só poderá ser renovado por duas vezes consecutivas.

b- O usuário que entregar o livro com atraso, não poderá ter seu empréstimo renovado, e será penalizado com a multa estabelecida no item 5, letra c;

Reserva de livros

O usuário poderá solicitar reserva do material pelo qual se interessa, desde que o mesmo tenha sido retirado por outro usuário.

O material ficará reservado e à disposição do aluno, por até 24 horas.

Deveres do Usuário:

- Respeitar a ordem, e a disciplina;
- Devolver o material emprestado dentro do prazo estabelecido pelo regulamento do empréstimo domiciliar;
- Por uma questão cultural e de respeito, pede-se que fale baixo no recinto da biblioteca.

Observações

No caso de perda, mutilação ou outros danos no material emprestado, será exigida a substituição por outro de igual valor;

As regras estabelecidas neste regulamento visam apenas preservar o acervo bibliográfico da Décio Dossi, colocado inteiramente a serviço dos alunos.

2.6 SÍMBOLOS

2.6.1 A BANDEIRA E O BRASÃO

A bandeira e o brasão do Colégio Estadual Dr. Décio Dossi, foram desenhados pela aluna Luciana P. de Souza da 5ª Série D, no ano de 1.993, que participou do Concurso lançado pela direção e APM. A escolha foi feita por uma comissão composta por professores, alunos e pais.

O nome da biblioteca “Paulo Leminski” e o laboratório “Professor Fábio Luciano de Oliveira”, foram escolhidos na mesma época, através de uma eleição realizada entre alunos e professores, em 1.994, durante a gestão do professor Leslie Carlos k. Moura e professora Terezinha Fabris Cardoso.

O Brasão, no mesmo ano de 1993, foi aprimorado com a opinião dos professores e com a dedicação, principalmente do professor Roberto.

A principal característica da Bandeira do Colégio Estadual Dr. Décio Dossi – EFM é a exposição das cores verde, amarela, azul e branco, exatamente as mesmas cores da Bandeira do Brasil.

Isto determina a necessidade de se preservar na escola a consciência cívica, o sentimento de nação o resgate da pátria enquanto construção coletiva e a partir de idéias trabalhadas na escola.

Ao centro, o Brasão, formado a partir da junção de três módulos, que são : O livro aberto, com os dizeres “Educar para vida”, que representa a filosofia do Colégio, de trabalhar com a realidade vivida a fim de transformá-la baseando-se na realidade dos sonhos coletivos, de justiça, fraternidade, solidariedade, paz, democracia, cidadania. O livro aberto representa a área de humanas, como Língua, Literatura, História, Filosofia, Ed. Artística, Ed. Física, Sociologia, Geografia.

Sob o desenho do livro, uma engrenagem, significando a importância de cada um fazer a sua parte para que o todo aconteça. Representa a engrenagem a área de exatas, incluindo disciplinas como: Matemática e Física. Enrolados na engrenagem, duas serpentes simbolizam a vida, representando a área de Ciências Biológicas, que englobam as disciplinas de Ciências, Biologia e Química.

2.6.2 UNIFORME DO COLÉGIO

O processo para decidir sobre a adoção do uniforme foi iniciado no início de1998, quando uma assembléia de pais, convocada através de edital e aviso aos pais, com o fim específico de decidir sobre o assunto, decidiu , por unanimidade, a obrigatoriedade do uniforme. Em assembléia, 2000, decidiu que o uniforme passaria a ser facultativo para o turno noturno.

A partir desta Assembléia, teve início um concurso que envolveu toda a comunidade escolar, alunos, pais professores e funcionários. Houve centenas de participantes que fizeram as suas sugestões sobre o modelo do uniforme.

As cores foram pré-estabelecidas, pois não podiam ser diferentes das cores da bandeira, que são verde, amarelo, azul e branco.

Venceu o concurso a aluna Priscila Aparecida de Castro Gonçalves, que no ano de 1.998, na época do concurso, cursava o 1º A do turno da manhã. A mesma foi premiada com um uniforme.

Em entrevista ao jornal INFORMAÇÃO, órgão de divulgação do Col. Décio Dossi, de junho de 1.999, a aluna disse que participou do concurso mas não tinha esperança de ganhar, pois acreditava que entre muitos modelos o dela não seria escolhido.

Falou também que ficou muito emocionada por ter ganhado o concurso, pois, além de ser premiada com um uniforme completo, passou a fazer parte da História do Colégio.

2.6.3 HINO OFICIAL DO COL. EST. DR. DÉCIO DOSSI

(União dos dois hinos vencedores)

Foi escolhido por uma equipe de jurados, composta por pais, professores e comunidade na 1ª Noite Da Poesia – 1.999.

Ainda falta musicar o hino, a fim de que o mesmo possa ser melhor trabalhado.

No colégio Décio Dossi

Aprende-se a cada ano,

Que são vencedores

Todos os seres humanos.

Revendo o passado lembraremos,

De nossos mestres, nossos guias,

Eternamente gratos seremos

Pelo saber, pela alegria

No empenho das pessoas

Defendendo nossas cores,

Aprendemos, com exemplos,

Os verdadeiros valores.

Valores que contribuem

Para nossa formação,

Que elevam nossos sonhos,

Nosso futuro e da Nação.

Ao longo de sua existência

Muitos alunos aqui passaram.

Constroem, cada um deles,

O mundo que vislumbraram.

Paulo, Maurício, Marcos, Aldinei, Reginaldo, Valdecir, 3º B/1.999

Edinei Batista Sessé 2º A/1.999.

3. OBJETIVOS GERAIS

Zelar pelas condições de acesso e permanência na escola a todos os educando e pessoas interessadas em concluir os estudos, sendo a escola o fator de mediação entre o aluno, a sociedade e o trabalho, que aqui deve ser visto como princípio educativo.

Propiciar qualidade de ensino através da harmonia entre instrumentos, técnicas e métodos de ensino associados à habilidades pedagógicas como prática social de uma efetiva e significativa educação.

Manter a gestão democrática como princípio consagrado pela constituição de 1988, abrangendo as dimensões pedagógicas e administrativas da escola, bem como o enfrentamento de questões relacionadas à exclusão, reprovação e até mesmo a marginalização das classes populares.

Investir no princípio constitucional de “liberdade associado à idéia de autonomia na escola, valorizando e privilegiando as criações didáticas e metodológicas dos próprios sujeitos que compõe a ação educativa (pais, alunos, professores, funcionários, pedagogos, diretores e a comunidade).

Articular a formação profissional e a valorização do trabalho pedagógico em conjunto com a escola (realidade local) e a secretaria de educação (realidade estadual) podendo assim desenvolver formação continuada.

Trabalhar a formação continuada dos professores levando em consideração o levantamento das necessidades locais, contextualizadas entre a teoria e a prática real dos conhecimentos.

Avaliar de forma diagnostica e continuada os trabalhos desenvolvidos pela ação educativa dos profissionais da escola, possibilitando momentos de auto-critica, troca de experiências, bem como retomadas estratégicas para efetivação de nossas práticas pedagógicas.

Zelar por uma educação como um processo pelo qual a sociedade forma seus membros a sua imagem e em função de seus interesses.

Interpretar a educação como uma forma de configuração do homem em toda sua realidade, podendo-se dizer que é um processo pelo qual o homem adquire sua essência, constituindo-se no próprio ser humano.

Compreender a educação como fato social que move a sociedade. É a formação da autoconsciência social ao longo do tempo em todos os indivíduos que compõe a comunidade. Parte da inconsciência cultural (educação primitiva, iletrada) e atravessa múltiplas etapas de consciência crescente de si e da realidade objetiva (mediante o saber adquirido, a cultura, a ciência, do trabalho, etc) até chegar a plena autoconsciência. Esta será a etapa em que todos os indivíduos alcançam igualmente o máximo de consciência crítica de si e de seu mundo permitida pelo estado de adiantamento do processo da realidade (máxima consciência historicamente possível).

Entender a educação como parte significativa do desenvolvimento intelectual do ser humano, ou seja, a educação é um processo exponencial (multiplica-se por si mesma com sua própria realização). Quanto mais educado, mais necessita o homem educar-se e portanto exige mais educação.

Compreender que o Projeto Político Pedagógico é a identidade da escola, e que nele está explícito o respeito e o reconhecimento das diferenças raciais, físicas, religiosas, culturais e econômicas., banindo qualquer forma de preconceito.

4. MARCO SITUACIONAL

O ponto de partida da nossa educação é de fato a prática social, porque lidamos com a sociedade como referencial e finalidade, nos adequando e considerando às inúmeras diferenças encontradas no contexto cultural aos arredores de nossa instituição.

Nossa escola, por ser pública, acolhe as mais variadas consciências humanas, apresentando-se com o grande desafio de inclusão desta imensa população tão carente de oportunidades. E vemos nesta questão, que nosso compromisso vai além do “ensinar”, compondo-se numa arte de despertar senso crítico e responsabilidades.

Abaixo relacionamos um pouco de nossa realidade:

Alunos com déficit de aprendizagem, principalmente os oriundos das quartas séries das escolas municipais.

Rendimento escolar abaixo do esperado conforme tabela dos resultados estáticos dos três últimos anos:

Ensino	Taxa de Aprovação	Taxa de Reprovação	Taxa de abandono
Ano 2004			
Fundamental	78,50%	16,30%	5,10%
Médio	78,10%	13,20%	8,60%
Ano 2005			
Fundamental	77,10%	16,50%	6,30%
Médio	69,50%	19,80%	10,50%
Ano 2006			
Fundamental	79,10%	13,70%	7,10%
Médio	75,80%	11,80%	12,30%
Técnico	77,70%	3,80%	18,40%

Ano 2007			
Fundamental	77,20%	11,50%	11,10%
Médio	73,60%	12,50%	13,70%
Técnico	42,20%	5,80%	51,80%
Ano 2008			
Fundamental	74,20%	14,00%	11,60%
Médio	70,20%	13,10%	16,60%
Técnico	69,30%	7,50%	23,10%
Ano 2009			
Fundamental	77,60%	11,20%	11,10%
Médio	73,10%	9,30%	17,40%
Técnico	78,50%	3,40%	18,00%

Alunos com carência alimentar em que vêem a merenda escolar como principal produto ofertado pela escola;

Formação continuada que não contempla a todos os educadores, falta de estimulo e possibilidades para acesso aos cursos de especialização, mestrados e doutorados;

Ausências dos pais ou responsáveis para acompanhar o rendimento do educando, tendo em vista a situação sócio-econômica da nossa comunidade escolar;

Laboratórios de ciências que não recebem materiais adequados e nem profissionais capacitados para a manutenção e funcionamento dos mesmos.

Falta de recursos disponíveis para o laboratório específico do curso Técnico em Segurança do Trabalho.

Jovens e adolescentes que apresentam indícios ao uso de drogas lícitas e ilícitas.

Alunos propensos a desenvolver comportamentos agressivos tanto verbal como físico, devido a fatores de desestruturação familiar, bem como social, político e econômico.

Falta de professor substituto em caso de afastamento por curtos períodos, licenças, tratamento de saúde e cursos.

Acesso de pessoas estranhas ao estabelecimento devido a distribuição do leite – Programa do governo.

Falta de perspectiva pessoal dos alunos, que por conseqüência resulta no desinteresse as aulas e baixo rendimento escolar.

Início do ano letivo sem o fechamento do quadro de professores, ocorrendo uma Semana Pedagógica sem o devido rendimento, pois não atinge os professores pós-contratados.

Falta de funcionários tanto administrativos quanto pedagógicos, sobrecarregando os profissionais existentes.

Diante deste contexto, temos claro que precisamos com urgência de uma mudança tanto em nossas estruturas físicas quanto administrativas, pois dependemos de políticas educacionais que contemplem a diversidade cultural

de nossa comunidade bem como mecanismos que proporcionem maior participação dos pais e da comunidade em nosso universo escolar.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

A organização do trabalho pedagógico compreende todas as atividades teórico - praticas desenvolvidas pelos profissionais do estabelecimento de ensino para a realização do processo educativo. É constituída pelo conselho escolar, equipe de direção, órgãos colegiados de representação da comunidade escolar, conselho de classe, equipe pedagógica, equipe docente, equipe técnico-administrativa e assistente de execução e equipe auxiliar operacional.

AVALIAÇÃO E CONSELHO DE CLASSE

O Sistema de Avaliação do Colégio Dr. Décio Dossi está regimentado no Regimento Escolar deste Estabelecimento de Ensino e tem seu amparo legal na LDBEN nº 9394/96, e na Deliberação do CEE nº 007/99. Destacamos que para a promoção ou certificação de conclusão, para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, a média final mínima exigida é de 6,0 (seis vírgula zero), observando-se a freqüência mínima exigida por lei, 75% de freqüência no período letivo, assim calculado:

$$MF = \frac{1º\ Bi + 2º\ Bi + 3º\ Bi + 4º\ Bi}{4}$$

A avaliação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho integrado à Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos – PROEJA e do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente será semestral.

A efetividade do Conselho acontece em reuniões periódicas com base em dados coletados durante o bimestre, através de pré-conselhos com

professores e alunos, reuniões com pais e utilização de fichas pré-elaboradas pela equipe pedagógica

Após o Conselho de Classe pais e responsáveis são convidados a participar de reuniões junto à direção, equipe pedagógica e professores. Os pai e responsáveis tomam ciência dos resultados, através do informativo de notas, assim como, podem acompanhar todo o processo de vida escolar de seus filhos.

SALA DE RECURSOS

A Sala de Recursos funciona no colégio desde 2007. Conhecido como "PROGRAMA SALA DE RECURSOS: 5ª A 8ª SÉRIES", segundo a Deliberação Nº 02/03 do Conselho Estadual de Educação e a Instrução Nº 05/2004, da Secretaria de Estado da Educação, a Sala de Recursos é um serviço especializado de natureza pedagógica que apóia e complementa o atendimento educacional realizado em classes comuns do ensino fundamental.

O atendimento possui caráter transitório, e é específico aos alunos regularmente matriculados nas séries finais do ensino fundamental. Portanto, exige a obrigatoriedade de matrícula na classe comum do ensino regular. São atendidos no programa de apoio especializado em sala de recursos, os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais: alunos egressos da educação especial ou de sala de recursos das séries iniciais, e ainda aqueles que apresentam problemas de aprendizagem com atraso acadêmico significativo, distúrbios de aprendizagem e/ou deficiência mental e que necessitam de apoio especializado complementar para obter sucesso no processo de aprendizagem na classe comum. O atendimento no programa pode se estender à alunos de escolas próximas nas quais ainda não exista sala de recursos.

SALA DE APOIO À APRENDIZAGEM

As aulas de apoio a aprendizagem acontecem no contra turno, com carga horária semanal de oito horas-aulas. O atendimento é feito em grupos de

no mínimo 8 e no máximo 15 alunos. O aluno freqüenta as aulas de apoio por um tempo determinado, de acordo com a avaliação dos professores envolvidos no processo.

O processo de encaminhamento é iniciado após o mínimo de 30 dias letivos, isto, para que haja tempo suficiente para observação dos alunos que não acompanham as atividades em sala de aula. Após diagnostico das dificuldades do aluno, o professor regente preenche uma ficha que será analisada pela equipe pedagógica e pela professora da Sala de Apoio que levando em consideração a abordagem metodológica das atividades curriculares, a realidade sócio- cultural e aspectos do desenvolvimento físico e psicológico do aluno realizará a elaboração do plano de trabalho docente a ser desenvolvido.

São feitas entrevistas com os responsáveis para obtenção de informações sobre o desenvolvimento do aluno e verifica-se a disponibilidade de atendimento. São feitos registros constantes do aluno pela professora da Sala de Apoio. O trabalho é desenvolvido de acordo com os encaminhamentos e com o grau de dificuldade de cada aluno.

As atividades desenvolvidas exploram o lúdico e a criatividade dos alunos, através de um jogo ou uma história, é incentivada a imaginação e a construção do processo criativo levando os alunos a refletirem sobre suas sensações e sentimentos, criando um novo universo, um modo novo de interagir com o meio.

A base do trabalho desenvolvido na Sala de Apoio à Aprendizagem é o diálogo constante e atividades lúdicas que estimulem o desenvolvimento afetivo, a auto-estima, a integração social e o crescimento intelectual. Atividades que despertem a fantasia, o sonho, a imaginação e a contemplação, proporcionando ao aluno prazer e interesse em aprender,

FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Com relação à formação inicial e continuada dos professores, temos em primeiro lugar que abordar as propostas vindas da Secretaria Estadual de Educação que contemplam grande parte dos professores, beneficiando-os por cursos específicos nas mais diversas áreas de atuação. São capacitações bem direcionadas e na grande maioria, atendem as reais necessidades do professorado, exceto em algumas ocasiões em que o conteúdo desprendido no curso não condiz com a prática diária de nossa comunidade escolar. Outro sim, constatamos que a qualidade e a amplitude dos cursos oferecidos tem muito a oferecer para fortalecer o potencial de nossos profissionais da educação, valorizando-os no exercício de suas atividades. Entendemos que os funcionários de nossa escola são também educadores, e portanto tem a responsabilidade e o compromisso de contribuir para a formação global do educando, podendo este profissional intervir sempre que necessário na socialização dos alunos, educando pelo exemplo e pelo estimulo às atitudes cidadãs, e portanto também devem participar de capacitações e aperfeiçoamentos.

A hora-atividade é uma outra forma de capacitação tão importante quanto os cursos de formação continuada, pois nela também encontramos horizontes propícios à discussões e debates relacionados a prática pedagógica de cada professor bem como a junção das disciplinas para um efetivo trabalho interdisciplinar. Ela acontece sob a supervisão dos pedagogos, e o ambiente desenvolve-se cercado de acordos, idéias, bem como trocas de experiências para a formação de um discurso pedagógico fomentado por conteúdos atualizados e condizentes com a realidade de nossos alunos. Dentro das possibilidades, a hora atividade acontece de forma concentrada com professores de disciplinas afins num determinado dia da semana. O objetivo principal é propiciar mais troca de experiência, discussões pedagógicas, reflexões sobre o conteúdo, estudos compartilhados e elaboração do Plano de Trabalho Docente.

ORGÃOS COLEGIADOS

Eleições de Diretores

Os diretores são escolhidos para um mandato de três anos e podem ser reconduzidos por mais duas vezes consecutivas ao cargo. Estão aptos a votar os profissionais da educação; Os responsáveis pelos alunos menores de 16 anos não votantes e os alunos matriculados no ensino médio e educação profissional, independente da idade. Os alunos do ensino fundamental com 16 anos completos até a data da consulta, também votam. A consulta à comunidade escolar foi implantada em 2003. O processo de escolha de diretores é regulamentado pelas leis n.º 14.231/2003, n.º 15.329/2006 e pelas resoluções n.º 4202/2008 e n.º 5150/2008. As resoluções foram definidas pela secretária de Educação, Yvelise Arco-Verde.

Grêmio Estudantil: O grêmio estudantil é uma entidade representativa dos estudantes, criada pela lei federal nº 7398/85, que lhes confere autonomia para se organizarem em torno de seus interesses, com finalidades educacionais, culturais, cívicas e sociais. Os estudantes deste Colégio criaram um Estatuto próprio para a sua Entidade. Em reunião dia 10/11/05, o presidente do Conselho Escolar juntamente com sua comunidade discutiram com os alunos sugestões do Conselho Escolar para o Estatuto, que foi discutido e aprovado dia 28/11/2005.

As sugestões acatadas pelos estudantes foram os seguintes:

-Reunião fora do período de aulas (exceto as emergências).

-Diretores do Grêmio têm que ter média e freqüência.

-Todos os turnos devem ter representantes.

-Princípio da independência financeira dos membros do grêmio e atuação partidária.

Conselho Escolar : No Colégio Est. Dr. Décio Dossi está em funcionamento desde o início do ano de 1.993, promovendo reuniões de fórum consultivo e deliberativo para tratar de assuntos referentes ao Colégio e a

comunidade escolar, confirmando a prática da gestão democrática presente no dia a dia desta Instituição.

APMF: A Associação de Pais, Mestres e Funcionários é regido por estatuto próprio, registrado em cartório. A APMF , pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação dos pais e professores e não tem caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerado os seus dirigentes e conselheiros. Tem como função dar apoio à administração do Colégio nas suas atividades, promoções, eventos festivos, etc.; a fim de contribuir para a melhoria física do Estabelecimento, auxiliando de forma democrática a organização e estruturação pedagógica, financeira e administrativa.

5. MARCO CONCEITUAL

Se grandes são os contratempos de ordem nacional e internacional que nos impedem de construir nosso ideal educativo, maior ainda é o nosso desafio de re-elaboração cidadã de nosso sistema de ensino estendendo-se os nossos esforços aos movimentos de valorização e defesa da escola pública, que acontecem por parte de uma grande comunidade de pensadores, escritores, professores e pessoas ligadas ao setor educacional.

Temos em mente que perseguimos finalidades e que estas pôr sua vez, devem ser significativas para uma intervenção positiva na vida de nossos educando, profissionais da educação e familiares.

Formar opiniões implica num ensino mais atuante entre questões, tais como: política, saúde, economia, emprego, desemprego, lazer, educação, cultura, sociedade, cidadania e formação profissional, estabelecendo nestes pares, uma consciência ativa no que tange o conhecimento necessário à sobrevivência e a oportunidade de ter acesso consciente aos meios sociais.

O ensino-aprendizagem diante de tais processos, é o mecanismo de alcance a tal consciência possibilitando o desenvolvimento de uma efetiva cidadania, despertando no educando senso critico sobre a realidade de sua comunidade, de seu município, de seu estado, de seu país e do mundo.Para tanto nos pautamos na gestão democrática, que tem como pressupostos a

participação efetiva da maioria dos sujeitos com pleno acesso as informações, respeitando-se sempre a vontade da maioria nas decisões

Nesse sentido, promovemos uma escola onde a prática educativa respeite o contexto sócio-cultural do educando, bem como a diversidade de gênero, raça, credo, etc, vendo-o além do número de chamada, o que significa que além de deveres e responsabilidades, ele também é sujeito de direitos e transformador do meio.

Nessa constante, trabalhar o pedagógico requer esforço e participação efetiva de todos os profissionais da escola na busca de atingir os objetivos propostos. O trabalho da equipe pedagógica e de fundamental importância no processo ensino aprendizagem, acompanhando o desenvolvimento dos educando, realizando intervenções, fazendo a mediação entre aluno, professor, pais e comunidade escolar em geral. Esse trabalho desencadeia uma dinâmica de intervenções continuadas que favorece um pleno domínio do que está indo bem (ensino-aprendizagem) e do que pode ou deve melhorar (resultados).

Outra questão de grande preocupação vem a ser a formação de estratégias para efetivar um trabalho educacional intencional de acordo com as concepções de sociedade, de homem, de educação, de conhecimento, de escola, de ensino aprendizagem e de avaliação, com as quais estamos comprometidos. Este desafio vem atrelado a questões de cunho político, social, moral, cultural e também de cunho psicológico, pois no ato de trabalhar a construção de conhecimento também nos vemos imbuídos de compreender a história social de cada educando, de cada profissional, pai, mãe e demais participantes da comunidade escolar. Nesta tarefa temos claro nossa responsabilidade e compromisso em efetivar de fato esta junção entre educação e vida, adequando-nos as reais necessidades para tal objetivo e assim e imprescindível que o fazer pedagógico seja realizado a luz de teorias que se comprometam com o desenvolvimento do conhecimento do educando.

A aprendizagem deve acontecer como apropriação e reconstrução do conhecimento, por meio de um processo que deve ocorrer entre professor/conhecimento/aluno, propiciando uma transformação na vida dos educando e, conseqüentemente, na sociedade. Diante disto e considerando as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná, nossa escola optou em trabalhar dentro de uma concepção que possui finalidades sociopolíticas e que, portanto, faz uma analise critica das realidades sociais, denominada Pedagogia Progressista e/ou Pedagogia Historico-critica. Estabelecemos a seguir algumas

concepções que se fazem necessário explicitar, pois, somente a partir do entendimento destas é que poderemos atingir o ideal de uma educação emancipatória e inclusiva para todos os cidadãos.

Concepção de Homem – A concepção de homem, com base no materialismo histórico dialético, é a de ser histórico, produtor de sua existência, transcendência da natureza e, portanto, livre no sentido de agir intencionalmente de modo a construir possibilidades não previstas, não naturais, optar por uma coisa ou outra, decidir entre o que é bom e o que não é (Paro, (?)). Desse modo educa e educa-se, e assim transforma e se transforma, faz-se humano. Os homens, diferentemente dos animais, têm uma atividade criadora e produtiva – o trabalho. Ao criarem os objetos que satisfazem as necessidades humanas, eles criam também o conhecimento sobre essa criação, assim, ao mesmo tempo em que produzem bens materiais, desenvolvem os saberes sobre o mundo circundante, ou seja, desenvolvem ciência, tecnologia e arte.

Concepção de sociedade – “Por isso, mesmo ao findar a existência de uma geração aquilo que foi produzido por ela continua passando o “testemunho” do desenvolvimento da humanidade” (LEONTIEV, 1978, p.267). As novas gerações começam sua vida “nos ombros das anteriores”, interagindo com o mundo a partir das objetivações já produzidas. Almejamos uma sociedade democrática, justa e igualitária, porém, vivemos em uma sociedade marcada por conflitos, lutas de classes e demais manifestações humanas. Apenas uma pequena parcela da sociedade compreende a verdadeira noção de direito social em todas as esferas que regem a vida em sociedade. Há pouca instrução, e muitas de nossas escolas estão preocupadas em vencer conteúdos distantes de nossas necessidades. Então, se faz necessário que a escola repense seu currículo desempenhando realmente o seu papel que é formar sujeitos críticos perante a realidade que os cerca, principalmente no que diz respeito ao direito de dignidade, saúde, educação, trabalho e lazer,

agindo na direção contrária a massificação humana e a perpetuação da passividade como forma de controle social.

Os conteúdos trabalhados em sala de aula devem ser significativos e fazer parte de uma dinâmica pedagógica que reconfigure o sentido da didática e das metodologias trabalhadas. É preciso mais ação, mais dinamismo e mais propósito de cada área do conhecimento na escola, pois o professor como mediador do conhecimento é o ponto chave dessa mudança estrutural tão importante. As constantes e tradicionais exposições de conteúdos devem ser substituídas por mais pesquisa, mais aulas de campo e incentivo à trabalhos científicos que despertem nos alunos o gosto pelo estudo que transforma e modifica mentes humanas a favor da igualdade, da fraternidade e da solidariedade tão citados na teoria e pouco vividos na prática.

Concepção de Educação – De acordo com Saviani a educação é entendida como o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Em outros termos, isso significa que a educação é entendida como mediação no seio da prática social global. A prática social se põe, portanto, como o ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa. Portanto, o papel da educação e formar sujeitos conscientes de sua ação transformadora na construção de uma sociedade mais justa e isso só e possível na apropriação do saber elaborado por todos, principalmente pelos mais desfavorecidos

Ensinar a ler, a escrever e a contar já não são mais as atividades restritas de uma escola. Queremos mais. Mais instrumentos a favor da formação de mente conscientes, que o nosso papel de educador tenha um cunho mais formador na construção de conhecimento que abra horizontes, fortalecendo e encorajando atitudes. Outra forte vertente em nossa posição vem a ser a relação entre educação e trabalho, e uma vez que ofertamos o curso profissionalizante técnico em Segurança do Trabalho , temos que ficar atentos à este grande desafio que temos que enfrentar na prática. Portanto nossa filosofia de trabalho deve estar aliada à concepções que estabelecem a tão importante ligação entre educação básica e ensino profissionalizante. Neste caminho, onde nossa missão se cumpre a medida que ressaltamos que o trabalho, e, em conjunto a

formação profissional, dignificam o homem, temos também que afirmar que esta profissionalização não deverá estar apenas ligadas a fatores econômicos, mas sim, a fatores relacionados ao conhecimento de mundo, conhecimento de direitos e deveres, e conhecimentos de causas e efeitos dentro da sociedade. Desta forma estaremos contribuindo para formação de homens e mulheres pensantes e atuantes na sociedade em que vivem.

Concepção de Conhecimento – O conhecimento é uma produção historico-social e se dá na interação professor, aluno, conteúdo e contexto historico-social. Por ser construído deve partir do pressuposto de que o ambiente escolar é o cenário perfeito para que ocorra seu desenvolvimento. Deve-se apresentá-lo ligado a questões de cunho histórico, social, político, econômico, psicológico, moral, ético, religioso e científico bem como contextualizado com a realidade da comunidade na qual a escola está inserida, considerando e relacionando também os acontecimentos de ordem mundial.

Concepção de Escola: A função essencial da escola publica consiste na socialização do saber sistematizado, indispensável ao exercício da cidadania, assim como na produção e sistematização de um novo saber, nascido da pratica social. A escola esta para transformar as relações sociais, para humanizar, oferecer condições à emancipação, à participação e não para adaptar os indivíduos à situação de dominação. A função social da escola é garantir aos alunos a apropriação dos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade, e para tanto, é de fundamental importância o engajamento de todos os envolvidos no processo pedagógico, de forma critica e consciente. O trabalho pedagógico deve fundamentar-se no compromisso de que a escola deve levar seus alunos para alem do senso comum e chegar ao conhecimento mais elaborado sobre a realidade, entendendo a apropriação critica e histórica desse conhecimento enquanto instrumento de compreensão da realidade social e atuação critica e democrática para a transformação desta realidade.

Concepção de Currículo – Quando se fala em currículo, é comum entre os educadores a referência aos conteúdos e às formas de sua distribuição (grades). De acordo com Celso Vasconcellos, ao assumirmos a Atividade Humana como Princípio Educativo do Currículo fazemos toda uma reflexão sobre a construção do quadro de saberes necessários para a formação dos educandos. Mas vamos além. Primeiro, trazendo à tona as questões relativas aos tempos, espaços e recursos que dão corpo à proposta curricular. Depois, resgatando uma dimensão essencial do currículo: os sujeitos, especialmente educadores e educandos, através de suas respectivas atividades principais, o ensino e o estudo.

A opção pelo currículo disciplinar tem a produção cientifica, as manifestações artísticas e o legado filosófico da humanidade, como dimensões para as diversas disciplinas do currículo, possibilitando um trabalho pedagógico que aponte na direção de totalidade do conhecimento e sua relação com o dia-a-dia do educando. Com isso, entende-se a escola como espaço do confronto e dialogo entre os conhecimentos sistematizados e os conhecimentos do cotidiano popular. Estas são as fontes socio-historicas do conhecimento em sua complexidade.

No currículo disciplinar os conteúdos são organizados a partir de conteúdos estruturantes. Estes são conhecimentos de grande amplitude, conceitos, teorias ou praticas, que identificam e organizam os campos de estudos de uma disciplina escolar, considerados fundamentais para a compreensão de seu objeto de estudo/ensino. Esses conteúdos são selecionados a partir de uma analise histórica da ciência de referencia (quando for o caso) e da disciplina escolar, sendo trazidos para a escola para serem socializados, apropriados pelos alunos, por meio das metodologias criticas de ensino aprendizagem**.** Nosso desejo é avançar na concretização de um currículo que faça da escola um autêntico espaço/tempo de aprendizagem, desenvolvimento humano pleno e alegria crítica de todos.

Concepção de Ensino-aprendizagem – O ensino aprendizagem é o processo de transmissao-assimilacao do conteúdo pelo qual o aluno adquire conhecimentos que o capacitam para o exercício real de sua cidadania. Portanto esse processo deve ser dinâmico, com atividades que despertem o interesse pela construção do conhecimento.

Segundo Paulo Freire, o processo de ensino aprendizagem é uma seta de mão-dupla: de um lado o professor ensina e aprende e, de outro, o estudante aprende e ensina, num processo dialético, isto é, permeado em contradições e mediações. Daí a necessidade de planejar e replanejar constantemente.

Concepção de Avaliação - A avaliação deve ser entendida tanto como meio de diagnostico do processo ensino-aprendizagem quanto como instrumento de investigação da pratica pedagógica, sempre com uma dimensão formadora, uma vez que o fim desse processo e a aprendizagem. Segundo Vasconcellos (2000), avaliar envolve reflexão crítica sobre a prática, no sentido de perceber seus avanços, resistências, dificuldades.

Como afirma Gadotti (1984), a avaliação é inerente e imprescindível, durante todo o processo educativo que se realize em um constante trabalho de ação-reflexão-ação, porque educar é fazer ato de sujeito, é problematizar o mundo em que vivemos para superar as contradições, comprometendo-se com esse mundo para recriá-lo constantemente. Dessa forma, avaliar é indispensável em toda atividade humana e, portanto, em qualquer proposta de educação.

Concepção de Educação Inclusiva: A escola como mecanismo primordial da educação deve estar aberta a inclusão de toda a diversidade de grupos que encontram-se a margem do processo social, expropriados dos direitos que são garantidos por lei, a todos os cidadãos, independente de suas diferenças

individuais. Temos um amplo leque de exclusão e, portanto, não podemos tratar da educação inclusiva como se fosse apenas de um único grupo: o das pessoas com deficiência. “As escolas inclusivas são escolas para todos, implicando num sistema educacional que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer dos alunos” (EDLER CARVALHO, 2004,P.26). Desta forma, alem de adequar o espaço físico aos alunos com necessidades educativas especiais é fundamental proporcionar condições de acesso ao ensino-aprendizagem a todos os alunos, respeitando as especificidades e necessidades de cada um.

Concepção de Gestão Democrática - O processo de gestão democrática das instituições de ensino representa um importante instrumento de consolidação de democracia em nível de sociedade, considerando que a escola e a sociedade estão dialeticamente constituídas. Promover a democratização da gestão escolar significa estabelecer novas relações entre a escola e o contexto social no qual está inserida. Repensar a teoria e a prática da gestão educacional no sentido de eliminar os controles formais e incentivar a autonomia das unidades da educação constitui-se em instrumentos de construção de uma nova cidadania. Assim, a democratização institucional torna-se um caminho para que a prática pedagógica torne-se efetivamente prática social e possa contribuir para o fortalecimento do processo democrático mais amplo. Como bem já apontou PARO (1998):

> “...tendo em conta que a participação democrática não se dá espontaneamente, sendo antes um processo histórico em construção coletiva,coloca-se a necessidade de se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem mas também incentivem práticas participativas dentro da escola pública.(PARO, 1998,p.46).”

De acordo com o autor acima citado, a escola não é democrática só por sua prática administrativa. Ela torna-se democrática por toda a sua ação pedagógica e essencialmente educativa. No mesmo sentido, não podemos pensar que a gestão democrática da escola possa resolver todos os problemas de um estabelecimento de ensino ou da educação. No entanto, sua real efetivação é, hoje, uma exigência da educação que a vê como um dos possíveis caminhos para a democratização do poder na escola e na própria sociedade.

6. MARCO OPERACIONAL

Nossa escola funcionará dentro de uma linha de ação e reorganização do trabalho pedagógico e administrativo na execução das ações abaixo relacionadas:

-Reunir a comunidade escolar em constantes reuniões com intuito de colaborar no processo de conscientização sobre os problemas existentes na comunidade discutindo as possíveis soluções, oportunizando a todos a participação e o desenvolvimento da cidadania.

-Envolver a comunidade escolar nas diversas atividades desenvolvidas pela escola, possibilitando a interação positiva com o cotidiano escolar de seus filhos, bem como participar da implementação do Projeto Político Pedagógico.

-Motivar os alunos, professores e a comunidade como um todo a participar das reuniões promovidas pela prefeitura local em relação a prestações de conta, projetos sociais, distribuição de verbas além das demais atividades, despertando assim o verdadeiro espírito de cidadania. Esta atitude resultará na real interação entre escola e sociedade, pois já não cabe mais um conhecimento que se restrinja aos muros da escola. É preciso que o ambiente escolar promova o elo de conhecimento entre teoria e realidade de forma contextualizada.

-Promover encontros entre a escola, a comunidade escolar e a família a fim de que se façam discussões referentes aos valores que alicerçam a formação do cidadão em relação a união, respeito, exemplo, disposição de tempo e uma

convivência harmônica dentro dos lares onde a qualidade do uso do tempo se sobreponha a quantidade. Para tanto, convidaremos padres, pastores, psicólogos e demais agentes comunitários para participação destes encontros, promovendo também o desenvolvimento da espiritualidade no que tange a formação da fé, solidariedade fraterna, respeito a todos sem distinção de credo,raça, cor ou idade.

-Desenvolver a socialização dos educando no intuito de elevar a auto-estima, fortalecer vínculos de relacionamentos sociais e reafirmar valores éticos, morais sociais e espirituais.

-Promover o conhecimento através de conteúdos e atividades voltadas para a conscientização da cidadania. Onde, com os conhecimentos adquiridos na escola ele possa sobreviver as adversidades impostas pelo sistema, sem muitas frustrações, e que possa ter condições de superar os obstáculos que vier a encontrar, consciente de seus papel de sujeito, portador de direitos e de deveres na sociedade.

-Desenvolver um ambiente pedagógico propicio a educação através de atividades tais como: pesquisas, seminários, exposições, feiras, passeios pedagógicos, entre outras.

-Diversificar as estratégias de ensino utilizando noticiários de jornais, revistas e artigos científicos para que os alunos possam analisar de forma crítica todas as idéias que são transmitidas tanto pelos veículos de comunicação escrita quanto televisionadas concomitantemente ao conteúdo cientifico, pois só assim os alunos serão capazes de emitir suas próprias opiniões, formando um senso atualizado e crítico perante os acontecimentos, o que trás a tona argumentos de auto-defesa, e portanto, predisposição a mudanças de comportamento perante a sociedade.

-Promover dentro da escola um ambiente propício para a exploração do potencial dos alunos.

-Valorização dos profissionais da educação para que possam desempenhar o seu papel com co-responsabilidade e satisfação .

-A escola como agente efetivo da construção do saber deverá proporcionar a sua comunidade escolar condições para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem com o objetivo de contribuir com a transformação social.

- A avaliação deverá ser efetuada com critérios e instrumentos apropriados e previamente estabelecidos no plano de trabalho docente, através de observações do desempenho, da participação e do interesse do aluno.

- Possibilitar aos professores subsídios pedagógicos e psicológicos, através de capacitações com profissionais especializados que possam contribuir com o desenvolvimento de um trabalho inclusivo.

- Realizar parceria com a APAE do município objetivando uma maior interação entre o trabalho desenvolvido na escola, bem como as atividades destes centros de apoio, a fim de que, as potencialidades das pessoas com necessidades educativas especiais sejam reconhecidas pela sociedade como um todo e em especial a sua inserção e aceitação no mundo do trabalho.

- Promover atividades dentro da escola que incentivem a interação entre todos os alunos, desenvolvendo a consciência de respeito à diversidade, a igualdade de direitos.

- Assegurar as condições materiais necessárias ao desenvolvimento do trabalho pedagógico.

- Além de registros em documentos específicos da secretaria da escola e da equipe pedagógica criou-se uma pasta para que o professor possa realizar registros durante a aula, denominada “PASTA DE ACOMPANHAMENTO DISCIPLINAR ”. Os registros realizados nessa pasta servem de subsídios à um maior acompanhamento da rotina escolar dos alunos no que se refere a assiduidade e comportamentos. Os professores e inspetores observam e registram no dia-a-dia, ocorrências como faltas, gazeação de aula, atrasos, desrespeito, desonestidade, e descompromisso frente às responsabilidades escolares. E assim, equipe pedagógica e direção podem tomar as providencias necessárias na resolução de cada situação. A pasta de cada turma, é distribuída por sala, no início de cada turno de aula para os registros que se fizerem necessários durante o período.

Ações relativas à formação continuada:

– Promover encontros entre professores, direção e equipe pedagógica com a finalidade de discutir e refletir sobre a atuação dos segmentos e as condições de trabalho em sala de aula;

– Criar momentos de capacitação, direcionando o trabalho à reflexão sobre as perspectivas de educação cidadã. Isto permite que além do aperfeiçoamento pessoal, os funcionários também comecem a se inserir no processo pedagógico, atitude que traz dignidade e consome com as diferenças que tanto estigmatizam as funções;

- Desenvolver grupos de estudos por área a fim de que possa existir uma maior integração entre os professores em relação a troca de experiência e no que tange a atualização de seus conteúdos.

- Passeios interativos envolvendo todos os segmentos da escola, objetivando um melhor relacionamento entre todos, e, como primeira etapa desta confraternização dirigida priorizaremos através destes passeios, o reconhecimento da história do Paraná. Acreditamos na importância de trabalhar com várias formas de capacitação, visando o retorno em benefício da ação pedagógica, das relações pessoais e interpessoais.

–Oportunizar momentos de troca de experiência, reuniões pedagógicas, planejamento participativo, grupos de estudo, jornada pedagógica, mostra do conhecimento, folhas, OAC, reunião com famílias, comunidade, instancias colegiada.

- A liberação de professores e funcionários para cursos de formação continuada deverá ser criteriosa, devido a não existência de professores substitutos. O ideal é que a carga horária da hora atividade seja ampliada, para que a SEED possa oferecer os cursos de capacitação de acordo com os dias de hora atividade concentrada dos professores.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Na escola, a construção de uma gestão democrática pressupõe a possibilidade de transformar as relações sociais de trabalho, construir coletivamente o projeto político pedagógico, cumprir a função social e a especificidade da escola com qualidade, produzir saberes pedagógicos a partir da relação teórico pratica.

A gestão democrática pressupõe uma ação pedagógica orientada pelos princípios do respeito, da autonomia, da cooperação, da responsabilidade, do

dialogo, da participação, da interação, do compromisso e da competência em todas as instancias do trabalho educativo escolar.

Nossa escola procura envolver toda a comunidade não só na execução, mas, principalmente, no planejamento ou programação, e na avaliação das atividades desenvolvidas. Esta postura contribui para que toda a comunidade escolar se envolva nas atividades educativas desenvolvidas na escola.

CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe é a mais importante das instâncias colegiadas da escola pelos objetivos de seu trabalho, pois é capaz de dinamizar o coletivo escolar pela via da gestão do processo de ensino-aprendizagem, foco central do processo de escolarização. Mais do que uma reunião pedagógica é parte integrante do processo de avaliação desenvolvido pela escola. È o espaço para definir práticas pedagógicas com objetivo de superar a fragmentação do trabalho escolar e oportunizar formas diferenciadas de ensino que realmente garantam a todos os alunos a aprendizagem.

O Conselho de Classe deve propiciar a discussão coletiva sobre o processo de ensino e de aprendizagem e favorecer a integração e seqüência dos conteúdos curriculares de cada série, constituindo-se assim num importante momento de reflexão-ação da escola.

AVALIAÇÃO

A avaliação é entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor de forma contextualizada.

A avaliação deve ser contínua, diagnóstica, democrática, qualitativa e formativa, apontando as dificuldades do aluno e possibilitando a intervenção pedagógica do professor.

Na perspectiva de construção de conhecimento a avaliação ressignifica-se, passando a ser uma prática auxiliar do processo de ensinar e aprender, uma prática formativa porque informa professor e aluno com o objetivo de

adequar os conteúdos e os procedimentos de ensino às características do aluno, visando sempre a garantia do seu desenvolvimento e aprendizagem. Não podemos deixar de considerar no ato de avaliar os conceitos atitudinais, ou seja, as mudanças de comportamento dos educando a partir do trabalho realizado, em relação a cooperação, solidariedade, respeito e valorização da vida expressas no cotidiano escolar.

Em resumo, todas as situações de avaliação estruturaram-se de modo a verificar os saberes gerais descritos abaixo:

- Demonstrar domínio básico da norma culta da língua portuguesa, oral e escrita e do uso das diferentes linguagens: matemática, artes, ciências, etc.;

- Construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos históricos geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas;

- Produzir textos adequados ás pesquisas e trabalhos, formulando duvidas e elaborando conclusões;

- Saber usar as tecnologias básicas da informação como computadores, vídeos, gravadores, máquina de calcular, etc. ;

- Exprimir-se oralmente usando corretamente a terminologia específica da área;

- Enfrentar com confiança e disposição situações novas;

-Ter iniciativas na busca de informações de necessitem e responsabilizar-se por suas iniciativas, manifestar desejos de aprender, gosto pela pesquisa e apreço pelo conhecimento;

- Selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferente formas, para enfrentar situações-problema segundo uma visão crítica com vistas a tomadas de decisões;

- Organizar informações e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para a construção de argumentações consistentes;

- Recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, considerando a diversidade sociocultural como inerente a condição humana no tempo e no espaço.

RECUPERAÇÃO PARALELA

Todos os alunos tem direito a participar da recuperação paralela, sendo obrigatória aos alunos com nota inferior a 6,0 (seis). As atividades de avaliação relativas a recuperação paralela deverão constar no livro de chamada, destacando que se trata de recuperação paralela, necessariamente ao aluno que tem deixado de atingir os objetivos propostos, incentivando-o a recuperar os conteúdos trabalhados.

A recuperação paralela deverá assumir várias formas, inclusive valorizando os trabalhos em grupo, incentivando os alunos à ajuda mútua, revisão de conteúdos, metodologias diferenciadas ao retomar os conteúdos, maior atenção individual ao aluno com dificuldade de aprendizagem em determinado conteúdo, pelo professor, entre outras.

A recuperação paralela constitui-se mais um componente do aproveitamento escolar, sendo considerados todos os progressos de aprendizagem cognitivo dos alunos nas atividades propostas, prevalecendo para efeito de fechamento de nota bimestral, sempre a maior nota.

INCLUSÃO

O trabalho com a inclusão em nossa escola, tem por objetivo levar o aluno com necessidades educacionais especiais a um aprendizado , utilizando –se de recursos variados para que este alcance o desenvolvimento de suas habilidades, ultrapassando assim as barreiras que o impedem de atingir sua plena aquisição do conhecimento e potencializando seus esforços para a superação de suas dificuldades, se não completamente superadas, mas ao menos diminuídas e canalizadas para seu bem, estar social e pessoal. E por termos em nosso grupo discente alguns alunos com necessidades educativas especiais, estamos investindo em forte capacitação tanto para os funcionários da escola, bem como para os demais componentes da equipe docente.

Desenvolvemos um trabalho de formação continuada que discute a inclusão, que é dividido em 3 etapas anuais, sendo a primeira referente ao Histórico da Educação Especial no Brasil, Leis e Diretrizes; a Segunda etapa referente aos diferentes tipos de deficiências, nomes, históricos e tratamentos; e a terceira etapa de contextualizações propriamente ditas, levantamento de

dados em relação aos alunos da escola e como potencializar o trabalho e o atendimento aos alunos de inclusão.

SALA DE APOIO

A Sala de Apoio a Aprendizagem atende alunos de 5ª série e/ou 6º ano do ensino fundamental que apresentam alguma dificuldade de aprendizagem específica nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática e que não são portadores de deficiências ou de condutas típicas. Tem como finalidade facilitar a aprendizagem daqueles alunos que suscitam uma história de fracasso escolar, com multirrepetência e que apresentam dificuldades de leitura, escrita, interpretação e cálculos entre outros conceitos básicos não sanados nas séries iniciais do ensino fundamental. A Sala de apoio não deve ser confundida com reforço escolar (repetição da prática educativa da sala de aula), nem com as atividades, inerentes à orientação educacional , que estão mais voltadas à escola como um todo. Diferentemente, o professor irá intervir como mediador, em atendimento grupal ou individual, favorecendo o desenvolvimento global do educando, o que é indispensável ao êxito nas atividades acadêmicas . Graças a essa medição é que o quadro de insucessos pode ser revertido.

Entenda-se por mediação, toda intervenção do professor junto a alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e, que colabore para a melhoria de auto-imagem e para sua reinterpretação do mundo como menos hostil e frustrante. Nessa mediação, o professor é, sem dúvida, o mias importante elemento da sala, o único com condições de, filtrar e selecionar estímulos, organizando-os em beneficio do aprendiz.

A sala de apoio deve ser um ambiente que permita mudanças, desde o rendimento escolar do aluno até, e principalmente, de seu auto-conceito. Assim, a própria arrumação da sala deve servir como estímulo para ajudar as crianças a superarem as suas dificuldades e sentirem-se felizes. A organização de ambientes propícios às mudanças envolvem componentes conceituais e práticos.

SALA DE RECURSO

De acordo com a professora Márcia A. Marussi, há tempos, os profissionais da educação têm-se preocupado com a questão da dificuldade de aprendizagem dos alunos. Entretanto, os altos índices estatísticos de alunos que apresentam problemas de aprendizagem, ainda se fazem presentes.

A Sala de Recursos, é um espaço onde o trabalho pedagógico realizado se destina a contribuir com a minimização das dificuldades de aprendizagem dos alunos. Ocorre na Sala de Recurso uma harmonia entre o material didático, o trabalho pedagógico do professor que atua no serviço de apoio pedagógico - Sala de Recursos, no que diz respeito aos encaminhamentos metodológicos, práticas em sala de aula, organização e atendimento, propostas de avaliação, procedimentos de intervenção e à relação que se estabelece entre professor - aluno, professor-professor do ensino regular, professor-família, professor/gestor/equipe pedagógica, entre outros.

Ainda em MARUSSI (2008, p. 02) verificamos também a preocupação com normatizações legais vigentes, que visam garantir o acesso de todos os alunos à escola, assegurando às pessoas com deficiência um tratamento não discriminatório e garantindo sua participação com qualidade nos estabelecimentos de ensino. Mais um desafio a ser trilhado por nosso Estabelecimento de Ensino.

Nesse contexto, se buscarmos a resposta baseada em Vygotsky e seus colaboradores, veremos que a transformação do indivíduo se processa não por uma dotação biológica inata nem por ações isoladas sobre os objetos do mundo, mas pela dinâmica social característica de cada período histórico, por intermédio das relações inter e intrapessoais que se estabelecem reciprocamente (VYGOTSKY, 2003). A escola, nessa perspectiva, constitui-se num espaço privilegiado de possibilidades de interações sociais e de construção de conhecimento. É neste horizonte que se desenvolve a Sala de Recurso.

Conhecido como “PROGRAMA SALA DE RECURSOS: 5ª A 8ª SÉRIES”, tem por base Segundo a Deliberação Nº 02/03 do Conselho Estadual de

Educação e a Instrução Nº 05/2004, da Secretaria de Estado da Educação, a Sala de Recursos é um serviço especializado de natureza pedagógica que apóia e complementa o atendimento educacional realizado em classes comuns do ensino fundamental.

O atendimento possui caráter transitório, e é específico aos alunos regularmente matriculados no ensino fundamental. Portanto, exige a obrigatoriedade de matrícula na classe comum do ensino regular. São atendidos no programa de apoio especializado em sala de recursos, os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais: alunos egressos da educação especial ou de sala de recursos de alunos das séries iniciais, e ainda aqueles que apresentam problemas de aprendizagem com atraso acadêmico significativo, distúrbios de aprendizagem e/ou deficiência mental e que necessitam de apoio especializado complementar para obter sucesso no processo de aprendizagem na classe comum. O atendimento no programa pode se estender à alunos de escolas próximas nas quais ainda não exista sala de recursos.

Entende-se que o trabalho realizado nas salas de recursos deve ser o de suplementar, aprofundar, enriquecer o currículo (superdotados) e complementar (para os demais) o atendimento educacional realizado em classes comuns da educação básica, utilizando equipamentos e recursos pedagógicos diversificados, adequados às necessidades educacionais especiais dos alunos. Os professores devem utilizar-se de diferentes estratégias no desenvolvimento de seu trabalho para que seus alunos se apropriem dos conhecimentos.

No colégio Dr. Décio Dossi, a avaliação pedagógica do aluno deverá ser realizada no contexto do ensino regular, pelo professor da classe comum, professor especializado e equipe técnico pedagógica da escola, com assessoramento de uma equipe multiprofissional (externa) e equipe do núcleo regional de educação e/ou secretaria municipal de educação, quando necessário. O aluno deverá receber atendimento de duas a quatro vezes por semana, não ultrapassando duas horas diárias, em horário diferente daquele em que freqüenta a classe comum.

Na sala de recursos, para 20 horas semanais, o número máximo é de 30 (trinta) alunos, atendidos por intermédio de cronograma preestabelecido, podendo o aluno ser atendido individualmente ou em grupo de até 10 alunos, organizados preferencialmente por faixa etária e/ ou conforme as necessidades pedagógicas semelhantes.

No cronograma de atendimento aos alunos, deverá ser garantido um período para o encontro entre o professor da sala de recursos, e o da classe comum e a equipe pedagógica da escola, bem como o contato com a família e com os professores da educação especial do núcleo de educação.

A programação deverá contemplar as áreas do desenvolvimento (cognitiva, motora, sócio afetiva emocional). Este programa é um dos exemplos de oferta da educação especial em forma de serviços e recursos especializados, que possibilitam um atendimento direcionado, um trabalho objetivo e intencional que respeita as necessidades pedagógicas diferenciadas

dos alunos.

De acordo com MARUSSI (2008, p. 02), o termo necessidades educacionais especiais tornou-se muito conhecido, especialmente após o uso desta expressão na Declaração de Salamanca, onde buscou-se atenuar as terminologias utilizadas até então, como retardados, excepcionais, entre outras, que de forma negativa rotulavam os alunos com deficiência. Entretanto, esta nomenclatura passou a ser utilizada também em relação a outros grupos de alunos que não apresentam necessariamente alguma deficiência, mas sim uma dificuldade de aprendizagem. Segundo o censo demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2000, cerca de 27 milhões de brasileiros apresentam algum tipo de deficiência, seja mental, física ou sensorial. Esse contingente corresponde a 14,5% da população nacional. Pessoas com necessidade educacional especial são aquelas que apresentam algum tipo de comprometimento orgânico e/ou psíquico que faz com que necessitem de atenção educacional diferenciada em alguns aspectos de seu desenvolvimento, mas não necessariamente em todos, principalmente no que se refere às questões da aprendizagem. Considera-se então, aquelas com

dificuldades e/ou distúrbios de aprendizagem (disgrafia, dislexia, discalculia), deficientes auditivos, deficientes visuais, deficientes mentais,m deficientes físicos, pessoas com múltiplas deficiências, que apresentam condutas típicas ou altas habilidades/superdotação.

Vale colocar que o Colégio Dr. Décio Dossi concorda com FERNANDES (2007), quanto aos alunos com necessidades educacionais que apresentam algum problema de aprendizagem ao longo de sua escolarização, o que exige uma atenção mais específica e maiores recursos educacionais que os necessários para os colegas de sua idade. Neste sentido CARVALHO (2000) faz uma discussão em sua obra, apontando que “a ênfase desloca-se do aluno com defeito para situar na resposta educativa da escola(...) nos meios especiais de acesso ao currículo, nas adequações curriculares, nas análises e intervenções no meio ambiente no qual a criança já está sendo educada, particularmente nos aspectos sociais e emocionais”.

RELAÇÃO ESCOLA – COMUNIDADE

PARTICIPAÇÃO DA FAMILIA

Somos favoráveis a presença da família na escola pois entendemos que o seu envolvimento na vida escolar favorece o processo ensino-aprendizagem assim como o desenvolvimento saudável das relações pessoais e inter-pessoais de nossos educando. As vivências na docência e a reflexão sobre a prática pedagógica, com momentos de maior intercâmbio com a família, complementam o nosso objetivo e, com efeito, podemos afirmar que o sucesso escolar tem dependido, em grande parte, do apoio direto e sistemático da família que, responsável pelos filhos compensa tanto as dificuldades individuais quanto as deficiências na escola. A seguir destacamos algumas das muitas atividades das quais os pais podem e devem participar:

- Reuniões técnicas – pedagógicas: entrega de boletins com breve formação pedagógica.

- Atendimentos individuais aos pais por professores, pedagogos e direção.

- Programas específicos para envolvimento da família/comunidade: mostra do conhecimento, noite/dia da poesia, etc.

- Comemorações: dia das mães, dia dos pais, dia da mulher, dia da Consciência Negra etc.

- Palestra especifica aos pais, encontros de pais.

ENTIDADES EXTERNAS À ESCOLA

De todas as entidades a que esteve mais presente foi a Patrulha Escolar, que contribuiu inclusive com palestras, alem de solucionar vários conflitos na comunidade.

Precisa avançar na aproximação do Conselho Tutelar. Para tanto, a comunidade precisa cobrar das autoridades mais investimentos nos programas de atendimento local às famílias, como encaminhamentos às entidades de tratamento do alcoolismo e drogas, bem como assistência à problemas psicológicos e, ate mesmo, encaminhamento de infratores.

INSTÂNCIAS COLEGIADAS

As instâncias colegiadas: Conselho Escolar, Associação de Pais e Mestres (APMF) e Grêmio Estudantil, representam os segmentos organizados de toda instituição e comunidade escolar. Estes órgãos trabalham em conjunto e com seus pares na busca de melhores condições administrativas e pedagógicas a todos os alunos e profissionais da instituição.

Além das instâncias colegiadas existem outras representações estabelecidas a partir de discussões em reuniões pedagógicas, as quais podemos citar: o Professor Conselheiro e o Representante de Classe.

O processo de escolha do Professor Conselheiro é feito através de eleição, promovida pelo professor que estiver lecionando na turma naquele momento. É importante o professor possibilitar que as turmas tenham um tempo para formar sua opinião sobre os candidatos e sobre o processo de eleição.

Importância do Professor Conselheiro:

- Coordenar as reuniões da turma, juntamente com o representante da turma, no sentido de promover a união e a melhoria do processo ensino e aprendizagem, detectando os problemas de ordem pedagógica, administrativa, disciplinar entre outros;
- Comunicar aos alunos juntamente com o representante da turma e equipe gestora as decisões apontadas no conselho de classe (pré-conselho);
- Promover o entrosamento permanente entre os professores da turma e equipe gestora;
- Colher informações e analisar as dificuldades específicas da turma;
- Representar a turma no conselho de classe, fazendo uma análise criteriosa do comportamento, interesse, habilidades, socialização, aspirações e dificuldades;
- Manter a ética do que foi discutido no conselho de classe;
- Realizar sua auto-avaliação como elemento da equipe.

O trabalho do Professor Conselheiro e do Representante de Turma será fundamental para a melhoria da qualidade de ensino do colégio, pois juntos conseguirão identificar facilmente os problemas dentro da sala de aula e, assim, solucioná-los.

O processo de escolha do Representante de Classe e vice-representante é feito através de eleição, promovida pelo professor Conselheiro. É importante o professor possibilitar que as turmas tenham um tempo para formar sua opinião sobre os candidatos e sobre o processo de eleição.

Alguns critérios devem ser pré-estabelecidos, como:

Destituir candidato que se utilize de artifício não ético, para se eleger.

Os representantes escolhidos deverão dar exemplo no cumprimento do Regimento Escolar.

O professor conselheiro, em consenso com a turma, poderá destituir o representante e promover novas eleições sempre que ficar claro que o representante está deixando a desejar no cumprimento de sua função.

Importância do Representante de classe:

O representante de classe exercerá papel fundamental de liderança em sua sala. Para tanto, participará de curso de “Formação de Lideranças”, com direito a certificado.

Sua tarefa será, em conjunto com sua equipe (turma), trabalhar para atingir os seguintes objetivos, através de conscientização e projetos práticos.

- Melhorar a média da turma, buscando qualidade no ensino;

- Zelar pelo patrimônio da escola;

- Participar de debates e movimentos estudantis;

- Incentivar a turma a participar dos diversos eventos culturais e esportivos organizados durante o ano.

- Auxiliar o professor Conselheiro.

- Zelar pelo cumprimento do Regimento Escolar.

- Ser o porta voz da turma, para em conjunto com o professor conselheiro encaminhar propostas escritas sobre qualquer tema, para apreciação do Conselho Escolar.

Além disso, o representante, pelo Estatuto do Grêmio, também faz parte do Conselho de Representantes de turma do Grêmio, que só perde em poder para a Assembléia Geral de estudantes.

PROGRAMA ESCOLA ABERTA

O Programa Escola Aberta foi criado pelo Governo Federal a partir da Resolução CD/FNDE/NO 052, de 25 de outubro de 2004, para contribuir com a melhoria da qualidade da educação e para fortalecer os laços entre a escola e a comunidade. As ações do Programa são dirigidas à ampliação do acesso às atividades educativas, culturais, esportivas, de lazer e de geração de renda.

É fruto de Acordo de Cooperação Técnica entre o governo brasileiro e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, executado pelo Ministério da Educação, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), sob a coordenação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) e com os ministérios do Trabalho e Emprego, do Esporte e da Cultura. Conta, para sua execução, com a parceria das secretarias estaduais e municipais de ensino que participam do Programa.

Ao abrir os portões da escola para a comunidade nos finais de semana, o Programa Escola Aberta procura romper o muro do isolamento institucional. Busca identificar talentos presentes na comunidade, demandas locais, expressões juvenis, desenvolvendo a troca de saberes e um sentimento de pertencimento e protagonismo.

O Programa tem como principais objetivos: contribuir para a melhoria da qualidade da educação; a inclusão social e a construção de uma cultura de paz mediante ampliação de atividades oferecidas aos alunos e à comunidade, aos finais de semana; promover e ampliar a integração entre a escola e a comunidade; ampliar as oportunidades de acesso a espaços de promoção da cidadania; contribuir para a redução das violências na comunidade escolar.

O Colégio Estadual Dr. Décio Dossi – EFMP é aberto nos finais de semana para o desenvolvimento de diversas atividades formativas, informativas, de esporte, cultura e lazer. As ações implementadas na escola são escolhidas a partir de consulta às comunidades locais e da identificação de seus talentos, levando em conta as diversidades regionais e as oficinas fomentadas pelo MEC.

As oficinas são ministradas por voluntários, membros da comunidade e por jovens universitários provenientes de camadas populares, selecionados pelas universidades federais, para desenvolver temas sobre direitos humanos, cidadania, diversidade, leituração e meio-ambiente.

O Programa Escola Aberta é uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional, impulsionando cada participante no avanço do conhecimento, da convivência e do sentido da existência humana para o exercício da cidadania, aumentando dessa forma sua auto-estima. Com o conhecimento adquirido neste programa, as pessoas podem até montar seu próprio negócio melhorando assim a renda da família. E é exatamente isso que queremos mostrar à comunidade de Fazenda Rio Grande: que eles podem melhorar sua qualidade de vida.

7 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Para se chegar a delinear um projeto de sociedade, há que se considerar o ser humano em suas mais íntimas aspirações. Uma delas é a aspiração à felicidade. Tudo o que o homem realiza é, no fundo, almejando ser feliz. Para chegar a este estado, traça uma estrada de sonhos, que , de uma forma ou de outra, tenta alcançar.

Infelizmente, a escola não tem contemplado essa necessidade. Percebe-se isso quando os alunos se mostram desinteressados , quando os profissionais da educação desanimam, quando a escola desiste de certos alunos. É nesse momento que o “Projeto Maior” se perde de vista.

Então, é fundamental analisar e avaliar a educação dentro de uma perspectiva crítica, partindo do principio de que a mesma não é um ato isolado e neutro, mas sim um ato social e político, onde o conhecimento deve ser centrado na realidade, contextualizado e significativo, de modo a possibilitar as transformações sociais necessárias e as conquistas e ideais almejado por todos.

Para que o projeto político pedagógico de nossa escola cumpra efetivamente sua função, diversos foram os momentos de discussão e construção coletiva da escola que queremos. O conselho escolar como um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva e fiscal, sem caráter político partidário, religioso ou racial, como de suas atribuições. Acompanhou e acompanha a construção do Projeto Político Pedagógico, estando presente em todas as reuniões para discutir o mesmo, visando o coletivo e a qualidade do ensino sem interesses individuais.

A avaliação do Projeto Político Pedagógico ocorrerá ao longo do ano durante as reuniões pedagógicas previstas no calendário, onde serão colhidas as sugestões para a reformulação do mesmo, que deverá ocorrer no mês de novembro de cada ano, onde permanecerão as práticas que estão de acordo com a proposta e serão realizadas as adaptações necessárias, sendo um dos instrumentos a Avaliação do Sistema Escolar.

Avaliação do Sistema Escolar

1. O professor demonstra conhecimento científico referente a área de ensino que exerce, conhecimento este suficiente para se Ter aulas de boa qualidade?
2. Quanto ao planejamento curricular de ensino, o professor organiza seus trabalhos com coerência aos objetivos propostos?
3. Como se estabelece o relacionamento professor - aluno no decorrer das aulas, durante o ano letivo?
4. O professor costuma ser criativo e organizado quando ministra suas aulas? Justifique.
5. O professor costuma ser assíduo e pontual em suas aulas?
6. Quais as melhorias na qualidade de ensino – aprendizagem desenvolvidas pelo professor?
7. A supervisão escolar vem desempenhando seu papel de acordo com o regimento escolar?
8. Em que fatores contribui a orientação educacional ?
9. A forma de trabalho desenvolvida na biblioteca atende satisfatoriamente aos alunos, professores e comunidade? Justifique.
10. Os trabalhos desenvolvidos na secretaria do colégio tem sido desempenhado de maneira satisfatória? Justifique.
11. Quanto a direção do colégio, o trabalho desenvolvido propicia uma melhor qualidade de ensino? Justifique.
12. Quais as contribuições desempenhadas pelo Conselho Escolar, durante o ano letivo?
13. Quanto ao almoxarifado e mecanografia, quais as contribuições realizadas durante o ano letivo?
14. A cantina escolar vem desempenhando satisfatoriamente sua função? Justifique.
15. A portaria do colégio vem contribuindo para a melhoria da qualidade de ensino neste estabelecimento? Justifique.
16. Quanto aos funcionários de serviços gerais e inspetores de aluno, tem desempenhado suas funções de forma a contribuir na organização do estabelecimento e no desenvolvimento da cidadania nos alunos? Justifique.

A avaliação do sistema escolar será realizada em reunião com a direção, equipe pedagógica, professores, funcionários, alunos e pais, no mês de novembro de cada ano letivo.

8. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

8.1 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE LINGUA PORTUGUESA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

O Estado de Direito garante a todos os cidadãos a igualdade perante as leis, porém sabemos que, historicamente, em nosso país, há um descompasso entre o que a lei propõe e a realidade vivida pela sociedade, incluídos, aí, os processos de educação.

É nos processos educativos, e notadamente nas aulas de Língua Materna, que o estudante brasileiro tem a oportunidade de aprimoramento de sua competência lingüística, de forma a garantir uma inserção ativa e critica na sociedade. É na escola que o estudante brasileiro, e mais especificamente o da escola pública, deveria encontrar o espaço para as práticas de linguagem que lhe possibilitem interagir na sociedade, nas mais diferentes circunstâncias de uso da Língua Materna, em instâncias públicas e privadas. É na escola que o estudante brasileiro aprende a ter voz e fazer uso da palavra, numa sociedade democrática, mas plena de conflitos e tensões.

Os aspectos históricos do ensino de Língua Portuguesa nas Diretrizes Curriculares foram selecionados a partir de alguns recortes espaços-temporais entre o século XVI e o momento atual, em que novas teorias acerca da linguagem apontam diferentes concepções e metodologias para o ensino. De qualquer forma , nesses recortes é possível constatar a origem e a trajetória da

dívida que, ainda hoje a escola notadamente a pública tem para com o povo brasileiro: ensinar a ler e escrever com proficiência e de direito aqueles que , remetendo-nos a Hegel, nasceram no universo da Língua Portuguesa falada no Brasil.

Historicamente, o processo de ensino de Língua Portuguesa no Brasil iniciou-se com a educação jesuítica. Essa educação era instrumento fundamental na formação da elite colonial ao mesmo tempo em que propunha “alfabetizar” e “catequizar” os indígenas. A concepção de Educação e o trabalho de escolarização dos indígenas estavam vinculados ao entendimento de que a linguagem reproduzia o modo de pensar, ou seja, a linguagem se constituía no interior da mente e sua materialização fônica revelava o pensamento. A fim de reverter esse quadro em 1758, um decreto do Marques de Pombal tornou a Língua Portuguesa idioma oficial do Brasil, proibindo o uso da língua geral.

Somente nas últimas décadas do século XIX, a disciplina de Língua Portuguesa passou a integrar os currículos escolares brasileiros. Até 1869, entretanto o currículo privilegiava as disciplinas clássicas, sobretudo o latim, restando ao Português um espaço sem relevância.

O conteúdo gramatical ganhou a denominação de Português em 1871, data em que foi gerado no Brasil por Decreto imperial o cargo de Professor de Português. A função do ensino de Português era fundamentalmente o reconhecimento das normas e regras de funcionamento desse dialeto de prestigio: o ensino da gramática, isto é, ensino a respeito da língua e análise de textos literários, para estudo de retórica e poética.

O ensino de Língua Portuguesa, no contexto da expansão da escolarização, não poderia dispensar propostas pedagógicas que levassem em conta as novas necessidades trazidas por esses alunos para o espaço escolar, dentre elas a presença de registros lingüísticos e padrões culturais diferentes os que até então admitidos na escola. A pedagogia da formação de hábitos, memorização e reforço era adequada ao contexto autoritário que cerceava a

reflexão e a crítica no ambiente escolar, impondo uma formação acrítico e passiva.

A Lei n° 5692/71 ampliaria e aprofundaria esta vinculação ao dispor que o ensino deveria estar voltado a qualificação para o trabalho. Com essa lei, a disciplina de Português passou a denominar-se no primeiro grau Comunicação e Expressão (nas quatro primeiras séries) e Comunicação e Língua Portuguesa (nas quatro últimas séries), baseando-se principalmente nos estudos de Jakobson, referente a teria da comunicação. Na década de 70 outras teorias a respeito da linguagem passaram a ser debatidas: a Sociolingüística, a Análise do Discurso, a Semântica, e a Lingüística Textual. O ensino de Língua Portuguesa fundamentava-se então em exercícios estruturais, técnicas de redação e treinamento de habilidades de leitura.

Referente ao ensino de Literatura, até meados do século XX o principal instrumento do trabalho pedagógico eram as antologias literárias, com bases nos cânones. A leitura no ensino primário e ginasial, visava transmitir a norma culta da língua, com base em exercícios gramaticais e estratégias para incutir valores religiosos, morais e cívicos. O objetivo era despertar o sentimento nacionalista e formar cidadãos respeitadores da ordem estabelecida.

O currículo de Língua Portuguesa orientava os professores a um trabalho de sala de aula focado na leitura e produção, buscava romper com ensino tradicionalista: “optamos por um ensino não mais voltado a teoria gramatical ou ao reconhecimento de algumas formas de língua padrão, mas ao domínio efetivo de falar, ler e escrever”.

Nas discussões curriculares sobre o ensino de Língua Portuguesa, os Parâmetros Curriculares Nacionais, do final da década de 90, também fundamentaram a proposta para a disciplina de Língua Portuguesa nas concepções interacionistas, levando a uma reflexão acerca do usos da linguagem oral e escrita.

Confrontando o percurso histórico da disciplina de Língua Portuguesa na educação básica brasileira com a situação de analfabetismo funcional, de dificuldades de leitura e produções de textos apresentadas, requer um

posicionamento em relação as práticas de ensino . essas discussões resultaram nas Diretrizes Curriculares Estaduais, numa proposta que dá ênfase a língua viva, na adoção das práticas de linguagem como ponto central do trabalho pedagógico. É necessário pensar sobre a metodologia, se o trabalho com a Língua deve considerar as práticas lingüísticas que o aluno traz ao ingressar na escola, a inclusão dos conceitos e definições, ou seja, os conhecimentos necessários ao uso da norma padrão devem constituir ferramentas básicas na ampliação das aptidões lingüísticas dos estudantes.

Assim, será possível a inserção de todos os que freqüentam a escola publica em uma sociedade cheia de conflitos sociais, raciais, religiosos e políticos de forma ativa, marcando dessa forma, sua voz no contexto em que estiver inserido.

OBJETIVOS GERAIS

Desenvolver as habilidades lingüísticas de oralidade, leitura e escrita.

Para que essa expectativa se concretize, o ensino de Língua Portuguesa devera organizar-se de modo que os alunos sejam capazes de:

Expandir o uso da linguagem em instancias privadas e utilizá-la com eficácia em instancia públicas, sabendo assumir a palavra e produzir texto tanto orais como escritos coerentes, coesos, adequados aos seus destinatários, aos objetos a que se propõem e aos assuntos tratados:

- Utilizar diferentes registros, inclusive os mais formais da variedade lingüística valorizada socialmente, sabendo adequá-la às circunstâncias da situação comunicativa de que participam:
- Conhecer e respeitar as diferentes variedades lingüísticas do português falado:
- Compreender orais e escritos com os quais se defrontam em diferentes situações de participação social, interpretado os corretamente e inferindo as intenções de que os produz:

- Valorizar a leitura como fonte de informação, via acesso aos mundos criados pela literatura e possibilidade de fruição estética, sendo capazes de recorrer aos materiais escritos em função de diferentes objetos:
- Utilizar a linguagem como instrumento de aprendizagem:

Sabendo como proceder para ter acesso, compreender e fazer uso de informações contidas nos textos: identificar aspectos relevantes, organizar e elaborar roteiros, compor textos coerentes a partir de trechos oriundos de diferentes fontes coerentes a partir de trechos oriundos de diferentes fontes, fazer resumos, índices, esquemas, etc.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E CONTEÚDOS BÁSICOS.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Discurso enquanto prática social.

Conceber a língua como discurso enquanto prática social pressupõe tornar perceptível:

a interdiscursividade (conversa entre diferente discursos);

as condições de produção dos diferentes discursos (quem escreve o que para quem, com que intenção, quando e como);

as vozes que permeiam as relações sociais e de poder que são materializadas pelo uso da língua.

Nesse sentido, o trabalho com os níveis de organização lingüística - fonético-fonológico (sons), léxico-semântico (vocabulário-sentido) e de sintaxe (organização das palavras no enunciado*) deve ser feito em função do texto e da intencionalidade do discurso que o texto veicula.

*enunciado = qualquer unidade de sentido materializada pelo uso da língua ou outra forma de linguagem que signifique para os interlocutores.

Conteúdos específicos devem ser trabalhados por meio de textos. Na seleção dos textos a serem utilizados deve-se:

analisar os elementos lingüístico-discursivos nele presentes, levando-se em conta, sobretudo, os fins educativos que o texto proporciona;

lembrar de que o texto deve propiciar a discussão e a reflexão sobre assuntos polêmicos, adequados ao interesse e à faixa etária dos alunos;

evitar selecionar textos que trabalhem com uma visão monolítica ou estereotipada de cultura.

As Diretrizes Curriculares para o Ensino de Língua sugerem que a organização dos conteúdos específicos não seja baseada unicamente em elementos gramaticais, pois isso se contrapõe à idéia de discurso enquanto prática social já que privilegiaria somente um dos aspectos de uso da língua.

Ao trabalharem-se os conteúdos específicos, é necessário levar em conta as condições de produção e analisar:

* o contexto sócio-subjetivo: lugar social, posição social do autor, posição social do leitor, objetivo e conteúdo temático;

* o contexto físico: o lugar, o momento de produção;

* a superfície discursiva: texto propriamente dito, seqüências lingüísticas, gêneros textuais (cartas pessoais, cartas comerciais, o bilhete, a bula de remédios, carta ao editor, etc.),e tipos de texto (informativo, dissertativo e argumentativo).

Literatura: a perspectiva de trabalho com o ensino da literatura é rizomática e levará em conta a Estética da Recepção, isto é, a obra está sujeita ao horizonte de expectativas de um público, o que significa dizer que não é só o autor que faz o texto, mas que o texto, feito pelo autor, se concretiza no universo do leitor de diferentes formas e com diferentes entendimentos, que podem não ser os mesmos de quando o texto foi escrito ou publicado. O professor vai ser um dos responsáveis por alargar o universo de entendimento do aluno na leitura de diferentes obras e mostrar que esse entendimento não está vinculado somente ao contexto de produção da obra, mas sim a outros contextos históricos e sócio-culturais. O trabalho aqui deve ser pautado nas

diversas relações que a obra estabelece com outros textos, produzidos em diferentes épocas. Daí que somente situá-la como produção de determinada época ou movimento literário reduz as possibilidades de interpretação, entendimento e formação crítica do leitor.

CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO

5ª SÉRIE/6º ANO

GÊNEROS DISCURSIVOS

Lendas, causos, contos, fábulas, texto verbal e não verbal, Cartum, piadas, histórias em quadrinhos, autobiografia, relatos pessoais.

LEITURA

Tema do texto;

Interlocutor;

Finalidade

Aceitabilidade de texto;

Informatividade;

Discurso direto e indireto;

Elementos composicionais do gênero;

Léxico;

Marcas lingüísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem

ESCRITA

Tema do texto;

Interlocutor ;

Finalidade do texto;

Informatividade;

Argumentatividade;

Discurso direto e indireto;

Elementos composicionais do gênero;

Divisão do texto em parágrafos;

Marcas lingüísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem;

Processo de formação de palavras;

Acentuação gráfica;

Ortografia;

Concordância verbal e nominal.

ORALIDADE

Tema do texto;

Finalidade;

Argumentatividade;

Papel do locutor, argumentatividade do interlocutor;

Elementos extralingüísticos: entonação, pausas, gestos...

Adequação do discurso ao gênero;

Turnos de fala;

Variações lingüísticas;

Marcas lingüísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, recursos semânticos.

6ª SÉRIE/ 7° ANO

GÊNEROS DISCURSIVOS

Textos publicitários, poéticos, crônicas, contos, resumo, síntese, resenha, textos verbais e não verbais, literatura de cordel, textos dramáticos, pesquisas, textos de opinião.

LEITURA

Tema do texto;

Interlocutor;

Finalidade do texto;

Aceitabilidade de texto;

Informatividade;

Situacionalidade;

Intertextualidade;

Informações implícitas e explicitas;

Discurso direto e indireto;

Elementos composicionais do gênero;

Léxico;

Ambigüidade;

Repetição proposital de palavras;

Marcas lingüísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem

ESCRITA

Tema do texto;

Interlocutor ;

Finalidade do texto;

Informatividade;

Argumentatividade;

Discurso direto e indireto;

Elementos composicionais do gênero;

Divisão do texto em parágrafos;

Marcas lingüísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem;

Processo de formação de palavras;

Acentuação gráfica;

Ortografia;

Concordância verbal e nominal.

ORALIDADE

Tema do texto;

Finalidade;

Argumentatividade;

Papel do locutor, argumentatividade do interlocutor;

Elementos extralingüísticos: entonação, pausas, gestos...

Adequação do discurso ao gênero;

Turnos de fala;

Variações lingüísticas;

Marcas lingüísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, recursos semânticos.

7ª SÉRIE/ 8° ANO

GENEROS DISCURSIVOS

Texto teatral, humorísticos, texto argumentativo, resumo, resenha, resenha critica, relatório, pesquisas, publicidade, tele jornais, crônicas, poema, jornal.

LEITURA

Conteúdo temático;

Interlocutor;

Finalidade do texto;

Aceitabilidade do texto;

Informatividade;

Situacionalidade;

Intertextualidade;

Vozes sociais presentes no texto;

Elementos composicionais do gênero;

Relação de causa e conseqüência entre as partes e elementos do texto;

Marcas lingüísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito).

Semântica: operadores argumentativos, ambiguidade, sentido conotativo e denotativo das palavras no texto, expressões que denotam ironia e humor no texto.

ESCRITA

Conteúdo temático;

Interlocutor;

Finalidade do texto;

Informatividade;

Situacionalidade;

Intertextualidade;

Vozes sociais presentes no texto;

Elementos composicionais do gênero;

Relação de causa e conseqüência entre as partes e elementos do texto;

Marcas lingüísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito).

Concordância verbal e nominal;

Papel sintático e estilístico dos pronomes na organização retomadas e seqüência do texto.

Semântica: operadores argumentativos, ambiguidade, sentido conotativo e denotativo das palavras no texto, expressões que denotam ironia e humor no texto.

ORALIDADE

Conteúdo temático;

Finalidade;

Aceitabilidade do texto;

Informatividade;

Papel do locutor e interlocutor;

Elementos extralingüísticos: entonação expressões facial, corporal e gestual, pausas...

Adequação do discurso ao gênero;

Turnos de fala;

Variações lingüísticas (lexicais, semânticos, prosódicas, entre outras);

Marcas lingüísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;

Elementos semânticos;

Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc);

Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito

8ª SÉRIE/ 9º ANO

GENEROS DISCURSIVOS

Reportagem, editorial, textos de opinião, dissertativo-argumentativo, informativo, contos, crônicas, estatutos, sínteses, resumos, relatos pessoais, textos publicitários, textos verbais e não verbais.

LEITURA

Conteúdo temático;

Interlocutor;

Finalidade do texto;

Aceitabilidade do texto;

Informatividade;

Situacionalidade;

Intertextualidade;

Temporalidade;

Vozes sociais presentes no texto;

Discurso ideológico presente no texto;

Elementos composicionais do gênero;

Relação de causa e conseqüência entre as partes e elementos do texto;

Partículas conectivas do texto;

Progressão referencial no texto;

Marcas lingüísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito).

Semântica: operadores argumentativos, polissemia, sentido conotativo e denotativo das palavras no texto, expressões que denotam ironia e humor no texto.

ESCRITA

Conteúdo temático;

Interlocutor;

Finalidade do texto;

Informatividade;

Situacionalidade;

Intertextualidade;

Temporalidade;

Vozes sociais presentes no texto;

Elementos composicionais do gênero;

Relação de causa e conseqüência entre as partes e elementos do texto;

Partículas conectivas do texto;

Progressão referencial no texto;

Marcas lingüísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito).

Sintaxe de concordância;

Sintaxe de regência

Processo de formação de palavras

Vícios de linguagem;

Semântica: operadores argumentativos, modalizadores, polissemia.

ORALIDADE

Conteúdo temático;

Finalidade;

Aceitabilidade do texto;

Informatividade;

Papel do locutor e interlocutor;

Elementos extralingüísticos: entonação expressões facial, corporal e gestual, pausas...

Adequação do discurso ao gênero;

Turnos de fala;

Variações lingüísticas (lexicais, semânticos, prosódicas, entre outras);

Marcas lingüísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;

Elementos semânticos;

Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc);

Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

METODOLOGIA

O gênero será trabalhado através das práticas de oralidade, leitura e escrita. A análise lingüística perpassa todas essas práticas.

A temática História e Cultura Afro-brasileira e Africana, pode ser trabalhada em todos os gêneros textuais e na literatura, contemplando a Lei nº 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica; que asseguram o direito a igualdade as condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito as histórias e culturas que compõem a nação, além do direito de acesso as diferentes fontes da cultura nacional a todos os brasileiros.

METODOLOGIA DA PRÁTICA DA ORALIDADE

É importante destacar que nenhuma prática e desenvolvida em sala de aula sem que seja subjacente a ela uma concepção teórica consistente. Para tanto, a concepção socio-interacionista assumida nestas diretrizes pretende uma prática diferenciada, uma vez que considera que a língua só existe em situações de interação e através das práticas discursivas, que assumem a língua em sua historia e funcionamento. Desta forma, precisam ser desenvolvidas em sala de aula atividades que favoreçam o desenvolvimento das habilidades de falar e ouvir como as relacionadas a seguir:

Apresentação de temas variados: historias de família, de comunidade, um filme, um livro, etc.

Depoimentos sobre situações significativas vivenciadas pelo próprio aluno ou pessoas de seu convívio.

Uso do discurso oral para emitir opiniões, justificar ou defender opções tomadas, colher e dar informações, fazer e dar entrevista, apresentar resumos, expor programações dar avisos, fazer convites, etc.

Confronto entre os mesmos níveis de registros de forma a constatar as similaridades oral e escrita.

Relato de acontecimento, mantendo-se a unidade temática.

Debates, seminários, júris-simulados e outras atividades que possibilitem o desenvolvimento da argumentação.

METODOLOGIA DA PRÁTICA DE LEITURA

A leitura precisa ser vista, na escola, como uma prática consciente do leitor perante a realidade. É necessário saber que no processo de formação de leitores, a dificuldade advém de questões práticas, internas de sala de aula, muitas vezes conflitantes, tudo isso permeando pela não clareza do significado do ato de ler.

O que não pode ocorrer é que a leitura seja feita somente a partir dos livros didáticos. O professor pode propor uma infinidade de textos, porém, a fim de desenvolver a subjetividade do aluno, deve considerar, também, a preferência e a opinião dele ao selecioná-los.

Estratégias que podem favorecer, na escola, o envolvimento com a leitura: disponibilizar aos alunos livros que possam ser folheados, selecionados e levados para casa, organizar exposições de livros, ler trechos de obras e expô-los em cartazes; leitura oral; trazer convidados para ler e comentar com os alunos o que esta lendo e vice e versa; criar momentos em que os alunos exponham suas idéias, opiniões e experiências de leitura.

METODOLOGIA TEXTUAL (ESCRITA)

Se os textos são a concretização dos discursos que acontecem nas mais variadas situações cotidianas, o ensino-aprendizagem de uma língua não pode abrir mão deles, pois, ao revelar usos da língua e levar a reflexões, contribuem para a criação de competências específicas, entre as quais se destacam as habilidades de reconhecer, produzir, compreender e relacionar um texto a um gênero (poema, crônica e conto).

Pensar a prática da escrita é ter em mente que tanto o professor quanto o aluno necessitam, primeiramente, planejar o que está produzido; em seguida escrever a primeira versão sobre a proposta apresentada e, finalmente, revisar, reestruturar e reescrever esse texto. Com este processo, em que o aluno cria o habito de planejar, escrever revisar e reescrever seus textos, ele percebera que a reformulação da escrita não é um motivo para constrangimento, não caracteriza que o texto ficou “errado” e sim, que é possível produzir textos que refletem seus pontos de vista suas fantasias e sua criatividade.

É preciso que os alunos se envolvam com os textos que produzem, assumindo de fato a autoria do que escrevem.

METODOLOGIA DO TRABALHO COM LITERATURA

A perspectiva de trabalho com o ensino da literatura é rizomática e levará em conta a Estética da Recepção, isto é, a obra está sujeita ao horizonte de expectativas de um público, o que significa dizer que não é só o autor que faz o texto, mas que o texto, feito pelo autor, se concretiza no universo do leitor de diferentes formas e com diferentes entendimentos, que podem não ser os mesmos de quando o texto foi escrito ou publicado. O professor vai ser um dos responsáveis por alargar o universo de entendimento do aluno na leitura de diferentes obras e mostrar que esse entendimento não está vinculado somente ao contexto de produção da obra, mas sim a outros contextos históricos e sócio-culturais. O trabalho aqui deve ser pautado nas diversas relações que a obra estabelece com outros textos, produzidos em diferentes épocas. Daí que somente situá-la como produção de determinada época ou movimento literário

reduz as possibilidades de interpretação, entendimento e formação crítica do leitor.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser “contínua e cumulativa, ou seja, formativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo de um período sobre os de eventuais provas finais”, já que se “considera que os alunos possuem ritmos e processos de aprendizagem diferentes e, por ser contínua e diagnóstica, aponta dificuldades, possibilitando que a intervenção pedagógica aconteça a todo tempo”. Entendemos que a avaliação não deva ter como objetivo central promover ou reter o aluno, mas deva ser um instrumento que integre o processo de ensino/aprendizagem e a cada realização, redirecione os objetivos e as estratégias desse processo. Nesse contexto o professor deverá utilizar a observação diária e instrumentos variados para avaliar os conteúdos trabalhados na perspectiva da oralidade, leitura e escrita.

A oralidade será avaliada em função da adequação do discurso/texto aos diferentes interlocutores e situações. Num seminário, num debate, numa troca informal de idéias, numa entrevista, num relato de história, etc. Não se pode deixar de lembrar que cada aluno apresenta uma experiência pessoal distinta de contato com a linguagem, anteriormente ao período de escolarização, e a forma de como irá se desenvolver no processo ensino/aprendizagem. Portanto, o professor, em sua avaliação, terá que considerar o caminho percorrido por esse aluno desde os primeiros dias de aulas, ressaltando que o ponto de partida nunca será o mesmo para cada educando. O aluno também deve se posicionar como avaliador de textos orais com os quais convive, como: noticiários, discursos políticos, programas televisivos, e de suas próprias falas, formais ou informais, tendo em vista o resultado esperado.

Quanto à leitura, o professor pode propor aos alunos discussões, debates e outras atividades que lhe permitam avaliar as estratégias que eles

empregam no decorrer da leitura a compreensão do texto lido e o seu posicionamento diante do tema, valorizar a reflexão que o aluno faz a partir do texto, seja ele oral, escrito, gráficos, infográficos, imagens, etc.

Em relação à escrita é preciso ver o texto do aluno como uma fase do processo de produção, nunca como produto final. É preciso haver clareza na proposta de produção textual. É a partir daí que o texto escrito será avaliado nos seus aspectos discursivo-textuais, verificando: a coesão e a coerência textual, a adequação à proposta e ao gênero solicitado, se a linguagem está de acordo com o texto exigido, a elaboração de argumentos consistentes e a organização dos parágrafos. Tal como na oralidade, o aluno deve se posicionar como avaliador. No momento da reestruturação textual deve-se observar, por exemplo: se a intenção do texto foi alcançada, se há relação entre partes do texto, se há necessidade de cortes, se é necessário substituir parágrafos, idéias, etc.

Os critérios de avaliação devem contemplar os aspectos da variação lingüística, os elementos de composição dos gêneros textuais e os elementos gramaticais que contribuíram para a construção do gênero textual. Esses devem estar voltados para as práticas sociais de linguagem: oralidade, leitura e escrita, considerando-se que a avaliação deve dar indicativos do processo de aprendizagem, deve explicitar os conteúdos que o aluno já se apropriou e, por outro lado, os conteúdos que precisam ser retomados.

Alguns critérios para avaliar a oralidade:

Atém-se ao tema proposto;

Atende as finalidades do texto solicitado (narrar, argumentar, relatar, descrever ou instruir)

Apresenta argumentos que sustentam o ponto de vista;

Elabora textos coerentes de diferentes gêneros textuais;

Emprega adequadamente os recursos de coesão que garantem a coerência do texto;

Emprega a linguagem adequada ao contexto;

Elabora texto com informatividade e aceitabilidade.

Alguns critérios para avaliar a leitura:

Localiza informações explicitas em um texto;

Depreende informação implícita em um texto;

Identifica o tema de um texto;

Identifica a tese de um texto;

Identifica os argumentos utilizados para defender a tese;

Reconhece efeitos de ironia ou humor em textos variados;

Identifica os recursos de linguagem utilizados no texto: denotação,conotação,elipse, repetição, pontuação, rima, etc.

Estabelece relações entre texto escrito e imagem (texto não-verbal, gráficos, obra de arte, mapas), entre outros;

Alguns critérios para avaliar a escrita:

Atem-se ao tema proposto;

Atende as finalidades do texto solicitado (narrar, argumentar, relatar, descrever ou instruir);

Apresentam argumentos que sustentam o ponto de vista;

Constitui uma unidade de sentido;

Emprega adequadamente os recursos de coesão que garantem a coerência do texto;

Identifica os recursos de linguagem utilizados no texto: denotação, conotação,elipse, repetição, pontuação, rima, etc;

Usa adequadamente a linguagem de acordo com o contexto;

Elimina os recursos exclusivos da oralidade;

Utiliza adequadamente sinais de pontuação;

Realiza operações de concordância;

Substitui operações sintáticas;

Emprega as regras de flexão e concordância;

Emprega as regras ortográficas e de acentuação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEED, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, Língua Portuguesa, 2008.

_____. Linguagem, escola e modernidade. In: GHIRALDELLI, P. J. Infância, escola emodernidade. São Paulo: Cortez, 1997.

GERALDI, João W. Concepções de linguagem e ensino de Português. In: O texto nasala de aula. 5. ed. Cascavel: Assoeste, 1990.

_____. Unidades básicas do ensino de português. In: João W. (org.). O texto na sala de aula. 3. ed. São Paulo: Ática, 2004.

_____. Portos de passagem. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GNERRE, M. Linguagem, Escrita e Poder. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ISER, Wolfgang. O ato da leitura: uma teoria do efeito estético. São Paulo: Editora 34, 1996, vol. 1.

LAJOLO, Marisa. Do mundo da leitura para a leitura do mundo. São Paulo: Ática, 2001.

MARCUSCHI, Luis Antonio. Da fala para a escrita: atividades de retextualização.6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PERFEITO, Alba Maria. Concepções de Linguagem, Teorias Subjacentes e Ensino deLíngua Portuguesa. In: Concepções de linguagem e ensino de língua portuguesa(Formação de professores EAD 18). v.1. 1 ed. Maringá: EDUEM, 2005. p 27-79.

PIVOVAR, Altair. Leitura e escrita: a captura de um objeto de ensino. Curitiba, 1999. Dissertação de mestrado – UFPR.
POSSENTI, Sírio. Por que (não) ensinar gramática. 4 ed. Campinas, SP: Mercadodas Letras, 1996.

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE ARTES

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

Desde o início da história da humanidade a arte tem se mostrado como uma práxis presente em todas as manifestações culturais. No século XX, a disciplina de artes acompanha e se fundamenta nas transformações educacionais, artística e, culturais.

No ensino fundamental a arte passa a vigorar como área de conhecimento e trabalho com as várias linguagens e visa à formação artística e estética dos alunos. A área de artes, assim constituída, refere-se as linguagens artísticas, como as Artes Visuais, a Música, o Teatro e a Dança.

A arte é produto de um conjunto de idéias, crenças e doutrinas, próprias de uma sociedade, de uma época ou de uma classe. Não pode ser definida como ideologia, porém ela está presente nas produções artísticas.

Como fonte de humanização a Arte ensina a desaprender os princípios da obviedades atribuídas aos objetos e as coisas. É desafiadora, expõe contradições, emoções e os sentidos de suas construções. O ensino da Arte deve interferir e expandir os sentidos, a visão de mundo, aguçar o espírito crítico, para que o aluno possa situar-se como sujeito de sua realidade

histórica. O aluno desenvolve sua cultura de arte fazendo, conhecendo e apreciando produções artísticas, que são ações que integram o perceber, o pensar, o aprender, o recordar, o imaginar, o sentir, o expressar, o comunicar. Produzindo trabalhos artísticos e conhecendo essa produção nas outras culturas, o aluno poderá compreender a diversidade de valores que orientam tanto seus modos de pensar e agir como os da sociedade. Trata-se de criar um campo de sentido para a valorização do que é próprio e favorecer o entendimento da riqueza e diversidade da imaginação humana.

Além disso, os alunos tornam-se capazes de perceber sua realidade cotidiana mais significativamente, reconhecendo e decodificando formas, sons, gestos, movimentos que estão a sua volta. A arte estimula o aluno a perceber, compreender e relacionar tais significados sociais. O conhecimento da arte abre perspectivas para que o aluno tenha uma compreensão do mundo na qual a dimensão poética esteja presente, ela ensina que nossas experiências geram um movimento de transformação permanente, que é preciso reordenar referências a cada momento, ser flexível. Isso significa que criar e conhecer são indissociáveis e a flexibilidade é condição fundamental para aprender.

Os conteúdos estruturantes, Elementos Formais, composição, Movimentos e Períodos direcionam o trabalho na disciplina de Artes, esses estão organizados em quatro áreas artísticas : Artes Visuais, Música,Teatro e Dança.

OBJETIVOS GERAIS

Experimentar e explorar as possibilidades de cada linguagem artística;

Construir uma relação de autoconfiança com a produção artística pessoal e conhecimento estético, respeitando a própria produção e a dos colegas, sabendo receber e elaborar críticas;

Experimentar o conhecer materiais, instrumentos e procedimentos artísticos diversos em arte (Arte Visual, Dança, Música, Teatro), de modo que

os utilize nos trabalhos pessoais, identifique-os e interprete-os na apreciação e contextualize-os culturalmente;

Compreender e utilizar a arte como linguagem, mantendo uma atitude de busca pessoal ou coletiva, articulando a percepção, a imaginação, a emoção, a investigação,a sensibilidade e a reflexão ao realizar e fluir produções artísticas;

Identificar, relacionar e compreender a arte como fato histórico contextualizando nas diversas culturas, conhecendo, respeitando e podendo observar as produções presentes no entorno, assi8m como as demais do patrimônio cultural e do universo natural, identificando a existência de diferenças nos padrões artísticos e estéticos de diferentes grupos culturais;

Identificar, relacionar e compreender diferentes funções da arte, do trabalho e da produção dos artistas;

Pesquisar e saber organizar informações sobre a arte em contato com artistas, obras de artes, fontes de comunicação e informação.

CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO

5ª SÉRIE/ 6° ANO

ÁREA MÚSICA		
ELEMENTOS FORMAIS	**COMPOSIÇÃO**	**MOVIMENTOS E PERÍODOS**
Altura Duração Intensidade Densidade	Ritmo Melodia Escalas: diatômica Pentatônica Cromática	Greco-Romana Oriental Ocidental Africana

	Improvisação	
ÁREA ARTES VISUAIS		
ELEMENTOS FORMAIS	**COMPOSIÇÃO**	**MOVIMENTOS E PERÍODOS**
Ponto Linha Textura Forma Superfície Volume Cor Luz	Bidimensional Figurativa Geométrica, simetria Técnicas: Pintura, escultura, arquitetura... Gêneros: cenas da mitologia...	Arte Greco-Romana Arte Africana Arte Oriental Arte Pré-Histórica
ÁREA TEATRO		
ELEMENTOS FORMAIS	**COMPOSIÇÃO**	**MOVIMENTOS E PERÍODOS**
Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais. Ação Espaço	Enredo, roteiro. Espaço Cênico, adereços Técnicas: jogos teatrais, teatro indireto e direto, improvisação, manipulação, máscara... Gênero: Tragédia, comédia e circo.	Greco-Romana Teatro Oriental Teatro Medieval Renascimento

ÁREA DANÇA		
ELEMENTOS FORMAIS	**COMPOSIÇÃO**	**MOVIMENTOS E PERÍODOS**
Movimento Corporal Tempo Espaço	Kinesfera Eixo Ponto de Apoio Movimentos articuladores Fluxo (livre e interrompido) Rápido e lento Formação Níveis (alto, médio e baixo) Deslocamento (direto e indireto) Dimensões (pequeno e grande) Técnica: Improvisação Gênero: Circular	Pré-história Grego-Romana Renascimento Dança Clássica

6ª SÉRIE 7° ANO

ÁREA MÚSICA

ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS
Altura Duração Timbre Intensidade Densidade	Ritmo Melodia Escalas Gêneros: folclórico, indígena, popular e étnico. Técnicas: vocal, instrumental e mista. Improvisação	Música popular e étnica (ocidental e oriental)
ÁREA ARTES VISUAIS		
ELEMENTOS FORMAIS	**COMPOSIÇÃO**	**MOVIMENTOS E PERÍODOS**
Ponto Linha Textura Forma Superfície Volume Cor Luz	Proporção Tridimensional Figura e fundo Abstrata Perspectiva Técnicas: Pintura, escultura, modelagem e gravura Gêneros: paisagem, retrato e natureza morta	Arte indígena Arte popular Brasileira e paranaense Renascimento Barroco

ÁREA TEATRO		
ELEMENTOS FORMAIS	**COMPOSIÇÃO**	**MOVIMENTOS E PERÍODOS**
Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais. Ação Espaço	Representação, leitura dramática, cenografia Técnicas: jogos teatrais, mímica, improvisação e formas animadas Gênero: Rua e arena Caracterização.	Comédia Dell'Arte Teatro popular Brasileiro e paranaense Teatro Africano
ÁREA DANÇA		
ELEMENTOS FORMAIS	**COMPOSIÇÃO**	**MOVIMENTOS E PERÍODOS**
Movimento Corporal Tempo Espaço	Ponto de Apoio Rotação Coreografia Salto e queda Peso (leve e pesado) Fluxo (livre , interrompido e conduzido)	Dança popular Brasileira Paranaense Africana e indígena

	Rápido e lento e moderado Níveis (alto, médio e baixo) Formação Direção Gênero: folclórica, popular e étnica	

7ª SÉRIE/ 8° ANO

ÁREA MÚSICA		
ELEMENTOS FORMAIS	**COMPOSIÇÃO**	**MOVIMENTOS E PERÍODOS**
Altura Duração Timbre Intensidade Densidade	Ritmo Melodia Harmonia Tonal, modal e a fusão de ambos. Técnicas: vocal, instrumental e mista.	Industria cultural Eletrônica Minimalista Rap, Rock, Tecno

ÁREA ARTES VISUAIS		
ELEMENTOS FORMAIS	**COMPOSIÇÃO**	**MOVIMENTOS E PERÍODOS**
Ponto Linha Textura Forma Superfície Volume Cor Luz	Semelhanças Contrastes Ritmo Visual Estilização Deformação Técnicas: desenho:, fotografia, audiovisual e mista	Indústria Cultural Arte no séc. XX Arte contemporânea
ÁREA TEATRO		
ELEMENTOS FORMAIS	**COMPOSIÇÃO**	**MOVIMENTOS E PERÍODOS**
Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais. Ação Espaço	Representação no cinema e Mídias Texto dramático Maquiagem Sonoplastia Roteiro Técnicas: jogos teatrais, sombra, adaptação	Indústria cultural Realismo Expressionismo Cinema Novo

	cênica... Técnicas: jogos teatrais, mímica, improvisação e formas animadas Gênero: Rua e arena Caracterização.	
ÁREA DANÇA		
ELEMENTOS FORMAIS	**COMPOSIÇÃO**	**MOVIMENTOS E PERÍODOS**
Movimento Corporal Tempo Espaço	Giro Rolamentos Saltos Aceleração e desaceleração Direções (frente, atrás, direita e esquerda) Improvisação Coreografia Sonoplastia Gênero: indústria Cultural e espetáculo	Hip Hop Musicais Expressionismo Industria Cultural Dança Moderna

8ª SÉRIE/ 9° ANO

ÁREA MÚSICA		
ELEMENTOS FORMAIS	**COMPOSIÇÃO**	**MOVIMENTOS E PERÍODOS**
Altura Duração Timbre Intensidade Densidade	Ritmo Melodia Harmonia Técnicas: vocal, instrumental e mista Gêneros: popular, folclórico e étnico.	Música Engajada Música Popular Brasileira Música contemporânea.
ÁREA ARTES VISUAIS		
ELEMENTOS FORMAIS	**COMPOSIÇÃO**	**MOVIMENTOS E PERÍODOS**
Linha Textura Forma Superfície Volume Cor	Bidimensional Tridimensional Figura - fundo Ritmo visual Técnicas: Pintura, grafite, performance... Gêneros: paisagem,	Realismo Vanguardas Muralismo e Arte Latino-Americana Hip Hop

Luz	urbana, cenas do cotidiano	
ÁREA TEATRO		
ELEMENTOS FORMAIS	**COMPOSIÇÃO**	**MOVIMENTOS E PERÍODOS**
Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais. Ação Espaço	Técnicas: Monólogo, jogos, teatrais, direção, ensaio, Teatro-fórum... Dramaturgia Cenografia Sonoplastia Iluminação Figurino	Teatro Engajado Teatro do Oprimido Teatro Pobre Teatro do Absurdo Vanguardas
ÁREA DANÇA		
ELEMENTOS FORMAIS	**COMPOSIÇÃO**	**MOVIMENTOS E PERÍODOS**
Movimento Corporal Tempo Espaço	Kinisfera Ponto de apoio Peso Fluxo Quedas Saltos	Vanguardas Dança moderna Dança contemporânea

	Giros Rolamentos Extensão (perto e longe) Coreografia Deslocamento Gênero: Performance e moderna	

METODOLOGIA

A organização do trabalho pedagógico com o ensino da Arte deve contemplar Três momentos:

- o sentir e perceber: apreciação e apropriação da obra de arte;
- o trabalho artístico: prática criativa;
- o conhecimento em arte: cria as condições para que o estudante sinta e perceba a obra artística, bem como desenvolva um trabalho para criar conceitos artísticos.

O trabalho em sala poderá iniciar por qualquer um desses momentos, ou pelos três de forma simultânea, ao final das atividades, em uma ou várias aulas, espera-se que o estudante tenha vivenciado cada um deles.

Incentivar o aluno a expressar seus sentimentos artísticos através de arte visual, da música, da dança e teatro favorecendo-lhes novas

possibilidades de aprendizados, de ações, de trabalho com arte ao longo da vida.

Propor ao aluno conhecimento de linguagens artísticas e códigos correspondentes possibilitando seu entendimento em arte audiovisual e informática.

Trabalhar o ensino da arte desenvolvendo conhecimentos estéticos e artísticos no aluno, de forma interdisciplinar, objetivando uma educação transformadora e responsável, preocupada com a formação e a identidade do cidadão.

Ensinar a ver, a ouvir criticamente, a interpretar a realidade a fim de ampliar as possibilidades de expressão artística. Abordar simultaneamente três aspectos: a humanização dos objetos e dos sentidos, a familiarização cultural e o saber estético, e também o trabalho artístico.

Incluindo ensino de arte o conhecimento artístico que, aliado a leitura da realidade permitem a superação de sua aparência imediata para compreender seu significado humano.

AVALIACÃO

A avaliação em Arte supera o papel de mero instrumento de medição da apreensão de conteúdos e busca propiciar aprendizagens socialmente significativas, deve ser diagnóstica e processual, diagnóstica por ser a referencia do professor para o planejamento das aulas e de avaliação dos alunos, processual por pertencer a todos os momentos da prática pedagógica e não estabelecer parâmetros comparativos entre os alunos, discutindo as dificuldades e progressos de cada um a partir da própria produção de forma individual, favorecendo o diagnostico do conhecimento e das limitações de cada aluno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEED, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, Arte, 2008.

BOSI, Alfredo. Reflexões sobre a arte. São Paulo: Ática, 1991.

BOURCIER, Paul. História da dança no ocidente. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei n. 5692/71: lei de diretrizes e bases da educaçãonacional, LDB. Brasília, 1971.

BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei n. 9394/96: lei de diretrizes e bases da educaçãonacional, LDB. Brasília, 1996.

FISCHER, Ernst. A necessidade da arte. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

FORQUIN, Jean-Claude. Escola e cultura: as bases epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

GOMBRICH, Ernest H. Arte e ilusão. São Paulo: M. Fontes, 1986.

MAGALDI, Sábato. Iniciação ao Teatro. São Paulo: Editora Ática, 2004.

MARQUES, Isabel. Dançando na escola. São Paulo: Cortez, 2005.

MARTIN-BARBERO, Jesus; REY, Germán. Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva. São Paulo: Senac, 2001.

MORAES, J. Jota. O que é música? São Paulo: Brasiliense, 1983.

NETO, Manoel J. de S. (Org.). A (des)construção da Música na Cultura Paranaense.Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004.

OSINSKI, Dulce R. B. Ensino da arte: os pioneiros e a influência estrangeira na arte educação em Curitiba. Curitiba: UFPR, 1998. Dissertação (Mestrado).

OSTROWER, Fayga. Criatividade e Processos de Criação. Petrópolis: Vozes, 1987.

OSTROWER, Fayga. Universos da arte. Rio de Janeiro: Campus, 1983.

PROPOSTA CURRICULAR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A educação física vem apresentando mudanças significativas ao longo da história. Estas mudanças são de ordem conceitual, organizativa e de percepção de seu objeto de estudo, refletindo as características das relações entre o homem e a sociedade em diferentes momentos e lugares, abrangendo as concepções de saúde, estética e lazer, representando e adquirindo diferentes significados, conforme o momento histórico.

Esta área do conhecimento, incorpora os pressupostos teórico-filosóficos que reconhecem seu caráter político, social e cultural, deixando de ter como pilares básicos o higienismo e o militarismo, tendo como seu campo de investigação a cultura corporal que envolve as relações corpo-sociedade, intervindo na realidade social, através dos elementos da produção cultural.

Portanto, a Educação física não tem a pretensão única de alcançar o condicionamento físico, mas estimular o pensar sobre a intenção sujeito-realidade, num exercício de cidadania, autonomia e capacidade crítico-reflexivo na formação do sujeito.

OBJETIVOS GERAIS

- Participar de atividades de natureza relacional, respeitando as individualidades físicas e motoras de seus colegas, aperfeiçoamento das capacidades físicas aplicando-as no seu cotidiano.
- Adotar atitudes de respeito ao próximo nas atividades físicas, encaminhamento ao diálogo e não a violência, diferenciando os objetivos dos contextos escolares.
- Relacionar a diversidade de manifestação da cultura corporal de seu ambiente e de outros, com o contexto em que são produzidos e valorizados.
- Procurar o seu entendimento das atividades físicas para melhoria da saúde e aptidão física.
- Analisar, compreender e manipular os elementos que compõe as regras como instrumentos de criação e transformação e favorecer a inclusão dos praticantes.
- Desenvolver a criticidade nos alunos a respeito de saúde e exercícios físicos e a sua correlação, presentes em nosso cotidiano.
- Abordar de forma geral os aspectos socioculturais e a melhoria da qualidade de vida.
- Propiciar aos alunos a compreensão da ética e cidadania e o seu preparo para a vida.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES/ CONTEÚDOS BÁSICOS

5ª SÉRIE/ 6° ANO

Esporte

Coletivos: vôlei, basquete, handebol e futsal

Individuais: atletismo,

Qualidade de vida: avaliação biométrica, aspectos anatômico-fisiológicos da prática corporal, saúde

Jogos e brincadeiras

Jogos e brincadeiras populares:

Brincadeiras e cantigas de roda

Jogos de tabuleiro

Jogos cooperativos

Dança

Danças folclóricas

Danças de rua

Danças criativas

Ginástica

Ginástica rítmica

Ginástica circense

Ginástica geral

Lutas

Lutas de aproximação: noções de Judô e Karatê

Capoeira: manifestações da Cultura Afro-Brasileira e Africana

6ª SÉRIE/ 7° ANO

Esporte

Coletivos: vôlei, basquete, handebol e futsal

Individuais: atletismo

Qualidade de vida: avaliação biométrica, aspectos anatômico-fisiológicos da prática corporal, saúde

Jogos e brincadeiras

Jogos e brincadeiras populares

Brincadeiras e cantigas de roda

Jogos de tabuleiro

Jogos cooperativos

Dança

Danças folclóricas

Danças de rua

Danças criativas

Danças circulares

Ginástica

Ginástica rítmica

Ginástica circense

Ginástica geral

Lutas

Lutas de aproximação: noções de Judô e Karatê

Capoeira: manifestações da Cultura Afro-Brasileira e Africana

7ª SÉRIE/ 8° ANO

Esporte

Coletivos: : vôlei, basquete, handebol e futsal

Radicais

Qualidade de vida: avaliação biométrica, aspectos anatômico-fisiológicos da prática corporal, saúde

Jogos e brincadeiras

Jogos e brincadeiras populares

Jogos dramáticos

Jogos de tabuleiro

Jogos cooperativos

Dança

Danças circulares

Danças criativas

Ginástica

Ginástica rítmica

Ginástica circense

Ginástica geral

Lutas

Lutas de aproximação: noções de Judô e Karatê

Capoeira: manifestações da Cultura Afro-Brasileira e Africana

8ª SÉRIE/ 9° ANO

Esporte

Coletivos: : vôlei, basquete, handebol e futsal

Radicais

Qualidade de vida: avaliação biométrica, aspectos anatômico-fisiológicos da prática corporal, saúde

Jogos e brincadeiras

Jogos dramáticos

Jogos de tabuleiro

Jogos cooperativos

Dança

Danças circulares

Danças criativas

Ginástica

Ginástica rítmica

Ginástica geral

Lutas

Lutas com instrumento mediador

Capoeira: manifestações da Cultura Afro-Brasileira e Africana

METODOLOGIA

A proposta pedagógico histórico-crítico da Educação física, tem como ponto de partida, a prática social, a interação entre professor e aluno.

O trabalho com essa área do conhecimento deve partir da realidade trazida pelos alunos, com o objetivo de problematizar a leitura da realidade relacionando-a com os conteúdos sistematizados.

O processo de assimilação do conhecimento deve partir de práticas corporais envolvendo a escrita e apresentações verbais de forma que eles interiorizem a teoria através da prática.

Os problemas serão detectados a partir desta prática social, desta interação entre professor e aluno, esse relacionamento trará contribuições para a anatomia do educando. É a etapa de transmissão/construção do conhecimento.

É necessário que haja na ação pedagógica, momentos de constatação, interpretação, compreensão e explicação da realidade social, complexa e contraditória.

AVALIAÇÃO

A avaliação em Educação Física à luz dos paradigmas tradicionais, como o da esportivização, desenvolvimento motor, psicomotricidade e da aptidão física, é insuficiente para a compreensão do fenômeno educativo em uma perspectiva mais abrangente.

Um dos primeiros aspectos que precisa ser garantido é a não exclusão, isto é, a avaliação deve estar a serviço da aprendizagem de todos os alunos, de modo que permeie o conjunto das ações pedagógicas e não seja um elemento externo a esse processo.

Os critérios para avaliação devem ser estabelecidos considerando o comprometimento e envolvimento – se os alunos entregam as atividades propostas pelo professor; se houve assimilação dos conteúdos propostos, por meio da recriação de jogos e regras; se o aluno consegue resolver, de maneira

criativa, situações problemas sem desconsiderar a opinião do outro, respeitando o posicionamento do grupo e propondo soluções para as divergências; se o aluno se mostra envolvido nas atividades, seja através de participação nas atividades práticas ou realizando relatórios.

Partindo-se desses critérios, a avaliação deve se caracterizar como um processo contínuo, permanente e cumulativo, tal qual preconiza a LDB nº 9394/96, em que o professor organizará e reorganizará o seu trabalho, sustentado nas diversas práticas corporais, como a ginástica, o esporte, os jogos e brincadeiras, a dança e a luta.

A avaliação deve, ainda, estar relacionada aos encaminhamentos metodológicos, constituindo-se na forma de resgatar as experiências e sistematizações realizadas durante o processo de aprendizagem. Isto é, tanto o professor quanto os alunos poderão revisitar o trabalho realizado, identificando avanços e dificuldades no processo pedagógico, com o objetivo de (re)planejar e propor encaminhamentos que reconheçam os acertos e ainda superem as dificuldades constatadas.

A avaliação deve valer-se de um apanhado de indicadores que evidenciem, através de registros de atitudes e técnicas de observação, o que os alunos expressam em relação a sua capacidade de criação,de socialização, os (pré)conceitos sobre determinadas temáticas, a capacidade de resolução de situações problemas e a apreensão dos objetivos inicialmente traçados pelo professor (PALLAFOX E TERRA, 1998).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEED, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, Educação Física, 2008.

BRACHT, Valter. Educação Física e aprendizagem social. Porto Alegre: Magister,1992.

_____. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. In.: Caderno CEDES, Campinas, v. 19, n. 48, 1999.

CASTELLANI FILHO, Lino. Educação Física no Brasil: história que não se conta. 4ed. Campinas: Papirus, 1994.
COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino da educação física. São Paulo:Cortez, 1992.
LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 2 ed., São Paulo:Cortez, 1995.
MARCELLINO, Nelson Carvalho. Estudos do lazer: uma introdução. 3 ed. Campinas:Autores Associados, 2002.
NAVARRO. Rodrigo Tramutolo. Os caminhos da Educação Física no Paraná: doCurrículo Básico às Diretrizes Curriculares. 179f. Dissertação (Mestrado) – Setor de Educação – Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2007.
PALLAFOX, Gabriel Humberto Muñhos; TERRA, Dinah Vasconcellos. Introdução à avaliação na educação física escolar. In: Pensar a Prática. Goiânia, v. 1. n. 01, jan/dez 1998, p. 23-37.

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

É necessário compreender a Matemática desde suas origens até sua constituição como campo científico e como disciplina no currículo escolar brasileiro para ampliar a discussão acerca dessas duas dimensões.

Os povos das antigas civilizações desenvolveram os primeiros conhecimentos que vieram compor a Matemática conhecida hoje. Há menções na história da Matemática de que os babilônios, por volta de 2000 a.C., acumulavam registros do que hoje podem ser classificados como álgebra elementar. Foram os primeiros registros da humanidade a respeito de idéias que se originaram das configurações físicas e geométricas, da comparação das formas, tamanhos e quantidades. Para Ribnikov [1987], esse período demarcou o nascimento da Matemática. Contudo, como campo de

conhecimento, a Matemática emergiu somente mais tarde, em solo grego, nos séculos VI e V a.C. Com a civilização grega, regras, princípios lógicos e exatidão de resultados foram registrados. Com os pitagóricos ocorreram as primeiras discussões sobre a importância e o papel da Matemática no ensino e na formação das pessoas. Com os platônicos, buscava-se, pela Matemática, um instrumento que, para eles, instigaria o pensamento do homem. Essa concepção arquitetou as interpretações e o pensamento matemático de tal forma que influencia no ensino de Matemática até os dias de hoje (STRUIK, 1998).

O Movimento da Matemática Moderna também motivou o início de estudos e debates sobre a renovação pedagógica por meio de uma discussão aberta e organizada por alguns grupos de estudos, como o Núcleo de Estudos e Difusão do Ensino da Matemática (NEDEM), no Paraná. Mas, antes de se chegar a uma proposta diferenciada para o ensino e a aprendizagem dessa disciplina no país, vivenciamos um período no qual sobressaiu a escola tecnicista. A pedagogia tecnicista não se centrava no professor ou no estudante, mas nos objetivos instrucionais, nos recursos e nas técnicas de ensino. Os conteúdos eram organizados por especialistas, muitas vezes em kits de ensino e ficavam disponíveis em livros didáticos, manuais, jogos pedagógicos e recursos audiovisuais.

Já a tendência construtivista surgiu no Brasil a partir das décadas de 1960 e 1970, e se estabeleceu como meio favorável para discutir o ensino da Matemática na década de 1980. Nesta tendência, o conhecimento matemático resultava de ações interativas e reflexivas dos estudantes no ambiente ou nas atividades pedagógicas. A Matemática era vista como uma construção formada por estruturas e relações abstratas entre formas e grandezas. O construtivismo, então, dava mais ênfase ao processo e menos ao produto do conhecimento. A interação entre os estudantes e o professor era valorizada e o espaço de produção individual se traduzia como um momento de interiorização das ações e reflexões realizadas coletivamente.

A tendência pedagógica socioetnocultural surgiu a partir da discussão sobre a ineficiência do Movimento Modernista. Aspectos socioculturais da

EducaçãoMatemática foram valorizados e suas bases teórica e prática estavam na Etnomatemática. Sob essa perspectiva, a matemática deixou de ser vista como um conjunto de conhecimentos universais e teoricamente bem definidos e passou a ser considerada como um saber dinâmico, prático e relativo. A relação professor-estudante, nesta concepção, era a dialógica, isto é, privilegiava a troca de conhecimentos entre ambos e atendia sempre à iniciativa dos estudantes e problemas significativos no seu contexto cultural.

A tendência histórico-crítica surgiu, no Brasil, em meados de 1984 e, através de sua metodologia fundamentada no materialismo histórico, buscava a construção do conhecimento a partir da prática social, superando a crença na autonomia e na "dependência absoluta da educação em face das condições sociais vigentes" (SAVIANI, 1997, p. 76). Na matemática, essa tendência é vista como um saber vivo, dinâmico, construído para atender às necessidades sociais, econômicas e teóricas em um determinado período histórico. A aprendizagem da Matemática consiste em criar estratégias que possibilitam ao aluno atribuir sentido e construir significado às idéias matemáticas de modo a tornar-se capaz de estabelecer relações, justificar, analisar, discutir e criar. Desse modo, supera o ensino baseado apenas em desenvolver habilidades, como calcular e resolver problemas ou fixar conceitos pela memorização ou listas de exercícios. A ação do professor é articular o processo pedagógico, a visão de mundo do aluno, suas opções diante da vida, da história e do cotidiano. O auge das discussões da tendência histórico-crítica aconteceu num momento de abertura política no país, na década de 1980.

A partir de 1998, o Ministério da Educação distribuiu os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que para o Ensino Fundamental apresentavam conteúdos da Matemática. Porém, para o Ensino Médio, orientavam as práticas docentes tão somente para o desenvolvimento de competências e habilidades, destacando o trabalho com os temas transversais, em prejuízo da discussão da importância do conteúdo disciplinar e da apresentação de uma relação desses conteúdos para aquele nível de ensino.

Surgi, então, a necessidade do resgate, para o processo de ensino e aprendizagem, da importância do conteúdo matemático e da disciplina

Matemática. É imprescindível que o estudante se aproprie do conhecimento de forma que “compreenda os conceitos e princípios matemáticos, raciocine claramente e comunique idéias matemáticas, reconheça suas aplicações e aborde problemas matemáticos com segurança” (LORENZATO e VILA, 1993, p.41). Para tanto, o trabalho docente necessita emergir da disciplina Matemática e ser organizado em torno do conteúdo matemático e, por conseguinte, se faz necessário uma fundamentação teórica e metodológica.

Sendo assim, a partir de 2003, a SEED deflagrou um processo de discussão coletiva com professores que atuam em salas de aula, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, com educadores dos Núcleos Regionais e das equipes pedagógicas da Secretaria de Estado da Educação. O resultado desse longo trabalho conjunto passa a constituir as Diretrizes Curriculares Estaduais, as quais resgatam importantes considerações teórico-metodológicas para o ensino da Matemática.

OBJETIVOS GERAIS

O objetivo do ensino de matemática, visando à construção da cidadania indica que o ensino fundamental deve levar o aluno a:

- Identificar os conhecimentos matemáticos como meios para compreender e transformar o mundo a sua volta e perceber o caráter de jogo intelectual, característico da matemática, como aspecto que estimula o interesse, a curiosidade, o espírito de investigação e o desenvolvimento da capacidade para resolver problemas;
- Resolver situações problemas, sabendo validar estratégias e resultados, desenvolvendo formas de raciocínios e processos, como intuição, indução, dedução e utilizando conceitos e procedimentos matemáticos, bem como instrumentos tecnológicos disponíveis;

- Comunicar-se matematicamente, ou seja, descrever, representar e apresentar resultados com precisão e argumentar sobre suas conjecturas;
- Sentir-se seguro da própria capacidade de construir conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a auto-estima e a perseverante na busca de soluções;
- Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente na busca de soluções para problemas propostos, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES/ CONTEÚDOS BÁSICOS

5ª SÉRIE/6º ANO

Números e Álgebra:

Sistema de numeração;

Conjunto de números naturais

Múltiplos e divisores;

Números fracionários;

Números decimais

Potenciação e radiciação.

Grandezas e Medidas:

Medidas de comprimento;

Medidas de massa;

Medidas de área;

Medidas de volume;

Medidas de tempo;

Sistema Monetário;

Geometria

Geometria Plana: ponto, reta e plano; semi-retas; polígonos

Geometria Espacial: sólidos geométricos e corpos redondos

Tratamento da informação

Dados, tabelas e gráficos de barras;

Porcentagem

6ª SÉRIE/7º ANO

Números e Álgebra:

Conjunto dos números inteiros;

Conjunto dos números racionais;

Equações e inequação do 1º grau;

Razão e proporção

Regra de Três simples;

Grandezas e medidas

Medidas de temperatura;

Medidas de ângulos;

Geometrias

Geometria Plana;

Geometria Espacial;

Geometrias não-euclidianas

Tratamento da Informação

Pesquisa estatística;

Média aritmética;

Moda e mediana;

Juros simples.

7ª SÉRIE/8º ANO

Números e Álgebra:

Números racionais e irracionais

Equações: Equação de 1º grau; sistema de equação.

Potencias;

Álgebra e suas funções: monômios,polinômios, produtos notáveis e fatoração;

Medidas:Perímetro, área, volume, ângulos e unidades correspondentes e aplicações na resolução de problemas.

Geometria: Geometria plana, Classificação dos triângulos, Círculo e cilindro, Construção de polígonos inscritos em circunferências; Geometria Espacial, Analítica e Não-Euclidianas;

Tratamento da Informação:

Leitura e interpretação, representação de dados por meio de tabelas, listas, diagramas, quadros e gráficos (população e amostra).

8ª SÉRIE/ 9° ANO

Números e Álgebra:

Números reais

Potenciação e Radiciação;

Equações do 2º grau

Teorema de Pitágoras;

Sistema de Equações;

Regra de três compostas.

Grandezas e medidas

Congruência e semelhança de figuras planas – Teorema de Talles;

Relações métricas no triângulo retângulo- Teorema de Pitágoras;

Trigonometria no triângulo retângulo.

Geometrias: Geometria Plana, Espacial, Analítica e não-euclidianas;

Classificação de triângulos; Interpretação geométrica de equações, inequações e sistemas de equações; representações geométricas de produtos notáveis.

Funções: Noções de função de 1° e 2° graus;

Tratamento da Informação

Noções de Análise Combinatória;

Noções de Probabilidade;

Estatística;

Juros Compostos.

Geometria: Classificação de triângulos; Interpretação geométrica de equações, inequações e sistemas de equações; Representação geométrica dos produtos notáveis.

Tratamento da Informação: Noções da probabilidade.

Funções: Noções de funções de 1º e 2º grau.

METODOLOGIA

Os conteúdos deverão ser abordados de forma articulada, que possibilitem uma intercomunicação e o entendimento que a apropriação de conceitos pode ocorrer em outros contextos. O professor ao evidenciar essas relações, possibilita ao aluno a compreensão de que o conhecimento matemático não é fragmentado. As Diretrizes Curriculares Estaduais apontam cinco tendências metodológicas para o direcionamento do trabalho:

Resolução de Problemas: trata-se de uma metodologia pela qual o aluno terá oportunidade de aplicar os conhecimentos matemáticos já adquiridos em novas situações de modo a resolver a questão proposta.

Etnomatemática: enfatiza as matemáticas produzidas pelas diferentes culturas. O papel da etnomatemática é reconhecer e registrar questões de relevância social que produzem o conhecimento matemático.

Modelagem Matemática: tem como pressuposto potencializar o ensino e aprendizagem do conhecimento matemático ao problematizar situações do cotidiano.

Mídias Tecnológicas: Os recursos tecnológicos sejam eles o software, a televisão, as calculadoras, os aplicativos da internet, entre outros podem favorecer as experimentações matemática e potencializar a prática pedagógica.

História da Matemática: A abordagem histórica não se resume a retratar curiosidades ou biografias de matemáticos famosos, vincula descobertas matemática aos fatos sociais e políticos, às circunstâncias históricas e às correntes filosóficas que determinaram o pensamento e influenciaram o avanço científico de cada época.

O desenho mostra a articulação presente entre as tendências. Um conteúdo pode ser trabalhado dentro de uma ou mais tendências. Cabe ao professor analisar qual delas, ou quais delas proporcionaria uma melhor condição de abordagem e aprofundamento do conteúdo.

A aprendizagem é um processo ativo e contínuo que estabelece a atividade intelectual com base em experiências reais. Dessa forma, o aprender matemática é mais do que o uso de fórmulas prontas, consiste em fazer com que o educando relacione a matemática com a sua vivência no dia-a-dia. Assim para viabilizar o desenvolvimento dos conteúdos utilizamos estratégias de ensino que visam multiplicar as oportunidades para os alunos construírem o conhecimento matemático e refletirem sobre o conhecimento adquirido. Os principais recursos para isso são:

Diálogo e troca de idéias entre os alunos e entre eles e o professor;

Leitura e interpretação de textos;

Atividades de pesquisa e experimentação;

Jogos em sala de aula e cálculo mental;

Trabalhos em grupo;

Seqüências de exercícios;

Utilização dos recursos eletrônicos, em particular da informática;

Incentivar o aluno a fazer deduções, com base em verificações experimentais, ou a confrontar suas conclusões com a dos colegas;

Resolução de situações- problema ligadas ao cotidiano;

Utilização de jornais e revistas como ferramenta para o estudo de determinados conteúdos específicos.

AVALIAÇÃO

Considera-se que a avaliação deve acontecer ao longo do processo de ensino e aprendizagem, ancorada em encaminhamentos metodológicos que abram espaço para a interpretação e discussão, que considere a relação do aluno com o conteúdo trabalhado, o significado desse conteúdo e a compreensão alcançada por ele.

Na avaliação deve-se observar: a capacidade do aluno de comunicar-se matematicamente, oral ou por escrito; participação em produção coletiva; interpretação de texto matemático; os meios utilizados na resolução de um problema e no seu retrospecto.

A avaliação deve incorporar basicamente quatro dimensões: diagnóstica, processual / contínua, cumulativa e participativa, seguindo assim alguns pontos fundamentais:

- Conhecimento e compreensão de conceitos e procedimentos;
- Capacidade de aplicar conhecimentos na resolução de problemas cotidianos;
- Capacidade para utilizar a linguagem para comunicar idéias (debates, dramatização, relatos orais e escritos);
- Habilidades de pensamento como: analisar, generalizar, inferir, raciocinar, indutiva e dedutiva, etc.;

Possibilidade de reflexão sobre: êxitos e dificuldades. O resultado não é o único interesse a ser contemplado na avaliação. É necessário observar o processo de construção do conhecimento e para isso a avaliação deverá necessariamente ser diagnóstica contemplando aspectos qualitativos e considerando as noções que o estudante traz decorrentes de sua vivência, de modo a relacioná-las com os novos conhecimentos abordados nas aulas de matemática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEED, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, Matemática, 2008.

BASSANEZI, R. C. Ensino-aprendizagem com modelagem matemática: umanova estratégia. São Paulo: Contexto, 2006.

BORBA, M. C.; PENTEADO, M. G. Informática e educação matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

BICUDO, M. A. V.; BORBA, M. C. (Orgs.) Educação matemática - pesquisa em movimento. São Paulo: Cortez, 2004.

BOYER, C. B. História da matemática. São Paulo: Edgard Blücher, 1996.

CARAÇA, B. J. Conceitos fundamentais da matemática. 4.ed. Lisboa: Gradiva,2002.

CARVALHO, J.B.P.F. O que é Educação Matemática. Temas e Debates, Rio Claro,v. 4, n.3, p.17-26, 1991.

COURANT, R. ; ROBBINS, H. O que é matemática? Uma abordagem elementar de métodos e conceitos. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2000.

DANTE, L. R. Didática da Resolução de Problemas de Matemática. São Paulo:Editora Ática, 2003.

EVES, H. Introdução à história da matemática. Campinas, SP: UNICAMP, 1995.

HOGBEN, L. Maravilhas da matemática: influência e função da matemática nos conhecimentos humanos. Porto Alegre: Editora Globo, 1950.

IFRAH, G. Os números: a história de uma grande invenção. 7.ed. São Paulo: Globo,1994.

PAVANELO, R. M. ; NOGUEIRA, C. M. I. Avaliação em Matemática: algumas considerações. Avaliação Educacional. 2006, v. 17, n. 33. Disponível em: www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1275/arquivoAnexado.pdf. Acesso em: 21 jan 2008.

POLYA, G. A Arte de Resolver Problemas. Rio de Janeiro: Editora Interciência,1995.

PONTE, J. P.; BROCARDO, J.; OLIVEIRA, H. Investigações Matemáticas na sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PROPOSTA CURRICULAR DE CIÊNCIAS

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A implantação da disciplina de Ciências no Brasil deu-se com a chegada da corte portuguesa quando foram instituídas Universidades e Museus (Museu Nacional do Rio de janeiro- 1818).

No currículo escolar a disciplina de Ciências foi implantada na década de 30 chamada de Ciências Físicas e Naturais ofertadas nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental.

Na década de 40 ocorreram algumas alterações a escola passa a ser dividida em ciclos, um de quatro anos e outro de três. Ciências Naturais no terceiro ciclo (7ª serie) com água, ar, solo, botânica, zoologia e corpo humano e no quarto ciclo (8ª série) com Física e Química.

Com o desenvolvimento da Ciência e da tecnologia na década de 50 a URSS lança satélite artificial e os EUA passa a se preocupar com a formação científica criando projetos que atinge o Brasil, visando formar cientistas e estudantes para a defesa do progresso.

Com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na década de 60, ampliou-se a disciplina para todas as séries. Em 1964 surge

o Tecnicismo com o objetivo de formar para o mercado de trabalho, mudança esta imposta pelo golpe militar.

Na década de 80 o ensino de Ciências orientava-se por um currículo “conteudista” atrelado a discussões sobre problemas sociais.

O Currículo Básico no início dos anos 90 ainda sob a LDB n° 5692/71, apresentou avanços consideráveis para o ensino de Ciências, assegurando sua legitimidade e constituição de sua identidade para o momento histórico vigente, pois valorizou a reorganização dos conteúdos específicos escolares

Com a promulgação da LDB 9394/96, que estabeleceu as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, foram produzidos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que propunham uma nova organização curricular em âmbito federal. O Currículo Básico foi desvalorizado e os PCN contribuíram para a perda de identidade da disciplina de Ciências por parte de seus conteúdos mais tradicionais, foram englobados pelos temas transversais. Houve uma supervalorização com temas deixando de enfatizar os conceitos científicos escolares.

Diante desse contexto, em 2003, com as mudanças no cenário político nacional e estadual, iniciou-se, no Paraná, um processo de discussão coletiva com o objetivo de produzir novas diretrizes curriculares para estabelecer novos rumos e uma nova identidade para o ensino de Ciências. As Diretrizes Curriculares Estaduais vem propor uma abordagem critica e histórica dos conteúdos para a disciplina de ciências, que priorize os conhecimentos científicos físicos, químicos e biológicos para o estudo dos fenômenos naturais, sem deixar de considerar as implicações da relação entre a ciência, a tecnologia e a sociedade.

A disciplina de Ciências tem como objeto de estudo o conhecimento científico que resulta da investigação da natureza. Assim, a natureza apresenta-se como uma das principais formas de legitimação desse conhecimento científico e, segundo Lopes (2007), a própria adjetivação de uma dada ciência como natural é uma das maneiras de enunciar tal forma de

legitimação, além de ser capaz de constituir as ciências naturais como um saber distinto das chamadas ciências sociais e do saber cotidiano.

Entende-se, neste documento, a natureza enquanto conjunto de elementos que constituem o universo, em toda sua complexidade: espaço, movimento, matéria, energia, força, tempo célula. Essa natureza apresenta uma dinâmica que rege as relações entre esses elementos, possibilitando ao homem uma interpretação racional sobre os fenômenos observados a partir dessas relações.

As relações entre os seres humanos, com os demais seres vivos e com a natureza ocorrem pela busca de condições favoráveis de sobrevivência. Ao relacionar-se com a natureza, o homem diferencia-se dos outros seres por se humanizar, característica que se origina essencialmente na atividade do trabalho, buscando a satisfação de suas necessidades.

OBJETIVOS GERAIS

Compreender a natureza como um todo dinâmico e o ser humano, em sociedade, como agente de transformação do mundo em que vive, em relação essencial com os demais seres vivos e outros componentes do ambiente;

Compreender a ciência como um processo de produção de conhecimento e uma atividade humana, histórica, associada a aspectos de ordem social, econômica, política e cultural;

Identificar relações entre conhecimento cientifico, produção de tecnologia e condições de vida, no mundo de hoje e em sua evolução histórica, e compreender a tecnologia como meio para suprir necessidades humanas, sabendo elaborar juízos sobre riscos e benefícios das praticas cientifico - tecnológicas;

Compreender a saúde pessoal, social e ambiental como bens individuais e coletivos que devem ser promovidos pela ação de diferentes agentes;

Formular questões, diagnosticar problemas reais e propor solução para resolvê-los, utilizando os elementos das Ciências Naturais e colocando em pratica conceitos, procedimentos e atitudes desenvolvidos no aprendizado escolar;

Saber utilizar conceitos científicos básicos, associados a: energia, matéria, transformação, espaço, tempo, sistema, equilíbrio e vida;

Saber combinar leituras, observações, experimentações e registros para coleta, comparação entre explicações, organização, comunicação e discussão de fatos e informações;

Valorizar o trabalho em grupo, sendo capaz de ação critica e cooperativa para a construção coletiva do conhecimento.

CONTEUDO POR SERIE/ANO

5ª SÉRIE/6° ANO

Astronomia

Universo: galáxias

Sistema Solar: formação do sistema solar

Movimentos terrestres e celestes: rotação, translação, estações do ano, eclipse do sol, eclipse da lua, dias e noites.

Astros: estrelas, planetas, planetas anões

Matéria

Constituição da matéria: a Terra antes do surgimento da vida, crosta terrestre, manto terrestre, núcleo terrestre, solos, rochas, minerais, água e poluição das águas, tratamento da água,

Sistemas Biológicos

Níveis de organização celular:

Energia

Formas de energia: energia química e energia eólica;

Conversão de energia;

Transmissão de energia: mudanças de estado físico.

Biodiversidade

Organização dos seres vivos: população, comunidade, diversidade das espécies; extinção das espécies;

Ecossistemas;

Evolução dos seres vivos.

6ª SÉRIE/ 7° ANO

Astronomia

Astros: satélites naturais, anéis

Movimentos terrestres e celestes: constelações

Matéria

Constituição da matéria: conceito de matéria, composição do planeta Terra primitivo, atmosfera terrestre primitiva, camadas atmosféricas.

Sistemas Biológicos

Célula: Teoria celular, fotossíntese,

Morfologia e fisiologia dos seres vivos.

Energia

Formas de energia

Transmissão de energia.

Biodiversidade

Origem da vida: teoria sobre o surgimento da vida, geração espontânea;

Organização dos seres vivos,

Sistemática: classificação dos seres vivos, categorias taxonômicas, filogenia e populações.

7ª SÉRIE/ 8° ANO

Astronomia

Origem e evolução do universo: teoria sobre a origem do universo (Teorias Cosmogônicas), modelos de universo finito, modelos de universo infinito.

Matéria

Constituição da matéria: compostos orgânicos, estrutura química da célula.

Sistemas Biológicos

Célula: Estrutura celular

Morfologia e fisiologia dos seres vivos: Características gerais dos seres vivos, Órgãos e sistemas animais e vegetais, Estrutura e funcionamento dos tecidos; Tipos de tecidos; Sistema digestivo; Sistema cardiovascular; Sistema respiratório; Sistema sensorial; Sistema excretor; Sistema urinário; Sistema reprodutor; Sistema endócrino e Sistema Nervoso.

Energia

Formas de energia: Energia térmica.

Biodiversidade

Evolução dos seres vivos.

8ª SÉRIE/ 9° ANO

Astronomia

Astros: Cometas, Constituição químico física dos astros;

Gravitação Universal: Leis de Kepler/ Leis de Newton/ Mares

Matéria

Propriedades da matéria: Massa, Volume, Densidade, Compressibilidade, Elasticidade, Divisibilidade, Indestrutibilidade, Impenetrabilidade, Maleabilidade, Ductibilidade, Flexibilidade, Permeabilidade, Condutibilidade, Dureza, Tenacidade, Cor, Brilho, Sabor, Textura e Odor.

Sistemas Biológicos

Morfologia e fisiologia dos seres vivos.

Mecanismos de Herança Genética: Cromossomos, Gene, DNA, RNA, Mitose, Miose.

Energia

Formas de energia: Energia Mecânica, Energia Luminosa, Energia Nuclear e Energia elétrica.

Conversão de Energia: Eletromagnetismo, Conversão de energia potencial em cinética, Movimentos, Velocidade, Aceleração, Colisões, Trabalho, Potencia, Fontes de energia renováveis e não-renováveis.

Biodiversidade

Interações ecológicas: Sucessões ecológicas, Ciclos biogeoquímicos, Cadeia alimentar, Seres autótrofos e heterótrofos.

METODOLOGIA

O trabalho com essa área do conhecimento deve superar práticas pedagógicas baseadas num único método, visando unicamente a comprovação de teorias e leis. O professor tem autonomia para fazer uso de diferentes abordagens, estratégias e recursos de modo que o ensino aprendizagem resulte de uma rede de intervenções sociais entre alunos, professores e o conhecimento cientifico escolar.

Algumas relações são essenciais no desenvolvimento das aulas como: a relações entre os conteúdos estruturantes, as outras disciplinas e relações contextuais as quais refletem o cotidiano do aluno. Além dessas relações é de fundamental importância para o encaminhamento da disciplina de Ciências que o trabalho contemple a História da Ciência, a Divulgação Científica e atividades Experimentais.

No trabalho com a História da Ciência o professor poderá optar pelo uso de documentos, textos, imagens e registros da História, contribuindo para sua própria formação científica, além de propiciar melhorias na abordagem do conteúdo específico. A divulgação científica propicia a superação da defasagem entre o conhecimento científico e o conhecimento escolar, permitindo a veiculação em linguagem acessível do conhecimento que é produzido pela ciência e dos métodos empregados nessa produção. As atividades experimentais estão presentes no ensino da Ciência desde sua origem e são estratégias de ensino fundamentais. Podem contribuir para a superação de obstáculos na aprendizagem de conceitos científicos, não somente por favorecer interpretações, discussões e confrontos de idéias entre os alunos, mas também por sua natureza investigativa.

AVALIAÇÃO

A ação avaliativa é importante no processo ensino-aprendizagem, propicia ao aluno um momento de interação e construção de significados no qual o aluno aprende. Para que tal ação torne-se significativa, o professor precisa refletir e planejar sobre os procedimentos a serem utilizados e superar o modelo consolidado da avaliação tão somente classificatória e excludente.

O processo deve ser diagnostico e processual, respeitando o estudante como um ser humano inserido em um contexto, valorizando seus conhecimentos alternativos, construídos no seu cotidiano, nas atividades experimentais. Ela é participativa, pois indica ao professor o que foi aprendido pelos alunos, informando quais os avanços e dificuldades deles. A medida que o professor estiver avaliando a eficiência de seu trabalho, os alunos podem estar atento ao nível de aprendizagem em que se encontram.

Sendo assim, ela deve ser entendida como o resultado de um acompanhamento continuo e sistemático, onde o professor utiliza-se de diversos instrumentos e situações para avaliar.

Nesse contexto, avaliar no ensino de Ciências implica intervir no processo ensino-aprendizagem do estudante, para que ele compreenda o real significado dos conteúdos científicos escolares , visando uma aprendizagem realmente significativa para sua vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEED, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, Ciências, 2008.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. Metodologia do ensino de Ciências. São Paulo: Cortez, 1998.

FOUREZ, G. A construção das Ciências: introdução à filosofia e à ética das Ciências. 3. ed. Ujuí: Unijuí, 1995.

FREIRE-MAIA, N. A ciência por dentro. Petrópolis: Vozes, 2000.

KNELLER, G. F. A ciência como atividade humana. Rio de Janeiro: Zahar;. São Paulo: EDUSP, 1980.

KRASILCHIK, M. O professor e o currículo de Ciências. São Paulo: EPU/Edusp, 1987.

W.; MATOS, C. O desafio de ensinar Ciências no século XXI. São Paulo: Edusp/ Estação Ciência; Brasília: Cnpq, 2000. p. 48-54.

MOREIRA, M. A. Aprendizagem significativa. Brasília: UnB, 1999.

SEVCENKO, N. A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VIDEIRA, A. A. P. Breves considerações sobre a natureza do método científico. *In*: SILVA, C. C. (Org). Estudos de história e filosofia das Ciências. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2006. p. 23-40.

_____. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1991b.

WILSON, E. O. Biodiversidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A História passou a existir como disciplina escolar com a criação do Colégio Pedro II, em 1837. No mesmo ano, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que instituiu a História como disciplina acadêmica, influência da História metódica e do positivismo, caracterizados por uma racionalidade histórica orientada pela linearidade dos fatos, pelo uso restrito dos documentos oficiais como fonte e verdade histórica e, por fim, pela perspectiva da valorização política dos heróis.

O modelo de nação brasileira, era visto como extensão da História Européia - Ocidental, legitimava-se valores aristocráticos e excluía a possibilidade de as pessoas comuns serem entendidas como sujeitos históricos.

Em 1889 o Colégio D. Pedro II continuava sendo referência, e em 1901 a proposta de trabalhar com a História do Brasil começa a ser ventilada, mas dentro da História Universal, e somente em 1954 aparece nos currículos. Com o Projeto Nacionalista do Estado Novo que transformou-se em uma lei orgânica. Era ensinado apenas no Ensino Secundário. Apenas a elite legitimava este Projeto.

Em 1964 manteve o caráter estritamente político (grandes heróis) e o Estado era o principal sujeito da História.

A Lei 5692 /71 criou Primeiro Grau de oito anos; Segundo Grau profissionalizante (formação tecnicista); Disciplinas de Estudos Sociais (Geo. e His.). Outras como OSPB e Educação Moral e Cívica. Havia um controle ideológico, e a transmissão dos conteúdos eram selecionados através de livros didáticos e manuais.

Em 1980 o curso de Estudos Sociais foi radicalmente contestado. Em 1990 o Paraná propõe uma produção acadêmica do Ensino de História fundamentada na pedagogia Histórico Crítica. Essa proposta de renovação tinha como pressuposto a historiografia social , pautada no materialismo histórico dialético, e indicava alguns elementos da Nova História. Este período apesar do avanço, apresentava-se falho, o documento tinha limitações para o 1°grau que ficou dividido em blocos, História do Brasil e História Geral . A História do Paraná e a História da América Latina dificilmente eram trabalhadas , e havia dificuldades em romper com a História Eurocêntrica. Exemplo disso: é o termo comunidades primitivas para designar os grupos indígenas o que desconsiderava a abordagem antropológica da diversidade cultural e do processo histórico dessas comunidades. Também o exagero da abordagem político-econômica da História o que dificultava a inserção de uma perspectiva cultural.

1997 a 1999 os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de História preparam o aluno para o mundo do trabalho. A partir de 2003 começa a elaboração das Diretrizes Curriculares para o Ensino de História numa perspectiva de inclusão social, implementando as leis : 13.381/01 e 10.639/03.

O histórico da disciplina visa uma reflexão a respeito dos aspectos políticos, econômicos, culturais, sociais e das relações entre o ensino da disciplina com a produção do conhecimento histórico na configuração do currículo de história.

Após a implantação do regime militar em 1964, o ensino de história manteve seu caráter estritamente político, sobre fontes oficiais e narrado do ponto de vista factual. Mantiveram-se os grandes heróis como sujeitos da história a serem seguidos e não contestados pelas novas gerações. Modelo de ordem estabelecida, de uma sociedade hierarquizada e nacionalista, sem espaço para criticas e interpretações dos fatos, objetivava criar indivíduos que aceitassem a valorização e aceitação da pátria. O Estado figurava como principal sujeito histórico, responsável pelas grandes feitos da nação, exemplificando nas obras dos governantes e das elites condutoras do país.

A aproximação entre a educação básica e a superior fora retomada apenas a partir da década de 80, com o fim da ditadura militar e o inicio do processo da redemocratização da sociedade.

No Paraná houve também uma tentativa de aproximação da produção acadêmica de historia com o ensino desta disciplina no primeiro grau, fundamentada na pedagogia histórico-crítica, por meio do currículo básico para a Escola Publica do Paraná (1990). Essa proposta de renovação do ensino de história tinha como pressuposto teórico a historiografia social, pautada no materialismo histórico dialético, indicando alguns elementos da nova história.

A opção teórica do currículo básico, coerente com o contexto de redemocratização política do Brasil, valorizava ações dos sujeitos em relação as estruturas em mudança que demarcam o processo histórico das sociedades.

Apesar do avanço das propostas naquele contexto histórico, os documentos apresentam limitações, principalmente devido à definição de uma listagem de conteúdos que se contrapunham, em vários aspectos, a proposta apresentada nos pressupostos teóricos e metodológicos. De forma geral, os documentos curriculares para o primeiro e segundo graus não superavam a história linear e cronológica como era o propósito, uma vez que enfatizaram demasiadamente as analises políticas e econômicas da história, dificultando a inserção de uma perspectiva mais ampla no tratamento dos conteúdos, numa abordagem pautada na histografia sugerida. As escolas estaduais que ofertavam o ensino de segundo grau, foram orientados, a partir de 1998 pela SEED, a elaborar sua proposta curricular de acordo com esses referenciais.

Apesar dos PCNs proporem uma valorização do ensino humanístico, a preocupação maior era a de preparar o individuo para o mercado de trabalho, cada vez mais competitivo e tecnológico, principalmente no ensino médio. No contexto da implantação dos PCNs na rede pública estadual, as oportunidades de formação continuada para os professores de história foram reduzidas, porém houveram encontros com outras disciplinas.

Esse conjunto de fatores marcou o currículo de história na rede pública estadual tanto no ensino fundamental como ensino médio até o final de 2002. A partir de 2003 começou um novo processo de elaboração de diretrizes curriculares para o ensino de história.

OBJETIVOS GERAIS

A história tem como objetivo de estudo os processos históricos relativos às ações e às relações humanas praticadas no tempo, bem como os sentidos que os sujeitos deram às mesmas, tendo ou não consciência dessas ações. Já as relações humanas produzidas por estas ações podem ser definidas como estruturas sócio-históricas, ou seja, são as formas de agir, de pensar ou de raciocinar, de representar, de imaginar, portanto de se relacionar social, cultural e politicamente. Os processos históricos são marcados pela complexidade casual, isto é, vários acontecimentos distintos produzem uma nova relação

enquanto diversas relações distintas convergem para um novo acontecimento histórico.

A investigação histórica pode detectar casualidade externas voltadas para descoberta de relações humanas, e casualidade internas que buscam compreender e interpretar os sentidos que os sujeitos atribuem as suas ações. Além disso, a produção do conhecimento histórico possui um método específico, baseado na explicação e interpretação de fatos. A problematização, construída a partir dos documentos e experiências, produz uma narrativa histórica que tem como desafio contemplar a diversidade das experiências sociais culturais e políticas dos sujeitos e suas relações.

A finalidade da história é expressa no processo de produção do conhecimento humano sob a forma da consciência histórica dos sujeitos. É voltada para a interpretação dos sentidos do pensar histórico dos mesmos, por meio da compreensão da provisoriedade deste conhecimento.

A história enquanto conhecimento passa na virada dos séculos XX e XXI, por um conflito entre diferentes correntes historiográficas. Entretanto, este quadro não se caracteriza por uma ruptura de paradigmas incondicionáveis, mas por novas configurações e construções que se expressam por meio de contrapontos e consensos.

A nova história, tendo como sua principal expressão histórica as mentalidades, insere-se no contexto conturbado da década de 1960, sendo marcada pelos movimentos revolucionários e feministas do Brasil e do mundo. A partir de muitas críticas, muitos historiadores migraram para uma história cultural, como um campo de investigação resultante das tendências historiográficas culturais e sociais, destacado a partir de 1980.

A nova história cultural se utiliza das categorias de representação e apropriação para a produção do conhecimento histórico. Representação, conceito superior ao de mentalidade, é entendida como as diferentes formas através das quais as comunidades, partindo de suas diferenças sociais e culturais, percebem e compreendem sua sociedade e sua própria história.

A apropriação por sua vez, tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais e culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem.

As práticas e representações são muito úteis, porque através delas podemos examinar tanto os objetos culturais produzidos, os sujeitos produtores e receptores de cultura, os processos que envolvem a produção e difusão cultural, os sistemas que dão suporte a estes processos e sujeitos, inclusive através da consolidação de seus costumes.

A divisão entre superestrutura e a infra-estrutura dos estudos marxistas e ortodoxos, é superada na nova esquerda inglesa. A cultura é entendida de forma integrada aos modos de produção e não como mero reflexo da infra-estrutura econômica de uma sociedade. Nessa perspectiva existia uma relação dialética entre a cultura e as estruturas sociais.

Fundamental para essa superação é o conceito de experiência. Idéia que se contrapõe ao pensamento dicotômico base/estrutura. Os historiadores dessa corrente consideram a subjetividade, as relações entre as classes e a cultura. Defendem, que a consciência de classe se constrói nas experiências cotidianas comuns, a partir das quais são tratados os comportamentos, valores, condutas, costumes e culturais.

CONTEUDOS POR SÉRIE/ANO

5ª SÉRIE/6º ANO

OS DIFERENTES SUJEITOS SUAS CULTURAS SUAS HISTÓRIAS

CONTEUDOS ESTRUTURANTES

Relações de trabalho

Relações de poder

Relações Culturais

CONTEUDOS BÁSICOS

A experiência humana no tempo.

Os sujeitos e suas relações com o outro no tempo.

As culturas locais e a cultura comum.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

Produção do conhecimento histórico: O historiador e a produção do conhecimento, Tempo, temporalidade, Fontes, documentos, Patrimônio material e imaterial, Pesquisa.

Articulação da história com outras áreas do conhecimento: Arqueologia, antropologia, paleontologia, geografia, geologia, sociologia, etnologia e outras.

Arqueologia no Brasil: Lagoa Santa (Luzia (MG)), Serra da Capivara (PI), Sambaquis (PR)

Povos indígenas no Brasil e no Paraná: Ameríndios do território brasileiro, Kaingang, Guarani, Xetá e Xokleng.

A chegada dos europeus na América: (des) encontros entre culturas, resistência e dominação, escravização, catequização

Formação da sociedade brasileira e americana: América portuguesa, América espanhola, América franco-inglesa;

Organização político-administrativa (capitanias hereditárias, sesmarias),

Manifestações culturais (sagrada e profana),

Organização social (família patriarcal e escravismo),

Escravização de indígenas e africanos,

Economia (pau-brasil, cana-de-açúcar e minérios)

Península Ibérica nos séculos XIV e XV: cultura, sociedade e política. Reconquista do território, religiões: judaísmo, cristianismo e islamismo. Comércio (África, Ásia, América e Europa).

A Humanidade e a História: De onde viemos, quem somos, como sabemos?

Surgimento, desenvolvimento da humanidade e grandes migrações: Teorias do surgimento do homem na América, Mitos e lendas da horim do homem, Desconstrução do conceito de Pré-história, Povos ágrafos, memória e história oral

As primeiras civilizações na América: Olmecas, Mochicas, Tiwanacus, Maias, Incas e astecas. Ameríndios da América do norte

As primeiras civilizações na África, Europa e Ásia: Egito, Núbia, Gana e Mali. Hebreus, Gregos e Romanos.

Songai, Benin, Ifé, Congo, Monomotapa (Zimbabwe) e outros

Comércio

Organização político-administrativa

Manifestações culturais

Organização social

Uso de tecnologias: engenho de açúcar, a batea, construção civil...

Diáspora Africana

6ª SÉRIE/7° ANO

A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO MUNDO RURAL E URBANO E A FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE EM DIFERENTES TEMPOS E ESPAÇOS

CONTEUDOS ESTRUTURANTES

Relações de trabalho

Relações de poder

Relações Culturais

CONTEUDOS BÁSICOS

As relações de propriedade.

A constituição histórica do mundo do campo e do mundo da cidade.

As relações entre o campo e a cidade.

Conflitos e resistências e produção cultural campo/cidade.

CONTEUDOS ESPECÍFICOS

Sociedade medieval e impérios medievais.

Expansão européia – Mercantilismo.

A constituição do latifúndio na América Portuguesa e no Brasil Imperial e Republicano.

As reservas naturais e indígenas no Brasil.

A reforma agrária no Brasil.

A propriedade coletiva nas sociedades pré-colombianas.

As cidades nas sociedades antigas clássicas.

A ruralização do Império Romano e a transição para o feudalismo europeu;

A constituição dos feudos (Europa Ocidental, Japão e sociedade da África meridional) e glebas servis (Europa Ocidental).

As transformações no feudalismo europeu.

O crescimento comercial e urbano na Europa.

Expansão e consolidação do território: Missões, bandeiras e Invasões estrangeiras.

Colonização do território “paranaense”: economia, organização social, manifestações culturais, organização político-administrativa

Movimentos de contestação: Quilombos (BR e PR); Reduções jesuíticas e as missões.

Revoltas Nativistas e Nacionalistas: Inconfidência mineira, Conjuração baiana, Revolta da cachaça, Revolta do maneta, Guerra dos mascates.

Chegada da família real ao Brasil: de Colônia à Reino Unido, Missões artístico-científicas, biblioteca nacional, Banco do Brasil, Urbanização na Capital, Imprensa régia.

O processo de independência do Brasil: governo de D. Pedro I, constituição outorgada de 1824, unidade territorial, manutenção da estrutura social, Confederação do Equador, Província Cisplatina, Haitianismo, Revoltas regenciais: Malês, Sabinada, Balaiada, Cabanagem, Farroupilha.

O inicio da industrialização na Europa.

A reforma agrária na América Latina no século XX.

Consolidação dos estados nacionais europeus e Reforma Pombalina: reforma e contra-reforma

Renascimento.

.

7ª SÉRIE/8° ANO

O MUNDO DO TRABALHO E OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA

CONTEUDOS ESTRUTURANTES

Relações de trabalho

Relações de poder

Relações Culturais

CONTEUDOS BÁSICOS

História das relações da humanidade com o trabalho.

O trabalho e a vida em sociedade.

O trabalho e as contradições da modernidade.

Os trabalhadores e as conquistas de direito.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

Independência das treze colônias inglesas da América do Norte

Diáspora Africana

Revolução Francesa: Comuna de Paris.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

O Luddismo.

O processo de independência das Américas: Haiti, Colônias espanholas

A construção da nação: Governo D. Pedro II, criação do IHGB, Lei de Terras, Lei Euzébio de Queiroz – 1850, inicio da imigração européia, definição do território, movimento abolicionista e emancipacionista.

Emancipação política do Paraná (1853): economia, organização social, manifestações culturais, organização político-administrativa, migrações: internas (escravizados, libertos e homens livres pobres) e externas (europeus), os povos indígenas e a política de terras.

A Guerra do Paraguai e/ou a Guerra da Tríplice Aliança

O processo de abolição da escravidão: legislação, resistência e negociação, discursos: abolição, imigração – senador Vergueiro, branqueamento e miscigenação (Oliveira Vianna, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Silvio Romero, no Brasil, Sarmiento na Argentina)

Os primeiros anos da República: idéias positivistas, imigração asiática, oligarquia, coronelismo e clientelismo.

Movimentos de contestação: campo e cidade

Movimentos messiânicos

Revolta da vacina e urbanização do Rio de Janeiro

Movimento operário: anarquismo e comunismo

Paraná: Guerra do contestado, Greve de 1917 – Curitiba, Paranismo: movimento regionalista – Romário Martins, Zaco Paraná, Langue de Morretes, João Turim.

O nascimento das fabricas e a vida cultural ao redor.

A produção e a organização social capitalista.

Revolução Industrial e relações de trabalho (XIX e XX): Luddismo, Socialismo, Anarquismo, (Relacionar: Taylorismo, Fordismo, Toyotismo)

Colonização da África e da Ásia.

Guerra Civil e Imperialismo estadunidense

Carnaval na América Latina: entrudo, murga e candomblé.

Questão agrária na América Latina: Revolução Mexicana

8ª SÉRIE/9° ANO

RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA:A FORMAÇÃO DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Relações de trabalho

Relações de poder

Relações Culturais

CONTEUDOS BÁSICOS

A constituição das instituições sociais.

A formação do Estado.

Sujeitos ,Guerras e revoluções.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

A semana de 22 e o repensar da nacionalidade: Economia, organização social, organização político-administrativa, manifestações culturais, Coluna Prestes.

Primeira Guerra Mundial

Revolução Russa.

A “Revolução” de 30 e o Período Vargas (1930 a 1945): leis trabalhistas, voto feminino, ordem e disciplina no trabalho, mídia e divulgação do regime, criação do SPHAN, IBGE, futebol e carnaval, contestações à ordem, integralismo, participação do Brasil na II Guerra Mundial

Populismo no Brasil e na América Latina: Cárdenas – México, Perón – Argentina, Vargas, JK, Jânio Quadros e João Goulart – Brasil

Construção do Paraná moderno

Frentes de colonização do estado, criação da estrutura administrativa: Copel, Banestado, Sanepar, Codepar..

O Regime Militar no Paraná e no Brasil

Repressão e censura, uso ideológico dos meios de comunicação

Cinema Novo e Teatro

Itaipu, Sete Quedas e a questão da terra

Movimentos de contestação no Brasil: resistência armada, tropicalismo, jovem guarda, novo sindicalismo, movimento estudantil.

Redemocratização: constituição de 1988, movimentos populares rurais e urbanos – MST (Movimento dos sem terra), MNLM (Movimento nacional de luta pela moradia), CUT (Central única dos trabalhadores), Marcha Zumbi dos Palmares, etc. Mercosul, ALCA

Paraná no contexto atual

Crise de 29

Ascensão dos regimes totalitários na Europa

Movimentos populares na América Latina

Segunda Guerra mundial

Independência das colônias afro-asiáticas

Guerra fria

Guerra Fria e os Regimes Militares na América Latina

Política de boa vizinhança

Revolução Cubana

11 de setembro no Chile e a deposição de Salvador Allende

Censura aos meios de comunicação

Fim da bipolarização mundial: desintegração do bloco socialista, Neoliberalismo, globalização, 11 de setembro nos EUA

África e América Latina no contexto atual

O Brasil no contexto atual

A comemoração dos “500 anos do Brasil”: análise e reflexão

METODOLOGIA

A abordagem metodológica dos conteúdos para o ensino fundamental parte da história loca/Brasil para o mundo. Os conteúdos básicos deverão ser problematizados por meio da contextualização espaço-temporal das ações e relações dos sujeitos a serem abordados em sua diversidade étnica, de gênero e de gerações.

Deverão ser privilegiados os contextos ligados a historia local e do Brasil em relação a historia da América Latina, da África, da Europa e Ásia. Deve-se desenvolver a análise das temporalidades (mudanças, permanências, simultaneidades e recorrências) e das periodizações. Os conteúdos específicos devem estar articulados aos conteúdos básicos e estruturantes. Metodologicamente o confronto de interpretações historiográficas e documentos históricos permitem aos estudantes formularem idéias históricas próprias e expressa-las por meio de narrativas históricas.

AVALIAÇÃO

A avaliação para o ensino de história deverá ser processual, continua e diagnóstica, pois esta deve ser vista como parte do processo de ensino-aprendizagem, e o acompanhamento desse processo deve permitir ao professor não somente avaliar os avanços e dificuldades do aluno como também refletir sobre sua pratica pedagógica, possibilitando assim um redirecionamento desta caso seja necessário.

O aluno deverá compreender como se encontra as relações de trabalho no mundo contemporâneo, como estas se configuram e como o mundo do trabalho se constitui em diferentes períodos históricos considerando os conflitos inerentes às relações de trabalho. O aluno deverá compreender que

as relações de poder se encontram em todos os espaços sociais e também deve se identificar e localizar os mecanismos que as constituem.

Quanto as relações de poder, o aluno deverá reconhecer a si e aos outros como construtores de uma cultura comum, compreendendo a especificidade de cada uma das sociedades e as relações entre elas. Entender como se constituíram as experiências culturais e detectar as permanências e as mudanças nas tradições e costumes sociais.

O que avaliar em História:

Cronologia

Testemunhos

Conteúdos estruturantes

Linguagem conceitos históricos

Método Histórico

Semelhanças e diferenças

Continuidade e mudança

Identificação

Como avaliar:

Possibilitar atividades avaliativas que contemplem e permitam:

Apreensão das idéias históricas dos estudantes em relação ao tema abordado;

Capacidade de síntese e redação de narrativas históricas;

Desenvolvimento de idéias e conceitos históricos;

Apropriação da capacidade de leitura de documentos. EX: cinema, fotografias, quadrinhos, música e etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEED, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, História, 2008.

BITTENCOURT, Maria Circe. Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da história. Campinas: Campus, 1997.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil , 1987.

DOSSE, François. A história em migalhas: dos “Annales” à “Nova História”. São Paulo: Ensiao; Campinas: Unicamp, 1992.

GIROUX, Henry. Os professores como intelectuais. Porto Alegre: Artmed, 1997.

HOBSBAWM, Eric. Sobre história. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. A era dos extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. A era do capital: 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. A era das revoluções: 1789-1845. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005a.

_____. A era dos impérios: 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005b.

HUNT, Lynn. A nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Ensinar história. São Paulo: Scipione, 2004. (Pensamento e ação no magistério).

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A trajetória da Geografia como ciência escolar teve inicio ainda no século XIX. Em 1837, a Geografia foi implantada como disciplina escolar obrigatória pela primeira vez no Brasil, fato que aconteceu no Colégio Pedro II (Rio de Janeiro). Por volta do ano de 1900, a Geografia no Brasil se consolidou nas escolas de todo território brasileiro.

A valorização da formação profissional contribui para transformações significativas no ensino, regulamentadas pela Lei 5692/71, que afetou principalmente as disciplinas relacionadas às ciências humanas e instituiu a

área de estudo denominada Estudos que, no primeiro grau envolvia os conteúdos de Geografia e história.

No Paraná, a discussão sobre a emergente Geografia crítica, enquanto método e conteúdo de ensino ocorreram no final da década de 80 em cursos de formação curricular promovidos pela Secretaria do Estado da Educação que publicou em 1990 o currículo básico, para a Escola Pública do Paraná, apresentando um projeto político pedagógico que expressa à necessidade de repensar os fundamentos teóricos e os conteúdos básicos do Ensino Fundamental.

A compreensão e incorporação da Geografia Crítica foi gradativa e inicialmente vinculada tanto aos programas de formação continuada que aconteceram no final dos anos 80 e início dos 90, quanto à utilização de livros didáticos escritos a partir daquela perspectiva teórica. Essa incorporação da Geografia Crítica pela escola sofreu avanços e retrocessos em função do contexto histórico e das políticas dos anos 90.

Entre as mudanças provocadas pelos PCNs, destacaram-se os conteúdos de ensino vinculados às discussões ambientais e multiculturais; os debates sobre cultura e ambientalismo perpassam várias áreas do conhecimento e vem ganhando destaque na escola mundial desde o final dos anos 60.

A política educacional desenvolvida a partir de 2003, nesse Estado, assumiu como uma de suas prioridades, ações que usavam a retomada dos estudos das disciplinas de formação do professor, estimulando seu papel de pensador e pesquisador. Ao retomar os estudos teóricos epistemológicos de sua disciplina de formação, o professor de Geografia pode reorganizar seu fazer pedagógico, com clareza teórico conceitual, restabelecendo, assim as relações entre o objeto de estudo da disciplina e os conteúdos a serem abordados.

OBJETIVOS GERAIS

Desenvolver o raciocínio por meio de troca de experiência, utilizando a criatividade, capacidade de observar e aprender a relação entre eles, à sociedade, o meio ambiente, o dinamismo existente entre o homem e o mundo.

Espera-se que os alunos do ensino fundamental construam um conjunto de conhecimentos referentes a conceitos, procedimentos e atitudes relacionadas à geografia, que lhes permita ser capazes de conhecer mundo atual em sua diversidade, favorecendo a compreensão de como as paisagens, os lugares e os territórios se constroem.

Avaliar as ações dos homens em sociedade e suas conseqüências em diferentes espaços, de modo que construa referenciais que possibilitem uma participação positiva em questões sócio ambientais.

Conhecer e saber utilizar procedimentos de pesquisa da Geografia para compreender a paisagem, o território e o lugar, seus processos de construção, identificando suas relações problemas e contradições.

Valorizar o patrimônio sócio-cultural e respeitar a sócio-diversidade, reconhecendo-os como direitos dos povos e indivíduos e como elemento de fortalecimento da democracia.

CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO

5ª SÉRIE /6º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Dimensão Econômica do espaço geográfico;

Dimensão Política do espaço Geográfico;

Dimensão Cultural e demográfica do espaço geográfico;

Dimensão Sócio ambiental do Espaço Geográfico

CONTEÚDOS BÁSICOS

Formação e transformação das paisagens naturais e culturais;

Dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego das tecnologias de exploração e produção;

Formação e transformação das paisagens naturais e culturais;

A distribuição espacial das atividades produtivas, a transformação da paisagem, a (re) organização do espaço geográfico

As relações entre campo e a cidade na sociedade capitalista

A evolução demográfica, a distribuição espacial da população e os indicadores estatísticos;

A mobilidade populacional e as manifestações socioespaciais da diversidade cultural;

As diversa regionalizações do espaço geográfico.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

Conceitos da geografia;

Paisagem e Sociedade: as paisagens da Terra, as paisagens e o trabalho;

Lugar e localização do espaço geográfico;

Representação do espaço geográfico;

Atmosfera – condições naturais e a ação humana;

Os climas e as formações vegetais;

Hidrosfera – a importância da água para a sociedade;

Dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego das tecnologias de exploração e produção.

Litosfera e o relevo terrestre - condições naturais e as condições humanas;

A sociedade e o trabalho;

Sociedade e cidadania;

A atividade industrial e as fontes de energia;

A agropecuária;

Comércio, transporte e as comunicações;

Turismo;

6ª SÉRIE 7° ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Dimensão econômica do espaço Geográfico;

Dimensão Política do espaço geográfico;

Dimensão Cultural e demográfica do espaço geográfico;

Dimensão socioambiental do Espaço Geográfico.

CONTEÚDOS BÁSICOS

A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração do território brasileiro;

A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção;

A regionalização do Brasil, as diversas regionalizações do espaço brasileiro

A mobilidade populacional e as manifestações socioespaciais da diversidade cultural;

A evolução demográfica da população – sua distribuição espacial e indicadores estatísticos;

Movimentos migratórios e suas motivações;

O espaço rural e a modernização da agricultura;

O espaço urbano – a formação e o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização;

A distribuição espacial das atividades produtivas, a (re) organização do espaço geográfico.

A circulação de mão-de-obra, das mercadorias e das informações.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

O Brasil e o espaço Mundial;

A população brasileira;

Brasil – Construção e organização do território – origens do espaço brasileiro – mobilidade das fronteiras e a reconfiguração do território brasileiro – um país de desigualdades.

Brasil – utilização do espaço;

O espaço agropecuário – as atividades industriais, comércio, transporte e comunicações;

Os movimentos sociais, urbanos e rurais.

A população brasileira;

Região Nordeste – paisagens naturais e construção do espaço;

Região Centro-Sul – paisagens naturais e construção do espaço.

Região Centro-Sul – o espaço socioeconômico;

Região Amazônica – paisagens naturais, construção do espaço e

espaço socioeconômico.

7º SÉRIE/ 8° ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Dimensão econômica do espaço Geográfico;

Dimensão Política do espaço geográfico;

Dimensão Cultural e demográfica do espaço geográfico;

Dimensão socioambiental do Espaço Geográfico.

CONTEÚDOS BÁSICOS

As diversas regionalizações do espaço geográfico;

A nova ordem mundial – os territórios supremacias e o papel do Estado;

O comércio e suas implicações socioespaciais;

A circulação de mão-de-obra, do capital, das mercadorias e da informação;

A distribuição espacial das atividades produtivas, a (re) organização do espaço geográfico.

As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista;

O espaço rural e a modernização da agricultura;

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

Regionalização do espaço mundial – mundo desenvolvido e mundo subdesenvolvido – divisão Norte – Sul;

América – as desigualdades regionais e os aspectos naturais.

Continente Americano – aspectos políticos, econômicos, humanos e sociais;

América Anglo-Saxônica – Estados Unidos a superpotência mundial – Canadá;

América Latina;

Países subdesenvolvidos industrializados;

Países subdesenvolvidos exportadores de produtos primários;

Cuba e o fim do Socialismo no Continente Americano.

8ª SÉRIE/ 9° ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Dimensão econômica do espaço Geográfico;

Dimensão Política do espaço geográfico;

Dimensão Cultural e demográfica do espaço geográfico;

Dimensão socioambiental do Espaço Geográfico.

CONTEÚDOS BÁSICOS

As diversas regionalizações do espaço geográfico.

A nova ordem Mundial – os territórios supranacionais e o papel do Estado;

Geopolítica e economia mundial;

A globalização e a formação dos Blocos Econômicos;

Comércio mundial e as implicações socioespaciais;

A distribuição das atividades produtivas, a transformação da paisagem e a (re) organização do espaço geográfico.

Europa – aspectos políticos, econômicos, humanos e naturais;

Evolução demográfica da população, sua distribuição espacial e os indicadores estatísticos.

A revolução técnico-científico-informacional e os novos arranjos no espaço da produção.

A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios.

Os movimentos migratórios mundiais e suas motivações.

A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção.

O espaço em rede: produção, transporte e comunicações na atual configuração territorial.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

Os conceitos fundamentais da geografia, paisagem, lugar, região, território,, natureza e sociedade.

A compreensão do objeto da geografia, espaço geográfico.

As culturas afro-brasileira e indígena deverão ser consideradas no desenvolvimento dos conteúdos, bem como a Educação ambiental.

Rússia e Ásia – seus aspectos políticos, econômicos, humanos, sociais e naturais;

Oriente Médio - seus aspectos políticos, econômicos, humanos, sociais e naturais;

Japão - seus aspectos políticos, econômicos, humanos, sociais e naturais;

Tigres Asiáticos – seus aspectos políticos, econômicos, humanos, sociais e naturais;

África - seus aspectos políticos, econômicos, humanos, sociais e naturais;

Oceania - seus aspectos políticos, econômicos, humanos, sociais e naturais;

A formação, localização exploração dos recursos naturais;

METODOLOGIA

Na histórica tentativa de conceituar o objeto de estudo, de especificar os conceitos básicos e de entender e agir sobre o espaço geográfico, os geógrafos de diferentes correntes de pensamentos especializaram-se em seus estudos, percorreram caminhos e métodos de pesquisas distintos e com isso evidenciaram e em alguns momentos aprofundaram a dicotomia entre geografia física e a geografia humana.

O conceito adotado para o objeto de estudo de geografia e o Espaço Geográfico, entendido como o espaço produzido e apropriado pela sociedade, composto por objetos (naturais, culturais e técnicos) e ações (relações sociais, culturais, políticos e econômicos) inter-relacionados. Assim os objetos geográficos são indissociáveis das ações humanas, mesmo sendo eles objetos naturais.

A sociedade é entendida como aquela que produz um intercâmbio com a natureza, transformando-a em função de seus interesses econômicos e ao espaço de acordo com as relações políticas e as manifestações culturais.

A geografia vem problematizar situações no seu lugar, para que ao observar as paisagens rurais, urbanas, técnicas e naturais que o cercam ou a ele chegam pelos meios de comunicação, o aluno questione sobre suas características, sua localização, perceba as dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais que moldam as paisagens; compreenda como grupos sociais com interesses distintos exercem poder sobre porções de espaço geográfico e definem suas territorialidade; entenda como a dinâmica de lugares, paisagens e territórios possibilitam a definição de uma região, estimulando-os a desenvolver habilidades cognitivas e procedimento de pesquisa para que, ao decifrar o enigma do lugar, decifre também o enigma do mundo, transformando suas idéias e atitudes e se posicionando como um cidadão responsável.

Problematizar os conteúdos, bem com reconhecer os impasses e contradições existentes são, procedimentos fundamentais para compreender e ensinar o espaço geográfico no atual período histórico.

AVALIAÇÃO

A avaliação não deve consistir na contagem de erros e de acertos, originando apenas uma nota ou um conceito que caracteriza o desempenho do aluno.

A avaliação deve ser vista principalmente como um instrumento que ajuda o aluno a aprender, isto é, deve ser usado para promover a aprendizagem. A avaliação não pode enfocar somente a aquisição de conteúdos programáticos, mas principalmente, os conceitos das habilidades, as atitudes e os procedimentos

É importante que o professor tenha instrumentos de registro que permitam sistematizar melhor as situações de aprendizagem e indicar a sua intervenção e reorientação dos processos de ensino e de aprendizagem.

Como os alunos possuem ritmos e muitas outras características diferentes uns dos outros também devemos diversificar esses instrumentos de avaliação.

Qualquer processo de construção, reconstrução do conhecimento é fundamental a obtenção, o tratamento e a apresentação de informações e resultados de diferentes atividades. Sendo os alunos diferentes uns dos outros, cada qual tem uma preferência, uma forma de se expressar, (oralmente, por meio de textos, dramatização, desenhos, mapas, etc) e de realizar as atividades (individualmente, em grupo ou coletivamente).

A avaliação deve tanto acompanhar a aprendizagem dos alunos quanto nortear o trabalho do professor.

Os principais critérios de avaliação em geografia são: A formação dos conceitos geográficos básicos e o entendimento das relações socioespaciais nas diversas escalas geográficas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEED, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, Geografia, 2008.

ANDRADE, M. C. de Geografia ciência da sociedade: Uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.

BASTOS, A .R.V.R. Espaço e Literatura: algumas reflexões teóricas. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.

CARLOS, A.F.A. (org.) A Geografia na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1999.

CARLOS, A. N. F.; OLIVEIRA, A. U. de (Orgs.) Reformas no mundo da educação: parâmetros curriculares e Geografia. São Paulo: Contexto, 1999.

CASTELLANI, I. N. Proposta para uma leitura significativa das paisagens brasileiras. Revista Alfageo, v. 1, n. 1, 1999.

CAVALCANTI, L. de S. Geografia, escola e construção de conhecimento. Campinas: Papirus, 1998.

CLAVAL, P. O papel da nova Geografia cultural na compreensão da ação humana. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. Matrizes da Geografia cultural. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

COSGROVE, D. E.; JACKSON, P. Novos Rumos da Geografia Cultural. In: CORRÊA R.L.; ROSENDAHL, Z.(Orgs.) Introdução à Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GOMES, P. C. da C. Geografia e Modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HOFFMANN, J. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Educação e realidade, 1993.

NIDELCOFF, M. T. A escola e a compreensão da realidade: ensaios sobre a metodologia das Ciências Sociais. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PENTEADO, H. D. Metodologia do ensino de história e Geografia. São Paulo: Cortez, 1994.

PEREIRA, R. M. F. do A. Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia Moderna. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1993.

PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. de Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa. São Paulo: Contexto, 2002.

RAFESTIN, C. Por uma Geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. Coleção os grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1990.

VASCONCELOS, C. dos S. Construção do conhecimento em sala de aula. São Paulo: Libertad - Centro de Formação e Assessoria Pedagógica, 1993.

VESENTINI, J. W. Para uma geografia crítica na escola. São Paulo: Ática, 1992.

VIDAL DE LA BLACHE, P. Princípios da Geografia Humana. Lisboa: Cosmos, 1957.

VLACH, V. R. F. O ensino da Geografia no Brasil: uma perspectiva histórica. In: VESENTINI, J. W.(org.). O ensino de Geografia no século XXI. Campinas: Papirus, 2004

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

Diante dos obstáculos político-pedagógicos e epistemológicos enfrentados pela disciplina do Ensino Religioso, procurou-se , por meio de estudos, debates e palestras definir e delimitar um saber que pudesse articular o estudo do fenômeno religioso com características de um discurso

pedagógico, além de ampliar a abordagem teórico-metodológica no que se refere à diversidade religiosa.

Assim, definiu-se, como objeto de estudo, o Sagrado. Etimologicamente, o termo Sagrado se origina do termo latino sacrátus e do ato de sagrar. Como adjetivo, refere-se ao atributo de algo venerável, sublime, inviolável e puro. Assim, o Sagrado remete sempre a algo que lhe sirva de suporte.

Portanto, algo ou alguém que foi consagrado está ligado invariavelmente ao campo religioso. O espaço e o sentido do Sagrado, não se constituem, no entendimento dessa Diretrizes, como um a priori. Ao contrário, no contexto da educação laica e republicana, as interpretações e experiências do Sagrado devem ser compreendidas racionalmente como resultado de representações construídas historicamente no âmbito das diversas culturas e tradições religiosas e filosóficas. Não se trata, portanto, de viver a experiência religiosa ou a experiência do Sagrado, tampouco de aceitar tradições, ethos, conceitos, sem maiores considerações, trata-se antes,de estudá-las para compreendê-las, de problematizá-las.

Sagrado é, pois, o olhar que se tem sobre algo ou a forma como se vê determinado fenômeno. Aquilo que para alguns é normal e corriqueiro, para outros é encantador, sublime, extraordinário, repleto de importância e, portanto, merecedor de um tratamento diferenciado como exemplo, um determinado objeto que pode ser Sagrado para uma pessoa ou na coletividade, para outros não passa de apenas mais um objeto. O mesmo ocorre com locais, templos, símbolos, textos orais ou escritos, manifestações, entre outros .

Para que o Sagrado seja tratado como saber (escolar) e possa ser objeto do Ensino Religioso é necessário buscar relações de conteúdos que possam traçar caminhos para atingir o objeto e compreender qual é o papel da disciplina de Ensino Religioso como parte do sistema escolar. Assim, faz-se necessário definir os conteúdos da disciplina de Ensino Religioso, de modo que variados aspectos das mais diversas tradições religiosas possam ser

estudados como saberes escolares e o aluno possa compreender a maneira pela qual se dá a manifestação religiosa.

Nesse contexto o ensino religioso busca identificar, conhecer e entender as diferentes manifestações religiosas presentes na sociedade respeitando a diversidade cultural religiosa.

OBJETIVOS GERAIS

- Identificar e conhecer as diferentes religiões;
- Entender porque há diferentes manifestações religiosas;
- Relacionar a aprendizagem com a convivência entre grupos;
- Negar o preconceito e a discriminação;
- Construir pressupostos para o diálogo;
- Leitura da realidade;
- Criar condições para melhorar a convivência entre as pessoas pelo conhecimento;
- Respeitar a diversidade;
- Refletir como os grupos sociais se constituem e como se relacionam com a religiosidade;
- Compreender as trajetórias religiosas e transpor a exclusão de indivíduos.

CONTEÚDOS POR SERIE/ANO

5ª SÉRIE/ 6° ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Paisagem Religiosa

A paisagem religiosa é a representação da manifestação e expressão do fenômeno religioso que foi construído pelos atributos do valor do Sagrado.

A paisagem religiosa pode ser natural (astros, montanhas, florestas, rios, grutas) ou construções (templos, cidades, monumentos).

O elemento que tem a concepção de paisagem religiosa promove a inter-relação ao Sagrado, que é consolidado pela experiência, pelo imaginário, pelo transcendente e pelo iminente.

Universo simbólico religioso

O universo simbólico religioso é uma linguagem que estabelece o vínculo com o Sagrado por parte da humanidade.

Textos Sagrados

O texto sagrado é estabelecido como forma de preservação dos ensinamentos. Os conteúdos ajudam a criar a identidade e unidade dos seguidores.

O texto sagrado pode ser escrito e oral, estar em forma de oração, doutrina e história.

CONTEÚDOS BÁSICOS/ ESPECÍFICOS

Organizações religiosas

As orgnizações religiosas estão baseadas em princípios estabelecidos por líderes que foram institucionalizados e expressam as diferentes relações com o Sagrado.

Lugares Sagrados

Os lugares sagrados são os locais que foram estabelecidos ou construídos e que servem para que os seguidores promovam a inter-relação com o Sagrado

Textos Sagrados orais ou escritos

Contém os ensinamentos elaborados por um sistema de linguagem em forma de oração, doutrina e história para o relacionamento com a divindade.

Símbolos Religiosos

São expressões feitas com símbolos que funcionam como uma linguagem para dar sentido ao Sagrado.

Os conteúdos específicos devem ser desenvolvidos em sala de aula, a partir dos Conteúdos Estruturantes e Básicos no Plano de Trabalho Docente, contemplando a realidade da escola.

6ª SÉRIE/ 7° ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Paisagem Religiosa

A paisagem religiosa é a representação da manifestação e expressão do fenômeno religioso que foi construído pelos atributos do valor do Sagrado.

A paisagem religiosa pode ser natural (astros, montanhas, florestas, rios, grutas) ou construções (templos, cidades, monumentos).

O elemento que tem a concepção de paisagem religiosa promove a inter-relação ao Sagrado, que é consolidado pela experiência, pelo imaginário, pelo transcendente e pelo imanente.

Universo simbólico religioso

O universo simbólico religioso é uma linguagem que estabelece o vínculo com o Sagrado por parte da humanidade.

Textos Sagrados

O texto sagrado é estabelecido como forma de preservação dos ensinamentos. Os conteúdos ajudam a criar a identidade e unidade dos seguidores.

O texto sagrado pode ser escrito e oral, estar em forma de oração, doutrina e história.

CONTEÚDOS BÁSICOS/ ESPECÍFICOS

Temporalidade Sagrada

Dentro do conceito de um tempo Sagrado e Profano, pode-se estabelecer valores. O tempo Sagrado está relacionado com a eternidade e cada momento da vida pode receber devida significação. O tempo Profano está relacionado com o cotidiano e à existência humana.

Festas Religiosa

Expressam as manifestações do fenômeno religioso, podem ser estabelecidos por datas comemorativas e de celebrações.

Ritos

São expressões que celebram tradições e acontecimentos que permitem a recapitulação do acontecimento Sagrado

Vida e Morte

São acontecimentos que necessitam por parte do homem compreensão, questionamentos e conhecimentos, diante das teorias como evolução, ressurreição, reencarnação, ancestralidade e outras.

Os conteúdos específicos devem ser desenvolvidos em sala de aula, a partir dos Conteúdos Estruturantes e Básicos no Plano de Trabalho Docente, contemplando a realidade da escola.

METODOLOGIA

Propõe-se um encaminhamento metodológico baseado na aula dialogada, isto é, partir da experiência religiosa do aluno e de seus conhecimentos prévios para, em seguida, apresentar o conteúdo que será trabalhado. Freqüentemente os conhecimentos prévios dos alunos são compostos por uma visão de senso comum, empírica, sincrética, na qual quase tudo, aparece como natural, como afirma Saviani (1991, p. 80). O professor, por sua vez, deve posicionar-se de forma clara, objetiva e crítica quanto ao conhecimento sobre o Sagrado e seu papel sócio-cultural. Assim, exercerá o papel de mediador entre os saberes que o aluno já possui e os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula.

Inicialmente o professor anuncia aos alunos o conteúdo que será trabalhado e dialoga com eles para verificar o que conhecem sobre o assunto e que uso fazem desse conhecimento em sua prática social cotidiana. Sugere-se que o professor faça um levantamento de questões ou problemas envolvendo

essa temática para que os alunos identifiquem o quanto já conhecem a respeito do conteúdo, ainda que de forma caótica. Evidencia-se, assim, que qualquer assunto a ser desenvolvido em aula está, de alguma forma, presente na prática social dos alunos.

Num segundo momento didático propõe-se a problematização do conteúdo. Trata-se da "identificação dos principais problemas postos pela prática social. [...] de detectar que questões precisam ser resolvidas no âmbito da Prática Social e, em conseqüência, que conhecimento é necessário dominar" (Saviani, 1991, 80). Essa etapa pressupõe a elaboração de questões que articulem o conteúdo em estudo à vida do educando. É o momento da mobilização do aluno para a construção do conhecimento.

A abordagem teórica do conteúdo, por sua vez, pressupõe sua contextualização,

pois o conhecimento só faz sentido quando associado ao contexto histórico, político e social. Ou seja, estabelecem-se relações entre o que ocorre na sociedade, o objeto de estudo da disciplina, nesse caso, o Sagrado, e os conteúdos estruturantes. A interdisciplinaridade é fundamental para efetivar a contextualização do conteúdo, pois articulam-se os conhecimentos de diferentes disciplinas curriculares e, ao mesmo tempo, assegura-se a especificidade dos campos de estudo do Ensino Religioso. Para efetivar esse processo de ensino-aprendizagem com êxito faz-se necessário abordar cada expressão do Sagrado do ponto de vista laico, não religioso. Assim, o professor estabelecerá uma relação pedagógica frente ao universo das manifestações religiosas, tomando-o como construção histórico-social e patrimônio cultural da humanidade.

Os conteúdos religiosos históricos e culturais afro-brasileiro e indígena, leis 10639/03 e 11645/08, serão contemplados nos conteúdos e também nos eventos e datas indicadas no calendário escolar. , considerando a Lei de Educação Ambiental 9795/99, será realizado um trabalho de pesquisa e reflexão sobre impacto das práticas religiosas em relação ao meio ambiente.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve fazer-se presente, tanto como meio de diagnóstico do processo ensino-aprendizagem quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica, sempre com uma dimensão formadora, uma vez que, o fim desse processo é a aprendizagem, ou a verificação dela, mas também permitir que haja uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica .

. A avaliação deve contribuir para a compreensão das dificuldades de aprendizagem dos alunos, com vistas às mudanças necessárias para que essa aprendizagem se concretize e a escola se faça mais próxima da comunidade, da sociedade como um todo, no atual contexto histórico e no espaço onde os alunos estão inseridos.

Assim, a avaliação do processo ensino-aprendizagem, entendida como questão metodológica, de responsabilidade do professor, é determinada pela perspectiva de investigar para intervir. A apropriação do conteúdo trabalhado pode ser observada pelo professor em diferentes situações de ensino e aprendizagem. Eis algumas sugestões que podem ser tomadas como amplos critérios de avaliação no Ensino Religioso:

• o aluno expressa uma relação respeitosa com os colegas de classe que têm opções religiosas diferentes da sua?

• o aluno aceita as diferenças de credo ou de expressão de fé?

• o aluno reconhece que o fenômeno religioso é um dado de cultura e de identidade de cada grupo social?

• o aluno emprega conceitos adequados para referir-se às diferentes manifestações do Sagrado?

A avaliação é um elemento integrante do processo educativo na disciplina do Ensino Religioso. Cabe, então, ao professor implementar práticas avaliativas e construir instrumentos de avaliação que permitam acompanhar e registrar o processo de apropriação de conhecimentos pelo aluno em articulação com a intencionalidade do ensino explicitada nos planos de trabalho

docente. O que se busca, em última instância, com o processo avaliativo é identificar em que medida os conteúdos passam a ser referenciais para a compreensão das manifestações do Sagrado pelos alunos.

Apesar de não haver aferição de notas ou conceitos que impliquem aprovação ou reprovação do aluno, recomenda-se que o professor registre o processo avaliativo por meio de instrumentos que permitam à escola, ao aluno, aos seus pais ou responsáveis a identificação dos progressos obtidos na disciplina. A avaliação permite diagnosticar o quanto o aluno se apropriou do conteúdo, como resolveu as questões propostas, como reconstituiu seu processo de concepção da realidade social e, como, enfim, ampliou o seu conhecimento em torno do objeto de estudo do Ensino Religioso, o Sagrado, sua complexidade, pluralidade, amplitude e profundidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEED, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, Ensino Religioso, 2008.

BRASIL, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1967.

BRASIL, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997.

CALLAI, H. C. Estudar o lugar para compreender o mundo. in: CASTROGIOVANNI,

CLASTRES, P. A fala sagrada: mitos e cantos Sagrados dos índios guarani. Tradução Nícia Adan Bonatti. Campinas, SP: Papirus, 1990.

COSTELLA, D. O fundamento epistemológico do ensino religioso. In: JUNQUEIRA, S.; WAGNER, R. (Orgs.) O ensino religioso no Brasil. Curitiba: Champagnat, 2004.

ELIADE, M. O Sagrado e o profano. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. Tratado de História das Religiões. trad N. Nunes & F. Tomaz, Lisboa: Cosmos, 1977.

ESPINOSA, B. Tratado Teológico-Político. Brasília: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 1988.

FEUERBACH, L. A essência do Cristianismo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

GEERTZ, C. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIL FILHO, S. F. Espaço de Representação e Territorialidade do Sagrado: Notas para uma teoria do fato religioso. Ra'e Ga O Espaço Geográfico em Análise: Curitiba, v. 3 n. 3, p 91-120, 1999.

GIL FILHO, S. F. ; ALVES, Luis Alberto Sousa . O Sagrado como foco do Fenômeno Religioso. In: Sergio Rogério Azevedo Junqueira; Lílian Blanck de Oliveira. (Org.). ENSINO RELIGIOSO: MEMÓRIAS E PERSPECTIVAS. 1 ed. Curitiba: Editora Champagnat, 2005, v. 01, p. 51-83.

KANT, I. A religião nos limites da simples razão. Tradução Ciro Mioranza. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE INGLÊS

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA DE LINGUA ESTRANGEIRA MODERNA

O Brasil segue hoje novos rumos na educação. O que muda também a perspectiva do ensino da língua estrangeira no país, pois ela faz parte das novas diretrizes da educação brasileira.

O idioma inglês está cada vez mais presente no nosso cotidiano e vem se mostrando como importante meio de comunicação no mundo globalizado em que vivemos.

Conhecer esta língua hoje, é sentir-se inserido na realidade e dela participar ativamente e culturalmente.

Cada vez mais pessoas estudam e falam inglês em todo o mundo.

Hoje o inglês tornou-se um dos principais veículos de comunicação nos meios diplomáticos, no comércio mundial, nas competições esportivas, no turismo, nos encontros de líderes políticos mundiais, nos congressos sobre ciência, tecnologia, arte, etc.

Por isso, é importante conhecer a língua inglesa e sua estrutura para não sentir-se isolado no mundo globalizado de desenvolvimento, democracia, capitalismo, neoliberalismo, modernização, etc.

O Brasil desde a independência, intensificou-se e, com isso, a necessidade de aprender inglês tornou-se cada vez maior. Professores universitários, militares, cientistas, artistas, imbuídos por missões de boa vontade, americano vem para o Brasil, isto na década de 40 e, com eles a produção cultural e assim, falar inglês passou a ser anseio das populações urbanas e o ensino dessa época passou a ganhar mais espaço no currículo em detrimento ao ensino francês. Mas foi desde a década de 50, o sistema educacional brasileiro viu-se responsável pela formação de seus alunos para o mundo do trabalho.

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação nº. 4024, promulgada em 1961 criou os Conselhos Estaduais. Cabia a eles a decisão acerca da inclusão ou não da língua estrangeira nos currículos.

Foi com a tomada do governo brasileiro pelos militares, a L.D.B./61 foi retomada em 1971 através da lei nº. 5692/71. A partir de então, a finalidade do ensino passou a ser centrada na habitação profissional.

Em 1976, o ensino da língua estrangeira passa a ser obrigatório, e em 15 de agosto de 1986, a Secretaria de Estado da Educação, criou oficialmente, os centros de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEMs). No Estado do Paraná, como forma de valorização da diversidade histórica do Estado.

Desse modo, a escola tem o papel de informar, mostrar, desnudar, ensinar regras, não apenas para que sejam seguidas, mas principalmente para que possam ser modificadas.

Portanto, a escola deve propor da aula de inglês, um espaço para que o aluno reconheça e compreenda a diversidade da lingüística e cultural e oportunizar possibilidades de construção de significados em relação ao mundo onde vive, por que a cultura é um processo dinâmico de produção de sentidos possíveis, aceitáveis, legítimos, mantido e reforçado, tanto por coletividades (instituições sociais como a família, a religião a escola) quanto por sujeitos (Jordão, pág.3).

Ensinar e aprender línguas é também ensinar e aprender percepções de mundo e maneiras de construir sentidos é formar subjetividades, independentemente do grau de proficiência atingido. Deste modo, as aulas de Língua Estrangeira configuram-se como espaços nos quais identidades são construídas, pela forma como as interações entre professores e alunos são organizadas pelas representações e visões de mundo que vão sendo relevados no dia-a-dia, lançando e assegurando-lhe a formação comum para o exercício da cidadania (Lei nº. 9394/96 Art. 22).

OBJETIVOS GERAIS

O objetivo de ensinar a Língua Estrangeira Moderna é estimular a participação e aproveitar dessa oportunidade para aprender de forma interessante o idioma inglês na globalização atual conduzindo o aluno a um

aprendizado natural integrado a Língua Inglesa a sua realidade, proporcionando novas perspectivas de vida.

Considerar que o inglês não é apenas uma língua estrangeira, mas é utilizada como idioma padrão em comunicação universal conscientizando o aluno de que a língua inglesa faz parte do contexto em que ele vive e, que é notório a importância de se aprender inglês nos tempos atuais, ampliar seus conhecimentos, treiná-los à estrutura da língua estrangeira, assim despertando o gosto pela pesquisa e ampliar seus conceitos.

Propor ao aluno condições de treinar sistematicamente estruturas básicas da língua inglesa e adquirir o domínio desse idioma tão importante no mundo atual, levar assim o aluno a reconhecer a presença do idioma nas diversas regiões do mundo.

A aprendizagem da língua Estrangeira Moderna para o mundo globalizado na construção do seu desempenho para o mercado da competitividade ao mundo do trabalho, motivando a importância de compreender a língua inglesa e conscientizar o educando a valorizar o conhecimento que já possui no intuito de melhorar seu desempenho lingüístico e reconhecendo a importância de estar inserido nesta realidade e participar ativamente de situações cotidianas.

CONTEÚDOS POR SERIE/ANO

5ª SÉRIE/ 6° ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Discurso como prática social

CONTEÚDOS BÁSICOS

Gêneros discursivos;

Leitura;

Escrita;

Oralidade.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

Gêneros discursivos

Leitura

Tema do texto;

Interlocutor

Finalidade;

Aceitabilidade do texto;

Informatividade;

Elementos composicionais do gênero;

Léxico;

Repetição proposital de palavras;

Marcas lingüísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (aspas, travessão,negrito), figuras de linguagem.

ESCRITA

Tema do texto;

Interlocutor;

Finalidade do texto;

Informatividade;

Elementos composicionais do gênero;

Marcas lingüísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (aspas, travessão,negrito), figuras de linguagem.

Acentuação gráfica;

Ortografia;

Concordância nominal e verbal.

ORALIDADE

Tema do texto;

Finalidade;

Papel do locutor e interlocutor;

Elementos extralingüísticos: entonação, pausas, gestos...;

Adequação do discurso ao gênero;

Turnos da fala;

Variações lingüísticas;

Marcas lingüísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, recursos semânticos.

CONTEÚDOS POR SERIE/ANO

6ª SÉRIE / 7° ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Discurso como prática social

CONTEÚDOS BÁSICOS

Gêneros discursivos;

Leitura;

Escrita;

Oralidade.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

Gêneros discursivos

Leitura

Tema do texto;

Interlocutor

Finalidade;

Aceitabilidade do texto;

Informatividade;

Elementos composicionais do gênero;

Léxico;

Repetição proposital de palavras;

Marcas lingüísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (aspas, travessão,negrito), figuras de linguagem.

ESCRITA

Tema do texto;

Interlocutor;

Finalidade do texto;

Informatividade;

Elementos composicionais do gênero;

Marcas lingüísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (aspas, travessão,negrito), figuras de linguagem.

Acentuação gráfica;

Ortografia;

Concordância nominal e verbal.

ORALIDADE

Tema do texto;

Finalidade;

Papel do locutor e interlocutor;

Elementos extralingüísticos: entonação, pausas, gestos...;

Adequação do discurso ao gênero;

Turnos da fala;

Variações lingüísticas;

Marcas lingüísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, recursos semânticos.

CONTEÚDOS POR SERIE/ANO

7ª SÉRIE / 8° ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Discurso como prática social

CONTEÚDOS BÁSICOS

Gêneros discursivos;

Leitura;

Escrita;

Oralidade.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

Gêneros discursivos

Leitura:

Conteúdo temático;

Interlocutor

Finalidade do texto

Aceitabilidade do texto;

Informatividade;

Situacionalidade;

Intertextualidade;

Vozes sociais presentes no texto;

Elementos composicionais do gênero;

Marcas lingüísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (aspas, travessão,negrito), figuras de linguagem.

Semântica;

Operadores argumentativos;

Ambigüidade;

Sentido conotativo e denotativo das palavras no texto;

Expressões que denotam ironia e humor no texto;

Léxico.

ESCRITA

Conteúdo temático

Interlocutor;

Finalidade do texto;

Informatividade;

Situacionalidade;

Intertextualidade;

Vozes sociais presentes no texto;

Elementos composicionais do gênero;

Marcas lingüísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (aspas, travessão,negrito), figuras de linguagem.

Concordância verbal e nominal;

Semântica;

Operadores argumentativos;

Ambigüidade;

Significado das palavras;

Figuras de linguagem;

Sentido conotativo e denotativo;

Expressões que denotam ironia e humor no texto;

ORALIDADE

Conteúdo temático;

Finalidade;

Aceitabilidade do texto;

Informatividade;

Papel do locutor e interlocutor;

Elementos extralingüísticos: entonação, expressão facial, corporal e gestual, pausas;

Adequação do discurso ao gênero;

Turnos da fala;

Variações lingüísticas;

Marcas lingüísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;

Elementos semânticos;

Adequação da fala ao contexto(uso de conectivos, gírias, repetições, etc);

Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

8ª SÉRIE / 9° ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Discurso como prática social

CONTEÚDOS BÁSICOS

Gêneros discursivos;

Leitura;

Escrita;

Oralidade.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

Gêneros discursivos

Leitura:

Conteúdo temático;

Interlocutor

Finalidade do texto

Aceitabilidade do texto;

Informatividade;

Situacionalidade;

Intertextualidade;

Temporalidade;

Discurso direto e indireto;

Vozes sociais presentes no texto;

Elementos composicionais do gênero;

Emprego do sentido denotativo e conotativo no texto;

Palavras e/ou expressões que denotam ironia e humor no texto;

Polissemia;

Marcas lingüísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (aspas, travessão,negrito), figuras de linguagem.

ESCRITA

Conteúdo temático

Interlocutor;

Finalidade do texto;

Aceitabilidade do texto

Informatividade;

Situacionalidade;

Intertextualidade;

Temporalidade;

Discurso direto e indireto;

Elementos composicionais do gênero;

Emprego do sentido conotativo e denotativo no texto;

Relações de causa e conseqüência entre as partes e elementos do texto;

Polissemia;

Marcas lingüísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (aspas, travessão,negrito), figuras de linguagem.

Processo de formação de palavras;

Acentuação gráfica;

Ortografia

Concordância verbal e nominal.

ORALIDADE

Conteúdo temático;

Finalidade;

Aceitabilidade do texto;

Informatividade;

Papel do locutor e interlocutor;

Elementos extralingüísticos: entonação, expressão facial, corporal e gestual, pausas;

Adequação do discurso ao gênero;

Turnos da fala;

Variações lingüísticas;

Marcas lingüísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;

Elementos semânticos;

Adequação da fala ao contexto(uso de conectivos, gírias, repetições, etc);

Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

METODOLOGIA

O Trabalho com a língua estrangeira moderna propõe-se a trabalhar a partir de temas referentes a questões sociais emergentes, abordando assuntos relevantes presentes na mídia nacional do mundo editorial.

Portanto, o uso da Língua Estrangeira é como um espaço de construção de significados.

É importante que o professor escolha textos contemplando a necessidade do aluno, problematizando as situações, em busca de possíveis soluções, propicie práticas de leitura de textos de diferentes gêneros, considere os conhecimentos prévios dos alunos, encaminhe discussões, contextualize a produção e oportunize a socialização das idéias dos alunos além de acompanhar a produção de textos, a reescrita textual fazendo a revisão dos argumentos e idéias, explorando pressupostos, formulando hipóteses, estabelecendo situações que os ajudam não apenas a construir expectativas relativas aos sentidos possíveis de relação com textos estudados, mas também possam subsidiá-los a posicionar-se em relação a esses sentidos.

Assim o aluno, agente ativo do processo de ensino e de aprendizagem buscara respostas e soluções a seus questionamento, necessidades e anseios relacionados a aprendizagem.

AVALIAÇÃO

Elemento que integra ensino e aprendizagem, avaliação tem por meta o ajuste e a orientação para a intervenção pedagógica, visando a aprendizagem de forma mais adequada para o aluno. É um elemento de reflexão contínua para o professor sobre sua prática educativa e um instrumento para que o aluno possa tomar consciência de seus progressos, dificuldades e possibilidade.

Ao propor reflexões sobre as práticas avaliativas, objetiva-se favorecer a coerência entre tais aspectos (avaliação, concepção de língua e objetivos de ensino) e o processo de ensino e de aprendizagem (Luckesi).

Portanto, a avaliação da aprendizagem de Língua Estrangeira precisa superar a concepção de mero instrumento de mediação da apreensão de conteúdos, visto que ela se configura como processual e como tal, objetiva subsidiar discussões acerca das dificuldades e avanços dos alunos sujeitos, a partir de suas produções, no processo de ensino-aprendizagem.

Caberá ao professor observar a participação ativa dos alunos, considerando que o engajamento discursivo na sala realiza por meio de interação verbal, a partir de textos, e de diferentes formas; entre os alunos e professores, entre alunos na turma. Na interação dos alunos com o material didático, nas conversas em língua materna e na língua estrangeira estudada e no próprio uso da língua que funciona como recurso cognitivo ao promover o desenvolvimento dos pensamentos e de idéias. (Vygotsky).

Considera-se então que a avaliação deve ser diagnóstica e formativa.

Leitura, dramatização, jogos, etc.

Interpretação – criatividade.

Na produção escrita:

Exercícios de pesquisa.

Compreensão de textos

Atenção na execução, etc.

Nesse sentido, avaliar é considerar que o erro faz parte da construção do conhecimento, tanto para o aluno, quanto para o professor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEED, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, Língua Estrangeira Moderna, 2008.

ANDREOTTI, V.; JORDÃO, C.M.; GIMENEZ, T. (org.) Perspectivas educacionais e ensino de inglês na escola pública. Pelotas: Educat, 2005.

ANTUNES, I. Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1988.

BUSNARDO, J. BRAGA, D. B. Uma visão neo-gramsciana de leitura crítica: contexto, linguagem e ideologia. Ilha do Desterro. Florianópolis: UFSC, 2000. p. 91-114.

COOK, G. Applied linguistics. Oxford: Oxford University Press. 2003.

COX, M. I. P. ; ASSIS-PETERSON, A. A. O professor de inglês: entre a alienação e a emancipação. Linguagem & Ensino, v. 4, n. 1, p. 11-36, 2001

FARACO, C. A . Português: língua e cultura – manual do professor. Curitiba: Base, 2005.

FARACO, C. A. (org.) Diálogos com Bakhtin. Curitiba: UFPR, 2001.

FARACO, C. A. Linguagem & Diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. 1 ed. Curitiba: Criar edições, v1, p.13-43, 2003.

GIMENEZ, T. Currículo de língua estrangeira: revisitando fins educacionais. In: ENCONTRO DE PROFESSORES DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS, 11, Londrina, 2003. Anais. Londrina: Midiograf, 2003.

GIMENEZ, T. Ensino de línguas estrangeiras no ensino fundamental: questões para debate.Londrina, 2004. Mimeo.

GIMENEZ, T.; JORDÃO, C. M.; ANDREOTTI, V. (org.). Perspectivas educacionais e ensino de inglês na escola pública. Pelotas: Educat, 2005.

GIMENEZ, T. Competência intercultural na língua inglesa. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/nap/artigos/artigo05.htm>. Acesso em: 29 de maio de 2006.

GIROUX, H. A. Qual o papel da pedagogia crítica nos estudos de língua e cultura. 2006.

JORDÃO, C. M. A língua estrangeira na formação do indivíduo. Curitiba, 2004a. mimeo.

JORDÃO, C. M. O ensino de línguas estrangeiras em tempos pós-modernos. Curitiba, UFPR, 2004b.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 1995.

ORLANDI, E.P. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 6 ed. São Paulo: Ponte, 2005.

8.2 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A língua portuguesa antes de tudo é o veículo de todo o conhecimento. As práticas da linguagem enquanto fenômeno perpassa todas as áreas do agir humano. O fato de a língua ser o meio e o suporte para os outros conhecimentos torna o professor de língua portuguesa um agente eficaz, propiciador das relações inter e multidisciplinares.

O ensino da Língua Portuguesa no ensino médio não deve ser simples repasse de regras, nomenclaturas, gramática ou historiografia literária. Na perspectiva de superação efetiva desta postura é necessário perceber que a modalidade, a dinâmica, a fluidez, a imprecisão da linguagem não aprisiona os textos em determinadas propriedades formais. A norma é real, aquela usada socialmente, mesmo tratando-se da norma padrão ou da norma culta, aprende-se lendo e escrevendo e não a partir de conceitos.

A linguagem é o instrumento para a interação social, e a disciplina da língua portuguesa é responsável por proporcionar aos estudantes o contato com os mais diversos tipos de “textos”, através da oralidade, da escrita e da leitura.

OBJETIVOS GERAIS

Proporcionar aos estudantes a oportunidade de aperfeiçoar a capacidade de empregar a língua oral em diferentes situações de uso, sabendo adequá-la a cada contexto e interlocutor, descobrindo as interações que estão implícitas nos discursos do cotidiano e posicionando-se diante do mesmo.

Refletir sobre os textos produzidos, lidos ou ouvidos atualizando o gênero e o tipo de texto, considerando-se os interlocutores, os seus objetivos, o assunto tratado, os gêneros e suportes textuais e o contexto de produção/leitura, assim como os elementos gramaticais empregados na sua organização.

Garantir ao aluno o aprimoramento do domínio discursivo no âmbito da oralidade, da leitura e da escrita, por meio da inserção e participação do mesmo em processos interativos com a língua oral e escrita.

Aprimorar, ainda, pelo contato com os textos literários, a capacidade de pensamento critico e a sensibilidade estética dos alunos.

Desvelar as cristalizações de verdade na língua, possibilitando aos estudantes o entendimento do poder configurado pelas diferentes práticas discursivas sociais.

Ajudar os alunos a ampliarem seu domínio de uso das linguagens verbais e não verbais através do contato direto com textos dos mias variados gêneros, orais e escritos, engendrados pelas necessidades humanas enquanto falantes do idioma.

Ensinar os alunos a sentirem-se bem para expressarem suas idéias com segurança e fluência, nos diferentes contextos de sua inserção social.

Criar oportunidades para o aluno refletir, construir, levantar hipóteses, a partir da leitura e da escrita de diferentes textos, única instancia em que o aluno pode chegar à compreensão de como a língua funciona e a decorrente competência textual.

CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO

Não faz sentido engessar o trabalho do professor estruturando grandes seqüências de conteúdos gramaticais, nem aprisionar o trabalho literário na historiografia e nas inumeráveis listas de autores e obras.

Fundamentar a metodologia do trabalho pedagógico com a língua materna na natureza social do discurso e da própria língua significa compreender que são produtos das ações com a linguagem que constituem os objetos de ensino.

Assumindo-se a concepção da língua como prática que se efetiva nas diferentes instancias sociais, acorda-se que o objeto de estudo da disciplina é a língua. E o conteúdo estruturante da língua portuguesa e literatura é o discurso enquanto prática social (leitura, escrita e oralidade).

Conteúdo Estruturante: Discurso como Prática Social

	CONTEÚDOS BÁSICOS		
GÊNEROS DISCURSIVOS Para o trabalho das práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação.	LEITURA • Conteúdo temático; • Interlocutor; • Finalidade do texto; • Intencionalidade; • Argumentos do texto; • Contexto de produção; • Intertextualidade; • Vozes sociais presentes no texto; • Discurso ideológico presente no texto; • Elementos composicionais do gênero; • Contexto de produção da obra	ESCRITA • Conteúdo temático; • Interlocutor; • Finalidade do texto; • Intencionalidade; • Informatividade; • Contexto de produção; • Intertextualidade; • Referência textual; • Vozes sociais presentes no texto; • Ideologia presente no texto; • Elementos composicionais do gênero; • Progressão referencial; • Relação de causa e	ORALIDADE • Conteúdo temático; • Finalidade; • Intencionalidade; • Argumentos; • Papel do locutor e interlocutor; • Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas...; • Adequação do discurso ao gênero; • Turnos de fala; • Variações linguísticas (lexicais, semânticas, prosódicas, entre outras); • Marcas linguísticas:

	literária; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito; • Progressão referencial; • Partículas conectivas do texto; • Relação de causa e consequência entre partes e elementos do texto; • Semântica: - operadores argumentativos; - modalizadores; - figuras de linguagem. - figuras de linguagem; - sentido conotativo e denotativo.	consequência entre as partes e elementos do texto; Semântica: - operadores argumentativos; - modalizadores; - figuras de linguagem; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, conectores, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito, etc.; • Vícios de linguagem; • Sintaxe de concordância; • Sintaxe de regência	coesão, coerência, gírias, repetição; • Elementos semânticos; • Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc.); • Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

*TABELA DE GÊNEROS CONFORME AS ESFERAS DE CIRCULAÇÃO

ESFERAS SOCIAIS DE CIRCULAÇÃO		
COTIDIANA	Adivinhas Álbum de Família Anedotas Bilhetes Cantigas de Roda Carta Pessoal Cartão Cartão Postal Causos Comunicado Convites Curriculum Vitae	Diário Exposição Oral Fotos Músicas Parlendas Piadas Provérbios Quadrinhas Receitas Relatos de Experiências Vividas Trava-Línguas
LITERÁRIA / ARTÍSTICA	Autobiografia Biografias Contos Contos de Fadas Contos de Fadas Contemporâneos Crônicas de Ficção Escultura Fábulas Fábulas Contemporâneas Haicai Histórias em Quadrinhos Lendas Literatura de Cordel Memórias	Letras de Músicas Narrativas de Aventura Narrativas de Enigma Narrativas de Ficção Científica Narrativas de Humor Narrativas de Terror Narrativas Fantásticas Narrativas Míticas Paródias Pinturas Poemas Romances Tankas Textos Dramáticos

ESCOLAR	Ata Cartazes Debate Regrado Diálogo/Discussão Argumentativa Exposição Oral Júri Simulado Mapas Palestra Pesquisas	Relato Histórico Relatório Relatos de Experiências Científicas Resenha Resumo Seminário Texto Argumentativo Texto de Opinião Verbetes de Enciclopédias
IMPRENSA	Agenda Cultural Anúncio de Emprego Artigo de Opinião Caricatura Carta ao Leitor Carta do Leitor Cartum Charge Classificados Crônica Jornalística Editorial Entrevista (oral e escrita)	Fotos Horóscopo Infográfico Manchete Mapas Mesa Redonda Notícia Reportagens Resenha Crítica Sinopses de Filmes Tiras
PUBLICITÁRIA	Anúncio Caricatura Cartazes Comercial para TV E-mail Folder	Músicas Paródia Placas Publicidade Comercial Publicidade

	Fotos Slogan	Institucional Publicidade Oficial Texto Político
POLÍTICA	Abaixo-Assinado Assembléia Carta de Emprego Carta de Reclamação Carta de Solicitação Debate	Debate Regrado Discurso Político “de Palanque” Fórum Manifesto Mesa Redonda Panfleto
JURÍDICA	Boletim de Ocorrência Constituição Brasileira Contrato Declaração de Direitos Depoimentos Discurso de Acusação Discurso de Defesa	Estatutos Leis Ofício Procuração Regimentos Regulamentos Requerimentos
PRODUÇÃO E CONSUMO	Bulas Manual Técnico Placas	Regras de Jogo Rótulos/Embalagens
MIDIÁTICA	Blog Chat Desenho Animado E-mail Entrevista	Reality Show Talk Show Telejornal Telenovelas Torpedos

	Filmes Fotoblog Home Page	Vídeo Clip Vídeo Conferência

METODOLOGIA

A metodologia da disciplina da língua portuguesa tem como base a prática da oralidade, da escrita e da leitura – e só dessa forma consegue abranger o todo dinâmico do sistema da linguagem. A metodologia precisa pautar-se na interlocução, em atividades planejadas que possibilitem ao aluno não só a leitura e a expressão oral e escrita, mas também refletir sobre o uso que faz da linguagem nos seus diferentes contextos e situações. Quanto maior o contato com a linguagem na diversidade textual mais possibilidades o aluno tem de aprimorar seu domínio da língua e de entender o texto como material carregado de intenções e de visões de mundo.

A gramática não é o centro do ensino. O aluno precisa ampliar suas capacidades discursivas em atividades de uso da língua, a partir dos quais o professor vai explorar os aspectos textuais e as exigências específicas de adequação da linguagem. Na análise lingüística o aluno não é só ouvinte, sua participação é fundamental no processo de aprendizagem.

Oralidade: a disciplina deve promover situações que incentivem a falar, tornar o aluno um falante cada vez mais ativo e competente, capaz de compreender os discursos dos outros, de organizar os seus de forma clara, coesa e coerente. O professor de língua portuguesa deve planejar e desenvolver um trabalho com a oralidade que gradativamente permita ao aluno não só conhecer e usar a outra variedade da lingüística, a padrão, como também entender a necessidade desse uso em determinados contextos sociais. O trabalho com a oralidade aponta diversos caminhos: debates, discussões, seminários, transmissões de informações, de troca de opiniões, de defesa de ponto de vista (argumentação), contação de histórias, declamação de poemas, representação teatral, relatos de experiências, entrevista, analisar a linguagem utilizada em programas de TV, músicas, etc.

Leitura: o leitor é ao mesmo tempo leitor e autor do texto. Ao ler um texto as pessoas dão-lhe vida. Para cada leitor, o texto torna-se único e formidável, nascendo e renascendo. O ato de ler é identificado com o de familiarizar-se com diferentes textos produzidos em diferentes práticas sociais: notícias, crônicas, piadas, poemas, artigos científicos, ensaios, reportagens, propagandas, informações, charges, romances, contos. A leitura também pode assumir significado maior como sinônimo de visão de mundo. Podemos ler situações, imagens, fotos, outdoors, propagandas, imagens digitais e virtuais. O ato de ler convoca o ato de pensar. O professor deve planejar uma ação pedagógica que permita ao aluno não só a leitura de textos, para os quais já tenha construído uma competência, como também a leitura de textos mais difíceis que amplifiquem o desenvolvimento de novas estratégias com a devida mediação. O texto literário é um excelente meio de contato com a pluralidade de significados que a língua assume em seu máximo grau de feito estético.

Escrita: Ao se perceber como autor o aluno poderá aprimorar sua condição de escritor, a criatividade e outros fatores comumente relacionados ao ato de escrever. Isto só se aprende na prática da escrita em suas diferentes modalidades. O envolvimento do professor e aluno com a escrita deve acontecer desde a motivação para a produção de textos, passando pela reflexão, e completando-se na revisão e na reestruturação. É nas experiências concretas de produção de textos que o estudante, vai aumentando seu universo referencial e aprimorando sua competência de escrita. É preciso trabalhar a produção de textos argumentativos, descritivos, de notícia, narrativo, cartas ou memorandos, poemas, abaixo-assinados, crônicas, informativos ou literários.

AVALIAÇÃO

O objetivo da avaliação é estabelecer as principais dificuldades da turma-aluno e trabalhar coletivamente para a superação dos mesmos. A avaliação servira para os alunos e professores refletirem sobre suas práticas e tomarem decisões.

A avaliação precisa dar ao professor pistas concretas do caminho que o aluno está trilhando para aprimorar sua capacidade lingüística e discursiva em práticas de oralidade, leitura e escrita. É a partir da constatação de falhas no processo que a língua torna-se objeto de reflexão e de discussão das questões lingüísticas, sem se afastar do contexto inicial de produção, uma vez que, na análise lingüística, a reflexão e a discussão estarão a serviço de ajustes necessários na produção do aluno, naquela situação específica de interpretação ou produção.

É preciso instigar a auto-avaliação. O próprio aluno avalia o produto de sua experiência, seja de leitura ou de produção oral ou escrita.

A oralidade será avaliada primeiramente em função da adequação do discurso aos diferentes interlocutores e situações (seminários, debates, entrevistas, etc.).

A avaliação de leitura deve considerar as estratégias que os estudantes empregaram no decorrer da leitura, a compreensão, o sentindo construído para o texto, considerando a visão de mundo e o repertorio cultural individual.

Em relação à escrita o que determina a adequação do texto escrito são as circunstâncias de sua produção e o resultado dessa ação. Deve valorizar, sobretudo o esforço daquele que escreve, desconfia, rasga e reescreve tantas vezes quanto julga necessárias até que o texto lhe pareça bom.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

SEED, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, Língua Portuguesa, 2008.

AGUIAR, Vera Teixeira de; BORDINI, Maria da Glória. Literatura e Formação do leitor: alternativas metodológicas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro & interação. São Paulo: Parábola,2003.

_____. Muito além da Gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.

BAGNO, Marcos. A norma oculta – língua e poder na sociedade. São Paulo:

Parábola, 2003.

BAKHTIN, Michail (Volochinov). Marxismo e filosofia da linguagem. Trad. de

Michel Lahud e Yara Frateschi. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. Problemas da poética de Dostoievski. Rio de Janeiro: Forense Universitária,1997.

BRAIT, Beth. PCNs, gêneros e ensino de língua: faces discursivas da textualidade.In: ROJO, Roxane (org.). A prática de linguagem em sala de aula: praticando PCN. São Paulo: Mercado de Letras, 2000, p. 20.

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE ARTE

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996(Lei 9394/96 art. 26 parágrafo 2) a disciplina de Artes torna-se presente nos currículos das escolas de Educação Básica no Brasil, sendo a mesma considerada no mesmo patamar de igualdade com as demais disciplinas que integram o currículo da escola básica.

Segundo Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2008, p.179): “O ensino de Arte está inserido na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, que tem como eixo as faculdades de representação e comunicação”. Sendo assim, suportes, elementos e estruturas só fazem sentido quando contextualizadas nas obras de arte e nos demais produtos culturais e nas experiências de cada sujeito, isolados de aplicação concreta se tornam abstratos e sem sentido para o aluno, por esse motivo temos em nossa Proposta Política Pedagógica a priorização de valorizar o repertório do aluno nas suas diversas formas de manifestações, viabilizando assim a aprendizagem significativa que parte do que o aluno sabe e estende-se em uma linguagem simultânea a do contexto que este discente está inserido.

No Ensino Médio prioriza-se a História da Arte, com momentos raros de Prática artística, centrando-se aos estudos de Movimentos e Períodos Artísticos e na leitura de obras de arte. Neste sentido definiu-se nas discussões coletivas da rede Estadual de Ensino juntamente com os professores de ensino, que os Conteúdos Estruturantes da disciplina de Arte são:

Elementos formais;

Composição;

Movimento e Períodos;

Elementos formais.

No conteúdo estruturante Elementos formais, o sentido da palavra está relacionado à forma propriamente dita, ou seja, aos recursos empregados numa obra. São elementos da cultura presentes nas produções humanas e nas produções da Natureza.

Composição

Composição é o processo de organização e desdobramento dos elementos que formam uma produção artística num processo de composição, área de artes visuais, os elementos formais – linha, superfície, volume, luz e cor – “não têm significados preestabelecidos, nada representam, nada descrevem, nada assinalam, não são símbolos de nada, não definem nada – nada, antes de entrarem num contexto formal” (OSTROWER 1983, p. 65).

Ao participar de uma composição, cada elemento visual configura o espaço de modo diferente e, ao caracterizá-lo, os elementos também se caracterizam.

Na área de música, todo som tem sua duração, a depender do tempo de repercussão da fonte sonora que o originou. É pela manipulação das durações, mediada pelo conhecimento estético, que esse som passa a constituir um ritmo ou uma composição.

Com a organização dos elementos formais, por meio dos conhecimentos de composição de cada área de Arte, formulam-se todas as obras, sejam elas visuais, teatrais, musicais ou da dança, na imensa variedade de técnicas e estilos.

Movimentos Períodos

Caracteriza - se pelo contexto histórico relacionado ao conhecimento em Arte. Esse conteúdo revela aspectos sociais, culturais e econômicos presentes numa composição artística, e explicita as relações internas ou externas de um

movimento artístico em suas especificidades, gêneros, estilos e correntes artísticas.

Nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio propõe-se o ensino de uma arte como fonte de humanização, o que implica um trabalho com totalidade das dimensões da arte, da parte do artista, para a totalidade humana, do espectador.

Além disso, é necessária uma unidade de abordagem dos conteúdos estruturantes, um encaminhamento metodológico orgânico, onde o conhecimento como prática e a fruição artística estejam presentes em todos os momentos da prática pedagógica, dessa forma, devem-se contemplar, três metodologias pedagógicas no ensino de Artes:

Teorizar: Possibilita ao aluno a apropriação da obra artística, como bem, desenvolvendo um trabalho artístico de modo a formar conceitos artísticos.

Perceber e sentir: são as formas de apreciação, fruição, leitura e acesso à obra de arte.

Trabalho artístico: é uma prática criativa, com o exercício dos elementos que compõe uma obra de arte.

CONTEÚDO POR SÉRIE/ANO

2º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES			
CONTEÚDOS ESPECIFICOS			
ÁREAS	ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS
ARTES VISUAIS	Ponto Linha Textura Superfície Volume Cor luz	Bidimensional Tridimensional Técnica: pintura, desenho, modelagem, performance, fotografia, gravuras e esculturas	Arte Paranaense Arte Popular Arte engajada Vanguardas artísticas Indústria cultural Realismo Abstracionismo
MÚSICA	Altura Duração Timbre Intensidade Densidade	Gêneros: erudito, clássico, popular, étnico, folclórico e Pop	Indústria cultural engajada Vanguardas artísticas Paranaense
TEATRO	Personagens: expressões corporais,	Gênero: tragédia, comédia,	Teatro da Indústria Cultural

	vocais, gestuais e faciais	drama e Épico Roteiro Improvisação	Teatro engajado Teatro Dialético Teatro do Oprimido Teatro Pobre
DANÇA	Movimento corporal Tempo Espaço	Movimentos articuladores: lento, rápido e moderado Ponto de apóio Deslocamento Improvisação	Danças clássicas Dança popular Dança Brasileira Dança Paranaense Indústria cultural Dança moderna

3º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES			
CONTEÚDOS ESPECIFICOS			
ÁREAS	ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS
ARTES VISUAIS	Ponto Linha Forma Textura Superfície Volume Cor luz	Bidimensional Tridimensional Figurativa Abstrata Semelhanças Contrastes Ritmo visual	Arte Paranaense ArteBrasileira Arte Popular Arte Contemporânea Arte Digital

MÚSICA	Altura Duração Timbre Intensidade Densidade	Ritmo Melodia Harmonia Modal Tonal Improvisação	Música Popular Brasileira, Paranaense e Popular Hip Hop
TEATRO	Personagens: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais Ação Espaço Cênico	Roteiro Improvisação Técnicas Jogos teatrais Gêneros	Teatro Greco-Romano l Teatro Medieval Teatro Brasileiro Teatro Paranaense Teatro Popular Teatro renascentista
DANÇA	Movimento corporal Tempo Espaço	Técnicas Salto e queda Rotação Deslocamento Gênero Formação Coreografia	Pré-história Greco-Romana Medieval Renascimento Popular

METODOLOGIA

O ensino do teatro, da música, da dança, das artes visuais e suas repercussões nas artes audiovisuais e midiáticas é tarefa a ser desenvolvida por professores especialistas, com domínio de saber nas linguagens mencionadas.

O trânsito entre as linguagens deve ser desenvolvido de maneira cuidadosa, evitando as abordagens superficiais e o uso de múltiplas modalidades sem aprofundamento consistente.

Se a realidade da escola não permitir a prática interdisciplinar recomendável, torna-se mais coerente concentrar os conteúdos no campo da formação docente, ou seja, em música, dança teatro ou artes visuais, tendo como meta a ampliação das oportunidades de acordo com o interesse dos estudantes e as possibilidades da escola.

O ensino constitui instrumento de gestão e proposição de relações integradoras entre teoria e prática, escola e comunidade, criadores e consumidores, estudantes e professores, arte e educação.

O grau de conhecimento dos alunos sobre o que foi apreendido na série anterior se insere como referência no planejamento, tendo em vista o aprofundamento do processo educativo ao longo do ensino médio.

AVALIAÇÃO

Conforme as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio a concepção de Avaliação para a disciplina de Arte, nesta proposta é diagnóstica e processual.

De acordo com a LDB (n. 9.394/96, art. 24, inciso V), a avaliação é continua “e cumulativa considerando o desempenho do aluno, com prevalência dos Aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os das eventuais Provas finais”. Na Deliberação 07/99 do Conselho Estadual de Educação (Capítulo I, Art.8 º), almeja avaliação "o

Desenvolvimento formativo e cultural do" aluno e Deve "Consideração em Levar Capacidade de um indivíduo, o Desempenho do aluno e sua Participação nas atividades realizadas".

Assim, a avaliação em Artes supera o papel de mero instrumento de medição da apreensão de conteúdos e busca propiciar aprendizagens significativas para o aluno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEED, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, Arte, 2008.

BOAL, Augusto. Teatro do oprimido e outras poéticas políticas. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 2005.

BOSI, Alfredo. Reflexões sobre a arte. São Paulo: Ática, 1991.

BOURCIER, Paul. História da dança no ocidente. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei n. 5692/71: lei de diretrizes e bases da educaçãonacional, LDB. Brasília, 1971.

BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei n. 9394/96: lei de diretrizes e bases da educação nacional, LDB. Brasília, 1996.

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LABAN, Rudolf. Domínio do movimento. São Paulo: Summus, 1978.

MORAES, J. Jota. O que é música? São Paulo: Brasiliense, 1983.

NETO, Manoel J. de S. (Org.). A (des)construção da Música na Cultura

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Ensino Médio. LDP:Livro Didático Público de Arte. Curitiba: SEED-PR, 2006.

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A Educação Física vem exercendo um papel com muita divergência e transformações dentro do processo político e pedagógico desde seu início no século XIX até os dias atuais, sempre a mercê de interesses que não são da educação física e sim de seus governantes como aconteceram em diversas fases, dentre elas higiênista e militarista, tendo que provar a todo o momento a sua importância dentro da sociedade em que vivemos.

Chegamos ao ponto de ter esta disciplina retirada do currículo como aconteceu anos atrás no ensino noturno, muitos esquecem que a educação física trabalha o corpo, aspectos sociais, de saúde, por isso tem um papel de suma importância dentro da sociedade em que estamos inseridos.

Após várias fases que a Educação Física passou, todas elas, de certa forma, ajudaram a construir o que estamos vivenciando hoje, seus conceitos e propostas.

Compreendemos com clareza que o aluno é o centro da aprendizagem, para tanto precisamos respeitar sua diversidade e individualidade, colocando a Educação Física num processo de socialização, mostrando que contribuímos para a formação do aluno, entendendo - o no seu processo de aprendizagem, crescimento social e humano do mesmo.

Quando trabalhamos a Educação Física nos dias atuais pretendemos passar para os alunos os motivos de sua inserção dentro da educação, trabalhando o esporte, lutas, danças e jogos de forma a mostrar as diferenças e os aspectos construtivos para melhorar a sociedade, sem pensarmos em cobrar o desenvolvimento perfeito da prática, mas sim, a forma lúdica e prazerosa de nossos alunos, no caso específico da dança o trabalho é realizado para mostrar a diversidade cultural e social do país em que vivemos.

Portanto é necessário sempre estar discutindo o ensino da Educação Física como parte integrante do processo de aprendizagem, e não como

disciplina a margem do processo, diversificando o ensino da teoria e da prática escolar.

OBJETIVOS GERAIS

Incentivar os alunos na prática de uma atividade física, seus benefícios para a saúde e convivência social;

Aprofundar os conhecimentos e compreensão das diferentes manifestações da cultura corporal como a dança, jogos, esportes e lutas;

Funcionamento do organismo humano no que diz respeito às capacidades físicas individuais;

Refletir sobre as formas pacíficas e respeitosas dentro e fora das práticas esportivas;

Discutir aspectos sociais tendo a atividade física e seus componentes como meio do processo;

Realizar atividades físicas nas aulas de Educação Física de forma lúdica e prazerosa.

CONTEÚDO POR SÉRIE /ANO

1º ANO

Conteúdo Estruturante Esporte

Atividades físicas e seus benefícios;

Riscos para a saúde do excesso de atividades físicas;

Alimentação e seus nutrientes (vitaminas, proteínas, carboidratos, sais minerais e gordura);

Doenças relacionadas com a alimentação: obesidade, bulimia e anorexia;

Índice de massa corporal;

Atletismo: regras e competições;

Conteúdo Estruturante Ginástica

Formas de medir a freqüência cardíaca;

Exercícios de aquecimento e alongamento;

Diferenças entre alongamentos e flexibilidades.

Conteúdo Estruturante Lutas

Diferenças entre lutas e artes marciais;

História da capoeira;

Capoeira enquanto luta/jogo e dança.

Conteúdo Estruturante Jogos e Brincadeiras

Jogos: recordando os jogos da infância de nossos pais;

Voleibol: sistema de jogo 5X1 e 4X2 com infiltração, cobertura de ataque e defesa, regras oficiais, jogo e arbitragem;

Handebol: jogos de ataque e defesa meia quadra, contra ataque, sistema de jogo e suas variações, passes especiais, arremessos especiais, regras oficiais, jogos e arbitragem;

Basquetebol: jogos de ataque e defesa meia quadra, contra ataque, sistema de defesa e suas variações, rebote, arremessos com fintas, gancho, regras oficiais, jogos e arbitragem;

Futsal: jogos de ataque e defesa meia quadra, contra ataque, sistema de defesa e suas variações, treinamento do goleiro, trabalho do pivô, regras oficiais, jogos e arbitragem;

Futebol de campo: Origem da modalidade, fundamentos, dimensões.

Conteúdo Estruturante Dança

Dança aeróbica, folclórica e apresentação de danças populares;

História da dança e diversidade cultural.

2º ANO

Conteúdo Estruturante Esporte

Atletismo: regras e competições;

Voleibol: saque viagem, levantamento lateral e de costa, ataque de linha de defesa, sistema de jogo 5X1 e 4X2 com infiltração, cobertura de ataque e defesa, regras oficiais, jogo e arbitragem.

Handebol: jogos de ataque e defesa meia quadra, contra ataque, sistema de jogo misto ou combinado, cruzamentos, regras oficiais, jogos e arbitragem;

Basquetebol: jogos de ataque e defesa meia quadra, contra ataque, sistema de defesa e suas variações, rebote, arremessos com fintas, trabalho de poste e cortina, regras oficiais, jogos e arbitragem;

Futsal: jogos de ataque e defesa meia quadra, contra ataque, sistema de defesa e suas variações, rodízio de posições, trabalho de fixo, regras oficiais, jogos e arbitragem;

Futebol de campo: Historia origem e regras, organização das competições esportivas do futebol brasileiro e mundial;

Conteúdo Estruturante Ginástica

Doenças cardíacas;

Alongamento e aquecimento dentro dos esportes

Controle de freqüência cardíaca;

Problemas de posturas e formas de melhorar a postura;

Doenças da coluna vertebral;

Anabolizantes e os riscos para o organismo, como funcionam e os mais usados;

Ginástica e sua contribuição para a melhoria da postura corporal.

Conteúdo Estruturante Jogos e Brincadeiras

Jogos: construção de jogos e atividades recreativas pelos alunos;

Confecção de jogos;

Conteúdo Estruturante Dança

Dança aeróbica, folclórica e apresentação de danças populares;

Dança (diferentes ritmos, e outros elementos).

3º ANO

Conteúdo Estruturante Ginástica

Ginástica laboral;

Exercícios de força e alongamentos;

Ginástica localizada;

Diferenças de exercícios aeróbicos e anaeróbicos;

Dicas para uma vida saudável;

Estresse a doença dos tempos modernos;

Sistema locomotor: ossos e músculos;

Doenças e os benefícios da Educação Física no tratamento;

A importância da atividade física no cotidiano do homem moderno;

Conteúdos Estruturante Esporte

Atletismo: regras e competições;

Voleibol: saque variado, funções especificas dos jogadores, sistema de jogo 5X1 e 4X2 com infiltração, regras oficiais, jogo e arbitragem;

Handebol: jogos de ataque e defesa meia quadra, contra ataque, sistema de jogo misto ou combinado, cortinas e bloqueios, regras oficiais, jogos e arbitragem;

Basquetebol: jogos em trios e duplas, contra ataque, sistema de defesa e suas variações, rebote, arremessos com fintas, trabalho de corta luz, regras oficiais, jogos e arbitragem;

Futsal: rodízio de posições, trabalho especifico, regras oficiais, jogos e arbitragem;

Futebol de campo: arbitragem

Organização dos jogos inter – series.

Conteúdo estruturante Jogos e Brincadeiras

Jogos e brincadeiras de rua;

Jogos e brincadeiras nos espaços e tempos de lazer;

Conteúdo Estruturante Dança

A influencia da mídia nas danças populares;

Dança como expressão corporal.

Conteúdo Estruturante Lutas

Diferentes ritmos, golpes das lutas;

Diversas lutas do Brasil;

Lutas e o combate aos preconceitos.

METODOLOGIA

A Educação Física para o Ensino Médio tem uma forma peculiar, diferente de trabalhar, das demais disciplinas, a sua inserção baseia-se muito mais na vivência de seus integrantes, ou seja, alunos e professor, usando seus conhecimentos e transformações ao longo de suas trajetórias escolares.

Procuramos trabalhar a realidade da sociedade, buscando os aspectos teóricos, dando ênfase na consciência da unidade entre o corpo, mente

emoções e sensações de forma dinâmica e racional, valorizando a individualidade, aptidões e limites.

Precisamos desenvolver nos educandos o senso crítico, a importância de observar o meio em que vive, relacionando os saberes adquiridos com o Ensino da Educação Física, olhando ao seu redor, verificando as necessidades de melhorar sua qualidade de vida, bem como das pessoas que convivem, sabendo interferir de maneira positiva, utilizando o conhecimento cientifico.

Levamos nosso trabalho pautado nos eixos abaixo:

O esporte é uma forma cultural do movimento humano e deverá ser trabalhado numa perspectiva de analisar a sua origem e sua história, e como faz parte da sociedade brasileira, ele deve ser analisado dentro do contexto social em que estamos inseridos, demonstrando suas características e regras para a melhor compreensão de forma conjunta sempre explorando a capacidade e a interação de todos os envolvidos.

A dança sendo uma ferramenta de interação e diversidade dentro do conteúdo escolar, explorando de forma abrangente os diversos ritmos, histórias, confrontar dentro deste ambiente as suas lutas de classes e diferenças entre os povos, com isso trabalhar também a musicalidade.

A ginástica trabalhada de forma conjunta com os esportes, à dança e jogos fazendo parte do cotidiano dos alunos não só escolar, mas sua importância no trabalho e na vida.

Os jogos a participação, cuidado e planejamento para a construção dos jogos, suas regras, sua simplicidade, bem como sua relação com as emoções que estão postas no nosso cotidiano e sociedade.

AVALIAÇÃO

A participação dos alunos é fator primordial nas realizações das aulas de Educação Física, em sua parte teórica e prática, sendo o aluno avaliado de forma diagnóstica num processo contínuo, permanente e cumulativo, sendo

observado a individualidade, as limitações, seu desenvolvimento e compreensão dentro do processo avaliativo, sendo importante à valorização e a construção de seu conhecimento, e de forma alguma a comparação com os outros alunos dentro do processo de internalização do conhecimento.

A prática avaliativa será um processo construído com os alunos e adaptadas de forma a abranger as necessidades individuais dos alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEED, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, Educação Física, 2008.

BRACHT, Valter. Educação Física e aprendizagem social. Porto Alegre: Magister,1992.

_____. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. In.: Caderno CEDES, Campinas, v. 19, n. 48, 1999.

_____. Sociologia crítica do esporte: uma introdução. 3 ed. Ijuí: Unijuí, 2005.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus, e dá outras providências. Diário Oficial[da] República Federativa do Brasil, 12 ago. 1971.

CASTELLANI FILHO, Lino. Educação Física no Brasil: história que não se conta. 4ed. Campinas: Papirus, 1994.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino da educação física. São Paulo:Cortez, 1992.

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

“A História nos ensina a continuidade do desenvolvimento da Ciência. Sabemos que cada era tem seus próprios problemas, os quais a era seguinte ou resolve ou coloca de lado como sem interesse e os substitui por novos problemas”. (David Hilbert, 1900).

A matemática, assim como as demais ciências, segue uma história de onde advém estruturas fundamentadas em diferentes pensamentos para a formação de uma variedade de conhecimentos os quais foram socialmente elaborados e partilhados, estruturando-se em eixos culturais, ideologias formalizadas, pesquisas e experiências.

Hoje devemos ter como meta da educação a formação de um individuo ético, criativo e crítico, preparado para viver participativamente na sociedade e consciente de sua cidadania.

Os conteúdos programáticos do Ensino Médio fazem parte integrante do processo ensino-aprendizagem por ser o potencial de um tema que permite conexões entre diversos conceitos matemáticos e entre diferentes formas de pensamento, além disso, ele faz parte do processo histórico do desenvolvimento da Matemática, então:

“O que esses conteúdos trazem para a formação de um indivíduo criativo?”

“Como podemos implantar nos conteúdos programáticos para o Ensino Médio, um ensino da Matemática visto como instrumento para a compreensão, a investigação e a inter-relação com o mundo?”

A educação matemática como preocupação com uma prática escolar vem caminhando gradativamente e vem inserindo diferentes caminhos que direcionam para um novo ensino da matemática valorizando fatores de grande importância no aprendizado, tais como: a motivação, o entender como o individuo aprende Matemática, a inserção de projetos pessoais de pesquisa associada à prática docente.

Esses novos segmentos apontam orientações dentro dessa nova realidade, para que se concretizem as finalidades do Ensino Médio, que levem o aluno a desenvolver habilidades as quais o ensino de matemática deve priorizar.

OBJETIVOS GERAIS

O Ensino Médio é visto como etapa final da formação básica do educando, aquela necessária para todo cidadão educado e visa “introduzir o jovem no mundo como um todo”. Para isso é prioritário abordar conhecimentos relevantes e necessários para a formação de um cidadão, além de inseri-lo nas idéias sobre a natureza Matemática para terem oportunidade de discutir oi significado do saber matemático e sua real importância, então diante destas disposições o educador poderá:

a) Oportunizar ao aluno o acesso ao conhecimento matemático do Ensino Médio hierarquicamente organizado e sistematizado de modo a permitir o desenvolvimento do seu pensamento crítico construtivo;

b) Desenvolver a capacidade de resolver problemas com todos os raciocínios que envolvem para levar o educando a introduzir este conhecimento em situações que exigem pensamento matemático;

c) Estabelecer relações entre conteúdos para que o aluno não se limite ao expressar seus conhecimentos e tenha o aprender matemática como interpretação e criação de significados para ter a colaboração desta disciplina na melhoria da qualidade de vida e para auxiliar no conhecimento da vida que os cerca;

d) Permitir a auto-aprendizagem para a formação da autonomia;

e) Desenvolver a percepção da dinâmica social e capacidade para nela intervir;

Desenvolver a compreensão dos processos do conhecimento histórico matemático como incentivo para a capacidade de observar, interpretar e tomar decisões.

CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO

1º ANO

Conteúdo Estruturante: Números e Álgebra

Teoria dos conjuntos; Conjunto elemento e pertinência; Representação; Subconjuntos e conjunto das partes; Operações com conjuntos; Conjuntos numéricos.

Logaritmos; conceituação e definição; propriedades; Equação logarítmica.

Progressão aritmética (PA); Seqüências; Razão.

Progressão geométrica (PG).

Conteúdo Estruturante: Funções

Sistema cartesiano; Conceito; Generalidades de função; Função afim; Função quadrática; Estudo dos sinais das funções.

Função exponencial; conceituação e definição; propriedade; equação exponencial; função exponencial.

Progressão aritmética (PA); Seqüências; Razão.

Progressão geométrica (PG).

Conteúdo Estruturante: Geometria

Geometria plana.

Conteúdo Estruturante: Tratamento da Informação

Matemática financeira;

Porcentagem;

Juros simples e compostos.

Conteúdo Estruturante: Grandezas e Medidas.

Medida de área;

Medida de volume.

2ª ANO

Conteúdo Estruturante: Grandezas e Medidas.

Trigonometria;

Relações métricas do triângulo retângulo; Teorema de Pitágoras;

Razões trigonométricas; ângulos notáveis;

Ciclo trigonométrico;

Medidas de arcos e ângulos;

Transformação de unidades;

Arcos trigonométricos; simetrias – ângulos notáveis;

Redução de quadrantes – relação fundamental;

Variação do sinal

Conteúdo Estruturante: Funções

Funções trigonométricas no ciclo trigonométrico.

Conteúdo Estruturante: Números e álgebra.

Estudo de matrizes; definição; representação;

Matrizes especiais. Correspondência entre matrizes; igualdade de matrizes; operações entre matrizes; determinantes; definição, ordem dos determinantes, determinantes de 1ª e 2ª ordem; Regra de Sarrus – determinantes de 3ª ordem;

Sistemas lineares, regra do escalonamento; Regra de Crammer.

Conteúdo Estruturante: Tratamento da informação.

Análise combinatória;

Princípio fundamental de contagem;

Arranjos simples; permutação simples;

Combinação simples.

Probabilidade.

Conteúdo Estruturante: Geometria

Geometria espacial, Poliedros, relação de Euler, poliedros regulares, figuras tridimensionais (prismas, pirâmides, cilindro, cone).

3ª ANO

Conteúdo Estruturante: Geometria

Geometria analítica; Plano, reta e plano (postulados), distância entre dois pontos, coordenadas de ponto médio, estudo da reta, definição de reta, posições relativas, distancia entre ponto e reta, estudo da circunferência, distancia entre ponto e circunferência.

Conteúdo Estruturante: Números e álgebra

Números complexos; Operações, representação geométrica.

Polinômios; definição, identidade de polinômios, operações entre polinômios.

Teorema de D'Alambert;

Dispositivo de Briot-Ruffini.

Conteúdo Estruturante: Funções

Função modular logarítmica;

Função Modular

Conteúdo Estruturante: Grandezas e Medidas.

Medidas de grandezas vetoriais;

Medidas de informática;

Medidas de energia;

Conteúdo Estruturante: Tratamento da informação.

Estatística, definição, propriedades, operações.

Binômio de Newton.

METODOLOGIA

Deve-se proporcionar ao aluno momentos de criação e soluções interessantes para que ele seja motivado a solucionar um problema pela curiosidade criada pela situação em si ou pelo próprio desafio do problema, por isso o aluno deve vivenciar situações de investigação, exploração e descobrimento. Para isso devemos colocar o aluno como centro do processo educacional, vendo-o como um ser ativo no processo de construção de seu próprio conhecimento. Adaptar uma pesquisa dos erros cometidos pelos alunos nas várias metodologias usadas, para que a partir deles possamos compreender as interpretações desenvolvidas pelos alunos é essencial para um maior aproveitamento dos conteúdos.

Portanto, para que possamos alcançar os objetivos evidenciados necessitamos da utilização de propostas variadas de trabalho visando a melhoria na qualidade do ensino da Matemática.

Para tal destacamos:

Resolução de problemas: propor ao aluno situações - problema caracterizadas por investigações e explorações de novos conceitos estimulando assim a curiosidade;

Modelagem Matemática: auxilia o aluno a se conscientizar da utilidade da matemática para resolver e analisar problemas do dia-a-dia, através da utilização de conceitos já apreendidos;

Etnomatematica: valorizar os conceitos informais construídos pelos alunos através de suas experiências fora do contexto escolar utilizando–os como ponto de partida para o ensino formal;

História da matemática: estudar a construção histórica do conhecimento matemático para levar a uma maior compreensão da evolução dos conceitos destacando as dificuldades do conhecimento inerentes ao conceito que está sendo trabalhado.

Além dessas propostas podemos também utilizar as dimensões políticas da Educação matemática (matemática e sociedade), a matemática humanística (matemática e arte), a utilização da moderna tecnologia no ensino da matemática, entre outras diferentes alternativas propostas para que possamos trabalhar os conteúdos programáticos de um modo criativo, preocupando-se com a qualidade do trabalho e não com a quantidade.

AVALIAÇÃO

A avaliação é algo mais do que buscar resultados é um processo de observação e verificação de como os alunos apreendem os conhecimentos matemáticos e do que pensam sobre a matemática.

Como parte integrante do próprio ensino/aprendizagem, o objetivo da avaliação é aprimorar a qualidade dessa aprendizagem. Ela deve ser contínua, dinâmica e, com freqüência, informal, para que por meio de uma série de observações sistemáticas se possa emitir um juízo valorativo sobre a evolução do aluno no aprendizado da matemática e tomar as atitudes necessárias.

A avaliação em matemática deve dar informação sobre:

O conhecimento e compreensão de conceitos e procedimentos;

A capacidade para aplicar conhecimentos na resolução de problemas do cotidiano, de matemática e de outras disciplinas ou áreas;

A capacidade para utilizar a linguagem matemática para comunicar idéias;

As habilidades e pensamentos como analisar, generalizar, inferir, raciocinar indutiva ou dedutiva;

A perseverança e o cuidado na realização das tarefas e a cooperação no trabalho de grupo.

Idéias norteados do processo de avaliação:

O resultado não é o único interesse a ser contemplada na avaliação. É necessário observar o processo de construção do conhecimento (processo usado para obtenção dos resultados) e para isso a avaliação deverá ser necessariamente diagnosticada.

Os erros não devem apenas ser constatados havendo uma diagnose é necessário que haja um tratamento adequado: deve-se trabalhar os caminhos trilhados pelos alunos, e explorar as possibilidades adivinhas desses erros que resultam de uma visão parcial que o aluno possui do conteúdo.

A avaliação deve incluir, juízos qualitativos a respeito dos fenômenos observados. Isto não significa estabelecer uma posição entre qualidade e quantidade.

Uma avaliação qualitativa pode ser seguida por dados quantitativos, até porque estes são inevitáveis dada a exigência da nota na escala de zero a dez.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEED, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, Matemática, 2008.

Sociedade Brasileira de Educação Matemática, Ano 2, 1989 nº 2.

Sociedade Brasileira de Educação Matemática, Ano 6, 1999 nº 7.

Sociedade Brasileira de Educação Matemática, Ano 8, 2001 nº 9/10.

Sociedade Brasileira de Educação Matemática, Ano 10, 2003 nº 13.

Sociedade Brasileira de Educação Matemática, Ano 11, 2004 nº 16/17.

História e Educação Matemática V. 1-Ano 2004 nº 1.

DOMENICO, Ettiene C. Guérios de, Metodologia de Ensino para Iniciação Matemática Fundamental na Pedagogia Montessoriana.

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE FÍSICA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A física é uma ciência que tem como objeto de estudo o universo, sua evolução, suas transformações e as interações que nele se apresentam. Como os fenômenos da natureza obedecem a equações matemáticas, o papel da física consiste em elaborar modelos matemáticos que representem os fenômenos naturais.

O conhecimento físico construído ao longo do tempo encontra-se presente nas tecnologias do setor produtivo e de nossas casas. Daí a sua importância para as práticas sociais contemporâneas, a compreensão da cultura produzida pelos homens, para entender a relevância histórica dessa produção dentro da história da humanidade. Não fosse o bastante, a elegância das teorias físicas, a emoção dos debates em torno das idéias cientificas, a grandeza dos princípios físicos, desafia a todos nós de compartilharmos, com a ajuda da matemática, os conceitos e a evolução das idéias em física, presentes desde que o homem, por necessidade ou por curiosidade, passou a se preocupar com o estudo dos fenômenos naturais.

OBJETIVOS GERAIS

Essa disciplina tem como finalidade o estudo de alguns princípios básicos para explicar o homem e o universo no qual o mesmo vive sendo assim os conteúdos são subdivididos para melhor organização e compreensão dos mesmos.

O ensino de Mecânica deve levar o aluno a analisar e interpretar os movimentos, suas causas e efeitos, através da compreensão dos princípios fundamentais da Mecânica Clássica e aplicar os princípios fundamentais da Mecânica na solução de problemas do seu dia-a-dia.

O ensino de Termologia deve levar o aluno a identificar as propriedades térmicas dos materiais; compreender a diferença entre calor e temperatura; relacionar calor com trabalho e energia; compreender as transformações de

calor em trabalho associado às aplicações tecnológicas que fazem parte do seu dia-a-dia e entender o funcionamento da máquina térmica como uma conseqüência do 2º princípio da termodinâmica.

O ensino de Óptica deve levar o aluno a observar os fenômenos luminosos que ocorrem ao redor, com espírito crítico, que o leve a entender o mundo que o rodeia; entender as leis da reflexão, refração e dispersão da luz, através da análise dos fenômenos ocorridos nos espelhos, lentes, na superfície de um lago ou no funcionamento do olho humano e de certos instrumentos ópticos; conhecer as características de um movimento ondulatório para um melhor entendimento dos fenômenos de difração e interferência da luz e entender a natureza da luz e os fenômenos a ela associados.

O ensino do Eletromagnetismo deve levar o aluno a observar e questionar o mundo de eletricidade que o rodeia, através das aplicações tecnológicas, compreender este mundo através do desenvolvimento dos conceitos de carga elétrica, corrente elétrica, campo elétrico, diferença de potencial elétrico, campo elétrico, campo magnético, força magnética e indução eletromagnética; conhecer os processos de geração, transformação, distribuição e utilização da energia elétrica; conhecer a relação entre a eletricidade e magnetismo, através do entendimento do princípio do galvanômetro, do motor elétrico e do gerador elétrico.

CONTEÚDO POR SÉRIE/ANO

1° ANO

Conteúdo estruturante: Movimento

Grandezas físicas - Sistemas de unidades;

Referencial, movimento e repouso;

Deslocamento, tempo, velocidade e aceleração;

Movimento retilíneo uniforme;

Movimento retilíneo uniformemente variado;

Queda dos corpos;

Vetores.

Cinemática

Dinâmica

Leis de Newton

Gravitação Universal

Lei da gravitação universal;

Conteúdo Estruturante: Termodinâmica

1ª Lei da termodinâmica;

Mudanças de escalas termométricas;

Conteúdo Estruturante: Eletromagnetismo

Carga elétrica;

Corrente elétrica.

2° ANO

Conteúdo Estruturante: Movimento

Energia (princípio da conservação de energia);

As Leis de Kepler.

Conteúdo Estruturante: Termodinâmica

Dilatação dos corpos sólidos e líquidos;

Comportamento dos gases – Introdução;

Calorimetria;

Mudanças de fase;

Termodinâmica.

Óptica (Reflexão da luz, espelhos planos e esféricos, refração da luz, prismas, o olho humano).

Conteúdo Estruturante: Eletromagnetismo

Campo e ondas eletromagnéticas;

Força eletromagnética.

3º ANO

Conteúdos Estruturantes: Movimento

Ondas (Movimento ondulatório, movimento harmônico simples, ondas periódicas, tipos e propagação, reflexão, refração e difração de ondas, ondas sonoras, efeitos sonoros).

Conteúdo Estruturante de termodinâmica

Refração da luz (cor da luz, velocidade, índice de refração e leis, prismas, dispersão da luz, ângulo, limite e reflexão total)

Conteúdo Estruturante Eletromagnetismo

Eletrostática (Propriedades elétricas da matéria, eletrização, processos de eletrização).

Lei de Coulomb;

Campo elétrico. Linhas de campo;

Potencial eletrostático. Diferença de potencial eletrostático;

Resistores. Lei do Ohm (Associação de resistores, circuitos simples de corrente contínua).

Geradores elétricos: receptores elétricos;

Energia potencial elétrica;

Efeito Joule. Potência dissipada em um resistor.

Eletromagnetismo (Imãs, propriedades, campo magnético, força magnética, Indução eletromagnética, corrente induzida, transformador).

Leis de Gauss;

Lei de Faraday;

Tópicos de física moderna.

METODOLOGIA

O estudo da física requer a teoria e a prática, o educando deve adquirir conhecimentos teóricos e científicos que possibilitem a compreensão de fenômenos no seu cotidiano.

A experimentação deve fazer parte do processo de ensino aprendizagem, pois a experiência facilita o movimento entre o real e o possível (o que não vemos a olho nu), portanto o imaginar é respaldado pelos conceitos já comprovados pela ciência.

Os conceitos, as idéias, debates devem fazer parte das práticas realizadas em sala de aula, pois o erro é parte do processo de ensino aprendizagem.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve ter um caráter diversificado, levando-se em consideração a compreensão dos conceitos físicos, ela se dará de forma continua, diagnostica e processual.

Compreender e analisar as teorias da física faz parte do processo, porém o educando tem o direito de a qualquer tempo ter seus estudos recuperados através da recuperação paralela que visa oportunizar metodologias diferenciadas em prol ao conhecimento.

A avaliação não pode ser utilizada apenas como meio de classificar ou testar os alunos, mas como instrumento para intervir no processo de aprendizagem dos educando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEED, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, Física, 2008.

BRASIL/MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9.394/96.

BUCUSSI, A. A. In: Textos de apoio ao professor de física. Porto Alegre, Programa

de Pós Graduação em Ensino de Física, Instituto de Física UFRGS, v. 17, n. 3, 2006.

CARUSO, F.; ARAÚJO, R. M. X. de. A Física e a Geometrização do mundo:

Construindo uma cosmovisão científica. Rio de Janeiro: CBPF, 1998.

EISBERG, R.; RESNICK R. Física quântica. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

FEYNMAN. R. P. Física em seis lições. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

KRASILCHIK, M. O professor e o currículo das ciências. São Paulo: EPU, 1987.

MARTINS, R. A. O Universo: teorias sobre a origem e evolução. 5. ed. São Paulo:

Moderna, 1997.

MARTINS, R. A. Física e História: o papel da teoria da relatividade. In: Ciência e

Cultura 57 (3): 25-29, jul/set, 2005.

MENEZES, L. C. A matéria – Uma Aventura do Espírito: Fundamentos e Fronteiras

do Conhecimento Físico. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2005.

PIETROCOLA, M. Ensino de Física: Conteúdo, metodologia e epistemologia em

uma concepção integradora. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE QUÍMICA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

O desenvolvimento de saberes e de práticas ligadas à transformação da matéria e presentes na formação das diversas civilizações foi estimulado por necessidades humanas, tais como: a comunicação, o domínio do fogo e, posteriormente, o domínio do processo de cozimento. Esses saberes e/ou práticas (manipulação dos metais, vitrificação, feitura dos unguentos, chás, remédios, iatroquímica, entre outros), em sua origem, não podem ser classificados como a ciência moderna denominada Química, mas como um conjunto de ações e procedimentos que contribuíram para a elaboração do conhecimento químico desde o século XVII.

Os conhecimentos químicos nem sempre estiveram atrelados à religião e à alquimia. A teorização sobre a composição da matéria, por exemplo, surgiu na Grécia antiga e a ideia de átomo com os filósofos gregos Leucipo e Demócrito, que lançaram algumas bases para o atomismo do século XVII e XVIII com Boyle, Dalton e outros. A teoria atômica foi uma questão amplamente discutida pelos químicos do século XIX, que a tomaram como central para o desenvolvimento da Química como ciência.

O fato é que a Química como ciência teve seu berço na Europa no cenário de desenvolvimento do modo de produção capitalista, dos interesses econômicos da classe dirigente, da lógica das relações de produção e das relações de poder que marcaram a constituição desse saber.

No século XVII, na Europa, ocorria a expansão da indústria, do comércio, da navegação e das técnicas militares, particularmente em cidades como Paris, Londres, Berlim, Florença e Bolonha, onde existiam as grandes universidades. Nesse contexto, foi fundada, em Paris, a Academie des Sciences e outra similar em Berlim, ambas subvencionadas pelo Estado e subordinadas a ele. Paralelamente, em Londres, foi criada a Royal Society, mantida pelos próprios participantes e sem qualquer relação com o Estado, livre para colocar em ação as teorias científicas aliadas às práticas populares e ao cotidiano das pessoas. Um dos integrantes da Royal Society, Robert Boyle,

tornou público seus saberes e recebeu muitas críticas dos adeptos da Filosofia Natural, os quais consideraram sua pesquisa meramente especulativa e intuitiva. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, com o estudo da química pneumática (Boyle, Priestley, Cavendish) e com o rigor metodológico de Lavoisier, definiu-se um novo saber, que passou a ser conhecido como química, o qual foi dividido em diferentes ramificações procedimentais, dentre elas: alquimia, boticários, iatroquímica e estudo dos gases.

No século XIX, essa química pautou-se num corpus teórico de explicações atômico-moleculares com os estudos de Dalton, Avogadro, Berzelius, entre outros. Foi nesse cenário que a Química ascendeu ao fórum das Ciências.

No final do século XIX, com o surgimento dos laboratórios de pesquisa, a Química se consolidou como a principal disciplina associada aos efetivos resultados na indústria. A produção de conhecimentos, na Alemanha, Estado Nação recém- unificado, se dava pelas instituições científicas e pela indústria, em busca de desenvolvimento econômico e científico e de reorganização territorial (BRAVERMAN,1987).

Dentre as descobertas e avanços científicos, nas últimas quatro décadas do século XX passou-se a conviver com a crescente miniaturização dos sistemas de computação, com o aumento de sua eficiência e ampliação do seu uso, o que constitui uma era de transformações nas ciências que vêm modificando a maneira de se viver. Esse período, marcado pela: descoberta de novos materiais, engenharia genética, exploração da biodiversidade, obtenção de diferentes combustíveis, pelos estudos espaciais e pela farmacologia; marca o processo de consolidação científica, com destaque à Química, que participa das diferentes áreas das ciências e colabora no estabelecimento de uma cultura científica, cada vez mais arraigada no capitalismo e presente na sociedade, e, por conseguinte, na escola.

OBJETIVOS GERAIS

Saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;

Questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a técnica cientifica, a análise critica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação;

Construir uma visão sistematizada das diferentes linguagens e campos de estudo da química, estabelecendo conexões entre seus diferentes temas e conteúdos;

Adquirir compreensão do mundo do qual a química é a parte integrante, através dos problemas que ela consegue resolver e dos fenômenos que podem ser descritos por seus conceitos e modelos.

CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO

1° ano

Conteúdo Estruturante: Matéria e sua natureza

Constituição das substancias e misturas e métodos de separação;

Fenômenos físicos e químicos;

Estrutura atômica: distribuição eletrônica;

Tabela periódica: nomes dos elementos e origens; localização e distribuição na tabela;

Ligações e funções químicas: dissociação e ionização; nomenclatura e classificação.

Conteúdo Estruturante: Biogeoquímica

Bilhões e bilhões de átomos fazem a matéria do universo;

Composição evolutiva da atmosfera;

Íons em equilíbrio;

Estados físicos naturais das substancias;

Tratamento da água e esgoto;

Misturas: componentes das soluções.

Elementos e a manutenção da vida;

Raios cósmicos;

Ligações e funções químicas: o efeito das microondas sobre os alimentos; aplicações e características dos ácidos, bases, sais e óxidos no cotidiano; importância do PH no dia-a-dia; os óxidos e o meio ambiente (efeito estufa, chuvas acidas e poluição atmosférica).

Conteúdo Estruturante: Sintética

Processos de purificação de substancias em laboratório;

Verificadores artificiais para separação de misturas.

Usinas termoelétricas;

Bombas nucleares;

Acelerador de partículas;

O hidrogênio sob altas pressões.

Ligações e funções químicas: ligações sintéticas x formação de polímeros; fabricação de pigmentos, produtos de higiene, perfume e medicamentos; gravação em vidros.

2º ano

Conteúdo Estruturante: Matéria e sua natureza

Reações químicas: histórico, conceito, classificação e oxirredução.

Aspectos quantitativos da química: relações de massa e conceito de mol; leis ponderais das reações quimicas; estudo físicos dos gases; leis volumétricas.

Soluções: conceito, classificação, características, propriedades coligativas.

Termoquímica: dinâmica das transformações químicas; conceituação e noção de trabalho, calor e temperatura.

Eletroquímica: histórico; funcionamento de pilhas; potencial.

Cinética Química: estudo da velocidade das reações; lei da velocidade.

Equilíbrios Químicos:constante de equilíbrio, grau e deslocamento de equilíbrio.

Radioatividade: relação dos elementos químicos nas baterias e pilhas.

Conteúdo Estruturante: Biogeoquímica

Porque as reações químicas são importantes para o corpo humano;

Substancias oxidantes e redutoras;

Agentes antioxidantes na medicina;

Aspectos quantitativos da química: pressão arterial; pressão parcial e respiração; mudanças de pressão no ambiente e possibilidades de adaptação do ser humano; aplicação da química quantitativa na natureza.

Soluções: poluição da água; miscibilidade; efeito Tyndall; influencia da pressão osmótica nas hemácias; contribuição dos efeitos coligativos para a adaptação de certos animais; por que as saladas temperadas murcham.

Termoquímica: poder calórico dos alimentos e calculo do emagrecimento;por que as reações liberam ou absorvem calor?

Eletroquímica: Uso diário das pilhas comuns; acomodação e descarte de pilhas secas, alcalinas e baterias.

Cinética Química: catalisadores; fatores que influenciam a velocidade de uma reação.

Equilíbrios Químicos: o comportamento de um equilíbrio sob a presença de pressão ou temperatura variável; efeitos dos catalisadores sob equilíbrios

Radioatividade: conceito de radiação e influencias no solo, ar e água.

Conteúdo Estruturante: Sintética

Reações orgânicas: como ocorrem?

Reciclagem do alumínio e a fabricação do vidro;

Hidratação e desidratação;

A quebra e o aumento de cadeias;

Lentes fotossensíveis;

Célula e combustível;

Aspectos quantitativos da Química: GNV (gás natural veicular); fabricação de aerossóis; envasilhamento de gases; fabricação de airbag.

Soluções: fabricação e comportamento de aerossóis, emulsões, espumas e géis.

Termoquímica: produção e consumo de energia.

Eletroquímica: galvanização; cobreação.

Cinética Química: uso de conservantes na fabricação de produtos.

Equilíbrios Químicos:a síntese de compostos em industrias químicas.

Radioatividade: malefícios e benefícios.

3º ano

Conteúdo Estruturante: Matéria e sua natureza

Estudo do Carbono: características, representação e classificação de estruturas orgânicas.

Funções orgânicas: grupos funcionais; tipos de agrupamentos ou ligações.

Isomeria: comportamento dos átomos de mesma formula molecular; tipos de isomeria.

Reações orgânicas: organização das moléculas; tipos de reações e equações orgânicas.

Polímeros: As modernas moléculas orgânicas; tipos de polimerização.

Compostos orgânicos naturais: biomoléculas; tipos de compostos orgânicos.

Conteúdo Estruturante: Biogeoquímica

A presença indispensável do carbono nos seres vivos;

Datação de fosseis através do carbono.

O sabor e o aroma;

O efeito do álcool no organismo;

A atuação de anestésicos no sistema nervoso central;

Funções orgânicas: o sabor e o aroma; a atuação de anestésicos no sistema nervoso central.

Isomeria: a presença de compostos cis ou trans em nossa vida; a importância dos compostos quirais; simetria molecular e o efeito biológico.

Reações orgânicas: bronzeamento; deterioração de alimentos; as vitaminas no organismo.

Polímeros: efeito dos plásticos no meio ambiente.

Compostos orgânicos naturais: celulose; a química dos lipídios; as proteinases e os processos biológicos; as estruturas quimicas do código genético.

Conteúdo Estruturante: Sintética

Os danos do progresso ao meio ambiente;

Fabricação de medicamentos;

Bebidas destiladas;

Aromatizantes, edulcorantes e acidulantes artificiais;

Funções orgânicas: fabricação de medicamentos; aromatizantes, educorantes e acidulantes artificiais.

Isomeria: síntese de moléculas quirais.

Reações orgânicas: Produção de vitaminas e isotônicos sintéticos.

Polímeros: produção de plásticos e borracha sintética.

METODOLOGIA

A aprendizagem é um processo ativo e contínuo que estabelece a atividade intelectual com base em experiências reais. Dessa forma, o aprender ciência é mais do que uso de métodos estabelecidos para a comprovação de idéias cientificas. Consiste em fazer com que o educando leia o mundo em que vive com seus próprios olhos e com olhos da ciência.

Dessa forma entende-se que o processo de ensino-aprendizagem da Química do ensino médio deve-se iniciar preponderadamente por fatos concretos, observáveis e mensuráveis, uma vez que os conceitos que o aluno traz para a sala de aula advêm principalmente de sua leitura no mundo macroscópico. O referido processo deve continuar através da busca de

explicações para os fatos, interpretando-os microscopicamente e criando modelos explicativos. A complexidade crescente dos conceitos vai sendo alcançada através de uma abordagem dinâmica das interações dentre as visões macroscópicas e microscópicas. Dessa maneira os conceitos podem ser significativamente entendidos. Nessa ação coletiva, o professor deve atuar como mediador.

Como se visa uma aprendizagem ativa, essas abordagens deve ser feitas através de atividades elaboradas para provocar a especulação, a construção e a reconstrução de idéias. Dessa forma, as atividades, além de coleta de dados obtidos em demonstrações, em visitas, em relatórios de experimentos ou no laboratório, devem enfatizar a análise desses dados para que através de trabalho em grupo, discussão coletiva, se possa atingir os conceitos. Por exemplo, a análise de dados referente a um boletim de produção de indústria siderúrgica pode servir de um ponto de partida para a compreensão das relações quantitativas nas transformações químicas, e por conseguinte, nos processos produtivos. Deve ficar claro aqui que a experimentação na escola média, tem função pedagógica. Diferentemente da experiência conduzida pelo cientista. A experimentação formal em laboratórios didáticos, por si só, não solucionam o problema de ensino-aprendizagem em química. As atividades experimentais podem ser realizadas na sala de aula por demonstração, em visitas, etc. Qualquer que seja a atividade a ser desenvolvida, deve-se ter claro que devem existir períodos pré e pós-atividade, visando facilitar a formação de conceitos.

Não se pode desvincular “teoria” e “laboratórios”. As atividades experimentais, bem como outros recursos, têm o papel de facilitar a aprendizagem, pois a simples memorização de definições descontextualizadas não implica sua compreensão conceitual. Daí a necessidade da contextualização inicial dos conceitos antes de eles serem precisamente definidos, uma vez que se concretizam na medida em que são aplicados a diferentes fenômenos em diferente contextos. Ainda, na elaboração das atividades deve-se considerar também o desenvolvimento de habilidades cognitivas e valores, como controle de variáveis, tradução de informação de

uma forma de comunicação para outra (gráficos, tabelas, equações químicas), elaboração de estratégias para a resolução de problemas, tomada de decisão, respeito às idéias dos colegas, e suas próprias, colaboração no trabalho coletivo, etc. como já foi dito anteriormente, sendo o ensino-aprendizagem um processo ativo e coletivo, deve estar baseado nas interações aluno-aluno e aluno-professor como objeto conhecimento.

Essas interações podem se dar auxiliadas por recursos tais como:

Leitura de textos, onde o importante é a discussão de idéias;

Experimentação formal, com discussões pré e pós-laboratório e visando a construção e ampliação dos conceitos e demonstrações experimentais, como recurso para coletas de dados e posterior discussão;

Dinâmicas de grupo para facilitar a fixação do conteúdo e as relações inter-pessoais;

Estudo do meio, através do qual se pode ter idéias interdisciplinares dos campos do conhecimento;

Aulas dialógicas, nas quais o professor deve instigar o diálogo sobre o objeto de estudo;

Informática, como fonte de dados e de informações;

Biblioteca, como fonte de dados e informações;

Áudio-visual da mesma forma que o trabalho experimental, envolve períodos de discussão pré e pós audiovisual e deve facilitar a construção e ampliação dos conceitos.

AVALIAÇÃO

No processo educativo, a avaliação deve se fazer presente, tanto como meio de diagnóstico do processo ensino-aprendizagem quanto como

instrumento de investigação da prática pedagógica, sempre com uma dimensão formadora, uma vez que, o fim desse processo é a aprendizagem, ou a verificação dela, mas também permitir que haja uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica.

Para cumprir essa função a avaliação deve possibilitar o trabalho com o novo, numa dimensão criadora e criativa que envolva o ensino e a aprendizagem. Desta forma, se estabelecerá o verdadeiro sentido da avaliação: acompanhar o desempenho no presente, orientar as possibilidades de desempenho futuro e mudar as práticas insuficientes, apontando novos caminhos para superar problemas e fazer emergir novas práticas educativas (LIMA, 2002/2003).

No cotidiano escolar, a avaliação é parte do trabalho dos professores. Tem por objetivo proporcionar-lhes subsídios para as decisões a serem tomadas a respeito do processo educativo que envolve professor e aluno no acesso ao conhecimento.

A avaliação deve ultrapassar os limites quantitativos e incorporar basicamente quatro dimensões: diagnósticas, processual/contínua, cumulativa e participativa. Seguindo para isso a análise de alguns pontos fundamentais:

Conhecimento e compreensão de conceitos e procedimentos;

Capacidade de aplicar conhecimentos na resolução de problemas do cotidiano (estudo de caso, pesquisas, coleta de dados, problematização, análise e conclusão);

Capacidade para utilizar as linguagem para comunicar idéias (debates, dramatização, relatos orais e escritos);

Habilidades de pensamento como: analisar, generalizar, inferir, raciocinar indutiva e dedutivamente, etc.

Perseverança e do cuidado na realização das tarefas e cooperação do trabalho em grupo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEED, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, Química, 2008.

ALFONSO - GOLDFARB, A. M. Da alquimia à química. São Paulo: Landy, 2001.

BELTRAN, N. O.; CISCATO, C. A .M Química. São Paulo: Cortez, 1991.

CHASSOT, A. A ciência através dos tempos. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

MORTIMER, E. F., MACHADO, A. H., ROMANELLI, L. I. A proposta curricular de química do Estado de Minas Gerais: fundamentos e pressupostos. Química Nova [on line]. São Paulo, v. 23, n. 2, abr 2000.

RUSSEL, J.B. Química geral. São Paulo: McGraw-hill,1986.

SANTOS, W. L. P. MÓL, G.S.; Química e sociedade: cálculos, soluções e estética. São Paulo: Nova Geração, 2004.

SAVIANI, D. A nova lei da educação: trajetórias, limites e perspectivas. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

VANIN, J. A. Alquimistas e químicos: o passado, o presente e o futuro. São Paulo: Moderna, 2002.

VIDAL, B. História da química. Lisboa: Edições 70, 198

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE BIOLOGIA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A disciplina de Biologia tem como objeto de estudo o fenômeno Vida. Ao longo da história da humanidade muitos foram os conceitos elaborados sobre este fenômeno numa tentativa de explicá-lo e ao mesmo tempo entendê-lo.

A preocupação com a descrição dos seres vivos e dos fenômenos naturais levou o homem a diferentes concepções de Vida, de mundo e se seu papel enquanto parte deste mundo. Essa preocupação humana representa a necessidade de garantir sua sobrevivência.

Assim, os conhecimentos apresentados pela disciplina de Biologia no Ensino Médio, não representam o resultado da apreensão contemplativa da natureza em si, mas os modelos teóricos elaborados pelo homem que apresentam o esforço para entender, explicar, utilizar e manipular os recursos naturais.

OBJETIVOS GERAIS

Perceber que os conhecimentos em Biologia evoluíram historicamente e dependeram do contexto social em que foram produzidos;

Reconhecer e analisar as Teorias sobre a origem da vida e evolução das espécies.

Compreender o processo de aparecimento e evolução de idéias, como a teoria celular, a origem da vida, a hereditariedade, ao longo da história da Biologia;

Reconhecer a presença da Biologia em tecnologias relacionadas a saúde humana, como a produção de vacinas, antibióticos e a produção de alimentos;

Reconhecer a importância da ética no uso de novas tecnologias para o diagnóstico precoce de doenças, e do uso dessa informação sem ferir a privacidade e dignidade do ser humano.

Reconhecer os aspectos econômicos relacionados às patentes biológicas e à exploração das tecnologias de DNA.

CONTEÚDO POR SÉRIE/ANO

1º ano

Conteúdo Estruturante: Organização dos seres vivos

A origem da vida;

Geração espontânea ou abiogenese;

A origem da Biologia;

Processos evolutivos.

Conteúdo Estruturante: Biodiversidade

Diferentes tipos de seres vivos;

Meio ambiente;

Ecologia;

Relações entre os seres vivos;

Equilíbrio e desequilíbrio biológico;

Conteúdo Estruturante: Mecanismo Biológicos

A química da vida;

Água, sais minerais, carboidratos;

Monossacarídeos, oligossacarídeos;

Polissacarídeos, cerídeos, esteróides.

Embriologia;

Segmentação, reprodução e desenvolvimento;

Teoria celular e padrões celulares.

Conteúdo Estruturante: Manipulação genética

Núcleo celular;

Ácidos nucléicos- DNA

Duplicação DNA, síntese de RNA;

Os genes e as sínteses de proteínas;

Diferença DNA e RNA (os tipos de RNA).

2º Ano

Conteúdo Estruturante: Organização dos seres vivos

Classificação dos seres vivos;

Fisiologia animal;

Estrutura corporal e reprodução;

Conteúdo Estruturante: Biodiversidade

A sistemática moderna e evolução da vida;

Sistema respiratório e excretor;

Fisiologia da respiração;

Sistema urinário do homem;

Conteúdo Estruturante: Mecanismo Biológicos

Vírus;

Nutrição energética;

Conteúdo Estruturante: Manipulação genética

Reino Monera;

Reino Protista;

Reino Fungi;

Reino Plantae;

Reino Animalia.

3º Ano

Conteúdo Estruturante: Organização dos seres vivos

Teorias Evolutivas;

Surgimento do Evolucionismo;

Lamarckismo;

Darwinismo;

Neodarnismo;

Conteúdo Estruturante: Biodiversidade

Evolução das plantas;

Sucessão ecológica e biomas;

Ecossistemas;

Humanidade e ambiente;

Conteúdo Estruturante: Mecanismo Biológicos

Tendências evolutivas;

Fundamentos da ecologia;

Energia e matérias nos ecossistemas;

Conteúdo Estruturante: Manipulação genética

Origem genética;

Lei de segregação genética;

1ª Lei de Mendel;

Relação entre genótipo e fenótipo;

Mapeamento dos genes;

Teoria cromossômica da herança genética;

METODOLOGIA

A Biologia contribui para a formação de sujeitos críticos, reflexivos e atuantes, por meio de conteúdos, desde que ao mesmo proporcionem o entendimento do objeto de estudo – o fenômeno Vida – em toda sua complexidade de relações, ou seja, na organização dos seres vivos; no funcionamento dos mecanismos biológicos de variabilidade genética, hereditariedade e relações ecológicas e das implicações dos avanços biológicos no fenômeno da Vida.

Como proposta metodológica para o ensino de Biologia, propõe-se a utilização do método da prática social que parte da pedagogia histórico – crítica centrada na valorização e socialização dos conhecimentos da Biologia às camadas populares, entendendo a apropriação crítica e histórica do conhecimento enquanto instrumento de compreensão da realidade social e atuação crítica para a transformação da realidade (SAVIANI, 1997, Libânio, 1983).

O método da prática social decorre das relações dialéticas entre conteúdo de ensino e concepção de mundo, entre a compreensão e a intervenção nesta realidade. Confronta-se os saberes do aluno com o saber elaborado, na perspectiva de apropriação da concepção de Ciência enquanto atividade humana e que estuda os modos de produção. Busca-se a coerência com os fundamentos de uma pedagogia entendida como processo através do qual o homem torna-se plenamente humano.

AVALIAÇÃO

A avaliação na disciplina de Biologia deve ser entendida como instrumento cuja finalidade é obter informações necessárias sobre o desenvolvimento da prática pedagógica para nela intervir e reformular os processos de aprendizagem. Pressupõe-se uma tomada de decisão, onde o aluno toma conhecimento dos resultados de sua aprendizagem e organiza-se para as mudanças necessárias.

Enfim, a avaliação como instrumento reflexivo prevê um conjunto de ações pedagógicas pensadas e realizadas pelo professor ao longo do ano letivo. Professores e alunos tornam-se observadores dos avanços e dificuldades a fim de superar os obstáculos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEED, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, Biologia, 2008.

BIZZO, N. Ciências Biológicas. In: BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Orientações Curriculares do Ensino Médio. Brasília, 2004. p. 148-149.

CARVALHO, A. M. P. & GIL-PÉREZ, D. Formação de professores de ciências:

tendências e inovações. São Paulo: Cortez, 2001.

CHAUÍ, M. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2005.

FUTUYMA, D. J. Biologia evolutiva. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de

Genética/CNPq, 1993.

REALE, G. & ANTISERI, D. História da filosofia. São Paulo: Paulus, 2005.

RONAN, C.A. História ilustrada da ciência: Oriente, Roma e Idade Média. Rio de

Janeiro: Jorga Zahar Editor, 1997a.

_____. História ilustrada da ciência: a ciência nos séculos XIX e XX. Rio de

Janeiro: Jorga Zahar Editor, 1997b.

ROSSI, P. O nascimento da ciência moderna na Europa. Bauru, SP: Edusc, 2001.

RUSS, J. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Scipione, 1994.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Campinas:

Autores Associados, 1997.

SCHLICHTING, M. C. R. A formação do professor de biologia. Florianópolis, 1997.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina.

SNYDERS, G. A alegria de aprender na escola. São Paulo: FDE, 1991.

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

O histórico da disciplina visa uma reflexão a respeito dos aspectos políticos, econômicos, culturais, sociais e das relações entre o ensino da disciplina com a produção do conhecimento histórico na configuração do currículo de história.

A história passou a ser obrigatória como disciplina escalar, a partir da criação do Colégio D. Pedro II em 1837. No mesmo ano foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que instituiu a história como disciplina acadêmica. Os professores dessa época construíram os programas escolares, os manuais didáticos e as orientações dos conteúdos a serem ensinados. Até a década de 70, o ensino de história era predominantemente tradicional, valorizando personagens e autores de fatos políticos. Essas práticas de história remetiam-se ao período imperial.

Após a implantação do regime militar em 1964, o ensino de história manteve seu caráter estritamente político, sobre fontes oficiais e narrado do ponto de vista factual.

Mantiveram-se os grandes heróis como sujeitos da história a serem seguidos e não contestados pelas novas gerações. Modelo de ordem estabelecida, de uma sociedade hierarquizada e nacionalista, sem espaço para criticas e interpretações dos fatos, objetivava criar indivíduos que aceitassem a valorização e aceitação da pátria. O Estado figurava como principal sujeito histórico, responsável pelas grandes feitos da nação, exemplificando nas obras dos governantes e das elites condutoras do país.

Nesse contexto, o ensino de historiográfica acadêmica, envolvida em discussões a respeito dos objetos, das fontes, dos métodos, das concepções e dos referenciais teóricos da ciência histórica. A aproximação entre a educação básica e a superior será retomada apenas a partir da década de 80, com o fim da ditadura militar e o inicio do processo da redemocratização da sociedade.

No Paraná, houve também uma tentativa de aproximação da produção acadêmica de história com o ensino desta disciplina no primeiro grau, fundamentada na pedagogia histórico - crítica, por meio do currículo básico. Para a Escola Pública do Paraná (1190). Essa proposta de renovação do ensino de história tinha como pressuposto teórico a historiografia social, pautada no materialismo histórico dialético, indicando alguns elementos da nova história.

A opção teórica do currículo básico, coerente com o contexto de redemocratização política do Brasil, valorizava ações dos sujeitos em relação às estruturas em mudança que demarcam o processo histórico das sociedades.

Apesar do avanço das propostas naquele contexto histórico, os documentos apresentam limitações, principalmente devido à definição de uma listagem de conteúdos que se contrapunham, em vários aspectos, a proposta apresentada nos pressupostos teóricos e metodológicos.

De forma geral, os documentos curriculares para o primeiro e segundo graus não superavam a história linear e cronológica como havia proposto, uma vez que enfatizaram demasiadamente as análises políticas e econômicas da história, dificultando a inserção de uma perspectiva mais ampla no tratamento dos conteúdos, numa abordagem pautada na histografia sugerida.

As escolas estaduais que ofertavam o ensino de segundo grau foram orientadas, a partir de 1998 pela SEED, a elaborar sua proposta, curriculares de acordo com esses referenciais.

Apesar dos PCNs proporem uma valorização do ensino humanístico, a preocupação maior era a de preparar o indivíduo para o mercado de trabalho, cada vez mais competitivo e tecnológico, principalmente no ensino médio.

No contexto da implantação dos PCNs na rede pública estadual, as oportunidades de formação continuada para os professores de história foram reduzidas, porém com encontro também com outras disciplinas.

Esse conjunto de fatores marcou o currículo de história na rede pública estadual tanto no ensino fundamental como ensino médio até o final de 2002. A partir de 2003 começou um novo processo de elaboração de diretrizes curriculares para o ensino de história.

OBJETIVOS GERAIS

A história tem como objetivo de estudos os processos históricos relativos às ações e às relações humanas praticadas no tempo, bem como os sentidos que os sujeitos deram às mesmas, tendo ou não consciência dessas ações. Já as relações humanas produzidas por estas ações podem ser definidas como estruturas sócio -históricos, ou seja, são as formas de agir, de pensar ou de raciocinar, de representar, de imaginar, portanto de se relacionar social, cultural e politicamente. Os processos históricos são marcados pela complexidade casual, isto é, vários acontecimentos distintos produzem uma nova relação enquanto diversas relações distintas convergem para um novo acontecimento histórico.

A investigação histórica pode detectar casualidade externas, voltadas para descoberta de relações humanas, e casualidade interna que buscam compreender e interpretar os sentidos que os sujeitos atribuem as suas ações. Além disso, a produção do conhecimento histórico possui um método específico, baseado na explicação e interpretação de fatos.

A problematização, construída a partir dos documentos e experiências, produz uma narrativa histórica que tem como desafio contemplar a diversidade das experiências sociais culturais e políticas dos sujeitos e suas relações. Ter como ponto de partida suas diferenças sociais e culturais, percebendo e compreendendo a sociedade e sua própria história.

CONTEÚDO POR SÉRIE/ANO

Conteúdos Estruturantes, são três para o Ensino Médio:

Relações de trabalho;

Relações de poder;

Relações culturais.

Relações de trabalho: o trabalho expressa a relação que os seres humanos estabelecem entre si e a natureza. A execução do trabalho requer o emprego físico e mental, estes esforços transformam elementos da natureza em bens que satisfazem as necessidades humanas. A investigação sobre as relações de trabalho a partir de problemáticas do presente, tais como: impactos ambientais, movimentos sociais e culturais, desemprego, desigualdade social, fome, violência, etc., e articulados aos demais conteúdos estruturantes, permite aos alunos e professores entender como as relações de trabalho foram construídas no decorrer do processo histórico.

Relações de Poder: pode-se definir poder como capacidade ou possibilidade de agir ou de produzir efeitos e pode ser referida a indivíduos e a grupos humanos. O poder não possui forma de coisas ou de objeto, mas se manifesta como relações de poder.

Relações culturais: As relações culturais são correspondências dialéticas entre as estruturas materiais e simbólicas de um determinado contexto histórico. Portanto, apresenta-se nas relações culturais como conteúdo estruturante para o ensino médio. As diferenças culturais existem devido às diversas interpretações construídas por sujeitos históricos que estão inseridos em grupos sociais distintos na divisão social do trabalho.

1º ANO

Reflexão sobre a historiografia, objetivos, fatos fontes, tendências e visão;

O principio da humanidade: (organização da sociedade, passado, Idade da Pedra lascada ou Paleolítico, neolítico, idade dos metais, contatos primários e secundário);

A ocupação da América – teorias da ocupação.

O Oriente Próximo: - O Egito (o meio geográfico, estudo do Egito, sociedade Teocrática);

A mesopotâmia (As condições geográficas, povos mesopotâmicos), - Fenícios, Hebreus, Persas;

A Grécia Antiga: (formação, Período Pré-Homérico, Período Homérico, legado grego , Cidadania , Artes, teatro, Filosofia, vida cultural o helenismo);

As Cidades – Estados: Esparta, Atenas;

O Império Romano: (lutas sociais dos Gracos, fragmentação do império, da monarquia à república, legado cultural de Roma, Literatura e filosofia, Realismo e grandiosidade nas artes);

O império Bizantino: (Constantinopla, imperador Justiniano, questões teológicas, crise);

Os Árabes: (península Arábica, Maomé, nascimento do Islã, Xiitas e Semitas, Conseqüências da Expansão Árabe);

O Império Carolíngio: Organização;

Mulçumanos – Chineses e Europeus: Os domínios mulçumanos, sociedade chinesa, prosperidade da Europa;

América antes dos europeus: a Civilizações Astecas, Os Maias, Os Incas e Tupis;

2º ANO

A cultura Feudal: (igreja na ordem feudal, Ensino, conhecimento e artes, mundo feudal em transformação, crescimento populacional, cruzadas);

A formação do mundo moderno: A centralização do poder na Europa;

O Humanismo e a Renascença: As ciências do renascimento;

O contato dos Europeus na América: (expansão portuguesa, expansão espanhola, Inglaterra e a Holanda);

A reforma e contra-reforma: o protestantismo, conseqüências da reforma;

O Antigo Regime: (absolutismo, sociedade estamental);

A Europa Feudal: (origens do feudalismo, sociedade feudal, feudo, economia feudal);

Ocupação da América: (conquista da América, sistema colonial espanhol);

A colonização portuguesa na América: colônia, organização;

A união Ibérica: (colonização portuguesa – Brasil, Holanda, Reação contra os Holandeses);

A supremacia Inglesa na Europa: (guerra dos Trinta anos, Revolução na Inglaterra);

A formação das Treze Colônias na América do Norte; (Independência das Treze colônias, proclamação da Independência, guerra da Independência, organização dos Estados Unidos);

A Economia e a sociedade Mineradora: A corrida do ouro, conflitos, administração das Minas;

A Revolução Industrial;

O Iluminismo;

A Revolução Francesa;

O Processo de Independência da América – espanhola: Reflexos das guerras napoleônicas na América, Os rumos da América latina;

A Reação na América Portuguesa: Inconfidência Mineira, Conjuração Baiana;

A família real portuguesa no Brasil;

O processo de Independência do Brasil;

Liberalismo – Nacionalismo e Socialismo na Europa: (Democracia, nacionalismo do XIX, Burguesia e Proletários, lutas de classes, Teorias socialistas, socialismo Russo);

A Política das Unificações: (Unificação da Alemanha, Unificação da Itália);

A Guerra da Sucessão nos EUA;

O imperialismo Europeu;

A organização do Estado brasileiro: (Assembléia Constituinte, confederação do Equador);

Período Regencial – Conturbação da ordem;

Segundo Reinado e a Construção da ordem: (Indústria brasileira, expansão da cafeicultura);

O processo de Descolonização: A reação da África, As lutas no Sudoeste asiático, O conflito Árabes – Israelenses;

3º ANO

O período Republicano: (positivismo, fim da escravidão, proclamação da República);

A primeira Guerra Mundial, A segunda Guerra Mundial;

A revolução Russa; Período entre Guerras;

A Era Vargas;

O Socialismo no Mundo: O leste Europeu, A revolução Socialista na China, A revolução Cubana;

O racismo na África do Sul – O Apartheid e Nelson Mandela;

As Revoluções na América latina: As ditaduras militares, As resistências populares;

Os EUA – entre 1960 a 1980. A reação dos negros Americanos;

O Brasil de 1945 a 1964;

A queda do Muro de Berlim;

O mundo globalizado;

A economia e a sociedade açucareira: trabalho escravo, trabalho indígena;

A situação do Afro-descente após a abolição.

METODOLOGIA

As práticas e representações são muito úteis, porque através delas podemos examinar tanto os objetos culturais produzidos, os sujeitos produtores e receptores de cultura, os processos que envolvem a produção e difusão cultural, os sistemas que dão suporte a estes processos e sujeitos, inclusive através da consolidação de seus costumes.

A proposta curricular propõe-se a estabelecer articulações entre abordagens teórico - metodológicos distintas, resguardadas as diferenças e até as oposições entre elas. Entende-se que a consciência histórica é uma condição da existência do pensamento humana, pois sob esta perspectiva os sujeitos se constituem a partir de suas relações sociais, em qualquer período e local do processo histórico, ou seja, a consciência histórica é inerente à condição humana em toda a sua diversidade.

A partir da apropriação do conceito de consciência histórica nestas diretrizes, busca-se analisar as implicações das oposições teórico-metodológicas para o ensino da história na formação dos sujeitos. Observa-se isto nas diferentes abordagens curriculares que historicamente marcam o ensino da disciplina e do tipo da consciência histórica que se pretende.

Ao tratar o conhecimento histórico como resultado do processo de investigação e sistematização de análise sobre o passado, de modo valorizar diferentes sujeitos históricos e suas relações, abre-se inúmeras possibilidades

de reflexão e superação de uma visão unilateral dos fatos históricos, que se tornam mais abrangentes.

A finalidade da história é expressa no processo de produção do conhecimento humano sob a forma da consciência histórica dos sujeitos. É voltada para a interpretação dos sentidos do pensar histórico dos mesmos, por meio da compreensão da provisoriedade deste conhecimento.

Os métodos utilizados na disciplina prioriza as necessidades dos educandos, levando em consideração sua vivencia, lembrando que cada sujeito é único e possui uma historia diferenciada que deve ser parte integrante de seus estudos, para maior compreensão de suas origens.

AVALIAÇÃO

A avaliação tem por objetivo superar a avaliação classificatória. Diante disso, propõe-se para o ensino de história uma avaliação formal, processual, continuada e diagnóstica.

O acompanhamento do processo ensino-aprendizagem, tem como finalidade dar uma resposta ao professor e ao aluno sobre o desenvolvimento desse processo e permitir a reflexão sobre o método de trabalho utilizado pelo professor, possibilitando o redimensionamento desses se for necessário. A avaliação não deve ser realizada em momentos separados do processo de ensino-aprendizagem.

Compreendemos também que o aluno tem o direito da recuperação paralela sempre que se fizer necessário, buscando o melhor aprimoramento dos conhecimentos desta disciplina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEED, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, História, 2008.

BARCA, Isabel. O pensamento histórico dos jovens: ideias dos adolescentes acerca da provisoriedade da explicação histórica. Braga: Universidade do Minho, 2000.

BARROS, José D'Assunção. O campo da história: especialidades e abordagens. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BITTENCOURT, Maria Circe. Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil , 1987.

DOSSE, François. A história em migalhas: dos "Annales" à "Nova História". São Paulo: Ensiao; Campinas: Unicamp, 1992.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A geografia assim como as demais disciplinas do currículo escolar, deve prestar-se a desenvolver no aluno a capacidade de observar, interpretar, analisar e pensar criticamente a realidade para melhor compreendê-la no sentido de superar suas contradições.

A geografia que se propõe a ser ensinada deriva de uma concepção científica. Nesta, a geografia se ocupa da análise histórica da formação das diversas configurações espaciais e distinguem-se dos demais ramos do conhecimento na medida em que se preocupa com localizações, estruturas espaciais e dos processos espaciais. Trata, portanto, da produção e da organização do espaço geográfico, a partir das relações sociais de produção, historicamente determinado.

Assim, optou-se pelo ensino de uma geografia crítica que desvele a realidade, que conceba o espaço geográfico como sendo um espaço social, produzido e reproduzido pela sociedade humana, com vistas nele se realizar e se reproduzir. E se no ensino ela se preocupava com o desenvolvimento do senso crítico do aluno, implica em desenvolver-lhe a compreensão do papel histórico daquilo que é criticado. Neste sentido, não se trata apenas de repassar para os alunos fatos para que eles memorizem e, sim levantar questões e instrumentalizá-los de modo a lhes proporcionar as condições de se compreenderem como sujeitos da história e agentes da transformação social.

Deve-se selecionar então, os conteúdos necessários à apreensão do espaço geográfico como uma totalidade que envolve espaço e sociedade, natureza e homem.

No tratamento de uma geografia crítica, propõem-se a não separação entre a parte física e a humana. Visto que a humanidade transformou em ecúmeno toda a superfície terrestre, necessitamos ter de forma bem clara a abordagem que devemos dar a cerca do “meio natural”.

Se a pretensão é levar os alunos a compreenderem a realidade, temos que ter claro que a paisagem é a materialização das sociedades que as construíram, seja essa paisagem uma cidade, seja ela uma exuberante floresta equatorial como a Amazônia.

À medida que se torna clara a concepção que se busca de geografia, seu papel na formação do aluno e no entendimento da realidade em que vivemos e a visão que passamos a ter homem e natureza, uma série de temas se abrem. E se tivermos o cuidado de partir daquilo que os liga e lhes confere significado, cresce a certeza que estaremos resgatando a totalidade no ensino da geografia e contribuindo para a transformação da sociedade em que vivemos.

OBJETIVOS GERAIS

Proporcionar ao aluno a compreensão do mundo em que vive, das relações entre natureza/homem/trabalho na sociedade, tornando-o crítico e parte integrante, participante como agente transformador e contribuindo para a formação integral do aluno para o exercício da cidadania, conduzindo-a a reflexão da leitura da leitura de mundo e suas transformações sociais, políticas e econômicas, possibilitando ao educando condições de se localizar no espaço em que vive, enfocando uma globalização de conhecimentos, interagindo e agindo com autonomia na sociedade e no espaço que está inserido.

Oportunizar ao educando a possibilidade de situar-se na dinâmica das situações contemporâneas, fazendo com que atue crítica e construtivamente no contexto local como parte integrante do global.

Levar o aluno a reconhecer no tempo/espaço/lugar, entender, intervir, compreender o mundo e sua dinâmica, contribuindo no sentido de torná-lo crítico e agente modificador, possibilitando o aluno a orientação e localização no tempo e no espaço.

Contribuir para o entendimento das inter-relações entre homem/natureza e homem/sociedade, esclarecendo a importância destas para que o aluno entenda o espaço de vivência e as contradições do mundo atual, destacando a contribuição de suas ações para um mundo melhor.

Desenvolver no aluno o espírito de pesquisa científica, fundamentando para que possa compreender natureza/paisagem/espaço, possibilitando a leitura dessas informações.

Compreender a dinâmica da população na ocupação e uso do solo rural e urbano.

Oportunizar ao aluno a interpretação de gráficos e tabelas no contexto do dia-a-dia.

Desenvolver no aluno o pensamento crítico referente à nova ordem mundial e o papel do estado em diferentes níveis de desenvolvimento.

o compreendaque a populçaos, nos deslocamentos e na distribuiçuconstruir novas compreens exploraçbservaçaremos resgatando uzir.

CONTEÚDO POR SÉRIE/ANO

1º ANO

Conteúdos Estruturantes e específicos:

Dimensão econômica do espaço geográfico.

Dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias.

A influência do clima na distribuição espacial das atividades econômicas.

Ocupação e desenvolvimento de Estado do Paraná

Dimensão política do espaço geográfico.

Projeções e convenções cartográficas.

Localização e coordenadas geográficas.

Espaços regionais (mundo, Brasil, Paraná).

Pensamentos geográficos.

Dimensão sócio-ambiental do espaço geográfico.

Espaço geográfico e paisagem.

Transformação das paisagens.

Reconhecimento do espaço geográfico do Paraná.

Representação da Terra.

A estrutura da Terra.

Dinâmica interna do relevo.

Dimensão demográfica e cultural do espaço geográfico.

Paisagens (formação, composição e distribuição)

A contribuição da cultura afro-descendente na construção do espaço brasileiro.

2º ANO

Conteúdos Estruturantes e específicos:

Dimensão econômica do espaço geográfico.

Setores da economia (primário, secundário e terciário)

Agricultura e mercado consumidor.

Modernização do meio rural.

Fontes de energia e matéria prima.

Trabalho e renda dos afro-descendentes.

Dimensão política do espaço geográfico.

Questão fundiária no Brasil e no mundo.

O trabalho no meio rural.

Indústrias e sindicatos.

Localização industrial e mudanças no espaço geográfico.

O mundo pós-guerra: capitalismo x socialismo.

Dimensão sócio-ambiental do espaço geográfico.

Atividades econômicas e os impactos ambientais.

Fontes alternativas de energia;

Distribuição espacial das atividades econômicas e as conseqüências ambientais.

O mau uso do solo no campo e na cidade por interesses políticos e econômicos.

Dimensão demográfica e econômica do espaço geográfico.

Êxodo rural: causas e conseqüências.

Características sociais e humanas, e suas inter-relações no Paraná.

A conseqüência da globalização na cultura dos povos.

Estrutura da população (ocupacional, etária e sexo).

3º ANO

Conteúdos Estruturantes e específicos:

Dimensão econômica do espaço geográfico

As principais atividades econômicas e sua importância na formação do espaço brasileiro.

A grande crise mundial.

A formação dos blocos econômicos regionais e seus impactos na organização sócio-espacial.

Caracterização da economia no Brasil.

Migrações causadas por fatores econômicos.

Dimensão política do espaço geográfico.

Formação e expansão do território brasileiro.

Organizações internacionais (ONU, OTAN, etc) e suas influências na reorganização do espaço geográfico.

As ações dos governos na economia.

Limites territoriais do Brasil.

Urbanização e formação das cidades brasileiras e mundiais.

Migrações causadas por guerras e fatores políticos.

Os complexos regionais brasileiros.

Impactos ambientais (poluição do ar, solo e água)

Efeito estufa.

Aspectos naturais no Brasil e suas diversidades.

Problemas urbanos.

Os refugiados ambientais.

Dimensão demográfica e cultural do espaço geográfico.

A população mundial no Brasil.

Distribuição e estrutura da população.

Teorias demográficas.

Urbanização das cidades brasileiras e mundiais.

Crescimento demográfico e políticas populacionais em diferentes países.

METODOLOGIA

O ensino da geografia, estando fundamentado com diretrizes e projeto político pedagógico (PPP), proporcionando aos alunos os conceitos de região, território, paisagem, natureza e lugar, fazendo a leitura do espaço através dos instrumentos da cartografia, mapas, tabelas, gráficos e imagem. É possível trabalhar com o aluno de forma contextualizada por meio de situações que problematizem as transformações das diferentes paisagens pela ação humana e sua utilização em diferentes escalas na sociedade capitalista permitindo aos alunos a leitura da paisagem, a observação, descrição, explicação e a interação, fazendo uma análise da importância dos recursos naturais nas atividades produtivas, no uso da tecnologia na alteração da natureza, na exploração de recursos, no uso de fontes de energia e na sociedade industrializada.

No ensino da geografia, deve-se buscar práticas pedagógicas onde permitam colocar aos alunos em diferentes situações de vivência em relação à exploração dos recursos naturais, identificando os problemas ambientais decorrentes das formas de exploração e uso dos recursos naturais, fazendo com que os alunos possam construir novas compreensões e mais complexas.

È importante que a geografia leve os alunos a reconhecerem a influência dos avanços tecnológicos na distribuição das atividades produtivas, nos deslocamentos e na distribuição da população, fazendo com que a mesma compreenda a revolução técnico-científica, relação com o espaço de produção, circulação de mercadorias e a destacar a importância da tecnologia na produção econômica, nas comunicações, na relação de trabalho e na transformação do espaço geográfico. Fazendo uma análise das novas tecnologias na produção industrial e agropecuária como fator de transformação e identificando a concentração fundiária do sistema produtivo moderno e a relação com a produção industrial e agropecuária, os problemas sociais e ambientais.

O ensino da geografia escolar deve oferecer subsídios que leve o aluno relacionar o processo de urbanização com as atividades econômicas e que

compreenda a urbanização considerando as áreas de segregação, os espaços de consumo e de lazer e a ocupação das áreas de risco, no crescimento urbano e as aplicações sócio ambientais. Que compreenda os espaços de lazer, de trabalho, de consumo e de produção.

Nas práticas do dia-a-dia que envolva os alunos nos procedimentos de problematização, observação, registro, descrição, representação, interpretação de gráficos e tabelas, no crescimento urbano, agrícola, industrial, do extrativismo, desigualdades sociais e econômicas no contexto mundial, nacional, estadual e municipal.

No ensino da geografia buscar práticas pedagógicas que permitam os alunos compreender, reconhecer, identificar e construir a dinâmica populacional em diferentes paises, a relação entre impactos culturais e demográficos e o processo de expansão das fronteiras agrícolas, o caráter das políticas migratórias referentes a fatores de estímulos dos deslocamentos populacionais, o conceito de lugar e dos processos de identidade que os grupos estabeleçam com o espaço geográfico, na organização das atividades produtivas, os conflitos étnicos e religiosos, a importância das ações protecionistas, da abertura econômica da OMC (Organização Mundial do Comércio), para o comércio mundial, as ações adotadas pelas organizações econômicas internacionais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional), BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento) e o Banco Mundial em suas implicações na organização do espaço geográfico mundial; as formas de regionalização do espaço mundial considerando a divisão Norte-Sul e a formação dos blocos econômicos; a formação dos territórios supranacionais decorrentes das relações econômicas e de poder na nova ordem mundial; a regionalização do espaço mundial, a importância das relações de poder na configuração das fronteiras e territórios.

Nessas práticas pedagógicas o professor faz com que os alunos busquem subsídios que permitam a eles compreender e problematizar a realidade que os cerca em sua dimensão espacial, tanto física quanto humana e política, bem como a compreensão da velocidade e complexidade que ocorre as transformações nesses espaços fazendo com que o aluno critique

construtivamente no contexto local como parte integrante do global e possibilitem agir como modificadores da natureza e da sociedade.

Para que isso aconteça o professor deverá lançar mão de todas as ferramentas necessárias desde as de planos instrumentais como computadores e internet, vídeos, multimídias, jornal, revistas, livros didáticos, pesquisas, mapas, palestras educativas.

Não se pode perder o foco que o Ensino da disciplina de Geografia requer uma visão ampla de todos os conteúdos elencados do local ao global e vice-versa, possibilitando ao educando uma compreensão da interatividade dos diversos fatores que envolvem a Geografia.

AVALIAÇÃO

A avaliação é contínua, diagnóstica, ocorrendo durante todo o processo de ensino-aprendizagem, pois é parte integrante e intrínseca do processo educacional, indo muito mais além da visão tradicional que focaliza o controle externo do aluno por meio de notas e conceitos.

Tem como função de orientar a ação pedagógica e não apenas constatar o nível do aluno, mas uma atividade que dará retorno ao professor sobre como melhorar o ensino, possibilitando correções no percurso, e retorno ao educando, sobre seu próprio conhecimento; o professor será um mediador na interação da prática do aluno.

A avaliação em geografia deverá verificar a aprendizagem a partir do que é básico e fundamental para o aluno, onde a transmissão/assimilação do saber se dará na sua totalidade, considerando professor e aluno que atuam numa realidade histórica e política, capaz de transformá-la num processo de reelaboração constante no processo ou aquisição de novas habilidades.

Durante todo o processo da aprendizagem a avaliação oferecerá condições para que o aluno supere os obstáculos em sua aprendizagem,

interagindo com sua individualidade e criatividade, compreendendo e construindo o saber sobre esse mundo, fortalecendo assim a sua auto-estima.

O professor planejará situações considerando a própria leitura da paisagem, a observação e a descrição, a explicação e a interação, a territorialidade e a extensão, a análise e o trabalho com a pesquisa e a representação cartográfica, de forma dinâmica e inteligente para que os alunos através dessas situações problematizem os diferentes espaços e paisagens, lugares, regiões e territórios, que relacionem o passado e o presente, em ações individuais e coletivas, permitindo ao aluno ‘ler’ e explicar os lugares, compreendendo a relação sociedade/natureza, dentro da realidade que estão inseridos, valorizando as suas experiências.

Considerando as várias situações propostas, o professor poderá realizar a avaliação de várias formas possíveis como: individual, coletiva, oral e escrita, observando alguns instrumentos como a observação sistemática durante as aulas, registro de debates, entrevistas, pesquisas, filmes, produção de textos, exposição de idéias, relatórios, a criatividade, leituras, representação e interpretação de diferentes paisagens, entre outros instrumentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEED, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, Geográfia, 2008.

ANDRADE, M. C. de Geografia ciência da sociedade: Uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.

ARAUJO, I. L. Introdução à filosofia da ciência. Curitiba: Ed. UFPR, 2003.

BARBOSA, J. L. A arte de representar como reconhecimento do mundo: o espaço geográfico, o cinema e o imaginário social. UFF, GEOgraphia, ano II, n. 3, 2000.

BARBOSA, J. L. Geografia e Cinema: em busca de aproximações e do inesperado. In: CARLOS, A. F. A. (Org.) A Geografia na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1999.

CAVALCANTI, L. de S. Geografia, escola e construção de conhecimento.

Campinas: Papirus, 1998.

KAERCHER, N. A. Desafios e utopias no ensino de geografia. In CASTROGIOVANNI,

A. C. (org.) Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. Porto Alegre: Ed.

UFRS, 1999.

KATUTA, A. M. A linguagem cartográfica no ensino superior e básico. In:

PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. de (Orgs.) Geografia em perspectiva. São Paulo: Contexto, 2002.

PENTEADO, H. D. Metodologia do ensino de história e Geografia. São Paulo: Cortez, 1994.

PEREIRA, R. M. F. do A. Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia Moderna. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1993.

PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. de Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa. São Paulo: Contexto, 2002.

RAFESTIN, C. Por uma Geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

VASCONCELOS, C. dos S. Construção do conhecimento em sala de aula. São Paulo: Libertad - Centro de Formação e Assessoria Pedagógica, 1993.

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE INGLÊS

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA DE LÌNGUA ESTRANGEIRA MODERNA

O Brasil segue hoje novos rumos na educação. O que o mundo também a perspectiva do ensino da língua estrangeira no país, pois ele faz parte das novas diretrizes da educação brasileira.

O idioma inglês está cada vez mais presente no nosso cotidiano e vem se mostrando como importante meio de comunicação no mundo globalizado em que vivemos.

Conhecer esta língua hoje é sentir inserida nessa realidade e dela participar ativamente e culturalmente.

Cada vez mais pessoas estudam e falam inglês em todo o mundo.

Hoje o inglês tornou-se um dos principais veículos de comunicação nos meios diplomáticos, no comércio mundial, nas competições esportivas, no turismo, nos encontros de líderes políticos mundiais, nos congressos sobre ciência, tecnologia, arte, etc.

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação nº. 4024, promulgada em 1961 criou os Conselhos Estaduais. Cabia a eles a decisão acerca da inclusão ou não da língua estrangeira nos currículos.

Foi com a tomada do governo brasileiro pelos militares, a L.D.B./61 foi retomada em 1971 através da lei nº. 5692/71. A partir de então, a finalidade do ensino passou a ser centrada na habilitação profissional.

Em 1976, o ensino da língua estrangeira passa a ser obrigatório, e em 15 de agosto de 1986, a Secretaria de Estado da Educação, criou oficialmente, os centros de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEMs). No Estado do Paraná, como forma de valorização da diversidade histórica do Estado.

Portanto, a escola deve propor as aulas de inglês, um espaço para que o aluno reconheça e compreenda a diversidade da lingüística. Oportunizando possibilidades de construção de significados em relação ao mundo onde vive.

Ensinar e aprender línguas é também ensinar e aprender percepções de mundo e maneiras de construir sentidos e formar subjetividades, independentemente do grau de proficiência atingido. Deste modo, as aulas de Língua Estrangeira configuram-se como espaços nos quais identidades são construídas, pela forma como as interações entre professores e alunos são organizadas pelas representações e visões de mundo que vão sendo relevados no dia-a-dia, lançando e assegurando-lhe a formação comum para o exercício da cidadania (Lei nº. 9394/96 Art. 22).

OBJETIVOS GERAIS

Levar o aluno a perceber a importância da língua inglesa, considerada hoje como instrumento de comunicação universal, e fazer com que o educando adquira gradativamente estruturas básicas de língua em estudo.

Fazer com que o aluno considere o estudo da língua inglesa como meio de conhecimento e cultura.

CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: O DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

CONTEÚDOS BÁSICOS: Leitura, Oralidade e Escrita.

1º ANO

Leitura: Identificação do tema, intertextualidade, intencionalidade, ortografia, marcas lingüísticas.

Oralidade: Adequação da fala ao contexto, marcas lingüísticas, gírias, repetição. Diferenças e semelhanças entre discurso oral e discurso escrito.

Escrita: Tema do texto, finalidade do texto, intencionalidade do texto, marcas lingüísticas, ortografia.

Gêneros Textuais: Auto Biografia, biografia, historia em quadrinhos, debates, cartazes, exposição oral, entrevista oral e escrita, placas, cartum, charges, pesquisas, filmes, slogan, e outros.

Estruturas gramaticais

Verb to be simple present tense (affirmative / negative / interrogative);

Verb to be simple past tense (affirmative / negative / interrogative);

Articles: the, a, an;

There to be: present and past tense;

Subject pronouns;

Cardinal numbers;

Demonstrative pronouns: singular, plural;

Nouns and adjectives;

Uso do Do/Does: affirmative / negative / interrogative;

Present continuous tense;

Past tense: regular verbs / irregular verbs;

Uso do Did: affirmative / negative / interrogative;

Plural of nouns;

Prepositions;

Modal verbs: can / could;

Interrogative pronouns;

What time is it?

Possessive pronouns;

Interrogative words;

How much / how many;

Adverbs: frequency / place / time;

Modal verbs: may / must / might / should / some / any;

Objects pronouns.

2ºANO

Leitura: Coesão e coerência; marcadores do discurso; emprego do sentido denotativo e conotativo no texto; variedade lingüística e ortografia.

Oralidade: Adequação da fala ao contexto, marcas lingüísticas, gírias, repetição. Diferenças e semelhanças entre discurso oral e discurso escrito; variações lingüísticas;

Escrita: Finalidade do texto, intencionalidade do texto, marcas lingüísticas, ortografia; recursos estilísticos; informatividade.

Gêneros Textuais: Biografias, literatura, entrevista, desenho animado, historia em quadrinhos, debates, cartazes, exposição oral, entrevista oral e escrita, cartum, charges, pesquisas, filmes, slogan, e outros.

Estruturas gramaticais:

Review verb to be: present and past tense;

Simple present tense: uso do Do/Does;

Interrogative pronouns;

Simple past tense: uso do did;

Pronouns;

Plural of nouns;

Question tag;

Interrogative Word: how much / how many;

Quantifiers: many / much / a lot of / a few / a little;

Present continuous tense;

Past continuous tense;

Verb to have: present and past tense;

Modal verbs: can / cold;

Present perfect tense;

Indefinites: some / any / no / few;

Prepositions;

Relative pronouns;

Conjuctions;

False cognates;

Reflexive pronouns;

Future with present continuous;

Future with going to;

Future: will;

Modal verbs;

Comparative form;

Must / have to (had to);

Direct and indirect speech.

3ºANO

Leitura: Intertextualidade, intencionalidade, coesão e coerência, recursos, estilísticos, variedade lingüística, marcas lingüísticas, ortografia.

Oralidade: Elementos extralingüísticos: entonação, pausas, gestos, etc.; Adequação do discurso ao gênero; variações lingüísticas, diferenças e semelhanças entre discurso oral e discurso escrito; vozes sociais presentes no texto.

Escrita: Finalidade do texto, intencionalidade do texto, marcas lingüísticas, ortografia; recursos estilísticos; informatividade; elementos semânticos; variedade lingüística, acentuação gráfica.

Gêneros Textuais: Biografias, literatura, entrevista, desenho animado, historia em quadrinhos, debates, cartazes, exposição oral, entrevista oral e escrita, cartum, charges, pesquisas, filmes, slogan, textos técnicos, textos científicos; artigos de opinião; curriculum vitae.

Estruturas gramaticais:

Review verb to be;

Preposition;

Question tag;

Present perfect tense;

Passive voice;

Gerund;

Future: going to / will;

Degree of adjectives / degree of comparison;

Indefinitives;

Some idiomatic expression;

Cardinal and ordinal numbers;

Personal pronouns: objective case;

Possessive adjectives;

Possessive pronouns;

Modal verbs;

Future progressive tense / future perfect tense; false cognates;

Quantifiers: many / much / a lot of / a few / a little;

Interrogative words;

Modal verbs;

Past perfect tense;

Phrasal verbs;

If clauses;

Plural os nouns;

Relative pronouns.

METODOLOGIA

O trabalho com a Língua Estrangeira em sala de aula parte do entendimento do papel das línguas nas sociedades como mais do que meros instrumentos de acesso à informação: as línguas estrangeiras são possibilidades de conhecer, expressar e transformar modos de entender o mundo e de construir significados.

Propõe-se que, nas aulas de Inglês, o professor aborde os vários gêneros textuais, em atividades diversificadas, analisando a função do gênero estudado, sua composição, a distribuição de informações, o grau de informação presente ali, a intertextualidade, os recursos coesivos, a coerência e, somente depois de tudo isso, a gramática em si. E importante que o aluno tenha acesso a textos de várias esferas sociais: publicitária, jornalística, literária, informativa, etc. A estrutura de uma bula de remédio, por exemplo, difere da estrutura de um poema. Além disso, é necessário que se identifiquem as diferenças estruturais e funcionais, a autoria, o público a que se destina, e que se aproveite o conhecimento já adquirido de experiência com a língua materna.

A aula deve ser um espaço em que se desenvolvam atividades significativas, as quais explorem diferentes recursos e fontes, a fim de que o aluno vincule o que é estudado com o que o cerca, aproximando assim, o currículo à sua realidade. O conhecimento técnico - cientifico quando trabalhado de forma contextualizada e significativa possibilita a elaboração (re)elaboração do conhecimento por parte do aluno, é esse deve ser a finalidade do trabalho pedagógico em sala de aula.

AVALIAÇÃO

A disciplina de Língua Estrangeira tem na avaliação um instrumento do processo de Ensino – Aprendizagem, onde o educando representa o foco, pois as atitudes e costumes devem mudar ao longo do processo, visando o aprimoramento do conhecimento. O erro é parte importante do processo, pois

representa o diagnostico para a aprendizagem, na intenção de construir e reconstruir a fala, a escrita e o dialogo.

Procura-se avaliar o desenvolvimento ao longo do ano letivo, tendo sempre como objetivo as práticas discursivas que estão elencados no cotidiano do educando, bem como a realidade escolar que está inserido, objetivando o melhor entendimento e comprometimento do agente que educada e é educado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEED, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, Lingua estrangeira, 2008.

ANDREOTTI, V.; JORDÃO, C.M.; GIMENEZ, T. (org.) Perspectivas educacionais e ensino de inglês na escola pública. Pelotas: Educat, 2005.

ANTUNES, I. Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1988.

JORDÃO, C. M. A língua estrangeira na formação do indivíduo. Curitiba, 2004a. mimeo.

JORDÃO, C. M. O ensino de línguas estrangeiras em tempos pós-modernos. Curitiba, UFPR,2004b.

JORDÃO, C. M. O ensino de língua estrangeira: de código a discurso. In: KARWOSKI,

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE FILOSOFIA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

Constituída como pensamento há mais de 2600 anos, a Filosofia, que tem a sua origem na Grécia antiga, traz consigo o problema de seu ensino a partir do embate entre o pensamento de Platão e as teorias dos sofistas. Naquele momento, tratava-se de compreender a relação entre o conhecimento e o papel da retórica no ensino. Por um lado, Platão admitia que, sem uma noção básica das técnicas de persuasão, a prática do ensino da Filosofia teria efeito nulo sobre os jovens. Por outro lado, também pensava que se o ensino de Filosofia se limitasse à transmissão de técnicas de sedução do ouvinte, por meio de discursos, o perigo seria outro: a Filosofia favoreceria posturas polêmicas, como o relativismo moral ou o uso pernicioso do conhecimento.

Um dos maiores problemas é que, quando se tenta desenvolver seu conteúdo, é preciso abandonar frequentemente o tipo de pensamento propriamente filosófico e se referir antes ao pensamento religioso ou até mesmo às formas mais gerais da cultura correspondente. Quando essa referência constitui o horizonte cultural, histórico ou espiritual dentro do qual pode ser inserida a Filosofia, a desvantagem a que aludimos não é considerável; mais ainda, tal referência pode ajudar a compreender melhor o pensamento filosófico que se trata de esclarecer. Porém, quando o horizonte em questão substitui a Filosofia de modo excessivamente radical, corre-se o risco de perdê-la de vista completamente. (FERRATER MORA, 2001, p. 1103)

A história da filosofia e as idéias dos filósofos que nos precederam constituem, assim, uma fonte inesgotável de inspiração e devem alimentar constantemente as discussões realizadas pelo professor e pelos estudantes em sala de aula.

Os problemas, as idéias, os conceitos e os conteúdos estruturantes devem ser desenvolvidos, portanto, de tal forma que os diversos períodos da história da filosofia e as diversas maneiras através das quais eles discutem as questões filosóficas sejam levados em consideração.

OBJETIVOS GERAIS

Produzir reflexões e estimular o pensamento dos alunos a partir do estudo de algumas das principais idéias que compõem os pilares da sociedade ocidental. Voltar um olhar crítico sobre a História dos pensadores e buscar as influencias no cotidiano atual.

Estimular o educando a formar novos conceitos, a partir do conhecimento elaborado, de acordo com idéias antigas sem desconsiderar o novo pensar, olhar criticamente para seu presente, significa opinar de maneira consciente entre os pontos positivos e negativos, escolhendo o lado que melhor convém à sociedade e aos costumes de um determinado povo.

CONTEÚDO POR SÉRIE/ ANO

1º ANO

Conteúdo Estruturante: Mito e Filosofia

Mito: suas definições e funções;

Atitudes filosóficas;

Utilidades da Filosofia;

Surgimento da Filosofia

Senso comum e senso crítico;

Conteúdo Estruturante: Ética

Moral em seus vários sentidos;

Valores

Dever

Natureza e humanidade

Liberdade

Conteúdo Estruturante: Teoria do conhecimento

Verdade;

Conhecimento e sabedoria;

Sócrates e o conhecimento;

Platão e o conhecimento.

2º ANO

Conteúdo Estruturante: Filosofia Política

Sentidos diversos de política e finalidade;

Regimes políticos;

O poder;

Teorias políticas;

Maquiavel;

República;

Democracia;

Contratualismo;

Liberalismo;

Revolução e cidadania;

Socialismo e comunismo.

Conteúdo Estruturante: Estética

Surgimento dos objetos estéticos;

A questão do belo;

A questão do gosto;

A questão da arte;

Indústria cultural;

Cinema.

METODOLOGIA

Utilizaremos os princípios filosóficos para explicar as construções e estruturas humanas no que se refere ao principio e ao fim de cada parte e ou objeto.

O conhecimento acumulado trazido pelo educando é fonte de estudo, e de estratégias que visem o aprimoramento da razão sobre a emoção.

Buscaremos ao longo do processo de ensino aprendizagem transformar o saber espontâneo em cientifico.

Esperamos poder estimular o estudo de conteúdos que motivem os alunos a pensarem nos fundamentos e princípios éticos de cada individuo e da sociedade como um todo, através de textos, vídeos, debates, discussões em grupos, pesquisas bibliográficas, análises de informações das mídias, projetos, etc.

AVALIAÇÃO

A avaliação será periódica, permanente, diagnostica e com recuperações paralelas que visam desenvolver um processo de ensino aprendizagem focado no educando.

Compreender uma avaliação diagnóstica nos possibilita dizer que o erro faz parte do processo de aprendizado, este é o começo para as indagações sobre qual é o cidadão que queremos formar, ou melhor, desenvolver, habilitar.

Assim qualquer avaliação pressupõe um ato educativo de caráter investigativo, com objetivo de avaliar e reavaliar o processo de continuidade nos conteúdos e metodologias aplicadas. Sendo assim, entendemos que todo o processo de construção do conhecimento é flexível, portanto em constante movimento, pois a própria educação é feita de personagens e ações, dinâmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEED, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, Filosofia, 2008

BORNHEIM, G. O sujeito e a norma. In. NOVAES, A. Ética. São Paulo: Companhia

das Letras, 1997.

CORBISIER, R. Introdução à filosofia. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1986,v.1.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. O que é a filosofia? Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

(Coleção Trans).

FAVARETTO, C.F. Notas sobre o ensino da filosofia. In: ARANTES, P. E. et all (Org.).

A filosofia e seu ensino. Petrópolis/São Paulo: Vozes/Educ, 1995.

FERRATER MORA. Dicionário de filosofia São Paulo: Loyola, 2001.

FILOSOFIA. Vários autores. Curitiba: SEED-PR, 2006. 336 p. (Livro Didático Público)

GALLO, S.; KOHAN, W. O. (Orgs). Filosofia no ensino médio. Petrópolis: Vozes,

2000.

KANT, I. Crítica da razão pura. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1985.

KOHAN; WAKSMAN. Perspectivas atuais do ensino de filosofia no Brasil. In:

FÁVERO, A; KOHAN, W.O.; RAUBER, J.J. Um olhar sobre o ensino de filosofia.

Ijuí: Ed. da UNUJUÍ, 2002.,

M. (Org.) Filosofia do ensino de filosofia. Petrópolis: Vozes, 2003.

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

O ensino de Sociologia tem por objetivo compreender os processos de formação, transformação, e funcionamento das sociedades contemporâneas. Trata-se de um modo de interpretar as contradições, os conflitos as ambivalências e continuidades que configuram a vida cotidiana de cada um e da sociedade envolvente.

Esta compreensão depende do contato do aluno com teorias que se propõe a explicar processos e relações sociais constituintes de nosso tempo para que sejam desnaturalizadas práticas e saberes prévios. Entretanto, para os alunos se apropriar de modo efetivo do conhecimento sociológico, o professor deve iniciar os estudos por meio de uma abordagem, histórica e contextualizada sobre o surgimento do pensamento social, apresentando seus autores clássicos, suas principais perspectivas teorias e sua importância para a compreensão da realidade brasileira. Abordagem além de apresentar os pensamentos fundantes da sociologia, responsáveis por inaugurar o entendimento da dimensão social da realidade propicia que se estabeleçam relações entre esses clássicos e as discussões sociológicas mais recentes e contribuem para a análise crítica da realidade social.

OBJETIVOS GERAIS

O Ensino da Sociologia tem por fundamento o ser humano, o individuo em si e ao mesmo tempo no outro, a representação, o respeito, o conhecer e o aprender, a importância dos valores étnicos, morais e sociais presentes na sociedade.

Esperamos que o estudo de sociologia possa levar nosso educando a intervir no meio em que vive positivamente, compreendendo que o ser humano é formado da parte emocional, física e moral.

Conhecer a sociedade, participar da mesma e intervir, de modo consciente nos torna cidadãos responsáveis pelas mudanças futuras, que podem auxiliar a humanidade ou destruí-la.

CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO

1º Ano

Conteúdo Estruturante: O Processo de Socialização e as Instituições Sociais

Instituições familiares, escolares e religiosas;

Instituições de reinserção (prisões, educandários e asilos);

Conteúdo Estruturante: Cultura e industria cultural

Desenvolvimento antropológico do conceito de cultura e sua contribuição na analise das diferentes sociedades;

Conteúdo Estruturante: Trabalho, Produção e Classes sociais

Desigualdades sociais;

Mundo capitalista e suas contradições;

Globalização e Neoliberalismo;

Relações de Trabalho.

3º Ano

Conteúdo Estruturante: Cultura e industria cultural

Indústria Cultural;

Meios de comunicação de massa;

Sociedade de consumo;

Industria cultural no Brasil.

Conteúdo Estruturante: Trabalho, Produção e Classes sociais

Trabalho no Brasil;

Conteúdo Estruturante: Poder, Política e Ideologia

Formação e desenvolvimento do Estado Moderno;

Democracia, autoritarismo, totalitarismo;

Estado no Brasil;

Conceitos de Poder;

Conceitos de Ideologia;

Conceitos de dominação e legitimidade;

As expressões da violência das sociedades contemporâneas.

METODOLOGIA

A metodologia deve estimular o estudo de conteúdos que motivem os alunos a pensarem nos fundamentos e princípios éticos de cada individuo e da sociedade como um todo, através de textos, vídeos, debates, discussões em grupos, pesquisas bibliográficas, análises de informações das mídias, projetos, etc.

A aula deve ser um espaço em que se desenvolvam atividades significativas, as quais explorem diferentes recursos e fontes, a fim de que o aluno vincule o que é estudado com o que o cerca, aproximando assim, o currículo à sua realidade. O conhecimento técnico - cientifico quando trabalhado de forma contextualizada e significativa possibilita a elaboração (re)elaboração do conhecimento por parte do aluno, é esse deve ser a finalidade do trabalho pedagógico em sala de aula.

AVALIAÇÃO

Avaliar constantemente o desempenho dos alunos na realização das atividades, em todos os momentos, seja nas apresentações, produções de textos, etc. As avaliações serão periódicas, permanentes, diagnósticas e com recuperações paralelas que procurem desenvolver as habilidades de desenvolver textos, expressar-se oralmente, analisar, criar novas idéias, sintetizar e comparar informações e conceitos.

Procura-se avaliar o desenvolvimento ao longo do ano letivo, tendo sempre como objetivo as práticas discursivas que estão elencados no cotidiano do educando, bem como a realidade escolar que está inserido, objetivando o melhor entendimento e comprometimento do agente que educada e é educado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEED, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, Sociologia, 2008.

BAUMAN, Zigmunt. Por uma sociologia crítica; um ensaio sobre o senso comum e emancipação. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede; a era da informação: economia, sociedade e cultura. 3.ed. v. 1, São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COMTE, Auguste. Curso de Filosofia Positiva. In: Os Pensadores. v. XXXIII, São Paulo: Editor Victor Civita, 1973.

COSTA PINTO, Luiz. Sociologia e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

DEMO, Pedro. Metodologia científica em Ciências Sociais. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1989.

____.Ética e poder na sociedade da informação. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia. 6 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

ENGELS, Friedrich. Dialéctica da natureza. 2.ed. Lisboa: Editorial Presença, 1978.

FERNANDES, Florestan. Ensaios de sociologia geral e aplicada. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1960.

_____. Elementos de uma sociologia teórica. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1970.

_____. Fundamentos empíricos da explicação sociológica. 2.ed. São Paulo: Nacional, 1972.

_____. A sociologia no Brasil; contribuição para o estudo de sua formação e

desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1976a

_____. A sociologia numa era de revolução social. 2 ed. São Paulo: Zahar Editores, 1976b.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2002.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A língua portuguesa antes de tudo é o veículo de todo o conhecimento. As práticas da linguagem enquanto fenômeno perpassa todas as áreas do agir humano. O fato de a língua ser o meio e o suporte para os outros conhecimentos torna o professor de língua portuguesa um agente eficaz, propiciador das relações inter e multidisciplinares.

O ensino da Língua Portuguesa no ensino médio não deve ser simples repasse de regras, nomenclaturas, gramática ou historiografia literária. Na perspectiva de superação efetiva desta postura é necessário perceber que a modalidade, a dinâmica, a fluidez, a imprecisão da linguagem não aprisiona os textos em determinadas propriedades formais. A norma é real, aquela usada socialmente, mesmo tratando-se da norma padrão ou da norma culta, aprende-se lendo e escrevendo e não a partir de conceitos.

A linguagem é o instrumento para a interação social, e a disciplina da língua portuguesa é responsável por proporcionar aos estudantes o contato com os mais diversos tipos de “textos”, através da oralidade, da escrita e da leitura.

OBJETIVOS GERAIS

Proporcionar aos estudantes a oportunidade de aperfeiçoar a capacidade de empregar a língua oral em diferentes situações de uso, sabendo adequá-la a cada contexto e interlocutor, descobrindo as interações que estão implícitas nos discursos do cotidiano e posicionando-se diante do mesmo.

Refletir sobre os textos produzidos, lidos ou ouvidos atualizando o gênero e o tipo de texto, considerando-se os interlocutores, os seus objetivos, o assunto tratado, os gêneros e suportes textuais e o contexto de produção/leitura, assim como os elementos gramaticais empregados na sua organização.

Garantir ao aluno o aprimoramento do domínio discursivo no âmbito da oralidade, da leitura e da escrita, por meio da inserção e participação do mesmo em processos interativos com a língua oral e escrita.

Aprimorar, ainda, pelo contato com os textos literários, a capacidade de pensamento critico e a sensibilidade estética dos alunos.

Desvelar as cristalizações de verdade na língua, possibilitando aos estudantes o entendimento do poder configurado pelas diferentes práticas discursivas sociais.

Ajudar os alunos a ampliarem seu domínio de uso das linguagens verbais e não verbais através do contato direto com textos dos mias variados gêneros, orais e escritos, engendrados pelas necessidades humanas enquanto falantes do idioma.

Ensinar os alunos a sentirem-se bem para expressarem suas idéias com segurança e fluência, nos diferentes contextos de sua inserção social.

Criar oportunidades para o aluno refletir, construir, levantar hipóteses, a partir da leitura e da escrita de diferentes textos, única instancia em que o aluno pode chegar à compreensão de como a língua funciona e a decorrente competência textual.

CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO

Não faz sentido engessar o trabalho do professor estruturando grandes seqüências de conteúdos gramaticais, nem aprisionar o trabalho literário na historiografia e nas inumeráveis listas de autores e obras.

Fundamentar a metodologia do trabalho pedagógico com a língua materna na natureza social do discurso e da própria língua significa compreender que são produtos das ações com a linguagem que constituem os objetos de ensino.

Assumindo-se a concepção da língua como prática que se efetiva nas diferentes instancias sociais, acorda-se que o objeto de estudo da disciplina é a língua. E o conteúdo estruturante da língua portuguesa e literatura é o discurso enquanto prática social (leitura, escrita e oralidade).

Conteúdo Estruturante: Discurso como Prática Social

	CONTEÚDOS BÁSICOS		
GÊNEROS DISCURSIVOS Para o trabalho das práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação.	LEITURA • Conteúdo temático; • Interlocutor; • Finalidade do texto; • Intencionalidade; • Argumentos do texto; • Contexto de produção; • Intertextualidade; • Vozes sociais presentes no texto; • Discurso ideológico presente no texto; • Elementos composicionais do gênero; • Contexto de produção da obra literária; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito; • Progressão referencial; • Partículas conectivas do texto;	ESCRITA • Conteúdo temático; • Interlocutor; • Finalidade do texto; • Intencionalidade; • Informatividade; • Contexto de produção; • Intertextualidade; • Referência textual; • Vozes sociais presentes no texto; • Ideologia presente no texto; • Elementos composicionais do gênero; • Progressão referencial; • Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto; Semântica: - operadores argumentativos; - modalizadores; - figuras de linguagem; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, conectores, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito,	ORALIDADE • Conteúdo temático; • Finalidade; • Intencionalidade; • Argumentos; • Papel do locutor e interlocutor; • Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas...; • Adequação do discurso ao gênero; • Turnos de fala; • Variações linguísticas (lexicais, semânticas, prosódicas, entre outras); • Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição; • Elementos semânticos; • Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc.); • Diferenças e semelhanças entre

	• Relação de causa e consequência entre partes e elementos do texto; • Semântica: - operadores argumentativos; - modalizadores; - figuras de linguagem. - figuras de linguagem; - sentido conotativo e denotativo.	etc.; • Vícios de linguagem; • Sintaxe de concordância; • Sintaxe de regência	o discurso oral e o escrito.

***TABELA DE GÊNEROS CONFORME AS ESFERAS DE CIRCULAÇÃO**

ESFERAS SOCIAIS DE CIRCULAÇÃO		
COTIDIANA	Adivinhas Álbum de Família Anedotas Bilhetes Cantigas de Roda Carta Pessoal Cartão Cartão Postal Causos Comunicado Convites *Curriculum Vitae*	Diário Exposição Oral Fotos Músicas Parlendas Piadas Provérbios Quadrinhas Receitas Relatos de Experiências Vividas Trava-Línguas
LITERÁRIA / ARTÍSTICA	Autobiografia Biografias Contos Contos de Fadas Contos de Fadas Contemporâneos Crônicas de Ficção Escultura Fábulas Fábulas Contemporâneas Haicai Histórias em Quadrinhos Lendas Literatura de Cordel Memórias	Letras de Músicas Narrativas de Aventura Narrativas de Enigma Narrativas de Ficção Científica Narrativas de Humor Narrativas de Terror Narrativas Fantásticas Narrativas Míticas Paródias Pinturas Poemas Romances

		Tankas Textos Dramáticos
ESCOLAR	Ata Cartazes Debate Regrado Diálogo/Discussão Argumentativa Exposição Oral Júri Simulado Mapas Palestra Pesquisas	Relato Histórico Relatório Relatos de Experiências Científicas Resenha Resumo Seminário Texto Argumentativo Texto de Opinião Verbetes de Enciclopédias
IMPRENSA	Agenda Cultural Anúncio de Emprego Artigo de Opinião Caricatura Carta ao Leitor Carta do Leitor Cartum Charge Classificados Crônica Jornalística Editorial Entrevista (oral e escrita)	Fotos Horóscopo Infográfico Manchete Mapas Mesa Redonda Notícia Reportagens Resenha Crítica Sinopses de Filmes Tiras
PUBLICITÁRIA	Anúncio Caricatura Cartazes Comercial para TV E-mail Folder Fotos Slogan	Músicas Paródia Placas Publicidade Comercial Publicidade Institucional Publicidade Oficial Texto Político
POLÍTICA	Abaixo-Assinado Assembléia Carta de Emprego Carta de Reclamação Carta de Solicitação Debate	Debate Regrado Discurso Político “de Palanque” Fórum Manifesto Mesa Redonda

		Panfleto
JURÍDICA	Boletim de Ocorrência Constituição Brasileira Contrato Declaração de Direitos Depoimentos Discurso de Acusação Discurso de Defesa	Estatutos Leis Ofício Procuração Regimentos Regulamentos Requerimentos
PRODUÇÃO E CONSUMO	Bulas Manual Técnico Placas	Regras de Jogo Rótulos/Embalagens
MIDIÁTICA	Blog Chat Desenho Animado E-mail Entrevista Filmes Fotoblog Home Page	Reality Show Talk Show Telejornal Telenovelas Torpedos Vídeo Clip Vídeo Conferência

METODOLOGIA

A metodologia da disciplina da língua portuguesa tem como base a prática da oralidade, da escrita e da leitura – e só dessa forma consegue abranger o todo dinâmico do sistema da linguagem. A metodologia precisa pautar-se na interlocução, em atividades planejadas que possibilitem ao aluno não só a leitura e a expressão oral e escrita, mas também refletir sobre o uso que faz da linguagem nos seus diferentes contextos e situações. Quanto maior o contato com a linguagem na diversidade textual mais possibilidades o aluno tem de aprimorar seu domínio da língua e de entender o texto como material carregado de intenções e de visões de mundo.

A gramática não é o centro do ensino. O aluno precisa ampliar suas capacidades discursivas em atividades de uso da língua, a partir dos quais o professor vai explorar os aspectos textuais e as exigências específicas de adequação da linguagem. Na análise lingüística o aluno não é só ouvinte, sua participação é fundamental no processo de aprendizagem.

✓ Oralidade: a disciplina deve promover situações que incentivem a falar, tornar o aluno um falante cada vez mais ativo e competente, capaz de compreender os discursos dos outros, de organizar os seus de forma clara, coesa e coerente. O professor de língua portuguesa deve planejar e desenvolver um trabalho com a oralidade que gradativamente permita ao aluno não só conhecer e usar a outra variedade da lingüística, a padrão, como também entender a necessidade desse uso em determinados contextos sociais. O trabalho com a oralidade aponta diversos caminhos: debates, discussões, seminários, transmissões de informações, de troca de opiniões, de defesa de ponto de vista (argumentação), contação de histórias, declamação de poemas, representação teatral, relatos de experiências, entrevista, analisar a linguagem utilizada em programas de TV, músicas, etc.

✓ Leitura: o leitor é ao mesmo tempo leitor e autor do texto. Ao ler um texto as pessoas dão-lhe vida. Para cada leitor, o texto torna-se único e formidável, nascendo e renascendo. O ato de ler é identificado com o de familiarizar-se com diferentes textos produzidos em diferentes práticas sociais: notícias, crônicas, piadas, poemas, artigos científicos, ensaios, reportagens, propagandas, informações, charges, romances, contos. A leitura também pode assumir significado maior como sinônimo de visão de mundo. Podemos ler situações, imagens, fotos, outdoors, propagandas, imagens digitais e virtuais. O ato de ler convoca o ato de pensar. O professor deve planejar uma ação pedagógica que permita ao aluno não só a leitura de textos, para os quais já tenha construído uma competência, como também a leitura de textos mais difíceis que amplifiquem o desenvolvimento de novas estratégias com a devida mediação. O texto literário é um excelente meio de contato com a pluralidade de significados que a língua assume em seu máximo grau de feito estético.

✓ Escrita: Ao se perceber como autor o aluno poderá aprimorar sua condição de escritor, a criatividade e outros fatores comumente relacionados ao ato de escrever. Isto só se aprende na prática da escrita em suas diferentes modalidades. O envolvimento do professor e aluno com a escrita deve acontecer desde a motivação para a produção de textos, passando pela reflexão, e completando-se na revisão e na reestruturação. É nas experiências concretas de produção de textos que o estudante, vai aumentando seu

universo referencial e aprimorando sua competência de escrita. É preciso trabalhar a produção de textos argumentativos, descritivos, de notícia, narrativo, cartas ou memorandos, poemas, abaixo-assinados, crônicas, informativos ou literários.

AVALIAÇÃO

O objetivo da avaliação é estabelecer as principais dificuldades da turma-aluno e trabalhar coletivamente para a superação dos mesmos. A avaliação servira para os alunos e professores refletirem sobre suas práticas e tomarem decisões.

A avaliação precisa dar ao professor pistas concretas do caminho que o aluno está trilhando para aprimorar sua capacidade lingüística e discursiva em práticas de oralidade, leitura e escrita. É a partir da constatação de falhas no processo que a língua torna-se objeto de reflexão e de discussão das questões lingüísticas, sem se afastar do contexto inicial de produção, uma vez que, na análise lingüística, a reflexão e a discussão estarão a serviço de ajustes necessários na produção do aluno, naquela situação específica de interpretação ou produção.

É preciso instigar a auto-avaliação. O próprio aluno avalia o produto de sua experiência, seja de leitura ou de produção oral ou escrita.

A oralidade será avaliada primeiramente em função da adequação do discurso aos diferentes interlocutores e situações (seminários, debates, entrevistas, etc.).

A avaliação de leitura deve considerar as estratégias que os estudantes empregaram no decorrer da leitura, a compreensão, o sentindo construído para o texto, considerando a visão de mundo e o repertorio cultural individual.

Em relação à escrita o que determina a adequação do texto escrito são as circunstâncias de sua produção e o resultado dessa ação. Deve valorizar, sobretudo o esforço daquele que escreve, desconfia, rasga e reescreve tantas vezes quanto julga necessárias até que o texto lhe pareça bom.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

SEED, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, Língua Portuguesa, 2008.

AGUIAR, Vera Teixeira de; BORDINI, Maria da Glória. Literatura e Formação do leitor: alternativas metodológicas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro & interação. São Paulo: Parábola,2003.

_____. Muito além da Gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.

BAGNO, Marcos. A norma oculta – língua e poder na sociedade. São Paulo:

Parábola, 2003.

BAKHTIN, Michail (Volochinov). Marxismo e filosofia da linguagem. Trad. de

Michel Lahud e Yara Frateschi. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. Problemas da poética de Dostoievski. Rio de Janeiro: Forense Universitária,1997.

BRAIT, Beth. PCNs, gêneros e ensino de língua: faces discursivas da textualidade.In: ROJO, Roxane (org.). A prática de linguagem em sala de aula: praticando PCN. São Paulo: Mercado de Letras, 2000, p. 20.

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE ARTE

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996(Lei 9394/96 art. 26 parágrafo 2) a disciplina de Artes torna-se presente nos currículos das escolas de Educação Básica no Brasil, sendo a mesma considerada no mesmo patamar de igualdade com as demais disciplinas que integram o currículo da escola básica.

Segundo Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2008, p.179): “O ensino de Arte está inserido na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, que tem como eixo as faculdades de representação e comunicação”.

Sendo assim, suportes, elementos e estruturas só fazem sentido quando contextualizadas nas obras de arte e nos demais produtos culturais e nas experiências de cada sujeito, isolados de aplicação concreta se tornam abstratos e sem sentido para o aluno, por esse motivo temos em nossa Proposta Política Pedagógica a priorização de valorizar o repertório do aluno nas suas diversas formas de manifestações, viabilizando assim a aprendizagem significativa que parte do que o aluno sabe e estende-se em uma linguagem simultânea a do contexto que este discente está inserido.

No Ensino Médio prioriza-se a História da Arte, com momentos raros de Prática artística, centrando-se aos estudos de Movimentos e Períodos Artísticos e na leitura de obras de arte. Neste sentido definiu-se nas discussões coletivas da rede Estadual de Ensino juntamente com os professores de ensino, que os Conteúdos Estruturantes da disciplina de Arte são:

- Elementos formais;
- Composição;
- Movimento e Períodos;
- Elementos formais**.**

No conteúdo estruturante Elementos formais, o sentido da palavra está relacionado à forma propriamente dita, ou seja, aos recursos empregados numa obra. São elementos da cultura presentes nas produções humanas e nas produções da Natureza.

Composição

Composição é o processo de organização e desdobramento dos elementos que formam uma produção artística num processo de composição, área de artes visuais, os elementos formais – linha, superfície, volume, luz e cor – “não têm significados preestabelecidos, nada representam, nada descrevem, nada assinalam, não são símbolos de nada, não definem nada – nada, antes de entrarem num contexto formal” (OSTROWER 1983, p. 65).

Ao participar de uma composição, cada elemento visual configura o espaço de modo diferente e, ao caracterizá-lo, os elementos também se caracterizam.

Na área de música, todo som tem sua duração, a depender do tempo de repercussão da fonte sonora que o originou. É pela manipulação das durações, mediada pelo conhecimento estético, que esse som passa a constituir um ritmo ou uma composição.

Com a organização dos elementos formais, por meio dos conhecimentos de composição de cada área de Arte, formulam-se todas as obras, sejam elas visuais, teatrais, musicais ou da dança, na imensa variedade de técnicas e estilos.

Movimentos Períodos

Caracteriza - se pelo contexto histórico relacionado ao conhecimento em Arte. Esse conteúdo revela aspectos sociais, culturais e econômicos presentes numa composição artística, e explicita as relações internas ou externas de um

movimento artístico em suas especificidades, gêneros, estilos e correntes artísticas.

Nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio propõe-se o ensino de uma arte como fonte de humanização, o que implica um trabalho com totalidade das dimensões da arte, da parte do artista, para a totalidade humana, do espectador.

Além disso, é necessária uma unidade de abordagem dos conteúdos estruturantes, um encaminhamento metodológico orgânico, onde o conhecimento como prática e a fruição artística estejam presentes em todos os momentos da prática pedagógica, dessa forma, devem-se contemplar, três metodologias pedagógicas no ensino de Artes:

Teorizar: Possibilita ao aluno a apropriação da obra artística, como bem, desenvolvendo um trabalho artístico de modo a formar conceitos artísticos.

Perceber e sentir: são as formas de apreciação, fruição, leitura e acesso à obra de arte.

Trabalho artístico: é uma prática criativa, com o exercício dos elementos que compõe uma obra de arte.

CONTEÚDO POR SÉRIE/ANO

2º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES			
CONTEÚDOS ESPECIFICOS			
ÁREAS	ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS

ARTES VISUAIS	Ponto Linha Textura Superfície Volume Cor luz	Bidimensional Tridimensional Técnica: pintura, desenho, modelagem, performance, fotografia, gravuras e esculturas	Arte Paranaense Arte Popular Arte engajada Vanguardas artísticas Indústria cultural Realismo Abstracionismo
MÚSICA	Altura Duração Timbre Intensidade Densidade	Gêneros: erudito, clássico, popular, étnico, folclórico e Pop	Indústria cultural engajada Vanguardas artísticas Paranaense
TEATRO	Personagens: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais	Gênero: tragédia, comédia, drama e Épico Roteiro Improvisação	Teatro da Indústria Cultural Teatro engajado Teatro Dialético Teatro do Oprimido Teatro Pobre

DANÇA	Movimento corporal Tempo Espaço	Movimentos articuladores: lento, rápido e moderado Ponto de apóio Deslocamento Improvisação	Danças clássicas Dança popular Dança Brasileira Dança Paranaense Indústria cultural Dança moderna

3º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES			
CONTEÚDOS ESPECIFICOS			
ÁREAS	ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS
ARTES VISUAIS	Ponto Linha Forma Textura Superfície Volume Cor luz	Bidimensional Tridimensional Figurativa Abstrata Semelhanças Contrastes Ritmo visual	Arte Paranaense ArteBrasileira Arte Popular Arte Contemporânea Arte Digital
MÚSICA	Altura Duração Timbre Intensidade Densidade	Ritmo Melodia Harmonia Modal Tonal Improvisação	Música Popular Brasileira, Paranaense e Popular Hip Hop

TEATRO	Personagens: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais Ação Espaço Cênico	Roteiro Improvisação Técnicas Jogos teatrais Gêneros	Teatro Greco-Romano I Teatro Medieval Teatro Brasileiro Teatro Paranaense Teatro Popular Teatro renascentista
DANÇA	Movimento corporal Tempo Espaço	Técnicas Salto e queda Rotação Deslocamento Gênero Formação Coreografia	Pré-história Greco-Romana Medieval Renascimento Popular

METODOLOGIA

O ensino do teatro, da música, da dança, das artes visuais e suas repercussões nas artes audiovisuais e midiáticas é tarefa a ser desenvolvida por professores especialistas, com domínio de saber nas linguagens mencionadas.

O trânsito entre as linguagens deve ser desenvolvido de maneira cuidadosa, evitando as abordagens superficiais e o uso de múltiplas modalidades sem aprofundamento consistente.

Se a realidade da escola não permitir a prática interdisciplinar recomendável, torna-se mais coerente concentrar os conteúdos no campo da formação docente, ou seja, em música, dança teatro ou artes visuais, tendo como meta a ampliação das oportunidades de acordo com o interesse dos estudantes e as possibilidades da escola.

O ensino constitui instrumento de gestão e proposição de relações integradoras entre teoria e prática, escola e comunidade, criadores e consumidores, estudantes e professores, arte e educação.

O grau de conhecimento dos alunos sobre o que foi apreendido na série anterior se insere como referência no planejamento, tendo em vista o aprofundamento do processo educativo ao longo do ensino médio.

AVALIAÇÃO

Conforme as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio a concepção de Avaliação para a disciplina de Arte, nesta proposta é diagnóstica e processual.

De acordo com a LDB (n. 9.394/96, art. 24, inciso V), a avaliação é continua “e cumulativa considerando o desempenho do aluno, com prevalência dos Aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os das eventuais Provas finais”. Na Deliberação 07/99 do Conselho Estadual de Educação (Capítulo I, Art.8 º), almeja avaliação "o Desenvolvimento formativo e cultural do" aluno e Deve "Consideração em Levar Capacidade de um indivíduo, o Desempenho do aluno e sua Participação nas atividades realizadas”.

Assim, a avaliação em Artes supera o papel de mero instrumento de medição da apreensão de conteúdos e busca propiciar aprendizagens significativas para o aluno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEED, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, Arte, 2008.

BOAL, Augusto. Teatro do oprimido e outras poéticas políticas. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 2005.

BOSI, Alfredo. Reflexões sobre a arte. São Paulo: Ática, 1991.

BOURCIER, Paul. História da dança no ocidente. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei n. 5692/71: lei de diretrizes e bases da educaçãonacional, LDB. Brasília, 1971.

BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei n. 9394/96: lei de diretrizes e bases da educação nacional, LDB. Brasília, 1996.

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LABAN, Rudolf. Domínio do movimento. São Paulo: Summus, 1978.

MORAES, J. Jota. O que é música? São Paulo: Brasiliense, 1983.

NETO, Manoel J. de S. (Org.). A (des)construção da Música na Cultura

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Ensino Médio. LDP:Livro Didático Público de Arte. Curitiba: SEED-PR, 2006.

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A Educação Física vem exercendo um papel com muita divergência e transformações dentro do processo político e pedagógico desde seu início no século XIX até os dias atuais, sempre a mercê de interesses que não são da educação física e sim de seus governantes como aconteceram em diversas fases, dentre elas higiênista e militarista, tendo que provar a todo o momento a sua importância dentro da sociedade em que vivemos.

Chegamos ao ponto de ter esta disciplina retirada do currículo como aconteceu anos atrás no ensino noturno, muitos esquecem que a educação física trabalha o corpo, aspectos sociais, de saúde, por isso tem um papel de suma importância dentro da sociedade em que estamos inseridos.

Após várias fases que a Educação Física passou, todas elas, de certa forma, ajudaram a construir o que estamos vivenciando hoje, seus conceitos e propostas.

Compreendemos com clareza que o aluno é o centro da aprendizagem, para tanto precisamos respeitar sua diversidade e individualidade, colocando a Educação Física num processo de socialização, mostrando que contribuímos para a formação do aluno, entendendo - o no seu processo de aprendizagem, crescimento social e humano do mesmo.

Quando trabalhamos a Educação Física nos dias atuais pretendemos passar para os alunos os motivos de sua inserção dentro da educação, trabalhando o esporte, lutas, danças e jogos de forma a mostrar as diferenças e os aspectos construtivos para melhorar a sociedade, sem pensarmos em cobrar o desenvolvimento perfeito da prática, mas sim, a forma lúdica e prazerosa de nossos alunos, no caso específico da dança o trabalho é realizado para mostrar a diversidade cultural e social do país em que vivemos.

Portanto é necessário sempre estar discutindo o ensino da Educação Física como parte integrante do processo de aprendizagem, e não como

disciplina a margem do processo, diversificando o ensino da teoria e da prática escolar.

OBJETIVOS GERAIS

Incentivar os alunos na prática de uma atividade física, seus benefícios para a saúde e convivência social;

Aprofundar os conhecimentos e compreensão das diferentes manifestações da cultura corporal como a dança, jogos, esportes e lutas;

Funcionamento do organismo humano no que diz respeito às capacidades físicas individuais;

Refletir sobre as formas pacíficas e respeitosas dentro e fora das práticas esportivas;

Discutir aspectos sociais tendo a atividade física e seus componentes como meio do processo;

Realizar atividades físicas nas aulas de Educação Física de forma lúdica e prazerosa.

CONTEÚDO POR SÉRIE /ANO

1º ANO

Conteúdo Estruturante Esporte

Atividades físicas e seus benefícios;

Riscos para a saúde do excesso de atividades físicas;

Alimentação e seus nutrientes (vitaminas, proteínas, carboidratos, sais minerais e gordura);

Doenças relacionadas com a alimentação: obesidade, bulimia e anorexia;

Índice de massa corporal;

Atletismo: regras e competições;

Conteúdo Estruturante Ginástica

Formas de medir a freqüência cardíaca;

Exercícios de aquecimento e alongamento;

Diferenças entre alongamentos e flexibilidades.

Conteúdo Estruturante Lutas

Diferenças entre lutas e artes marciais;

História da capoeira;

Capoeira enquanto luta/jogo e dança.

Conteúdo Estruturante Jogos e Brincadeiras

Jogos: recordando os jogos da infância de nossos pais;

Voleibol: sistema de jogo 5X1 e 4X2 com infiltração, cobertura de ataque e defesa, regras oficiais, jogo e arbitragem;

Handebol: jogos de ataque e defesa meia quadra, contra ataque, sistema de jogo e suas variações, passes especiais, arremessos especiais, regras oficiais, jogos e arbitragem;

Basquetebol: jogos de ataque e defesa meia quadra, contra ataque, sistema de defesa e suas variações, rebote, arremessos com fintas, gancho, regras oficiais, jogos e arbitragem;

Futsal: jogos de ataque e defesa meia quadra, contra ataque, sistema de defesa e suas variações, treinamento do goleiro, trabalho do pivô, regras oficiais, jogos e arbitragem;

Futebol de campo: Origem da modalidade, fundamentos, dimensões.

Conteúdo Estruturante Dança

Dança aeróbica, folclórica e apresentação de danças populares;

História da dança e diversidade cultural.

2º ANO

Conteúdo Estruturante Esporte

Atletismo: regras e competições;

Voleibol: saque viagem, levantamento lateral e de costa, ataque de linha de defesa, sistema de jogo 5X1 e 4X2 com infiltração, cobertura de ataque e defesa, regras oficiais, jogo e arbitragem.

Handebol: jogos de ataque e defesa meia quadra, contra ataque, sistema de jogo misto ou combinado, cruzamentos, regras oficiais, jogos e arbitragem;

Basquetebol: jogos de ataque e defesa meia quadra, contra ataque, sistema de defesa e suas variações, rebote, arremessos com fintas, trabalho de poste e cortina, regras oficiais, jogos e arbitragem;

Futsal: jogos de ataque e defesa meia quadra, contra ataque, sistema de defesa e suas variações, rodízio de posições, trabalho de fixo, regras oficiais, jogos e arbitragem;

Futebol de campo: Historia origem e regras, organização das competições esportivas do futebol brasileiro e mundial;

Conteúdo Estruturante Ginástica

Doenças cardíacas;

Alongamento e aquecimento dentro dos esportes

Controle de freqüência cardíaca;

Problemas de posturas e formas de melhorar a postura;

Doenças da coluna vertebral;

Anabolizantes e os riscos para o organismo, como funcionam e os mais usados;

Ginástica e sua contribuição para a melhoria da postura corporal.

Conteúdo Estruturante Jogos e Brincadeiras

Jogos: construção de jogos e atividades recreativas pelos alunos;

Confecção de jogos;

Conteúdo Estruturante Dança

Dança aeróbica, folclórica e apresentação de danças populares;

Dança (diferentes ritmos, e outros elementos).

3º ANO

Conteúdo Estruturante Ginástica

Ginástica laboral;

Exercícios de força e alongamentos;

Ginástica localizada;

Diferenças de exercícios aeróbicos e anaeróbicos;

Dicas para uma vida saudável;

Estresse a doença dos tempos modernos;

Sistema locomotor: ossos e músculos;

Doenças e os benefícios da Educação Física no tratamento;

A importância da atividade física no cotidiano do homem moderno;

Conteúdos Estruturante Esporte

Atletismo: regras e competições;

Voleibol: saque variado, funções especificas dos jogadores, sistema de jogo 5X1 e 4X2 com infiltração, regras oficiais, jogo e arbitragem;

Handebol: jogos de ataque e defesa meia quadra, contra ataque, sistema de jogo misto ou combinado, cortinas e bloqueios, regras oficiais, jogos e arbitragem;

Basquetebol: jogos em trios e duplas, contra ataque, sistema de defesa e suas variações, rebote, arremessos com fintas, trabalho de corta luz, regras oficiais, jogos e arbitragem;

Futsal: rodízio de posições, trabalho especifico, regras oficiais, jogos e arbitragem;

Futebol de campo: arbitragem

Organização dos jogos inter – series.

Conteúdo estruturante Jogos e Brincadeiras

Jogos e brincadeiras de rua;

Jogos e brincadeiras nos espaços e tempos de lazer;

Conteúdo Estruturante Dança

A influencia da mídia nas danças populares;

Dança como expressão corporal.

Conteúdo Estruturante Lutas

Diferentes ritmos, golpes das lutas;

Diversas lutas do Brasil;

Lutas e o combate aos preconceitos.

METODOLOGIA

A Educação Física para o Ensino Médio tem uma forma peculiar, diferente de trabalhar, das demais disciplinas, a sua inserção baseia-se muito mais na vivência de seus integrantes, ou seja, alunos e professor, usando seus conhecimentos e transformações ao longo de suas trajetórias escolares.

Procuramos trabalhar a realidade da sociedade, buscando os aspectos teóricos, dando ênfase na consciência da unidade entre o corpo, mente emoções e sensações de forma dinâmica e racional, valorizando a individualidade, aptidões e limites.

Precisamos desenvolver nos educandos o senso crítico, a importância de observar o meio em que vive, relacionando os saberes adquiridos com o Ensino da Educação Física, olhando ao seu redor, verificando as necessidades de melhorar sua qualidade de vida, bem como das pessoas que convivem, sabendo interferir de maneira positiva, utilizando o conhecimento cientifico.

Levamos nosso trabalho pautado nos eixos abaixo:

- **O esporte** é uma forma cultural do movimento humano e deverá ser trabalhado numa perspectiva de analisar a sua origem e sua história, e como faz parte da sociedade brasileira, ele deve ser analisado dentro do contexto social em que estamos inseridos, demonstrando suas características e regras para a melhor compreensão de forma conjunta sempre explorando a capacidade e a interação de todos os envolvidos.

- **A dança** sendo uma ferramenta de interação e diversidade dentro do conteúdo escolar, explorando de forma abrangente os diversos ritmos, histórias, confrontar dentro deste ambiente as suas lutas de classes e diferenças entre os povos, com isso trabalhar também a musicalidade.
- **A ginástica** trabalhada de forma conjunta com os esportes, à dança e jogos fazendo parte do cotidiano dos alunos não só escolar, mas sua importância no trabalho e na vida.
- **Os jogos** a participação, cuidado e planejamento para a construção dos jogos, suas regras, sua simplicidade, bem como sua relação com as emoções que estão postas no nosso cotidiano e sociedade.

AVALIAÇÃO

A participação dos alunos é fator primordial nas realizações das aulas de Educação Física, em sua parte teórica e prática, sendo o aluno avaliado de forma diagnóstica num processo contínuo, permanente e cumulativo, sendo observado a individualidade, as limitações, seu desenvolvimento e compreensão dentro do processo avaliativo, sendo importante à valorização e a construção de seu conhecimento, e de forma alguma a comparação com os outros alunos dentro do processo de internalização do conhecimento.

A prática avaliativa será um processo construído com os alunos e adaptadas de forma a abranger as necessidades individuais dos alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEED, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, Educação Física, 2008.

BRACHT, Valter. Educação Física e aprendizagem social. Porto Alegre: Magister,1992.

_____. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. In.: Caderno CEDES, Campinas, v. 19, n. 48, 1999.

_____. Sociologia crítica do esporte: uma introdução. 3 ed. Ijuí: Unijuí, 2005.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus, e dá outras providências. Diário Oficial[da] República Federativa do Brasil, 12 ago. 1971.

CASTELLANI FILHO, Lino. Educação Física no Brasil: história que não se conta. 4ed. Campinas: Papirus, 1994.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino da educação física. São Paulo:Cortez, 1992.

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

> “A História nos ensina a continuidade do desenvolvimento da Ciência. Sabemos que cada era tem seus próprios problemas, os quais a era seguinte ou resolve ou coloca de lado como sem interesse e os substitui por novos problemas”. (David Hilbert, 1900).

A matemática, assim como as demais ciências, segue uma história de onde advém estruturas fundamentadas em diferentes pensamentos para a formação de uma variedade de conhecimentos os quais foram socialmente elaborados e partilhados, estruturando-se em eixos culturais, ideologias formalizadas, pesquisas e experiências.

Hoje devemos ter como meta da educação a formação de um individuo ético, criativo e crítico, preparado para viver participativamente na sociedade e consciente de sua cidadania.

Os conteúdos programáticos do Ensino Médio fazem parte integrante do processo ensino-aprendizagem por ser o potencial de um tema que permite conexões entre diversos conceitos matemáticos e entre diferentes formas de pensamento, além disso, ele faz parte do processo histórico do desenvolvimento da Matemática, então:

“O que esses conteúdos trazem para a formação de um indivíduo criativo?”

“Como podemos implantar nos conteúdos programáticos para o Ensino Médio, um ensino da Matemática visto como instrumento para a compreensão, a investigação e a inter-relação com o mundo?”

A educação matemática como preocupação com uma prática escolar vem caminhando gradativamente e vem inserindo diferentes caminhos que direcionam para um novo ensino da matemática valorizando fatores de grande importância no aprendizado, tais como: a motivação, o entender como o

individuo aprende Matemática, a inserção de projetos pessoais de pesquisa associada à prática docente.

Esses novos segmentos apontam orientações dentro dessa nova realidade, para que se concretizem as finalidades do Ensino Médio, que levem o aluno a desenvolver habilidades as quais o ensino de matemática deve priorizar.

OBJETIVOS GERAIS

O Ensino Médio é visto como etapa final da formação básica do educando, aquela necessária para todo cidadão educado e visa “introduzir o jovem no mundo como um todo”. Para isso é prioritário abordar conhecimentos relevantes e necessários para a formação de um cidadão, além de inseri-lo nas idéias sobre a natureza Matemática para terem oportunidade de discutir oi significado do saber matemático e sua real importância, então diante destas disposições o educador poderá:

a) Oportunizar ao aluno o acesso ao conhecimento matemático do Ensino Médio hierarquicamente organizado e sistematizado de modo a permitir o desenvolvimento do seu pensamento crítico construtivo;

b) Desenvolver a capacidade de resolver problemas com todos os raciocínios que envolvem para levar o educando a introduzir este conhecimento em situações que exigem pensamento matemático;

c) Estabelecer relações entre conteúdos para que o aluno não se limite ao expressar seus conhecimentos e tenha o aprender matemática como interpretação e criação de significados para ter a colaboração desta disciplina na melhoria da qualidade de vida e para auxiliar no conhecimento da vida que os cerca;

d) Permitir a auto-aprendizagem para a formação da autonomia;

e) Desenvolver a percepção da dinâmica social e capacidade para nela intervir;

Desenvolver a compreensão dos processos do conhecimento histórico matemático como incentivo para a capacidade de observar, interpretar e tomar decisões.

CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO

1º ANO

Conteúdo Estruturante: Números e Álgebra

Teoria dos conjuntos; Conjunto elemento e pertinência; Representação; Subconjuntos e conjunto das partes; Operações com conjuntos; Conjuntos numéricos.
Logaritmos; conceituação e definição; propriedades; Equação logarítmica.
Progressão aritmética (PA); Seqüências; Razão.
Progressão geométrica (PG).

Conteúdo Estruturante: Funções

Sistema cartesiano; Conceito; Generalidades de função; Função afim; Função quadrática; Estudo dos sinais das funções.
Função exponencial; conceituação e definição; propriedade; equação exponencial; função exponencial.
Progressão aritmética (PA); Seqüências; Razão.
Progressão geométrica (PG).

Conteúdo Estruturante: Geometria

Geometria plana.

Conteúdo Estruturante: Tratamento da Informação

Matemática financeira;
Porcentagem;
Juros simples e compostos.

Conteúdo Estruturante: Grandezas e Medidas.

Medida de área;
Medida de volume.

2ª ANO

Conteúdo Estruturante: Grandezas e Medidas.

Trigonometria;
Relações métricas do triângulo retângulo; Teorema de Pitágoras;
Razões trigonométricas; ângulos notáveis;
Ciclo trigonométrico;
Medidas de arcos e ângulos;
Transformação de unidades;
Arcos trigonométricos; simetrias – ângulos notáveis;
Redução de quadrantes – relação fundamental;
Variação do sinal

Conteúdo Estruturante: Funções

Funções trigonométricas no ciclo trigonométrico.

Conteúdo Estruturante: Números e álgebra.

Estudo de matrizes; definição; representação;
Matrizes especiais. Correspondência entre matrizes; igualdade de matrizes; operações entre matrizes; determinantes; definição, ordem dos determinantes, determinantes de 1ª e 2ª ordem; Regra de Sarrus – determinantes de 3ª ordem; Sistemas lineares, regra do escalonamento; Regra de Crammer.

Conteúdo Estruturante: Tratamento da informação.

Análise combinatória;
Princípio fundamental de contagem;
Arranjos simples; permutação simples;
Combinação simples.
Probabilidade.

Conteúdo Estruturante: Geometria

Geometria espacial, Poliedros, relação de Euler, poliedros regulares, figuras tridimensionais (prismas, pirâmides, cilindro, cone).

3ª ANO

Conteúdo Estruturante: Geometria

Geometria analítica; Plano, reta e plano (postulados), distância entre dois pontos, coordenadas de ponto médio, estudo da reta, definição de reta, posições relativas, distancia entre ponto e reta, estudo da circunferência, distancia entre ponto e circunferência.

Conteúdo Estruturante: Números e álgebra

Números complexos; Operações, representação geométrica.
Polinômios; definição, identidade de polinômios, operações entre polinômios.
Teorema de D'Alambert;
Dispositivo de Briot-Ruffini.

Conteúdo Estruturante: Funções

Função modular logarítmica;
Função Modular

Conteúdo Estruturante: Grandezas e Medidas.

Medidas de grandezas vetoriais;
Medidas de informática;
Medidas de energia;

Conteúdo Estruturante: Tratamento da informação.

Estatística, definição, propriedades, operações.

Binômio de Newton.

METODOLOGIA

Deve-se proporcionar ao aluno momentos de criação e soluções interessantes para que ele seja motivado a solucionar um problema pela curiosidade criada pela situação em si ou pelo próprio desafio do problema, por isso o aluno deve vivenciar situações de investigação, exploração e descobrimento. Para isso devemos colocar o aluno como centro do processo educacional, vendo-o como um ser ativo no processo de construção de seu próprio conhecimento. Adaptar uma pesquisa dos erros cometidos pelos alunos nas várias metodologias usadas, para que a partir deles possamos compreender as interpretações desenvolvidas pelos alunos é essencial para um maior aproveitamento dos conteúdos.

Portanto, para que possamos alcançar os objetivos evidenciados necessitamos da utilização de propostas variadas de trabalho visando a melhoria na qualidade do ensino da Matemática.

Para tal destacamos:

a) Resolução de problemas: propor ao aluno situações - problema caracterizadas por investigações e explorações de novos conceitos estimulando assim a curiosidade;
b) Modelagem Matemática: auxilia o aluno a se conscientizar da utilidade da matemática para resolver e analisar problemas do dia-a-dia, através da utilização de conceitos já apreendidos;

c) Etnomatematica: valorizar os conceitos informais construídos pelos alunos através de suas experiências fora do contexto escolar utilizando–os como ponto de partida para o ensino formal;
d) História da matemática: estudar a construção histórica do conhecimento matemático para levar a uma maior compreensão da evolução dos conceitos destacando as dificuldades do conhecimento inerentes ao conceito que está sendo trabalhado.

Além dessas propostas podemos também utilizar as dimensões políticas da Educação matemática (matemática e sociedade), a matemática humanística (matemática e arte), a utilização da moderna tecnologia no ensino da matemática, entre outras diferentes alternativas propostas para que possamos trabalhar os conteúdos programáticos de um modo criativo, preocupando-se com a qualidade do trabalho e não com a quantidade.

AVALIAÇÃO

A avaliação é algo mais do que buscar resultados é um processo de observação e verificação de como os alunos apreendem os conhecimentos matemáticos e do que pensam sobre a matemática.

Como parte integrante do próprio ensino/aprendizagem, o objetivo da avaliação é aprimorar a qualidade dessa aprendizagem. Ela deve ser contínua, dinâmica e, com freqüência, informal, para que por meio de uma série de observações sistemáticas se possa emitir um juízo valorativo sobre a evolução do aluno no aprendizado da matemática e tomar as atitudes necessárias.

A avaliação em matemática deve dar informação sobre:

- ✓ O conhecimento e compreensão de conceitos e procedimentos
- ✓ A capacidade para aplicar conhecimentos na resolução de problemas do cotidiano, de matemática e de outras disciplinas ou áreas.
- ✓ A capacidade para utilizar a linguagem matemática para comunicar idéias:
- ✓ As habilidades e pensamentos como analisar, generalizar, inferir, raciocinar indutiva ou dedutiva.

- ✓ A perseverança e o cuidado na realização das tarefas e a cooperação no trabalho de grupo.
- ✓ Idéias norteados do processo de avaliação:
- ✓ O resultado não é o único interesse a ser contemplada na avaliação. É necessário observar o processo de construção do conhecimento (processo usado para obtenção dos resultados) e para isso a avaliação deverá ser necessariamente diagnosticada.
- ✓ Os erros não devem apenas ser constatados havendo uma diagnose é necessário que haja um tratamento adequado: deve-se trabalhar os caminhos trilhados pelos alunos, e explorar as possibilidades adivinhas desses erros que resultam de uma visão parcial que o aluno possui do conteúdo.
- ✓ A avaliação deve incluir, juízos qualitativos a respeito dos fenômenos observados. Isto não significa estabelecer uma posição entre qualidade e quantidade.

Uma avaliação qualitativa pode ser seguida por dados quantitativos, até porque estes são inevitáveis dada a exigência da nota na escala de zero a dez.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEED, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, Matemática, 2008.

Sociedade Brasileira de Educação Matemática, Ano 2, 1989 nº 2.

Sociedade Brasileira de Educação Matemática, Ano 6, 1999 nº 7.

Sociedade Brasileira de Educação Matemática, Ano 8, 2001 nº 9/10.

Sociedade Brasileira de Educação Matemática, Ano 10, 2003 nº 13.

Sociedade Brasileira de Educação Matemática, Ano 11, 2004 nº 16/17.

História e Educação Matemática V. 1-Ano 2004 nº 1.

DOMENICO, Ettiene C. Guérios de, Metodologia de Ensino para Iniciação Matemática Fundamental na Pedagogia Montessoriana.

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE FÍSICA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A física é uma ciência que tem como objeto de estudo o universo, sua evolução, suas transformações e as interações que nele se apresentam. Como os fenômenos da natureza obedecem a equações matemáticas, o papel da física consiste em elaborar modelos matemáticos que representem os fenômenos naturais.

O conhecimento físico construído ao longo do tempo encontra-se presente nas tecnologias do setor produtivo e de nossas casas. Daí a sua importância para as práticas sociais contemporâneas, a compreensão da cultura produzida pelos homens, para entender a relevância histórica dessa produção dentro da história da humanidade. Não fosse o bastante, a elegância das teorias físicas, a emoção dos debates em torno das idéias cientificas, a grandeza dos princípios físicos, desafia a todos nós de compartilharmos, com a ajuda da matemática, os conceitos e a evolução das idéias em física, presentes desde que o homem, por necessidade ou por curiosidade, passou a se preocupar com o estudo dos fenômenos naturais.

OBJETIVOS GERAIS

Essa disciplina tem como finalidade o estudo de alguns princípios básicos para explicar o homem e o universo no qual o mesmo vive sendo assim os conteúdos são subdivididos para melhor organização e compreensão dos mesmos.

O ensino de Mecânica deve levar o aluno a analisar e interpretar os movimentos, suas causas e efeitos, através da compreensão dos princípios fundamentais da Mecânica Clássica e aplicar os princípios fundamentais da Mecânica na solução de problemas do seu dia-a-dia.

O ensino de Termologia deve levar o aluno a identificar as propriedades térmicas dos materiais; compreender a diferença entre calor e temperatura; relacionar calor com trabalho e energia; compreender as transformações de

calor em trabalho associado às aplicações tecnológicas que fazem parte do seu dia-a-dia e entender o funcionamento da máquina térmica como uma conseqüência do 2º princípio da termodinâmica.

O ensino de Óptica deve levar o aluno a observar os fenômenos luminosos que ocorrem ao redor, com espírito crítico, que o leve a entender o mundo que o rodeia; entender as leis da reflexão, refração e dispersão da luz, através da análise dos fenômenos ocorridos nos espelhos, lentes, na superfície de um lago ou no funcionamento do olho humano e de certos instrumentos ópticos; conhecer as características de um movimento ondulatório para um melhor entendimento dos fenômenos de difração e interferência da luz e entender a natureza da luz e os fenômenos a ela associados.

O ensino do Eletromagnetismo deve levar o aluno a observar e questionar o mundo de eletricidade que o rodeia, através das aplicações tecnológicas, compreender este mundo através do desenvolvimento dos conceitos de carga elétrica, corrente elétrica, campo elétrico, diferença de potencial elétrico, campo elétrico, campo magnético, força magnética e indução eletromagnética; conhecer os processos de geração, transformação, distribuição e utilização da energia elétrica; conhecer a relação entre a eletricidade e magnetismo, através do entendimento do princípio do galvanômetro, do motor elétrico e do gerador elétrico.

CONTEÚDO POR SÉRIE/ANO

1° ANO

Conteúdo estruturante: Movimento

- Grandezas físicas - Sistemas de unidades;
- Referencial, movimento e repouso;
- Deslocamento, tempo, velocidade e aceleração;
- Movimento retilíneo uniforme;
- Movimento retilíneo uniformemente variado;
- Queda dos corpos;
- Vetores.
- Cinemática

- Dinâmica
- Leis de Newton
- Gravitação Universal
- Lei da gravitação universal;

Conteúdo Estruturante: Termodinâmica

- 1ª Lei da termodinâmica;
- Mudanças de escalas termométricas;

Conteúdo Estruturante: Eletromagnetismo

- Carga elétrica;
- Corrente elétrica.

2° ANO

Conteúdo Estruturante: Movimento

- Energia (princípio da conservação de energia);
- As Leis de Kepler.

Conteúdo Estruturante: Termodinâmica

- Dilatação dos corpos sólidos e líquidos;
- Comportamento dos gases – Introdução;
- Calorimetria;
- Mudanças de fase;
- Termodinâmica.
- Óptica (Reflexão da luz, espelhos planos e esféricos, refração da luz, prismas,
  o olho humano).

Conteúdo Estruturante: Eletromagnetismo

- Campo e ondas eletromagnéticas;
- Força eletromagnética.

3º ANO

Conteúdos Estruturantes: Movimento

- Ondas (Movimento ondulatório, movimento harmônico simples, ondas periódicas, tipos e propagação, reflexão, refração e difração de ondas, ondas sonoras, efeitos sonoros).

Conteúdo Estruturante de termodinâmica

- Refração da luz (cor da luz, velocidade, índice de refração e leis, prismas, dispersão da luz, ângulo, limite e reflexão total)

Conteúdo Estruturante Eletromagnetismo

- Eletrostática (Propriedades elétricas da matéria, eletrização, processos de eletrização).
- Lei de Coulomb;
- Campo elétrico. Linhas de campo;
- Potencial eletrostático. Diferença de potencial eletrostático;
- Resistores. Lei do Ohm (Associação de resistores, circuitos simples de corrente contínua).
- Geradores elétricos: receptores elétricos;
- Energia potencial elétrica;
- Efeito Joule. Potência dissipada em um resistor.
- Eletromagnetismo (Imãs, propriedades, campo magnético, força magnética, Indução eletromagnética, corrente induzida, transformador).
- Leis de Gauss;
- Lei de Faraday;
- Tópicos de física moderna.

METODOLOGIA

O estudo da física requer a teoria e a prática, o educando deve adquirir conhecimentos teóricos e científicos que possibilitem a compreensão de fenômenos no seu cotidiano.

A experimentação deve fazer parte do processo de ensino aprendizagem, pois a experiência facilita o movimento entre o real e o possível (o que não vemos a olho nu), portanto o imaginar é respaldado pelos conceitos já comprovados pela ciência.

Os conceitos, as idéias, debates devem fazer parte das práticas realizadas em sala de aula, pois o erro é parte do processo de ensino aprendizagem.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve ter um caráter diversificado, levando-se em consideração a compreensão dos conceitos físicos, ela se dará de forma continua, diagnostica e processual.

Compreender e analisar as teorias da física faz parte do processo, porém o educando tem o direito de a qualquer tempo ter seus estudos recuperados através da recuperação paralela que visa oportunizar metodologias diferenciadas em prol ao conhecimento.

A avaliação não pode ser utilizada apenas como meio de classificar ou testar os alunos, mas como instrumento para intervir no processo de aprendizagem dos educando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEED, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, Física, 2008.

BRASIL/MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9.394/96.

BUCUSSI, A. A. In: Textos de apoio ao professor de física. Porto Alegre, Programa de Pós Graduação em Ensino de Física, Instituto de Física UFRGS, v. 17, n. 3, 2006.

CARUSO, F.; ARAÚJO, R. M. X. de. A Física e a Geometrização do mundo:

Construindo uma cosmovisão científica. Rio de Janeiro: CBPF, 1998.

EISBERG, R.; RESNICK R. Física quântica. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

FEYNMAN. R. P. Física em seis lições. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

KRASILCHIK, M. O professor e o currículo das ciências. São Paulo: EPU, 1987.

MARTINS, R. A. O Universo: teorias sobre a origem e evolução. 5. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

MARTINS, R. A. Física e História: o papel da teoria da relatividade. In: Ciência e Cultura 57 (3): 25-29, jul/set, 2005.

MENEZES, L. C. A matéria – Uma Aventura do Espírito: Fundamentos e Fronteiras do Conhecimento Físico. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2005.

PIETROCOLA, M. Ensino de Física: Conteúdo, metodologia e epistemologia em uma concepção integradora. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE QUÍMICA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

O desenvolvimento de saberes e de práticas ligadas à transformação da matéria e presentes na formação das diversas civilizações foi estimulado por necessidades humanas, tais como: a comunicação, o domínio do fogo e, posteriormente, o domínio do processo de cozimento. Esses saberes e/ou práticas (manipulação dos metais, vitrificação, feitura dos unguentos, chás, remédios, iatroquímica, entre outros), em sua origem, não podem ser classificados como a ciência moderna denominada Química, mas como um conjunto de ações e procedimentos que contribuíram para a elaboração do conhecimento químico desde o século XVII.

Os conhecimentos químicos nem sempre estiveram atrelados à religião e à alquimia. A teorização sobre a composição da matéria, por exemplo, surgiu na Grécia antiga e a ideia de átomo com os filósofos gregos Leucipo e Demócrito, que lançaram algumas bases para o atomismo do século XVII e XVIII com Boyle, Dalton e outros. A teoria atômica foi uma questão amplamente discutida pelos químicos do século XIX, que a tomaram como central para o desenvolvimento da Química como ciência.

O fato é que a Química como ciência teve seu berço na Europa no cenário de desenvolvimento do modo de produção capitalista, dos interesses econômicos da classe dirigente, da lógica das relações de produção e das relações de poder que marcaram a constituição desse saber.

No século XVII, na Europa, ocorria a expansão da indústria, do comércio, da navegação e das técnicas militares, particularmente em cidades como Paris, Londres, Berlim, Florença e Bolonha, onde existiam as grandes universidades. Nesse contexto, foi fundada, em Paris, a *Academie des Sciences* e outra similar em Berlim, ambas subvencionadas pelo Estado e subordinadas a ele. Paralelamente, em Londres, foi criada a *Royal Society,* mantida pelos próprios participantes e sem qualquer relação com o Estado, livre para colocar em ação as teorias científicas aliadas às práticas populares e ao cotidiano das pessoas. Um dos integrantes da *Royal Society*, Robert Boyle, tornou público seus saberes e recebeu muitas críticas dos adeptos da Filosofia Natural, os quais consideraram sua pesquisa meramente especulativa e

intuitiva. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, com o estudo da química pneumática (Boyle, Priestley, Cavendish) e com o rigor metodológico de Lavoisier, definiu-se um novo saber, que passou a ser conhecido como química, o qual foi dividido em diferentes ramificações procedimentais, dentre elas: alquimia, boticários, iatroquímica e estudo dos gases.

No século XIX, essa química pautou-se num corpus teórico de explicações atômico-moleculares com os estudos de Dalton, Avogadro, Berzelius, entre outros. Foi nesse cenário que a Química ascendeu ao fórum das Ciências.

No final do século XIX, com o surgimento dos laboratórios de pesquisa, a Química se consolidou como a principal disciplina associada aos efetivos resultados na indústria. A produção de conhecimentos, na Alemanha, Estado Nação recém- unificado, se dava pelas instituições científicas e pela indústria, em busca de desenvolvimento econômico e científico e de reorganização territorial (BRAVERMAN,1987).

Dentre as descobertas e avanços científicos, nas últimas quatro décadas do século XX passou-se a conviver com a crescente miniaturização dos sistemas de computação, com o aumento de sua eficiência e ampliação do seu uso, o que constitui uma era de transformações nas ciências que vêm modificando a maneira de se viver. Esse período, marcado pela: descoberta de novos materiais, engenharia genética, exploração da biodiversidade, obtenção de diferentes combustíveis, pelos estudos espaciais e pela farmacologia; marca o processo de consolidação científica, com destaque à Química, que participa das diferentes áreas das ciências e colabora no estabelecimento de uma cultura científica, cada vez mais arraigada no capitalismo e presente na sociedade, e, por conseguinte, na escola.

OBJETIVOS GERAIS

- Saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;

- Questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a técnica cientifica, a análise critica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação;
- Construir uma visão sistematizada das diferentes linguagens e campos de estudo da química, estabelecendo conexões entre seus diferentes temas e conteúdos;
- Adquirir compreensão do mundo do qual a química é a parte integrante, através dos problemas que ela consegue resolver e dos fenômenos que podem ser descritos por seus conceitos e modelos.

CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO

1° ANO

Conteúdo Estruturante: Matéria e sua natureza

Constituição das substancias e misturas e métodos de separação;

Fenômenos físicos e químicos;

Estrutura atômica: distribuição eletrônica;

Tabela periódica: nomes dos elementos e origens; localização e distribuição na tabela;

Ligações e funções químicas: dissociação e ionização; nomenclatura e classificação.

Conteúdo Estruturante: Biogeoquímica

Bilhões e bilhões de átomos fazem a matéria do universo;

Composição evolutiva da atmosfera;

Íons em equilíbrio;

Estados físicos naturais das substancias;

Tratamento da água e esgoto;

Misturas: componentes das soluções.

Elementos e a manutenção da vida;

Raios cósmicos;

Ligações e funções químicas: o efeito das microondas sobre os alimentos; aplicações e características dos ácidos, bases, sais e óxidos no cotidiano; importância do PH no dia-a-dia; os óxidos e o meio ambiente (efeito estufa, chuvas acidas e poluição atmosférica).

Conteúdo Estruturante: Sintética

Processos de purificação de substancias em laboratório;

Verificadores artificiais para separação de misturas.

Usinas termoelétricas;

Bombas nucleares;

Acelerador de partículas;

O hidrogênio sob altas pressões.

Ligações e funções químicas: ligações sintéticas x formação de polímeros; fabricação de pigmentos, produtos de higiene, perfume e medicamentos; gravação em vidros.

2º ANO

Conteúdo Estruturante: Matéria e sua natureza

Reações químicas: histórico, conceito, classificação e oxirredução.

Aspectos quantitativos da química: relações de massa e conceito de mol; leis ponderais das reações quimicas; estudo físicos dos gases; leis volumétricas.

Soluções: conceito, classificação, características, propriedades coligativas.

Termoquímica: dinâmica das transformações químicas; conceituação e noção de trabalho, calor e temperatura.

Eletroquímica: histórico; funcionamento de pilhas; potencial.

Cinética Química: estudo da velocidade das reações; lei da velocidade.

Equilíbrios Químicos:constante de equilíbrio, grau e deslocamento de equilíbrio.

Radioatividade: relação dos elementos químicos nas baterias e pilhas.

Conteúdo Estruturante: Biogeoquímica

Porque as reações químicas são importantes para o corpo humano;

Substancias oxidantes e redutoras;

Agentes antioxidantes na medicina;

Aspectos quantitativos da química: pressão arterial; pressão parcial e respiração; mudanças de pressão no ambiente e possibilidades de adaptação do ser humano; aplicação da química quantitativa na natureza.

Soluções: poluição da água; miscibilidade; efeito Tyndall; influencia da pressão osmótica nas hemácias; contribuição dos efeitos coligativos para a adaptação de certos animais; por que as saladas temperadas murcham.

Termoquímica: poder calórico dos alimentos e calculo do emagrecimento;por que as reações liberam ou absorvem calor?

Eletroquímica: Uso diário das pilhas comuns; acomodação e descarte de pilhas secas, alcalinas e baterias.

Cinética Química: catalisadores; fatores que influenciam a velocidade de uma reação.

Equilíbrios Químicos: o comportamento de um equilíbrio sob a presença de pressão ou temperatura variável; efeitos dos catalisadores sob equilíbrios

Radioatividade: conceito de radiação e influencias no solo, ar e água.

Conteúdo Estruturante: Sintética

Reações orgânicas: como ocorrem?

Reciclagem do alumínio e a fabricação do vidro;

Hidratação e desidratação;

A quebra e o aumento de cadeias;

Lentes fotossensíveis;

Célula e combustível;

Aspectos quantitativos da Química: GNV (gás natural veicular); fabricação de aerossóis; envasilhamento de gases; fabricação de airbag.

Soluções: fabricação e comportamento de aerossóis, emulsões, espumas e géis.

Termoquímica: produção e consumo de energia.

Eletroquímica: galvanização; cobreação.

Cinética Química: uso de conservantes na fabricação de produtos.

Equilíbrios Químicos:a síntese de compostos em industrias químicas.

Radioatividade: malefícios e benefícios.

3º ANO

Conteúdo Estruturante: Matéria e sua natureza

Estudo do Carbono: características, representação e classificação de estruturas orgânicas.

Funções orgânicas: grupos funcionais; tipos de agrupamentos ou ligações.

Isomeria: comportamento dos átomos de mesma formula molecular; tipos de isomeria.

Reações orgânicas: organização das moléculas; tipos de reações e equações orgânicas.

Polímeros: As modernas moléculas orgânicas; tipos de polimerização.

Compostos orgânicos naturais: biomoléculas; tipos de compostos orgânicos.

Conteúdo Estruturante: Biogeoquímica

A presença indispensável do carbono nos seres vivos;

Datação de fosseis através do carbono.

O sabor e o aroma;

O efeito do álcool no organismo;

A atuação de anestésicos no sistema nervoso central;

Funções orgânicas: o sabor e o aroma; a atuação de anestésicos no sistema nervoso central.

Isomeria: a presença de compostos cis ou trans em nossa vida; a importância dos compostos quirais; simetria molecular e o efeito biológico.

Reações orgânicas: bronzeamento; deterioração de alimentos; as vitaminas no organismo.

Polímeros: efeito dos plásticos no meio ambiente.

Compostos orgânicos naturais: celulose; a química dos lipídios; as proteinases e os processos biológicos; as estruturas quimicas do código genético.

Conteúdo Estruturante: Sintética

Os danos do progresso ao meio ambiente;

Fabricação de medicamentos;

Bebidas destiladas;

Aromatizantes, edulcorantes e acidulantes artificiais;

Funções orgânicas: fabricação de medicamentos; aromatizantes, educorantes e acidulantes artificiais.

Isomeria: síntese de moléculas quirais.

Reações orgânicas: Produção de vitaminas e isotônicos sintéticos.

Polímeros: produção de plásticos e borracha sintética.

METODOLOGIA

A aprendizagem é um processo ativo e contínuo que estabelece a atividade intelectual com base em experiências reais. Dessa forma, o aprender ciência é mais do que uso de métodos estabelecidos para a comprovação de idéias cientificas. Consiste em fazer com que o educando leia o mundo em que vive com seus próprios olhos e com olhos da ciência.

Dessa forma entende-se que o processo de ensino-aprendizagem da Química do ensino médio deve-se iniciar preponderadamente por fatos concretos, observáveis e mensuráveis, uma vez que os conceitos que o aluno traz para a sala de aula advêm principalmente de sua leitura no mundo

macroscópico. O referido processo deve continuar através da busca de explicações para os fatos, interpretando-os microscopicamente e criando modelos explicativos. A complexidade crescente dos conceitos vai sendo alcançada através de uma abordagem dinâmica das interações dentre as visões macroscópicas e microscópicas. Dessa maneira os conceitos podem ser significativamente entendidos. Nessa ação coletiva, o professor deve atuar como mediador.

Como se visa uma aprendizagem ativa, essas abordagens deve ser feitas através de atividades elaboradas para provocar a especulação, a construção e a reconstrução de idéias. Dessa forma, as atividades, além de coleta de dados obtidos em demonstrações, em visitas, em relatórios de experimentos ou no laboratório, devem enfatizar a análise desses dados para que através de trabalho em grupo, discussão coletiva, se possa atingir os conceitos. Por exemplo, a análise de dados referente a um boletim de produção de indústria siderúrgica pode servir de um ponto de partida para a compreensão das relações quantitativas nas transformações químicas, e por conseguinte, nos processos produtivos. Deve ficar claro aqui que a experimentação na escola média, tem função pedagógica. Diferentemente da experiência conduzida pelo cientista. A experimentação formal em laboratórios didáticos, por si só, não solucionam o problema de ensino-aprendizagem em química. As atividades experimentais podem ser realizadas na sala de aula por demonstração, em visitas, etc. Qualquer que seja a atividade a ser desenvolvida, deve-se ter claro que devem existir períodos pré e pós-atividade, visando facilitar a formação de conceitos.

Não se pode desvincular “teoria” e “laboratórios”. As atividades experimentais, bem como outros recursos, têm o papel de facilitar a aprendizagem, pois a simples memorização de definições descontextualizadas não implica sua compreensão conceitual. Daí a necessidade da contextualização inicial dos conceitos antes de eles serem precisamente definidos, uma vez que se concretizam na medida em que são aplicados a diferentes fenômenos em diferente contextos. Ainda, na elaboração das atividades deve-se considerar também o desenvolvimento de habilidades

cognitivas e valores, como controle de variáveis, tradução de informação de uma forma de comunicação para outra (gráficos, tabelas, equações químicas), elaboração de estratégias para a resolução de problemas, tomada de decisão, respeito às idéias dos colegas, e suas próprias, colaboração no trabalho coletivo, etc. como já foi dito anteriormente, sendo o ensino-aprendizagem um processo ativo e coletivo, deve estar baseado nas interações aluno-aluno e aluno-professor como objeto conhecimento.

Essas interações podem se dar auxiliadas por recursos tais como:

- Leitura de textos, onde o importante é a discussão de idéias;
- Experimentação formal, com discussões pré e pós-laboratório e visando a construção e ampliação dos conceitos e demonstrações experimentais, como recurso para coletas de dados e posterior discussão;
- Dinâmicas de grupo para facilitar a fixação do conteúdo e as relações inter-pessoais;
- Estudo do meio, através do qual se pode ter idéias interdisciplinares dos campos do conhecimento;
- Aulas dialógicas, nas quais o professor deve instigar o diálogo sobre o objeto de estudo;
- Informática, como fonte de dados e de informações;
- Biblioteca, como fonte de dados e informações;
- Áudio-visual da mesma forma que o trabalho experimental, envolve períodos de discussão pré e pós audiovisual e deve facilitar a construção e ampliação dos conceitos.

AVALIAÇÃO

No processo educativo, a avaliação deve se fazer presente, tanto como meio de diagnóstico do processo ensino-aprendizagem quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica, sempre com uma dimensão formadora, uma vez que, o fim desse processo é a aprendizagem, ou

a verificação dela, mas também permitir que haja uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica.

Para cumprir essa função a avaliação deve possibilitar o trabalho com o novo, numa dimensão criadora e criativa que envolva o ensino e a aprendizagem. Desta forma, se estabelecerá o verdadeiro sentido da avaliação: acompanhar o desempenho no presente, orientar as possibilidades de desempenho futuro e mudar as práticas insuficientes, apontando novos caminhos para superar problemas e fazer emergir novas práticas educativas (LIMA, 2002/2003).

No cotidiano escolar, a avaliação é parte do trabalho dos professores. Tem por objetivo proporcionar-lhes subsídios para as decisões a serem tomadas a respeito do processo educativo que envolve professor e aluno no acesso ao conhecimento.

A avaliação deve ultrapassar os limites quantitativos e incorporar basicamente quatro dimensões: diagnósticas, processual/contínua, cumulativa e participativa. Seguindo para isso a análise de alguns pontos fundamentais:

- Conhecimento e compreensão de conceitos e procedimentos;
- Capacidade de aplicar conhecimentos na resolução de problemas do cotidiano (estudo de caso, pesquisas, coleta de dados, problematização, análise e conclusão);
- Capacidade para utilizar as linguagem para comunicar idéias (debates, dramatização, relatos orais e escritos);
- Habilidades de pensamento como: analisar, generalizar, inferir, raciocinar indutiva e dedutivamente, etc:
- Perseverança e do cuidado na realização das tarefas e cooperação do trabalho em grupo.
-

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEED, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, Química, 2008.

ALFONSO - GOLDFARB, A. M. Da alquimia à química. São Paulo: Landy, 2001.

BELTRAN, N. O.; CISCATO, C. A .M Química. São Paulo: Cortez, 1991.

CHASSOT, A. A ciência através dos tempos. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

MORTIMER, E. F., MACHADO, A. H., ROMANELLI, L. I. A proposta curricular de química do Estado de Minas Gerais: fundamentos e pressupostos. Química Nova *[on line]*. São Paulo, v. 23, n. 2, abr 2000.

RUSSEL, J.B. Química geral. São Paulo: McGraw-hill,1986.

SANTOS, W. L. P. MÓL, G.S.; Química e sociedade: cálculos, soluções e estética. São Paulo: Nova Geração, 2004.

SAVIANI, D. A nova lei da educação: trajetórias, limites e perspectivas. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

VANIN, J. A. Alquimistas e químicos: o passado, o presente e o futuro. São Paulo: Moderna, 2002.

VIDAL, B. História da química. Lisboa: Edições 70, 198

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE BIOLOGIA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A disciplina de Biologia tem como objeto de estudo o fenômeno Vida. Ao longo da história da humanidade muitos foram os conceitos elaborados sobre este fenômeno numa tentativa de explicá-lo e ao mesmo tempo entendê-lo.

A preocupação com a descrição dos seres vivos e dos fenômenos naturais levou o homem a diferentes concepções de Vida, de mundo e se seu papel enquanto parte deste mundo. Essa preocupação humana representa a necessidade de garantir sua sobrevivência.

Assim, os conhecimentos apresentados pela disciplina de Biologia no Ensino Médio, não representam o resultado da apreensão contemplativa da natureza em si, mas os modelos teóricos elaborados pelo homem que apresentam o esforço para entender, explicar, utilizar e manipular os recursos naturais.

OBJETIVOS GERAIS

Perceber que os conhecimentos em Biologia evoluíram historicamente e dependeram do contexto social em que foram produzidos;

Reconhecer e analisar as Teorias sobre a origem da vida e evolução das espécies.

Compreender o processo de aparecimento e evolução de idéias, como a teoria celular, a origem da vida, a hereditariedade, ao longo da história da Biologia;

Reconhecer a presença da Biologia em tecnologias relacionadas a saúde humana, como a produção de vacinas, antibióticos e a produção de alimentos;

Reconhecer a importância da ética no uso de novas tecnologias para o diagnóstico precoce de doenças, e do uso dessa informação sem ferir a privacidade e dignidade do ser humano.

Reconhecer os aspectos econômicos relacionados às patentes biológicas e à exploração das tecnologias de DNA.

CONTEÚDO POR SÉRIE/ANO

1º ANO

Conteúdo Estruturante: Organização dos seres vivos

- A origem da vida;
- Geração espontânea ou abiogenese;
- A origem da Biologia;
- Processos evolutivos.

Conteúdo Estruturante: Biodiversidade

- Diferentes tipos de seres vivos;
- Meio ambiente;
- Ecologia;
- Relações entre os seres vivos;
- Equilíbrio e desequilíbrio biológico;

Conteúdo Estruturante: Mecanismo Biológicos

- A química da vida;
- Água, sais minerais, carboidratos;
- Monossacarídeos, oligossacarídeos;
- Polissacarídeos, cerídeos, esteróides.
- Embriologia;
- Segmentação, reprodução e desenvolvimento;
- Teoria celular e padrões celulares.

Conteúdo Estruturante: Manipulação genética

- Núcleo celular;
- Ácidos nucléicos- DNA
- Duplicação DNA, síntese de RNA;
- Os genes e as sínteses de proteínas;
- Diferença DNA e RNA (os tipos de RNA).

2º ANO

Conteúdo Estruturante: Organização dos seres vivos

- Classificação dos seres vivos;
- Fisiologia animal;
- Estrutura corporal e reprodução;

Conteúdo Estruturante: Biodiversidade

- A sistemática moderna e evolução da vida;
- Sistema respiratório e excretor;
- Fisiologia da respiração;
- Sistema urinário do homem;

Conteúdo Estruturante: Mecanismo Biológicos

- Vírus;
- Nutrição energética;

Conteúdo Estruturante: Manipulação genética

- Reino Monera;
- Reino Protista;
- Reino Fungi;
- Reino Plantae;

- Reino Animalia.

3º ANO

Conteúdo Estruturante: Organização dos seres vivos

- Teorias Evolutivas;
- Surgimento do Evolucionismo;
- Lamarckismo;
- Darwinismo;
- Neodarnismo;

Conteúdo Estruturante: Biodiversidade

- Evolução das plantas;
- Sucessão ecológica e biomas;
- Ecossistemas;
- Humanidade e ambiente;

Conteúdo Estruturante: Mecanismo Biológicos

- Tendências evolutivas;
- Fundamentos da ecologia;
- Energia e matérias nos ecossistemas;

Conteúdo Estruturante: Manipulação genética

- Origem genética;
- Lei de segregação genética;
- 1ª Lei de Mendel;
- Relação entre genótipo e fenótipo;
- Mapeamento dos genes;
- Teoria cromossômica da herança genética;

METODOLOGIA

A Biologia contribui para a formação de sujeitos críticos, reflexivos e atuantes, por meio de conteúdos, desde que ao mesmo proporcionem o entendimento do objeto de estudo – o fenômeno Vida – em toda sua complexidade de relações, ou seja, na organização dos seres vivos; no funcionamento dos mecanismos biológicos de variabilidade genética, hereditariedade e relações ecológicas e das implicações dos avanços biológicos no fenômeno da Vida.

Como proposta metodológica para o ensino de Biologia, propõe-se a utilização do método da prática social que parte da pedagogia histórico – crítica centrada na valorização e socialização dos conhecimentos da Biologia às camadas populares, entendendo a apropriação crítica e histórica do conhecimento enquanto instrumento de compreensão da realidade social e atuação crítica para a transformação da realidade (SAVIANI, 1997, Libânio, 1983).

O método da prática social decorre das relações dialéticas entre conteúdo de ensino e concepção de mundo, entre a compreensão e a intervenção nesta realidade. Confronta-se os saberes do aluno com o saber elaborado, na perspectiva de apropriação da concepção de Ciência enquanto atividade humana e que estuda os modos de produção. Busca-se a coerência com os fundamentos de uma pedagogia entendida como processo através do qual o homem torna-se plenamente humano.

AVALIAÇÃO

A avaliação na disciplina de Biologia deve ser entendida como instrumento cuja finalidade é obter informações necessárias sobre o desenvolvimento da prática pedagógica para nela intervir e reformular os processos de aprendizagem. Pressupõe-se uma tomada de decisão, onde o aluno toma conhecimento dos resultados de sua aprendizagem e organiza-se para as mudanças necessárias.

Enfim, a avaliação como instrumento reflexivo prevê um conjunto de ações pedagógicas pensadas e realizadas pelo professor ao longo do ano letivo. Professores e alunos tornam-se observadores dos avanços e dificuldades a fim de superar os obstáculos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEED, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, Biologia, 2008.

BIZZO, N. Ciências Biológicas. In: BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Orientações Curriculares do Ensino Médio. Brasília, 2004. p. 148-149.

CARVALHO, A. M. P. & GIL-PÉREZ, D. Formação de professores de ciências:

tendências e inovações. São Paulo: Cortez, 2001.

CHAUÍ, M. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2005.

FUTUYMA, D. J. Biologia evolutiva. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de

Genética/CNPq, 1993.

REALE, G. & ANTISERI, D. História da filosofia. São Paulo: Paulus, 2005.

RONAN, C.A. História ilustrada da ciência: Oriente, Roma e Idade Média. Rio de

Janeiro: Jorga Zahar Editor, 1997a.

_____. História ilustrada da ciência: a ciência nos séculos XIX e XX. Rio de

Janeiro: Jorga Zahar Editor, 1997b.

ROSSI, P. O nascimento da ciência moderna na Europa. Bauru, SP: Edusc, 2001.

RUSS, J. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Scipione, 1994.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Campinas:

Autores Associados, 1997.

SCHLICHTING, M. C. R. A formação do professor de biologia. Florianópolis, 1997.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina.

SNYDERS, G. A alegria de aprender na escola. São Paulo: FDE, 1991.

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

O histórico da disciplina visa uma reflexão a respeito dos aspectos políticos, econômicos, culturais, sociais e das relações entre o ensino da disciplina com a produção do conhecimento histórico na configuração do currículo de história.

A história passou a ser obrigatória como disciplina escalar, a partir da criação do Colégio D. Pedro II em 1837. No mesmo ano foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que instituiu a história como disciplina acadêmica. Os professores dessa época construíram os programas escolares, os manuais didáticos e as orientações dos conteúdos a serem ensinados. Até a década de 70, o ensino de história era predominantemente tradicional, valorizando personagens e autores de fatos políticos. Essas práticas de história remetiam-se ao período imperial.

Após a implantação do regime militar em 1964, o ensino de história manteve seu caráter estritamente político, sobre fontes oficiais e narrado do ponto de vista factual.

Mantiveram-se os grandes heróis como sujeitos da história a serem seguidos e não contestados pelas novas gerações. Modelo de ordem estabelecida, de uma sociedade hierarquizada e nacionalista, sem espaço para criticas e interpretações dos fatos, objetivava criar indivíduos que aceitassem a valorização e aceitação da pátria. O Estado figurava como principal sujeito histórico, responsável pelas grandes feitos da nação, exemplificando nas obras dos governantes e das elites condutoras do país.

Nesse contexto, o ensino de historiográfica acadêmica, envolvida em discussões a respeito dos objetos, das fontes, dos métodos, das concepções e dos referenciais teóricos da ciência histórica. A aproximação entre a educação básica e a superior será retomada apenas a partir da década de 80, com o fim da ditadura militar e o inicio do processo da redemocratização da sociedade.

No Paraná, houve também uma tentativa de aproximação da produção acadêmica de história com o ensino desta disciplina no primeiro grau, fundamentada na pedagogia histórico - crítica, por meio do currículo básico. Para a Escola Pública do Paraná (1190). Essa proposta de renovação do ensino de história tinha como pressuposto teórico a historiografia social, pautada no materialismo histórico dialético, indicando alguns elementos da nova história.

A opção teórica do currículo básico, coerente com o contexto de redemocratização política do Brasil, valorizava ações dos sujeitos em relação às estruturas em mudança que demarcam o processo histórico das sociedades.

Apesar do avanço das propostas naquele contexto histórico, os documentos apresentam limitações, principalmente devido à definição de uma listagem de conteúdos que se contrapunham, em vários aspectos, a proposta apresentada nos pressupostos teóricos e metodológicos.

De forma geral, os documentos curriculares para o primeiro e segundo graus não superavam a história linear e cronológica como havia proposto, uma vez que enfatizaram demasiadamente as análises políticas e econômicas da história, dificultando a inserção de uma perspectiva mais ampla no tratamento dos conteúdos, numa abordagem pautada na histografia sugerida.

As escolas estaduais que ofertavam o ensino de segundo grau foram orientadas, a partir de 1998 pela SEED, a elaborar sua proposta, curriculares de acordo com esses referenciais.

Apesar dos PCNs proporem uma valorização do ensino humanístico, a preocupação maior era a de preparar o indivíduo para o mercado de trabalho, cada vez mais competitivo e tecnológico, principalmente no ensino médio.

No contexto da implantação dos PCNs na rede pública estadual, as oportunidades de formação continuada para os professores de história foram reduzidas, porém com encontro também com outras disciplinas.

Esse conjunto de fatores marcou o currículo de história na rede pública estadual tanto no ensino fundamental como ensino médio até o final de 2002. A partir de 2003 começou um novo processo de elaboração de diretrizes curriculares para o ensino de história.

OBJETIVOS GERAIS

A história tem como objetivo de estudos os processos históricos relativos às ações e às relações humanas praticadas no tempo, bem como os sentidos que os sujeitos deram às mesmas, tendo ou não consciência dessas ações. Já as relações humanas produzidas por estas ações podem ser definidas como estruturas sócio -históricos, ou seja, são as formas de agir, de pensar ou de raciocinar, de representar, de imaginar, portanto de se relacionar social, cultural e politicamente. Os processos históricos são marcados pela complexidade casual, isto é, vários acontecimentos distintos produzem uma nova relação enquanto diversas relações distintas convergem para um novo acontecimento histórico.

A investigação histórica pode detectar casualidade externas, voltadas para descoberta de relações humanas, e casualidade interna que buscam compreender e interpretar os sentidos que os sujeitos atribuem as suas ações. Além disso, a produção do conhecimento histórico possui um método específico, baseado na explicação e interpretação de fatos.

A problematização, construída a partir dos documentos e experiências, produz uma narrativa histórica que tem como desafio contemplar a diversidade das experiências sociais culturais e políticas dos sujeitos e suas relações.

Ter como ponto de partida suas diferenças sociais e culturais, percebendo e compreendendo a sociedade e sua própria história.

CONTEÚDO POR SÉRIE/ANO

Conteúdos Estruturantes, são três para o Ensino Médio:

- Relações de trabalho;
- Relações de poder;
- Relações culturais.

Relações de trabalho: o trabalho expressa a relação que os seres humanos estabelecem entre si e a natureza. A execução do trabalho requer o emprego físico e mental, estes esforços transformam elementos da natureza em bens que satisfazem as necessidades humanas. A investigação sobre as relações de trabalho a partir de problemáticas do presente, tais como: impactos ambientais, movimentos sociais e culturais, desemprego, desigualdade social, fome, violência, etc., e articulados aos demais conteúdos estruturantes, permite aos alunos e professores entender como as relações de trabalho foram construídas no decorrer do processo histórico.

Relações de Poder: pode-se definir poder como capacidade ou possibilidade de agir ou de produzir efeitos e pode ser referida a indivíduos e a grupos humanos. O poder não possui forma de coisas ou de objeto, mas se manifesta como relações de poder.

Relações culturais: As relações culturais são correspondências dialéticas entre as estruturas materiais e simbólicas de um determinado contexto histórico. Portanto, apresenta-se nas relações culturais como conteúdo estruturante para o ensino médio. As diferenças culturais existem devido às diversas interpretações construídas por sujeitos históricos que estão inseridos em grupos sociais distintos na divisão social do trabalho.

1º ANO

Reflexão sobre a historiografia, objetivos, fatos fontes, tendências e visão;

O principio da humanidade: (organização da sociedade, passado, Idade da Pedra lascada ou Paleolítico, neolítico, idade dos metais, contatos primários e secundário);

A ocupação da América – teorias da ocupação.

O Oriente Próximo: - O Egito (o meio geográfico, estudo do Egito, sociedade Teocrática);

A mesopotâmia (As condições geográficas, povos mesopotâmicos), - Fenícios, Hebreus, Persas;

A Grécia Antiga: (formação, Período Pré-Homérico, Período Homérico, legado grego , Cidadania , Artes, teatro, Filosofia, vida cultural o helenismo);

As Cidades – Estados: Esparta, Atenas;

O Império Romano: (lutas sociais dos Gracos, fragmentação do império, da monarquia à república, legado cultural de Roma, Literatura e filosofia, Realismo e grandiosidade nas artes);

O império Bizantino: (Constantinopla, imperador Justiniano, questões teológicas, crise);

Os Árabes: (península Arábica, Maomé, nascimento do Islã, Xiitas e Semitas, Conseqüências da Expansão Árabe);

O Império Carolíngio: Organização;

Mulçumanos – Chineses e Europeus: Os domínios mulçumanos, sociedade chinesa, prosperidade da Europa;

América antes dos europeus: a Civilizações Astecas, Os Maias, Os Incas e Tupis;

2º ANO

A cultura Feudal: (igreja na ordem feudal, Ensino, conhecimento e artes, mundo feudal em transformação, crescimento populacional, cruzadas);

A formação do mundo moderno: A centralização do poder na Europa;

O Humanismo e a Renascença: As ciências do renascimento;

O contato dos Europeus na América: (expansão portuguesa, expansão espanhola, Inglaterra e a Holanda);

A reforma e contra-reforma: o protestantismo, conseqüências da reforma;

O Antigo Regime: (absolutismo, sociedade estamental);

A Europa Feudal: (origens do feudalismo, sociedade feudal, feudo, economia feudal);

Ocupação da América: (conquista da América, sistema colonial espanhol);

A colonização portuguesa na América: colônia, organização;

A união Ibérica: (colonização portuguesa – Brasil, Holanda, Reação contra os Holandeses);

A supremacia Inglesa na Europa: (guerra dos Trinta anos, Revolução na Inglaterra);

A formação das Treze Colônias na América do Norte; (Independência das Treze colônias, proclamação da Independência, guerra da Independência, organização dos Estados Unidos);

A Economia e a sociedade Mineradora: A corrida do ouro, conflitos, administração das Minas;

A Revolução Industrial;

O Iluminismo;

A Revolução Francesa;

O Processo de Independência da América – espanhola: Reflexos das guerras napoleônicas na América, Os rumos da América latina;

A Reação na América Portuguesa: Inconfidência Mineira, Conjuração Baiana;

A família real portuguesa no Brasil;

O processo de Independência do Brasil;

Liberalismo – Nacionalismo e Socialismo na Europa: (Democracia, nacionalismo do XIX, Burguesia e Proletários, lutas de classes, Teorias socialistas, socialismo Russo);

A Política das Unificações: (Unificação da Alemanha, Unificação da Itália);

A Guerra da Sucessão nos EUA;

O imperialismo Europeu;

A organização do Estado brasileiro: (Assembléia Constituinte, confederação do Equador);

Período Regencial – Conturbação da ordem;

Segundo Reinado e a Construção da ordem: (Indústria brasileira, expansão da cafeicultura);

O processo de Descolonização: A reação da África, As lutas no Sudoeste asiático, O conflito Árabes – Israelenses;

3º ANO

O período Republicano: (positivismo, fim da escravidão, proclamação da República);

A primeira Guerra Mundial, A segunda Guerra Mundial;

A revolução Russa; Período entre Guerras;

A Era Vargas;

O Socialismo no Mundo: O leste Europeu, A revolução Socialista na China, A revolução Cubana;

O racismo na África do Sul – O Apartheid e Nelson Mandela;

As Revoluções na América latina: As ditaduras militares, As resistências populares;

Os EUA – entre 1960 a 1980. A reação dos negros Americanos;

O Brasil de 1945 a 1964;

A queda do Muro de Berlim;

O mundo globalizado;

A economia e a sociedade açucareira: trabalho escravo, trabalho indígena;

A situação do Afro-descente após a abolição.

METODOLOGIA

As práticas e representações são muito úteis, porque através delas podemos examinar tanto os objetos culturais produzidos, os sujeitos produtores e receptores de cultura, os processos que envolvem a produção e difusão cultural, os sistemas que dão suporte a estes processos e sujeitos, inclusive através da consolidação de seus costumes.

A proposta curricular propõe-se a estabelecer articulações entre abordagens teórico - metodológicos distintas, resguardadas as diferenças e até as oposições entre elas. Entende-se que a consciência histórica é uma condição da existência do pensamento humana, pois sob esta perspectiva os sujeitos se constituem a partir de suas relações sociais, em qualquer período e local do processo histórico, ou seja, a consciência histórica é inerente à condição humana em toda a sua diversidade.

A partir da apropriação do conceito de consciência histórica nestas diretrizes, busca-se analisar as implicações das oposições teórico-metodológicas para o ensino da história na formação dos sujeitos. Observa-se

isto nas diferentes abordagens curriculares que historicamente marcam o ensino da disciplina e do tipo da consciência histórica que se pretende.

Ao tratar o conhecimento histórico como resultado do processo de investigação e sistematização de análise sobre o passado, de modo valorizar diferentes sujeitos históricos e suas relações, abre-se inúmeras possibilidades de reflexão e superação de uma visão unilateral dos fatos históricos, que se tornam mais abrangentes.

A finalidade da história é expressa no processo de produção do conhecimento humano sob a forma da consciência histórica dos sujeitos. É voltada para a interpretação dos sentidos do pensar histórico dos mesmos, por meio da compreensão da provisoriedade deste conhecimento.

Os métodos utilizados na disciplina prioriza as necessidades dos educandos, levando em consideração sua vivencia, lembrando que cada sujeito é único e possui uma historia diferenciada que deve ser parte integrante de seus estudos, para maior compreensão de suas origens.

AVALIAÇÃO

A avaliação tem por objetivo superar a avaliação classificatória. Diante disso, propõe-se para o ensino de história uma avaliação formal, processual, continuada e diagnóstica.

O acompanhamento do processo ensino-aprendizagem, tem como finalidade dar uma resposta ao professor e ao aluno sobre o desenvolvimento desse processo e permitir a reflexão sobre o método de trabalho utilizado pelo professor, possibilitando o redimensionamento desses se for necessário. A avaliação não deve ser realizada em momentos separados do processo de ensino-aprendizagem.

Compreendemos também que o aluno tem o direito da recuperação paralela sempre que se fizer necessário, buscando o melhor aprimoramento dos conhecimentos desta disciplina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEED, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, História, 2008.

BARCA, Isabel. O pensamento histórico dos jovens: ideias dos adolescentes acerca da provisoriedade da explicação histórica. Braga: Universidade do Minho, 2000.

BARROS, José D'Assunção. O campo da história: especialidades e abordagens. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BITTENCOURT, Maria Circe. Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil , 1987.

DOSSE, François. A história em migalhas: dos "Annales" à "Nova História". São Paulo: Ensiao; Campinas: Unicamp, 1992.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A geografia assim como as demais disciplinas do currículo escolar, deve prestar-se a desenvolver no aluno a capacidade de observar, interpretar, analisar e pensar criticamente a realidade para melhor compreendê-la no sentido de superar suas contradições.

A geografia que se propõe a ser ensinada deriva de uma concepção científica. Nesta, a geografia se ocupa da análise histórica da formação das diversas configurações espaciais e distinguem-se dos demais ramos do conhecimento na medida em que se preocupa com localizações, estruturas espaciais e dos processos espaciais. Trata, portanto, da produção e da organização do espaço geográfico, a partir das relações sociais de produção, historicamente determinado.

Assim, optou-se pelo ensino de uma geografia crítica que desvele a realidade, que conceba o espaço geográfico como sendo um espaço social, produzido e reproduzido pela sociedade humana, com vistas nele se realizar e se reproduzir. E se no ensino ela se preocupava com o desenvolvimento do senso crítico do aluno, implica em desenvolver-lhe a compreensão do papel histórico daquilo que é criticado. Neste sentido, não se trata apenas de repassar para os alunos fatos para que eles memorizem e, sim levantar questões e instrumentalizá-los de modo a lhes proporcionar as condições de se compreenderem como sujeitos da história e agentes da transformação social.

Deve-se selecionar então, os conteúdos necessários à apreensão do espaço geográfico como uma totalidade que envolve espaço e sociedade, natureza e homem.

No tratamento de uma geografia crítica, propõem-se a não separação entre a parte física e a humana. Visto que a humanidade transformou em ecúmeno toda a superfície terrestre, necessitamos ter de forma bem clara a abordagem que devemos dar a cerca do “meio natural”.

Se a pretensão é levar os alunos a compreenderem a realidade, temos que ter claro que a paisagem é a materialização das sociedades que as construíram, seja essa paisagem uma cidade, seja ela uma exuberante floresta equatorial como a Amazônia.

À medida que se torna clara a concepção que se busca de geografia, seu papel na formação do aluno e no entendimento da realidade em que vivemos e a visão que passamos a ter homem e natureza, uma série de temas se abrem. E se tivermos o cuidado de partir daquilo que os liga e lhes confere significado, cresce a certeza que estaremos resgatando a totalidade no ensino da geografia e contribuindo para a transformação da sociedade em que vivemos.

OBJETIVOS GERAIS

Proporcionar ao aluno a compreensão do mundo em que vive, das relações entre natureza/homem/trabalho na sociedade, tornando-o crítico e parte integrante, participante como agente transformador e contribuindo para a formação integral do aluno para o exercício da cidadania, conduzindo-a a reflexão da leitura da leitura de mundo e suas transformações sociais, políticas e econômicas, possibilitando ao educando condições de se localizar no espaço em que vive, enfocando uma globalização de conhecimentos, interagindo e agindo com autonomia na sociedade e no espaço que está inserido.

Oportunizar ao educando a possibilidade de situar-se na dinâmica das situações contemporâneas, fazendo com que atue crítica e construtivamente no contexto local como parte integrante do global.

Levar o aluno a reconhecer no tempo/espaço/lugar, entender, intervir, compreender o mundo e sua dinâmica, contribuindo no sentido de torná-lo crítico e agente modificador, possibilitando o aluno a orientação e localização no tempo e no espaço.

Contribuir para o entendimento das inter-relações entre homem/natureza e homem/sociedade, esclarecendo a importância destas para que o aluno

entenda o espaço de vivência e as contradições do mundo atual, destacando a contribuição de suas ações para um mundo melhor.

Desenvolver no aluno o espírito de pesquisa científica, fundamentando para que possa compreender natureza/paisagem/espaço, possibilitando a leitura dessas informações.

Compreender a dinâmica da população na ocupação e uso do solo rural e urbano.

Oportunizar ao aluno a interpretação de gráficos e tabelas no contexto do dia-a-dia.

Desenvolver no aluno o pensamento crítico referente à nova ordem mundial e o papel do estado em diferentes níveis de desenvolvimento.

CONTEÚDO POR SÉRIE/ANO

1º ANO

Conteúdos Estruturantes e específicos:

Dimensão econômica do espaço geográfico.

Dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias.

A influência do clima na distribuição espacial das atividades econômicas.

Ocupação e desenvolvimento de Estado do Paraná

Dimensão política do espaço geográfico.

Projeções e convenções cartográficas.

Localização e coordenadas geográficas.

Espaços regionais (mundo, Brasil, Paraná).

Pensamentos geográficos.

Dimensão sócio-ambiental do espaço geográfico.

Espaço geográfico e paisagem.

Transformação das paisagens.

Reconhecimento do espaço geográfico do Paraná.

Representação da Terra.

A estrutura da Terra.

Dinâmica interna do relevo.

Dimensão demográfica e cultural do espaço geográfico.

Paisagens (formação, composição e distribuição)

A contribuição da cultura afro-descendente na construção do espaço brasileiro.

2º ANO

Conteúdos Estruturantes e específicos:

Dimensão econômica do espaço geográfico.

Setores da economia (primário, secundário e terciário)

Agricultura e mercado consumidor.

Modernização do meio rural.

Fontes de energia e matéria prima.

Trabalho e renda dos afro-descendentes.

Dimensão política do espaço geográfico.

Questão fundiária no Brasil e no mundo.

O trabalho no meio rural.

Indústrias e sindicatos.

Localização industrial e mudanças no espaço geográfico.

O mundo pós-guerra: capitalismo x socialismo.

Dimensão sócio-ambiental do espaço geográfico.

Atividades econômicas e os impactos ambientais.

Fontes alternativas de energia;

Distribuição espacial das atividades econômicas e as conseqüências ambientais.

O mau uso do solo no campo e na cidade por interesses políticos e econômicos.

Dimensão demográfica e econômica do espaço geográfico.

Êxodo rural: causas e conseqüências.

Características sociais e humanas, e suas inter-relações no Paraná.

A conseqüência da globalização na cultura dos povos.

Estrutura da população (ocupacional, etária e sexo).

3º ANO

Conteúdos Estruturantes e específicos:

Dimensão econômica do espaço geográfico

As principais atividades econômicas e sua importância na formação do espaço brasileiro.

A grande crise mundial.

A formação dos blocos econômicos regionais e seus impactos na organização sócio-espacial.

Caracterização da economia no Brasil.

Migrações causadas por fatores econômicos.

Dimensão política do espaço geográfico.

Formação e expansão do território brasileiro.

Organizações internacionais (ONU, OTAN, etc) e suas influências na reorganização do espaço geográfico.

As ações dos governos na economia.

Limites territoriais do Brasil.

Urbanização e formação das cidades brasileiras e mundiais.

Migrações causadas por guerras e fatores políticos.

Os complexos regionais brasileiros.

Impactos ambientais (poluição do ar, solo e água)

Efeito estufa.

Aspectos naturais no Brasil e suas diversidades.

Problemas urbanos.

Os refugiados ambientais.

Dimensão demográfica e cultural do espaço geográfico.

A população mundial no Brasil.

Distribuição e estrutura da população.

Teorias demográficas.

Urbanização das cidades brasileiras e mundiais.

Crescimento demográfico e políticas populacionais em diferentes países.

METODOLOGIA

O ensino da geografia, estando fundamentado com diretrizes e projeto político pedagógico (PPP), proporcionando aos alunos os conceitos de região, território, paisagem, natureza e lugar, fazendo a leitura do espaço através dos instrumentos da cartografia, mapas, tabelas, gráficos e imagem. É possível trabalhar com o aluno de forma contextualizada por meio de situações que problematizem as transformações das diferentes paisagens pela ação humana e sua utilização em diferentes escalas na sociedade capitalista permitindo aos alunos a leitura da paisagem, a observação, descrição, explicação e a interação, fazendo uma análise da importância dos recursos naturais nas atividades produtivas, no uso da tecnologia na alteração da natureza, na exploração de recursos, no uso de fontes de energia e na sociedade industrializada.

No ensino da geografia, deve-se buscar práticas pedagógicas onde permitam colocar aos alunos em diferentes situações de vivência em relação à exploração dos recursos naturais, identificando os problemas ambientais

decorrentes das formas de exploração e uso dos recursos naturais, fazendo com que os alunos possam construir novas compreensões e mais complexas.

È importante que a geografia leve os alunos a reconhecerem a influência dos avanços tecnológicos na distribuição das atividades produtivas, nos deslocamentos e na distribuição da população, fazendo com que a mesma compreenda a revolução técnico-científica, relação com o espaço de produção, circulação de mercadorias e a destacar a importância da tecnologia na produção econômica, nas comunicações, na relação de trabalho e na transformação do espaço geográfico. Fazendo uma análise das novas tecnologias na produção industrial e agropecuária como fator de transformação e identificando a concentração fundiária do sistema produtivo moderno e a relação com a produção industrial e agropecuária, os problemas sociais e ambientais.

O ensino da geografia escolar deve oferecer subsídios que leve o aluno relacionar o processo de urbanização com as atividades econômicas e que compreenda a urbanização considerando as áreas de segregação, os espaços de consumo e de lazer e a ocupação das áreas de risco, no crescimento urbano e as aplicações sócio ambientais. Que compreenda os espaços de lazer, de trabalho, de consumo e de produção.

Nas práticas do dia-a-dia que envolva os alunos nos procedimentos de problematização, observação, registro, descrição, representação, interpretação de gráficos e tabelas, no crescimento urbano, agrícola, industrial, do extrativismo, desigualdades sociais e econômicas no contexto mundial, nacional, estadual e municipal.

No ensino da geografia buscar práticas pedagógicas que permitam os alunos compreender, reconhecer, identificar e construir a dinâmica populacional em diferentes paises, a relação entre impactos culturais e demográficos e o processo de expansão das fronteiras agrícolas, o caráter das políticas migratórias referentes a fatores de estímulos dos deslocamentos populacionais, o conceito de lugar e dos processos de identidade que os grupos estabeleçam com o espaço geográfico, na organização das atividades produtivas, os

conflitos étnicos e religiosos, a importância das ações protecionistas, da abertura econômica da OMC (Organização Mundial do Comércio), para o comércio mundial, as ações adotadas pelas organizações econômicas internacionais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional), BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento) e o Banco Mundial em suas implicações na organização do espaço geográfico mundial; as formas de regionalização do espaço mundial considerando a divisão Norte-Sul e a formação dos blocos econômicos; a formação dos territórios supranacionais decorrentes das relações econômicas e de poder na nova ordem mundial; a regionalização do espaço mundial, a importância das relações de poder na configuração das fronteiras e territórios.

Nessas práticas pedagógicas o professor faz com que os alunos busquem subsídios que permitam a eles compreender e problematizar a realidade que os cerca em sua dimensão espacial, tanto física quanto humana e política, bem como a compreensão da velocidade e complexidade que ocorre as transformações nesses espaços fazendo com que o aluno critique construtivamente no contexto local como parte integrante do global e possibilitem agir como modificadores da natureza e da sociedade.

Para que isso aconteça o professor deverá lançar mão de todas as ferramentas necessárias desde as de planos instrumentais como computadores e internet, vídeos, multimídias, jornal, revistas, livros didáticos, pesquisas, mapas, palestras educativas.

Não se pode perder o foco que o Ensino da disciplina de Geografia requer uma visão ampla de todos os conteúdos elencados do local ao global e vice-versa, possibilitando ao educando uma compreensão da interatividade dos diversos fatores que envolvem a Geografia.

AVALIAÇÃO

A avaliação é contínua, diagnóstica, ocorrendo durante todo o processo de ensino-aprendizagem, pois é parte integrante e intrínseca do processo

educacional, indo muito mais além da visão tradicional que focaliza o controle externo do aluno por meio de notas e conceitos.

Tem como função de orientar a ação pedagógica e não apenas constatar o nível do aluno, mas uma atividade que dará retorno ao professor sobre como melhorar o ensino, possibilitando correções no percurso, e retorno ao educando, sobre seu próprio conhecimento; o professor será um mediador na interação da prática do aluno.

A avaliação em geografia deverá verificar a aprendizagem a partir do que é básico e fundamental para o aluno, onde a transmissão/assimilação do saber se dará na sua totalidade, considerando professor e aluno que atuam numa realidade histórica e política, capaz de transformá-la num processo de reelaboração constante no processo ou aquisição de novas habilidades.

Durante todo o processo da aprendizagem a avaliação oferecerá condições para que o aluno supere os obstáculos em sua aprendizagem, interagindo com sua individualidade e criatividade, compreendendo e construindo o saber sobre esse mundo, fortalecendo assim a sua auto-estima.

O professor planejará situações considerando a própria leitura da paisagem, a observação e a descrição, a explicação e a interação, a territorialidade e a extensão, a análise e o trabalho com a pesquisa e a representação cartográfica, de forma dinâmica e inteligente para que os alunos através dessas situações problematizem os diferentes espaços e paisagens, lugares, regiões e territórios, que relacionem o passado e o presente, em ações individuais e coletivas, permitindo ao aluno ‘ler’ e explicar os lugares, compreendendo a relação sociedade/natureza, dentro da realidade que estão inseridos, valorizando as suas experiências.

Considerando as várias situações propostas, o professor poderá realizar a avaliação de várias formas possíveis como: individual, coletiva, oral e escrita, observando alguns instrumentos como a observação sistemática durante as aulas, registro de debates, entrevistas, pesquisas, filmes, produção de textos, exposição de idéias, relatórios, a criatividade, leituras, representação e interpretação de diferentes paisagens, entre outros instrumentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEED, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, Geográfia, 2008.

ANDRADE, M. C. de Geografia ciência da sociedade: Uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.

ARAUJO, I. L. Introdução à filosofia da ciência. Curitiba: Ed. UFPR, 2003.

BARBOSA, J. L. A arte de representar como reconhecimento do mundo: o espaço geográfico, o cinema e o imaginário social. UFF, GEOgraphia, ano II, n. 3, 2000.

BARBOSA, J. L. Geografia e Cinema: em busca de aproximações e do inesperado. *In*: CARLOS, A. F. A. (Org.) A Geografia na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1999.

CAVALCANTI, L. de S. Geografia, escola e construção de conhecimento.

Campinas: Papirus, 1998.

KAERCHER, N. A. Desafios e utopias no ensino de geografia. In CASTROGIOVANNI,

A. C. (org.) Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. Porto Alegre: Ed.

UFRS, 1999.

KATUTA, A. M. A linguagem cartográfica no ensino superior e básico. In:

PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. de (Orgs.) Geografia em perspectiva. São Paulo: Contexto, 2002.

PENTEADO, H. D. Metodologia do ensino de história e Geografia. São Paulo: Cortez, 1994.

PEREIRA, R. M. F. do A. Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia Moderna. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1993.

PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. de Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa. São Paulo: Contexto, 2002.

RAFESTIN, C. Por uma Geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

VASCONCELOS, C. dos S. Construção do conhecimento em sala de aula. São Paulo: Libertad - Centro de Formação e Assessoria Pedagógica, 1993.

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE INGLÊS

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA DE LÌNGUA ESTRANGEIRA MODERNA

O Brasil segue hoje novos rumos na educação. O que o mundo também a perspectiva do ensino da língua estrangeira no país, pois ele faz parte das novas diretrizes da educação brasileira.

O idioma inglês está cada vez mais presente no nosso cotidiano e vem se mostrando como importante meio de comunicação no mundo globalizado em que vivemos.

Conhecer esta língua hoje é sentir inserida nessa realidade e dela participar ativamente e culturalmente.

Cada vez mais pessoas estudam e falam inglês em todo o mundo.

Hoje o inglês tornou-se um dos principais veículos de comunicação nos meios diplomáticos, no comércio mundial, nas competições esportivas, no turismo, nos encontros de líderes políticos mundiais, nos congressos sobre ciência, tecnologia, arte, etc.

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação nº. 4024, promulgada em 1961 criou os Conselhos Estaduais. Cabia a eles a decisão acerca da inclusão ou não da língua estrangeira nos currículos.

Foi com a tomada do governo brasileiro pelos militares, a L.D.B./61 foi retomada em 1971 através da lei nº. 5692/71. A partir de então, a finalidade do ensino passou a ser centrada na habilitação profissional.

Em 1976, o ensino da língua estrangeira passa a ser obrigatório, e em 15 de agosto de 1986, a Secretaria de Estado da Educação, criou oficialmente, os centros de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEMs). No Estado do Paraná, como forma de valorização da diversidade histórica do Estado.

Portanto, a escola deve propor as aulas de inglês, um espaço para que o aluno reconheça e compreenda a diversidade da lingüística. Oportunizando possibilidades de construção de significados em relação ao mundo onde vive.

Ensinar e aprender línguas é também ensinar e aprender percepções de mundo e maneiras de construir sentidos e formar subjetividades, independentemente do grau de proficiência atingido. Deste modo, as aulas de Língua Estrangeira configuram-se como espaços nos quais identidades são construídas, pela forma como as interações entre professores e alunos são organizadas pelas representações e visões de mundo que vão sendo relevados no dia-a-dia, lançando e assegurando-lhe a formação comum para o exercício da cidadania (Lei nº. 9394/96 Art. 22).

OBJETIVOS GERAIS

Levar o aluno a perceber a importância da língua inglesa, considerada hoje como instrumento de comunicação universal, e fazer com que o educando adquira gradativamente estruturas básicas de língua em estudo.

Fazer com que o aluno considere o estudo da língua inglesa como meio de conhecimento e cultura.

CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: O DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

CONTEÚDOS BÁSICOS: Leitura, Oralidade e Escrita.

1º ANO

Leitura: Identificação do tema, intertextualidade, intencionalidade, ortografia, marcas lingüísticas.

Oralidade: Adequação da fala ao contexto, marcas lingüísticas, gírias, repetição. Diferenças e semelhanças entre discurso oral e discurso escrito.

Escrita: Tema do texto, finalidade do texto, intencionalidade do texto, marcas lingüísticas, ortografia.

Gêneros Textuais: Auto Biografia, biografia, historia em quadrinhos, debates, cartazes, exposição oral, entrevista oral e escrita, placas, cartum, charges, pesquisas, filmes, slogan, e outros.

Estruturas gramaticais

- Verb to be simple present tense (affirmative / negative / interrogative);
- Verb to be simple past tense (affirmative / negative / interrogative);
- Articles: the, a, an;
- There to be: present and past tense;
- Subject pronouns;
- Cardinal numbers;
- Demonstrative pronouns: singular, plural;
- Nouns and adjectives;
- Uso do Do/Does: affirmative / negative / interrogative;
- Present continuous tense;
- Past tense: regular verbs / irregular verbs;
- Uso do Did: affirmative / negative / interrogative;
- Plural of nouns;
- Prepositions;
- Modal verbs: can / could;
- Interrogative pronouns;
- What time is it?
- Possessive pronouns;
- Interrogative words;
- How much / how many;
- Adverbs: frequency / place / time;
- Modal verbs: may / must / might / should / some / any;
- Objects pronouns.

2ºANO

Leitura: Coesão e coerência; marcadores do discurso; emprego do sentido denotativo e conotativo no texto; variedade lingüística e ortografia.

Oralidade: Adequação da fala ao contexto, marcas lingüísticas, gírias, repetição. Diferenças e semelhanças entre discurso oral e discurso escrito; variações lingüísticas;

Escrita: Finalidade do texto, intencionalidade do texto, marcas lingüísticas, ortografia; recursos estilísticos; informatividade.

Gêneros Textuais: Biografias, literatura, entrevista, desenho animado, historia em quadrinhos, debates, cartazes, exposição oral, entrevista oral e escrita, cartum, charges, pesquisas, filmes, slogan, e outros.

Estruturas gramaticais:

- Review verb to be: present and past tense;
- Simple present tense: uso do Do/Does;
- Interrogative pronouns;
- Simple past tense: uso do did;
- Pronouns;
- Plural of nouns;
- Question tag;
- Interrogative Word: how much / how many;
- Quantifiers: many / much / a lot of / a few / a little;
- Present continuous tense;
- Past continuous tense;
- Verb to have: present and past tense;
- Modal verbs: can / cold;
- Present perfect tense;
- Indefinites: some / any / no / few;
- Prepositions;

- Relative pronouns;
- Conjuctions;
- False cognates;
- Reflexive pronouns;
- Future with present continuous;
- Future with going to;
- Future: will;
- Modal verbs;
- Comparative form;
- Must / have to (had to);
- Direct and indirect speech.

3ºANO

Leitura: Intertextualidade, intencionalidade, coesão e coerência, recursos, estilísticos, variedade lingüística, marcas lingüísticas, ortografia.

Oralidade: Elementos extralingüísticos: entonação, pausas, gestos, etc.; Adequação do discurso ao gênero; variações lingüísticas, diferenças e semelhanças entre discurso oral e discurso escrito; vozes sociais presentes no texto.

Escrita: Finalidade do texto, intencionalidade do texto, marcas lingüísticas, ortografia; recursos estilísticos; informatividade; elementos semânticos; variedade lingüística, acentuação gráfica.

Gêneros Textuais: Biografias, literatura, entrevista, desenho animado, historia em quadrinhos, debates, cartazes, exposição oral, entrevista oral e escrita, cartum, charges, pesquisas, filmes, slogan, textos técnicos, textos científicos; artigos de opinião; curriculum vitae.

Estruturas gramaticais:

- Review verb to be;
- Preposition;
- Question tag;
- Present perfect tense;
- Passive voice;
- Gerund;
- Future: going to / will;
- Degree of adjectives / degree of comparison;
- Indefinitives;
- Some idiomatic expression;
- Cardinal and ordinal numbers;
- Personal pronouns: objective case;
- Possessive adjectives;
- Possessive pronouns;
- Modal verbs;
- Future progressive tense / future perfect tense; false cognates;
- Quantifiers: many / much / a lot of / a few / a little;
- Interrogative words;
- Modal verbs;
- Past perfect tense;
- Phrasal verbs;
- If clauses;
- Plural os nouns;
- Relative pronouns.

METODOLOGIA

O trabalho com a Língua Estrangeira em sala de aula parte do entendimento do papel das línguas nas sociedades como mais do que meros instrumentos de acesso à informação: as línguas estrangeiras são

possibilidades de conhecer, expressar e transformar modos de entender o mundo e de construir significados.

Propõe-se que, nas aulas de Inglês, o professor aborde os vários gêneros textuais, em atividades diversificadas, analisando a função do gênero estudado, sua composição, a distribuição de informações, o grau de informação presente ali, a intertextualidade, os recursos coesivos, a coerência e, somente depois de tudo isso, a gramática em si. E importante que o aluno tenha acesso a textos de várias esferas sociais: publicitária, jornalística, literária, informativa, etc. A estrutura de uma bula de remédio, por exemplo, difere da estrutura de um poema. Além disso, é necessário que se identifiquem as diferenças estruturais e funcionais, a autoria, o público a que se destina, e que se aproveite o conhecimento já adquirido de experiência com a língua materna.

A aula deve ser um espaço em que se desenvolvam atividades significativas, as quais explorem diferentes recursos e fontes, a fim de que o aluno vincule o que é estudado com o que o cerca, aproximando assim, o currículo à sua realidade. O conhecimento técnico - cientifico quando trabalhado de forma contextualizada e significativa possibilita a elaboração (re)elaboração do conhecimento por parte do aluno, é esse deve ser a finalidade do trabalho pedagógico em sala de aula.

AVALIAÇÃO

A disciplina de Língua Estrangeira tem na avaliação um instrumento do processo de Ensino – Aprendizagem, onde o educando representa o foco, pois as atitudes e costumes devem mudar ao longo do processo, visando o aprimoramento do conhecimento. O erro é parte importante do processo, pois representa o diagnostico para a aprendizagem, na intenção de construir e reconstruir a fala, a escrita e o dialogo.

Procura-se avaliar o desenvolvimento ao longo do ano letivo, tendo sempre como objetivo as práticas discursivas que estão elencados no cotidiano

do educando, bem como a realidade escolar que está inserido, objetivando o melhor entendimento e comprometimento do agente que educada e é educado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEED, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, Lingua estrangeira, 2008.

ANDREOTTI, V.; JORDÃO, C.M.; GIMENEZ, T. (org.) Perspectivas educacionais e ensino de inglês na escola pública. Pelotas: Educat, 2005.

ANTUNES, I. Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1988.

JORDÃO, C. M. A língua estrangeira na formação do indivíduo. Curitiba, 2004a. mimeo.

JORDÃO, C. M. O ensino de línguas estrangeiras em tempos pós-modernos. Curitiba, UFPR,2004b.

JORDÃO, C. M. O ensino de língua estrangeira: de código a discurso. In: KARWOSKI,

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE FILOSOFIA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

Constituída como pensamento há mais de 2600 anos, a Filosofia, que tem a sua origem na Grécia antiga, traz consigo o problema de seu ensino a partir do embate entre o pensamento de Platão e as teorias dos sofistas. Naquele momento, tratava-se de compreender a relação entre o conhecimento e o papel da *retórica* no ensino. Por um lado, Platão admitia que, sem uma noção básica das *técnicas* de persuasão, a prática do ensino da Filosofia teria efeito nulo sobre os jovens. Por outro lado, também pensava que se o ensino de Filosofia se limitasse à transmissão de técnicas de sedução do ouvinte, por meio de discursos, o perigo seria outro: a Filosofia favoreceria posturas polêmicas, como o relativismo moral ou o uso pernicioso do conhecimento.

Um dos maiores problemas é que, quando se tenta desenvolver seu conteúdo, é preciso abandonar frequentemente o tipo de pensamento propriamente filosófico e se referir antes ao pensamento religioso ou até mesmo às formas mais gerais da cultura correspondente. Quando essa referência constitui o horizonte cultural, histórico ou espiritual dentro do qual pode ser inserida a Filosofia, a desvantagem a que aludimos não é considerável; mais ainda, tal referência pode ajudar a compreender melhor o pensamento filosófico que se trata de esclarecer. Porém, quando o horizonte em questão substitui a Filosofia de modo excessivamente radical, corre-se o risco de perdê-la de vista completamente. (FERRATER MORA, 2001, p. 1103)

A história da filosofia e as idéias dos filósofos que nos precederam constituem, assim, uma fonte inesgotável de inspiração e devem alimentar constantemente as discussões realizadas pelo professor e pelos estudantes em sala de aula.

Os problemas, as idéias, os conceitos e os conteúdos estruturantes devem ser desenvolvidos, portanto, de tal forma que os diversos períodos da história da filosofia e as diversas maneiras através das quais eles discutem as questões filosóficas sejam levados em consideração.

OBJETIVOS GERAIS

Produzir reflexões e estimular o pensamento dos alunos a partir do estudo de algumas das principais idéias que compõem os pilares da sociedade ocidental. Voltar um olhar crítico sobre a História dos pensadores e buscar as influencias no cotidiano atual.

Estimular o educando a formar novos conceitos, a partir do conhecimento elaborado, de acordo com idéias antigas sem desconsiderar o novo pensar, olhar criticamente para seu presente, significa opinar de maneira consciente entre os pontos positivos e negativos, escolhendo o lado que melhor convém à sociedade e aos costumes de um determinado povo.

CONTEÚDO POR SÉRIE/ ANO

1º ANO

Conteúdo Estruturante: Mito e Filosofia

- Mito: suas definições e funções;
- Atitudes filosóficas;
- Utilidades da Filosofia;
- Surgimento da Filosofia
- Senso comum e senso crítico;

Conteúdo Estruturante: Ética

- Moral em seus vários sentidos;
- Valores
- Dever
- Natureza e humanidade
- Liberdade

Conteúdo Estruturante: Teoria do conhecimento

- Verdade;
- Conhecimento e sabedoria;
- Sócrates e o conhecimento;
- Platão e o conhecimento.

2º ANO

Conteúdo Estruturante: Filosofia Política

- Sentidos diversos de política e finalidade;
- Regimes políticos;
- O poder;
- Teorias políticas;
- Maquiavel;
- República;
- Democracia;
- Contratualismo;
- Liberalismo;
- Revolução e cidadania;
- Socialismo e comunismo.

Conteúdo Estruturante: Estética

- Surgimento dos objetos estéticos;
- A questão do belo;
- A questão do gosto;
- A questão da arte;
- Indústria cultural;
- Cinema.

METODOLOGIA

Utilizaremos os princípios filosóficos para explicar as construções e estruturas humanas no que se refere ao principio e ao fim de cada parte e ou objeto.

O conhecimento acumulado trazido pelo educando é fonte de estudo, e de estratégias que visem o aprimoramento da razão sobre a emoção.

Buscaremos ao longo do processo de ensino aprendizagem transformar o saber espontâneo em cientifico.

Esperamos poder estimular o estudo de conteúdos que motivem os alunos a pensarem nos fundamentos e princípios éticos de cada individuo e da sociedade como um todo, através de textos, vídeos, debates, discussões em grupos, pesquisas bibliográficas, análises de informações das mídias, projetos, etc.

AVALIAÇÃO

A avaliação será periódica, permanente, diagnostica e com recuperações paralelas que visam desenvolver um processo de ensino aprendizagem focado no educando.

Compreender uma avaliação diagnóstica nos possibilita dizer que o erro faz parte do processo de aprendizado, este é o começo para as indagações sobre qual é o cidadão que queremos formar, ou melhor, desenvolver, habilitar.

Assim qualquer avaliação pressupõe um ato educativo de caráter investigativo, com objetivo de avaliar e reavaliar o processo de continuidade nos conteúdos e metodologias aplicadas.

Sendo assim, entendemos que todo o processo de construção do conhecimento é flexível, portanto em constante movimento, pois a própria educação é feita de personagens e ações, dinâmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEED, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, Filosofia, 2008

BORNHEIM, G. O sujeito e a norma. In. NOVAES, A. Ética. São Paulo: Companhia

das Letras, 1997.

CORBISIER, R. Introdução à filosofia. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1986,v.1.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. O que é a filosofia? Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

(Coleção Trans).

FAVARETTO, C.F. Notas sobre o ensino da filosofia. In: ARANTES, P. E. et all (Org.).

A filosofia e seu ensino. Petrópolis/São Paulo: Vozes/Educ, 1995.

FERRATER MORA. Dicionário de filosofia São Paulo: Loyola, 2001.

FILOSOFIA. Vários autores. Curitiba: SEED-PR, 2006. 336 p. (Livro Didático Público)

GALLO, S.; KOHAN, W. O. (Orgs). Filosofia no ensino médio. Petrópolis: Vozes,

2000.

KANT, I. Crítica da razão pura. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1985.

KOHAN; WAKSMAN. Perspectivas atuais do ensino de filosofia no Brasil. In:

FÁVERO, A; KOHAN, W.O.; RAUBER, J.J. Um olhar sobre o ensino de filosofia.

Ijuí: Ed. da UNUJUÍ, 2002.,

M. (Org.) Filosofia do ensino de filosofia. Petrópolis: Vozes, 2003.

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

O ensino de Sociologia tem por objetivo compreender os processos de formação, transformação, e funcionamento das sociedades contemporâneas. Trata-se de um modo de interpretar as contradições, os conflitos as ambivalências e continuidades que configuram a vida cotidiana de cada um e da sociedade envolvente.

Esta compreensão depende d contato do aluno com teorias que se propõe a explicar processos e relações sociais constituintes de nosso tempo para que sejam desnaturalizadas práticas e saberes prévios.

Entretanto, para os alunos se apropriar de modo efetivo do conhecimento sociológico, o professor deve iniciar os estudos por meio de uma abordagem, histórica e contextualizada sobre o surgimento do pensamento social, apresentando seus autores clássicos, suas principais perspectivas teorias e sua importância para a compreensão da realidade brasileira. Abordagem além de apresentar os pensamentos fundantes da sociologia, responsáveis por inaugurar o entendimento da dimensão social da realidade propicia que se estabeleçam relações entre esses clássicos e as discussões sociológicas mais recentes e contribuem para a análise crítica da realidade social.

OBJETIVOS GERAIS

O Ensino da Sociologia tem por fundamento o ser humano, o individuo em si e ao mesmo tempo no outro, a representação, o respeito, o conhecer e o aprender, a importância dos valores étnicos, morais e sociais presentes na sociedade.

Esperamos que o estudo de sociologia possa levar nosso educando a intervir no meio em que vive positivamente, compreendendo que o ser humano é formado da parte emocional, física e moral.

Conhecer a sociedade, participar da mesma e intervir, de modo consciente nos torna cidadãos responsáveis pelas mudanças futuras, que podem auxiliar a humanidade ou destruí-la.

CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO

1º ANO

Conteúdo Estruturante: O Processo de Socialização e as Instituições Sociais

- Instituições familiares, escolares e religiosas;
- Instituições de reinserção (prisões, educandários e asilos);

Conteúdo Estruturante: Cultura e industria cultural

- Desenvolvimento antropológico do conceito de cultura e sua contribuição na analise das diferentes sociedades;

Conteúdo Estruturante: Trabalho, Produção e Classes sociais

- Desigualdades sociais;
- Mundo capitalista e suas contradições;
- Globalização e Neoliberalismo;
- Relações de Trabalho.

3º ANO

Conteúdo Estruturante: Cultura e industria cultural

- Indústria Cultural;
- Meios de comunicação de massa;
- Sociedade de consumo;
- Industria cultural no Brasil.

Conteúdo Estruturante: Trabalho, Produção e Classes sociais

- Trabalho no Brasil;

Conteúdo Estruturante: Poder, Política e Ideologia

- Formação e desenvolvimento do Estado Moderno;
- Democracia, autoritarismo, totalitarismo;
- Estado no Brasil;
- Conceitos de Poder;
- Conceitos de Ideologia;
- Conceitos de dominação e legitimidade;
- As expressões da violência das sociedades contemporâneas.

METODOLOGIA

A metodologia deve estimular o estudo de conteúdos que motivem os alunos a pensarem nos fundamentos e princípios éticos de cada individuo e da sociedade como um todo, através de textos, vídeos, debates, discussões em grupos, pesquisas bibliográficas, análises de informações das mídias, projetos, etc.

A aula deve ser um espaço em que se desenvolvam atividades significativas, as quais explorem diferentes recursos e fontes, a fim de que o aluno vincule o que é estudado com o que o cerca, aproximando assim, o currículo à sua realidade. O conhecimento técnico - cientifico quando trabalhado de forma contextualizada e significativa possibilita a elaboração (re)elaboração do conhecimento por parte do aluno, é esse deve ser a finalidade do trabalho pedagógico em sala de aula.

AVALIAÇÃO

Avaliar constantemente o desempenho dos alunos na realização das atividades, em todos os momentos, seja nas apresentações, produções de

textos, etc. As avaliações serão periódicas, permanentes, diagnósticas e com recuperações paralelas que procurem desenvolver as habilidades de desenvolver textos, expressar-se oralmente, analisar, criar novas idéias, sintetizar e comparar informações e conceitos.

Procura-se avaliar o desenvolvimento ao longo do ano letivo, tendo sempre como objetivo as práticas discursivas que estão elencados no cotidiano do educando, bem como a realidade escolar que está inserido, objetivando o melhor entendimento e comprometimento do agente que educada e é educado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEED, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, Sociologia, 2008.

BAUMAN, Zigmunt. *Por uma sociologia crítica*; um ensaio sobre o senso comum e emancipação. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*; a era da informação: economia, sociedade e cultura. 3.ed. v. 1, São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COMTE, Auguste. Curso de Filosofia Positiva. In: *Os Pensadores*. v. XXXIII, São Paulo: Editor Victor Civita, 1973.

COSTA PINTO, Luiz. *Sociologia e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em Ciências Sociais*. 2.ed. São Paulo: Atlas,1989.

____.*Ética e poder na sociedade da informação*. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. 6 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

ENGELS, Friedrich. *Dialéctica da natureza*. 2.ed. Lisboa: Editorial Presença, 1978.

FERNANDES, Florestan. *Ensaios de sociologia geral e aplicada*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1960.

_____. *Elementos de uma sociologia teórica*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1970.

_____. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. 2.ed. São Paulo: Nacional, 1972.

_____. *A sociologia no Brasil*; contribuição para o estudo de sua formação e

desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1976a

_____. *A sociologia numa era de revolução social*. 2 ed. São Paulo: Zahar Editores, 1976b.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais:* paradigmas clássicos e contemporâneos. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

8.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

8.3.1 PLANO DE CURSO DO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO NA MODALIDADE PROEJA

JUSTIFICATIVA

A evolução nos processos industriais, a reestruturação produtiva, as inovações tecnológicas de base micro-eletrônica, a acentuada competitividade e a busca da qualidade de vida afetaram substancialmente as relações de trabalho, com repercussões sobre o binômio Saúde e Trabalho. Intensificaram-se e diversificaram-se as atividades laborais, acarretando aumento do trabalho e novos riscos à saúde e à segurança dos trabalhadores.

Esses desafios estabelecem a necessidade de uma nova forma de compreensão dessas relações e propõem uma nova prática de atenção à segurança e à saúde dos trabalhadores, com intervenção nos ambientes e processos de trabalho, a fim de estimular a promoção e a prevenção da saúde, a busca do elevado padrão de qualidade de vida laboral, com reflexos sobre a produtividade das organizações.

A oferta do Curso Técnico em Segurança do Trabalho em Nível Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, tem como horizonte a universalização da educação básica gratuita e de qualidade, aliada à formação para o mundo do trabalho, com atendimento específico a jovens e adultos com trajetórias escolares descontínuas.

O Curso Técnico em Segurança do Trabalho oportuniza a formação do Técnico numa perspectiva de totalidade, o que significa trabalhar fundamentos científico-tecnológicos presentes nas disciplinas da Formação Geral e Específica de forma integrada, evitando a compartimentalização na construção do conhecimento.

A proposta encaminha para uma formação em que teoria e prática possibilitem aos educandos compreenderem a realidade, para além de sua aparência, na qual os conteúdos não têm fins em si mesmos e constituem-se em sínteses da apropriação histórica da realidade material e social pelo homem.

A organização dos conhecimentos no Curso Técnico em Segurança do Trabalho enfatiza o resgate da formação humana na qual o educando, como sujeito histórico, produz sua existência pelo enfrentamento consciente da realidade dada, produzindo valores de uso, conhecimentos e cultura por sua ação criativa.

Visando o aperfeiçoamento curricular do Curso Técnico em Segurança do Trabalho e a concepção de uma formação técnica que articule trabalho, tempo, cultura, ciência e tecnologia como princípios que devem transversalizar todo o desenvolvimento curricular, apresenta-se a Proposta Curricular para o início do ano letivo de 2008.

OBJETIVOS

a) Formar o Técnico em Segurança do Trabalho integrando os conhecimentos da formação geral e profissional em nível médio na modalidade da Educação de Jovens e Adultos;

b) Promover o diálogo entre a educação básica, os conhecimentos tácitos dos trabalhadores e da educação superior, como forma de assegurar por meio de uma sólida formação em nível médio, a possibilidade de continuidade dos estudos;

c) Formar profissionais críticos, reflexivos, éticos capazes de participar e promover transformação no seu campo de trabalho e na sociedade na qual estão inseridos.

DADOS GERAIS DO CURSO

Habilitação Profissional: Técnico em Segurança do Trabalho

Eixo Tecnológico: Ambiente, Saúde e Segurança.

Forma: Integrada

Carga horária total do curso: 2880 horas/aula ou 2400 horas mais 100h de estágio profissional supervisionado

Regime de funcionamento: de segunda a sexta-feira, no período noturno.

Regime de matrícula: Semestral

Número de vagas: 35

Período de integralização do curso: 06 (seis) semestres

Requisitos de acesso: ser egresso do ensino fundamental ou equivalente, ter idade igual ou superior a 18 anos, atender aos critérios de seleção estabelecidos pela SEED.

Modalidade de oferta: Presencial

PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Técnico em Segurança do Trabalho é um profissional de visão humanista e social, com conhecimentos científicos, tecnológicos e histórico-sociais, capaz de atuar em ações prevencionistas nos processos produtivos com auxílio de métodos e técnicas de identificação, avaliação e medidas de controle de riscos ambientais de acordo com normas regulamentadoras e princípios de higiene e saúde do trabalho. Desenvolve ações educativas na área de saúde e segurança do trabalho. Orienta o uso de EPI e EPC. Coleta e organiza informações de saúde e de segurança no trabalho. Executa o PPRA. Investiga, analisa acidentes e recomenda medidas de prevenção e controle.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CONTENDO AS INFORMAÇÕES RELATIVAS À ESTRUTURA DO CURSO

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE ARTE NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DO PROEJA

O conhecimento artístico tem como características centrais a criação e o trabalho criador. A arte é criação, qualidade distintiva fundamental da dimensão artística, pois criar “é fazer algo inédito, novo e singular, que expressa o sujeito criador e simultaneamente, transcende-o, pois o objeto criado é portador de conteúdo social e histórico e como objeto concreto é uma nova realidade social” (PEIXOTO, 2003, p. 39). Esta característica da arte ser criação é um elemento fundamental para a educação, pois a escola é, a um só tempo, o espaço do conhecimento historicamente produzido pelo homem e espaço de construção de novos conhecimentos, no qual é imprescindível o processo de criação. Assim, o desenvolvimento da capacidade criativa dos alunos, inerente à dimensão artística, tem uma direta relação com a produção do conhecimento nas diversas disciplinas.

Desta forma, a dimensão artística pode contribuir significativamente para humanização dos sentidos, ou seja, para a superação da condição de alienação e repressão à qual os sentidos humanos foram submetidos.

A Arte concentra, em sua especificidade, conhecimentos de diversos campos, possibilitando um diálogo entre as disciplinas escolares e ações que favoreçam uma unidade no trabalho pedagógico.

As diferentes formas de pensar a Arte e o seu ensino são constituídas nas relações socioculturais, econômicas e políticas do momento histórico em que se desenvolveram. Nesse sentido, as diversas teorias sobre a arte estabelecem referências sobre sua função social, tais como: da arte poder servir à ética, à política, à religião, à ideologia; ser utilitária ou mágica; transformar-se em mercadoria ou simplesmente proporcionar prazer.

OBJETIVOS GERAIS

Compreender e utilizar a arte como linguagem, mantendo uma atitude de busca pessoal e/ou coletiva articulando a percepção, a imaginação, a emoção, a investigação, a sensibilidade e a reflexão ao realizar e fluir produções artísticas, analisando-a enquanto uma atividade humana, centrada na imitação e na criação, que se sucedem e se alimentam uma da outra.

OBJETIVOS ESPECIFICOS

-Ensinar a ver e a ouvir criticamente a realidade, a fim de ampliar as possibilidades de expressão artística;

- construir uma relação de autoconfiança com a própria produção e a dos colegas, sabendo receber e elaborar criticas;

- experimentar e explorar as possibilidades de cada linguagem artística;

- identificar os elementos básicos da comunicação visual;

- conhecer os princípios básicos da composição visual;

- conhecer autores e expoentes das artes plásticas;

- ter contato com novas tecnologias empregadas na comunicação visual;

- compreender os elementos que estruturam e organizam as artes visuais e sua relação com o movimento artístico no qual se originou;

- apropriação pratica e teórica dos modos de composição das artes visuais nos diversos movimentos artísticos;

- identificação dos significados expressivos e comunicativos das formas visuais nas obras de artes de cada período ou movimento artístico;

- estabelecer relações contextualizadas de obras de diversos autores e diversos movimentos;

- ouvir, perceber e discriminar eventos sonoros diversos, fontes sonoras e produções musicais;

- perceber e expressar sensações, sentimentos e pensamentos por meio de improvisações, composições e interpretações musicais;

- possibilitar aos alunos a pesquisa dos múltiplos elementos da linguagem cênica, como: direção, indumentária, cenografia, sonoplastia, iluminação, interpretação, entre outros;

- buscar novos caminhos e significados para a criação cênica;

- possibilitar a interação da dança com as demais linguagens artísticas (música, artes visuais e teatro).

EMENTA: O conhecimento estético e artístico através das linguagens da arte: música, teatro, danças e artes visuais no contexto histórico.
Carga horária total: 80h/a - 67h

CONTEÚDOS

1° SEMESTRE

- A importância da produção artística;
- Análise conceitual: arte e estética;
- Arte e sociedade: História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Arte Pré Histórica
- Elementos que compõem a linguagem visual (cor, luz, forma, textura, ponto, linha e superfície) relacionados com layout, plantas arquitetônicas e sinalização de segurança;
- Monocromia e policromia
- Realização de produções artísticas no âmbito das artes visuais;
- Apreciação, leitura e análise de produções artísticas em diferentes períodos;
- Simetria e assimetria
- Bidimensional e tridimensional.
- Ângulos ,Classificação dos ângulos, uso do transferidor.
- O uso do esquadro para traçado de retas.
- Letras tipo bastão.Letreiros técnicos.

2º SEMESTRE

- Artes visuais como objeto de conhecimento;
- As diversas formas comunicativas das artes visuais;

- Composição, perspectiva, volume, planos,dentre outros;
- Tendências estéticas;
- Apreciação, leitura e análise de produções artísticas em diferentes períodos; arte abstrata, figurativa, geométrica.
- A música e a dança como objetos de conhecimento;
- Estilos e gêneros: erudito, popular e tradição oral,
- Instrumentos musicais;
- As artes cênicas como objeto de conhecimento;
- Elementos básicos da composição teatral: texto, interpretação, cenário, figurino, maquilagem;
- Direção cênica, sonoplastia, trilha sonora, coreografia;
- Estilos, gêneros e escolas de teatro no Brasil;
- Leitura, apreciação e análise de produções cênicas;
- Textura.

METODOLOGIA

Nas aulas de Arte é necessário um encaminhamento metodológico orgânico, onde o conhecimento, as práticas e a fruição artística estejam presentes em todos os momentos da prática pedagógica. Para preparar as aulas, é preciso considerar para quem elas serão ministradas, como, por que e o que será trabalhado, tomando-se a escola como espaço de conhecimento. Dessa forma, devem-se contemplar, na metodologia do ensino da arte, três momentos da organização pedagógica:

- Teorizar: fundamenta e possibilita ao aluno que perceba e aproprie a obra artística, bem como, desenvolva um trabalho artístico para formar conceitos artísticos;

- Sentir e perceber: são as formas de apreciação, fruição, leitura e acesso à obra de arte;

- Trabalho artístico: é a prática criativa, o exercício com os elementos que compõe uma obra de arte.

O trabalho em sala poderá iniciar por qualquer um desses momentos, ou

pelos três simultaneamente. Ao final das atividades, em uma ou várias aulas, espera-se que o aluno tenha vivenciado cada um deles.

É imprescindível que o professor considere a origem cultural e o grupo social dos alunos e que trabalhe nas aulas os conhecimentos originados pela comunidade. Também é importante que discuta como as manifestações artísticas podem produzir significado de vida aos alunos, tanto na criação como na fruição de uma obra.

AVALIAÇÃO

A concepção de avaliação para a disciplina de Arte é diagnóstica e processual. É diagnóstica por ser a referência do professor para planejar as aulas e avaliar os alunos; é processual por pertencer a todos os momentos da prática pedagógica. A avaliação processual deve incluir formas de avaliação da aprendizagem, do ensino (desenvolvimento das aulas), bem como a auto-avaliação dos alunos. A avaliação requer parâmetros para o redimensionamento das práticas pedagógicas, pois o professor participa do processo e compartilha a produção do aluno. Ou seja, a avaliação permite que se saia do lugar comum, dos gostos pessoais, de modo que se desvincula de uma prática pedagógica pragmatista, caracterizada pela produção de resultados ou a valorização somente do espontaneísmo. Ao centrar-se no conhecimento, a avaliação gera critérios que transcendem os limites do gosto e das afinidades pessoais, direcionando de maneira sistematizada o trabalho pedagógico.

Assim, a avaliação em Arte supera o papel de mero instrumento de medição da apreensão de conteúdos e busca propiciar aprendizagens socialmente significativas para o aluno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASBAUM, Ricardo. *Arte Contemporânea Brasileira, texturas, dicções, ficções, estratégias*, Rio de Janeiro, Rios Ambiciosos, 2001

BENJAMIN, Walter, *A Obra de Arte na Época de sua Reprodutibilidade Técnica* IN Benjamin, Obras Escolhidas, S.P., Brasiliense, 1987

BOURDIEU, Pierre & DARBEL, Alain. *O Amor pela Arte* São Paulo, EDUSP e Ed. Zouk, 2003.

CIMET, Esther (org.) *El Publico como propuesta: quatro estudios sociologicos en museos de arte*, Mexico, INBA, 1987

FOSTER, Hal. *Recodificação; Arte, Espetáculo, Política Cultural,* São Paulo, Casa Editorial Paulista, 1996.

GROSSMANN, Martin *O Anti-Museu* IN Revista Comunicações e Artes, Ano 15, nº24, 1991, pp 5-20

GROSSMANN, Martin, O *Hipermuseu; a arte em outras dimensões*, Livre-Docência, ECA-USP, São Paulo, 2001

O'DOHERTY, B. *No Interior do Cubo Branco, a ideologia do espaço da arte*, São Paulo, Martin Fontes, 2002

PEDROSA, Mário (1900-1981) *Política das Artes*, (organização e apresentação de Otília Betariz Fiori Arantes), São Paulo, EDUSP, 1995

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE BIOLOGIA NO CURSO TECNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DO PROEJA

O surgimento da vida, a diversidade de seres vivos, a classificação e a constituição do corpo dos seres vivos, a interação entre os seres vivos e destes com os demais elementos do ambiente, as intervenções do ser humano no ambiente, o aproveitamento de recursos naturais e o desenvolvimento sustentável são alguns dos termos do estudo da Biologia.

O conhecimento cresce em ritmo acelerado, especialmente na área biológica, desenvolvendo cada vez mais formas de melhorar a qualidade do Meio Ambiente, melhorando assim as condições de saúde, compreendendo os mecanismos que regem a vida, para que possamos entender e respeitar o mundo em que vivemos.

OBJETIVOS GERAIS

- Compreender que o conhecimento científico é o produto da cultura humana e que, como tal não pode ser considerado uma verdade absoluta e acabado, pois está em constante desenvolvimento;
- Reconhecer a biologia com um fazer humano e, portanto, histórico, fruto da conjunção de fatores sociais, políticos, econômicos, culturais, religiosos e tecnológicos;
- Identificar a interferência de aspectos místicos e culturais, nos conhecimentos do senso comum relacionados a aspectos biológicos;
- Reconhecer o ser humano como agente e paciente de transformações intencionais por ele produzidos no seu ambiente;
- Julgar ações de intervenção, identificando aquelas que visam a preservação e a implantação da saúde individual, coletiva e do ambiente;
- Identificar as relações entre o conhecimento científico e o desenvolvimento tecnológico, primando pela preservação da vida, as condições de vida e as concepções de desenvolvimento sustentável.

EMENTA: O fenômeno vida e a prevenção da saúde do trabalhador dentro de uma visão ecológica de sustentabilidade.

Carga horária total: 120 h/a - 100 h

CONTEÚDOS

1º SEMESTRE

Teoria origem da vida

Célula, organelas celulares e funções,

Cromossomos;

Fotossíntese e respiração celular;

Anatomia e fisiologia;

2º SEMESTRE

Tipos de reprodução, reprodução humana;

Sistema de classificação dos seres vivos;

Características e reprodução dos vírus, principais doenças humanas;

Reinos Monera, Protista, Fungi, Animalia;

Epidemiologia e toxicologia;

Plantas e suas características e principais importâncias;

3º SEMESTRE

Teorias de Origem e Evolução da Vida;

Ecossistemas e Equilíbrio Natural;

Ecologia: conceitos e importância;

Cadeia e teias alimentares;

Fluxo de energia;

Sucessão ecológica;

Relação entre os seres vivos;

Ecologia das populações, desequilíbrios ambientais;

Genética: conceitos e hereditariedade;

Noções básicas de probabilidade;

Genética mendeliana e pós-mendeliana, teorias evolucionistas, provas da evolução, adaptação dos seres vivos ao meio, evolução humana;

Clonagem;

Transgênicos;

Vacinas;

Descarte dos resíduos perigosos no ambiente de trabalho (pilhas, baterias, placas, dentre outros).

METODOLOGIA

A Biologia contribui para a formação de sujeitos críticos, reflexivos e atuantes, por meio de conteúdos que proporcionam o entendimento do objeto de estudo – o fenômeno vida- em toda sua complexidade de relações, ou seja, na organização dos seres vivos; no funcionamento dos mecanismos biológicos de variabilidade genética,hereditariedade e relações ecológicas e das implicações dos avanços biológicos no fenômeno da vida.

Como proposta metodológica para o ensino de Biologia, propõe-se a utilização do método da prática social da pedagogia histórico- crítica centrada

na valorização e socialização dos conhecimentos da biologia às camadas populares, entendendo a apropriação crítica e histórica do conhecimento enquanto instrumento de compreensão da realidade social e atuação crítica para a transformação da realidade (Saviani, 1997, Libânio, 1983).

O método da prática social decorre das relações dialéticas entre conteúdo de ensino e concepção de mundo, entre a compreensão e a intervenção nesta realidade. Confronta-se os saberes do aluno com o saber elaborado, na perspectiva de apropriação da concepção de Ciência enquanto atividade humana e que estuda os modos de produção. Busca-se a coerência com os fundamentos de uma pedagogia entendida como processo através do qual o homem torna-se plenamente humano.

AVALIAÇÃO

A avaliação permite delinear, obter e fornecer informações para a tomada de novas decisões com vistas a atingir níveis mais elaborados de aprendizagem. Desta forma, a avaliação da aprendizagem fundamentar-se-á no processo de construção de conceitos e na aplicabilidade destes na resolução dos problemas, bem como na proposta observada, durante e após a experimentação prática.

A avaliação no PROEJA – Técnico em segurança do trabalho deve prever o trabalho como princípio educativo a partir dos problemas que advém da área profissional para qual se preparam os estudantes. Sendo ela uma tarefa constante do trabalho docente,devendo acompanhar passo a passo o processo de ensino aprendizagem, cumprindo funções didáticas pedagógicas de diagnóstico e na dinamização de novas oportunidades de aprendizagem através do processo contínuo.

Avaliar implica intervir no processo ensino aprendizagem do estudante, para que ele compreenda o real significado dos conteúdos científicos escolares, visando uma aprendizagem realmente significativa para sua vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA FILHO, NUNES, A., Segurança do Trabalho e Gestão Ambiental. 1ª ed, São Paulo, Atlas, 2001.

JAMES, B., Lixo e Reciclagem. 4ª ed, São Paulo, Scipione, 1995.

LAGO, H.; VALLE, E.V., Acidentes, lições, soluções. ed. Senac, SP.

MARGULIS, S., Meio Ambiente; aspectos técnicos e econômicos. 2ª ed. Brasília, Ipea, 1996

PINHEIRO, A. C. F. B., Ciências do ambiente; ecologia, poluição e impacto ambiental. São Paulo, Makeon Books, 1992.

Souza, M. P., Instrumentos de Gestão Ambiental - Fundamentos e Prática, 2004.

TIBOR, T., FELDMAN, I. ISO 14.000; um guia para as novas normas de gestão ambiental. São Paulo, Futura, 1996.

BRASIL, Ministério, em; http://www.saude.pr.gov.br/saudedotrabalhador/index.html

BRASIL. Ministério da Saúde Brasília. Doenças Relacionadas ao Trabalho: Manual de Procedimentos para Serviços de Saúde, Ministério da Saúde, 2001. 580p

Biblioteca Virtual Saúde em; http://bvsms.saude.gov.br/html/pt/pub_assunto/saude _trabalhador.html

Decreto nº 6.042 de 12 de fevereiro de 2007 (alterando o Decreto nº 3.048 de 6 de maio de 1999).

Postar Saúde do Trabalhador em; http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area. cfm?id_area=1124

RAGASSON C, A, P., Qualidade no Trabalho: Estudo das Condições de Trabalho. Cascavel: coluna do saber, 2004. 97p.

Revista Brasileira de Saúde Ocupacional

SECRETARIA DA SAÚDE, Política Estadual de Atenção Integral à saúde do Trabalhador do Paraná, Instituto de Saúde do Paraná, diretoria de vigilância e pesquisa, Centro Estadual de Saúde do Trabalhador. Curitiba, Brasil, 2004.

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE DESENHO ARQUITETÔNICO DO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO NO PROEJA

O desenho começou a ser usado como meio preferencial de representação do projeto arquitetônico a partir do Renascimento. Apesar disso, ainda não havia conhecimentos sistematizados de geometria descritiva, o que tornava o processo mais livre e sem nenhuma normatização.

Com a Revolução Industrial, os projetos das máquinas passaram a demandar maior rigor e precisão e consequentemente os diversos projetistas necessitavam agora de um meio comum para se comunicar e com tal eficiência que evitasse erros grosseiros de execução de seus produtos. Desta forma, instituíram-se a partir do século XIX as primeiras normas técnicas de representação gráfica de projetos, as quais incorporavam os estudos feitos durante o período de desenvolvimento da geometria descritiva, no século anterior. Por este motivo, o desenho técnico (e, portanto, o desenho de arquitetura) era naquele momento considerado um recurso tecnológico imprescinível ao desenvolvimento econômico e industrial.

A normatização hoje está mais avançada e completa, embora o desenho arquitetônico tenha passado a ser executado predominantemente em ambiente CAD (ou seja, de forma eletrônica). Por outro lado, para grande parte dos profissionais, o desenho à mão ainda é a gênese e o principal meio para a elaboração de um projeto. A representação gráfica do desenho em si corresponde a um conjunto de normas internacionais (sob a supervisão da ISO). Porém, geralmente, cada país costuma possuir suas próprias versões das normas, adaptadas por diversos motivos.

No Brasil, as normas são editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), sendo as seguintes as principais:

NBR-6492 - Representação de projetos de arquitetura

NBR-10067 – Princípios gerais de representação em desenho técnico

Cabe notar, no entanto, que se por um lado recomenda-se a adequação a tais normas quando da apresentação de desenhos para fins de execução de

obras ou em situações oficiais (como quando os profissionais enviam seus projetos à aprovação em prefeituras), por outro lado admite-se algum nível de liberdade em relação a elas em outros contextos. Durante o processo de elaboração e evolução do projeto, por exemplo, normalmente os arquitetos utilizam-se de métodos de desenho próprios apropriados às suas necessidades momentâneas, os quais eventualmente se afastam das determinações das normas. Esta liberdade se dá pela necessidade de elaborar desenhos, que exijam uma facilidade de leitura maior por parte de leigos ou para se adequarem a diferentes publicações, por exemplo.

O desenho arquitetônico é, em um sentido estrito, uma especialização do desenho técnico normatizado voltada à execução e a representação de projetos de arquitetura. Em uma perspectiva mais ampla, porém, o desenho de arquitetura poderia ser encarado como todo o conjunto de registros gráficos produzidos por arquitetos ou outros profissionais durante ou não o processo de projeto arquitetônico. O desenho de arquitetura, portanto, manifesta-se como um código para uma linguagem, estabelecida entre o emissor (o desenhista ou projetista) e o receptor (o leitor do projeto). Desta forma, seu entendimento envolve um certo nível de treinamento, seja por parte do desenhista ou do leitor do desenho.

OBJETIVOS GERAIS

Capacitar o aluno a desenhar, no computador ou na prancheta, representações gráficas de um projeto, tendo noção sobre a arte de projetar, e os princípios do urbanismo.

Ensinar conceitualmente o exercício de desenhar e projetar, como complemento aos conhecimentos indispensáveis à formação profissional.

Estimular o aluno ao uso das tecnologias, disponibilizando todo material didático de forma informatizada para que ele possa acompanhar a matéria dada rompendo a resistência ao uso do computador;

Reconhecer o formato e dimensões do papel, escalas numéricas e gráficas.

Interpretar planta baixa, cortes dentre outros;

EMENTA: Interpretação da linguagem e da representação gráfica do desenho arquitetônico em segurança do trabalho.

Carga horária total: 80 h/a - 67 h

CONTEÚDOS

3º SEMESTRE

Leitura e análise de processo industrial;

Organização e adequação de espaço físico;

Noções de Projetos Arquitetônicos: Interpretação de Planta Baixa, cortes, dentre outros;

4º SEMESTRE

Representação gráfica: Mapa de risco, Elaboração de layout para a confecção de Mapas de Risco;

Desenho Arquitetônico: Simbologia e convenção;

Dimensionamento, cota, escalas métricas;

Softwares de desenho técnico.

METODOLOGIA

O uso da tecnologia como ferramenta de ensino e aprendizagem facilita a apreensão das informações didáticas, ampliando as possibilidades para a construção do conhecimento.

Para o desenvolvimento da disciplina de Desenho Arquitetônico faz-se necessário a utilização de maquetes físicas, bem como dos softwares AutoCAD, entre outros. O uso de recursos variados desperta o interesse e a curiosidade dos estudantes, refletindo em resultados positivos em relação à produtividade dos alunos, na assiduidade, na compreensão dos conteúdos, na interação entre eles.

A utilização do lápis e papel na fase de concepção de projeto ainda é de suma importância, visto que ainda não existe um software no mercado que substitua a contento estas ferramentas.

AVALIAÇÃO

Avaliar a aprendizagem escolar implica estar disponível para acolher nossos educando no estado em que estejam. A avaliação deve fazer-se presente, tanto como meio de diagnóstico do processo ensino-aprendizagem quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica, sempre com uma dimensão formadora, uma vez que, o fim desse processo é a aprendizagem, ou a verificação dela, mas também permitir que haja uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica.

A verificação da aprendizagem dar-se-á através das atividades desenvolvidas em sala de aula, no laboratório de informática, avaliações individuais e pelo desenvolvimento de um projeto arquitetônico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT. Coletânea de normas de desenho técnico. Senai, DTE, 1990. BRASIL: Ministério do Trabalho. Fundacentro. Curso de Engenharia do Trabalho. São Paulo: Fundacentro, 1981. 6 v.

CARVALHO, B.A. Desenho geométrico. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993.

FRENCH, T.E. Desenho Técnico e tecnologia gráfica. 6. ed. São Paulo: Globo, 1999.

OBERG, L. Desenho Arquitetônico. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1979.

PEREIRA, A. Desenho Técnico Básico. 9. ed. Rio de Janeiro: 1990. SENAI. DR. PR. Desenho Técnico. Curitiba: Senai, 1995.

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DO PROEJA

A Educação Física escolar vem exercendo o seu papel com muitas divergências e transformações dentro do processo político pedagógico. Desde o seu inicio com Rui Barbosa, no século XIX, até os dias atuais tem ficado a mercê de interesses que não são os da Educação Física, e sim atendendo a outros objetivos, como por exemplo, das fases higiênista e militarista. Sendo algumas vezes retirada do currículo como aconteceu nas décadas de 80 e 90 no ensino noturno, só voltando alguns anos depois, tendo sempre que provar a sua importância no desenvolvimento do educando. Não podemos esquecer que a Educação Física trabalha o corpo de forma complexa, em conexão com os aspectos biopsicosocioespiritual e tem um papel de suma importância dentro da sociedade em que estamos inseridos.

As fases e transformações pelas quais passou a Educação Física, de certa forma ajudaram a construir a concepção atual, dentro de conceitos e propostas, onde temos a corporalidade como foco e centro das atividades respeitando a diversidade e individualidade do educando, demonstrando que também contribui para a formação, transformação, crescimento e desenvolvimento do educando.

Ao trabalhar a Educação Física nos dias atuais pretende-se despertar nos alunos sua inserção como sujeitos históricos, trabalhando o esporte, lutas, danças e jogos considerando as diferenças e os aspectos construtivos do processo sem exigências de práticas perfeitas, mas valorizando a forma lúdica e prazerosa da prática corporal de nossos alunos. Portanto, é necessário discutir constantemente o ensino da Educação Física como parte integrante do processo de aprendizagem e saúde do educando.

A inclusão da Educação Física na educação de jovens e adultos representa a possibilidade de acesso, a cultura corporal de movimento. O acesso a esse universo de informações, vivências e valores é compreendido aqui como um direito do cidadão, na perspectiva da construção e usufruto de instrumentos para promover a saúde, utilizar criativamente o tempo de lazer e de expressão de afetos e sentimentos, em diversos contextos de convivência. Em síntese, a apropriação da cultura corporal de movimento, por meio da

Educação Física na escola, pode e deve se constituir, num instrumento de inserção social, de exercício da cidadania e de melhoria da qualidade de vida.

OBJETIVOS GERAIS

- Incentivar os alunos a prática de uma atividade física visando seus benefícios para a saúde humana e convivência social;

- Aprofundar os conhecimentos e compreensão das diferentes manifestações da cultura corporal na dança, jogos, esportes e lutas.

- Entender o funcionamento do organismo humano no que diz respeito a capacidades físicas individuais;
- Compreender a relação complexa do corpo no labor, tendo como foco a segurança e a saúde individual e coletiva.
- Refletir sobre as formas pacíficas e respeitosas dentro e fora das práticas esportivas;

- Discutir aspectos sociais tendo a atividade física e seus componentes como meio do processo complexo de desenvolvimento humano;

- Realizar atividades físicas nas aulas de Educação Física de forma lúdica e prazerosa visando à diminuição de índices de sedentarismo a curto, médio e longo prazo.

EMENTA: Conhecimento ergonômico e o suporte ao profissional Técnico em Segurança do Trabalho para o atendimento de emergências, bem como a promoção da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Carga horária total: 80 h/a - 67 h

CONTEÚDOS

1° SEMESTRE

- Atividades de lazer e recreação;
- Relaxamento e condicionamento;
- Expressão corporal e dança;
- Organização de eventos esportivos e culturais (jogos, gincanas e festivais);
- Brincadeiras populares e construção de brinquedos alternativos;
- Jogos;
- Tipos de artes marciais;
- Esportes individuais e coletivos;
- Ambiente de trabalho: ambientes térmico, acústico, vibratório, luminoso, qualidade do ar;
- Biomecânica ocupacional: gestos, posturas e movimentos;
- Antropometria e tabelas de levantamento antropométrico;
- Pausas de recuperação durante a jornada e intervenção ergonômica;
- Ergonomia relacionada ao trabalho pesado.
- Fisiologia do trabalho muscular;
- Fadiga física e mental;
- Ergonomia aplicada ao trabalho;

2º SEMESTRE

- Prevenção da fadiga no trabalho;
- Noções de primeiro socorros;
- Procedimentos emergenciais em casos de primeiros socorros;
- Urgências coletivas;
- Noções de atendimento em casos de emergência;
- Queimaduras;
- Lesões causadas por eletricidade;
- Afogamento, mordidas e picadas de animais;

- Desmaios, convulsão;
- Hemorragias;
- Noções de reanimação e princípios de reanimação;
- Respiração cardiorrespiratória;
- Avaliação do estado da vítima;
- Posição de recuperação;
- Restabelecimento da circulação;
- Atendimento local e locomoção/remoção da vítima;
- Ginástica: laboral, rítmica, artística, acrobática;
- Alimentação e saúde.

METODOLOGIA

Considerando o objeto de ensino e de estudo da Educação Física, a Cultura Corporal, esta tem a função social de contribuir para que os alunos se tornem sujeitos capazes de reconhecer o próprio corpo, adquirir uma expressividade corporal consciente e refletir criticamente sobre as práticas corporais.

O professor de Educação Física tem, assim, a responsabilidade de organizar e sistematizar o conhecimento sobre as práticas corporais, o que possibilita a comunicação e o diálogo com as diferentes culturas. No processo pedagógico, o senso de investigação e de pesquisa pode transformar as aulas de Educação Física e ampliar o conjunto de conhecimentos que não se esgotam nos conteúdos, nas metodologias, nas práticas e nas reflexões. Essa concepção permite ao educando ampliar sua visão de mundo por meio da Cultura Corporal, de modo que supere a perspectiva pautada no tecnicismo e na desportivização das práticas corporais. O conhecimento deve ser transmitido e discutido com o aluno, levando-se em conta o momento político, histórico, econômico e social em que os fatos estão inseridos.

Cabe ressaltar que tratar o conhecimento não significa abordar o conteúdo ‘teórico’, mas, sobretudo, desenvolver uma metodologia que tenha como eixo central a construção do conhecimento pela práxis, isto é, proporcionar, ao mesmo tempo, a expressão corporal, o aprendizado das

técnicas próprias dos conteúdos propostos e a reflexão sobre o movimento corporal, tudo isso segundo o princípio da complexidade crescente, em que um mesmo conteúdo pode ser discutido.

Enfim, é preciso reconhecer que a dimensão corporal é resultado de experiências objetivas, fruto de nossa interação social nos diferentes contextos em que se efetiva, sejam eles a família, a escola, o trabalho e o lazer.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve estar a serviço da aprendizagem de todos os alunos, de modo que permeie o conjunto das ações pedagógicas e não seja um elemento externo a esse processo, os professores precisam ter clareza de que a avaliação não deve ser pensada à parte do processo de ensino/aprendizado da escola. Deve, sim, avançar dialogando com as discussões sobre as estratégias didático-metodológicas, compreendendo esse processo como algo contínuo, permanente e cumulativo

A avaliação deve, ainda, estar relacionada aos encaminhamentos metodológicos, constituindo-se na forma de resgatar as experiências e sistematizações realizadas durante o processo de aprendizagem. Isto é, tanto o professor quanto os alunos poderão revisitar o trabalho realizado, identificando avanços e dificuldades no processo pedagógico, com o objetivo de (re)planejar e propor encaminhamentos que reconheçam os acertos e ainda superem as dificuldades constatadas. é imprescindível utilizar instrumentos que permitam aos alunos se auto avaliarem, reconhecendo seus limites e possibilidades, para que possam ser agentes do seu próprio processo de aprendizagem.

Durante estes momentos de intervenção pedagógica, o professor pode utilizar-se de outros instrumentos avaliativos, como: dinâmicas em grupo, seminários, debates, júri-simulado, (re)criação de jogos, pesquisa em grupos, inventário do processo pedagógico[24], entre outros, em que os estudantes possam expressar suas opiniões aos demais colegas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS DE OLIVEIRA, Sávio. Reinventando o esporte: possibilidades da prática pedagógica. Campinas: Autores Associados/CBCE, 2001.

Balbinotti, Giles. Ergonomia Como Principio e Pratica nas Empresas. Autores Paranaenses, 2003, 180 p

BARTMAN, M. e BRUNO, P. Manual de Primeiros Socorros. Rio de Janeiro, Ática, 1996

BENJAMIN, Walter. Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação. São Paulo: Summus, 1984.

BRUHNS, Heloisa Turini. O corpo parceiro e o corpo adversário. Campinas, São Paulo: Papirus,1993.

CIRQUEIRA, Luiz. As Práticas Corporais e seu Processo de Re-signficação: apresentado os subprojetos de pesquisa. In: Ana Márcia Silva; Iara Regina

Couto, H. A. Como Implantar Ergonomia na Empresa. Ergo, 2002, 336 p

Damiani. (Org.). Práticas Corporais: Gênese de um Movimento Investigativo em Educação Física.. 1 ed. Florianópolis: NAUEMBLU CIÊNCIA & ARTE, 2005.

ESCOBAR, M. O. Cultura corporal na escola: tarefas da educação física. Revista Motrivivência, nº 08, p. 91-100, Florianópolis: Ijuí, 1995.

FALCÃO, J. L. C.. Capoeira. In: KUNZ, E. Didática da Educação Física 1. 3.ed.Ijuí: Unijuí, 2003, p. 55-94.

GEBARA, Ademir. História do Esporte: Novas Abordagens. In: Marcelo Weishaupt Proni; Ricardo de Figueiredo Lucena. (Org.). Esporte História e Sociedade. 1 ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

HUIZINGA, Johan. Homo ludens. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva Estudos 42, 1980.

IIDA, Itiro. Ergonomia: projeto e produção. São Paulo: Edgard Blücher, 2000. 465p.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Estudos do lazer: uma introdução. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

MICHEL, Oswaldo. Guia de Primeiros Socorros para Cipeiros e Serviços Especializados em Medicina e Segurança do Trabalho. São Paulo: LTR, 2002.

MONTMOLLIN, Maurice de. A Ergonomia. Lisboa: Instituto Piaget, 1995. 159p. (Sociedade e organização)

MORAES, Anamaria de; MONT'ALVÃO, Cláudia. Ergonomia: conceitos e aplicações. Rio de Janeiro: 2 AB, 1998. 119p. (Design).

OLIVEIRA, Maurício Romeu Ribas & PIRES, Giovani De Lonrezi. O esporte e suas manifestações mídiaticas, novas formas de produção do conhecimento no espaço escolar. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Belo Horizonte/MG, 2003.

PALLAFOX, Gabriel Humberto Muñhos; TERRA, Dinah Vasconcellos. Introdução à avaliação na educação física escolar. Pensar a Prática. Goiânia. v. 1. no. 1. p. 23-37. jan/dez 1998.

SILVA, Ana Márcia. Práticas Corporais: invenção de pedagogias?. In: Ana Márcia Silva;Iara Regina Damiani. (Org.). Práticas Corporais: Gênese de um Movimento Investigativo em Educação Física. 1 ed. Florianópolis: Nauemblu Ciência & Arte, 2005, v. 1, p. 43-63.

SOARES, Carmen Lúcia . Notas sobre a educação no corpo. Educar em Revista, Curitiba, n. 16, 2000, p. 43-60.

VAZ, Alexandre Fernandez, SAYÃO Deborah Thomé, PINTO, Fábio Machado (Org.).Treinar o corpo, dominar a natureza: notas para uma análise do esporte com base no treinamento corporal. Cadernos CEDES, n. 48,ago. 1999, p. 89-108.

VAZ, Alexandre Fernandez; PETERS, Leila Lira; LOSSO, Cristina Doneda. Identidade cultural e infância em uma experiência curricular integrada a partir do resgate das brincadeiras açorianas. Revista de Educação Física UEM,

Maringá, v. 13, n. 1, 2002, p. 71-77.

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE FILOSOFIA NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO NO PROEJA

O ensino de Filosofia no Brasil apresenta momentos de negação e afirmação. A disciplina foi acompanhada de ideologias políticas. Algumas viam no seu ensino subversão, optaram então pela sua supressão. Outras viam na Filosofia um instrumento de luta, defenderam então sua implementação.

A preocupação com a Filosofia surge na história recente do Brasil. Segundo as orientações curriculares para o Ensino Médio (2006d) em 1961 ela deixou de ser obrigatória e é excluída definitivamente do currículo escolar em 1971, com a lei número 5692/71.O tratamento dado a Filosofia no período militar revela uma visão de educação despreocupada com a formação integral do educando. O programa desenvolvimentista da ditadura militar demonstrou uma preocupação com a capacitação técnica. O importante era qualificar mão de obra para um país que pretendia industrializar-se. A sociedade brasileira herdou desta época uma despreocupação com o pensamento humanista.

Com o movimento de redemocratização surge a esperança de um novo Brasil e nele uma nova educação. Segundo as Diretrizes Curriculares da Educação Básica – Filosofia – do Estado do Paraná (2009) esse momento histórico pode ser exemplificado com a ação dos professores, da Universidade Federal do Paraná ligados à Filosofia, que lutaram contra a educação tecnicista implantada no período do governo militar.

As discussões em torno da Filosofia, sem espaço desde 1964, surgem tímida na década de oitenta com a reabertura política. A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBN, 9394/96, demonstra o fruto das conquistas quando traz em seu texto que ao final do ensino médio o estudante deverá dominar os conteúdos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania. A lei reconhece e anuncia a importância do conhecimento filosófico numa sociedade em que os indivíduos foram espoliados de sua cidadania. Note-se,335 no entanto, que a Filosofia se apresenta como conteúdo, ela ainda não adquire o status de disciplina na unidade curricular.Sem a obrigatoriedade, as Instituições de Ensino Superior

não promoveram a formação de professores de Filosofia o que ocasionou a falta de professores dessa disciplina.

Essa falta é uma dificuldade presente até hoje. As Escolas de nível médio acostumaram-se com a ausência da disciplina. A Filosofia chega ao final da década de noventa sem reconhecimento legal como disciplina, com um número reduzido de professores, sem uma proposta pedagógica consistente, e ausente das propostas pedagógicas curriculares e de projetos políticos pedagógicos.

Em alguns casos a Filosofia se configurou como corpo estranho nas escolas. Não se sabia o que ensinar e alguns professores chegaram a arriscar-se em metodologias alternativas como a auto-ajuda. Com raras experiências bem sucedidas, a disciplina ganhou um estigma de sem importância. O auge do processo de reconhecimento da Filosofia se deu com a lei 11.684 de dois de junho de 2008, que alterou o artigo 36 da LDBn, tornando obrigatório o ensino de Filosofia e Sociologia em todas as séries do Ensino Médio.

Sabendo da importância do ensino de Filosofia para a formação integral do educando e da necessidade de uma educação para além da técnica, podemos afirmar que o ensino dessa área do conhecimento poderá oferecer uma contribuição importante na formação de novos sujeitos. Uma educação humanizada não deverá furtar-se à reflexão, à crítica e à oferecer instrumentos para a construção da autonomia dos educando.

Os jovens e adultos que tiveram uma trajetória escolar de forma descontinuada, devem ter acesso à educação básica, e ainda a uma formação de nível técnico profissionalizante. Contudo, o que se pretende não é apenas uma formação que atenda apenas a necessidade do mundo do trabalho, e não se trata apenas de vivenciar um conhecimento numa correlação, por exemplo, entre uma teoria que se estuda e uma prática realizada no dia-a-dia. Como se fosse uma técnica que, uma vez aprendida, só teria finalidade quando aplicada.

O novo paradigma de educação profissional nos adverte para a necessidade da formação integral. A educação humana deve cumprir o objetivo

de extrapolar a mera capacitação de mão de obra, pois uma educação de Jovens e adultos dá-se a partir dos conhecimentos que compõem suas vidas cotidianas.

Desta forma, não se pode entender a formação apenas como inclusão para as necessidades do mundo do trabalho, contudo, uma formação dos jovens e adultos que através do trabalho, transforme a si e a sociedade. A contribuição da Filosofia na profissionalização dos jovens e adultos do PROEJA, está em conduzir a uma compreensão da educação dos jovens e adultos de forma humanizadora. A Filosofia contribui para que os jovens e adultos não possam conduzir-se por uma compreensão ingênua, ou mesmo arbitrária, mas abre a mente para a verdade. A sua importância não tem o cunho somente racional, serve também para a nossa vivência cotidiana, ajuda-nos em nossas tarefas reflexivas, tanto para valorizar o que temos e produzimos, como para acolher as que os outros produzem, colhendo assim, um enorme campo de utilidade, inclusive na profissionalização.

O estudo de Filosofia tem uma contribuição muito significativa no nosso mundo contemporâneo, pois ela nos fornece um conhecimento crítico e eficaz, desvelando todo passado obscuro que nos foi transmitido, para termos condições de fazer bem o presente. Devemos constantemente buscar a nossa principal característica existencial: o compreender.

OBJETIVOS GERAIS

Propiciar reflexões e estimular o pensamento a partir do estudo de algumas das principais idéias que compõem os pilares da sociedade ocidental. Voltar um olhar crítico sobre a História dos pensadores e buscar as influencias no cotidiano atual.

Estimular o educando a formar novos conceitos, a partir do conhecimento elaborado, de acordo com idéias antigas sem desconsiderar o novo pensar. Olhar criticamente para seu presente, significa opinar de maneira

consciente entre os pontos positivos e negativos, escolhendo o lado que melhor convém à sociedade e aos costumes de um determinado povo.

EMENTA: O conhecimento e o agir humano a partir das diferentes correntes filosóficas numa perspectiva epistemológica, ética e política.

Carga horária total: 80h/a - 67h

CONTEÚDOS

5º SEMESTRE

Pensamento crítico e não crítico;

Pensamento filosófico;

Filosofia e método;

O problema do conhecimento e suas perspectivas;

Estudo dos fundamentos da ação humana e o comportamento moral;

O homem como ser político (diferentes perspectivas filosóficas);

6º SEMESTRE

A formação do estado (conforme alguns pensadores da filosofia);

Sociedade política e sociedade civil: democracia;

Organização do trabalho: alienação, exploração, expropriação;

Ética profissional;

O conhecimento científico;

Pensar a beleza e Universalidade do gosto.

METODOLOGIA

O desenvolvimento das aulas dessa área do conhecimento deve incorporar aspectos que possam contribuir para uma perspectiva de superação do modelo de desenvolvimento socioeconômico vigente , o professor deve assumir uma atitude, crítica, reflexiva e orientada pela e para a responsabilidade social. Nessa perspectiva, o docente deixa de ser um transmissor de conteúdos acríticos e definidos por especialistas externos, para assumir uma atitude de problematizador e mediador no processo ensino-aprendizagem sem, no entanto, perder sua autoridade nem, tampouco, a responsabilidade com a competência técnica dentro de sua área do conhecimento.

AVALIAÇÃO

Avaliar a aprendizagem escolar implica estar disponível para acolher nossos educando no estado em que estejam, para, a partir daí, poder auxiliá-los em sua trajetória de vida. Para tanto, necessitamos de cuidados com a teoria que orienta nossas práticas educativas, assim como de cuidados específicos com os atos de avaliar que, por si, implicam em diagnosticar e renegociar permanentemente o melhor caminho para o desenvolvimento, o melhor caminho para a vida. Por conseguinte, a avaliação da aprendizagem

escolar não implica aprovação ou reprovação do educando,mas sim orientação permanente para o seu desenvolvimento.

A avaliação tem como função priorizar a qualidade e o processo de aprendizagem do educando ao longo do período letivo, não podendo ser restringida a uma única prova ou trabalho, conforme orienta a LDBEN. A avaliação deve ser desenvolvida numa perspectiva processual e contínua, que busca a (re)construção do conhecimento coerente com formação integral dos sujeitos, por meio de um processo interativo, considerando o aluno como ser criativo, autônomo, participativo e reflexivo, tornando-o capaz de transformações significativas na realidade.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAUÍ, Marilena. O que é Ideología? 30ª ed. São Paulo, Brasiliense , 1989, 125p. (Col. Primeiros Passos, 13).

ENGELS, F. Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. in:ANTUNES, R. A dialética do Trabalho: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

GENRO, Filho, Adelmo. A ideologia da Marilena Chauí. In: Teoria e Política. São Paulo, Brasil Debates, 1985.

GENRO Filho, Adelmo. Imperialismo, fase superior do capitalismo / Uma nova visão do mundo. In Lênin: Coração e Mente. c /Tarso F. Genro, Porto Alegre, Ed. TCHÊ, 1985, série Nova Política.

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE FÍSICA NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO NO PROEJA

Física é a ciência que estuda os fenômenos naturais, especialmente no que concerne as propriedades e interações da matéria e da energia. Trata dos componentes fundamentais do Universo, as forças que eles exercem e os resultados destas forças. O termo vem do grego φύσις (physis), que significa natureza, pois nos seus primórdios ela estudava, indistintamente, muitos aspectos do mundo natural. A Física difere da Química, ao lidar menos com substâncias específicas e mais com a matéria em geral, embora existam áreas que se cruzem, como a Físico-química (intimidade da matéria). Dessa forma, os físicos estudam uma vasta gama de fenômenos físicos, em diversas escalas de comprimento: das partículas subatômicas, das quais toda a matéria é originada, até o comportamento do universo material como um todo (Cosmologia).

A Física é tanto significante como influente, em parte porque os avanços na sua compreensão foram muitas vezes traduzidos em novas tecnologias, mas também porque as novas ideias na física muitas vezes ressoam com as outras ciências, matemáticas e filosóficas. Por exemplo, avanços na compreensão do electromagnetismo influenciaram directamente o desenvolvimento de novos produtos que transformaram dramaticamente a sociedade moderna. (ex: televisão, computadores e eletrodomésticos); avanços na termodinâmica influenciaram o desenvolvimento do transporte motorizado; e avanços na mecânica inspiraram o desenvolvimento do cálculo.Como ciência, a Física faz uso do método científico. Baseia-se na Matemática e na Lógica para a formulação de seus conceitos.

OBJETIVOS GERAIS

A disciplina de Física tem como finalidade o estudo de alguns princípios básicos para explicar o homem e o universo. O ensino de Mecânica deve levar o aluno a analisar e interpretar os movimentos, suas causas e efeitos, através da compreensão dos princípios fundamentais da Mecânica Clássica e aplicar

os princípios fundamentais da Mecânica na solução de problemas do seu dia-a-dia.

O ensino de Termologia deve levar o aluno a identificar as propriedades térmicas dos materiais; compreender a diferença entre calor e temperatura; relacionar calor com trabalho e energia; compreender as transformações de calor em trabalho associado às aplicações tecnológicas que fazem parte do seu dia-a-dia e entender o funcionamento da máquina térmica como uma conseqüência do 2º princípio da termodinâmica.

O ensino de Óptica deve levar o aluno a observar os fenômenos luminosos que ocorrem ao redor, com espírito crítico, que o leve a entender o mundo que o rodeia; entender as leis da reflexão, refração e dispersão da luz, através da análise dos fenômenos ocorridos nos espelhos, lentes, na superfície de um lago ou no funcionamento do olho humano e de certos instrumentos ópticos; conhecer as características de um movimento ondulatório para um melhor entendimento dos fenômenos de difração e interferência da luz e entender a natureza da luz e os fenômenos a ela associados.

O ensino do Eletromagnetismo deve levar o aluno a observar e questionar o mundo de eletricidade que o rodeia, através das aplicações tecnológicas, compreender este mundo através do desenvolvimento dos conceitos de carga elétrica, corrente elétrica, campo elétrico, diferença de potencial elétrico, campo elétrico, campo magnético, força magnética e indução eletromagnética; conhecer os processos de geração, transformação, distribuição e utilização da energia elétrica; conhecer a relação entre a eletricidade e magnetismo, através do entendimento do princípio do galvanômetro, do motor elétrico e do gerador elétrico.

EMENTA: Os fenômenos físicos com base nos conceitos do movimento, termodinâmica e eletromagnetismo.

Carga horária total: 140 h/a - 117 h

CONTEÚDOS

4ª SEMESTRE

Divisão da física;

Grandezas Físicas: sistemas de unidades, conversão de unidades, notação científica;

Cinemática: Definição e Conceitos: referencial, trajetória e posição;

Descolamento escalas, velocidade média e instantânea, aceleração;

Movimento Uniforme, Movimento Uniformemente Variado, Queda dos Corpos, Vetores, Movimento Circular.

Dinâmica: Força e Movimento, Sistemas de Forças, Energia, Impulso e Quantidade de Movimento;

5º SEMESTRE

Aceleração da Gravidade;

Gravitação Universal: Histórico, Leis de Kepler, Leis de Newton para Gravitação Universal;

Estática: Equilíbrio dos corpos;

Hidrostática: Pressão, Empuxo.

Termologia: Termometria, Dilatação Térmica, Calorimetria, Mudanças de Fase, Transmissão de Calor, Termodinâmica.

6º SEMESTRE

Óptica: Conceitos Fundamentais, Reflexão e Refração da Luz, Espelhos e Lentes Esféricas, Instrumentos Ópticos;

Ondulatória: Movimentos Periódicos, Ondas, Fenômenos Ondulatórios, Acústica;

Eletrologia: Eletrostática, Eletrodinâmica.

Eletromagnetismo: Ímãs, Campo Magnético, Força Magnética, Indução Eletromagnética.

Física Moderna: Teoria da relatividade, supercondutividade, dualidade partícula onda, radioatividade.

METODOLOGIA

A Física faz parte da nossa vida desde ao nascer até morrer, é a explicação para toda a nossa existência nesse mundo.

Ensinar física não é para aqueles que simplesmente gostam de admirar as estrelas ou apenas acham que entendem de constelações; ensinar física também implica saber e entender de astronomia! Enfim, apenas lecionará física aquela pessoa que consegue entender que física não é apenas uma disciplina que envolve cálculos dificílimos e se acha um especialista por conseguir resolvê-los!!! Primeiramente para se ensinar física deve-se compreender que esse conteúdo vai além de livros e apostilas, mas que sim explica os fatos que acontecem naturalmente no dia-a-dia.

Sabe-se que ao ingressar na escola, o aluno possui um saber espontâneo, adquirido nas experiências vividas em diferentes situações e espaços sociais. A escola trabalha com o conhecimento científico e, ao transmitir determinado conteúdo, transmite, também, formas de pensar, analisar, reelaborar e agir, diante disso o professor fará uso desse saber, ampliando o conhecimento dos educando, tornando os conteúdos mais significativos. Aprendemos na medida em que construímos, reconstruímos ou desconstruímos os conhecimentos, comparando os novos com os anteriormente adquiridos. Isso requer a aplicação de um amplo repertório de metodologias e estratégias de ensino e avaliação que se complementam.

É fundamental que o professor do proeja tenha um papel mais ativo e dinâmico no processo de aprendizagem. Tal papel inicia-se com a identificação de metas para as unidades de ensino, tendo a clareza do que ensinar, para que ensinar um conteúdo num determinado momento e se o aluno está apto a compreendê-lo, o processo de ensino aprendizagem será mais efetivo.

AVALIAÇÃO

A avaliação tem o papel de priorizar a qualidade e o processo de aprendizagem buscando a re(construção) do conhecimento, considerando o sujeito criativo, autônomo, participativo, reflexivo e capaz de transformar a sua realidade e a da sociedade em que está inserido

A avaliação deve ter um caráter diversificado, levando-se em consideração a compreensão dos conceitos físicos; a capacidade de análise de um texto, emitindo uma opinião que leve em conta o conteúdo físico; a capacidade de elaborar um relatório sobre um experimento ou qualquer outro evento que envolva a física.

A avaliação não pode ser utilizada como meio de classificar ou testar os alunos com uma nota,mas como instrumento para intervir no processo de aprendizagem dos estudantes.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIBAS, S. D. Experiências de Física na Escola. Passo Fundo: Ed. Universitária, 1996.

BEN-DOV, Y. Convite à Física. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

BRAGA, M. [et al.] Newton e o triunfo do mecanicismo. São Paulo: Atual,

1999.

BERNSTEIN, J. As idéias de Einstein. São Paulo: Editora Cultrix Ltda, 1973.

CARUSO, F. ; ARAÚJO, R. M. X. de. A Física e a Geometrização do mundo: Construindo uma cosmovisão científica. Rio de Janeiro: CBPF, 1998.

CHAVES, A. Física: Mecânica. v. 1. Rio de Janeiro: Reichmann e Affonso Editores,2000.

CHAVES, A. Física-Sistemas complexos e outras fronteiras. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2000.

CHAVES, A.; SHELLARD, R. C.. Pensando o futuro: o desenvolvimento da Física e sua inserção na vida social e econômica do país. São Paulo: SBF, 2005.

EISBERG, R.; RESNICK R.: Física Quântica. Rio de Janeiro:Editora Campus, 1979.

FIANÇA, A . C. C.; PINO, E. D.; SODRÉ, L.; JATENCO-PEREIRA, V. Astronomia: Uma Visão Geral do Universo. São Paulo: Edusp, 2003.

GALILEI, G. O Ensaiador. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000.

GALILEI, G. Duas novas ciências. São Paulo: Ched, 1935.

GARDELLI, D. Concepções de Interação Física: Subsídios para uma abordagem histórica do assunto no ensino médio. São Paulo, 2004. Dissertação de Mestrado. USP

HALLIDAY, D.; RESNICK, R. WALKER, J. Fundamentos de Física. v. 2, 6 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

JACKSON, J. D.; MACEDO, A. (Trad.) Eletrodinâmica Clássica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1983.

KNELLER, G. F. A ciência como uma atividade humana. São Paulo: Zahar/ Edusp, 1980.

LOPES, J. L. Uma história da Física no Brasil. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2004.

MARTINS, R. Andrade. O Universo. Teorias sobre sua origem e evolução. 5ª ed. São Paulo: Modern.

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE FUNDAMENTOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO NO PROEJA

O Acidente do Trabalho, bem como a Doença do Trabalho (que é equiparada ao Acidente do Trabalho), são eventos indesejáveis que surgem no decorrer do processo produtivo. O ser humano, para satisfazer as suas necessidades, precisa utilizar diversos bens materiais que, em grande parte, não são encontrados na natureza. Assim, para conseguir esses bens, precisam da realização de uma série de processos de trabalho, através do uso de máquinas, ferramentas, equipamentos e da sua própria força de trabalho, para transformar essas matérias-primas existentes na natureza em bens que satisfaçam as suas necessidades.

Ao realizar o processo produtivo, um objetivo específico desse trabalho humano é a obtenção de uma maior quantidade de produtos com uma menor quantidade de insumos num menor tempo possível, ou seja, deseja-se obter uma maior quantidade de bens materiais, utilizando menos matéria-prima e em menos tempo. No entanto, em decorrência desse trabalho, e mesmo antes do seu início, podem surgir eventos indesejáveis. Exemplo desses eventos indesejáveis é o Acidente do Trabalho.

No passado, principalmente com o advento da Revolução Industrial, o homem, em favor da produção e da máquina, era tratado como um aspecto secundário. Com o passar do tempo e após muitas lutas, o trabalhador começa a ser o centro de atenção do processo produtivo. Diz-se “começa”, porque em pleno início de um novo milênio, ainda se discute se devem ou não pagar os adicionais de insalubridade ou de periculosidade; se gera ou não aposentadoria especial para determinados trabalhadores sujeitos a determinados agentes ambientais de riscos de acidentes. O correto é que se deveria estar discutindo a necessidade da existência desses agentes de riscos que podem causar acidentes, ou seja, dever-se-ia estar discutindo a necessidade de eliminá–los ou atenuar os seus efeitos.

É fato o destaque dado à incidência de acidentes de trabalho no Brasil. As estatísticas têm mostrado que os registros desses acidentes nos colocam,

sistematicamente, entre os países que mais registram acidentes de trabalho no mundo, posição que poderia ser ainda pior se todos os acidentes ocorridos fossem notificados e se o universo de trabalhadores abrangidos pelas estatísticas não estivesse aquém da força de trabalho realmente existente no país. (As estatísticas de acidentes de trabalho brasileiras são feitas apenas sobre a massa de trabalhadores contribuintes da Previdência Social, isto é, cerca de 1/3 da população economicamente ativa.)

Dados da Organização Internacional do Trabalho relatam a ocorrência de mais de 1,2 milhão de mortes por acidente de trabalho no mundo. São dois trabalhadores mortos por minuto. Segundo aquela Organização, as principais causas dos acidentes são a deterioração das condições de trabalho causadas pela globalização e pela liberalização dos mercados, o desrespeito ao direito de segurança do trabalhador, e a falta de cumprimento da lei ou da regulamentação adequada de segurança.

Diante dessa situação, torna-se imperioso priorizar ações e adotar políticas mais contundentes para a prevenção dos fatores de risco incidentes nos locais de trabalho.

A educação é uma das ações mais importantes que se pode implementar para tentar reverter tal quadro. Nesse contexto, conforme relatado nos Referenciais Curriculares Nacionais para o Ensino Técnico, fica claro o espaço para uma participação maior do profissional técnico em segurança do trabalho no que se refere ao planejamento de prevenção, implementação das ações e verificações sistemáticas no seu sistema, uma vez que o grande desafio é integrar a segurança a outras áreas da empresa, como a manutenção, a produção, a qualidade e a administração.

O ambiente de trabalho seguro, obtido pela adoção de medidas que neutralizam ou eliminam os riscos associados às atividades de trabalho, é capaz de: possibilitar o aumento da produtividade, pois não há interrupção do trabalho por conta da ocorrência de acidentes; promover o bem-estar dos trabalhadores, impedindo-os de se acidentar ou de contrair doenças de trabalho; evitar as perdas que todo acidente gera para a empresa e para o país;

melhorar a imagem da empresa perante os seus acionistas e a sociedade, condição de valor num mercado competitivo e que tem procurado seletivamente parceiros que mostrem qualidade e eficiência na gestão da segurança e saúde no trabalho; e prevenir e atuar nas situações em que o trabalho possa provocar danos à natureza.

OBJETIVOS GERAIS

- Os futuros técnicos deverão ter a capacidade de auxiliar a empresa na formulação de políticas consistentes de segurança do trabalho, meio ambiente e saúde, colaborar para o gerenciamento preventivo dos riscos presentes nos ambientes de trabalho e relacionados aos processos produtivos, e contribuir para a redução dos índices de acidentes do trabalho, pela melhoria das condições de segurança dos locais onde se processam atividades laborativas.

OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Propiciar ao discente a compreensão da importância da Segurança do Trabalho no desempenho de suas atividades;
- Compreender as principais Normas Regulamentadoras aplicáveis;
- Saber a importância da Psicologia, da Medicina e Segurança do trabalho dentro da empresa e as relações que se estabelecem entre as mesmas;
- Analisar as ocorrências de acidentes no trabalho, seus motivos e conseqüências, para que na medida do possível, possam atender ao objetivo maior da pratica do Técnico em Segurança do Trabalho, que é acidente zero.

EMENTA: Orientação do uso dos equipamentos de proteção e prevenção, bem como as relações entre os grupos de trabalho.

Carga horária total: 120 h/a - 100 h

CONTEÚDOS

1º SEMESTRE

- Psicologia do Trabalho

- Relações intra e inter-pessoais no Trabalho

- Psicologia Organizacional

- Comunicação: Importância, tipos e barreiras de comunicação

- Acidente de Trabalho do ponto de vista psicológico: trauma, fatalidade, dentre outros

- Técnicas de orientações: importância e tipos, individualizados; socializados e diversas

- Formas de orientações no local de trabalho

2º SEMESTRE

- Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – (LTCAT): planilha de avaliações de riscos levantados

- Programa de proteção respiratória: recomendações, seleção e uso de respiradores

- Programa de proteção auditiva: protetores auditivos

- Perfil profissiográfico Previdenciário – PPP: preenchimento formulário conforme programas prevencionistas

-Programas de prevenção de riscos ambientais (NR-09)

- Elaboração e correlação com o programa de controle médico e - saúde ocupacional (NR-07)

- Programa de condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção – PCMAT (NR-18)

- Estudo das NRs-31 e 32: Estudo e aplicação das NRs-31 e 32

- Manuais de treinamento

Vantagens e desvantagens do treinamento no local de trabalho

- Rodízio de funções

METODOLOGIA

A metodologia deverá contemplar as considerações expostas, ou seja, voltadas para superar a fragmentação do ensino da ciência, das ações, competências e habilidades. Uma metodologia que permita a integração entre o conhecimento e os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, levando os alunos a compreender, inventar e reconstruir novos conhecimentos, promovendo indivíduos capazes de produzir ou criar, e não apenas repetir, superando a visão dicotômica entre ensino e pesquisa.

Os conteúdos devem ser trabalhados nas suas inter-relações, rompendo com a compartimentalização e com a linearidade do conhecimento geográfico, criando assim situações de aprendizagem.

Para que os objetivos sejam atingidos várias metodologias devem ser utilizadas, tais como:

Debates e seminários sobre assuntos de jornais, revistas e outros meios de comunicação que estejam relacionados aos conteúdos a serem trabalhados;

Possibilitar aos alunos refletirem sobre seus valores históricos culturais, suas práticas cotidianas e relacionar com as problemáticas históricas nos fundamentos de segurança do trabalho inerentes ao seu grupo de estudo;

·Utilização de recursos como vídeo, jornais, revistas, músicas, atividades de construção de cartazes, formas teatrais, entre outros;

·Construção de conceitos através da leitura, observação, comparação, discussão e análise;

· Apresentação de trabalhos em grupo e/ou seminários.

Cabe ainda destacar que, o professor deverá fazer uso de metodologias que estimulem o desenvolvimento da pesquisa, dando ênfase na formação de futuros pesquisadores. Essa iniciação poderá ocorrer através da elaboração e desenvolvimento, em conjunto com os alunos, de projetos que busquem estimular e ampliar os conteúdos.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser concebida como parte integrante do processo ensino-aprendizagem e não como um fato e/ou uma etapa isolada. Ela deve estar a serviço da aprendizagem, servir como ponto de referência para que o professor perceba o que os alunos precisam compreender para que ampliem sua gama de conhecimentos.

A avaliação provoca, na maioria dos jovens e adultos, diferentes associações com experiências passadas, de fracasso e punição. Temos o compromisso de transformar esta realidade, portanto, a avaliação só faz sentido quando desperta nos alunos o desejo da apropriação do conhecimento. Isso exige uma mudança de postura de todas as pessoas envolvidas no processo. Viabilizar a apropriação do conhecimento por todos, será o maior objetivo, estando secundarizada a questão do grau de apropriação da informação. Por isso, este processo deve ocorrer durante toda a trajetória educacional, para que o professor possa, juntamente com os alunos, detectar as dificuldades de aprendizagem a fim de superá-las.

A avaliação deve ser contínua e processual constituindo-se em um instrumento de intencionalidade da ação docente. Uma avaliação que leve a uma ação transformadora com sentido de promoção social, de coletividade, de humanização.

O professor pode dispor de uma série de instrumentos para avaliar o jovem e o adulto em todas as suas dimensões (cognitiva, afetiva, sócio-cultural): observações diárias, trabalhos de grupo, testes, relatórios, pesquisas, dramatizações, aulas de campo e outros. Tais instrumentos devem estar fundamentados em objetivos educacionais explícitos, a serem planejados com antecedência, conterem instruções claras e estarem pautados em critérios de avaliação que expriman qualidade e intencionalidade.

A avaliação esta inserida dentro do processo de ensino/aprendizagem, devendo ser entendida como um instrumento a ser utilizado pelo professor para avaliar sua metodologia e o nível de compreensão dos alunos durante um determinado período.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARRADOR, Marianela. Construção de uma pedagogia para a integração. Montevidéu OIT, 1998 (Integração normalizada na formação para oi trabalho um processo de inclusão social.

ANTUNES, Celso. Manual de Técnicas de Dinâmica de Grupo de Sensibilização de Tudopedagogia. Petrópolis, Vozes, 1991, 4 ed. 190p

BARROS, Saulo C. Rego. Manual de gramática e redação: para profissionais de segurança do trabalho. São Paulo, Ícone,1997. 123 p.

BOOG, Gustavo G. Manual de treinamento e desenvolvimento. 2a. ed. São Paulo.

BRASIL. Manuais de Legislação: Segurança e Medicina do Trabalho. 61 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. Manuais de Legislação: Segurança e Medicina do Trabalho. 61 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. MT. FUNDACENTRO. Curso de Engenharia do trabalho. São Paulo: Fundacentro, 1981.

Camillo Junior, Abel Batista. Manual de Prevenção e Combate a Incêndios. 10 ed. São Paulo: SENAC, 2008.

COVEY, STEPHEN. Os sete hábitos das pessoas muito eficazes. 4. ed. Best Seller, 2000.

DOLABELA, FERNANDO. Oficina do Empreendedor. 2. ed. Cultura Editores Associados, 1999.

FERREIRA, Paulo Pinto. Treinamento de pessoal: a técnico-pedagogia do treinamento. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1977.

FIGUEIRA, José Paulo Resende. Liderança de Reuniões

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, 184p.

FRITZEN, Silvino José. Exercícios Práticos de Dinâmica de Grupo. Petrópolis, Vozes, 1983. 4 ed. 93p.

GARRIDO, LAÉRCIO M. Virei Gerente, e Agora? 1. ed. Nobel, 2000.

KERLÉSZ, ROBERTO. Análise Promocional ao Vivo. 3. ed. Summus Editorial, 1987.

KIRBY, ANDY. 150 Jogos de Treinamento. T & D, 1995.

LA TAILLE, Yves. Piaget, Vygotsky,Wallon. Teoria psicogenética em discussão. São Paulo

LIMA , Dalva Aparecida. Livro do professor da Cipa. São Paulo: Fundacentro, 1990.

LUFT, Celso Pedro; AVERBUCK, Ligia Morrone; MENEZES, João Alfredo de. Novo manual de português: gramática, ortografia oficial; literatura brasileira e portuguesa, redação, teste de vestibular. 3 ed. São Paulo, 1996. 590 p.

MATOS, Francisco Gomes de. Como Dirigir e Participar de Reuniões

MCCORMICK, Ernest James; TIFFIN, Joseph. Psicologia industrial. 2. ed. São Paulo: E.P.U, 1977.

MCKENNA, Regis. Marketing de relacionamento: Estratégias bem sucedidas para a era do cliente. Editora Campus, 1993.

Means, David. Sinistros com Fogo. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MELO, Márcio dos Santos. Livro da Cipa - Manual de segurança do trabalhador. São Paulo: Fundacentro, 1990.

MOSCOVIC, FELA. Equipes do certo. 5. ed. José Olympio. SãoPaulo, 1994.

NOGUEIRA, NILBO RIBEIRO. Desenvolvendo as Competências Profissionais. 1. ed. Érica Ltda., 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Guia Médico Internacional para Navios.

PINTO, Almir Pazzionotto. Manuais no meio rural. São Paulo: Fundacentro, 1990.

REVISTA BRASILEIRA DE SAÚDE OCUPACIONAL. São Paulo: Fundacentro, vol. 20, Janeiro a Junho, NR 75.

YOZO, Ronaldo Yudi K. 100 Jogos para Grupos. 7. ed. Agora, 1996.

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO NO PROEJA

A geografia se ocupa da análise histórica da formação das diversas configurações espaciais e distinguem-se dos demais ramos do conhecimento na medida em que se preocupa com localizações, estruturas espaciais e dos processos espaciais. Trata, portanto, da produção e da organização do espaço geográfico, a partir das relações sociais de produção, historicamente determinado

Ensinar geografia passa a ser problematizar o mundo mais do que explicá-lo de forma unilateral. Através da geografia o aluno compreende o desenvolvimento da sociedade como um processo de ocupação dos espaços naturais baseado nas relações do ser humano com o ambiente, em seus desdobramentos políticos, sociais, culturais, econômicos.

O ensino da geografia contribui para que o aluno possa compreender melhor o frenético e fascinante mundo em que vive e sentir-se estimulado a intervir solidariamente na realidade em construção, com a disposição de se constituir num agente de transformação social. Ela procura estimular o pensamento crítico e a capacidade de analisar a realidade do mundo contemporâneo na associação entre o meio ambiente, a sociedade e as estruturas políticas e econômicas atuais. De tal maneira que é desenvolvida no aluno a capacidade de relacionar, interpretar e analisar os fatos geográficos, permitindo uma visão crítica do mundo, a capacidade de analisar e interpretar e compreender os processos e as formas de produção e organização do espaço mundial e brasileiro e a capacidade de aprender a aprender, num processo contínuo de ampliação e aperfeiçoamento do conhecimento.

OBJETIVO GERAL

O objetivo da geografia é fazer com que o aluno entenda melhor o mundo, a sociedade em que vive, seja este mundo-sociedade a sua cidade ou o que ocorre no outro lado do mundo, analisando o espaço em que o sujeito

está inserido para assim poder relacionar espaço com natureza, espaço com sociedade, perceber os aspectos econômicos, políticos e culturais do mundo em que vivemos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Analisar e interpretar o espaço geográfico, partindo da compreensão de que o espaço é entendido como produto das múltiplas relações reais e complexas.
- Desenvolver um trabalho que possibilite aos alunos a compreensão do processo de produção do espaço;
- Compreender as contradições presentes no espaço, ou seja, perceber além da paisagem visível;
- Estudar o espaço geográfico, verificando a ação humana sobre a natureza e suas transformações e conseqüências;
- Trabalhar o mundo atual e globalizado;
- Instrumentalizar o educando de modo a possibilitar a compreensão do mundo em que vive e posicionar-se criticamente frente ao mundo contemporâneo;
- Entender o processo de produção e transformação do mundo contemporâneo;
- Perceber, compreender e identificar as características que dão identidade ao Brasil;
- Desenvolver a noção de orientação e localização, utilizando diversos sistemas de referência;
- Compreender o uso de mapas e legendas;
- Compreender as diferentes teorias sobre a origem e a evolução da terra;
- Relacionar a dinâmica interna da terra com as paisagens da superfície da terrestre;
- Conhecer e analisar a origem da terra;
- Analisar a interferência dos grupos humanos na Terra;
- Conceituar clima e tempo;

EMENTA: O espaço geográfico, produzido e apropriado pela sociedade, composto por elementos naturais e culturais, em suas dimensões: econômica, socioambiental, cultural\demográfica e geopolítica

Carga horária total: 80 h/a - 67 h

CONTEÚDOS

5º SEMESTRE

- Os atuais conceitos de Estado

- Coordenadas geográficas e fusos horários

- Linguagens cartográficas

- Noções de Geologia, relevo, hidrografia, clima, vegetação: mundial, nacional e local

- Grandes paisagens naturais

- Atividades humanas e a transformação das paisagens naturais nas diversas escalas geográficas

- A velha ordem mundial: o socialismo e o capitalismo

- A nova ordem mundial, fim dos três mundos e atual posição norte e sul

- Regionalização do espaço mundial

- Blocos econômicos e globalização

- Movimentos sociais e reordenação do espaço urbano e campo

- As relações campo e cidade

- Diferentes grupos sociais e suas marcas, urbana e rural

6º SEMESTRE

- Teorias demográficas e suas implicações populacionais em diferentes países e econômicas

- Crescimento demográfico e suas implicações políticas, sociais e

- Relações entre composição demográfica, emprego, renda e situação econômica do país região e lugar

- Industrialização (mundial, brasileira e paranaense)

- Urbanização (mundial e brasileira)

- A produção agropecuária e agroindustrial (mundial, nacional e paranaense)

- Produção energética e fontes alternativas (mundial e local)

- Desenvolvimento econômico e meio ambiente (impactos e sustentabilidade)

- Recursos naturais

- Crise ambiental

- Ocupação de áreas de risco, encostas e mananciais

- Geopolítica atual (terrorismo, narcotráfico, movimentos sociais e ambientais, biopirataria, conflitos gerais e outros) .

METODOLOGIA

O ensino da geografia, estando fundamentado com diretrizes e projeto político pedagógico (PPP), proporcionando aos alunos os conceitos de região, território, paisagem, natureza e lugar, fazendo a leitura do espaço através dos instrumentos da cartografia, mapas, tabelas, gráficos e imagem. É possível trabalhar com o aluno de forma contextualizada por meio de situações que problematizem as transformações das diferentes paisagens pela ação humana e sua utilização em diferentes escalas na sociedade capitalista permitindo aos alunos a leitura da paisagem, a observação, descrição, explicação e a interação, fazendo uma análise da importância dos recursos naturais nas

atividades produtivas, no uso da tecnologia na alteração da natureza, na exploração de recursos, no uso de fontes de energia e na sociedade industrializada.

No ensino da geografia, deve-se buscar práticas pedagógicas onde permitam colocar aos alunos em diferentes situações de vivência em relação à exploração dos recursos naturais, identificando os problemas ambientais decorrentes das formas de exploração e uso dos recursos naturais, fazendo com que os alunos possam construir novas compreensões e mais complexas.

È importante que a geografia leve os alunos a reconhecerem a influência dos avanços tecnológicos na distribuição das atividades produtivas, nos deslocamentos e na distribuição da população, fazendo com que a mesma compreenda a revolução técnico-científica, relação com o espaço de produção, circulação de mercadorias e a destacar a importância da tecnologia na produção econômica, nas comunicações, na relação de trabalho e na transformação do espaço geográfico. Fazendo uma análise das novas tecnologias na produção industrial e agropecuária como fator de transformação e identificando a concentração fundiária do sistema produtivo moderno e a relação com a produção industrial e agropecuária, os problemas sociais e ambientais.

O ensino da geografia no PROEJA deve considerar o conhecimento dos educandos valorizando , suas vivências, suas práticas cotidianas tornando a aprendizagem significativa,

AVALIAÇÃO

O PROEJA de um modo geral é um programa inovador de caráter emancipatório, que busca uma avaliação processual, contínua e voltada a aprendizagem do estudante.

Sabemos que a aprendizagem não ocorre de maneira imediata e instantânea e nem, apenas pelo domínio de conhecimentos específicos ou informações técnicas; a aprendizagem requer um processo constante de

envolvimento e aproximações sucessivas, amplas e integradas, fazendo com que o educando possa, a partir das reflexões sobre suas experiências e percepções iniciais, observar, reelaborar e sistematizar seu conhecimento acerca do objeto de estudo.

A avaliação acontecerá durante todo o processo de ensino-aprendizagem, pois é parte integrante e intrínseca do processo educacional, indo muito mais além da visão tradicional que focaliza o controle externo do aluno por meio de notas e conceitos.

Tem como função sustentar e orientar a ação pedagógica e não apenas constatar o nível do aluno, mas uma atividade que dará retorno ao professor sobre como melhorar o ensino, possibilitando correções no percurso, e retorno ao educando, sobre seu próprio conhecimento; o professor será um indicador nas interações dos alunos.

A avaliação em geografia deverá verificar a aprendizagem a partir do que é básico e fundamental para o aluno, onde a transmissão/assimilação do saber se dará na sua totalidade, considerando professor e aluno que atuam numa realidade histórica e política, capaz de transformá-la num processo de reelaboração constante no processo ou aquisição de novas habilidades.

Durante todo o processo da aprendizagem a avaliação oferecerá condições para que o aluno supere os obstáculos em sua aprendizagem, interagindo com sua individualidade e criatividade, compreendendo e construindo o saber sobre esse mundo, fortalecendo assim a sua auto-estima.

Considerando as várias situações propostas, é de suma importância que o professor utilize instrumentos diversificados os quais lhe possibilitem observar e registrar o desempenho do aluno nas atividades desenvolvidas tomando decisões participativas, tal como refletir com o aluno sobre os aspectos que necessitam ser melhorados, reorientando-o no processo diante das dificuldades de aprendizagem apresentadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCHELA, R. S.; GOMES, M. F. V. B. Geografia para o ensino médio: manual de aulas práticas. Londrina: Ed. UEL,1999.

BARBOSA, J. L. Geografia e Cinema: em busca de aproximações e do inesperado.In:

CALLAI, H. C. A. A Geografia e a escola: muda a Geografia? Muda o ensino? Terra Livre, São Paulo, n. 16, p. 133-152, 2001.

CASTROGIOVANNI, A. C. (org.) Geografia em sala de aula: práticas e reflexões Porto Alegre: Ed. UFRS, 1999.

CAVALCANTI, L. de S. Geografia escola e construção do conhecimento. Campinas: Papirus, 1999.

CHRISTOFOLETTI, A. (Org.) Perspectivas da Geografia. São Paulo: Difel, 1982.

P. C. da C. (Orgs.) Explorações geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSGROVE, D. E.; JACKSON, P. Novos Rumos da Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Introdução à Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2003.

CORRÊA, R. L. Região e organização espacial. São Paulo Ática, 1986.

COSTA, W. M. da. Geografia política e geopolítica: discurso sobre o território e o poder. São Paulo: HUCITEC, 2002.

DAMIANI, A. L. Geografia política e novas territorialidades. In: PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. de, (Orgs.). Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa. São Paulo: Contexto, 2002.

GOMES, P. C. da C. Geografia e modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. GOMES, P. C. da C. (Orgs.) Explorações geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

GONÇALVES, C. W. P. Os (des)caminhos do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 1999.

HAESBAERT, R. Territórios alternativos. Niterói: EdUFF; São Paulo : Contexto, 2002.

MARTINS, C. R. K. O ensino de História no Paraná, na década de setenta: as legislações e o pioneirismo do estado nas reformas educacionais. História e ensino: Revista do Laboratório de Ensino de História/UEL. Londrina, n.8, p. 7-28, 2002.

MENDONÇA, F. Geografia sócio-ambiental. Terra Livre, nº 16, p. 113, 2001.

MOREIRA, R. O Círculo e a espiral: a crise paradigmática do mundo moderno. Rio de Janeiro: Cooautor, 1993.

NIDELCOFF, M. T. A escola e a compreensão da realidade : ensaios sobre a metodologia das Ciências Sociais. São Paulo : Brasiliense, 1986.

PEREIRA, R. M. F. do A. Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna. Florianópolis: Ed. UFSC, 1989.

SIMIELLI, M. E. R. Cartografia no ensino fundamental e médio. In: CARLOS, A. F. A.(Org.) A Geografia na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1999.

SMALL, J. e WITHERICK, M. Dicionário de Geografia. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et. al. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro:Bertrand, Brasil, 1995.

J.W. (org). Geografia e textos críticos. Campinas: Papirus, 1995.

_____. Delgado de Carvalho e a orientação moderna em Geografia. In VESENTINI, J. W.(org). Geografia e textos críticos. Campinas : Papirus, 1995.

WACHOWICZ, R. C. Norte velho, norte pioneiro. Curitiba: Vicentina, 1987.

_____. Paraná sudoeste: ocupação e colonização. Curitiba: Vicentina, 1987.

_____. Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense. Curitiba:Vicentina, 1982

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE HIGIENE DO TRABALHO NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DO PROEJA

A higiene do trabalho é um conjunto de medidas preventivas relacionadas ao ambiente do trabalho, visando a redução de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. A higiene no trabalho consiste em combater as doenças profissionais. Uma das atividades da higiene do trabalho é a análise ergonômica do ambiente de trabalho, não apenas para identificar fatores que possam prejudicar a saúde do trabalhador e no pagamento de adicional de insalubridade/periculosidade, mas para eliminação ou controlar esses riscos, e para a redução do absenteísmo (doença). A capacidade analítica desenvolvida nesse esforço permite ir além, na forma de identificação e proposição de mudanças no ambiente e organização do trabalho que resultem também no aumento da produtividade, e da motivação e satisfação do trabalhador que resultem na redução de outros tipos de absenteísmo que não relacionado às doenças.

A Higiene do Trabalho está relacionada com as condições ambientais de trabalho que asseguram a saúde física e mental e com as condições de bem-estar das pessoas. Do ponto de vista de saúde física, o local de trabalho constitui a área de ação da higiene do trabalho, envolvendo aspectos ligados à exposição do organismo humano a agentes externos como ruído, ar, temperatura, umidade, luminosidade e equipamentos de trabalho. Assim um ambiente saudável de trabalho deve envolver condições ambientais físicas que atuem positivamente sobre todos os órgãos dos sentidos humanos, como visão, audição, tato, olfato, e paladar. Do ponto de vista de saúde mental, o ambiente de trabalho deve envolver condições psicológicas e sociológicas saudáveis e que atuem positivamente sobre o comportamento das pessoas, evitando impactos emocionais como o estresse.

OBJETIVOS GERAIS

A Higiene do Trabalho tem como objetivo fundamental atuar no ambiente de trabalho, a fim de detectar o tipo de agente prejudicial, quantificar sua intensidade ou concentração e tomar as medidas de controle necessárias para resguardar a saúde e o conforto dos trabalhadores durante toda sua vida de trabalho.

OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Estimular o aluno para enfrentar as situações do dia-a-dia permitindo a melhor compreensão do que acontece em sua volta.

- Relacionar o espaço em que o aluno vive com os conteúdos, para que se perceba como ser integrante e responsável na conservação do planeta.

- Desenvolver o interesse do aluno na busca de informações, para que ele questione sobre as informações que lhe são (re)passadas.

- Proporcionar ao aluno, um ambiente de questionamentos, dúvidas, desafios, conflitos para que estimule a maneira científica de pensar.

- Oportunizar situações de aprendizagem para que o aluno demonstre ser um agente transformador consciente.

- Analisar Ambiente físico de trabalho, envolvendo: Iluminação, Ventilação, Temperatura, Ruídos.

-Analisar Ambiente Psicológico de trabalho, envolvendo: Relacionamentos humanos agradáveis, Tipo de atividade agradável e motivadora, Estilo de gerência democrático e participativo, Eliminação de possíveis fontes de estresse.

-Realizar aplicação de Princípios de ergonomia, envolvendo: Máquinas e equipamentos adequados às características humanas, Mesas e instalações ajustadas ao tamanho das pessoas, Ferramentas que reduzam a necessidade de esforço físico humano.

-Correlacionar Saúde Ocupacional,envolvendo: Estabelecimento de um sistema de indicadores, abrangendo estatísticas de afastamentos e acompanhamento de doenças.

-Relacionar Desenvolvimento de sistemas de relatórios médicos. Desenvolvimento de regras e procedimentos para prevenção médica.

EMENTA: Histórico e Objetivos da Higiene do Trabalho; Sistema de Gerenciamento Ambiental;Conceito e Classificação dos Riscos Ambientais; Noções de Higiene Pessoal e Normas internacionais de higiene ocupacional (NHO Condições Sanitárias e de Conforto (NR – 24). Higiene dos alimentos como fator de segurança do trabalho.

Carga horária total: 160 h/a - 133 h

CONTEÚDOS:

1º SEMESTRE

- Histórico da higiene do trabalho;
- Objetivos da higiene do trabalho;
- Análise de ambientes de trabalho;
- Análise qualitativa.

2º SEMESTRE

- NR-15/ACGIH e NR-16;
- Fundamentos e classificação dos riscos ambientais: riscos físicos, riscos químicos, riscos biológicos e riscos de acidentes;

3º SEMESTRE

- Noções de higiene pessoal: normas internacionais de higiene ocupacional (NHO).
- Condições sanitárias e de conforto (NR – 24);

4º SEMESTRE

- Higiene dos alimentos como fator de segurança do trabalho;
- Sistema de gerenciamento ambiental: coleta, tratamento e destinação de resíduos, reciclagem, reutilização e redução.

METODOLOGIA

A metodologia deve estar voltada a superação da fragmentação do ensino, de forma a promover a construção do conhecimento por parte do aluno a partir da integração entre os envolvidos no processo educacional – ensino/aprendizagem. Uma metodologia que contextualize o conhecimento e possibilite estabelecer as relações necessárias a compreensão dos conteúdos trabalhados, capacitando o educando a construir e reconstruir novos saberes. O trabalho deve ocorrer de forma crítica e dinâmica, interligando teoria, prática e realidade, mantendo coerência entre os fundamentos teóricos e às praticas laborativas.

AVALIAÇÃO

Se o ato de ensinar e aprender, consiste na realização em mudanças e aquisições de comportamentos motores, cognitivos, afetivos e sociais, o ato de avaliar consiste em verificar se eles estão sendo realmente atingidos e em que grau se dá essa consecução, para ajudar o aluno a avançar na aprendizagem e na construção do seu saber. Acompanhar o processo de aprendizagem através de síntese, que devem representar não só o registro do grau de domínio dos

conhecimentos, mas também incorporar a participação dos alunos nas atividades propostas e o trabalho pelos alunos como participantes de um grupo.

Nessa perspectiva, a avaliação assume um sentido orientador e cooperativo, pois permite que o aluno tome consciência de seus avanços e dificuldades, para continuar progredindo na construção do conhecimento.

A avaliação é mais que um processo de coleta e análise de dados, é buscar elementos que evidenciem a aprendizagem, tendo em vista verificar se os objetivos propostos foram atingidos, respeitando as características individuais e o ambiente em que o educando vive. A avaliação deve ser integral considerando o aluno como um ser total e integrado e não de forma fragmentada. Acreditar no potencial de cada aluno é um caminho efetivo na construção do processo da aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENSOUSSAN, Eddy; ALBIERI, Sérgio. Manual de Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho. Atheneu, 1997.

KULCSAR NETO, Francisco. Sílica - Manual do trabalhador. São Paulo: Fundacentro, 1992.

PACHECO JUNIOR, Waldemar. Qualidade na Segurança e Higiene do Trabalho. São Paulo: Atlas, 1995.

SALIBA, Tuffi Messias; CORREA, Márcia Angelim C.; AMARAL, Lenio Sérvio. Higiene do Trabalho e Programação de Prevenção de Riscos Ambientais. São Paulo: LTR, 2002.

SOUNIS, Emilio. Manual de higiene e medicina do trabalho. 6 ed. São Paulo: Ícone, 1993.

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DO PROEJA

O ensino de História na Educação Básica, busca despertar reflexões a respeito de aspectos políticos, econômicos, culturais, sociais, e das relações entre o ensino da disciplina e a produção do conhecimento histórico.

O ensino de História pode ser analisado sob duas perspectivas: uma que o compreende a serviço dos interesses do Estado ou do poder institucional; e outra que privilegia as contradições entre a História apresentada nos currículos e nos livros didáticos e a história ensinada na cultura escolar.

A História passou a existir como disciplina escolar com a criação do Colégio Pedro II, em 1837. No mesmo ano, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro(IHGB), que instituiu a História como disciplina acadêmica. Alguns professores do Colégio Pedro II faziam parte do IHGB e construíram os programas escolares, os manuais didáticos e as orientações dos conteúdos que seriam ensinados.Essas produções foram elaboradas sob influência da História metódica e do positivismo1, caracterizadas, em linhas gerais, por uma racionalidade histórica orientada pela linearidade dos fatos, pelo uso restrito dos documentos oficiais como fonte e verdade histórica e, por fim, pela perspectiva da valorização política dos heróis.

A narrativa histórica produzida justificava o modelo de nação brasileira, vista como extensão da História da Europa Ocidental. Propunha uma nacionalidade expressa na síntese das raças branca, indígena e negra, com o predomínio da ideologia do branqueamento. Nesse modelo conservador de sociedade, o currículo oficial de História tinha como objetivo legitimar os valores aristocráticos, no qual o processo histórico conduzido por líderes excluía a possibilidade das pessoas comuns serem entendidas como sujeitos históricos.

A Disciplina de História tem como objeto de estudo os processos históricos relativos às ações e às relações humanas praticadas no tempo, bem como a respectiva significação atribuída pelos sujeitos, tendo ou não consciência dessas ações. As relações humanas produzidas por essas ações

podem ser definidas como estruturas sócio-históricas, ou seja, são as formas de agir, pensar, sentir, representar, imaginar, instituir e de se relacionar social, cultural e politicamente.

As relações humanas determinam os limites e as possibilidades das ações dos sujeitos de modo a demarcar como estes podem transformar constantemente as estruturas sócio-históricas. Mesmo condicionadas, as ações dos sujeitos permitem espaços para escolhas e projetos de futuro. A investigação histórica voltada para descoberta das relações humanas busca compreender e interpretar os sentidos que os sujeitos atribuem às suas ações.

O PROEJA possui, enquanto segmento específico, uma concepção diferenciada de ensino; o ensino de história possui um papel muito importante para a Educação de Jovens e Adultos, na medida em que proporciona leituras referentes à realidade que circunda a vida dos educandos, trabalhando dessa forma a desalienação, aspecto fundamental em qualquer segmento de ensino, uma vez que a educação esta sempre carregada por ideologias, característica da luta de classes.

O ensino de história deve permitir que o educando comece dar-se conta de que é um ser histórico inserido num contexto específico e que pode também ele mudar sua história a partir da leitura crítica de sua realidade. A história deve ser encarada como um campo profícuo, de inúmeras possibilidades, no qual é permitido ao sujeito social intervir, reelaborar, reordenar os fatos.

Para tanto, é necessário que o sujeito, primeiro, reconheça a realidade de seu contexto, para que assim exerça sua posição de sujeito histórico transformador.

OBJETIVO GERAL

A história tem como objetivo de estudos os processos históricos relativos às ações e às relações humanas praticadas no tempo, bem como os

sentidos que os sujeitos deram às mesmas, tendo ou não consciência dessas ações.

EMENTA: Processo de construção da sociedade no tempo e no espaço; formação cultural do homem; ascensão e consolidação do capitalismo; produção cientifica e tecnológica e suas implicações; aspectos históricos, políticos, sociais e econômicos do Brasil e do Paraná a partir das relações de trabalho, poder e culturais.

Carga horária total: 80 h/a - 67 h

CONTEÚDOS

3º SEMESTRE

A Construção do sujeito histórico;

A produção do conhecimento histórico;

O mundo do trabalho em diferentes sociedades;

As cidades na História;

Relações culturais nas sociedades greco-romanas na antiguidade;

Relações culturais na sociedade medieval européia;

Formação da Sociedade Colonial Brasileira;

A construção do trabalho assalariado;

Transição do trabalho escravo para o trabalho livre: a mão de obra no contexto de consolidação do capitalismo;

O Estado e as relações de poder: formação dos Estados Nacionais;

Relações de dominação e resistência no mundo do trabalho contemporâneo (séc XVIII e XIX);

4º SEMESTRE

Desenvolvimento tecnológico e industrialização;

Movimentos sociais, políticos, culturais e religiosos na sociedade moderna;

O Estado Imperialista e sua crise;

O Neocolonialismo;

Urbanização e industrialização no Brasil;

O trabalho na sociedade contemporânea;

Relações de poder e violência no Estado;

Urbanização e industrialização no Paraná;

Urbanização e industrialização no séc. XIX;

Movimentos sociais, políticos, culturais e religiosos na sociedade contemporânea;

Urbanização e industrialização na sociedade contemporânea;

Globalização e Neoliberalismo.

METODOLOGIA

As práticas pedagógicas do ensino de história, não somente no PROEJA, mas também nas demais modalidades de ensino, não podem ser pautadas pela simples transmissão de conteúdos, a metodologia no processo pedagógico é o que contribui para que o conhecimento ganhe significado para o aluno, de forma que aquilo que lhe parece sem sentido seja problematizado e apreendido contribuindo de várias maneiras para a vida dos educandos.

Os conteúdos trabalhados devem necessariamente ser ligados a realidade dos educandos só assim estará proporcionando-lhes uma aprendizagem significativa.

Para tanto, torna-se necessária uma verdadeira desacomodação por parte dos docentes, a fim de repensar suas práticas pedagógicas, analisando de que forma seu trabalho pode contribuir para o êxito da modalidade de ensino PROEJA.

Para o Ensino Médio, a proposta é um ensino por temas históricos, ou seja, os conteúdos (básicos e específicos) terão como finalidade a discussão e a busca de solução para um tema/problema previamente proposto.

O trabalho pedagógico com os Conteúdos Estruturantes, básicos e específicos tem como finalidade a formação do pensamento histórico dos estudantes. Isso se dá quando professor e alunos utilizam, em sala de aula e nas pesquisas escolares,os métodos de investigação histórica articulados pelas narrativas históricas de sujeitos. Assim, os alunos perceberão que a História está narrada em diferentes fontes (livros, cinema, canções, palestras, relatos de memória, etc.),

As imagens, livros, jornais, histórias em quadrinhos, fotografias, pinturas,

gravuras, museus, filmes, músicas são documentos que podem ser transformados em materiais didáticos de grande valia na constituição do conhecimento histórico. Podem ser aproveitados de diferentes maneiras em aula, como exemplificam Schmidt e Cainelli (2004): na elaboração de biografias, na confecção de dossiês, representação de danças folclóricas, exposição de objetos sobre o passado que estejam ao alcance do aluno, com a descrição de cada objeto exposto e o contexto em que foram produzidos, de modo a estabelecer relações entre as fontes

Espera-se que, ao concluir a Educação Básica, o aluno entenda que não existe uma verdade histórica única, e sim que verdades são produzidas a partir evidências que organizam diferentes problematizações fundamentadas em fontes diversas, promovendo a consciência da necessidade de uma contextualização social, política e cultural em cada momento histórico

AVALIAÇÃO

O PROEJA apresenta se como um novo paradigma pedagógico. Se levado a sério, possibilita uma inversão profunda em nossa forma de conceber a educação. Baseada nos princípios de Freire pode se constituir numa educação mais solidária e includente de sujeitos que até então ficaram à margem dos processos seletivos altamente excludentes. O PROEJA é sim uma oportunidade de resgate de “cidadania”.

A avaliação deve estar a serviço da aprendizagem de todos os alunos, permeando o conjunto das ações pedagógicas, e não como elemento externo a este processo.Refutam-se as práticas avaliativas que priorizam o caráter classificatório, autoritário, que desvinculam a sua função da aprendizagem, que não se ocupam dos conteúdos e do seu tratamento conforme as concepções definidas no projeto político-pedagógico da escola. Uma avaliação autoritária e classificatória materializa um modelo excludente de escolarização e de sociedade, com o qual a escola pública tem o compromisso de superação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Conquista do Mundo. Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, ano 1, n. 7, jan. 2006.

ALBORNOZ, Suzana. O que é trabalho. São Paulo: Brasiliense, 2004.

AQUINO, Rubim Santos Leão de et al. Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Record. [s.d.]

BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987.

BARCA, Isabel. O pensamento histórico dos jovens: idéias dos adolescentes acerca da provisoriedade da explicação histórica. Braga: Universidade do Minho, 2000.

BARCA, Isabel (org.). Para uma educação de qualidade: actas das Quartas Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: Centro de Investigação em Educação(CIEd)/ Instituto de Educação e Psicologia/Universidade do Minho, 2004.

BARRETO, Túlio Velho. A copa do mundo no jogo do poder. Nossa História. São Paulo,ano 3, n. 32, jun./2006.

BARROS, José D'Assunção. O campo da história: especialidades e abordagens. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994,v.1

FONTANAM Josep. A história dos homens.Tradução de Heloisa J. Reichel e Marclo F. da Costa. Bauru. Edusc. 2004

LEGISLAÇÃO E NORMAS EM SEGURANÇA DO TRABALHO NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DO PROEJA

A Segurança do Trabalho é definida por normas e leis. No Brasil, a Legislação de Segurança do Trabalho compõe-se de Normas Regulamentadoras, leis complementares, como portarias e decretos e também as convenções Internacionais da Organização Internacional do Trabalho, ratificadas pelo Brasil.

Na América Latina, a preocupação com acidentes de trabalho surgiu junto com o desenvolvimento da industrialização, que iniciou-se apenas no século XX. No ano de 1935, foi fundado em New York (E.UA.), o "Conselho Inter-Americano de Seguridad", que dedica suas atividades à prevenção de acidentes na América Latina. Em 1950, através de Comissão conjunta, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e a OMS(Organização Mundial da Saúde), estabeleceu-se os objetivos da saúde ocupacional. Em 1954, através de estudos e pesquisas, um grupo de dez peritos da Ásia, América do Norte e do Sul, e da Europa, reuniu-se em Genebra chegando a conclusão que as, condições de trabalho variam de país para país, e dentro de um mesmo país, encontramos tais variações. Medidas relacionadas a saúde do trabalhador deveriam estabelecer princípios básicos. Esta conclusão foi de extrema importância para elaboração de normas e instalação de serviços médicos em locais de trabalho. Foi recomendado por esta comissão, que as normas estabelecidas nessa reunião, fossem adotadas pela OIT. Ficou estabelecido na 43ª Conferência Internacional do Trabalho à recomendação número 112, a qual foi dado o seguinte título**:** “Recomendação para os serviços de saúde ocupacional, 1959” onde a OIT definiu o serviço de saúde ocupacional como sendo um serviço médico instalado em um estabelecimento de trabalho, ou em suas proximidades, que tem como objetivos:

1 - Proteger os Trabalhadores contra qualquer risco à sua saúde, que possa decorrer do seu trabalho ou das condições em que este é realizado.

2 - Contribuir para o ajustamento físico e mental do trabalhador, obtido especialmente pela adaptação do trabalho aos trabalhadores, e pela colocação

do trabalho aos trabalhadores, e pela colocação destes em atividades profissionais.

3 - Contribuir para o estabelecimento e a manutenção do mais alto grau possível de bem-estar físico e mental dos trabalhadores.

O Brasil aderiu à OIT desde a fundação desta. Embora se tenha retirado, em 1928, da sociedade das nações, nem por isso deixou de prestigiá-la política financeiramente, tendo ratificado numerosas convenções, onde poderíamos citar: 05/1919 - idade mínima na indústria; 6/1919 - trabalho noturno de menores na indústria; 05/1957 - descanso semanal.

No Brasil, a primeira lei contra acidentes surgiu em 1919, e impunha regulamentos prevencionistas ao setor ferroviário, já que, nessa época, empreendimentos industriais de vulto eram praticamente inexistentes.

O ano de 1934, constitui-se num marco em nossa história, pois surge a nossa lei trabalhista, que instituiu uma regulamentação bastante ampla, no que se refere a prevenção de acidentes.

No setor privado, em 1941 é fundada a ABPA (Associação Brasileira para Prevenção de Acidentes), por um grupo de pioneiros, sob patrocínio de algumas empresas. Em 1972, integrando o Plano de Valorização do Trabalhador, o governo federal baixou a portaria nº 3237, que torna obrigatória além dos serviços médicos, os serviços de higiene e segurança em todas as empresas onde trabalham 100 ou mais pessoas. Nos dias de hoje, leva-se em consideração não só o número de empregados da empresa, mas também o grau de risco da mesma. O Brasil adequa-se aos objetivos internacionais, e procura dar aos seus trabalhadores a devida proteção a que eles tem direito. Em 08 de junho de 1978, é criada a Portaria no 3.214, que aprova as Normas Regulamentadoras - NR, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho, que obriga as empresas o seu cumprimento. Essas normas abordam vários problemas relacionados ao ambiente de trabalho e a saúde do trabalhador. As normas vem sofrendo atualizações ao longa dos anos e, já descrevem procedimentos a serem tomados quanto a doenças dos tempos modernos que foram observadas nos últimos anos, como a LER - Lesões por Esforços

Repetitivos, que é uma sigla que foi criada para identificar um conjunto de doenças que atingem os músculos, tendões e membros superiores (dedos, mãos, punhos, antebraços, braços e pescoço) e que tem relação direta com a exigência das tarefas, ambientes físicos e com a organização do trabalho.

Em 1985 regulado pela Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985. Dentre as atribuições do Técnico em Segurança do Trabalho que lhes são conferidas, podemos destacar a informação do empregador e dos trabalhadores sobre os riscos presentes no ambiente de trabalho e a promoção de campanhas e outros eventos de divulgação das normas de segurança e saúde no trabalho, além do estudo dos dados estatísticos sobre acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. Torna-se obrigatório o exame médico *admissional*, para constatar se o empregado já apresenta algum problema de saúde, e se apresenta condições para desenvolver e executar as tarefas para as quais foi contratado; *periódico*, para o acompanhamento e controle de qualquer problema de saúde que o trabalhador venha a ter no exercício de sua função; *demissional*, onde empresa irá eximir-se de qualquer responsabilidade relacionada à saúde ocupacional, que o empregado venha a reclamar judicialmente contra empresa.

OBJETIVOS GERAIS

Formar o Técnico em Segurança do Trabalho integrando os conhecimentos das ciências jurídicas que buscam a proteção do trabalhador em seu local de trabalho, no que se refere à questão da segurança e da higiene do trabalho. Seu objetivo básico envolve a prevenção de riscos e de acidentes nas atividades de trabalho visando a defesa da integridade da pessoa humana e promover formação profissional, preparando o aluno para o mercado de trabalho para serem profissionais críticos, reflexivos, éticos capazes de participar e promover transformação no seu campo de trabalho e na sociedade na qual estão inseridos.

EMENTA: Conhecimento e aplicação de leis e normas em Segurança do Trabalho.

Carga horária total: 160 h/a - 133 h

CONTEÚDOS

3º SEMESTRE

O estado moderno e a noção de direito: fundamentos e doutrina do direito;

Legislação: Constituição Federal, legislação trabalhista e previdenciária;

Hierarquia das leis: norma fundamental, norma secundária e norma de validade derivada;

Hierarquia das fontes formais: fontes estatais do direito, processo legislativo e espécies normativas;

Noções básicas de direito do trabalho;

Princípios gerais do direito do trabalho.

4º SEMESTRE

Organização Internacional do Trabalho (OIT): principais convenções internacionais sobre saúde do trabalhador;

Conteúdo legal do contrato de trabalho;

Responsabilidade contratual;

Elementos da responsabilidade civil e criminal do empregador;

Legislação de segurança e medicina do trabalho: fundamentos, conteúdos das normas regulamentadoras, nexo técnico epidemiológico, fiscalização e controle do direito à saúde e segurança do ambiente de trabalho.

5º SEMESTRE

Órgãos estatais responsáveis pela proteção e fiscalização do trabalho: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério Público do Trabalho (MPT), divisão da vigilância sanitária;

Órgãos internos de fiscalização e programas preventivos obrigatórios;

Papel dos Sindicatos relativo à segurança e saúde do trabalho;

Legislação trabalhista e previdenciária: disposições gerais, inspeção prévia e embargo ou interdição, órgãos de segurança e medicina do trabalho nas empresas.

6º SEMESTRE

Previsão Legal de Proteção especial: ao trabalho insalubre e periculoso, ao trabalho da mulher, do menor, do idoso, do portador de deficiência;

Noções da Legislação e normas de segurança para mobilidade e movimentação de pessoas e produtos.

Direitos, deveres e função do técnico de segurança do trabalho;

Responsabilidade civil e criminal do empregador e do técnico em segurança do trabalho.

METODOLOGIA

Segundo VASCONCELLOS (1999, p. 147) de acordo com a teoria do conhecimento que fundamenta o trabalho do professor, considera como referência a concepção dialética de conhecimento, destacando a problematização como elemento nuclear na metodologia de trabalho em sala de aula. Se forem adequadamente captadas, as perguntas deverão provocar e direcionar de forma significativa e participativa, o processo de construção do

conhecimento por parte do aluno, sendo também um elemento mobilizador para esta construção. Nesse sentido, ao preparar a aula, o professor já poderá destacar as possíveis perguntas e problemas desencadeadores para a reflexão dos alunos.

A metodologia do professor em sala de aula deve favorecer as inter relações entre os conteúdos de forma contextualizada, onde professor e aluno interajam confrontando as experiências com o saber sistematizado, buscando a reconstrução de novos conhecimentos e saberes. Uma metodologia que estimule a participação ativa dos educando promovendo debates, trabalho de grupo, seminários sobre temas propostos, vídeos, filmes, etc.

AVALIAÇÃO

A avaliação faz parte do processo de ensino-aprendizagem, pois o professor não pode propiciar a aprendizagem a menos que esteja constantemente avaliando as condições de interação com seus educando. Pela avaliação, o professor vai acompanhar a construção das representações no aluno, percebendo onde se encontra (nível mais ou menos sincrético), bem como as elaborações sintéticas, ainda que provisórias, possibilitando a interação na perspectiva de superação do senso comum.

Diante do exposto, o professor pode adotar como forma de avaliação o trabalho em grupo com as apresentações em forma de seminários, a prova dissertativa e objetiva, participação em sala de aula, entre outros. Os projetos também são instrumentos úteis para avaliar a aprendizagem na educação profissional, uma vez que permitem verificar a capacidade de representar objetivos a alcançar; de caracterizar propriedades daquilo que será trabalhado; de antecipar resultados intermediários e finais; de escolher estratégias mais adequadas para a resolução de um problema; de executar ações para alcançar processos e resultados específicos e de avaliar condições para resolução de problema

A avaliação não pode ser vista ou analisada fora do contexto do trabalho de ensino e aprendizagem, fora da organização curricular. Ela é ação constituinte desse trabalho e dessa organização. Por isso é que não há sentido num processo avaliativo que não seja contínuo e formativo que sirva ao professor para, através das informações colhidas, reorientar a sua prática e ao aluno para que compreenda a aprendizagem não como um produto de consumo mas um produto a construir, e de que ele próprio tem um papel fundamental nessa construção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. CLT, Legislação Trabalhista e Previdenciária e Constituição Federal. 6. edição. São Paulo: RT, 2007 (COLEÇÃO MINICÓDIGOS)

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

SAAD, Eduardo Gabriel. Aspectos jurídicos da segurança e medicina do trabalho: comentário da lei 6,514 de 22.10.77, que deu nova redação ao capítulo v, Título II, da

CLT. São Paulo: LTR,1979. 296 p.

CORREA, Márcia Angelim Chaves e SALIBA, Tuffi Messias. Insalubridade e Periculosidade: doutrina e jurisprudência. 8. edição. São Paulo: RT, 2007

ALBORNOZ, Suzana. COLEÇÃO PRIMEIROS PASSOS. O que é trabalho. São Paulo: Editora Brasiliense.

BISSO, Ely M. COLEÇÃO PRIMEIROS PASSOS. O que e segurança no trabalho. São Paulo: Editora Brasiliense.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). São Paulo: Saraiva, 2007.

COVRE, M. de Lourdes M. COLEÇÃO PRIMEIROS PASSOS. O que e cidadania. São Paulo: Editora Brasiliense.

DALLARI, Dalmo de Abreu. COLEÇÃO PRIMEIROS PASSOS. O que e participação política. São Paulo: Editora Brasiliense.

DALLARI, Dalmo de Abreu. COLEÇÃO PRIMEIROS PASSOS. O que são direitos da pessoa. São Paulo; Editora brasiliense.

GARCIA, Marília. COLEÇÃO PRIMEIROS PASSOS. O que é constituinte. São Paulo: Editora Brasiliense.

SINHORETO, Jaqueline. Justiça e Seus Justiçadores: Conflitos, Linchamentos e Revoltas Populares. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA LINGUA ESTRANGEIRA MODERNA/ INGLÊS NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DO PROEJA

O Idioma inglês está cada vez mais presente no nosso cotidiano e vem se mostrando como importante meio de comunicação no mundo globalizado em que vivemos.

Conhecer esta língua hoje é sentir-se inserido nessa realidade e dela participar ativamente e culturalmente.

Cada vez mais pessoas estudam e falam inglês em todo o mundo.

Hoje o inglês tornou-se um dos principais veículos de comunicação nos meios diplomáticos, no comércio mundial, nas competições esportivas, no turismo, nos encontros de líderes políticos mundiais, nos congressos sobre ciência, tecnologia, arte, etc.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº4024, promulgada em 1961 criou os Conselhos Estaduais.Cabia a eles a decisão acerca da inclusão ou não da língua estrangeira nos currículos.

Foi com a tomada do governo brasileiro pelos militares , a L.D.B./61 foi retomada em 1971 através da lei nº5692/71. A partir de então, a finalidade do ensino passou a ser centrada na habilitação profissional.

Em 1976, o ensino da língua estrangeira passa a ser obrigatório, e em 15 de agosto de 1986, a Secretaria de Estado da Educação, criou oficialmente, os centros de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEMs). No Estado do Paraná, como forma de valorização da diversidade histórica do Estado.

Portanto, a escola deve propor as aulas de inglês e também oportunizar um espaço para que o aluno reconheça e compreenda a diversidade da lingüística. Dando possibilidades de construção de significados em relação ao mundo onde vive.

Ensinar e aprender línguas é também ensinar e aprender percepções de mundo e maneiras de construir sentidos e formar subjetividades, independentemente do grau de proficiência atingido. Deste modo, as aulas de Língua Estrangeira configuram-se como espaços nos quais identidades são construídas, pela forma como as interações entre professores e alunos são organizadas pelas representações e visões de mundo que vão sendo relevados no dia-a-dia, lançando e assegurando-lhe a formação comum para o exercício da cidadania(Lei nº 9394/96 Art.22)

OBJETIVOS GERAIS

- Levar o aluno a perceber a importância da Língua Inglesa, considerada hoje como instrumento de comunicação universal, e fazer com que o educando adquira gradativamente estruturas básicas de língua em estudo.
- Fazer com que o aluno considere o estudo da língua inglesa como meio de conhecimento e cultura.
- Levar o educando a refletir sobre a importância da língua inglesa no mundo do trabalho, bem como suas peculiaridades no curso de Segurança do Trabalho.

EMENTA: A língua concebida como discurso que se efetiva nas diferentes práticas sociais de oralidade, escrita e leitura perpassados pela análise lingüística.

Carga horária total: 80 h/a - 67 h

CONTEUDOS

5º SEMESTRE

Leitura: (Identificação do tema, intertextualidade, intencionalidade, ortografia, marcas lingüísticas, etc)

Oralidade(Adequação da Fala ao contexto, marcas , diferenças entre discurso oral e escrito.

Escrita: Tema do texto, finalidade do texto, intencionalidade do texto

GÊNEROS TEXTUAIS:

→Auto biografia, biografia, história em quadrinhos, debates, cartazes, exposição oral, entrevista oral e escrita, placas , Cartum, charges, pesquisas, etc.

ESTRUTURAS GRAMATICAIS:

Greetings/ General vocabulary

Verb to be affirmative/ interrogative/negative form

Vocabulário Técnico

Articles;

Cardinal Numbers;

Months

Days

Seasons of the year

Sports

General Vocabulary

Review Verb to be;

Personal Pronouns

Simple present : uso do Do/does;

Plural of nouns;

Interrogative Word;

→Question Tag;

Present continuous;

Indefinites: some/any/few

Future present continous

Future going to

6º SEMESTRE

Leitura (Coesão e Coerência; variedade lingüística, Marcadores do discurso, sentido conotativo e denotativo do texto, etc)

Oralidade(Adequação da fala ao contexto, diferenças e semelhanças entre o discurso oral e escrito; variações lingüísticas. Etc)

Escrita: Finalidade do texto, intencionalidade do texto, marcas lingüísticas, ortografia, informatividade, intertextualidade, etc)

GÊNEROS TEXTUAIS:

→ Contos, slogan, cartazes, placas, filmes, entrevistas, folder, charges , pesquisas, textos técnicos, curriculum vitae,etc

ESTRUTURAS GRAMATICAIS:

Review Verb to be;

Personal Pronouns

Simple present : uso do Do/does;

Plural of nouns;

Interrogative Word;

→Question Tag;

Present continuous;

Indefinites: some/any/few

Future present continous

Future going to

General vocabulary

Technical vocabulary.

Preposition

Question tag

present perfect

Degree of adjectives

Cardinal and Ordinal numbers

Personal Pronouns

Possessive adjectives

Possessive pronouns

Modal Verbs

General Vocabulary

METODOLOGIA

O trabalho com a Língua Estrangeira em sala de aula parte do entendimento do papel das línguas nas sociedades como mais do que meros instrumentos de acesso à informação: as línguas estrangeiras são possibilidades de conhecer, expressar e transformar modos de entender o mundo e de construir significados.

Propõe-se que, nas aulas de Inglês, o professor aborde os vários gêneros textuais, em atividades diversificadas, analisando a função do gênero

estudado, sua composição, a distribuição de informações, o grau de informação presente ali, a intertextualidade, os recursos coesivos, a coerência e, somente depois de tudo isso, a gramática em si. E importante que o aluno tenha acesso a textos de várias esferas sociais: publicitária, jornalística, literária, informativa, etc. A estrutura de uma bula de remédio, por exemplo, difere da estrutura de um poema. Além disso, é necessário que se identifiquem as diferenças estruturais e funcionais, a autoria, o público a que se destina, e que se aproveite o conhecimento já adquirido de experiência com a língua materna.

A aula deve ser um espaço em que se desenvolvam atividades significativas, as quais explorem diferentes recursos e fontes, a fim de que o aluno vincule o que é estudado com o que o cerca, aproximando assim, o currículo à sua realidade. O conhecimento técnico - cientifico quando trabalhado de forma contextualizada e significativa possibilita a elaboração (re)elaboração do conhecimento por parte do aluno, é esse deve ser a finalidade do trabalho pedagógico em sala de aula.

AVALIAÇÃO

A disciplina de Língua Estrangeira tem na avaliação um instrumento do processo de Ensino- Aprendizagem, onde o educando representa o foco, pois atitudes e costumes devem mudar ao longo do processo, visando o aprimoramento do conhecimento. O erro é parte importante do processo, pois representa o diagnóstico para a aprendizagem, na interação de construir e reconstruir a fala, a escrita e o diálogo, assim como sinaliza ao professor a necessidade de reorganização das estratégias e metodologias de ensino no desenvolvimento do trabalho pedagógico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOS, Eduardo; PRESCHER, Elizabeth; PASQUALIN, Ernesto. Sun – Inglês para o Ensino Médio 1. 2ª Edição . Rischmond: 2004.

AMOS, Eduardo; PRESCHER, Elizabeth; PASQUALIN, Ernesto. Sun – Inglês para o Ensino Médio 2. 2ª Edição . Rischmond: 2004.

AMOS, Eduardo; PRESCHER, Elizabeth; PASQUALIN, Ernesto. Sun – Inglês para o Ensino Médio 3. 2ª Edição. Rischmond: 2004.

MURPHY,RAYMOND. Essenssial Grammar in use. Gramática Básica da língua inglesa.Cambridge: Editora Martins fontes.

MURPHY,RAYMOND. English Grammar in use. 3ª ed. Ed. Cambridge University (Brasil).

ZAMARIN, Laura; MASCHERPE, Mario. Os Falsos Cognatos. 7ª Edição. BERTRAND BRASIL: 2000.

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DO PROEJA

A língua portuguesa antes de tudo é o veículo de todo o conhecimento. As práticas da linguagem enquanto fenômeno perpassa todas as áreas do agir humano. O fato de a língua ser o meio e o suporte para os outros conhecimentos torna o professor de língua portuguesa um agente eficaz, propiciador das relações inter e multidisciplinares.

O ensino da Língua Portuguesa no ensino PROEJA não deve ser simples repasse de regras, nomenclaturas, gramática ou historiografia literária. Na perspectiva de superação efetiva desta postura é necessário perceber que a modalidade, a dinâmica, a fluidez, a imprecisão da linguagem não aprisiona os textos em determinadas propriedades formais. A norma é real, aquela usada socialmente, mesmo tratando-se da norma padrão ou da norma culta, aprende-se lendo e escrevendo e não a partir de conceitos.

A linguagem é o instrumento para a interação social, e a disciplina da língua portuguesa é responsável por proporcionar aos estudantes o contato com os mais diversos tipos de “textos”, através da oralidade, da escrita e da leitura.

OBJETIVOS GERAIS

Criar oportunidades para o aluno refletir, construir, levantar hipóteses, a partir da leitura e da escrita de diferentes textos, única instancia em que o aluno pode chegar a compreensão de como a língua funciona e a decorrente competência textual.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Proporcionar aos estudantes a oportunidade de aperfeiçoar a capacidade de empregar a língua oral em diferentes situações de uso, sabendo adequá-la a cada contexto e interlocutor, descobrindo as interações que estão implícitas nos discursos do cotidiano e posicionando-se diante do mesmo.

Refletir sobre os textos produzidos, lidos ou ouvidos atualizando o gênero e o tipo de texto, considerando-se os interlocutores, os seus objetivos, o assunto tratado, os gêneros e suportes textuais e o contexto de produção/leitura, assim como os elementos gramaticais empregados na sua organização.

Garantir ao aluno o aprimoramento do domínio discursivo no âmbito da oralidade, da leitura e da escrita, por meio da inserção e participação do mesmo em processos interativos com a língua oral e escrita.

Aprimorar, ainda, pelo contato com os textos literários, a capacidade de pensamento critico e a sensibilidade estética dos alunos.

Desvelar as cristalizações de verdade na língua, possibilitando aos estudantes o entendimento do poder configurado pelas diferentes práticas discursivas sociais.

Ajudar os alunos a ampliarem seu domínio de uso das linguagens verbais e não verbais através do contato direto com textos dos mias variados gêneros, orais e escritos, engendrados pelas necessidades humanas enquanto falantes do idioma.

Ensinar os alunos a sentirem-se bem para expressarem suas idéias com segurança e fluência, nos diferentes contextos de sua inserção social.

EMENTA: Estudo e reflexão sobre a Língua enquanto prática social, por meio dos diferentes gêneros discursivos que se concretizam nas práticas de

oralidade, leitura, escrita e análise linguística. Estudo da Literatura como a arte que permite a interação a partir do objeto estético.

Carga horária total: 240 h/a - 200 h, sendo duas aulas semanais em cada semestre.

CONTEÚDOS

Unidade temática do texto;

Finalidade, intencionalidade e aceitabilidade do texto;

Informatividade, situcionalidade intertextualidade e temporalidade do texto;

Papel do locutor e interlocutor;

Vozes sociais e ideologias presentes no texto;

Elementos composicionais do gênero;

Progressão referencial;

Contexto de produção da obra literária;

Variações linguísticas (lexicais, semânticas, prosódicas, entre outras);

Marcas linguísticas (coesão, coerência, gírias, repetição, função das classes gramaticais, pontuação e demais recursos gráficos como recurso sintático e estilístico em função dos efeitos do sentido);

Partículas conetivas do texto;

Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;

Elementos extralinguísticos como entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausa;

Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito;

Adequação da fala ao contexto;

Adequação do discurso ao gênero;

Elementos semânticos;

Operadores argumentativos e a produção de efeitos de sentido provocados no texto;

Modalizadores;

Sentido conotativo e denotativo;

Figuras de linguagem e os efeitos de sentido (humor, ironia, ambiguidade, exagero, expressividade);

Particularidades linguisticas do texto literário;

Vícios de linguagem;

Sintaxe de concordância;

Sintaxe de regência.

METODOLOGIA

A metodologia da disciplina da língua portuguesa tem como base a prática da oralidade, da escrita e da leitura – e só dessa forma consegue abranger o todo dinâmico do sistema da linguagem. A metodologia precisa pautar-se na interlocução, em atividades planejadas que possibilitem ao aluno não só a leitura e a expressão oral e escrita, mas também refletir sobre o uso que faz da linguagem nos seus diferentes contextos e situações. Quanto maior o contato com a linguagem na diversidade textual mais possibilidades o aluno tem de aprimorar seu domínio da língua e de entender o texto como material carregado de intenções e de visões de mundo.

A gramática não é o centro do ensino. O aluno precisa ampliar suas capacidades discursivas em atividades de uso da língua, a partir dos quais o professor vai explorar os aspectos textuais e as exigências específicas de

adequação da linguagem. Na análise lingüística o aluno não é só ouvinte, sua participação é fundamental no processo de aprendizagem.

ORALIDADE: a disciplina deve promover situações que incentivem a falar, tornar o aluno um falante cada vez mais ativo e competente, capaz de compreender os discursos dos outros, de organizar os seus de forma clara, coesa e coerente. O professor de língua portuguesa deve planejar e desenvolver um trabalho com a oralidade que gradativamente permita ao aluno não só conhecer e usar a outra variedade da lingüística, a padrão, como também entender a necessidade desse uso em determinados contextos sociais. O trabalho com a oralidade aponta diversos caminhos: debates, discussões, seminários, transmissões de informações, de troca de opiniões, de defesa de ponto de vista (argumentação), contação de histórias, declamação de poemas, representação teatral, relatos de experiências, entrevista, analisar a linguagem em uso em programas de TV, músicas, etc.

LEITURA: o leitor é ao mesmo tempo leitor e autor do texto. Ao ler um texto as pessoas dão-lhe vida. Para cada leitor, o texto torna-se único e formidável, nascendo e renascendo. O ato de ler é identificado com o de familiarizar-se com diferentes textos produzidos em diferentes práticas sociais: notícias, crônicas, piadas, poemas, artigos científicos, ensaios, reportagens, propagandas, informações, charges, romances, contos. A leitura também pode assumir significado maior como sinônimo de visão de mundo. Podemos ler situações, imagens, fotos, outdoors, propagandas, imagens digitais e virtuais. O ato de ler convoca o ato de pensar. O professor deve planejar uma ação pedagógica que permita ao aluno não só a leitura de textos, para os quais já tenha construído uma competência, como também a leitura de textos mais difíceis que amplifiquem o desenvolvimento de novas estratégias com a devida mediação. O texto literário é um excelente meio de contato com a pluralidade de significados que a língua assume em seu máximo grau de feito estético.

ESCRITA: Ao se perceber como autor o aluno poderá aprimorar sua condição de escritor, a criatividade e outros fatores comumente relacionados ao ato de escrever. Isto só se aprende na prática da escrita em suas diferentes

modalidades. O envolvimento do professor e aluno com a escrita deve acontecer desde a motivação para a produção de textos, passando pela reflexão, e completando-se na revisão e na reestruturação. É nas experiências concretas de produção de textos que o estudante, vai aumentando seu universo referencial e aprimorando sua competência de escrita. É preciso trabalhar a produção de textos argumentativos, descritivos, de notícia, narrativo, cartas ou memorandos, poemas, abaixo-assinados, crônicas, informativos ou literários

AVALIAÇÃO

O objetivo da avaliação é estabelecer as principais dificuldades da turma-aluno e trabalhar coletivamente para a superação dos mesmos. A avaliação servira para os alunos e professores refletirem sobre suas práticas e tomarem decisões.

A avaliação precisa dar ao professor pistas concretas do caminho que o aluno está trilhando para aprimorar sua capacidade lingüística e discursiva em práticas de oralidade, leitura e escrita. É a partir da constatação de falhas no processo que a língua torna-se objeto de reflexão e de discussão das questões lingüísticas, sem se afastar do contexto inicial de produção, uma vez que, na análise lingüística, a reflexão e a discussão estarão a serviço de ajustes necessários na produção do aluno, naquela situação específica de interpretação ou produção.

É preciso instigar a auto-avaliação. O próprio aluno avalia o produto de sua experiência, seja de leitura ou de produção oral ou escrita.

A oralidade será avaliada primeiramente em função da adequação do discurso aos diferentes interlocutores e situações (seminários, debates, entrevistas, etc.).

A avaliação de leitura deve considerar as estratégias que os estudantes empregaram no decorrer da leitura, a compreensão, o sentindo construído para o texto, considerando a visão de mundo e o repertorio cultural individual.

Em relação à escrita o que determina a adequação do texto escrito são as circunstâncias de sua produção e o resultado dessa ação. Deve valorizar, sobretudo o esforço daquele que escreve, desconfia, rasga e reescreve, tantas vezes quanto julga necessárias até que o texto lhe pareça bom.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. A Língua de Eulália. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. Preconceito Lingüístico. São Paulo: Loyola, 2003.

BARTHES, Roland. O rumor da língua. São Paulo: Martins Fontes, 2004

_____. Aula. São Paulo: Cultrix, 1989

BECHARA, Ivanildo. Ensino de Gramática. Opressão? Liberdade? São Paulo:Ática,1991

CASTRO, Gilberto de; FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão (orgs). Diálogos com Bakhtin. Curitiba, PR: Editora UFPR, 2000.

DEMO, Pedro. Formação de formadores básicos. In: Em Aberto, n.54, p.26-33, 1992.

FARACO, Carlos Alberto. Área de Linguagem: algumas contribuições para sua organização. In: KUENZER, Acácia. (org.) Ensino Médio – Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Português: língua e cultura. Curitiba: Base, 2003.

_____. Linguagem & diálogo as idéias lingüísticas de Bakhtin. Curitiba: Criar, 2003

FÁVERO, Leonor L.; KOCH, Ingedore G. V. Língüística textual: uma introdução. São Paulo: Cortez, 1988.

GARCIA, Wladimir Antônio da Costa. A Semiologia Literária e o Ensino. Texto inédito (prelo).

GERALDI, João W. Concepções de linguagem e ensino de Português. In: João W. (org.). O texto na sala de aula. 2.ed. São Paulo: Ática, 1997.

_____. Concepções de linguagem e ensino de Português. In: _____, João W.(org.). O texto na sala de aula. 2ªed. São Paulo: Ática, 1997.

_____. Portos de passagem. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação para promover. São Paulo: Mediação, 2000.

KLEIMAN, Ângela. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. 7ªed. Campinas, SP: Pontes, 2000.

KOCH, Ingedore; TRAVAGLIA, Luiz C. A coerência textual. 3ªed. São Paulo: Contexto, 1990.

_____. A inter-ação pela linguagem. São Paulo: Contexto, 1995.

KRAMER . Por entre as pedras: arma e sonho na escola. 3ªed. São Paulo: Ática, 2000.

LAJOLO, Marisa. Leitura e escrita com o experiência – notas sobre seu papel na formação In: ZACCUR, E. (org.). A magia da linguagem. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE,1999.

LAJOLO, Marisa O que é literatura. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Da fala para a escrita. São Paulo: Cortez, 2001

BAKHTIN, Michail. Estética da Criação verbal. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

BAZERMAN, Charles. Gêneros textuais, tipificação e interação. São Paulo: Cortez, 2005.

BRANDÃO, Helena Nagamine. Gêneros do discurso na escola, 2 ed. São Paulo, Cortez. 2001.

BONINI, Adair; MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH, Désirée. Gêneros: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 65-80.

DESCARDECI, Maria Alice Andrade de Souza. Ler o mundo: um olhar através da semiótica social. ETD – educação temática digital, v.3, n.2, Campinas: Unicamp, jun.2002, p.19-26.

DIONISIO, Ângela Paiva, MACHADO, Anna Rachel, BEZERRA, Maria Auxiliadora. Gêneros textuais & ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

KOCH, I.G.V. (1987) Argumentação e Linguagem. São Paulo, Editora. 1987.

_____. A inter-ação pela linguagem. São Paulo: Contexto, 1993.

LIMA. Frederico. A sociedade digital: o impacto da tecnologia na sociedade, na cultura, na educação e nas organizações. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

MCLUHAN, M. Os meios de comunicação como extensões do homem. São Paulo: Cultrix, 2000.

ANTUNES, Irandé. Aula de Português: encontro & interação. São Paulo. Parábola, 2003.

PECORA, Alcir. Problemas de Redação. São Paulo: Martins Fontes. 1983.

PIVOVAR, Altair. Leitura e escrita: a captura de um objeto de ensino. Curitiba, 1999. Dissertação de mestrado – UFPR.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autentica, 1998.

ILLARI, Rodolfo. Linguística e Ensino da Língua Portuguesa com a língua materna. (UNICAMP).

IAUSS, Hans Robert. A história da literatura com provocações à teoria literária. São Paulo: Ática,1994.

CANDIDO, Antonio. A Literatura e a formação do homen. Ciência e Cultura. São Paulo, Vol.4 n.9 PP 803-809, set/1972.

EAGLETON, Terry. Teoria da Literatura: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

ISER, Wolfgang. O ato da leitura: uma teoria do efeito estético. São Paulo: Editora 34, 1996, Vol.1.

AGUIAR, Vera Teixeira de; BORDINI, Maria da Glória. Literatura e Formação do leitor: alternativas metodológicas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DO PROEJA.

"A História nos ensina a continuidade do desenvolvimento da Ciência. Sabemos que cada era tem seus próprios problemas, os quais na era seguinte ou resolve ou coloca de lado como sem interesse e os substitui por novos problemas". (David Hilbert, 1900)

A Matemática, assim como as demais ciências, segue uma história de onde advém estruturas fundamentadas em diferentes pensamentos para a formação de uma variedade de conhecimentos os quais foram socialmente elaborados e partilhados, estruturando-se em eixos culturais, ideologias formalizadas, pesquisas e experiências.

Hoje devemos ter como meta da educação a formação de um indivíduo ético, criativo e crítico, preparado para viver participativamente na sociedade e consciente de sua cidadania.

Os conteúdos programáticos do PROEJA fazem parte integrante do processo ensino-aprendizagem por ser o potencial de um tema que permite conexões entre diversos conceitos matemáticos e entre diferentes formas de pensamento, além disso, ele faz parte do processo histórico do desenvolvimento da Matemática, então:

"O que esses conteúdos trazem para a formação de um indivíduo criativo?"

"Como podemos implantar nos conteúdos programáticos para o Ensino Médio Profissionalizante, um ensino da Matemática visto como instrumento para a compreensão, a investigação e a inter-relação com o mundo?"

A educação matemática como preocupação com uma prática escolar vem caminhando gradativamente e vem inserindo diferentes caminhos que direcionam para um novo ensino da matemática valorizando fatores de grande importância no aprendizado, tais como: a motivação, o entender como o indivíduo aprende Matemática, a inserção de projetos pessoais de pesquisa

associada à prática docente. Esses novos segmentos apontam orientações dentro dessa nova realidade, para que se concretize as finalidades do PROEJA, que levem o aluno a desenvolver habilidades as quais o ensino da matemática deve priorizar.

OBJETIVOS GERAIS

O PROEJA é visto como etapa final da formação básica do educando, aquela necessária para todo cidadão educado e visa “introduzir o jovem no mundo como um todo”, então, a vinculação entre educação e trabalho torna-se uma referência primordial.

No que diz respeito à educação profissional, a LDB esclarece que: A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. (BRASIL, 1996, Art. 39). Isto significa que não se pode tratar a formação como algo exclusivamente do mundo do trabalho ou do mundo da educação. Trata-se de percebê-la como um ponto de intersecção, para o qual devem confluir diversas abordagens e contribuições, entre elas a dos sujeitos trabalhadores. Para isto é prioritário abordar conhecimentos relevantes e necessários para a formação de um cidadão, além de inseri-lo nas idéias sobre a natureza Matemática para terem oportunidade de discutir o significado do saber matemático e sua real importância, então diante destas disposições o educador poderá:

a) Oportunizar ao aluno o acesso ao conhecimento matemático do PROEJA hierarquicamente organizado e sistematizado de modo a permitir o desenvolvimento do seu pensamento crítico construtivo;

b) Desenvolver a capacidade de resolver problemas com todos os raciocínios que o envolvem para levar o educando a introduzir este conhecimento em situações que exigem pensamento matemático;

c) A integração curricular visando à qualificação social e profissional articulada à elevação da escolaridade, construída a partir de um processo democrático e participativo de discussão coletiva;

d) A escola formadora de sujeitos articulada a um projeto coletivo de emancipação humana;

e) A valorização dos diferentes saberes no processo educativo;

f) A escola vinculada à realidade dos sujeitos;

g) Estabelecer relações entre conteúdos para que o aluno não se limite ao expressar seus conhecimentos e tenha o aprender matemática como interpretação e criação de significados para ter a colaboração desta disciplina na melhoria da qualidade de vida e para auxiliar no conhecimento da vida que os cerca;

h) Permitir a auto-aprendizagem para formação da autonomia;

i) Desenvolver a percepção da dinâmica social e capacidade para nela intervir;

j) Desenvolver a compreensão dos processos do conhecimento histórico matemático como incentivo para a capacidade de observar, interpretar e tomar decisões.

EMENTA: Formas espaciais e as quantidades compreendidas a partir de números e álgebra, geometrias, funções e tratamento da informação no contexto da Segurança do Trabalho.

Carga horária total: 240h/a - 200h

CONTEÚDOS

1º SEMESTRE

- Números e álgebra;

- Teoria dos conjuntos;

- Conjunto elemento e pertinência;

- Representação;

- Subconjuntos e conjunto das partes;

- Operações com conjunto;

- Conjuntos numéricos.

- Funções

- Sistema cartesiano;

- Conceito;

- Generalidades de função;

- Função afim;

- Função quadrática;

- Estudo dos sinais das funções.

2º SEMESTRE

- Progressão aritmética (PA)

- Seqüências;

- Razão;

- Termo geral;

- Soma dos termos de uma PA.

- Progressão geométrica (PG)

- Termo geral;

- Soma dos termos da PG.

- Matemática financeira;

- Porcentagem;

- Juros simples e compostos.

3º SEMESTRE

- Trigonometria

- Relações métricas do triângulo retângulo. Teorema de Pitágoras;

- Razões trigonométricas. Ângulos notáveis;

- Ciclo trigonométrico;

- Medidas de arcos e ângulos;

- Transformação de unidades

- Arcos trigonométricos;

- Simetrias - ângulos notáveis;

- Redução de quadrantes – relação fundamental;

- Funções trigonométricas no ciclo trigonométrico;

- Variação do sinal.

4º SEMESTRE

- Estudo de matrizes

- Definição;

- Representação;

- Matrizes especiais;

- Correspondência entre matrizes;

- Igualdade de matrizes;

- Operações entre matrizes.

- Determinantes

- Definição;

- Ordem dos determinantes;

- Determinantes de 1ª e 2ª ordem;

- Regra de Sarrus – Determinantes de 3ª ordem.

5º SEMESTRE

- Análise combinatória;

- Princípio fundamental de contagem;

- Arranjos simples. Permutação simples;

- Combinação simples;

- Probabilidade e estatística;

- Definição;

- Propriedades;

- Operações.

6º SEMESTRE

- Geometria analítica;

- Plano, reta e plano (postulados);
- Distância entre dois pontos;
- Coordenadas de ponto médio;
- Estudo da reta;
- Definição da reta;
- Geometria espacial;
- Poliedros;
- Relação de Euler;
- Poliedros regulares;
- Pirâmides;
- Cilindro;
- Cone

METODOLOGIA

Deve-se propiciar ao aluno momentos de criação e soluções interessantes para que ele seja motivado a solucionar um problema pela curiosidade criada pela situação em si ou pelo próprio desafio do problema, por isso o aluno deve vivenciar situações de investigação, exploração e descobrimento. Para isso devemos colocar o aluno como centro do processo educacional, vendo-o como um ser ativo no processo de construção de seu próprio conhecimento. Adaptar uma pesquisa dos erros cometidos pelos alunos nas várias metodologias usadas, para que a partir deles possamos compreender as interpretações desenvolvidas pelos alunos é essencial para um maior aproveitamento dos conteúdos.

Portanto, para que possamos alcançar os objetivos evidenciados necessitamos da utilização de propostas variadas de trabalho visando a melhoria na qualidade do ensino da Matemática.

Para tal, destacamos:

a) Resolução de problemas: propor ao aluno situações-problema caracterizadas por investigação e exploração de novos conceitos estimulando assim a curiosidades matemática;

b) Modelagem matemática: auxilia o aluno a se conscientizar da utilidade da Matemática para resolver e analisar problemas do dia-a-dia, através da utilização de conceitos já aprendidos;

c) Etnomatemática: valorizar os conceitos informais construídos pelos alunos através de suas experiências fora do contexto escolar utilizando-os como ponto de partida para o ensino formal;

d) História da Matemática: estudar a construção histórica do conhecimento matemático para levar à uma maior compreensão da evolução dos conceitos destacando as dificuldades do conhecimento inerentes ao conceito que está sendo trabalhado.

Além dessas propostas podemos também utilizar as dimensões políticas da Educação Matemática (matemática e sociedade), a matemática humanística (matemática e arte), a utilização da moderna tecnologia no ensino da matemática, entre outras diferentes alternativas propostas para que possamos trabalhar os conteúdos programáticos de um modo criativo, preocupando-se com a qualidade do trabalho e não com a quantidade.

AVALIAÇÃO

Para avaliarmos o aluno devemos ter a avaliação como instrumento no processo de conquista do conhecimento, pois ela serve para o professor verificar o que foi apreendido pelo educando, se os objetivos foram atingidos e

se o aluno consegue utilizar o conhecimento adquirido para resolver situações problemas e formular novos conceitos.

Devemos formar cidadãos autônomos e, portanto, nossa prática de avaliação deve auxiliar na identificação e superação de dificuldades no processo de ensino e aprendizagem tanto do aluno como do próprio professor e para isto o educador matemático deverá ser um mediador da aprendizagem e com responsabilidade interferir consciente e diretamente na capacidade de aprender e de pensar de seu aluno.

Tendo em vista que a avaliação deve ser continua, processual e formativa, tudo que há em uma sala de aula deve contribuir para a avaliação: dedicação, participação, envolvimento, desenvolvimento e aprendizagem, portanto o professor poderá utilizar diferentes instrumentos de avaliação dependendo das situações que o contexto estará inserido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KRULIK, Stephen & REYS, Robert E.A. A resolução de problemas na Matemática escolar. Trad. Higino H. Domingues e Olga Corbo. São Paulo, Atual,1997.

LINQUIST, Mary Montgomery & SHULTE, Albert P. (orgs). Aprendendo e ensinando Geometria. Trad. Higino H. Domingues. São Paulo, Atual, 1994.

PETIT, Jean-Pierre. Os mistérios da Geometria. Lisboa, publicações Dom pixote,1982. (Coleção As Aventuras de Anselmo Curioso.)

POLYA, George. A Arte de Resolver Problemas.

Revista do professor de Matemática. Publicação da Sociedade Brasileira de Matemática.

LIMA, Elon Lages ET. Alii. A matemática do ensino médio. Rio de Janeiro, SBM, 1997. 3vols. (Coleção do Professor de Matemática.)

BOYER, C. B. História da matemática. São Paulo Edgard Blucher, 1996

DANTE, L.R. Didática da resolução de problemas. São Paulo Ática, 1989.

D`AMBROSIO, U., BARROS, J.P.D. Computadores, escola e sociedade. São Paulo Scipione,1988.

PARANA. Diretrizes Curriculares de Matemática para a Educação básica.SEED – PR. 2007.

BRASIL. LDB – LEI 9394/96 Diretrizes e Bases da educação Nacional.

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DO PROEJA

Fayol valorizou a necessidade do ensino da administração desde as escolas primárias ao ensino superior, defendendo a aplicabilidade desses conhecimentos não somente em empresas, mas na vida. Enfatizando a importância da administração perante as demais funções das organizações, ressaltando todavia, que uma não existe sem a outra, havendo a interdependência entre as outras funções.

Prever é planejar, investigar profundamente o futuro e traçar um plano de ação a médio e longo prazo a fim de preparar a empresa ante as adversidades e/ou oportunidades posteriores, sustentando-se no programa de ação proposto por Fayol (1990,p 65) como resultado visado, a linha de conduta, as etapas a vencer, os meios a empregar, uma espécie de quadro do futuro, previsto para um certo tempo elaborado continuamente com flexibilidade e precisão sem ferir os princípios da administração, contendo relações sobre os outros componentes da administração tais como: comando, coordenação e controle, uma vez que o elemento previsão influência todos os outros.

São dois os objetivos da administração: a eficiência e a eficácia. A eficiência diz respeito aos meios, ou seja, aos métodos, processos e normas que se empregam na empresa a fim de que os recursos sejam adequadamente utilizados. A eficácia diz respeito aos afins, ou seja, aos objetivos e resultados a ser alcançados.

Com base na tradição e nas teorias administrativas, podemos considerar princípios gerais da administração:

- A divisão do trabalho;
- A autoridade e a responsabilidade;
- A hierarquia;
- A unidade de comando;
- A amplitude administrativa;

- A divisão das metas a ser atingida.

A principal tarefa da administração é interpretar os objetivos da empresa e estabelecer maneiras de alcançá-los por ações administrativas.

OBJETIVOS GERAIS

Modernamente, as funções administrativas são representadas amiúde pelas áreas das organizações, ou seja, auferiram o conceito de departamentalização, representadas por produção ou operações; marketing ou comercialização; finanças e contabilidade; recursos humanos etc.

Busca-se o discutir em seus escritos a diferenciação entre direção e administração. A direção constitui-se dos esforços no mais elevado nível hierárquico, propondo-se a determinar os objetivos e promover sua realização pelo acionamento de recursos de qualquer tipo, seja humanos, materiais, financeiros, e informações, dente outros. Enquanto que administrar é prever, organizar, comandar, coordenar e controlar, sendo que estes em conjunto formam o processo administrativo. Diversos setores da empresa, bem como o planejamento das ações prioritárias contribui para os estudos significativos, buscando a compreensão crítico e reflexiva.

EMENTA: Noções da Organização das atividades empresariais direcionadas ao trabalho.

Carga horária total: 100 h/a - 50 h

CONTEÚDOS

1º SEMESTRE

As diferentes correntes da administração;

Revolução digital e a contemporaneidade da administração;

Precursores da Administração Científica;

Organização das Modernas Empresas;

Os novos conceitos introduzidos pela teoria neoclássica;

Noções de Sistema de Gerenciamento Ambiental: ISO 14.000 e 18.000, OSHA's, A Segurança do Trabalho no Planejamento;

Manutenção e Controle de Produção e Qualidade;

2º SEMESTRE

A Segurança do Trabalho e o Estudo Preliminar dos Métodos de Trabalho;

Análise dos Métodos do trabalho e processos de Produção Industrial;

Regras básicas de benchmarking;

Arranjos Físicos em Empresas;

Noções de Fluxogramas e Organogramas: representação gráfica;

Organizações Inteligentes;

Perfil de Exposições;

Riscos Ocupacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHIAVENATO, Idalberto. Administração- teoria, processo e prática. Mcgraw-Hill, 1995.

GRÖNROOS, Christian. Marketing: gerenciamento e serviços. São Paulo: Editora Campus, 1995.

MATOS, Francisco Gomes de. Estratégia de empresa. São Paulo: Editora Makron Books, 1993.

MCKENNA, Regis. Marketing de relacionamento: estratégias bem sucedidas para a era do cliente. Campus, 1993.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO – http//www.desenvolvimento.gov.br

SANTOS, Joel J. Formação do preço e do lucro. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE RISCOS E PERDAS NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DO PROEJA

A disciplina de prevenção de riscos e perdas no curso de segurança do trabalho surgiu da necessidade de elaboração de projetos de avaliação de riscos no processo com danos a integridade física dos trabalhadores e danos ao patrimônio da empresa.

O fundamento de riscos e perdas teve seu inicio no ano de 1930, pelo engenheiro H.W.Heinrich, através de sua obra intitulada *Industrial Accident prevention*, na qual, após um estudo minucioso mostrou que os custos de reparação de acidentes eram muito altos para as empresas, tendo que ser desenvolvida ações prevencionistas, a qual tornaria uma solução cabível para a redução desses custos.

Entre os anos de 1959 e 1966 o engenheiro Frank E Bird Jr. Atualizou o trabalho desenvolvido por Heinrich, intitulada em seu trabalho como *Damage Control*, sua pesquisa foi realizada através de dados de acidentes, em uma proporção de 90 mil acidentes ocorridos na siderúrgica Luckens Steel, reorganizando assim os dados.

No entanto a ampliação de seus estudos foi através de análise realizados sobre um montante de 297 empresas, a qual representou um grupo de 21 seguimentos diferentes de industrias, totalizando 1.750.000 operários, e 3 bilhões de horas no período de exposição, concluindo assim seus estudos, para trabalhar planos de ação oportunos nas organizações empresariais.

O controle de perdas dentro de um processo, é determinado por fatores que em seqüenciamento pode causar danos aos recursos humanos, materiais ou descontinuação operacional, o que ressalta uma maior prática na implantação e controle de acidentes, visando a redução das perdas e as condições gerais de trabalho.

Localizar os pontos de risco é basicamente encontrar onde os riscos ocorrem, levando em consideração que os mesmos ocorrem por causas ambientais (condições inseguras) e ao comportamento humano (ato inseguro), e isso deve ser trabalhado a fim de não haver interrupção do sistema,

propiciando a necessidade de identificar e localizar e controlar as causas, ligando ao emprego de medidas que propendem reduzir ou eliminar a freqüência e gravidade das ocorrências.

OBJETIVOS GERAIS

Durante a atuação profissional do Técnico em Segurança do Trabalho é de extrema importância que saiba tomar decisões corretas no que concerne a prevenção e combate a sinistros com fogo. As decisões só serão corretamente alcançadas desde que o profissional conheça todos os aspectos relacionados com o plano de emergência e, principalmente, do perfeito conhecimento do fogo: suas causas; características de cada combustível; formas de propagação do calor; e dos métodos e materiais para sua extinção.

A prevenção de incêndios consiste em evitar que ocorra fogo, utilizando-se certas medidas básicas, que envolvem a necessidade de conhecer, entre outros itens: características do fogo, propriedades de riscos dos materiais, causas de incêndios, estudo dos combustíveis.

O Técnico em Segurança do Trabalho necessita, ao inspecionar os locais de trabalho, reconhecer se a estrutura arquitetônica e a disposição de equipamentos de combate à incêndio são adequados para a prevenção de sinistros. Também é de extrema importância que conheça toda a simbologia concernente aos projetos de combate à incêndio de modo a poder implantar e/ou corrigir a implantação de projetos.

Quando, apesar da prevenção, ocorre um princípio de incêndio, é importante que ele seja combatido de forma eficiente, para que sejam minimizadas suas conseqüências. Para que esse combate seja eficaz, deve-se, ainda: conhecer os agentes extintores, saber utilizar os equipamentos de combate a incêndios; saber avaliar as características do incêndio, o que determinará a melhor atitude a ser tomada.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- situar o aluno num histórico cronológico de ocorrência de sinistros e na evolução na tecnologia de seu combate;

-conhecer as NR_S 19, 20 e 23, bem como o papel do Técnico em Segurança na proteção contra Incêndio;

-dar subsídio para combate á incêndio em função do pleno conhecimento dos componentes do fogo, suas reações químicas e físicas, bem como das causas da ocorrência em função dos locais e matéria envolvidos;

-informar as principais causas (origens), encaminhando os alunos a pensar na forma de prevenir e combater os incêndios em função da sua origem, relacionando as ações com os princípios de combustão;

-conhecer os métodos de extinção e agentes extintores, relacionando-os com o local, origem e causa de incêndio;

-conhecer os materiais, técnicas e táticas de combate ao fogo, incluindo extintores fixos e portáteis: seu funcionamento; modo de operação; tipos de extintores; aplicação de cada tipo; e cuidados com a manutenção;

-capacitar o aluno para entender o funcionamento de uma brigada de incêndio e habilitá-lo à liderar brigadas;

-dar subsídios para implantação e ação num plano de emergência de combate a sinistros: o que é; como elaborar e implantar; quais são os componentes e suas ações individuais;

- projetar um plano de combate à sinistros com base na INSTRUÇÃO N.º 02/10 – DAE/SUDE**,** que Orienta sobre o Programa Prontidão Escolar Preventiva – PEP, nos Estabelecimentos de Ensino da Rede Estadual;

- capacitar o atuante no plano de emergência para auxílio mútuo na eventualidade da ocorrência de Sinistros.

EMENTA: Verificação e análise preliminar de riscos e perdas causadores de acidentes e incidentes.

Carga horária total: 160 h/a - 133 h

CONTEÚDOS

3º SEMESTRE

- Princípio da Combustão: Triângulo do fogo e Características do fogo;
- Características Físicas e Químicas da Combustão;
- Química e física do fogo;
- Causas Comuns de Incêndio;
- Métodos de Extinção de Incêndios: Abafamento, resfriamento e isolamento;
- Classe de risco e métodos de extinção;
- Agentes Extintores: Água, espumas, pó químico seco, dióxido de carbono e granulados específicos no combate a incêndios;

4º SEMESTRE

- Material de Combate ao Fogo: Hidrantes e Chuveiros automáticos;
- Formação e orientação de brigada de incêndio;
- Plano de Evacuação;
- Planos de Emergência: Rota de fuga, retirada de pessoas, sinalização (alertas), formação de equipes de emergência, lay-out de rota de fuga, ação individual no plano de emergência;
- Plano de Auxílio Mútuo.

5º SEMESTRE

- Teorias de Sistemas e Subsistemas;
- Avaliações de Perdas de um Sistema;
- Aplicação da teoria de sistemas na Segurança do Trabalho;

- Técnicas de Análises: identificação dos riscos, Série de riscos, Análise de riscos, Análise de modos e falhas, de operações, dos incidentes e acidentes, avaliação qualitativa, medidas de controle;

6º SEMESTRE

- Teoria e Estudos de Confiabilidade em equipamentos e sistemas;
- What-ifF;
- Aplicação do método em sistema definido;
- Levantamento e Controle de perdas, custos e cálculos dos acidentes dos segurados e não segurados;
- Elaboração de Check-list .

METODOLOGIA

O desenvolvimento das aulas deve conter formas de introduzir a parte teórica de prevenção de riscos e perdas, sobre a ótica prática, na elaboração de formulários para analise e identificação dos riscos em um ambiente coorporativo, levando em consideração a eficiência do objetivo quanto as técnicas de análises.

O professor deverá assumir atitude, critica, reflexiva e orientada para a responsabilidade do educando como profissional de área na qual ele estará inserido.

Para tanto, o docente deverá assumir como mediador de ensino e aprendizagem, mantendo suas competências técnicas dentro de sua área de conhecimento.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser um processo continuo onde deve haver uma interação entre docente e dicente , propiciando promover o conhecimento de forma participativa, em um âmbito coletivo e construtivo entre ambos, a

avaliação não deve ser vista como uma meio de reprovação, mas uma forma de promover conhecimento.

Conforme orienta a LDBEN a avaliação tem como função a priorização do processo de aprendizagem no longo do período letivo, o que impede a realização de uma única forma de avaliação, seja ela prova ou trabalho, mas respalda a formas de desenvolvimentos sobre uma perspectiva processual e continua na busca da construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURGES, WILLIAM. Possíveis Riscos a Saúde do Trabalhador. Belo Horizonte: Editora Ergo, 1997.

PACHECO JR. Qualidade na segurança e higiene do trabalho: série SHT 9000, normas para a gestão e garantia da segurança e higiene do trabalho. São Paulo: Atlas, 1995.

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE PROCESSO INDUSTRIAL E SEGURANÇA NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DO PROEJA

Os processos industriais são seqüenciamentos e procedimentos no qual envolvem vários passos para a composição de atividades nas industrias manufatureira, utilizando-se de componentes mecânicos, físicos e químicos capazes de transformar materiais, ambientes e meios, nos quais encontra-se inseridos diversos produtos transformados ou transformadores nos diferentes setores da nossa economia. Para tanto um dos fatores primordiais do processo industrial, é o conhecimento dos equipamentos e máquinas existentes para realização dos trabalhos, como também seus dispositivos de segurança que podem ser geradores de acidentes, no âmbito produtivo.

O processo industrial exige uma combinação entre fatores fundamentais de transformações, o emprego sistemático de máquinas e equipamentos acionado por força motriz, e operário, ou colaboradores que operam tais equipamentos, através de controles produtivos. Portanto, os controles produtivos nos quais consistem as bases para acionamento e funcionamentos, são definidos como controladores lógicos programáveis, acionadores eletromagnéticos e pneumáticos, no qual é a base solida das máquinas e equipamentos atuais.

O cerne da transformação em um processo industrial incide velocidade de produzir, associando máquinas, equipamentos e ferramentas utilizadas pelos colaboradores para a elaboração do trabalho. Essa velocidade associada ao trabalho, necessita de normas, as quais possam amparar juridicamente o profissional em segurança do trabalho, então o respaldo legal da NR 10 e 12, indica caminhos a ser seguido, para que toda a esfera da empresa seja estrutural. Para tanto a regulamentadora 10 e 12 auxilia a manter uma forma de trabalho feitos por tais processos, dando ao profissional de área uma visão abrangente de como tais máquinas e equipamentos devem se dispor no

ambiente (meio em que se encontra inserido), determinando quais tipos de controladores devem ter cada equipamento, para que atenue, ou elimine os riscos de exposição. Já a NR 13 e 14 mantém procedimentos a serem seguidos no que se refere a vasos de pressão, equipamentos não sujeitos à chama, fundamentais nos processos industriais no qual a passagem de fluidos é projetado para resistir com segurança a pressões internas diferentes da pressão atmosférica, ou submetidos à pressão externa, cumprindo assim a função básica de armazenamento. E os fornos que são equipamentos capazes de conservar calor em altas temperaturas para transformar ou ser transformador nos processos industriais.

OBJETIVOS GERAIS

É fundamental que o profissional de Segurança do Trabalho conheça o processo industrial e como ele acontece, tendo uma visão abrangente do meio, das máquinas e equipamentos, possibilitando atenuar, ou eliminar os riscos de exposição do trabalhador aos perigos inerentes ao desempenho de sua função.

EMENTA: Conhecimento dos equipamentos industriais para a prevenção de acidentes.

Carga horária total: 100 h/a - 83 h

CONTEÚDOS

3º SEMESTRE

Processos de Produção:

Elementos de Riscos a Saúde;

Introdução aos Processos de Produção;

Conceito de Controle de Processos Industriais;

Máquinas e Equipamentos de Transporte;

Métodos de manuseio de Equipamentos de Transporte Industrial;

Movimentação;

Armazenagem;

Cargas Especiais;

Equipamentos de Estivagem;

Normalização;

Manutenção Preventiva de Materiais e Equipamentos;

Procedimentos Técnicos;

Processos de Manutenção;

Sistema Organizacional;

Normalização;

4º SEMESTRE

Ferramentas Manuais: Convenções;

Utilização e Conservação;

Manutenção Preventiva;

Manutenção Corretiva;

Interpretação de Catálogos e Manuais;

Caldeiras;

Vasos de Pressão (NR-13);

Fornos (NR-14);

Norma Regulamentadora nº 13 (NR–13);

Norma Regulamentadora nº 14 (NR–14);

Riscos Ocupacionais;

Práticas de Trabalho;

Eletrotécnica: Princípios da Eletricidade;

NR-10 – Riscos nas instalações elétricas;

Formas de aterramento;

Princípios da eletrotécnica;

Conceitos de Transformadores;

Tipos de instalações elétricas;

Princípios prevencionistas;

Tecnologia e prevenção no combate a sinistro;

Considerações sobre incêndios e explosões;

Participação do Técnico de Segurança do Trabalho na proteção contra incêndios;

METODOLOGIA

O professor deve valer-se de metodologias que efetivem o processo de ensino aprendizagem na perspectiva de possibilitar ao aluno fazer as relações e inter relações entre conhecimentos tácito e cientifico de forma a capacitá-lo na elaboração dos seus próprios conceitos e de novos conhecimentos.

O professor deve assumir atitude critica, reflexiva e orientada para a formação de sujeitos detentores de conhecimentos que os capacitem ao exercício da profissão e da cidadania. Nessa perspectiva, o docente deixa de ser um transmissor de conteúdos acrítico e definidos por especialistas

externos, para assumir uma atitude de problematizador e mediador no processo de ensino aprendizagem.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser um processo continuo onde deve haver interação entre docente e dicente , propiciando promover o conhecimento de forma participativa, em um âmbito coletivo e construtivo entre ambos, a avaliação não deve ser vista como um meio de reprovação, mas uma forma de promover conhecimento. Ao longo do processo de aprendizagem predominará a função diagnóstica da avaliação com objetivos de identificar as dificuldades dos alunos e definir instrumentos e estratégias de superação dessas dificuldades. Neste contexto a avaliação se dá de forma continua e formativa.

Conforme orienta a LDBEN a avaliação tem como função a priorização do processo de aprendizagem ao longo do período letivo, o que impede a realização de uma única forma de avaliação, seja ela prova ou trabalho, mas respalda a formas de desenvolvimentos sobre uma perspectiva processual e continua na busca da construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Manuais de Legislação; Segurança e Medicina do Trabalho, São Paulo, Atlas 61º ed. 2007.

FERREIRA, Paulo Pinto. Treinamento de pessoal: a técnica-pedagogia do treinamento. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1977.

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE QUÍMICA NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DO PROEJA

A química participa do desenvolvimento científico-tecnológico com importante contribuição específica, cujo decorrência tem alcance econômicos, sociais e políticos. Sendo assim, o ensino de química não se limita simplesmente ao preparo do educando para concorrer a exames; tão preparação na realidade deve ser somente decorrência da formação que a escola vai lhe propiciar. Além disso, a sociedade requer muitos outros conhecimentos e habilidade dos nossos alunos – que não serão eternos candidatos em exames, mas, principalmente, cidadãos. E é nessa hora que o conhecimento de química revela sua grande importância no preparo para o exercício consciente da cidadania, pois vivemos em uma sociedade tecnológica que exige de seus cidadãos atitudes para um modelo de desenvolvimento viável, garantindo assim a existência de gerações futuras. E isso implica a compreensão de um mínimo necessário do conhecimento cientifico e tecnológico, que vai além do domínio estrito dos conceitos de química: envolve o entendimento de suas inter-relações sociais e o desenvolvimento de atitudes e valores.

Na escola, de modo geral, o individuo interage com o conhecimento essencialmente acadêmico onde o estudante recebe informações, memoriza e acumula o conhecimento.

Conhecendo a química consegue-se compreender as transformações que ocorre no mundo químico-físico de forma abrangente e integrada e assim pode julgar de forma mais fundamentada, as informações advindas da tradição cultural, da escola, da mídia toma suas próprias decisões enquanto individuo e cidadão. A química do ensino médio deve possibilitar ao aluno uma compreensão dos processos químicos em si, conhecimento cientifico, em estreita relação com as aplicações tecnológicas, suas implicações ambientais, sociais, políticas e econômicas.

O conhecimento especializado, o conhecimento químico solado, é necessário mas não suficiente para atendimento do mundo físico.

A consciência de que o conhecimento cientifico é dinâmico, mutável, ajudará o estudante e o professor a ter necessária visão crítica da ciência. A ciência deve ser percebida como criação do intelecto humano é, como qualquer atividade humana, também submetida a avaliação da natureza ética.

O ensino de química deve contribuir para uma visão mais ampla do conhecimento que possibilita melhor compreensão do mundo físico e para a construção da cidadania, colocando em pauta na sala de aula conhecimentos socialmente relevantes, que façam sentido se integrar á vida do aluno.

OBJETIVO GERAL

Adquirir compreensão do mundo do qual a química é a parte integrante, através dos problemas que ela consegue resolver e dos fenômenos que podem ser descritos por seus conceitos e modelos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;

Questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a técnica cientifica, a análise critica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação;

Construir uma visão sistematizada das diferentes linguagens e campos de estudo da química, estabelecendo conexões entre seus diferentes temas e conteúdos;

EMENTA: A matéria e suas transformações através do conhecimento científico e tecnológico no cotidiano.

Carga horária total: 140 h/a - 117 h

CONTEÚDOS

1º SEMESTRE

Estrutura da matéria;

Misturas e métodos de separação;

Fenômenos físicos e químicos;

Estrutura atômica;

Distribuição eletrônica;

Tabela periódica;

Ligações químicas;

Funções Químicas (orgânicas e inorgânicas);

Radioatividade;

2º SEMESTRE

Normas de segurança de laboratório;

Materiais de laboratório, Soluções;

Termoquímica;

Cinética química;

Equilíbrio químico;

Química do carbono;

3º SEMESTRE

Funções oxigenadas;

Polímeros;

Funções nitrogenadas;

Isomeria;

Efeitos dos produtos químicos na natureza;

Indústria petroquímica, de alimentos e farmacêutica;

Compostos orgânicos naturais.

METODOLOGIA

A aprendizagem é um processo ativo e contínuo que estabelece a atividade intelectual com base em experiências reais. Dessa forma, o aprender ciência é mais do que uso de métodos estabelecidos para a comprovação de idéias cientificas. Consiste em fazer com que o educando leia o mundo em que vive com seus próprios olhos e com olhos da ciência.

Dessa forma entende-se que o processo de ensino-aprendizagem da química no PROEJA deve-se iniciar preponderadamente por fatos concretos, observáveis e mensuráveis, uma vez que os conceitos que o aluno traz para a sala de aula advêm principalmente de sua leitura no mundo macroscópico. O referido processo deve continuar através da busca de explicações para os fatos, interpretando-os microscopicamente e criando modelos explicativos. A complexidade crescente dos conceitos vai sendo alcançada através de uma abordagem dinâmica das interações dentre as visões macroscópicas e microscópicas. Dessa maneira os conceitos podem ser significativamente entendidos. Nessa ação coletiva, o professor deve atuar como mediador.

Como se visa uma aprendizagem ativa, essas abordagens deve ser feitas através de atividades elaboradas para provocar a especulação, a

construção e a reconstrução de idéias. Dessa forma, as atividades, além de coleta de dados obtidos em demonstrações, em visitas, em relatórios de experimentos ou no laboratório, devem enfatizar a análise desses dados para que através de trabalho em grupo, discussão coletiva, se possa atingir os conceitos. Qualquer que seja a atividade a ser desenvolvida, deve-se ter claro que devem existir períodos pré e pós-atividade, visando facilitar a formação de conceitos.

Não se pode desvincular “teoria” e “laboratórios”. As atividades experimentais, bem como outros recursos, têm o papel de facilitar a aprendizagem, pois a simples memorização de definições descontextualizadas não implica sua compreensão conceitual. Daí a necessidade da contextualização inicial dos conceitos antes de eles serem precisamente definidos, uma vez que se concretizam na medida em que são aplicados a diferentes fenômenos em diferentes contextos.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve ultrapassar os limites quantitativos e incorporar basicamente quatro dimensões: diagnósticas, processual/contínua, cumulativa e participativa. Seguindo para isso a análise de alguns pontos fundamentais:

- Conhecimento e compreensão de conceitos e procedimentos;
- Capacidade de aplicar conhecimentos na resolução de problemas do cotidiano (estudo de caso, pesquisas, coleta de dados, problematização, análise e conclusão);
- Capacidade para utilizar s linguagem para comunicar idéias (debates, dramatização, relatos orais e escritos);
- Habilidades de pensamento como: analisar, generalizar, inferir, raciocinar indutiva e dedutivamente, etc:
- Perseverança e do cuidado na realização das tarefas e cooperação do trabalho em grupo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS,Marcelo Moura. Fundamentos da Química Orgânica São Paulo: ed. Edgard Bücher Ltda.

FELTRE, Ricardo. Fundamentos da Química. Volume Único. Ed. Moderna. V1 Química Geral v2 Físico-Química v3 Química Orgânica . São Paulo: Ed. Moderna – 4ª ed.

RUSSEL, John B. Química Geral. McGraw-Hill

SARDELLA, Antônio. Curso de Química. Volumes 1,2,3 Química Geral, Físico-química, Química Orgânica, Ed. Ática.

TITO e CANTO. Química na Abordagem do Cotidiano. Volume Único. Ed. Moderna. 1996, São Paulo.

Química v.1,2,3. São Paulo: ed. Moderna.

USBERCO – SALVADOR. Química v.1,2,3. São Paulo: Saraiva, 1996, 2ª ed.

Diretrizes Curriculares de Química para o ensino médio.

IJUÍ: Ed. Unijuí, 2003. p.144 (coleção educação em química)

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE SEGURANÇA DO TRABALHO NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DO PROEJA

O ensino da segurança do trabalho é um conjunto de ciências e tecnologias que procuram a proteção do trabalhador no seu local de trabalho. O seu objetivo básico envolve a prevenção de acidentes e é uma área de engenharia e de medicina do trabalho cujo objetivo é identificar, avaliar e controlar situações de risco, proporcionando um ambiente de trabalho mais seguro e saudável para as pessoas. No Brasil, um dos instrumentos de gestão de segurança do trabalho é o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT). Este serviço está previsto na legislação trabalhista brasileira e regulamentado em uma portaria do Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Norma Regulamentadora (NR-4). Essa norma estabelece as atribuições do SESMT e determina a sua composição de acordo com o grau de risco da atividade da empresa e a quantidade de empregados.

A Segurança e medicina do trabalho se preocupa com a saúde física e mental dos trabalhadores, tendo em vista protegê-lo dos riscos de agentes nocivos e acidentes inerente à ocupação que exerce.

No início deste século a Medicina do trabalho tomou grande impulso, sobretudo a partir da I Guerra Mundial, quando a demanda de mão de obra atingiu níveis não antes alcançados, num esforço amplo empreendido pelas nações. É muito amplo, como vemos, o raio de ação da moderna medicina do trabalho, procurando dar atendimento a todos os operários através de exame prévio, buscando acompanhar a saúde dos trabalhadores em exames periódicos e promovendo a sua readaptação a tarefas mais compatíveis, seu bem-estar e da prosperidade da empresa a que serve. Sua ação se estende a todos no ambiente de trabalho ou fora dele, pois o perfeito funcionamento de uma empresa depende do bom estado de saúde de cada um.

Vivemos hoje a fase da segurança medicina do trabalho preventiva, graças aos exames médicos periódicos dos trabalhadores, mesmo dos que aparentam boa saúde. É função primordial da segurança e medicina constatar

a predisposição para as doenças profissionais ou acidentes do trabalho, tomando as medidas de prevenção indicadas em cada caso. Afastar das áreas de exposição todos os riscos que possam causar danos a saúde do trabalhador.

Questões como competência e flexibilidade são um dos pontos mais debatidos nas reformulações na educação que estão acontecendo, especialmente na formação dos técnicos de segurança do trabalho. Atualmente, as alterações no currículo destes profissionais são frutos, principalmente, da construção das Diretrizes Curriculares Nacionais na Área de SST aprovada pelo Conselho Nacional de Educação. A elaboração desta matriz curricular está pautada também nos valores da lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB),nº 9.394, de 20/12/96, juntamente com o decreto 2.208, de 17/04/97, a Resolução nº 04/99 e o parecer nº 16/99.

OBJETIVOS GERAIS

A segurança do trabalho contribui para que os jovens reconheçam a importância da preservação da vida, bem como a necessidade de evitar danos físicos e psíquicos aos trabalhadores e a necessidade de se manter sob controle todos os agentes ambientais, considerando os monitoramentos periódicos, a identificação dos fatores de riscos existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho.

Busca-se o objetivo do reconhecimento dos riscos ambientais nos diversos setores da empresa, bem como o planejamento das ações prioritárias visando a eliminação ou, pelo menos, a redução desses riscos.

A contribuição dos estudos serão significativos buscando a compreensão crítico e reflexiva, no qual deverão proceder através de ações preventivas visando a eliminação ou neutralização dos riscos ocupacionais.

EMENTA: Promoção do bem-estar físico, mental e social do trabalhador, bem como o gerenciamento preventivo dos riscos presentes nos ambientes de trabalho e relacionados aos processos produtivos.

Carga horária total: 440 h/a - 367 h

CONTEÚDOS

1º SEMESTRE

Histórico da segurança do trabalho;
O advento da produção em série e o desenvolvimento moderno,
Relações da segurança com as novas modalidades de trabalho;
Aspectos sociais, econômicos e éticos da segurança e medicina do trabalho;
Acidente do trabalho: efeitos sociais e econômicos para os trabalhadores, família, empresa e estado;
Desenvolvimento das tecnologias de segurança e a organização do trabalho: papel dos órgãos controladores e acordos internacionais;

2º SEMESTRE

Acidentes do trabalho;
Causas, técnicas e formas de prevenção, procedimentos legais;
Comunicação do acidente;
Inspeção de segurança do trabalho;
Uso dos equipamentos individuais e coletivos: NR-06;
Sinalização de segurança (NR-26);
Organização da segurança do trabalho;

3º SEMESTRE

Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT (NR-4), Dimensionamento do SESMT, Formação e Atribuições; Código Nacional de Atividades Econômicas das Empresas;

Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA (NR-5): Processo de Formação e função da CIPA: Mapeamento de Risco (Técnicas de elaboração, Etapas, Elaboração, Execução e Relatório do Mapeamento);

4º SEMESTRE

Investigação do acidente do trabalho: processos de investigação;
Análise do acidente do trabalho;
Políticas de segurança do trabalho;

5º SEMESTRE

Gerenciamento do sistema segurança: documentação de segurança do trabalho (ordens de serviço, manuais de segurança do trabalho, política de segurança do trabalho);
Trabalho em espaços confinados (NR-33);
Trabalho em edificações e na construção civil (NR–8, NR-18);

6º SEMESTRE

Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais (NR–11);
Especificidades da Segurança no trabalho: em mineração, portuário, aquaviário, na agricultura e pecuária, etc. (NRs – 22, 29, 30, 31).

METODOLOGIA

O desenvolvimento das aulas dessa área do conhecimento deve incorporar aspectos que possam contribuir para uma perspectiva de superação do modelo de desenvolvimento socioeconômico vigente, o professor deve assumir uma atitude, crítica, refletiva e orientada pela e para a responsabilidade social. Nessa perspectiva, o docente deixa de ser um transmissor de conteúdos acrítico e definidos por especialistas externos, para assumir uma atitude de problematizador e mediador no processo ensino

aprendizagem sem, no entanto, perder sua autoridade nem, tampouco, a responsabilidade com a competência técnica dentro de sua área do conhecimento.

AVALIAÇÃO

A avaliação é uma prática pedagógica intrínseca ao processo ensino e aprendizagem, com a função de diagnosticar o nível de apropriação do conhecimento pelo aluno. A avaliação deve ser contínua, cumulativa e processual devendo refletir o desenvolvimento global do aluno e considerar as características individuais deste no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação é realizada em função dos conteúdos, utilizando critérios e instrumentos diversificados, coerentes com as concepções e finalidades educativas. A avaliação deverá utilizar procedimentos que assegurem o acompanhamento do pleno desenvolvimento do aluno, evitando-se a comparação dos alunos entre si. O resultado da avaliação devera servir para reflexão sobre a ação pedagógica, contribuindo para análise e reorganização de conteúdos/instrumentos/métodos e estratégias de ensino.

Na avaliação do aluno devem ser considerados os resultados obtidos durante todo o período letivo, num processo contínuo, expressando o seu desenvolvimento escolar, tomado na sua melhor forma. Os resultados das atividades avaliativas serão analisados durante o período letivo, pelo aluno e pelo professor, observando os avanços e as necessidades detectadas, para o estabelecimento de novas ações pedagógicas. A recuperação de estudos dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo ensino e aprendizagem. A recuperação será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Manuais de Legislação: Segurança e Medicina do Trabalho, São Paulo, Atlas 61º ed. 2007.

BRASIL. MT. FUNDACENTRO. Curso de Engenharia do trabalho. São Paulo: Fundacentro, 1981. 6 v.

JR.COSMOS MORAES. Segurança do Trabalho. São Paulo: USP.

LIMA , Dalva Aparecida. Livro do professor da Cipa. São Paulo: Fundacentro, 1990.

MANUAL DA CIPA, em 24 de maio de 1999, NR 5.

MANUAL DE SEGURANÇA – Companhia Vale do Rio Doce. PINTO, Almir Pazzionotto. Manuais no meio rural. São Paulo: Fundacentro, 1990.

MELO, Márcio dos Santos. Livro da Cipa - Manual de segurança do trabalhador. São Paulo: Fundacentro, 1990.

REVISTA BRASILEIRA DE SAÚDE OCUPACIONAL. São Paulo: Fundacentro, vol. 20, Janeiro a Junho, NR 75

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DO PROEJA.

É no desenvolvimento conjunto dos diferentes níveis de habilidades que a compreensão da vida do ser humano em grupo, as regras de convivência e os fundamentos das sociedades são gradativamente apreendidas pelo aluno. Sendo assim, busca-se oferecer aos alunos uma disciplina interdisciplinar onde ele possa ler por si mesmo, de acordo com o seu interesse e natural curiosidade, que o oriente a refletir e a construir seu pensamento crítico e analítico, associando os conteúdos abordados na disciplina fornecendo uma visão local e universal de forma teórico-prática e contextual da realidade que possibilite sair da passividade e assumir postura mais ativa na escola e na vida a partir do conhecimento e compreensão dos direitos, dos deveres, dos valores da tolerância, da amizade e da diversidade que enriquece o convívio coletivo/social.

OBJETIVOS GERAIS

Despertar nos alunos a capacidade de saber ler e interpretar os fenômenos sociológicos históricos e contemporâneos, incentivando aos alunos a aquisição de conhecimento sobre as ciências através da prática, possibilitando a compreensão do cotidiano e do universo sócio-cultural humano compreendendo os elementos culturais que constituem as identidades.

Levar o aluno a compreender o papel do homem como parte da natureza e as conseqüências de sua ação sobre ela a partir das relações socioeconômicas e culturais de poder reconhecendo a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais;

Propiciar ao aluno conhecimentos que possa levá-lo a respeitar a diversidade e as diferenças, reconhecendo a igualdade básica dos seres humanos utilizando os conhecimentos históricos e geográficos para compreender e valorizar as diferentes manifestações culturais de etnias e segmentos sociais,

os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do individuo na sociedade;

Proporcionar ao aluno elementos para que possa conhecer a realidade local, regional, nacional e mundial, reconhecendo a interdependência entre elas a partir das transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social ampliando a sua "visão de mundo" e o "horizonte de expectativas" nas relações interpessoais com os vários grupos sociais.

Despertar nos alunos a "a percepção sociológica", visando desenvolver neles um raciocínio e uma abordagem específica no entendimento da realidade social.

Despertar e sensibilizar o aluno para as questões sociais e os desafios que as transformações atuais têm nos colocado, preparando-os para uma intervenção responsável na vida social e para o exercício da cidadania.

Levá-los a reconhecer alguns conceitos e autores das ciências sociais sem, no entanto, a necessidade de uma formação teórica e conceitual rigorosa.

EMENTA: O conhecimento e a explicação da sociedade nas formas de organização social, do poder e do trabalho.

Carga horária total: 80h/a - 67h

CONTEÚDOS

1º SEMESTRE

- A Sociedade Humana como objeto de estudo

- Surgimento da sociologia e as teorias sociológicas

- Desenvolvimento das ciências

- A convivência humana,(Dinâmicas do processo de socialização)

- Instituições sociais, classes sociais e estratificação, os agrupamentos sociais

- Conceitos de cultura na antropologia; diversidade cultural; etnocentrismo; relativismo; questões de gênero e minorias; cultura de massa (cultura popular x erudita)

- Sociedade de consumo

- Desigualdades sociais

- Cidadania, comunidade, sociedade

- Neoliberalismo, globalização

- O trabalho nas diferentes sociedades

- Desemprego; desemprego conjuntural e estrutural;

- Subemprego e informalidade

2º SEMESTRE

- Mudança social

- Cultura e sociedade

- Educação e sociedade

- Capital humano, a base econômica da sociedade

- O subdesenvolvimento

- Terceirização

- Voluntariado e cooperativismo

- Empregabilidade e produtividade

- Reforma trabalhista e organização internacional do trabalho

- Economia solidária, capitalismo ou socialismo

- Flexibilização

- Reforma agrária e sindical

- Taylorismo/Fordismo, Toyotismo

- Estatização e privatização, parceria pública e privada

- Relações de mercado

- Conceito de Estado Moderno, tipos de Estados

- Conceitos de poder e dominação

- Política

- Ideologia e alienação

- Democracia, partidos políticos

- Conceito moderno de direito

- Movimentos sociais, urbanos, rurais e conservadores, movimentos sindicais, direitos humanos

METODOLOGIA

O ensino de Sociologia proporciona aos alunos a aprendizagem de conceitos da sociedade humana, e dos processos que interligam os indivíduos em associações, grupos e instituições. Deve-se trabalhar com o aluno de forma contextualizada por meio de situações que problematizem as transformações dos comportamento das pessoas enquanto seres sociais; a vida social dos humanos, desde o contato de indivíduos anónimos em uma rua até o processo global de socialização (globalização).

No ensino da sociologia, deve-se buscar práticas pedagógicas que permitam colocar os alunos em diferentes situações de vivência em relação à evolução da sociedade humana, identificando macroestruturas inerentes à organização da sociedade, como raça ou etnicidade, classe e gênero, além de instituições como a família; processos sociais que representam divergência, ou

desarranjos, nestas estruturas, inclusive crime e divórcio. E os microprocessos como relações interpessoais.

O ensino da sociologia escolar deve oferecer subsídios que leve o aluno à constituir uma resposta intelectual às novas situações colocadas pela revolução industrial, como por exemplo, a situação dos trabalhadores, o aparecimento das cidades industriais, as transformações tecnológicas, a organização do trabalho na fábrica, etc. É a formação de uma estrutura social específica que impõe uma reflexão sobre a sociedade, suas transformações, suas crises, e sobre seus antagonismos de classe.

Nas práticas pedagógicas o professor deverá proporcionar subsídios que permitam compreender e problematizar a realidade que os cerca em sua dimensão humana e política, bem como a compreensão da velocidade e complexidade que ocorre as transformações na sociedade humana.

Para que isso aconteça o professor deverá lançar mão de todas as ferramentas necessárias desde as de planos instrumentais como computadores e internet, vídeos, multimídias, jornais, revistas, livros didáticos, pesquisas, palestras educativas.

AVALIAÇÃO

Uma vez que a avaliação é diagnóstica, todas as atividades desenvolvidas em sala de aula devem ser consideradas: caderno de apontamentos; avaliação individual com consulta aos textos utilizados em sala para assegurar que o aluno tenha o conteúdo necessário para a discussão. Debate sobre temas polêmicos para que o (a) aluno (a) seja avaliado não pelas suas opiniões, mas pela maneira como constrói sua argumentação, defende suas idéias e respeita as idéias diferentes dos colegas. Produções de texto ao final de cada debate – alguns em grupo para que o aluno aprenda a “negociar” idéias, outros individuais para que ele aprenda a organizar e sistematizar suas próprias idéias. Avaliação individual sem consulta após explicação do conteúdo teórico para detectar a maneira pela qual esse(a) estudante se apropriou do

conteúdo, tornando-se capaz de “traduzi-lo” em sua linguagem, relacioná-lo a outros conhecimentos e não meramente reproduzi-lo.

A avaliação não se refere apenas ao domínio dos conteúdos específicos mas como indicador para orientar a prática educacional, o desenvolvimento da sociabilidade, responsabilidade, ética e do respeito dentro do grupo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIA

ARON, R. As etapas do pensamento sociológico. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BOBBIO, N. Dicionário de Política. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 12 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GENTILE, P e Frigoto, G. Políticas de exclusão na educação e no trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DO PROEJA.

No início da sua existência, o homem procurou a caverna para se abrigar do sol e da chuva. Intuitivamente, ele aprendia a proteger-se das agressões do meio. O organismo humano, por meio de um processo evolutivo milenar, desenvolveu uma série de mecanismos que permitem a sua adaptação ao meio com o objetivo de obter o bem-estar. O bem-estar do homem é um conceito amplo que engloba desde os fatores necessários à manutenção da sua saúde física, até aqueles responsáveis pelo seu sentimento de satisfação. Também neste conceito, devem ser consideradas que as condições laborais não podem atentar contra a sua saúde.

A nossa carta magna prega no seu artigo 6º que entre direitos sociais está a saúde e o trabalho. Completa, afirmando no artigo 196º, que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Esta deverá ser garantida mediante política sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

O Art. 189 da Consolidação das Leis do Trabalho prega que “Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos” .

Hoje são apontados os limites de tolerância para as condições insalubres na Norma Regulamentadora 15. Considerando que o laboreio sob condições insalubres leva o trabalhador a contrair diversas doenças ocupacionais, é de extrema importância que o futuro Técnico em Segurança do Trabalho saiba identificar tais condições.

Para a identificação das condições insalubres são necessárias várias determinações utilizando-se para isto os equipamentos de medição. A correta utilização destes equipamentos e o conhecimento dos fatores de erros associados às determinações são imprescindíveis aos profissionais Técnicos de Segurança do Trabalho. Disto vem a importância do estudo das Normas de Higiene ocupacional associada aos métodos de medição.

OBJETIVOS GERAIS

Na atuação do Técnico em Segurança do Trabalho é de fundamental importância o reconhecimento do seu papel na efetiva proteção do trabalhador, contribuindo para a preservação da sua saúde. Mais que um distribuidor de equipamentos de proteção, o técnico em segurança deve ter em mente que o seu foco é na proteção do trabalhador, minimizando primeiramente os riscos ambientais das condições insalubres e só depois efetuar a proteção individual.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

-Reconhecer a importância da proteção do trabalhador quando da ocorrência de operações insalubres.

-Conhecer as atividades Insalubres constantes na NR 15 e seus anexos.

-Conhecer os principais equipamentos de medição associado às atividades insalubres.

-Saber interpretar dos dados obtidos com as medições.

-Tomar decisões quanto à proteção do trabalhador, baseado na NR-15.

-Associar a proteção do trabalhador em operações insalubres com a adoção de Equipamentos de Proteção Coletivo (EPC) e Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

EMENTAS: Aplicação de metodologias técnicas e normalizadas, operacionalizando os instrumentos de medição ambiental.

Carga horária total: 120 h/a - 100 h

CONTEÚDOS

5º SEMESTRE

Conceitos de Utilização dos Equipamentos de Medição;

Técnicas de Medição;

Tipos de Equipamentos: Decibelímetro (medidor de pressão sonora - analógico e digital), dosímetro, luxímetro, conjunto de termômetros para avaliação da exposição ocupacional ao calor (termômetro de bulbo seco, termômetro de bulbo úmido e termômetro de globo), Bomba medidora de gases, Anemômetros, Explosímetros, Higrômetro, Oxímetro, Aparelhos medidores de monóxido de carbono (CO), Filtros passivos;

6º SEMESTRE

Atividades e Operações Insalubres: Norma Regulamentadora nº 15 (NR–15 “anexo 1 a 14”);

Estudos nas Normas de Higiene Ocupacional (NHO - Fundacentro);

Análise Quantitativa do Mapeamento de Riscos;

Acidentes de Trabalho: com exposição a material biológico e acidente de trabalho grave.

METODOLOGIA

Os conteúdos devem ser trabalhados nas suas inter-relações, rompendo com a compartimentalização e com a linearidade do conhecimento geográfico, criando assim situações de aprendizagem através de diferentes metodologias:

aulas expositivas; Estudo dirigido das Normas regulamentadoras (NR) n^{os} 15 e 32; estudo dirigido das Normas de Higiene Ocupacional (NHO) n^{os} 1 a 8; Pesquisas; Estudos de casos; Aulas práticas; Aulas de campo; Seminários, entre outras.

A metodologia deve contemplar as considerações expostas de modo a superar a fragmentação do ensino, das ações, competências e habilidades. O trabalhado deve ocorrer de forma crítica e dinâmica, interligando teoria, prática e realidade, mantendo coerência entre os fundamentos teóricos propostos.

O professor deverá utilizar-se de estratégias que possibilitem o desenvolvimento da compreensão critica dos conteúdos, estimule o desenvolvimento da pesquisa, e estabeleça as relações necessárias entre a teoria e a pratica.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser concebida como parte integrante do processo ensino-aprendizagem e não como um fato e/ou uma etapa isolada. Ela deve estar a serviço da aprendizagem, servir como ponto de referência para que o professor perceba o que os alunos precisam compreender para que ampliem sua gama de conhecimentos.

A avaliação só faz sentido quando desperta no educando o desejo da apropriação do conhecimento pois, a principal finalidade da avaliação deve ser a aprendizagem. A avaliação deve ser um instrumento da intencionalidade da ação docente. O professor pode dispor de uma série de instrumentos para avaliar o jovem e o adulto em todas as suas dimensões (cognitiva, afetiva, sócio-cultural): observações diárias, trabalhos de grupo, testes, relatórios, pesquisas, dramatizações, aulas praticas entre outros. Tais instrumentos devem estar fundamentados em objetivos educacionais explícitos, serem planejados com antecedência e estarem pautados em critérios de avaliação definidos a partir dos conteudos a serem trabalhados.

A avaliação e o ensino devem manter simultaneidade e concomitância de ação, de intervenção e de efeito, sempre com a perspectiva de reconhecer que a humanização e a democratização da educação passam pela avaliação que pode promover o indivíduo ou aumentar a distância entre a escola e os aulos, jovens e adultos.

Os alunos serão avaliados de acordo com critérios de avaliação onde deverão:

- Conhecer as atividades Insalubres constantes na NR 15 e seus anexos;

- Estar ciente que o trabalhador deverá ser protegido quando estiver exposto à operações insalubres;

- Saber quais atividades que são passíveis de medição para comprovação de insalubridade;

- Conhecer os principais equipamentos de medição associado às atividades insalubres;

- Saber interpretar corretamente os dados obtidos nas medições;

- Tomar decisões corretas quanto à proteção do trabalhador, baseado na NR-15;

- Conhecer as principais características dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e os critérios para sua adoção;

- Saber as limitações que cada EPI pode ter em função das características de cada operação insalubre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Manuais de Legislação; Segurança e Medicina do Trabalho, São Paulo, Atlas 61º ed. 2007.

MELO, Márcio dos Santos. Livro da Cipa - Manual de segurança do trabalhador. São Paulo: Fundacentro, 1990

ARAÚJO, Luis César G. de. Organização e métodos : integrando comportamento , estrutura, estratégica e tecnologia. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MAGRINI, Rui de Oliveira. Riscos de acidentes na operação de caldeiras. São Paulo: Funda centro, 1991.

PLANO DE ESTAGIO

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Nome do estabelecimento: Colégio Estadual Dr. Décio Dossi

Entidade mantenedora: Governo do Estado do Paraná

Endereço: Rua Largo da Amoreira, nº 65, Bairro Eucalíptos

Município: Fazenda Rio Grande

NRE: Área Metropolitana Sul

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Habilitação: Técnico em Segurança do Trabalho

Eixo Tecnológico: Ambiente, Saúde e Segurança

Carga horária total: 2600 horas

Do curso: 2500 horas

Do estágio: 100 horas

COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO

Nome do professor: Elias Belco

Ano letivo: 2.009

JUSTIFICATIVA

O trabalho e a cidadania são previstos como os principais contextos nos quais a capacidade de continuar aprendendo deve se aplicar, a fim de que o educando possa adaptar-se às condições em mudança na sociedade, especificamente no mundo das ocupações. A LDB neste sentido é clara: em lugar de estabelecer disciplinas ou conteúdos específicos, destaca competências de caráter geral das quais a capacidade de aprender é decisiva. O aprimoramento do educando como pessoa humana destaca a ética, a autonomia intelectual e o pensamento crítico. Em outras palavras, convoca à constituição de uma identidade autônoma. Para fazer uma ponte entre teoria e prática, de modo a entender como a prática, está ancorada na teoria (fundamentos científico-tecnológicos), é preciso que a escola seja uma experiência permanente de estabelecer relações entre o aprendido e o observado, seja espontaneamente, no cotidiano em geral, seja sistematicamente no contexto específico de um trabalho e suas tarefas laborais.

A Educação Profissional proposta pela atual LDB está comprometida com os resultados de aprendizagem, portanto, a prática profissional constitui e organiza o currículo, onde a formação de um profissional é capaz de inserir tal trabalhador no mundo globalizado, agindo e transformando, através da participação direta em situações reais de vivência e trabalho o seu meio. O profissional da área da saúde, no caso dos alunos do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, que atuando na área tem por obrigação e responsabilidade à prevenção e proteção à saúde e integridade física do trabalhador.

Se a questão profissional é referência para professores e alunos, o Estágio, por ser uma experiência pré-profissional, passa a ser um momento de extrema importância. Será o instante de organização do conhecimento, de seleção de ponto de vista, porque obriga o estudante a confrontar seu saber com a realidade, não como um expectador acadêmico, mas como um

profissional, ou seja, dentro de uma organização social concreta na qual ele tem um papel a desempenhar.

O que distingue o estágio das demais disciplinas em que a aula prática está presente, é que ele se apresenta como o momento da inserção do aluno na realidade, da reflexão e da compreensão das relações de trabalho. Este exercício de inserção e distanciamento é que poderá prepará-lo para mais tarde, na vida profissional, atuar sobre a realidade, buscando transformá-la.

Outra contribuição do Estágio refere-se ao autoconhecimento do estudante, pois lhe permite confrontar os desafios profissionais com sua formação acadêmica, entendida como formação teórica prática.

O Plano de Estágio do Estabelecimento, constitui ponto importante, para garantir que se processe a realização e o acompanhamento do Estágio Profissional Supervisionado dos alunos.

OBJETIVOS DO ESTÁGIO

Contribuir para a formação profissional de nível técnico na área de Segurança do Trabalho, por meio do desenvolvimento de atividades relacionadas ao mundo do trabalho e seus ambientes, que assegure concebê-lo como ato educativo em que a teoria e a prática são indissociáveis.

LOCAL DE REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Os Estágios serão realizados em Empresas ou Instituições Públicas ou Privadas parceiras do Estabelecimento de Ensino, com ramos de atividades compatíveis com a natureza e objetivo da habilitação e que apresentem condições de proporcionar experiências práticas na área de formação do educando.

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA

A carga horária total do Estágio será de 100 horas, sendo 20 horas no segundo semestre, 20 horas no terceiro semestre e 20 horas no quarto semestre. Não poderá exceder a jornada diária de 6 horas, perfazendo 30 horas semanais.

APROVEITAMENTO PROFISSIONAL

O aluno que no decorrer do curso, comprovadamente estiver trabalhando em empresas onde exerça atividade compatível com a realizada em seu Estágio Profissional Supervisionado, poderá requerer na forma regimental junto a Secretaria do Colégio o aproveitamento das horas trabalhadas para o cumprimento das horas do estágio no máximo 30% do total da carga horária de estágio.

Juntamente com o requerimento de dispensa do estágio, o aluno deverá anexar documentação comprobatória de vínculo empregatício não inferior a seis meses, com declaração da Empresa contendo as atividades desempenhadas pelo seu funcionário ligadas a área de saúde e segurança do trabalhador. A dispensa será concedida mediante análise da documentação pelo Coordenador de Estágio.

ATIVIDADES DO ESTÁGIO

Durante a realização do Estágio Profissional Supervisionado, o educando deverá realizar o reconhecimento e avaliação da área ou setor de atuação do Técnico em Segurança do Trabalho, bem como integrar-se com os chefes dos setores e departamentos existentes para maior conhecimento das atividades ali desenvolvidas e dos possíveis riscos ambientais.

O aluno deverá fazer o acompanhamento direto das atividades do setor competente da Instituição Parceira em que estiver estagiando, para com isto, estar adquirindo subsídios à sua formação, vivenciando de forma consistente a rotina diária do Técnico em Segurança do Trabalho. Para tanto é necessário estar atento(a) a questões, tais como:

Inspeção de Segurança: Sistema ou processo de escolha para a realização; Tipo de inspeção habitualmente realizada; Outras inspeção e periodicidade; Sistema de encaminhamento dos problemas levantados; Processo de análise e solução (nível hierárquico); Outras inspeções de checagem.

CIPA: Processo de recrutamento dos empregados para a candidatura na C.I.P.A; Apresentação dos candidatos e tempo médio antes da eleição; Edital de convocação para a eleição; Escolha dos membros representantes do empregador; Processo de eleição e apuração de votos; Elaboração dos documentos exigidos pela fiscalização; Posse dos novos membros; Acompanhamento em pelo menos 03 (três) reuniões; Elaboração de atas das reuniões acompanhadas; Lay-out e mapa de risco.

E.P.I. e E.P.C: Tipos e finalidades; Processo de análise em relação ao risco e prescrição de E.P.I; Características dos riscos, E.P.I. em uso e carência de E.P.I. adequados; Sistema de fornecimento e controle; Processos de conscientização utilizados quanto ao uso obrigatório do E.P.I; Problemas e dificuldades apresentados pelo funcionário e empregador.

Agentes Físicos: Identificação, avaliação, controle e sugestões; Consideram-se Agentes Físicos, dentre outros: Ruídos, Vibrações, Temperaturas Anormais, Pressões Anormais, Radiações Ionizantes, Radiações Não Ionizantes e Umidade.

Agentes Químicos: Identificação, avaliação, controle e sugestões; Consideram-se Agentes Químicos, dentre outros: Névoas, Neblinas, Poeiras, Fumos, Gases e Vapores.

Agentes Biológicos: Identificação, avaliação, controle e sugestões; Consideram-se Agentes Biológicos, dentre outros: Bactérias, Fungos, “Rickettisia”, Helmintos, Protozoários e Vírus.

Riscos Ergonômicos e de Acidentes: Identificação, avaliação, controle e sugestões; Consideram-se Riscos de Acidentes, dentre outros: Arranjo Físico, Máquinas e Equipamentos, Ferramentas Manuais Defeituosas, Inadequadas ou Inexistentes, Eletricidade, Sinalização, Perigo de Incêndio ou Explosão, Transporte de Materiais, Edificações e Armazenamento Inadequado; Consideram-se Riscos de Acidentes, dentre outros: Trabalho Físico Pesado, Postura Incorreta, Treinamento Inadequado ou Inexistente, Trabalho em Turnos e Noturno, Atenção e Responsabilidade, Monotonia e Ritmo Excessivo.

Investigação de Acidentes: Sistema de escolha da equipe; Tempo (Médio) após ocorrido o Acidente; Documento e impressos utilizados; Técnicas aplicadas para a investigação; Encaminhamento para a C.I.P.A; Acompanhamento da Análise do Acidente.

Sinalização: Sistema de sinalização de segurança utilizada; Deficiência de sinalização.

- Sugestão para novas sinalizações e/ou alterações nas atuais; Verificação de todos os itens que impliquem na sinalização obrigatória. inclusive sistema de utilização de cores para tubulações e outros de acordo com a NR – 26.

Cálculo de Custo: Sistemas utilizados para levantamento de estatísticas de A.T; Processo utilizado para avaliação de custos diretos e indiretos; Sistemas de Cálculos adotados; Processos de encaminhamento dos levantamentos estatísticos; Avaliação, resultado e medidas que são apresentadas.

Caldeira: Tipo e características de caldeiras em operação; Sistema de supervisão e controle do Livro de Registro; Inspeção periódica; Operadores habilitados e treinados; Sistema de funcionamento e operação da caldeira; tempo de funcionamento e/ou operação; Aspectos comparativos de todos os itens estabelecidos na NR – 13 e a situação atual da caldeira em estudo.

Legislação: Aplicabilidade das NRs incidentes na atividade de estágio que está sendo aplicada e o que falta.

Proteção contra Incêndios: Prevenção e Combate a Incêndios; Legislação Municipal de Incêndios; Equipamentos de Combate a Incêndios; Brigadas de Incêndios; Planos de Emergência.

Análise de Riscos: Técnicas de Análise; Árvore de causas e falhas; Análise dos acidentes e incidentes.

As atividades de Estágio deverão estar relacionadas obrigatoriamente nas áreas de concentração definidas pela Coordenação do Curso e propostas neste item. O estagiário que desenvolver seu Estágio na empresa ou instituição em que trabalha deverá fazê-lo fora de suas atividades de rotina, se dentro delas, com caráter inovado e diferenciado observando todos os critérios previstos neste Plano.

ATRIBUIÇÕES DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO

- Assegurar estágios adequados a todos os seus alunos.
- Proporcionar condições mínimas para garantir a realização do Estágio de seus alunos.
- Viabilizar o ajuste das condições de estágio conciliando os requisitos mínimos exigidos pelas diretrizes curriculares.
- Preparar e providenciar Acordo de Cooperação com as Instituições que se proponham a ofertar Estágios, bem como os Termos de Compromisso com o estagiário.

ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DE ESTÁGIO

- Estabelecer com a Equipe Pedagógica do Colégio as orientações gerais sobre o Estágio.

- Identificar campos de estágio, estabelecer contatos e convênio com empresas;.
- Elaborar o plano de trabalho e sua regulamentação, conforme legislação específica;
- Coordenar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades pertinentes ao estágio, em conjunto com os demais professores;
- Organizar e manter prontamente disponíveis documentos e registros referente ao estágio.
- Receber e rubricar a comunicação de carga horária cumprida pelo estagiário;
- Manter o Manual de Estágio atualizado e de fácil acesso;
- Nomear e organizar a banca examinadora do relatório final;
- Avaliar os relatórios apresentados pelo estagiário.

ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO QUE CONCEDE O ESTÁGIO

- Orientar o estagiário a realizar seu Estágio, através do Supervisor da Empresa, preferencialmente em áreas e/ou setores nos quais já tenha participado das aulas teórico-práticas;

- Controlar a freqüência do estagiário;

- Oferecer ao estagiário oportunidades para um aprendizado teórico-prático e sociocultural;

- Colocar à disposição suas instalações e condições físicas e materiais necessários e indispensáveis ao estagiário para a prática do Estagio;

- Orientar e atribuir ao estagiário, tarefas compatíveis com a natureza do estágio, de acordo com as atividades previstas no Plano de Estágio;

- Prestar informações sobre o desenvolvimento do Estágio e das atividades do estagiário que venham ser solicitadas pela Instituição de Ensino, comunicando quaisquer irregularidades.

ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO

- Elaborar o Relatório e adequá-lo de acordo com as instruções recebidas pela Coordenação de Estágio;
- Cumprir a Carga Horária obrigatória de Estágio do Curso, comparecendo assídua e pontualmente ao local de Estágio, cuja carga horária não poderá exceder a jornada diária de 6 horas, perfazendo 30 horas semanais;
- Preencher os requisitos necessários ao desenvolvimento do Relatório.
- Cumprir as determinações constantes do Termo de Compromisso e Acordo de Cooperação;
- Empenhar-se na busca de conhecimento e assessoramento necessário ao desempenho das atividades de estágio;
- Manter contatos periódicos com a Coordenação de Estágio para discussão do andamento do estágio;
- Manter sigilo profissional, de qualquer informação confidencial que se tome conhecimento durante o Estágio em com ele relacionado.;
- Zelar pelos equipamentos, aparelhos e bens em geral da Empresa e responder pelos danos pessoais e materiais causados.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO

O estagiário deverá ser acompanhado durante seu Estágio por profissionais habilitados, tais como:

a – Coordenador de Estágio: será o elo de ligação entre o Colégio e o local da realização do Estágio, apresentando e direcionando o Plano de Trabalho de Estágio que deverá ser traçado juntamente com o estagiário, sendo instrumento a ser seguido pelo supervisor no local da realização do Estágio.

b – Supervisor da Instituição concedente: será o responsável pela condução e concretização do Estágio na Instituição ou propriedade concedente, de acordo com o Plano estabelecido pelo Estabelecimento de Ensino.

AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

A avaliação do Estágio Profissional Supervisionado é concebida como um processo contínuo e como parte integrante do trabalho, devendo portanto estar presente em todas as fases do planejamento e da construção do currículo, como elemento essencial para análise do desempenho do aluno e da escola em relação à proposta.

Serão considerados documentos de avaliação do Estágio Curricular:

- Ficha de Controle de Estágio Profissional Supervisionado;
- Ficha de Avaliação do Estagiário;
- Ficha do Supervisor do Estágio da Unidade Concedente;
- Relatório apresentando os conteúdos observados durante o Estágio Profissional Supervisionado;
- Banca examinadora;

O Relatório Final de Estágio deverá ser apresentado conforme normas técnicas definidas no Manual de Estágio.

A nota do Estágio do Segundo Semestre será a média entre a nota apresentada pelo Supervisor de Estágio da Unidade Concedente e a nota atribuída na avaliação proposta pela Coordenação de Estágio (Relatório Parcial). No Terceiro Semestre será a média entre a nota apresentada pelo Supervisor de Estágio da Unidade Concedente e a nota atribuída na avaliação proposta pela Coordenação de Estágio (Relatório Final).

O resultado da avaliação do Estágio Profissional Supervisionado é expresso através de notas graduadas de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez

vírgula zero). O rendimento mínimo exigido para aprovação é a nota 6,0 (seis vírgula zero). Será considerado aprovado o aluno que:

- obtiver freqüência de 100% (cem por cento) e aproveitamento igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero);

- entregar a Ficha de Controle e o Relatório apresentando os conteúdos observados durante o Estágio Profissional Supervisionado em data prevista.

DISPOSIÇÕES FINAIS

- O aluno deverá realizar o Estágio Profissional Supervisionado ao longo do Curso, acompanhando o semestre, como forma de assegurar a importância da relação teoria-prática no desenvolvimento curricular, estabelecida no Plano de Estágio específico aprovado pelo órgão competente;

- A não conclusão do Estágio Profissional Supervisionado, no prazo previsto neste Plano de Trabalho, implicará na suspensão da emissão do diploma;

- A realização do estágio é obrigatória para a conclusão do Curso Técnico em Segurança do Trabalho;

- O aluno aprovado em todas as disciplinas, mas reprovado ou não cumpriu o Estágio Profissional Supervisionado obrigatório, será considerado reprovado no respectivo semestre;

- A Direção do Estabelecimento não poderá expedir nenhum tipo de documento que comprove o término do Curso, sem que o aluno tenha atendido todos os itens necessários para aprovação no Estágio.

DESCRIÇÃO DAS PRÁTICAS PROFISSIONAIS PREVISTAS

Participação em palestras, cursos, mini-cursos, simpósios, semana de estudos, SIPAT, oficinas e visitas técnicas, de instruções e aulas práticas dentre outras atividades ligadas á segurança e medicina do trabalho.

VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

A) Sistema de avaliação

A avaliação será entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos educando, bem como diagnosticar seus resultados, e o seu desempenho, em diferentes situações de aprendizagem.

Preponderarão os aspectos qualitativos da aprendizagem, considerada a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade dos conteúdos, com relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração sobre a memorização, num processo de avaliação contínua, permanente e cumulativa.

A avaliação será expressa por notas de 0 (zero) a 10 (dez), sendo a mínima para aprovação - 6,0 (seis) e freqüência de no mínimo 75%. A freqüência para o estágio deverá ser de 100%.

B) Recuperação de Estudos

O aluno cujo aproveitamento escolar for insuficiente será submetido à recuperação de estudos de forma concomitante ao período letivo.

C) Aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores, com o conteúdo, levando em consideração o Regimento Escolar deste Estabelecimento de ensino.

ARTICULAÇÃO COM O SETOR PRODUTIVO

A articulação com o setor produtivo estabelecerá uma relação entre o estabelecimento de ensino e instituições que tenham relação com o Curso Técnico em Segurança do Trabalho, nas formas de entrevistas, visitas e estágio, palestras, reuniões com temas específicos com profissionais das Instituições conveniadas.

PLANO DE AVALIAÇÃO DO CURSO

O Curso será avaliado com instrumentos específicos, construídos pela equipe pedagógica do estabelecimento de ensino para serem respondidos (amostragem de metade mais um) por alunos, professores, pais de alunos, representante(s) da comunidade, conselho escolar, APMF. Os resultados tabulados serão divulgados, com alternativas para solução.

CERTIFICADOS E DIPLOMAS

- Diploma – O aluno ao concluir o Curso Técnico em Segurança do Trabalho , conforme organização curricular aprovada, receberá o Diploma de Técnico em Segurança do Trabalho;

8.3.2 PLANO DE CURSO DO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

JUSTIFICATIVA

A história contemporânea registra que o mundo do trabalho vem sofrendo profundas transformações. O surgimento da produção em série foi o grande episódio da civilização industrial e os mecanismos de poder exercidos pelo homem ao longo da história, representados pelo domínio do fogo, o controle das técnicas de plantio, o desenvolvimento das técnicas de navegação, chegaram ao seu ponto culminante com o advento da revolução industrial e a massificação do consumo. Intensificaram-se e diversificaram-se as atividades laborais, acarretando aumento do trabalho e novos riscos à saúde e à segurança dos trabalhadores. Para ampará-los, surgiram Novas Leis e Normas, que se direcionaram à Proteção da Saúde e da Integridade do Trabalhador.

A reestruturação produtiva e industrial, as inovações tecnológicas de base micro-eletrônica, a acentuada competitividade e a busca da qualidade de vida afetaram substancialmente as relações de trabalho, com repercussões sobre o binômio Saúde e Trabalho. Esses desafios estabelecem a necessidade de uma nova forma de compreensão dessas relações e propõem uma nova prática de atenção à segurança e à saúde dos trabalhadores, com intervenção nos ambientes e processos de trabalho, a fim de estimular a promoção e a prevenção da saúde, a busca do elevado padrão de qualidade de vida laboral, com reflexos sobre a produtividade das organizações.

Visando o aperfeiçoamento curricular do Curso Técnico em Segurança do Trabalho e a concepção de uma formação técnica que articule trabalho, cultura, ciência e tecnologia como princípios que devem transversalizar todo o desenvolvimento curricular, apresenta-se a reformulação do plano de curso.

O Curso Técnico em Segurança do Trabalho vem ao encontro da necessidade da formação do Técnico numa perspectiva de totalidade, o que significa recuperar a importância de trabalhar com os alunos os fundamentos científico-tecnológico presentes nas disciplinas da Formação Específica, evitando a compartimentalização na construção do conhecimento.

A proposta encaminha para uma formação onde a teoria e prática possibilitam aos alunos compreenderem a realidade para além de sua aparência onde os conteúdos não têm fins em si mesmos porque se constituem em sínteses da apropriação histórica da realidade material e social pelo homem.

A organização dos conhecimentos, no Curso Técnico em Segurança do Trabalho enfatiza o resgate da formação humana onde o aluno, como sujeito histórico, produz sua existência pelo enfrentamento consciente da realidade dada, produzindo valores de uso, conhecimentos e cultura por sua ação criativa.

OBJETIVOS

17. Formar profissionais qualificados em Segurança do Trabalho, criativos e atentos às necessidades de adaptação às mudanças da sociedade em transformação;
18. Valorizar a educação como processo seguro de formação de recursos humanos e de desenvolvimento de sistema social mais competitivo e globalizado;
19. Desenvolver o auto conhecimento, para melhorar a adaptação sócio-educacional e oportunizar ao aluno possibilidades de maior domínio técnico e científico;
20. Formar profissionais críticos, reflexivos, éticos capazes de participar e promover transformação no seu campo de trabalho, na sua comunidade e na sociedade na qual está inserido.

DADOS GERAIS DO CURSO

Habilitação Profissional: Técnico em Segurança do Trabalho

Eixo Tecnológico: Ambiente, Saúde e Segurança

Forma: Subseqüente

Carga Horária Total do Curso: 1500 horas/aula ou 1250 horas mais 167 horas de Estágio Supervisionado

Regime de Funcionamento: de 2ª a 6ª feira, no(s) período(s): (manhã, tarde e/ou noite).

Regime de Matrícula: Semestral

Número de Vagas: .....por turma. (Conforme m² - mínimo 30 ou 40)

Período de Integralização do Curso: mínimo de 01 (um) ano e 06 (seis) meses e máximo de 05 (cinco) anos

Requisitos de Acesso: Ter concluído o Ensino Médio e idade igual ou superior a 18 anos no ato da matrícula

Modalidade de Oferta: Presencial

PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Técnico em Segurança do Trabalho é um profissional de visão humanista e social, com conhecimentos científicos, tecnológicos e histórico-sociais, capaz de atuar em ações prevencionistas nos processos produtivos com auxílio de métodos e técnicas de identificação, avaliação e medidas de controle de riscos ambientais de acordo com normas regulamentadoras e princípios de higiene e saúde do trabalho. Desenvolve ações educativas na área de saúde e segurança do trabalho.

Orienta o uso de EPI e EPC. Coleta e organiza informações de saúde e de segurança no trabalho. Executa o PPRA. Investiga, analisa acidentes e recomenda medidas de prevenção e controle.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CONTENDO AS INFORMAÇÕES RELATIVAS À ESTRUTURA DO CURSO

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE ADMINISTRAÇÃO EM SEGURANÇA DO TRABALHO NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DO SUBSEQUENTE

Fayol valorizou a necessidade do ensino da administração desde as escolas primárias ao ensino superior, defendendo a aplicabilidade desses conhecimentos não somente em empresas, mas na vida. Enfatizando a importância da administração perante as demais funções das organizações, ressaltando, todavia, que uma não existe sem a outra, havendo a interdependência entre as outras funções.

Prever é planejar, investigar profundamente o futuro e traçar um plano de ação a médio e longo prazo a fim de preparar a empresa ante as adversidades e/ou oportunidades posteriores, sustentando-se no programa de ação proposto por Fayol (1990,p 65) como resultado visado, a linha de conduta, as etapas a vencer, os meios a empregar, uma espécie de quadro do futuro, previsto para um certo tempo elaborado continuamente com flexibilidade e precisão sem ferir os princípios da administração, contendo relações sobre os outros componentes da administração tais como: comando, coordenação e controle, uma vez que o elemento previsão influência todos os outros.

São dois os objetivos da administração: a eficiência e a eficácia. A eficiência diz respeito aos meios, ou seja, aos métodos, processos e normas que se empregam na empresa a fim de que os recursos sejam adequadamente utilizados. A eficácia diz respeito aos afins, ou seja, aos objetivos e resultados a ser alcançados.

Com base na tradição e nas teorias administrativas, podemos considerar princípios gerais da administração:

- A divisão do trabalho;
- A autoridade e a responsabilidade;
- A hierarquia;

- A unidade de comando;
- A amplitude administrativa;
- A divisão das metas a ser atingida.

A principal tarefa da administração é interpretar os objetivos da empresa e estabelecer maneiras de alcançá-los por ações administrativas.

OBJETIVO GERAL

Modernamente, as funções administrativas são representadas amiúde pelas áreas das organizações, ou seja, auferiram o conceito de departamentalização, representadas por produção ou operações; marketing ou comercialização; finanças e contabilidade; recursos humanos etc.

Busca-se o discutir em seus escritos a diferenciação entre direção e administração. A direção constitui-se dos esforços no mais elevado nível hierárquico, propondo-se a determinar os objetivos e promover sua realização pelo acionamento de recursos de qualquer tipo, seja humanos, materiais, financeiros, e informações, dente outros. Enquanto que administrar é prever, organizar, comandar, coordenar e controlar, sendo que estes em conjunto formam o processo administrativo. Diversos setores da empresa, bem como o planejamento das ações prioritárias contribui para os estudos significativos, buscando a compreensão crítico e reflexiva.

EMENTA: Introdução à administração; Noções da Organização do trabalho; Administração e Segurança do Trabalho; Parâmetros de qualidade: certificações. Regras básicas de benchmarking. Arranjos Físicos em Empresas e Noções de Fluxogramas e Organogramas.

Carga horária total: 60 h/a – 50 h

CONTEÚDOS

1º SEMESTRE

Introdução à administração: histórico e conceituação;

Surgimento das primeiras empresas;

Precursores da administração científica;

Correntes da administração;

Organização das modernas empresas;

Revolução eletrônica/digital e as novas exigências em segurança do trabalho;

Parâmetros de qualidade: certificações.

Organização e segurança do trabalho: a segurança do trabalho no planejamento e controle de produção;

A segurança do trabalho na manutenção e no controle da qualidade;

A segurança do trabalho e o estudo preliminar dos métodos de trabalho;

Análise dos métodos de trabalho;

Regras básicas de benchmarking;

Arranjos físicos em empresas e noções de fluxogramas e organogramas: conceitos; elaboração de fluxogramas; elaboração de organogramas;

Organizações inteligentes: conceitos; estudo de casos.

METODOLOGIA

O desenvolvimento das aulas dessa área do conhecimento deve incorporar aspectos que possam contribuir para uma perspectiva de superação do modelo de desenvolvimento socioeconômico vigente, o professor deve

assumir uma atitude, crítica, refletiva e orientada pela e para a responsabilidade social. Nessa perspectiva, o docente deixa de ser um transmissor de conteúdos acríticos e definidos por especialistas externos, para assumir uma atitude de problematizador e mediador no processo ensino aprendizagem sem, no entretanto, perder sua autoridade nem, tampouco, a responsabilidade com a competência técnica dentro de sua área do conhecimento.

AVALIAÇÃO

A avaliação é uma prática pedagógica intrínseca ao processo ensino e aprendizagem, com a função de diagnosticar o nível de apropriação do conhecimento pelo aluno. A avaliação é contínua, cumulativa e processual devendo refletir o desenvolvimento global do aluno e considerar as características individuais deste no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação é realizada em função dos conteúdos, utilizando métodos e instrumentos diversificados, coerentes com as concepções e finalidades educativas. A avaliação deverá utilizar procedimentos que assegurem o acompanhamento do pleno desenvolvimento do aluno, evitando-se a comparação dos alunos entre si. O resultado da avaliação deve proporcionar dados que permitam a reflexão sobre a ação pedagógica, contribuindo para que o Colégio possa reorganizar conteúdos/instrumentos/métodos de ensino.

Na avaliação do aluno devem ser considerados os resultados obtidos durante todo o período letivo, e durante os semestres referentes ao curso Técnico subseqüente ao Ensino Médio, num processo contínuo, expressando o seu desenvolvimento escolar, tomado na sua melhor forma. Os resultados das atividades avaliativas serão analisados durante o período letivo, pelo aluno e pelo professor, observando os avanços e as necessidades detectadas, para o estabelecimento de novas ações pedagógicas. A recuperação de estudos é direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos. A recuperação de estudos dar-se-á de forma

permanente e concomitante ao processo ensino e aprendizagem. A recuperação será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados. A avaliação da aprendizagem terá os registros de notas expressos em uma escala de 0 (zero) a 10,0 (dez vírgula zero). Os resultados das avaliações dos alunos serão registrados em documentos próprios, a fim de que sejam asseguradas a regularidade e autenticidade de sua vida escolar. Os resultados da recuperação serão incorporados às avaliações efetuadas durante o período letivo, constituindo-se em mais um componente do aproveitamento escolar, sendo obrigatória sua anotação no Livro Registro de Classe. A promoção é o resultado da avaliação do aproveitamento escolar do aluno, aliada à apuração da sua freqüência.

Na promoção ou certificação de conclusão, para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, a média final mínima exigida é de 6,0 (seis vírgula zero), observando a freqüência mínima exigida por lei.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHIAVENATO, Idalberto. Administração: teoria, processo e prática. 4 ed. São Paulo: Campus – Elsevie, 2006.

GRÖNROOS, Christian. Marketing: gerenciamento e serviços. 2 ed. São Paulo: Campus – Elsevie, 2004.

MATOS, Francisco Gomes. Estratégia de empresa. 2 ed. São Paulo: Makron Books, 1993.

MCKENNA, Regis. Marketing de relacionamento: estratégias bem sucedidas para a era do cliente. São Paulo: Campus – Elsevie, 1993.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO – http//www.desenvolvimento.gov.br

SANTOS, Joel J. Formação do preço e do lucro. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SENAI. DN. DF. Caderno de encargos: guia prático para empresas e profissionais da construção civil. Brasília: SENAI, 1983.

TAVARES, José da Cunha. Tópicos da Administração aplicada a Segurança do Trabalho. São Paulo: SENAC, 2008.

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO EM SEGURANÇA DO TRABALHO NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DO SUBSEQUENTE

Estudo,análise,Pesquisa e organização de pressupostos Teórico práticos voltados aos processos de ensino e aprendizagem na perspectiva da formação didático-metodológica, na racionalidade comunicativa ,argumentativa. Constituição de intervenções educativas contigenciais.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver Habilidades de Leitura interpretação e analise das realidades grupais ,contextualizando-as nas perspectivas sociais ,políticas e psicológicas; realizar vivências visando a Educação para a cidadania e para a solidariedade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Saber compreender os princípios básicos da dinâmica de grupo nos espaços de Trabalho;

Desenvolver as competências para entender a intervir nos grupos em Instituições e empresas;

Compreender os princípios básicos da dinâmica de grupo nos diferentes espaços.

EMENTA: Identificação, uso e validação de fontes de informação; Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica; Análise e compreensão de textos; Estatística Aplicada a Segurança do Trabalho. Elaboração de projetos; Elaboração de textos; Redação Técnico-científica e a norma culta da língua. Produção de

material informativo e educativo. Métodos e Técnicas de Transmissão de Informações e Treinamento em Segurança do Trabalho.

Carga horária total: 80 h/a – 67 h

CONTEÚDOS

1º SEMESTRE

Identificação, uso e validação de fontes de informação;

Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica: definição e classificação;

Análise e compreensão de textos: texto técnico, texto científico, jornalístico,literário, etc.;

Recursos e tipos de redação técnica: relatórios, relatório de inspeção e pareceres, cartas comerciais, ofícios, memorandos, atas, regulamento Interno de segurança do trabalho, etc.;

Revisão gramatical;

Compreensão da importância de produções textuais;

Redação técnico-científica;

Produção de material informativo e educativo: folderes, cartazes, releases, banner, informativos, cartilhas, etc.;

2º SEMESTRE

Estatística aplicada a segurança do trabalho: conceitos e aplicações; elaboração de planilhas e gráficos;

Passos do encaminhamento e da elaboração de projetos: definição do problema, dos objetivos, estratégias e instrumentos de pesquisa, análise e interpretação de dados e informações, conclusão e divulgação;

Estudos e aplicação das normas da ABNT;

Métodos e técnicas de educação e ensino: objetivo, organização da informação, técnicas de apresentação, recursos audiovisuais;

Técnicas de oratória, preparação de eventos, formas de treinamento no local de trabalho e avaliação em treinamento.

METODOLOGIA

As aulas serão desenvolvidas a partir da problematização, análise e reflexão, levando o aluno a compreender e sistematizar os assuntos trabalhados em aula. Com a vivência em diferentes grupos, socialização de experiências, observação direta, trabalhos em grupo e individual, pesquisas, seminários, debates, produção de resenhas críticas e relatórios e preparação de oficinas de dinâmicas de grupo nos ambientes educativos, possibilitarão a habilidade de interação e gerenciamento de grupos. Os recursos que serão utilizados são os seguintes: Quadro de giz, vídeo, TV, cd, cartazes e data show.

AVALIAÇÃO

A avaliação será diagnóstica, processual e contínua através de uma prática reflexiva, considerando: análise, participação, desenvolvimento das ações práticas em campo, criticidade, consistência teórica, escrita coerente, clara e assiduidade nos trabalhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARRADOR, Marianela. Construção de uma pedagogia para a integração. Montevidéu: OIT, 1998.

ANTUNES, Celso. Manual de Técnicas de Dinâmica de Grupo de Sensibilização de ludopedagogia. 20 Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

AZEVEDO, Carlos A. Moreira; AZEVEDO, Ana Gonçalves de - Metodologia Científica: contributos práticos para a elaboração de trabalhos acadêmicos. 5 ed. Porto: C. Azevedo, 2000.

BARROS, Saulo C. Rego. Manual de gramática e redação: para profissionais de segurança do trabalho. São Paulo: Ícone,1997.

BECKER, Fernando, FARINHA, Sérgio. ACHEID, Urbano. Apresentação de trabalhos escolares. Porto Alegre: Prodil, 1986.

BOOG, Gustavo; BOOG, Magdalena. Manual de treinamento e desenvolvimento: gestão e estratégias. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2006.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia Científica. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COVEY, Stephen. Os sete hábitos das pessoas muito eficazes. 4 ed. São Paulo: Best Seller, 2000.

DOLABELA, Fernando. Oficina do Empreendedor. 2 ed. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARRIDO, Laércio M. Virei Gerente, e Agora? São Paulo: Nobel: 2000.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa, 3 ed., São Paulo: Atlas, 1998

ISANDAR, I. J. Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos. 2 ed. Curitiba:

Juruá, 2003. 96p.

KERLÉSZ, Roberto. Análise Promocional ao Vivo. 3 ed. São Paulo: Summus Editorial, 1987.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 1995.

LUFT, Celso Pedro; AVERBUCK, Ligia Morrone; MENEZES, João Alfredo de. Novo manual de português: gramática, ortografia oficial; literatura brasileira e portuguesa, redação, teste de vestibular. 3 ed. São Paulo: Globo 1996.

MARCONI, Marina de Andrade ; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa, 3 ed. São Paulo:1998

MCKENNA, Regis. Marketing de relacionamento: Estratégias bem sucedidas para a era do cliente. Editora Campus, 1993.

MOSCOVIC, Fela. Equipes do certo. 5 ed. São Paulo: José Olympio, 1994.

SILVA, Edna da; MENEZES Estera Muskat Menezes. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação, Florianópolis: UFSC, 2000

YOZO, Ronaldo Yudi K. 100 Jogos para Grupos. 7 ed. São Paulo: Agora, 1996.

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE DESENHO ARQUITETÔNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DO SUBSEQUENTE

O desenho começou a ser usado como meio preferencial de representação do projeto arquitetônico a partir do Renascimento. Apesar disso, ainda não havia conhecimentos sistematizados de geometria descritiva, o que tornava o processo mais livre e sem nenhuma normatização.

Com a Revolução Industrial, os projetos das máquinas passara demandar maior rigor e precisão e conseqüentemente os diversos projetistas necessitavam agora de um meio comum para se comunicar e com tal eficiência que evitasse erros grosseiros de execução de seus produtos. Desta forma, instituíram-se a partir do século XIX as primeiras normas técnicas de representação gráfica de projetos, as quais incorporavam os estudos feitos durante o período de desenvolvimento da geometria descritiva, no século anterior. Por este motivo, o desenho técnico (e, portanto, o desenho de arquitetura) era naquele momento considerado um recurso tecnológico imprescindível ao desenvolvimento econômico e industrial.

A normatização hoje está mais avançada e completa, embora o desenho arquitetônico tenha passado a ser executado predominantemente em ambiente CAD (ou seja, de forma eletrônica). Por outro lado, para grande parte dos profissionais, o desenho à mão ainda é a gênese e o principal meio para a elaboração de um projeto. A representação gráfica do desenho em si corresponde a um conjunto de normas internacionais (sob a supervisão da ISO). Porém, geralmente, cada país costuma possuir suas próprias versões das normas, adaptadas por diversos motivos.

No Brasil, as normas são editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), sendo as seguintes as principais:

- NBR-6492 - Representação de projetos de arquitetura
- NBR-10067 – Princípios gerais de representação em desenho técnico

Cabe notar, no entanto, que se por um lado recomenda-se a adequação a tais normas quando da apresentação de desenhos para fins de execução de obras ou em situações oficiais (como quando os profissionais enviam seus projetos à aprovação em prefeituras), por outro lado admite-se algum nível de liberdade em relação a elas em outros contextos. Durante o processo de elaboração e evolução do projeto, por exemplo, normalmente os arquitetos utilizam-se de métodos de desenho próprios apropriados às suas necessidades momentâneas, os quais eventualmente se afastam das determinações das normas. Esta liberdade se dá pela necessidade de elaborar desenhos, que exijam uma facilidade de leitura maior por parte de leigos ou para se adequarem a diferentes publicações, por exemplo.

O desenho arquitetônico é, em um sentido estrito, uma especialização do desenho técnico normatizado voltada à execução e a representação de projetos de arquitetura. Em uma perspectiva mais ampla, porém, o desenho de arquitetura poderia ser encarado como todo o conjunto de registros gráficos produzidos por arquitetos ou outros profissionais durante ou não o processo de projeto arquitetônico. O desenho de arquitetura, portanto, manifesta-se como um código para uma linguagem, estabelecida entre o emissor (o desenhista ou projetista) e o receptor (o leitor do projeto). Desta forma, seu entendimento envolve um certo nível de treinamento, seja por parte do desenhista ou do leitor do desenho.

OBJETIVO GERAL

Capacitar o aluno a desenhar, no computador ou na prancheta, representações gráficas de um projeto, tendo noção sobre a arte de projetar, e os princípios do urbanismo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Ensinar conceitualmente o exercício de desenhar e projetar, como complemento aos conhecimentos indispensáveis à formação profissional.

Estimular o aluno ao uso das tecnologias, disponibilizando todo materialdidático de forma informatizada para que ele possa acompanhar a matéria dada rompendo a resistência ao uso do computador;

Reconhecer o formato e dimensões do papel, escalas numéricas e gráficas.

Interpretar planta baixa, cortes dentre outros;

EMENTA: Linguagem do desenho arquitetônico em segurança do trabalho; Leitura e análise do ambiente de trabalho; Organização e adequação de espaço físico; Noções de Projetos Arquitetônicos; Elaboração de lay-out; Construção de Mapas de Risco. Técnicas do Desenho Arquitetônico; Softwares de desenho técnico.

Carga horária total: 40 h/a – 33 h

CONTEÚDOS

1º SEMESTRE

- Linguagem do desenho arquitetônico em segurança do trabalho;
- Leitura e análise do ambiente de trabalho;
- Organização e adequação de espaço físico;
- Noções de projetos arquitetônicos: interpretação de planta baixa; representação gráfica;
- Organização e elaboração de lay-out;
- Construção de mapas de risco;
- Técnicas do desenho arquitetônico: simbologia, convenções, dimensionamento, cota e escalas métricas;
- Softwares de desenho técnico.

METODOLOGIA

O uso da tecnologia como ferramenta de ensino e aprendizagem facilita a apreensão das informações didáticas, ampliando as possibilidades para a construção do conhecimento.

Para o desenvolvimento da disciplina de Desenho Arquitetônico faz-se necessário a utilização de maquetes físicas, bem como dos softwares AutoCAD, entre outros. O uso de recursos variados desperta o interesse e a curiosidade dos estudantes, refletindo em resultados positivos em relação à produtividade dos alunos, na assiduidade, na compreensão dos conteúdos, na interação entre eles.

A utilização do lápis e papel na fase de concepção de projeto ainda é de suma importância , visto que ainda não existe um software no mercado que substitua a contento estas ferramentas.

AVALIAÇÃO

Avaliar a aprendizagem escolar implica estar disponível para acolher nossos educando no estado em que estejam. A avaliação deve fazer-se presente, tanto como meio de diagnóstico do processo ensino-aprendizagem quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica, sempre com uma dimensão formadora, uma vez que, o fim desse processo é a aprendizagem, ou a verificação dela, mas também permitir que haja uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica.

A verificação da aprendizagem dar-se-á através das atividades desenvolvidas em sala de aula, no laboratório de informática, avaliações individuais e pelo desenvolvimento de um projeto arquitetônico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT/SENAI. Coletânea de normas de desenho técnico. SENAI-DTE-DTMD. São Paulo, 1990.

CUNHA, Luis Veiga da. Desenho Técnico. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

CARVALHO, B.A. Desenho geométrico. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1993.

FRENCH, T.E. Desenho Técnico e tecnologia gráfica. 6 ed. São Paulo: Globo, 1999.

OBERG, L. Desenho Arquitetônico. Rio de Janeiro: Livro técnico, 1979.

PEREIRA, A. Desenho Técnico Básico. 9 ed. Rio de Janeiro: 1990.

SENAI. DR. PR. Desenho Técnico. Curitiba: Senai, 1995.

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DOENÇAS OCUPACIONAIS NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DO SUBSEQUENTE

Em 1700, a ciência da medicina ocupacional surge na Itália com o trabalho de Bernardino Ramazzini que publicou um livro intitulado: De Morbis Artificum Diatriba (Doenças dos Trabalhadores), a primeira obra sobre doenças ocupacionais. Pai da Medicina Ocupacional o Dr. Robert Baker. Na primeira metade do século XIX, com a Revolução Industrial e conseqüentemente com o aumento da necessidade de consumo da força de trabalho, há um aumento das doenças do trabalho, resultante da submissão dos trabalhadores a um processo acelerado e desumano de produção.

O primeiro serviço de medicina do trabalho surgiu em 1830 e em 1842, na Escócia, Inicia-se a prevenção com um serviço de medicina ocupacional.

Após a Segunda Guerra Mundial a França foi o primeiro país a criar a obrigação de haver serviços médicos em empresas que empregassem a partir de dez trabalhadores.

No Brasil, 1891, surge a primeira legislação sobre condições de trabalho, através da promulgação do Decreto nº 1.313 – inspeção 1918, através do Decreto nº 3.550, foi criado o Departamento Nacional do Trabalho no âmbito do Ministério da Agricultura,Indústria e Comércio Em 1931 surgiu no Brasil um sistema nacional de inspeção do trabalho, com a criação do Departamento Nacional do Trabalho no âmbito do também recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Posteriormente, em 1932, foram criadas as Inspetorias Regionais do Ministério do Trabalho com o objetivo de fiscalizar a aplicação das leis e regulamentos. Em 1934, é criada a Inspetoria de Higiene e Segurança no Trabalho Em 1957 foi aprovado o Regimento das Delegacias Regionais do Trabalho (DRT). 1975 o Serviço de Segurança e Medicinado Trabalho (SSMT), a atual Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho (SSST). Os direitos dos trabalhadores quanto ao risco no trabalho estão estabelecidos no Artigo 7º da Constituição Federal de 1988, enquanto que a legislação ordinária sobre a questão faz parte da legislação trabalhista e está

contida na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e em legislação complementar. Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança; XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

Em 1978, o Ministério do Trabalho, através da Portaria nº 3.214, aprovou as Normas Regulamentadoras (NRs) relativas à segurança e medicina do trabalho. Em 1988, através da Portaria nº 3.067, foram aprovadas as Normas Regulamentadoras Rurais (NRRs) Entretanto, a partir do final de 1994, com a entrada em vigor da nova NR-7, o enfoque da inspeção do trabalho passou a considerar as questões coletivas de trabalhadores, privilegiando a clínica e a epidemiologia na abordagem da relação entre sua saúde e o trabalho.

O acidente de trabalho ocorre quando o trabalhador sofre lesão corporal, perturbação funcional ou doença no local e durante o trabalho. Para tanto, devem estar preenchidos os requisitos previstos no art. 86 da Lei nº 8.213/91 - quais sejam, redução da capacidade para o labor que habitualmente exercia. O acidente de trabalho ou doença ocupacional geram direitos como pagamento de auxílio, indenizações, pensões ou estabilidade no emprego. Caso o trabalhador entenda possuir algum direito não atendido pelo empregador, poderá requerer o pagamento ou cumprimento de obrigação junto à Justiça do Trabalho. O juízo, por sua vez, julgará, levando em consideração provas periciais, documentais ou testemunhais.

As doenças mais comuns são: L.E.R (Lesão por Esforço Repetitivo), também conhecida por L.T.C. (Lesão por Trauma Cumulativo) e por D.O.R.T. (Distúrbio osteomuscular Relacionado ao Trabalho); Tendinite, (inflamação de tendão que por meio do excesso de repetições de um mesmo movimento) e Tenossinovite (surge do atrito excessivo do tendão que liga o músculo ao osso). A difusão da informática teve uma grande contribuição para o surgimento dessas doenças ocupacionais. As categorias profissionais que mais apresentam as doenças acima mencionadas são: digitadores, secretárias,

bancários, operadores de linha de montagem e operadores de Call Center e telemarketing. Há, ainda, os casos de bronquite, geradas por substâncias químicas, doenças do sistema respiratório e da pele, como silicose, asbestose, dermatite de contato, câncer de pele ocupacional. Os agentes agressores podem ser físicos; químicos ou biológicos.

A prevenção continua sendo a melhor forma de prevenir acidentes e doenças. Os programas de orientações e treinamento, bem como o fornecimento de equipamentos de proteção (EPI´s), são medidas menos onerosas, se comparadas com o pagamento de indenizações determinadas por sentenças judiciais ou procedimentos administrativos junto a Previdência Social.

OBJETIVOS GERAIS

Qualificar o profissional de segurança do trabalho, na aquisição de conhecimentos sobre doenças ocupacionais para atuar no campo de trabalho na identificação precoce do processo das doenças ocupacionais, reconhecendo os principais sintomas patológicos para que possa tomar as decisões necessárias, após avaliação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Reconhecer e distinguir os conceitos de saúde e doença, doença profissional e do trabalho;

Identificar riscos químicos, físicos, biológicos e ergonômicos e os prejuizos que podem causar a saúde do trabalhador;

Conhecer as principais doenças ocupacionais relacionadas ao ambiente de trabalho.

EMENTA: Binômio saúde e doença. Doenças profissionais e do trabalho. Agravos causados por riscos. Lesões causadas por esforços repetitivos (LER) e doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho (DORT). Doenças profissionais: do sistema respiratório, circulatório, mentais, dermatoses, câncer. Distúrbios provocados por: eletricidade, temperaturas extremas e ruídos.
Carga horária total: 60 h/a – 50 h

CONTEÚDOS

2º SEMESTRE

- Binômio saúde-doença: definição e distinção dos conceitos de saúde e doença;
- Definições de doença profissional e do trabalho: evolução histórica da saúde do trabalhador;
- Agravos causados por riscos: químicos, físicos, biológicos e ergonômicos;
- Lesões causadas por esforços repetitivos (LER) e doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho (DORT);
- Doenças profissionais do sistema respiratório: classificação; ação das substancias agressoras; principais agressores; alergias respiratórias; doenças ocupacionais: pneumoconiose, silicose, antracossilicose, pneumopatias causadas por metais pesados, enfisemas, neoplasias;
- Doenças do sistema circulatório: classificação; principais agressores; ação das substâncias agressoras;
- Transtornos mentais relacionados ao trabalho;
- Dermatoses do trabalho: desenvolvimento;
- Tipo de dermatoses;
- Câncer relacionado ao trabalho;
- Distúrbios provocados pela eletricidade;
- Doenças causadas por temperaturas extremas: edema do calor; síncope do calor, hipotermia; distúrbios hidroeletrolíticos;
- Distúrbios da audição causados por ruídos.

METODOLOGIA

A questão metodológica deve incorporar mediações que se dão nas relações professor/alunos e conhecimento, produzidas em contextos de trabalho coletivos. Configura-se necessária a busca de informações em fontes e meios diferenciados trabalhando-as cientificamente para buscar resolver problemas que surgem na realidade através da articulação dialética da teoria e prática, na perspectiva da práxis.

O método dialético (prática- teoria-prática) traz sua contribuição como teoria do movimento da realidade. Segundo Rays (2006, p. 97) o método deve ser visto como “processo ordenado dialeticamente e uma integração, também dialética entre pensamento, ação e reação”. O método da prática social decorre das relações dialéticas entre conteúdo de ensino e concepção de mundo, entre a compreensão e a intervenção nesta realidade. Confronta-se os saberes do aluno com o saber elaborado, na perspectiva de apropriação da concepção de Ciências enquanto atividade humana e que estuda os modos de produção. Busca-se a coerência com os fundamentos de uma pedagogia entendida como processo através do qual o homem torna-se plenamente humano.

AVALIAÇÃO

A avaliação permite delinear, obter e fornecer informações para a tomada de novas decisões com vistas a atingir níveis mais elaborados de aprendizagem. Desta forma, a avaliação da aprendizagem fundamentar-se-á no processo de construção de conceitos e na aplicabilidade destes na resolução dos problemas, bem como na proposta observada, durante e após a experimentação prática.

A avaliação no PROEJA deve prever o trabalho como principio educativo a partir de problemas que advém da área profissional para qual se preparam os estudantes. A avaliação é tarefa constante do trabalho docente e deve cumprir funções didáticas pedagógicas de diagnostico e de dinamização de novas oportunidades de aprendizagem pois, avaliar implica intervir no

processo de ensino aprendizagem para que o aluno compreenda o real significado dos conteúdos científicos escolares e adquira condições de estabelecer as relações necessárias a elaboração de novos conceitos a partir do que apreendeu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Doenças Relacionadas ao Trabalho: Manual de Procedimentos para Serviços de Saúde, Ministério da Saúde, 2001.

DURAND, Marina. Doença Ocupacional: psicanálise e relações de trabalho. São Paulo: Editora Escuta, 2001.

LANCMAN, Selma. Saúde, Trabalho e Terapia Ocupacional. São Paulo: Editora Roca, 2004.

MARANO, Vicente Pedro. Doenças Ocupacionais. 2 ed. São Paulo: LTR, 2007.

MONTEIRO, Antonio Lopes. Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

SECRETARIA de saúde. Política Estadual de Atenção Integral à saúde do Trabalhador do Paraná. Instituto de Saúde do Paraná, diretoria de vigilância e pesquisa. Centro Estadual de Saúde do Trabalhador. Curitiba, 2004.

SOUTO, Daphnis Ferreira. Saúde no Trabalho: uma revolução em andamento. Senac, 2003.

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE ERGONOMIA NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DO SUBSEQUENTE

A Ergonomia, pois, é a ciência aplicada a facilitar o trabalho executado pelo homem, sendo que interpreta-se aqui a palavra trabalho como algo muito abrangente, em todos os ramos e áreas de atuação.

O nome Ergonomia deriva-se de duas palavras gregas: ERGOS (trabalho) e NOMOS (leis, normas e regras). É portanto uma ciência que pesquisa, estuda, desenvolve e aplica regras e normas a fim de organizar o trabalho, tornando este último compatível com as características físicas e psíquicas do ser humano.

Para que isto seja possível, uma infinidade de outras ciências são usadas pela Ergonomia, para que o profissional que desenvolve projetos Ergonômicos obtenha os conhecimentos necessários e suficientes e resolva uma série de problemas identificados num ambiente de trabalho, ou no modo como o trabalho é organizado e executado, dentre estes conhecimentos estão a Anatomia, Fisiologia, Antropometria e Biomecânica assim como Higiene do Trabalho, Toxicologia e Doenças Ocupacionais.

Oficialmente, a Ergonomia nasceu em 1.949, derivada da época da 2ª Guerra Mundial. Durante a guerra, centenas de aviões, tanques, submarinos e armas foram rapidamente desenvolvidas, bem como sistemas de comunicação mais avançados e radares. Ocorre que muitos destes equipamentos não estavam adaptados às características perceptivas daqueles que os operavam, provocando erros, acidentes e mortes.

Como cada soldado ou piloto morto representava problemas seriíssimos para as Forças Armadas, estudos e pesquisas foram iniciados por Engenheiros, Médicos e Cientistas, a fim de que projetos fossem desenvolvidos para modificar comandos (alavancas, botões, pedais, etc.) e painéis, além do campo visual das máquinas de guerra. Iniciava-se, assim, a adaptação de tais equipamentos aos soldados que tinham que utilizá-los em condições críticas, ou seja, em combate.

Após a guerra, diversos profissionais envolvidos em tais projetos

reuniram-se na Inglaterra, para trocar idéias sobre o assunto. Na mesma época, a Marinha e a Força Aérea dos Estados Unidos montam laboratórios de pesquisa de Ergonomia (lá conhecida por Human Factors, ou Fatores Humanos), com os mesmos objetivos.

Assim, percebe-se uma Primeira Fase da Ergonomia, referente às dimensões de objetos, ferramentas, painéis de controle dos postos de trabalho usados por operários. O objetivo dos cientistas, nesta fase, concetrava-se mais ao redimensionamento dos postos de trabalho, possibilitando um melhor alcance motor e visual aos trabalhadores.

Numa Segunda Fase, a Ergonomia passa a ampliar sua área de atuação, confundindo-se com outras ciências, eis que fazendo uso destas. Assim, passa o Ergonomista a projetar postos de trabalho que isolam os trabalhadores do ambiente industrial agressivo, seja por agentes físicos (calor, frio, ruído, etc.), seja pela intoxicação por agentes químicos (vapores, gases, particulado sólido, etc.). O que se percebe é uma abrangência maior do Ergonomista nesta fase, adequando o ambiente e as dimensões do trabalho ao homem.

Em uma fase mais recente (Terceira Fase), à época da década de 80, a Ergonomia passa a atuar em outro ramo científico, mais relacionado com o processo COGNITIVO do ser humano, ou seja, estudando e elaborando sistemas de transmissão de informações mais adequadas às capacidades mentais do homem, muito comuns junto à informática e ao controle automático de processos industriais, através de SDCD s (Sistema Digital de Controle de Dados).

Por fim, na atualidade, pesquisas mais recentes estão se desenvolvendo em relação à Psicopatologia do Trabalho e na Análise Coletiva do Trabalho. Especificamente a Escola Francesa de Ergonomia interessou-se por tais ciências e as vem divulgando pelo mundo, inclusive no Brasil.

OBJETIVO GERAL

O objetivo principal da Ergonomia é o de adequar o trabalho ao homem, seja este trabalho de qualquer característica, em qualquer área de atuação.

Portanto, qualquer agressão física ou psíquica deverá ser isolada ou eliminada em relação ao trabalhador.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Analisar a atividade humana, a fim de compreender as interações que se manifestam entre o ser humano e o seu envolvimento nas atividades de trabalho e pessoal;

Melhorar a qualidade de vida do trabalhador, reduzindo o número de acidentes na atividade laboral;

EMENTA: Introdução à Ergonomia, Fundamentos da Fisiologia e Biomecânica do Trabalho, Ambiente de Trabalho, Antropometria, Trabalho Fisicamente Pesado, Dispositivos Técnicos de Trabalho, Paradigmas do Trabalho, Organização do Trabalho sob o Ponto de Vista Ergonômico, Norma Regulamentadora nº 17; Ginástica Laboral.

Carga horária total: 80 h/a – 67 h

CONTEÚDOS

3º SEMESTRE

A ergonomia nas áreas da atuação humana;

As diversas áreas da ergonomia aplicada ao trabalho;

Homem – máquina – tarefa;

Fundamentos da fisiologia e biomecânica do trabalho: considerações gerais sobre os comportamentos do homem no trabalho e a fisiologia do trabalho muscular;

Biomecânica ocupacional: gestos, posturas e movimentos de trabalho;

Ambiente de trabalho;

Ambiente térmico;

Ambiente acústico;

Ambiente vibratório;

Ambiente lumínico;

Qualidade do ar;

Antropometria: características principais, tabelas de levantamento antropométrico, fadiga física e mental, prevenção da fadiga no trabalho, pausas de recuperação durante a jornada e intervenção ergonômica;

Trabalho fisicamente pesado: características básicas do ser humano para o trabalho pesado, medidas do metabolismo e comparação com a capacidade aeróbica dos trabalhadores, avaliação do dispêndio energético no trabalho;

Técnicas para o trabalho pesado;

Organização ergonômica do trabalho pesado;

Dispositivos técnicos de trabalho: dimensionamento de espaços e planos de trabalho, dimensionamento de assentos e cadeiras, dispositivos manuais, mecanizados e eletrônicos de trabalho;

Paradigmas do Trabalho: trabalho estático e trabalho dinâmico, fatores de organização do trabalho e programas prevencionistas;

Organização do Trabalho sob o Ponto de Vista Ergonômico: regras da ergonomia na organização do layout e NR17;

Ginástica laboral: objetivos, aplicações, exercícios e dinâmicas.

METODOLOGIA

O trabalho com essa área do conhecimento consiste em tornar o conteúdo um objeto de reflexão onde os alunos farão uma análise ergonômica do trabalho refletindo sobre sua própria atividade de intervenção, aproveitando a confrontação das experiências e saberes de trabalho que portam os próprios alunos.

Pensando diante dos relatos em possibilidades para a melhora da qualidade de vida do empregado e a redução de assistência médica com a diminuição dos acidentes de trabalho.

AVALIAÇÃO

A avalição da aprendizagem é um processo formativo, processual e contínuo, ao avaliar o professor deve levar em conta não só os resultados das tarefas realizadas, o produto, mas também o processo. Para isso é imprescindível conhecer o aluno através do diagnóstico inicial, considerando as tentativas que o mesmo fez para realizar a atividade,a interação com o restante da turma, quais foram as dúvidas manifestadas por ele e se houve algum progresso em relação ao conhecimento inicial. Dessa forma a avaliação subsidiará o trabalho do professor ajudando-o na continuidade ou retomada dos conteúdos.

Avaliação transformadora é aquela que contribui para o desenvolvimento dos aspectos cognivos do aluno a qual deve ser dinâmica, contínua, integrada, abrangente, cooperativa e principalmente voltada para o aluno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALBINOTTI, Giles. Ergonomia como Principio e Pratica nas Empresas. Curitiba**:** Autores Paranaenses, 2003.

BRASIL. Manuais de Legislação: Segurança e Medicina do Trabalho. 61 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

COUTO, H. A. Como Implantar Ergonomia na Empresa. Belo Horizonte: Ergo, 2002**.**

DANIELLOU, François. A Ergonomia em Busca de seus Princípios. São Paulo: Edgard Blucher, 2004.

FALZON, Pierre. Ergonomia. São Paulo: Edgard Blucher, 2007.

LAVILLE, Antonie. Ergonomia. São Paulo: EPU, 2006.

VIEIRA, Jair Lot. Manual de Ergonomia – Manual de Aplicação da NR-17. 1 ed. Bauru: Edipro, 2007.

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE FUNDAMENTOS DO TRABALHO NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DO SUBSEQUENTE

O Acidente do Trabalho, bem como a Doença do Trabalho (que é equiparada ao Acidente do Trabalho), são eventos indesejáveis que surgem no decorrer do processo produtivo. O ser humano, para satisfazer as suas necessidades, precisa utilizar diversos bens materiais que, em grande parte, não são encontrados na natureza. Assim, para conseguir esses bens, precisam da realização de uma série de processos de trabalho, através do uso de máquinas, ferramentas, equipamentos e da sua própria força de trabalho, para transformar essas matérias-primas existentes na natureza em bens que satisfaçam as suas necessidades.

Ao realizar o processo produtivo, um objetivo específico desse trabalho humano é a obtenção de uma maior quantidade de produtos com uma menor quantidade de insumos num menor tempo possível, ou seja, deseja-se obter uma maior quantidade de bens materiais, utilizando menos matéria-prima e em menos tempo. No entanto, em decorrência desse trabalho, e mesmo antes do seu início, podem surgir eventos indesejáveis. Exemplo desses eventos indesejáveis é o Acidente do Trabalho.

No passado, principalmente com o advento da Revolução Industrial, o homem, em favor da produção e da máquina, era tratado como um aspecto secundário. Com o passar do tempo e após muitas lutas, o trabalhador começa a ser o centro de atenção do processo produtivo. Diz-se “começa”, porque em pleno início de um novo milênio, ainda se discute se devem ou não pagar os adicionais de insalubridade ou de periculosidade; se gera ou não aposentadoria especial para determinados trabalhadores sujeitos a determinados agentes ambientais de riscos de acidentes. O correto é que se deveria estar discutindo a necessidade da existência desses agentes de riscos que podem causar acidentes, ou seja, dever-se-ia estar discutindo a necessidade de eliminá–los ou atenuar os seus efeitos.

É fato o destaque dado à incidência de acidentes de trabalho no Brasil. As estatísticas têm mostrado que os registros desses acidentes nos colocam, sistematicamente, entre os países que mais registram acidentes de trabalho no

mundo, posição que poderia ser ainda pior se todos os acidentes ocorridos fossem notificados e se o universo de trabalhadores abrangidos pelas estatísticas não estivesse aquém da força de trabalho realmente existente no país. (As estatísticas de acidentes de trabalho brasileiras são feitas apenas sobre a massa de trabalhadores contribuintes da Previdência Social, isto é, cerca de 1/3 da população economicamente ativa.)

Dados da Organização Internacional do Trabalho relatam a ocorrência de mais de 1,2 milhão de mortes por acidente de trabalho no mundo. São dois trabalhadores mortos por minuto. Segundo aquela Organização, as principais causas dos acidentes são a deterioração das condições de trabalho causadas pela globalização e pela liberalização dos mercados, o desrespeito ao direito de segurança do trabalhador, e a falta de cumprimento da lei ou da regulamentação adequada de segurança.

Diante dessa situação, torna-se imperioso priorizar ações e adotar políticas mais contundentes para a prevenção dos fatores de risco incidentes nos locais de trabalho.

A educação é uma das ações mais importantes que se pode implementar para tentar reverter tal quadro. Nesse contexto, conforme relatado nos Referenciais Curriculares Nacionais para o Ensino Técnico, fica claro o espaço para uma participação maior do profissional técnico em segurança do trabalho no que se refere ao planejamento de prevenção, implementação das ações e verificações sistemáticas no seu sistema, uma vez que o grande desafio é integrar a segurança a outras áreas da empresa, como a manutenção, a produção, a qualidade e a administração.

O ambiente de trabalho seguro, obtido pela adoção de medidas que neutralizam ou eliminam os riscos associados às atividades de trabalho, é capaz de: possibilitar o aumento da produtividade, pois não há interrupção do trabalho por conta da ocorrência de acidentes; promover o bem-estar dos trabalhadores, impedindo-os de se acidentar ou de contrair doenças de trabalho; evitar as perdas que todo acidente gera para a empresa e para o país; melhorar a imagem da empresa perante os seus acionistas e a sociedade, condição de valor num mercado competitivo e que tem procurado

seletivamente parceiros que mostrem qualidade e eficiência na gestão da segurança e saúde no trabalho; e prevenir e atuar nas situações em que o trabalho possa provocar danos à natureza.

OBJETIVOS GERAIS

Os futuros técnicos deverão ter a capacidade de auxiliar a empresa na formulação de políticas consistentes de segurança do trabalho, meio ambiente e saúde, colaborar para o gerenciamento preventivo dos riscos presentes nos ambientes de trabalho e relacionados aos processos produtivos, e contribuir para a redução dos índices de acidentes do trabalho, pela melhoria das condições de segurança dos locais onde se processam atividades laborativas.

OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Propiciar ao discente a compreensão da importância da Segurança do Trabalho no desempenho de suas atividades;

- Compreender as principais Normas Regulamentadoras aplicáveis;

- Saber a importância da Psicologia, da Medicina e Segurança do trabalho dentro da empresa e as relações que se estabelecem entre as mesmas;

- Analisar as ocorrências de acidentes no trabalho, seus motivos e conseqüências, para que na medida do possível, possam atender ao objetivo maior da pratica do Técnico em Segurança do Trabalho, que é acidente zero.

EMENTA: A perspectiva ontológica do trabalho: O trabalho como condição de sobrevivência e de realização humana. A perspectiva histórica do trabalho: Mudanças no mundo do trabalho, alienação, desemprego, qualificação do trabalho e do trabalhador.

Carga horária total: 40 h/a – 33 h

CONTEÚDOS

1º SEMESTRE

Trabalho humano: ação sobre o ambiente, produção de cultura e humanização;

Perspectiva histórica;
Diferentes modos de produção;
Industrialismo;
Alienação e exploração de mais valia;
Emprego, desemprego e subemprego;
Organizações dos trabalhadores;
papel do estado na proteção aos incapacitados.

METODOLOGIA

A metodologia deverá contemplar as considerações expostas, ou seja, voltadas para superar a fragmentação do ensino da ciência, das ações, competências e habilidades. Uma metodologia que permita a integração entre o conhecimento e os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, levando os alunos a compreender, inventar e reconstruir novos conhecimentos, promovendo indivíduos capazes de produzir ou criar, e não apenas repetir, superando a visão dicotômica entre ensino e pesquisa.

Os conteúdos devem ser trabalhados nas suas inter-relações, rompendo com a compartimentalização e com a linearidade do conhecimento geográfico, criando assim situações de aprendizagem.

Para que os objetivos sejam atingidos várias metodologias devem ser utilizadas, tais como:

- Debates e seminários sobre assuntos de jornais, revistas e outros meios de comunicação que estejam relacionados aos conteúdos a serem trabalhados;

- Possibilitar aos alunos refletirem sobre seus valores históricos culturais, suas práticas cotidianas e relacionar com as problemáticas históricas nos fundamentos de segurança do trabalho inerentes ao seu grupo de estudo;
- Utilização de recursos como vídeo, jornais, revistas, músicas, atividades de construção de cartazes, formas teatrais, entre outros;
- Construção de conceitos através da leitura, observação, comparação, discussão e análise;
- Apresentação de trabalhos em grupo e/ou seminários.

Cabe ainda destacar que, o professor deverá fazer uso de metodologias que estimulem o desenvolvimento da pesquisa, dando ênfase na formação de futuros pesquisadores. Essa iniciação poderá ocorrer através da elaboração e desenvolvimento, em conjunto com os alunos, de projetos que busquem estimular e ampliar os conteúdos.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser concebida como parte integrante do processo ensino-aprendizagem e não como um fato e/ou uma etapa isolada. Ela deve estar a serviço da aprendizagem, servir como ponto de referência para que o professor perceba o que os alunos precisam compreender para que ampliem sua gama de conhecimentos.

A avaliação provoca, na maioria dos jovens e adultos, diferentes associações com experiências passadas, de fracasso e punição. Temos o compromisso de transformar esta realidade, portanto, a avaliação só faz sentido quando desperta nos alunos o desejo da apropriação do conhecimento. Isso exige uma mudança de postura de todas as pessoas envolvidas no processo. Viabilizar a apropriação do conhecimento por todos, será o maior objetivo, estando secundarizada a questão do grau de apropriação da informação. Por isso, este processo deve ocorrer durante toda a trajetória

educacional, para que o professor possa, juntamente com os alunos, detectar as dificuldades de aprendizagem a fim de superá-las.

A avaliação deve ser contínua e processual constituindo-se em um instrumento de intencionalidade da ação docente. Uma avaliação que leve a uma ação transformadora com sentido de promoção social, de coletividade, de humanização.

O professor pode dispor de uma série de instrumentos para avaliar o jovem e o adulto em todas as suas dimensões (cognitiva, afetiva, sócio-cultural): observações diárias, trabalhos de grupo, testes, relatórios, pesquisas, dramatizações, aulas de campo e outros. Tais instrumentos devem estar fundamentados em objetivos educacionais explícitos, a serem planejados com antecedência, conterem instruções claras e estarem pautados em critérios de avaliação que expriman qualidade e intencionalidade.

A avaliação esta inserida dentro do processo de ensino/aprendizagem, devendo ser entendida como um instrumento a ser utilizado pelo professor para avaliar sua metodologia e o nível de compreensão dos alunos durante um determinado período.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHESNAIS, F. *Mundialização do capital*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FROMM, E. *Conceito marxista de homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

GENRO, T. O futuro por armar. Democracia e socialismo na era globalitária. Petrópolis: Vozes, 2000.

GENTILI, P. A educação para o desemprego. A desintegração da promessa integradora. In. Frigotto, G. (Org.). *Educação e crise do trabalho*: perspectivas de final de século. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HOBSBAWM, E.. *A era dos extremos* - O Breve Século XX - 1914-1991. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

JAMESON. F. *A cultura do dinheiro*. Petrópolis: Vozes, 2001.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Temas de Ciências Humanas.* São Paulo: [s.n], 1978.

MARTIN, H. P.; SCHUMANN, H. *A armadilha da globalização:* O assalto à democracia e ao bem-estar. São Paulo: Globo, 1996.

NEVES, L.M. W. *Brasil 2000*: nova divisão do trabalho na educação. São Paulo: Xamã, 2000.

NOSELLA, P. Trabalho e educação. ln: Frigotto, G. (Org.). *Trabalho e conhecimento*: dilemas na educação trabalhador. 4 ed. São Paulo:Cortez, 1997.

SANTOS, B. Reinventando a democracia. Entre o pre-contratualismo e o pós-contratuialismo. In: Beller, Agnes et al. *A crise dos paradigmas em ciências sociais.* Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE HIGIENE DO TRABALHO NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DO SUBSEQUENTE

A higiene do trabalho é um conjunto de medidas preventivas relacionadas ao ambiente do trabalho, visando a redução de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. A higiene no trabalho consiste em combater as doenças profissionais. Uma das atividades da higiene do trabalho é a análise ergonômica do ambiente de trabalho, não apenas para identificar fatores que possam prejudicar a saúde do trabalhador e no pagamento de adicional de insalubridade/periculosidade, mas para eliminação ou controlar esses riscos, e para a redução do absenteísmo (doença). A capacidade analítica desenvolvida nesse esforço permite ir além, na forma de identificação e proposição de mudanças no ambiente e organização do trabalho que resultem também no aumento da produtividade, e da motivação e satisfação do trabalhador que resultem na redução de outros tipos de absenteísmo que não relacionado às doenças.

A Higiene do Trabalho está relacionada com as condições ambientais de trabalho que asseguram a saúde física e mental e com as condições de bem-estar das pessoas. Do ponto de vista de saúde física, o local de trabalho constitui a área de ação da higiene do trabalho, envolvendo aspectos ligados à exposição do organismo humano a agentes externos como ruído, ar, temperatura, umidade, luminosidade e equipamentos de trabalho. Assim um ambiente saudável de trabalho deve envolver condições ambientais físicas que atuem positivamente sobre todos os órgãos dos sentidos humanos, como visão, audição, tato, olfato, e paladar. Do ponto de vista de saúde mental, o ambiente de trabalho deve envolver condições psicológicas e sociológicas saudáveis e que atuem positivamente sobre o comportamento das pessoas, evitando impactos emocionais como o estresse.

OBJETIVOS GERAIS

A Higiene do Trabalho tem como objetivo fundamental atuar no ambiente de trabalho, a fim de detectar o tipo de agente prejudicial, quantificar sua intensidade ou concentração e tomar as medidas de controle necessárias para

resguardar a saúde e o conforto dos trabalhadores durante toda sua vida de trabalho.

OBJETIVOS ESPECIFICOS

Estimular o aluno para enfrentar as situações do dia-a-dia permitindo a melhor compreensão do que acontece em sua volta.

Relacionar o espaço em que o aluno vive com os conteúdos, para que se perceba como ser integrante e responsável na conservação do planeta.

Desenvolver o interesse do aluno na busca de informações, para que ele questione sobre as informações que lhe são (re)passadas.

Proporcionar ao aluno, um ambiente de questionamentos, dúvidas, desafios, conflitos para que estimule a maneira científica de pensar.

Oportunizar situações de aprendizagem para que o aluno demonstre ser um agente transformador consciente.

Analisar Ambiente físico de trabalho, envolvendo: Iluminação, Ventilação, Temperatura, Ruídos.

Analisar Ambiente Psicológico de trabalho, envolvendo: Relacionamentos humanos agradáveis, Tipo de atividade agradável e motivadora, Estilo de gerência democrático e participativo, Eliminação de possíveis fontes de estresse.

Realizar aplicação de Princípios de ergonomia, envolvendo: Máquinas e equipamentos adequados às características humanas, Mesas e instalações ajustadas ao tamanho das pessoas, Ferramentas que reduzam a necessidade de esforço físico humano.

Correlacionar Saúde Ocupacional,envolvendo: Estabelecimento de um sistema de indicadores, abrangendo estatísticas de afastamentos e acompanhamento de doenças.

Relacionar Desenvolvimento de sistemas de relatórios médicos. Desenvolvimento de regras e procedimentos para prevenção médica.

EMENTA: Histórico da Higiene do Trabalho; Objetivos da Higiene do Trabalho; Conceito e Classificação dos Riscos Ambientais; e Noções de Higiene Pessoal. Normas internacionais de higiene ocupacional (NHO). Condições Sanitárias e de Conforto (NR – 24). Higiene dos alimentos como fator de segurança do trabalho. Sistema de Gerenciamento Ambiental.

Carga horária total: 120 h/a – 100 h

CONTEÚDOS

1º SEMESTRE

Histórico da higiene do trabalho;

Objetivos da higiene do trabalho;

Análise de ambientes de trabalho;

Análise qualitativa.

2º SEMESTRE

NR-15/ACGIH e NR-16;

Fundamentos e classificação dos riscos ambientais: riscos físicos, riscos químicos, riscos biológicos e riscos de acidentes;

Noções de higiene pessoal: normas internacionais de higiene ocupacional (NHO).

3º SEMESTRE

Condições sanitárias e de conforto (NR – 24);

Higiene dos alimentos como fator de segurança do trabalho;

Sistema de gerenciamento ambiental: coleta, tratamento e destinação de resíduos, reciclagem, reutilização e redução.

METODOLOGIA

A metodologia deve estar voltada a superação da fragmentação do ensino, de forma a promover a construção do conhecimento por parte do aluno a partir da integração entre os envolvidos no processo educacional – ensino/aprendizagem. Uma metodologia que contextualize o conhecimento e possibilite estabelecer as relações necessárias a compreensão dos conteúdos trabalhados, capacitando o educando a construir e reconstruir novos saberes. O trabalhado deve ocorrer de forma crítica e dinâmica, interligando teoria, prática e realidade, mantendo coerência entre os fundamentos teóricos e às praticas laborativas.

AVALIAÇÃO

Se o ato de ensinar e aprender, consiste na realização em mudanças e aquisições de comportamentos motores, cognitivos, afetivos e sociais, o ato de avaliar consiste em verificar se eles estão sendo realmente atingidos e em que grau se dá essa consecução, para ajudar o aluno a avançar na aprendizagem e na construção do seu saber. Acompanhar o processo de aprendizagem através de síntese, que devem representar não só o registro do grau de domínio dos conhecimentos, mas também incorporar a participação dos alunos nas atividades propostas e o trabalho pelos alunos como participantes de um grupo.

Nessa perspectiva, a avaliação assume um sentido orientador e cooperativo, pois permite que o aluno tome consciência de seus avanços e dificuldades, para continuar progredindo na construção do conhecimento.

A avaliação é mais que um processo de coleta e análise de dados, é buscar elementos que evidenciem a aprendizagem, tendo em vista verificar se os objetivos propostos foram atingidos, respeitando as características

individuais e o ambiente em que o educando vive. A avaliação deve ser integral considerando o aluno como um ser total e integrado e não de forma fragmentada. Acreditar no potencial de cada aluno é um caminho efetivo na construção do processo da aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENSOUSSAN, Eddy; ALBIERI, Sérgio. Manual de Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho. Atheneu, 1997.

KULCSAR NETO, Francisco. Sílica - Manual do trabalhador. São Paulo: Fundacentro, 1992.

PACHECO JUNIOR, Waldemar. Qualidade na Segurança e Higiene do Trabalho. São Paulo: Atlas, 1995.

SALIBA, Tuffi Messias; CORREA, Márcia Angelim C.; AMARAL, Lenio Sérvio. Higiene do Trabalho e Programação de Prevenção de Riscos Ambientais. São Paulo: LTR, 2002.

SOUNIS, Emilio. Manual de higiene e medicina do trabalho. 6 ed. São Paulo: Ícone, 1993.

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE INFORMÁTICA EM SEGURANÇA DO TRABALHO NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DO SUBSEQUENTE

A tecnologia se faz cada vez mais presente nas mais diferentes áreas profissionais. Saímos do fixo para o móvel, do físico para o virtual, e, assim, participamos dessa atual revolução pela qual a sociedade passa em função da inserção de todas as tecnologias e, em especial, da informática.

Os computadores e a internet são poderosos instrumentos na mão do homem, precisamos aprender a fazer bom uso deles usando-os, de forma responsável e segura, em situações nas quais tenham utilidade e significado.

Ao perceber a atual necessidade de que a escola organize seus tempos e espaços com o objetivo de acampar a dinâmica do mundo atual, surge a necessidade de desenvolver-se novas possibilidades de disposição de recursos que propiciem a formação de sujeitos com habilidades e capacidades condizentes com os avanços do contexto atual.

Vivemos numa sociedade onde as tecnologias de informação e comunicação têm um papel bastante importante, pois elas vêm transformando a sociedade, implicando mudanças em vários níveis: económico, social e sobretudo educacional. Isto é, vivemos numa sociedade tecnológica, onde a informática é uma das peças principais, afirma Lopes (2006).

O mundo do trabalho é extremamente dinâmico, o profissional deve estar sempre atualizado para, inclusive, alcançar a possibilidade de atuação em outro segmento da área de formação. Enfim, o profissional formado deverá ter a visão humanística da relação homem trabalho

OBJETIVOS GERAIS

A disciplina Informática tem como objetivo introduzir o aluno aos principais sistemas operacionais e aplicativos computacionais usados no meio,

garantindo a formação profissional, capacitando-o a utilizar ferramentas da informática como meio de modernização no exercício de sua profissão.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Ampliar possibilidades de inserção do público-alvo no mundo digital;

- Apresentar as formas de construção do conhecimento, através do uso adequado das novas tecnologias da informação e da comunicação.

- Utilizar a internet como meio de comunicação;

- Construir novas possibilidades de aprendizagens significativas.

EMENTA: Utilizações de Softwares; Operações de Softwares e Internet.

Carga horária total: 60 h/a – 50 h

CONTEÚDOS

1º SEMESTRE

Utilizações de softwares: classificação de programas, aplicativos, tipos de arquivos;

Organização e operações de softwares: editores de textos, planilhas eletrônicas, gráficos, ferramentas de sistema, exibidor de slides;

Programas aplicados à segurança do trabalho;

Internet: correio eletrônico;

Sites específicos da área de segurança do trabalho.

METODOLOGIA

É preciso proporcionar situações desafiadoras e ambientes de aprendizado que levem o indivíduo a buscar o conhecimento: procurando, lendo, perguntando, experimentando. O uso do computador da margem a criatividade, investigação, comunicação e intercâmbio através do uso da internet.

Os alunos devem ser instruídos de modo a aproveitar as facilidades da informática, utilizando-a como uma ferramenta para aprendizagem, desenvolvendo assim as suas habilidades intelectuais e cognitivas. Os alunos através dessa tecnologia têm acesso a diversas informações, eles, não só podem receber informações, mas também podem construir o seu próprio conhecimento.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser um processo continuo onde deve haver uma interação entre docente e dicente, propiciando promover o conhecimento de forma participativa, em um âmbito coletivo e construtivo entre ambos, a avaliação não deve ser vista como um meio de reprovação, mas uma forma de promover conhecimento.

Conforme orienta a LDBEN a avaliação tem como função a priorização do processo de aprendizagem no longo do período letivo, o que impede a realização de uma única forma de avaliação, seja ela prova ou trabalho, mas respalda as formas de desenvolvimento sobre uma perspectiva processual e continua na busca da construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA Marcus Garcia de, ROSA Pricila Cristina. Internet, Intranet e Redes Corporativas. Rio de Janeiro: Editora Brasport. 2000.

BORLAND, Russel. Word 6 for Windows: guia oficial da Microsoft. São Paulo: Makron Books, 1995.

CAPRON, H.L. JOHNSON J. A. Introdução à Informática. São Paulo: Prentice – Hall, 2004.

DODGE, Mark; KINATA, Chris, Kinata; STINSON, Craig. Ms Excel 5 for Windows: guia autorizado Microsoft. São Paulo: Makron Books, 1995.

MANZONO, J. G. Open Office.org versão 1.1 em português guia de aplicação. São Paulo: Érica, 2003.

TORRES, G. Redes de Computadores – Curso Completo. São Paulo: Axcel Books, 2001.

TANENBAUM, Andrew S. Redes de Computadores. 4 ed. São Paulo: Campus, 2003.

VIESCAS, John L. Microsoft access2 for windows guia autorizado Microsoft. São Paulo: Makron Books, 1995.

SAWAYA, Márcia Regina. Dicionário de Informática e Internet: Inglês/Português. 3 ed. Editora Nobel, 2001.

SILVA, Mário Gomes da. Informática – Terminologia Básica – Microsoft Windows XP – Microsoft Word 2007 – Microsoft Excel 2007 – Microsoft Access 2007 – Microsoft Power Point 2007. São Paulo: Editora Erica, 2008.

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE LEGISLAÇÃO EM SEGURANÇA DO TRABALHO NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DO SUBSEQUENTE

A Segurança do Trabalho é definida por normas e leis. No Brasil, a Legislação de Segurança do Trabalho compõe-se de Normas Regulamentadoras, leis complementares, como portarias e decretos e também as convenções Internacionais da Organização Internacional do Trabalho, ratificadas pelo Brasil.

Na América Latina, a preocupação com acidentes de trabalho surgiu junto com o desenvolvimento da industrialização, que iniciou-se apenas no século XX. No ano de 1935, foi fundado em New York (E.UA.), o "Conselho Inter-Americano de Seguridad", que dedica suas atividades à prevenção de acidentes na América Latina. Em 1950, através de Comissão conjunta, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e a OMS(Organização Mundial da Saúde), estabeleceu-se os objetivos da saúde ocupacional. Em 1954, através de estudos e pesquisas, um grupo de dez peritos da Ásia, América do Norte e do Sul, e da Europa, reuniu-se em Genebra chegando a conclusão que as, condições de trabalho variam de país para país, e dentro de um mesmo país, encontramos tais variações. Medidas relacionadas a saúde do trabalhador deveriam estabelecer princípios básicos. Esta conclusão foi de extrema importância para elaboração de normas e instalação de serviços médicos em locais de trabalho. Foi recomendado por esta comissão, que as normas estabelecidas nessa reunião, fossem adotadas pela OIT. Ficou estabelecido na 43ª Conferência Internacional do Trabalho à recomendação número 112, a qual foi dado o seguinte título**:** “Recomendação para os serviços de saúde ocupacional, 1959” onde a OIT definiu o serviço de saúde ocupacional como sendo um serviço médico instalado em um estabelecimento de trabalho, ou em suas proximidades, que tem como objetivos:

1 - Proteger os Trabalhadores contra qualquer risco à sua saúde, que possa decorrer do seu trabalho ou das condições em que este é realizado.

2 - Contribuir para o ajustamento físico e mental do trabalhador, obtido especialmente pela adaptação do trabalho aos trabalhadores, e pela colocação do trabalho aos trabalhadores, e pela colocação destes em atividades profissionais.

3 - Contribuir para o estabelecimento e a manutenção do mais alto grau possível de bem-estar físico e mental dos trabalhadores.

O Brasil aderiu à OIT desde a fundação desta. Embora se tenha retirado, em 1928, da sociedade das nações, nem por isso deixou de prestigiá-la política financeiramente, tendo ratificado numerosas convenções, onde poderíamos citar: 05/1919 - idade mínima na indústria; 6/1919 - trabalho noturno de menores na indústria; 05/1957 - descanso semanal.

No Brasil, a primeira lei contra acidentes surgiu em 1919, e impunha regulamentos prevencionistas ao setor ferroviário, já que, nessa época, empreendimentos industriais de vulto eram praticamente inexistentes.

O ano de 1934, constitui-se num marco em nossa história, pois surge a nossa lei trabalhista, que instituiu uma regulamentação bastante ampla, no que se refere a prevenção de acidentes.

No setor privado, em 1941 é fundada a ABPA (Associação Brasileira para Prevenção de Acidentes), por um grupo de pioneiros, sob patrocínio de algumas empresas. Em 1972, integrando o Plano de Valorização do Trabalhador, o governo federal baixou a portaria nº 3237, que torna obrigatória além dos serviços médicos, os serviços de higiene e segurança em todas as empresas onde trabalham 100 ou mais pessoas. Nos dias de hoje, leva-se em consideração não só o número de empregados da empresa, mas também o grau de risco da mesma. O Brasil adequa-se aos objetivos internacionais, e procura dar aos seus trabalhadores a devida proteção a que eles tem direito. Em 08 de junho de 1978, é criada a Portaria no 3.214, que aprova as Normas Regulamentadoras - NR, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho, que obriga as empresas o seu cumprimento. Essas normas abordam vários problemas relacionados ao ambiente de trabalho e a saúde do trabalhador. As normas vem sofrendo atualizações ao longa dos anos e, já descrevem

procedimentos a serem tomados quanto a doenças dos tempos modernos que foram observadas nos últimos anos, como a LER - Lesões por Esforços Repetitivos, que é uma sigla que foi criada para identificar um conjunto de doenças que atingem os músculos, tendões e membros superiores (dedos, mãos, punhos, antebraços, braços e pescoço) e que tem relação direta com a exigência das tarefas, ambientes físicos e com a organização do trabalho.

Em 1985 regulado pela Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985. Dentre as atribuições do Técnico em Segurança do Trabalho que lhes são conferidas, podemos destacar a informação do empregador e dos trabalhadores sobre os riscos presentes no ambiente de trabalho e a promoção de campanhas e outros eventos de divulgação das normas de segurança e saúde no trabalho, além do estudo dos dados estatísticos sobre acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. Torna-se obrigatório o exame médico *admissional*, para constatar se o empregado já apresenta algum problema de saúde, e se apresenta condições para desenvolver e executar as tarefas para as quais foi contratado; *periódico*, para o acompanhamento e controle de qualquer problema de saúde que o trabalhador venha a ter no exercício de sua função; *demissional*, onde empresa irá eximir-se de qualquer responsabilidade relacionada à saúde ocupacional, que o empregado venha a reclamar judicialmente contra empresa.

OBJETIVOS GERAIS

Formar o Técnico em Segurança do Trabalho integrando os conhecimentos das ciências jurídicas que buscam a proteção do trabalhador em seu local de trabalho, no que se refere à questão da segurança e da higiene do trabalho. Seu objetivo básico envolve a prevenção de riscos e de acidentes nas atividades de trabalho visando a defesa da integridade da pessoa humana e promover formação profissional, preparando o aluno para o mercado de trabalho para serem profissionais críticos, reflexivos, éticos capazes de participar e promover transformação no seu campo de trabalho e na sociedade na qual estão inseridos.

EMENTA: O estado moderno e a noção de direito: fundamentos e doutrina do direito. Legislação: Constituição Federal, legislação trabalhista e previdenciária. Fundamentos das Normas Técnicas de Segurança. Direitos e Deveres do Técnico de Segurança do Trabalho. Responsabilidade Civil e Criminal.

Carga horária total: 140 h/a – 117 h

CONTEÚDOS

1º SEMESTRE

Hierarquia das Leis

- Fontes matérias e fontes formas do direito. Matéria das regras de direito;
- Norma fundamental, norma secundaria e norma de validade derivada;
- Lei constitucional e lei ordinária;
- Lei auto-aplicavel e lei regulamentável;
- Lei rígida e elástica;
- Fontes materiais e fontes formais do direito;
- Fontes materiais. Matéria do direito;
- Fontes formais;
- Hierarquia das fontes formais;
- Fontes estatais do direito;
- Processo Legislativo e Espécies Normativas (arts. 59 e SS da CF/88)

Conceito de Moral e Direito

- Direito e sociedade. Natureza e cultura. Direito fenômeno sociocultural;
- Direito e Sociedade;
- Direito, fato social;
- Direito e as Relações Sociais;

- Direito e poder

- Espaço e tempo social e direito;

- Revolução e direito;

- Direito e moral-direito, moral eqüidade e justiça;

- Direito e as demais normas sociais;

- Regra do direito, lei física e a norma técnica.

Noções Básicas de Direito do Trabalho

- Princípios gerais do direito do trabalho e da CLT;

- Empregador e empregado;

- Autônomo;

- Avulso;

- Temporário;

- Estagiário;

- Menor aprendiz;

- Trabalho da mulher;

- Trabalho rural;

- Trabalho do idoso (estatuto do idoso);

- Pessoa Portadora de Deficiência (Lei Federal 7853/89 e Lei estadual 7875/84);

- Noções sobre o contrato de trabalho;

- Obrigações e deveres dos empregos e empregadores;

- Salário mínimo;

- Piso salarial;

- Irredutibilidade do salário;

- CTPS;

- Seguridade Social;
- Contrato de Trabalho;
- Por prazo determinado;
- Por prazo indeterminado;
- Contrato de experiência;
- Contrato por obra certa;
- Contrato por safra;
- Jornada de Trabalho;
- Normal;
- Especial;
- Período de descanso;
- Intervalo entre jornadas;
- Descanso semanal remunerado;
- Faltas justificadas;
- Horas suplementares;
- Horário noturno;
- Férias;
- Empregado Doméstico;
- Férias coletivas;
- Remuneração;
- Salários;
- Adicionais de insalubridade, periculosidade e noturno;
- 13º salário;
- Férias;
- Salário-família;
- FGTS;

- Rescisão do Contrato de Trabalho;

- Despedida por justa causa;

- Despedida sem justa causa;

- Pedido de demissão;

- Despedida indireta;

- Culpa recíproca;

- Estabilidade provisória;

- Licença a gestante;

- Inquérito para apuração de falta grave;

- Aviso prévio;

- Verbas rescisórias.

2º SEMESTRE

Estudo das Normas Regulamentadoras (NR – Portaria 3214 de 08/ 06/ 78) e das - Aplicabilidade e eficácia das Normas Regulamentadoras;

- NR's e NRR's.

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

- Função e Estrutura da Organização Internacional do Trabalho;

- Eficácia jurídica das convenções da OIT;

- Principais convenções sobre a saúde do trabalhador;

- Trabalho do menor;

- Convenção 148;

- Convenção 155;

- Convenção 161;

- Convenção 174.

-Responsabilidade Civil e Criminal

- Responsabilidade civil do empregador;

- Conteúdo mínimo legal do contrato de trabalho;

- Responsabilidade contratual;

- Elementos da responsabilidade civil do empregador culpa;

- Nexo causal;

- Ação ou omissão;

- Dano (moral / material);

- Indenização (danos matérias/ morais/ cumulação de indenizações/);

- Hipóteses de exclusão de responsabilidade;

-Responsabilidade em caso de terceirização;

- Responsabilidade penal do empregador;

- Código Penal Brasileiro (arts. 121; 129; 132);

- Legislação extravagante (Lei nº 7.802/89; art. 19, § 2º , Lei nº 8213/91)

Consolidação das Leis do Trabalho –CLT (da segurança e medicina do trabalho)

- Disposições Gerais;

- Inspeção prévia e embargo ou interdição;

- Órgão de segurança e de medicina do trabalho nas empresas;

- Equipamento de proteção individual;

- Medidas preventivas de medicina do trabalho;

- Edificações;

- Iluminação;

- Conforto térmico;

- Instalações elétricas;

- Movimentação, armazenagem e manuseio de materiais;

- Caldeiras, fornos e recipientes sob pressão;

- Atividades insalubres ou perigosas;

- Prevenção da fadiga;

- Penalidades.

Atribuições do Técnico em Segurança do Trabalho

- Norma Reguladora nº27 (NR-27)

- Norma regulamentadora n°4 (NR-4)

Direitos e deveres do Técnico de Segurança do Trabalho

- Decreto nº 92.530/86

- Lei nº 7410/85

- Portaria nº 4/92

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

- Função e Estrutura da Organização Internacional do Trabalho;

- Eficácia jurídica das convenções da OIT;

- Principais convenções sobre a saúde do trabalhador;

- Trabalho do menor;

- Convenção 148;

- Convenção 155;

- Convenção 161;

- Convenção 174.

3º SEMESTRE

Legislação Complementar da Segurança e Medicina do Trabalho

- Conceito de Direito Social;

- Meio ambiente do trabalho como direito social;

- Importância do meio ambiente do trabalho à saúde e segurança do trabalhador (meio de trabalho urbano, industrial e rural);

- Fiscalização do direito à saúde e segurança do meio ambiente do trabalho;

- Objetivos da proteção e da fiscalização do direito à saúde e segurança do meio ambiente do trabalho;

- Inspeção do trabalho;

- Direito administrativo do trabalho e a sua relação com a proteção e fiscalização do direito à saúde e segurança no meio ambiente do trabalho;

- Órgãos estatais responsáveis pela proteção e fiscalização do trabalho;

- Ministério do Trabalho e Emprego (TEM);

- Ministério publico do trabalho(MPT);

- Divisão da vigilância Sanitária(arts.200 e ss CF/88; arts.6,I,´´a´`,LEI N;8.080/90;Código de saúde do Estado do Paraná);

- Órgãos internos de fiscalização e programas preventivos obrigatórios;

- Comissão interna de prevenção de acidentes(CIPA) – comentários jurídico;

- Serviços Especializados em engenharia de Segurança e Medicina do trabalho(SESMT) comentário jurídico;

- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais(PPRA) – comentário jurídico;

- Programa de controle Medico de Saúde Ocupacional(PCMSO) – comentário jurídico;

- Programa de Controle do Meio Ambiente do Trabalho (PCMAT) comentário jurídico;

- Papel dos Sindicatos relativo a segurança e saúde do trabalho;

- Portaria nº 865, de 14.09.1995.

Legislação Previdenciária (Vigente/ 2004)

- Seguridade Social (art. 194, CF/88);

- Princípios;

- Universidade da cobertura e atendimento;

- Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços;

- Irredutibilidade do valor dos benefícios;

- Equidade na forma de participação;

- Diversidade de base de financiamento;

- Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa;

- Assistência Social (arts. 203 e 204, CF/88);

- Previdência Social;

- Custeio (Lei 8.212/91) e Benefícios (Lei 8213/91);

- Estrutura;

- Finalidade (Art. 1º Lei 8213/91);

- Segurados (autônomo; avulso; equiparado ao autônomo; especial; facultativo; empresário);

- Princípios (art. 201, CF/788);

- Espécie de benefícios acidentários: auxílio-doença (carência; incapacidade temporária; início do auxílio-doença; valor do benefício, CAT);

- Aposentadoria por invalidez (requisitos; carência; início do benefício; valor do benefício);

- Aposentadoria especial (requisitos; carência; comprovação da efetiva exposição a agentes nocivos; valor do benefício, perfil profissiográfico previdenciário – PPP);

- Pensão por morte acidentária (requisitos; carência, valor do benefício; pagamento; rateio; início do benefício);

- Reabilitação profissional;

- Serviço social.

Consolidação das Leis do Trabalho (Trabalho do menor e da Mulher)

Princípio de Proteção à Criança e Adolescente (arts. 1º a 6º, Lei n º 8.069/90)

- Direito à Profissionalização e à Proteção do Trabalho (Capítulo V, Lei nº 8.069/90)

- Proibição do trabalho da criança até 12 anos (art. 7º, XXXIII e 227, § 3º , CF/88)

- Art. 372 a 401, CLT;

- Proibição de trabalho perigoso, penoso, insalubre (Portaria nº 6, de 05.02.2001) horas extraordinárias;

- Regulamentação do art. 68, Lei 8.069/90

- Trabalho da Mulher;

- Art. 30, VII, CF/88

- Proteção à maternidade (direito da criança)

- Auxílio-maternidade

- Estabilidade provisória;

- Trabalho da Pessoa Portadora de Deficiência;

- CF/88, Lei Federais 7853/89 e 8742/93; CE/Paraná, Leis Estaduais 7875/85, 11.189/95;

- Decreto 4446/84

- Trabalho do Idoso

- Arts. 26 a 28 lei 10741/2003.

Interpretação dos Pareceres de Laudos Periciais (Trabalhistas e Previdenciários)

Noções da Legislação do Trânsito (Vigente/2004) e Transporte de Cargas Perigosas

- A Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1.981 – determina em seu artigo 10, que estabelecimentos potencialmente poluidores tenham licenciamento ambiental;

- Decreto nº 96.044, de 18 maio de 1981 – Aprova o regulamento para o transporte rodoviário de produtos perigosos e dá outras providências.

- Portaria nº 204, de 20 de maio de 1997 – Aprova as anexas Instruções Complementares aos Regulamentos dos Transportes Rodoviário e Ferroviário de Produtos Perigosos.

- Portaria nº 402, de 09 de setembro de 1998 – Autoriza o transporte dos sob o nº ONU 3082 – substâncias que apresentam risco para o meio ambiente e acrescenta à Relação de Produtos o produto nº ONU 3257 – líquido a temperatura elevada;

- NR's – 11, 19 e 20.

METODOLOGIA

Segundo VASCONCELLOS (1999, p. 147) de acordo com a teoria do conhecimento que fundamenta o trabalho do professor, considera como referência a concepção dialética de conhecimento, destacando a problematização como elemento nuclear na metodologia de trabalho em sala de aula. Se forem adequadamente captadas, as perguntas deverão provocar e direcionar de forma significativa e participativa, o processo de construção do conhecimento por parte do aluno, sendo também um elemento mobilizador para esta construção. Nesse sentido, ao preparar a aula, o professor já poderá destacar as possíveis perguntas e problemas desencadeadores para a reflexão dos alunos.

A metodologia do professor em sala de aula deve favorecer as inter relações entre os conteúdos de forma contextualizada, onde professor e aluno interajam confrontando as experiências com o saber sistematizado, buscando a reconstrução de novos conhecimentos e saberes. Uma metodologia que

estimule a participação ativa dos educando promovendo debates, trabalho de grupo, seminários sobre temas propostos, vídeos, filmes, etc.

AVALIAÇÃO

A avaliação faz parte do processo de ensino-aprendizagem, pois o professor não pode propiciar a aprendizagem a menos que esteja constantemente avaliando as condições de interação com seus educando. Pela avaliação, o professor vai acompanhar a construção das representações no aluno, percebendo onde se encontra (nível mais ou menos sincrético), bem como as elaborações sintéticas, ainda que provisórias, possibilitando a interação na perspectiva de superação do senso comum.

Diante do exposto, o professor pode adotar como forma de avaliação o trabalho em grupo com as apresentações em forma de seminários, a prova dissertativa e objetiva, participação em sala de aula, entre outros. Os projetos também são instrumentos úteis para avaliar a aprendizagem na educação profissional, uma vez que permitem verificar a capacidade de representar objetivos a alcançar; de caracterizar propriedades daquilo que será trabalhado; de antecipar resultados intermediários e finais; de escolher estratégias mais adequadas para a resolução de um problema; de executar ações para alcançar processos e resultados específicos e de avaliar condições para resolução de problema

A avaliação não pode ser vista ou analisada fora do contexto do trabalho de ensino e aprendizagem, fora da organização curricular. Ela é ação constituinte desse trabalho e dessa organização. Por isso é que não há sentido num processo avaliativo que não seja contínuo e formativo que sirva ao professor para, através das informações colhidas, reorientar a sua prática e ao aluno para que compreenda a aprendizagem não como um produto de consumo mas um produto a construir, e de que ele próprio tem um papel fundamental nessa construção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBORNOZ, Suzana. O que é trabalho. São Paulo: Editora Brasiliense. 1990. Coleção primeiros passos.

BISSO, Ely M. O que e segurança no trabalho. São Paulo: Editora Brasiliense. 1998. Coleção primeiros passos.

BRASIL. CLT, Legislação Trabalhista e Previdenciária e Constituição Federal. 6 ed. São Paulo: RT, 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. Manuais de Legislação: Segurança e Medicina do Trabalho. 61 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

COVRE, M. de Lourdes M. O que e cidadania. São Paulo: Editora Brasiliense. 1996. Coleção primeiros passos.

DALLARI, Dalmo de Abreu. O que e participação política. São Paulo: Editora Brasiliense. 1984. Coleção primeiros passos.

DALLARI, Dalmo de Abreu. O que são direitos da pessoa. São Paulo; Editora brasiliense. 1983. Coleção primeiros passos.

GARCIA, Marília. O que é constituinte. São Paulo: Editora Brasiliense. 1985. Coleção primeiros passos.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

SAAD, Eduardo Gabriel. Aspectos jurídicos da segurança e medicina do trabalho: comentário da lei 6.514 de 22.10.77. São Paulo: LTR, 1979.

SALIBA, Tuffi Messias, CORREA, Márcia Angelim Chaves. Insalubridade e Periculosidade. 8 ed. São Paulo: LTR, 2007.

SINHORETO, Jaqueline. Justiça e Seus Justiçadores: Conflitos, Linchamentos e Revoltas Populares. São Paulo: IBCCRIM, 2002

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE RISCOS E PERDAS NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DO SUBSEQUENTE

A disciplina de prevenção de riscos e perdas no curso de segurança do trabalho surgiu da necessidade de elaboração de projetos de avaliação de riscos no processo com danos a integridade física dos trabalhadores e danos ao patrimônio da empresa.

O fundamento de riscos e perdas teve seu inicio no ano de 1930, pelo engenheiro H.W.Heinrich, através de sua obra intitulada *Industrial Accident prevention*, na qual, após um estudo minucioso mostrou que os custos de reparação de acidentes eram muito altos para as empresas, tendo que ser desenvolvida ações prevencionistas, a qual tornaria uma solução cabível para a redução desses custos.

Entre os anos de 1959 e 1966 o engenheiro Frank E Bird Jr. Atualizou o trabalho desenvolvido por Heinrich, intitulada em seu trabalho como *Damage Control*, sua pesquisa foi realizada através de dados de acidentes, em uma proporção de 90 mil acidentes ocorridos na siderúrgica Luckens Steel, reorganizando assim os dados.

No entanto a ampliação de seus estudos foi através de análise realizados sobre um montante de 297 empresas, a qual representou um grupo de 21 seguimentos diferentes de industrias, totalizando 1.750.000 operários, e 3 bilhões de horas no período de exposição, concluindo assim seus estudos, para trabalhar planos de ação oportunos nas organizações empresariais.

O controle de perdas dentro de um processo, é determinado por fatores que em seqüenciamento pode causar danos aos recursos humanos, materiais ou descontinuação operacional, o que ressalta uma maior prática na implantação e controle de acidentes, visando a redução das perdas e as condições gerais de trabalho.

OBJETIVO GERAL

Identificar pontos de risco, levando em consideração que os mesmos ocorrem por causas ambientais (condições inseguras) e comportamento humano (ato inseguro), e isso deve ser trabalhado a fim de não haver interrupção do sistema, propiciando a necessidade de identificar, localizar e controlar as causas, ligando ao emprego de medidas que propendem reduzir ou eliminar a freqüência e gravidade das ocorrências.

EMENTA: Identificação, proteção e eliminação do risco; Determinação e controle de perdas: sociais e econômico-financeiras; Técnicas de Análises de riscos e perdas; Análises de operações; Determinação da confiabilidade; Analise Preliminar de Risco; Avaliações de Perdas; Controle e levantamento de Perdas. Custos das Perdas.

Carga horária total: 60 h/a - 50 h

CONTEÚDOS

2º SEMESTRE

- Identificação, proteção e eliminação do risco;
- Determinação e controle de perdas sociais e econômico-financeiras;
- Técnicas de análises de riscos e perdas: série de riscos, análise de riscos, análise de modos e falhas;
- Análises de operações: análises e avaliação dos acidentes e incidentes;
- Determinação da confiabilidade e método de controle de riscos e perdas;
- Análise preliminar de risco: identificação dos riscos, avaliação qualitativa, medidas de controle, acidentes e incidentes;
- Avaliações de perdas: modos e falhas;
- Controle e levantamento de perdas;
- Custos das perdas (diretos e indiretos): sociais e econômico-financeiro.

METODOLOGIA

O desenvolvimento das aulas deve conter formas de introduzir a parte teórica de prevenção de riscos e perdas, sobre a ótica prática, na elaboração de formulários para analise e identificação dos riscos em um ambiente coorporativo, levando em consideração a eficiência do objetivo quanto as técnicas de análises.

O professor deverá assumir atitude, critica, reflexiva e orientada para a responsabilidade do educando como profissional de área na qual ele estará inserido.

Para tanto, o docente deverá assumir como mediador de ensino e aprendizagem, mantendo suas competências técnicas dentro de sua área de conhecimento.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser um processo continuo onde deve haver uma interação entre docente e dicente , propiciando promover o conhecimento de forma participativa, em um âmbito coletivo e construtivo entre ambos, a avaliação não deve ser vista como um meio de reprovação, mas uma forma de promover conhecimento.

Conforme orienta a LDBEN a avaliação tem como função a priorização do processo de aprendizagem no longo do período letivo, o que impede a realização de uma única forma de avaliação, seja ela prova ou trabalho, mas respalda as formas de desenvolvimento sobre uma perspectiva processual e continua na busca da construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURGES, William. Possíveis Riscos a Saúde do Trabalhador. Belo Horizonte: Editora Ergo, 1997.

PACHECO, Waldemar Junior. Qualidade na segurança e higiene do trabalho: série SHT 9000, normas para a gestão e garantia da segurança e higiene do trabalho. São Paulo: Atlas, 1995.

TAVARES, José da Cunha. Noções de Prevenção e Controle de Perdas em Segurança do Trabalho. São Paulo: Senac, 2004

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE PREVENÇÃO A SINISTROS COM FOGO NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DO SUBSEQUENTE

O fogo sempre esteve presente no desenvolvimento da humanidade, no entanto, pode tornar-se num terrível inimigo. Quer pelo modo como pode aparecer, quer pelas suas conseqüências nefastas, o risco de incêndio deve ser considerado em todas as atividades.

O controle do fogo pelo homem lhe abriu o caminho da civilização. O hominídeo conhecido como homem de Pequim, que viveu há cerca de 500.000 anos, provavelmente já se valia do fogo. Outros vestígios levam a crer que essa utilização pode ter sido a mais de um milhão de anos. No entanto só por volta do ano 7000 a.C. (período Neolítico) é que o homem adquiriu meios seguros para obter e dominar o fogo.

Com o passar do tempo, o homem descobriu diversos empregos para o fogo. Além de aquecer e cozinhar os alimentos, o fogo facilitou a caça e a guerra. Também começou a ser utilizado na limpeza das matas e dos pastos, sendo as cinzas resultantes posteriormente aproveitadas como fertilizantes do terreno, na atividade agrícola que ora iniciava.

Pela dificuldade inicial de obtenção e manutenção, em muitas culturas o fogo era um tesouro precioso e as fogueiras eram mantidas acesas para uso e adoração pública. Algumas religiões passaram a venerar o fogo, e outras o adotaram como símbolo. A importância do fogo também remete à filosofia, onde vários pensadores clássicos, considerando os vários elementos básicos constituintes da vida, sempre elegiam o fogo. Também em várias religiões as teofanias, ou manifestações divinas, apresentam em alguns de seus aspectos relações com o fogo e a luminosidade e, em outros, os fenômenos ígneos se vinculam à purificação e ao mistério ritual

Mesmo nos dias atuais hoje o fogo é uma necessidade para a sobrevivência do ser humano. Sua aplicação é vasta: desde o cozimento dos

alimentos, geração de energia até a impulsão de foguetes para o espaço. Quando controlado pelo homem, o fogo é um instrumento de grande valor.

A presença de fogo em local não desejado, quer seja por ma manipulação ou por falta de prevenção, e sendo capaz de provocar, além de prejuízos materiais: quedas, queimaduras e intoxicações por fumaça é denominado incêndio. As causas de um incêndio são as mais diversas: descargas elétricas atmosféricas, sobrecarga nas instalações elétricas dos edifícios, falhas humanas (por descuido, desconhecimento ou irresponsabilidade) etc. Todos os cuidados básicos para evitar e combater um incêndio podem salvar vidas e bens patrimoniais.

A segurança contra incêndio, no Brasil, tem estado em evidência nas últimas décadas, pois grandes sinistros levaram esta questão a ser repensada com mais atenção. Isto porque as conseqüências que os incêndios causam à sociedade são notórias. Ocorrem perdas sociais, econômicas e humanas. O desenvolvimento tecnológico trouxe profundas modificações nos sistemas construtivos, caracterizadas pela utilização de grandes áreas sem compartimentação; pelo emprego de fachadas envidraçadas e pela incorporação acentuada de materiais combustíveis aos elementos construtivos. Tais modificações, aliadas ao número crescente de instalações e equipamentos de serviço, introduziram riscos que anteriormente não existiam nas edificações.

Em função disto o conhecimento dos aspectos básicos de prevenção e de proteção contra incêndio, para nossa própria segurança é de fundamental importância.

OBJETIVOS GERAIS

Durante a atuação profissional do Técnico em Segurança do Trabalho é de extrema importância que saiba tomar decisões corretas no que concerne a prevenção e combate a sinistros com fogo. As decisões só serão corretamente alcançadas desde que o profissional conheça todos os aspectos relacionados com o plano de emergência e, principalmente, do perfeito conhecimento do

fogo: suas causas; características de cada combustível; formas de propagação do calor; e dos métodos e materiais para sua extinção.

A prevenção de incêndios consiste em evitar que ocorra fogo, utilizando-se certas medidas básicas, que envolvem a necessidade de conhecer, entre outros itens: características do fogo, propriedades de riscos dos materiais,causas de incêndios,estudo dos combustíveis.

O Técnico em Segurança do Trabalho necessita, ao inspecionar os locais de trabalho, reconhecer se a estrutura arquitetônica e a disposição de equipamentos de combate à incêndio são adequados para a prevenção de sinistros. Também é de extrema importância que conheça toda a simbologia concernente aos projetos de combate à incêndio de modo a poder implantar e/ou corrigir a implantação de projetos.

Quando, apesar da prevenção, ocorre um princípio de incêndio, é importante que ele seja combatido de forma eficiente, para que sejam minimizadas suas conseqüências. Para que esse combate seja eficaz, deve-se, ainda: conhecer os agentes extintores, saber utilizar os equipamentos de combate a incêndios, saber avaliar as características do incêndio, o que determinará a melhor atitude a ser tomada.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- situar o aluno num histórico cronológico de ocorrência de sinistros e na evolução na tecnologia de seu combate;
- conhecer as NR_s 19, 20 e 23, bem como o papel do Técnico em Segurança na proteção contra Incêndio;
- dar subsídio para combate á incêndio em função do pleno conhecimento dos componentes do fogo, suas reações químicas e físicas, bem como das causas da ocorrência em função dos locais e matéria envolvidos;

- informar as principais causas (origens), encaminhando os alunos a pensar na forma de prevenir e combater os incêndios em função da sua origem, relacionando as ações com os princípios de combustão;

- conhecer os métodos de extinção e agentes extintores, relacionando-os com o local, origem e causa de incêndio;

- conhecer os materiais, técnicas e táticas de combate ao fogo, incluindo extintores fixos e portáteis: seu funcionamento; modo de operação; tipos de extintores; aplicação de cada tipo; e cuidados com a manutenção;

- capacitar o aluno para entender o funcionamento de uma brigada de incêndio e habilitá-lo à liderar brigadas;

- dar subsídios para implantação e ação num plano de emergência de combate a sinistros: o que é; como elaborar e implantar; quais são os componentes e suas ações individuais;

- projetar um plano de combate à sinistros com base na INSTRUÇÃO N.º 02/10 – DAE/SUDE, que Orienta sobre o Programa Prontidão Escolar Preventiva – PEP, nos Estabelecimentos de Ensino da Rede Estadual.

- capacitar o atuante no plano de emergência para auxílio mútuo na eventualidade da ocorrência de Sinistros;

EMENTA: Princípio da Combustão: Características Físicas e Químicas da Combustão; Causas Comuns de Incêndio. Técnicas de prevenção e combate ao incêndio; Classe de risco e métodos de extinção; Material de Combate ao Fogo e Planos de Emergência.

Carga horária total: 80 h/a - 67 h

CONTEÚDOS

3º SEMESTRE

SINISTROS

Histórico da tecnologia e prevenção no combate a sinistro; Princípio da combustão; Características Físicas e Químicas da Combustão (NR-19 e NR-20); Considerações sobre incêndios e explosões.

INCÊNDIO

Triângulo do fogo; técnicas de prevenção e combate ao incêndio (NR-23); Causas comuns de Incêndios; Métodos de Extinção de Incêndios (abafamento, resfriamento e isolamento); Agentes Extintores (água, espumas, pó químico seco, dióxido de carbono e granulados); Materiais e equipamentos fixos e moveis de combate ao fogo: manuseios e manutenção (extintores, hidrantes, sprinklers, chuveiros automáticos). Classe de risco e métodos de extinção.

COMBATE AO FOGO

Material de combate ao fogo; Técnicas e Táticas de Combate ao fogo; Brigadas de Incêndio.

PLANO DE EMERGÊNCIA

Planos de emergência e auxílio mútuo: treinamento, plano de evacuação, rota de fuga, procedimento retirada de pessoas, sinalização (alertas), formação de equipes de emergência (brigada de incêndio). Ação Individual no Plano de Emergência;

METODOLOGIA

A metodologia deverá contemplar as considerações expostas de modo a superar a fragmentação do ensino, das ações, competências e habilidades. A metodologia permitirá a integração do conhecimento e promoverá ação entre os envolvidos no processo ensino/aprendizagem sem descaracterizar o ensino que atenda as necessidades dos alunos. Os conteúdos devem ser trabalhados de forma contextualizada, levando o educando a ser capaz de compreender, inventar e reconstruir, ou seja, produzir ou criar, e não apenas repetir, superando a visão dicotômica entre ensino-pesquisa.

O trabalhado deve ocorrer de forma crítica e dinâmica, interligando teoria, prática e realidade, mantendo uma coerência dos fundamentos teóricos propostos, utilizando a Segurança do Trabalho como ferramenta essencial, possibilitando assim transitar em diferentes áreas. Algumas das estratégias a serem utilizadas: Estudo dirigido das Normas regulamentadoras (NR_S) N^{os} 19, 20 e 23; estudo dirigido das Normas Brasileira (NBR - ABNT) referentes ao combate á sinistros; Estudos de casos; Aulas expositivas; Aula práticas; Seminários, entre outras.

AVALIAÇÃO

A avaliaçao deve auxiliar o ensino, orientar a aprendizagem e possibilitar a obtenção de informações sobre todos os envolvidos no processo educacional. A avaliação e o ensino devem manter simultaneidade e concomitância de ação, de intervenção e de efeito, sempre com a perspectiva de reconhecer que a humanização e a democratização da educação passam pela avaliação que pode promover o indivíduo ou aumentar a distância entre a escola e os jovens e adultos.

A avaliação deverá ser diagnóstica e continua, contemplando diferentes práticas pedagógicas, tais como: leitura, interpretação e produção de textos; leitura e interpretação das NRs, pesquisas, aulas de campo, seminários;

interpretação de documentos; relatório de experiências práticas de aulas de campo, entre outras. A avaliação é parte do processo de ensino/aprendizagem, devendo ser entendida como instrumento a ser utilizado pelo professor para avaliar sua metodologia de trabalho e o nível de compreensão dos alunos durante um determinado período.

Todos os conteúdos serão avaliados de acordo com os seguintes aspectos: participação ativa durante as aulas, responsabilidade quanto ao aprendizado, realização de atividades, freqüência, pontualidade na entrega dos trabalhos, provas escritas e orais, exercícios e trabalhos em grupo, enfim o desenvolvimento do aluno e sua relação com as atividades desenvolvidas na escola.

Os conteúdos serão avaliados de acordo com critérios de avaliação onde os alunos deverão:

- Conhecer os princípios de combate à incêndio constantes na NRs 19, 20 e 23;
- Conhecer os componentes do fogo e suas reações;
- Entender em função das propriedades de cada um dos componentes, como uma reação em cadeia entre ele pode transformar fogo em incêndio;
- Associar os componentes do fogo com princípios, métodos e matérias para combate ao fogo;
- Conhecer os principais equipamentos fixos e portáteis para combate à fogo;
- Interpretar um projeto de prevenção à incêndios;
- Entender o funcionamento de brigada de incêndio, desde as ações a serem tomadas, bem como dos componentes necessário para um perfeito funcionamento;
- Reconhecer as ações de auxílio mútuo na ocorrência de sinistros.

A recuperação de conteúdos será paralela ao processo de ensino aprendizagem, através de atividades especificas e diferenciadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Manuais de Legislação: Segurança e Medicina do Trabalho. 61 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CAMILLO JUNIOR, Abel Batista. Manual de Prevenção e Combate a Incêndios. 10 ed. São Paulo: SENAC, 2008.

MEANS, David. Sinistros com Fogo. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERREIRA, Paulo Pinto. Treinamento de pessoal: a técnico-pedagogia do treinamento. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1977.

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE PRIMEIROS SOCORROS NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DO SUBSEQUENTE

Os Primeiros Socorros são procedimentos simples utilizados no tratamento imediato e provisório dado à vítima no local do acidente ou próximo a este, até a chegada do socorro médico especializado.Tem por objetivos evitar o agravamento das lesões e colocar a vítima em melhores condições para o transporte dando conforto físico e psicológico. Qualquer pessoa treinada poderá prestar os Primeiros Socorros,conduzindo-se com serenidade, compreensão e confiança. Manter a calma e o próprio controle, porém, o controle de outras pessoas é igualmente importante. Ações valem mais que as palavras, portanto, muitas vezes o ato de informar ao acidentado sobre seu estado, sua evolução ou mesmo sobre a situação em que se encontra deve ser avaliado com ponderação para não causar ansiedade ou medo desnecessários. O tom de voz tranqüilo e confortante dará à vítima sensação de confiança na pessoa que o está socorrendo.

O estudo dessa área permite capacitar o aluno para atuar na primeira abordagem de um acidentado, prestando lhe os primeiros e fundamentais cuidados. O que se pode afirmar com embasamentos teóricos e práticos é que dessa primeira abordagem está freqüentemente a depender o êxito de todas as demais fases de tratamento e reabilitação, portanto, também vale a pena ressaltar que é de tal maneira importante este momento inicial de abordagem do acidentado (clínico ou traumático) que se pode afirmar ainda que o futuro da vítima, quanto a sua integridade como indivíduo, com seqüelas ou sem elas, possibilidades de reabilitação, qualidade de vida pós-acidente e mesmo vida e morte, dependem deste primeiro momento, realizado por profissional de outras áreas, porém treinados em práticas de primeiros socorros.

OBJETIVO GERAL

Capacitar o profissional para uma abordagem sistematizada no atendimento dos primeiros socorros, reconhecendo sua gravidade e prestando os cuidados necessários.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Qualificar o profissional de segurança de trabalho em primeiros socorros,

Com noções de casos de emergência, para o campo de trabalho;

- Reconhecer os principais sintomas patológicos e serem capazes

de tomarem decisões e avaliar a situação do indivíduo;

- Identificar no primeiro atendimento, urgências coletivas e observação de vários fatores como :alteração ou ausência da respiração, hemorragias externas, deformidades de partes do corpo, coloração diferente da pele, presença de suor intenso,Inquietação e expressão de dor.

EMENTA: Conceitos Básicos de Primeiros Socorros; Noções de Anatomia e Fisiologia aplicadas a Segurança do Trabalho; Noções de atendimento em casos de emergência; Noções de Reanimação; e Atendimento local e locomoção/remoção da vítima; e Práticas de Primeiros Socorros.

Carga horária total: 60 h/a – 50 h

CONTEÚDOS

1º SEMESTRE

- Conceitos básicos de primeiros socorros;

- Procedimentos emergenciais em casos de primeiros socorros;

- Urgências coletivas;

- Noções de anatomia e fisiologia aplicadas a segurança do trabalho;

-Noções de atendimento em casos de emergência: com vítimas, acidentes rodoviários, queimaduras, lesões causadas por eletricidade, afogamento, mordidas, picadas de animais, parto de emergência, desmaios, convulsão e hemorragias;

- Noções de reanimação: princípios da reanimação, avaliação do estado da vítima, posição de recuperação, respiração artificial, restabelecimento da circulação, reanimação em crianças e seqüência da RCP (Ressucitação Cardio-Respiratória);

- Atendimento local e locomoção/remoção da vítima: transporte com ou sem maca.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento dessa disciplina exige além de aulas expositivas e presenciais, a apresentação de slides, vídeos referentes aos conteúdos, atividades em grupos,estudos e debates para compreensão dos temas abordados,palestras com profissionais especializados;

e simulações de acidentes, para que os conhecimentos adquiridos durante as aulas teóricas possam ser efetivados na prática.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve ter caráter formativo, nela o professor levará em conta o conhecimento prévio do aluno,utilizando a avaliação como um instrumento que lhe dará subsídios para diagnosticar o que o aluno já sabe e o que precisa conhecer. Diante dessas informações terá condições de avaliar sua prática pedagógica, fazendo quando necessário um replanejamento para alcançar os objetivos propostos.

A avaliação não pode ser utilizada de forma excludente, seu real objetivo deve ser a efetiva aprendizagem do aluno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTMAN, M. e BRUNO, P. Manual de Primeiros Socorros. Rio de Janeiro: Ática, 1996.

MICHEL, Oswaldo. Guia de Primeiros Socorros para Cipeiros e Serviços Especializados em Medicina e Segurança do Trabalho. São Paulo: LTR, 2002.

NETTER, Frank. Atlas de Anatomia Humana. 4 ed. São Paulo: Campus - Elsevier, 2008.

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA PROCESSO INDUSTRIAL E SEGURANÇA NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DO SUBSEQUENTE

Os processos industriais são seqüenciamentos e procedimentos no qual envolvem vários passos para a composição de atividades nas industrias manufatureira, utilizando-se de componentes mecânicos, físicos e químicos capazes de transformar materiais, ambientes e meios, nos quais encontra-se inseridos diversos produtos transformados ou transformadores nos diferentes setores da nossa economia. Para tanto um dos fatores primordiais do processo industrial, é o conhecimento dos equipamentos e máquinas existentes para realização dos trabalhos, como também seus dispositivos de segurança que podem ser geradores de acidentes, no âmbito produtivo.

O processo industrial exige uma combinação entre fatores fundamentais de transformações, o emprego sistemático de máquinas e equipamentos acionado por força motriz, e operário, ou colaboradores que operam tais equipamentos, através de controles produtivos. Portanto, os controles produtivos nos quais consistem as bases para acionamento e funcionamentos, são definidos como controladores lógicos programáveis, acionadores eletromagnéticos e pneumáticos, no qual é a base solida das máquinas e equipamentos atuais.

O cerne da transformação em um processo industrial incide velocidade de produzir, associando máquinas, equipamentos e ferramentas utilizadas pelos colaboradores para a elaboração do trabalho. Essa velocidade associada ao trabalho, necessita de normas, as quais possam amparar juridicamente o profissional em segurança do trabalho, então o respaldo legal da NR 10 e 12, indica caminhos a ser seguido, para que toda a esfera da empresa seja estrutural. Para tanto a regulamentadora 10 e 12 auxilia a manter uma forma de trabalho feitos por tais processos, dando ao profissional de área uma visão abrangente de como tais máquinas e equipamentos devem se dispor no ambiente (meio em que se encontra inserido), determinando quais tipos de

controladores devem ter cada equipamento, para que atenue, ou elimine os riscos de exposição. Já a NR 13 e 14 mantém procedimentos a serem seguidos no que se refere a vasos de pressão, equipamentos não sujeitos à chama, fundamentais nos processos industriais no qual a passagem de fluidos é projetado para resistir com segurança a pressões internas diferentes da pressão atmosférica, ou submetidos à pressão externa, cumprindo assim a função básica de armazenamento. E os fornos que são equipamentos capazes de conservar calor em altas temperaturas para transformar ou ser transformador nos processos industriais.

OBJETIVO GERAL

Espera-se que os alunos adquiram os conhecimentos necessários para conhecer e compreender os procedimentos que envolvem os processos industriais, equipamentos e máquinas existentes para a realização dos trabalhos, como também seus dispositivos de segurança que podem ser geradores de acidentes no âmbito produtivo.

OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Reconhecer a importância da proteção do trabalhador quando da ocorrência de operações insalubres.
- Conhecer as atividades Insalubres constantes nas NRs.
- Conhecer os principais equipamentos e maquinas.
- Tomar decisões quanto à proteção do trabalhador, baseado na NR-15.
- Associar a proteção do trabalhador em operações insalubres com a adoção de Equipamentos de Proteção Coletivo (EPC) e Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

- Identificar riscos em instalações elétricas, transformadores, tipos de instalações elétricas, princípios prevencionistas e NR10.

EMENTA: Processos de Produção; Fluxogramas de Produção; Máquinas e Equipamentos (NR–12); Máquinas e Equipamentos de Transporte; Manutenção Preventiva de Materiais e Equipamentos; Ferramentas Manuais; Caldeiras, Vasos de Pressão e Fornos; e Eletrotécnica.
Carga horária total: 80 h/a – 67 h

CONTEÚDOS

2º SEMESTRE

Processos de produção;

Introdução aos processos de produção;

Conceito de controle de processos industriais;

Fluxogramas de produção;

Representação gráfica de fluxogramas;

Análise do processo de produção industrial;

Perfil de exposições e riscos ocupacionais;

Máquinas e equipamentos (NR–12);

Máquinas e equipamentos de transporte:

Métodos de manuseio de equipamentos de transporte industrial;

Movimentação, armazenagem, cargas especiais, equipamentos de estivagem e normalização;

Manutenção preventiva de materiais e equipamentos: procedimentos técnicos, processos de manutenção, sistema organizacional e normalização;

Ferramentas manuais: convenções, utilização, conservação, manutenção preventiva e corretiva;

Interpretação de catálogos e manuais;

Caldeiras, vasos de pressão e fornos: NR13 e NR14;

Eletrotécnica: princípios da eletricidade, riscos nas instalações elétricas, formas de aterramento, princípios da eletrotécnica, conceitos de transformadores, tipos de instalações elétricas, princípios prevencionistas e NR10.

METODOLOGIA

O professor deve valer-se de metodologias que efetivem o processo de ensino aprendizagem na perspectiva de possibilitar ao aluno fazer as relações e inter relações entre conhecimentos tácito e cientifico de forma a capacitá-lo na elaboração dos seus próprios conceitos e de novos conhecimentos.

O professor deve assumir atitude critica, reflexiva e orientada para a formação de sujeitos detentores de conhecimentos que os capacitem ao exercício da profissão e da cidadania. Nessa perspectiva, o docente deixa de ser um transmissor de conteúdos acrítico e definidos por especialistas externos, para assumir uma atitude de problematizador e mediador no processo de ensino aprendizagem.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser um processo continuo onde deve haver interação entre docente e discente , propiciando promover o conhecimento de forma participativa, em um âmbito coletivo e construtivo entre ambos, a avaliação não deve ser vista como um meio de reprovação, mas uma forma de promover conhecimento. Ao longo do processo de aprendizagem predominará a função diagnóstica da avaliação com objetivos de identificar as dificuldades dos

alunos e definir instrumentos e estratégias de superação dessas dificuldades. Neste contexto a avaliação se dá de forma continua e formativa.

Conforme orienta a LDBEN a avaliação tem como função a priorização do processo de aprendizagem ao longo do período letivo, o que impede a realização de uma única forma de avaliação, seja ela prova ou trabalho, mas respalda a formas de desenvolvimentos sobre uma perspectiva processual e continua na busca da construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Luis César G. de. Organização e Métodos: integrando comportamento, estrutura, estratégica e tecnologia. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

BRASIL. Manuais de Legislação: Segurança e Medicina do Trabalho. 61 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FRANÇA, Maria Beatriz Araújo; SILVA, Carlito Fernandes da. Tecnologia Industrial e Radioações Ionizantes. São Paulo: Ab Editora, 2007.

MAGRINI, Rui de Oliveira. Riscos de acidentes na operação de caldeiras. São Paulo: Fundacentro, 199.

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE PROGRAMAS DE CONTROLE E MONITORAMENTO NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DO SUBSEQUENTE

No século XX, o fato do atendimento a acidentados ter custos mais altos do que sua prevenção foi um dos fatores que determinaram, a codificação de normas de segurança, que envolvem a prevenção de acidentes de trabalho e a higiene industrial.Tudo que se faz em matéria de segurança e higiene do trabalho constitui, na verdade, uma fonte de experiência e conhecimentos para a preservação do meio ambiente em geral. Daí a importância crescente da segurança no trabalho e o caráter social e humano de que se reveste tal sistematização de normas.Amparada por legislação específica a partir de 1944 e contemplada nos direitos sociais constitucionais, a segurança no trabalho no Brasil desdobra-se nas atividades das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA), disseminadas no cenário empresarial, e na fiscalização realizada por funcionários de setores da administração pública. Segurança no trabalho é a sistematização de normas destinadas a evitar acidentes, remediando as condições inseguras de trabalho e preparando o trabalhador para a prevenção dos desastres ocupacionais. Visa, portanto, estabelecer melhores condições físicas e psíquicas no trabalho e, conseqüentemente, melhores condições de eficiência e de produção. No Brasil, os mecanismos técnicos, legais, sociais e jurídicos ainda não foram suficientes para reduzir de forma significativa os níveis de acidentes de trabalho e de doenças profissionais que, são muito altos e resultam em graves prejuízos humanos, sociais

OBJETIVO GERAL

Formar técnicos capacitados e aptos para promover ações e a aplicação de medidas preventivas para eliminação de riscos, evitando acidente de trabalho e doenças profissionais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Elaborar O LTCAT, que consiste na qualificação e quantificação dos Agentes Ambientais (Químicos, Físicos e Biológicos) com objetivo de verificar a exposição dos trabalhadores a tais agentes, propondo medidas para eliminação, neutralização ou minimização dos mesmos;

- conhecer os programas de prevenção de riscos ambientais (NR9);

- estudo e aplicação das NRs 31 e 32;

- reconhecer a importância dos programas de proteção respiratória, auditiva e PCMAT.

EMENTA: Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho; Programa de Proteção Respiratória; Programa de Proteção Auditiva; Perfil Profissiográfico Previdenciário; e Programas de Prevenção de Riscos Ambientais; Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na indústria da construção – PCMAT. Estudo das NRs-31 e 32.

Carga horária total: 80 h/a – 67 h

CONTEÚDOS

3º SEMESTRE

- Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT): planilha de avaliações de riscos levantados;

- Programa de proteção respiratória: recomendações, seleção e uso de respiradores;

- Programa de proteção auditiva: protetores auditivos;

- Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP: preenchimento formulário conforme programas prevencionistas;

- Programas de prevenção de riscos ambientais (NR-09);

- Elaboração e correlação com o programa de controle médico e saúde ocupacional (NR-07);

- Programa de condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção – PCMAT;

- Estudo das NRs-31 e 32: Estudo e aplicação das NR-31 e 32;

- Plano de gerenciamento.

METODOLOGIA

O professor deve valer-se de metodologias que efetivem o processo de ensino aprendizagem na perspectiva de possibilitar ao aluno fazer as relações e inter relações entre conhecimentos tácito e cientifico de forma a capacitá-lo na elaboração dos seus próprios conceitos e de novos conhecimentos.

O professor deve assumir atitude critica, reflexiva e orientada para a formação de sujeitos detentores de conhecimentos que os capacitem ao exercício da profissão e da cidadania. Nessa perspectiva, o docente deixa de ser um transmissor de conteúdos acrítico e definidos por especialistas externos, para assumir uma atitude de problematizador e mediador no processo de ensino aprendizagem.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser um processo continuo onde deve haver interação entre docente e discente , propiciando promover o conhecimento de forma participativa, em um âmbito coletivo e construtivo entre ambos, a avaliação não deve ser vista como um meio de reprovação, mas uma forma de promover

conhecimento. Ao longo do processo de aprendizagem predominará a função diagnóstica da avaliação com objetivos de identificar as dificuldades dos alunos e definir instrumentos e estratégias de superação dessas dificuldades. Neste contexto a avaliação se dá de forma continua e formativa.

Conforme orienta a LDBEN a avaliação tem como função a priorização do processo de aprendizagem ao longo do período letivo, o que impede a realização de uma única forma de avaliação, seja ela prova ou trabalho, mas respalda a formas de desenvolvimentos sobre uma perspectiva processual e continua na busca da construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Manuais de Legislação: Segurança e Medicina do Trabalho. 61 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. MT. FUNDACENTRO. Curso de Engenharia do trabalho. São Paulo: Fundacentro, 1981.

LIMA , Dalva Aparecida. Livro do professor da Cipa. São Paulo: Fundacentro, 1990.

MELO, Márcio dos Santos. Livro da Cipa – Manual de segurança do trabalhador. São Paulo: Fundacentro, 1990.

PINTO, Almir Pazzionotto. Manuais no meio rural. São Paulo: Fundacentro, 1990.

REVISTA BRASILEIRA DE SAÚDE OCUPACIONAL. São Paulo: Fundacentro, vol. 20, Janeiro a Junho, NR 75.

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA PSICOLOGIA DO TRABALHO NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DO SUBSEQUENTE

A psicologia, etimologicamente, seria a “a ciência da alma”; o termo provém de duas raízes gregas: psike= alma e logos= descrição ou ciência. A psicologia é a ciência que estuda o comportamento humano e os processos mentais com o objetivo de entender por que as pessoas pensam, sentem e agem da maneira que o fazem. A Psicologia concentra-se nos fenômenos relacionados com o funcionamento de indivíduos e grupos.

A **psicologia do trabalho** é uma subdisciplina da psicologia que se dedica ao estudo, concepção, avaliação e reestruturação das atividades de trabalho. Durante muito tempo os problemas abordados pela psicologia do trabalho limitavam-se ao recrutamento e distribuição de pessoal, em como localizar e selecionar bons trabalhadores e como fazê-los produzir mais e melhor. Esse enfoque na seleção e distribuição de pessoal, fez com que os psicólogos organizacionais, inicialmente, ficassem muito tempo apenas aplicando testes.Com o passar dos anos, o campo de atuação da psicologia do trabalho alargou-se e passou a tratar, também, da formação do trabalhador, da orientação do trabalho, dos planos de carreira e da organização, em seus diversos aspectos. A psicologia do trabalho abrange, principalmente, três grandes campos de estudos:

- O homem e sua relação com o trabalho, abordando a personalidade do trabalhador, sua capacidade de aprendizagem e a origem das diferenças individuais entre os trabalhadores, seu nível de conhecimento e competência e sua motivação para o trabalho;
- Estudo do ambiente onde se dá o trabalho e que pode influir positiva ou negativamente no comportamento do indivíduo, sua relação com os instrumentos de trabalho, como lida com decisão e risco, sua postura frente às incertezas do cumprimento de metas. Desses estudos, surgem dados importantes para o estudo da ergonomia e adaptação do homem ao trabalho e vice-versa;

- Estudo das relações entre os componentes do conjunto, entre o homem e seu trabalho, às tarefas que este tem de realização em determinado momento e local. Busca-se saber como está definido, organizado e controlado o trabalho, tentando identificar a necessidade de pausas e as causas da monotonia.

OBJETIVO GERAL

Melhorar a qualidade de vida do trabalhador nas Organizações, procurando entender por que as pessoas pensam, sentem e agem da maneira que o fazem.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Compreender os tipos de comportamento;

Reduzir os conflitos no trabalho;

Ajustar o profissional às condições de trabalho;

Selecionar, adequar e ajudar no desenvolvimento de pessoas;

EMENTA: Introdução à Psicologia; Comportamento; Relação da Psicologia com a Segurança e Medicina do Trabalho; Relações interpessoais no Trabalho; Psicologia Organizacional; Estresse, doença e acidente de Trabalho.

Carga horária total: 40 h/a – 33 h

CONTEÚDOS

1º SEMESTRE

- Campos de estudos da Psicologia;

- Psicologia do trabalho;

- Tipos de comportamento: comportamento instrumental e os padrões de comportamento;

- Aspecto biopsicosocial: psicologia, segurança e medicina do trabalho;

- Relações interpessoais no trabalho: formação de identidade, dinâmica dos grupos, liderança e processos de comunicação;

- Motivação e ajustamento no ambiente de trabalho;

- Assédio moral, psicológico e sexual no trabalho;

- Estresse e sofrimento no trabalho (pressão social, angustia, medo, etc).

METODOLOGIA

O desenvolvimento dessa disciplina busca capacitar o aluno do Curso Técnico em Segurança do Trabalho a compreender, analisar, relacionar e preparando-o para intervir quando julgar necessário.

Durante as aulas faremos uso de textos, filmes, músicas e dinâmicas significativas ao processo de construção do conhecimento, o reconhecimento de conceitos , além da capacidade de interpretar, analisar, criticar e perceber as contradições existentes entre teoria e prática.

O professor será o facilitador dessa aprendizagem, provocando, instigando o aluno na busca do conhecimento.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser um processo continuo onde deve haver interação entre docente e discente , propiciando promover o conhecimento de forma participativa, em um âmbito coletivo e construtivo entre ambos, a avaliação não deve ser vista como um meio de reprovação, mas uma forma de promover

conhecimento. Ao longo do processo de aprendizagem predominará a função diagnóstica da avaliação com objetivos de identificar as dificuldades dos alunos e definir instrumentos e estratégias de superação dessas dificuldades. Neste contexto a avaliação se dá de forma continua e formativa.

Conforme orienta a LDBEN a avaliação tem como função a priorização do processo de aprendizagem ao longo do período letivo, o que impede a realização de uma única forma de avaliação, seja ela prova ou trabalho, mas respalda a formas de desenvolvimentos sobre uma perspectiva processual e continua na busca da construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERKENBROCK Junior, Volney. Brincadeiras e Dinâmicas Para Grupos. Petrópolis: Vozes, 2002

KRUMM, Diane. Psicologia do Trabalho. São Paulo: LTC, 2005.

GUSTAVO, Gutierrez. Alianças e Grupos de Referencia na Produção. Campinas: Autores Associados, 2005.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes. Escritos de Louis Lê Guillant: Da Ergoterapia a Psicologia do Trabalho. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. Psicologia do Trabalho: Psicossomática, Valores e Práticas Organizacionais. São Paulo: Saraiva, 2008.

Luiz Marins. Desmistificando a Motivação. São Paulo: Harbra, 2007.

MCCORMICK, Ernest James; TIFFIN, Joseph. Psicologia industrial. 2 ed. São Paulo: EPU, 1977.

RODRIGUEZ, Martius. Liderança e Motivação. São Paulo: Campus – Elsevie, 2005.

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA SAÚDE DO TRABALHADOR NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DO SUBSEQUENTE

A Saúde enquanto patrimônio do trabalhador é condição essencial e fundamental para o convívio social, indissociável do trabalho, ferramenta primeira no desenvolvimento das relações de produção.

No Brasil, a Constituição da República de 1988 foi o marco principal de introdução da etapa da saúde do trabalhador no ordenamento jurídico. A saúde foi considerada como direito social, ficando garantida aos trabalhadores a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

Ficou estabelecido também que a saúde é direito de todos e dever do Estado, em sintonia com as declarações internacionais. A Lei Orgânica da Saúde (8.080/90) e as leis previdenciárias (8.212/91 e 8.213/91) também instituíram normas de amparo à saúde do trabalhador. Coroando no plano jurídico a implantação das idéias básicas da etapa da saúde do trabalhador, o Brasil ratificou em 1990 a Convenção n. 161 da OIT sobre Serviços de Saúde do Trabalho e em 1992 a Convenção n. 155, também da OIT, sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores.

Sintetizando as etapas evolutivas da relação trabalho-saúde, pode-se observar que as primeiras preocupações foram com a segurança do trabalhador,para afastar a agressão mais visível dos acidentes do trabalho; posteriormente, preocupou-se, também, com a medicina do trabalho para curar as doenças ocupacionais; em seguida, ampliou-se a pesquisa para a higiene industrial, visando a prevenção as doenças e garantindo a saúde; mais tarde, o questionamento passou para a saúde do trabalhador, na busca do bem-estar físico, mental e social.

Atualmente, em sintonia com o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, expressamente adotado pela Constituição de 1988, pretende-

se avançar além da saúde do trabalhador: busca-se a integração do trabalhador com o homem, o ser humano dignificado e satisfeito com a sua atividade, que tem vida dentro e fora do ambiente de trabalho, que pretende, enfim, qualidade de vida.

OBJETIVO GERAL

Promover e recuperar a saúde do trabalhador pensando em ações que minimizem os riscos e superem as condições precárias de trabalho.

EMENTA: Saúde Coletiva e do Trabalhador; Epidemiologia; Indicadores de saúde no ambiente de trabalho; Epidemiologia Descritiva e Aplicada (transmissão de doenças); Vigilância Sanitária / Vigilância Epidemiológica; Biossegurança; e Toxicologia; Exposição às substancias tóxicas no trabalho.

Carga horária total: 60 h/a – 50 h

CONTEÚDOS

3º SEMESTRE

- Saúde Coletiva e do trabalhador;
- A saúde do trabalhador inserida da Saúde Pública;
- RENAST - Rede Nacional de Atenção a Saúde do Trabalhador;
- CEREST(s) - Centros de Referência em Saúde do Trabalhador;
- Vigilância sanitária e vigilância epidemiológica no ambiente de trabalho;
- Conceito e histórico da epidemiologia;
- Indicadores de saúde de uma população: coeficiente de mortalidade, mortalidade específico e letalidade;
- Epidemiologia descritiva: variáveis de tempo, espaço e pessoa (voltadas para o ambiente de trabalho);

- Epidemiologia aplicada (transmissão de doenças): agente, vetor e susceptível;
- Biossegurança;
- Conceitos e toxicidades;
- Exposição às substancias tóxicas no trabalho;
- Ação e efeitos tóxicos;
- Sinais que devem ser pesquisados na suposição de intoxicação;
- Exposição a componentes químicos (abordar principais agentes químicos – pouca/alta toxicidade);
- Intoxicações agudas e crônicas;
- Agrotóxicos;
- Decreto nº 6.042 de 12 de fevereiro de 2007 (alterando o Decreto nº 3.048 de 6 de maio de 1999).

METODOLOGIA

O professor deverá propiciar momentos de discussão e reflexão, priorizando as experiências que seus alunos já vivenciaram durante suas trajetórias de vida, o aluno do curso técnico em segurança do trabalho, precisa ter clareza e aprofundar seus conhecimentos em relação a saúde do trabalhador e a legislação vigente. O trabalho com questões vivenciadas tornam o conteúdo mais significativo para o educando.

No desenvolvimento das aulas o professor poderá utilizar-se de vídeos informativos, palestras com um profissional especializado, estudo da legislação vigente, trabalhos individuais e coletivos entre outros.

AVALIAÇÃO

O processo avaliativo deve considerar o conhecimento prévio do aluno e suas condições enquanto pessoa humana priorizando a qualidade e a aprendizagem do conteúdo de forma significativa. As questões avaliativas envolvem reflexões atuais tendo em vista que já não podemos consagrar

modelos tradicionais a uma questão tão importante como esta. Desse modo, a compreensão do processo avaliativo no cotidiano escolar é merecedor de grande reflexão, pois é através dela que o professor pode reestruturar suas ações para alcançar os objetivos propostos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ANDRADE, S.M., SOARES, D.A., CORDONI Junior, L., Bases da saúde coletiva, Londrina: Rio de Janeiro: EdUel, 2001.

BRASIL. Portal da saúde. Brasília: Ministério da Saúde. [s.d.]a. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id_area=928. Acesso em: 26 abr 2007.

BRASIL. Observatório de saúde do trabalhador. Brasília: Ministério da Saúde/ Organização Pan Americana da Saúde. [s.d]b. Disponível em:

http://www.opas.org.br/saudedotrabalhador/observatorios.cfm. Acesso em: 20 abr 2007.

BRASIL. Regulamento da Previdência Social. Decreto nº 6.042 de 12 de fevereiro de 2007.

MEDRONHO, Roberto. Epidemiologia. São Paulo: Atheneu, 2005.

MICHEL, Osvaldo da Rocha. Toxicologia Ocupacional**,** 1 ed, Revinter, 2000

OGA, Seizi. Fundamentos de Toxicologia, 2 ed. São Paulo: Atheneu, 2003.

ROUQUAYROL, Maria Zélia; ALMEIDA FILHO, Naomar de. Epidemiologia & Saúde. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

ROUQUAYROL, Maria Zélia. Introdução a Epidemiologia. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA SEGURANÇA DO TRABALHO NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DO SUBSEQUENTE

A Disciplina de Segurança do Trabalho visa qualificar profissionais para atuação na gestão de serviços de segurança do trabalho, medicina ocupacional e de qualidade de vida no trabalho, com vistas ao gerenciamento multidisciplinar, intersetorial e interinstitucional das condições ambientais, de segurança e da saúde dos trabalhadores.

No campo da Saúde e Segurança do Trabalho, atuam diversas ciências como a Medicina, a Psicologia e a Fisiologia do Trabalho, a Toxicologia etc. Todas com o mesmo objetivo fundamental da segurança e da higiene do trabalho, ou seja, a preservação da saúde, integridade física e bem estar físico e psicológico dos trabalhadores. Como se percebe, a saúde e a segurança do trabalhador dependem de uma série de profissionais, que, embora atuando em áreas diferentes, devem possuir antes de tudo espírito de equipe para que o objetivo comum mencionado seja alcançado: a preservação da saúde, bem estar e integridade física do trabalhador.

O Brasil tem uma legislação relativamente nova em matéria previdenciária. Tendo sido sua economia baseada no braço escravo e na agricultura até praticamente o início deste século, não tinha o Brasil se defrontado com problemas que países - que já contavam apenas com trabalhadores livres e com uma indústria crescente - vinham conhecendo.

Só depois da Primeira Guerra Mundial é que, no nosso país, em decorrência da assinatura de tratados internacionais, como o Tratado de Versalhes, se cogitou de medidas legislativas tendentes à proteção dos trabalhadores que, já então, começavam a se concentrar nas cidades.

Os profissionais do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) acreditam que é preciso conhecer para prevenir e a partilha de conhecimento é uma ferramenta importante para que a

sociedade como um todo contribua para que ocorram menos acidentes e doenças do trabalho.

A redução dos acidentes do trabalho traz, entre outros, os seguintes benefícios econômicos às empresas:

- Redução dos prejuízos financeiros decorrentes de paradas na produção, treinamento de trabalhadores substitutos, atrasos na entrega dos produtos, etc.;

- Redução dos prejuízos financeiros decorrentes dos desperdícios de material;

- Melhoria do moral do trabalhador com implicações positivas na produtividade;

- Redução do preço final do produto;

- Redução das taxas de seguro contra acidentes do trabalho.

Se fizermos prevenção e, com ela, não teremos acidentes; não tendo acidentes, não teremos desperdícios/custos não assegurados.

Essa diversidade e complexidade das condições e ambientes de trabalho dificultam o estabelecimento de prioridades e o desenvolvimento de alternativas de eliminação e controle dos riscos. Esses números podem não representar a realidade, uma vez que muitos acidentes de trabalho não são notificados e não constam nas estatísticas. Os acidentes de trabalho causam cerca de 3 mil mortes por ano no país. Dados da Previdência Social mostram que, no setor privado, 653.090 acidentes foram registrados em 2007, número maior que o do ano anterior, de 512.232 casos. Para lembrar que esse tipo de problema continua ocorrendo em todo o mundo, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) instituiu o dia 28 de abril como o Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho.

OBJETIVOS GERAIS

Por ser um curso multidisciplinar e interssetorial, permite a atuação do profissional em todas as áreas da empresa, quer seja na indústria, no comércio

ou serviços. Sua aplicação é abrangente no sentido vertical e horizontal das empresas. Portanto, esse profissional será responsável por um dos mais poderosos instrumentos de qualidade total das empresas. Nesse sentido, o aluno deverá desenvolver uma visão geral e holística da segurança do trabalho e da qualidade de vida dos trabalhadores como um fator determinante no diferencial competitivo que abrange questões físicas, econômicas, operacionais e institucionais para as empresas.

OBJETIVOS ESPECIFICOS

A Higiene e a Segurança do Trabalho têm objetivos inter relacionados e de fácil compreensão, por definir o fator de preservação da saúde, diante de doenças ocupacionais e a prevenção de acidentes do trabalho, que impossibilitam o exercício normal da profissão e da organização como organismo vivo.

Como principais objetivos observados na prática de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, visualizam-se:

eliminação das causas das doenças profissionais;

redução dos efeitos prejudiciais provocados pelo trabalho em pessoas doentes ou portadoras de defeitos físicos;

prevenção de agravamento de doenças e de lesões;

manutenção da saúde dos trabalhadores e aumento da produtividade por meio de controle do ambiente de trabalho;

mapeamento e localização de áreas de riscos, para providências à eliminação dos riscos de acidentes e inspeções periódicas. Havendo a precaução em se identificar esses pontos com um mapeamento estruturado, as possibilidades de acidentes e condições adversas à saúde tornam-se minimizados.

EMENTA: Histórico da Segurança do Trabalho; Bases Científicas e Tecnológicas da Segurança. Aspectos sociais, econômicos e éticos da segurança e medicina do trabalho. Acidente do Trabalho. Proteção Individual e Coletiva no Trabalho: uso de equipamentos individuais e coletivos. Sinalização de Segurança. Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT; Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA; Mapeamento de Risco (Análise Qualitativa).

Carga horária total: 240 h/a – 200 h

CONTEÚDOS

1º SEMESTRE

- Histórico da segurança do trabalho;

- O advento da produção em série e o desenvolvimento moderno;

- Relações da segurança com as novas modalidades de trabalho;

- Aspectos sociais, econômicos e éticos da segurança e medicina do trabalho;

- Uso dos equipamentos individuais e coletivos: NR-06;

- Organização da segurança do trabalho;

- Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT (NR-4), Dimensionamento do SESMT, Formação e Atribuições; Código - Nacional de Atividades Econômicas das Empresas;

- Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA (NR-5): Processo de Formação e função da CIPA: Mapeamento de Risco (Técnicas de elaboração, Etapas, Elaboração, Execução e Relatório do Mapeamento);

2º SEMESTRE

- Acidentes do trabalho;

- Acidente do trabalho: efeitos sociais e econômicos para os trabalhadores, família, empresa e estado;

- Causas, técnicas e formas de prevenção, procedimentos legais;

- Comunicação do acidente;

- Inspeção de segurança do trabalho;

- Investigação do acidente do trabalho: processos de investigação;

- Análise do acidente do trabalho;

- Políticas de segurança do trabalho;

- Gerenciamento do sistema segurança: documentação de segurança do trabalho (ordens de serviço, manuais de segurança do trabalho, política de segurança do trabalho);

3º SEMESTRE

- Desenvolvimento das tecnologias de segurança e a organização do trabalho: papel dos órgãos controladores e acordos internacionais;

- Sinalização de segurança (NR-26);

- Trabalho em espaços confinados (NR-33);

- Trabalho em edificações e na construção civil (NR–8, NR-18);

- Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais (NR–11);

- Especificidades da Segurança no trabalho: em mineração, portuário, aquaviário, na agricultura e pecuária, etc. (NRs – 22, 29, 30, 31).

METODOLOGIA

A metodologia deve favorecer a integração entre os sujeitos envolvidos no processo pedagógico – professor/aluno – e o conhecimento, de modo a superar a fragmentação do ensino e a construção de novos conhecimentos pelo aluno. Os conteúdos devem ser trabalhados nas suas inter-relações, rompendo com a compartimentalização e com a linearidade do conhecimento geográfico, criando assim situações de aprendizagem.

Para que os objetivos sejam atingidos várias metodologias deverão ser utilizadas:

a) criar situações de debate sobre assuntos de jornais, revistas e outros meios de comunicação, com questionamentos que despertem no aluno o senso crítico;

b) elaboração de conceitos através de leitura, observação, comparação, discussão e análise;

c) apresentação de trabalhos de pesquisa e seminários;

d) realização de aulas práticas;

e) estudo de casos;

f) estudo dirigido das Normas Regulamentadora (NR_S) N^{OS} 4, 5, 6, 8, 18, 22, 26, 29, 30, 31 e 33, NBR 14280; estudo dirigido das Normas Brasileira (NBR - ABNT) referentes ao SESMT, CIPA e EPI's, Edificações, PCAMT, Mineração, Sinalização de Segurança, Trabalho Portuário, Aquaviário, Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e aqüicultura e Espaços Confinados, Cadastro de Acidentes do Trabalho Procedimento e Classificação

O trabalhado deve ocorrer de forma crítica e dinâmica, interligando teoria, prática e realidade, mantendo uma coerência dos fundamentos teóricos propostos, utilizando a Segurança do Trabalho como ferramenta essencial, possibilitando assim transitar em diferentes escalas espaciais.

Cabe ainda destacar que, o professor deverá fazer uso de metodologias que estimulem o desenvolvimento da pesquisa, dando ênfase na formação de futuros pesquisadores. Essa iniciação poderá ocorrer através da elaboração e desenvolvimento, em conjunto com os alunos, de projetos que busquem estimular e ampliar os conteúdos.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser concebida como parte integrante do processo ensino-aprendizagem e não como um fato e/ou uma etapa isolada. Ela deve estar a serviço da aprendizagem, servir como referência para que professor e aluno percebam o que precisa ser retomado e/ou compreendido.

A avaliação provoca, na maioria dos jovens e adultos, diferentes associações com experiências passadas, de fracasso e punição. Temos o dever de transformar esta realidade, portanto, a avaliação só faz sentido quando desperta nos alunos o desejo da apropriação do conhecimento. Isso exige uma mudança de postura de todas as pessoas envolvidas no processo. Viabilizar a apropriação do conhecimento deverá ser o principal objetivo, ficando secundarizada a questão do grau de apropriação de informação. Por isso, este processo deve ocorrer durante toda a trajetória educacional, para que o professor possa, juntamente com os alunos, detectar as dificuldades de aprendizagem a fim de superá-las.

A avaliação deve ser contínua e processual constituindo-se em um instrumento de intencionalidade da ação docente. Deve ser dialógica e interativa, visando a formação de pessoas críticas, reflexivas, autônomas e participativas. O professor pode dispor de uma série de instrumentos para avaliar o jovem e o adulto em todas as suas dimensões (cognitiva, afetiva, sócio-cultural): observações diárias, trabalhos em grupo, testes, relatórios, pesquisas, dramatizações, interpretação e produção de textos; leitura e interpretação das NRs, aulas de campo e outros. Tais instrumentos devem estar fundamentados em objetivos educacionais explícitos, a serem planejados

com antecedência, conterem instruções claras e estarem pautados em critérios de avaliação que apontem, indiquem qualidade.

A avaliaçao deve auxiliar o ensino, orientar a aprendizagem, possibilitar a obtenção de informações sobre todos envolvidos com o porcesso educacional: alunos, professores, orientadores de aprendizagem e instiuição. A avaliação e o ensino devem manter simultaneidade e concomitância de ação, de intervenção e de efeito, sempre com a perspectiva de reconhecer que a humanização e a democratização da educação passam pela avaliação que pode promover o indivíduo ou aumentar a distância entre a escola e os jovens e adultos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Manuais de Legislação: Segurança e Medicina do Trabalho. 61 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. MT. FUNDACENTRO. Curso de Engenharia do trabalho. São Paulo: Fundacentro, 1981.

LIMA , Dalva Aparecida. Livro do professor da Cipa. São Paulo: Fundacentro, 1990.

PINTO, Almir Pazzionotto. Manuais no meio rural. São Paulo: Fundacentro, 1990.

MELO, Márcio dos Santos. Livro da Cipa - Manual de segurança do trabalhador. São Paulo: Fundacentro, 1990.

REVISTA BRASILEIRA DE SAÚDE OCUPACIONAL. São Paulo: Fundacentro, vol. 20, Janeiro a Junho, NR

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA TÉCNICAS DE UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO NO CURSO TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO DO SUBSEQUENTE

No início da sua existência, o homem procurou a caverna para se abrigar do sol e da chuva. Intuitivamente, ele aprendia a proteger-se das agressões do meio. O organismo humano, por meio de um processo evolutivo milenar, desenvolveu uma série de mecanismos que permitem a sua adaptação ao meio com o objetivo de obter o bem-estar. O bem-estar do homem é um conceito amplo que engloba desde os fatores necessários à manutenção da sua saúde física, até aqueles responsáveis pelo seu sentimento de satisfação. Também neste conceito, devem ser consideradas que as condições laborais não podem atentar contra a sua saúde.

A nossa carta magna prega no seu artigo 6º que entre direitos sociais está a saúde e o trabalho. Completa, afirmando no artigo 196º, que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Esta deverá ser garantida mediante política sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

O Art. 189 da Consolidação das Leis do Trabalho prega que “Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos” .

Hoje são apontados os limites de tolerância para as condições insalubres na Norma Regulamentadora 15. Considerando que o laboreio sob condições insalubres leva o trabalhador a contrair diversas doenças ocupacionais, é de extrema importância que o futuro Técnico em Segurança do Trabalho saiba identificar tais condições.

Para a identificação das condições insalubres são necessárias várias determinações utilizando-se para isto os equipamentos de medição. A correta utilização destes equipamentos e o conhecimento dos fatores de erros

associados às determinações são imprescindíveis aos profissionais Técnicos de Segurança do Trabalho. Disto vem a importância do estudo das Normas de Higiene ocupacional associada aos métodos de medição.

OBJETIVOS GERAIS

Na atuação do Técnico em Segurança do Trabalho é de fundamental importância o reconhecimento do seu papel na efetiva proteção do trabalhador, contribuindo para a preservação da sua saúde. Mais que um distribuidor de equipamentos de proteção, o técnico em segurança deve ter em mente que o seu foco é na proteção do trabalhador, minimizando primeiramente os riscos ambientais das condições insalubres e só depois efetuar a proteção individual.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Reconhecer a importância da proteção do trabalhador quando da ocorrência de operações insalubres.
- Conhecer as atividades Insalubres constantes na NR 15 e seus anexos.
- Conhecer os principais equipamentos de medição associado às atividades insalubres.
- Saber interpretar dos dados obtidos com as medições.
- Tomar decisões quanto à proteção do trabalhador, baseado na NR-15.
- Associar a proteção do trabalhador em operações insalubres com a adoção de Equipamentos de Proteção Coletivo (EPC) e Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

EMENTA: Conceitos de Utilização dos Equipamentos de Medição; Técnicas de Medição; Tipos de Equipamentos; Atividades e Operações Insalubres; Estudos

nas Normas de Higiene Ocupacional; e Análise Quantitativa do Mapeamento de Riscos.

Carga horária total: 120 h/a – 100 h

CONTEÚDOS

2º SEMESTRE

- Conceitos de utilização dos equipamentos de medição;

- Técnicas de medição;

- Tipos de equipamentos: decibelímetro, dosímetro, luxímetro, termômetro de bulbo seco, termômetro de bulbo úmido, termômetro de globo, bomba medidora de gases, anemômetros, explosímetros, higrômetro, oxímetro, aparelhos medidores de monóxido de carbono (CO) e filtros passivos.

- Atividades e operações insalubres: norma regulamentadora nº15 (NR – 15 “anexo 1” à 14”).

3º SEMESTRE

- Estudos nas Normas de Higiene Ocupacional (NHO – Funda centro);

- Analise Quantitativa do Mapeamento de Riscos; Acidentes de Trabalho: com exposição a material biológico e acidente de trabalho grave.

METODOLOGIA

Os conteúdos devem ser trabalhados nas suas inter-relações, rompendo com a compartimentalização e com a linearidade do conhecimento geográfico, criando assim situações de aprendizagem através de diferentes metodologias: aulas expositivas; Estudo dirigido das Normas regulamentadoras (NR) n^{os} 15 e

32; estudo dirigido das Normas de Higiene Ocupacional (NHO) n^{os} 1 a 8; Pesquisas; Estudos de casos; Aulas práticas; Aulas de campo; Seminários, entre outras.

A metodologia deve contemplar as considerações expostas de modo a superar a fragmentação do ensino, das ações, competências e habilidades. O trabalhado deve ocorrer de forma crítica e dinâmica, interligando teoria, prática e realidade, mantendo coerência entre os fundamentos teóricos propostos.

O professor deverá utilizar-se de estratégias que possibilitem o desenvolvimento da compreensão critica dos conteúdos, estimule o desenvolvimento da pesquisa, e estabeleça as relações necessárias entre a teoria e a pratica.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser concebida como parte integrante do processo ensino-aprendizagem e não como um fato e/ou uma etapa isolada. Ela deve estar a serviço da aprendizagem, servir como ponto de referência para que o professor perceba o que os alunos precisam compreender para que ampliem sua gama de conhecimentos.

A avaliação só faz sentido quando desperta no educando o desejo da apropriação do conhecimento pois, a principal finalidade da avaliação deve ser a aprendizagem. A avaliação deve ser um instrumento da intencionalidade da ação docente. O professor pode dispor de uma série de instrumentos para avaliar o jovem e o adulto em todas as suas dimensões (cognitiva, afetiva, sócio-cultural): observações diárias, trabalhos de grupo, testes, relatórios, pesquisas, dramatizações, aulas praticas entre outros. Tais instrumentos devem estar fundamentados em objetivos educacionais explícitos, serem planejados com antecedência e estarem pautados em critérios de avaliação definidos a partir dos conteudos a serem trabalhados.

A avaliação e o ensino devem manter simultaneidade e concomitância de ação, de intervenção e de efeito, sempre com a perspectiva de reconhecer

que a humanização e a democratização da educação passam pela avaliação que pode promover o indivíduo ou aumentar a distância entre a escola e os aulos, jovens e adultos.

Os alunos serão avaliados de acordo com critérios de avaliação onde deverão:

- Conhecer as atividades Insalubres constantes na NR 15 e seus anexos;

- Estar ciente que o trabalhador deverá ser protegido quando estiver exposto à operações insalubres;

- Saber quais atividades que são passíveis de medição para comprovação de insalubridade;

- Conhecer os principais equipamentos de medição associado às atividades insalubres;

- Saber interpretar corretamente os dados obtidos nas medições;

- Tomar decisões corretas quanto à proteção do trabalhador, baseado na NR-15;

- Conhecer as principais características dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e os critérios para sua adoção;

- Saber as limitações que cada EPI pode ter em função das características de cada operação insalubre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Manuais de Legislação: Segurança e Medicina do Trabalho. 61 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MELO, Márcio dos Santos. Livro da Cipa: Manual de segurança do trabalhador. São Paulo: Fundacentro, 1990

PLANO DE ESTÁGIO DO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO – SUBSEQUENTE AO ENSINO MEDIO

O Colégio estadual Dr. Décio Dossi, como uma instituição educacional preocupada com a preparação de seus alunos para o mundo do trabalho sabe que o estágio para o Curso Técnico em Segurança do Trabalho é um procedimento didático-pedagógico e ato educativo que não pode ser desconsiderado. Em detrimento da sua atividade e função descreve o Plano de Estágio a ser seguido pelos alunos para uma melhor contextualização do que venha ser a profissão do Técnico em segurança do Trabalho. A seguir o plano de estágio:

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Colégio Estadual Dr. Décio Dossi – EFMP

Entidade mantenedora: Secretaria de Estado da Educação

Endereço: Rua Largo da Amoreira, nº 65 – Eucaliptos.

Município Fazenda Rio Grande – Pr

Núcleo Regional da Educação Área Sul

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Habilitação: Técnico em Segurança do Trabalho

Área Profissional: Saúde

Carga horária total: a) Curso 1500Hs

b) Estágio 200Hs

COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO

Nome do professor: Jeferson Valdir Fiuza

Ano letivo: 2005

JUSTIFICATIVA

O Curso Técnico em Segurança do Trabalho por pertencer à área de educação profissional vem se destacando como meio de capacitação e formação de mão-de-obra específica para empresas em geral no que diz respeito a normas de higiene e segurança de trabalho, doenças profissionais e do trabalho. E por inserir o educando no mundo do trabalho deve ser coordenado de forma responsável e comprometido com as expectativas da mão-de-obra que se pretende formar. Daí então a necessidade do estágio Supervisionado ser visto como um procedimento didático pedagógico e Ato Educativo de competência da instituição. O estágio, a medida que é executado, torna-se uma prática de pesquisa. E a pesquisa, segundo Pedro Demo "significa diálogo critico e criativo com a realidade, culminando na elaboração própria e na capacidade de elaboração. A pesquisa é uma atitude de aprender a aprender, e, como tal, faz parte do processo educativo e "emancipatório". Então uma escola que além de educar para a vida inicia uma nova fase educando para o mundo do trabalho, não deve se colocar distante daquilo que nos leva ao desenvolvimento pleno. E o estágio é a mais significativa prova de pesquisa entre os nossos educando. Portanto, devemos ter pelo estágio o mesmo respeito e a mesma consideração que temos com a educação, pois é uma parte preciosa desta profissionalização que levará o educando ao exercício da profissão tão almejada e oposta a questão do desemprego.

A inserção do aluno no ambiente do trabalho se efetivará mediante a conclusão do curso bem como das horas de estágio estabelecidas, pois o exercício profissional de sua função só se concretizará a partir do momento em que o educando cumprir o currículo formal do curso bem como contextualizações reais de trabalho para adquirir conhecimento,

contextualizações atitudes e competências específicas para sua capacidade profissional.

E esta questão do estágio vai em direção ao objetivo maior do curso que é preparar profissionais comprometidos com a “educação dos trabalhadores” no sentido de promover atitudes conscientes para o trabalho seguro durante a realização de suas tarefas diárias. Estagiar significa interagir e encontrar o novo. Significa conviver com os desafios da profissão e conhecer o cenário que elas acontecem.

Nota: nenhum aluno poderá ficar sem concluir a prática de estágio, salvo o aluno que comprovar exercer funções correspondentes às estabelecidas no perfil profissional de conclusão do curso. Este poderá ser dispensado, em parte das atividades de estágio, mediante avaliação da escola e do coordenador de estágio.

OBJETIVOS DO ESTÁGIO

- Levar o educando a conhecer a realidade prática da função do técnico em segurança do trabalho bem como fazê-lo apropriar-se dos conhecimentos específicos do curso, estabelecendo uma relação precisa entre teoria e prática;
- Promover contextualização.

LOCAL DE REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

- Indústrias locais;

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA

O estágio supervisionado ocorrerá a partir do segundo módulo do curso, perfazendo-se em dois semestres consecutivos com 100Hs cada um.

ATIVIDADES DO ESTÁGIO

- Observações;
- Pesquisa;
- Participação
- Analise de dados e da realidade vivenciada;
- Relações entre e prática;
- Relatórios
- Participação;
- Ficha de estagio à ser preenchida.

ATRIBUIÇÕES DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO

Ao estabelecimento de ensino cabe a supervisão do trabalho do coordenador de curso bem como a apresentação da proposta de estágios às empresas que recebam os educando estagiários;

Também fica a cargo do estabelecimento de ensino o acompanhamento constante dos alunos estagiários, emitindo declarações de matrícula para viabilização do estágio bem como o estabelecimento do “compromisso do estágio” entre escola e empresa.

ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DE ESTÁGIO

- Orientar os alunos sobre os procedimentos e condutas do educando no espaço de estágio;
- Viabilizar uma comunicação constante entre a escola e empresa a fim de acompanhar os estágios conferindo a prática dos mesmos;
- Assinar as fichas de estágios bem como conferir o total de horas estagiadas;
- Solicitar relatórios de estágio bem como outros trabalhos de pesquisa avaliando se o objetivo do estágio está sendo alcançado;

- Fazer visitações periódicas às empresas estagiadas a fim de acompanhar o trabalho exigido;
- Zelar pelo comprimento das determinações do estágio bem como das horas almejadas;
- Manter contato com os demais professores do curso para relacionar os conteúdos estudados aos procedimentos de estágio;
- Organizar-se enquanto coordenador de estágio criando metodologias diversificadas de trabalho a fim de promover um ambiente saudável de aprendizagem.

ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS/INSTITUIÇÕES QUE CONCEDE O ESTÁGIO

- Firmar “Compromisso de Estágio” junto à instituição de ensino;
- Informar a coordenação de estágio sobre quaisquer eventualidades ocorridas entre empresas e estagiário;
- Acompanhar o estagiários inserindo-o em sua metodologia de trabalho.

ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO

- Comparecer às empresas para estagiar respeitando normas e procedimentos internos;
- Apresentar junto à empresa um projeto de estágio bem como declaração comprovando sua matrícula e ordem de estágio;
- Vestir-se adequadamente para o exercício do estágio, apresentando comportamento e conduta positiva em busca da aprendizagem;
- Manter consigo a ficha comprobatória de estágio devidamente assinada e atualizada;
- Corresponder às funções do estágio mantendo-se em dia com os relatórios, pesquisas, análises e procedimentos;
- Zelar junto ao curso, ao coordenador e ás empresas por um ambiente favorável, tranquilo e amigável a efetivação do estágio;

FORMAS DE ACOMPANHAMENTO DE ESTÁGIO:

1ª) Orientação do estágio técnico em segurança do trabalho;

2ª) Ficha de apresentação e identificação do estágio;

3ª) Ficha de acompanhamento e controle de Estagiário supervisionado;

4ª) Ficha para Relatórios de atividade desenvolvidas no estágio;

5ª) Ficha para Relatório final de estágio;

6ª) Ficha para avaliação de aproveitamento de estágio;

7ª) Ficha para Avaliação do desempenho dos estagiários (em anexo).

AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

A avaliação será diagnóstica, levando se em consideração a participação dos alunos estagiários bem como o cumprimento das atividades determinadas tais como entregas de relatórios, pesquisas, fichas de estágio devidamente preenchido com as horas de estágio determinadas pelo curso e diálogos feitos entre coordenador de estágio, aluno, empresa e comunidade.

ARTICULAÇÃO COM O SETOR PRODUTIVO

O Colégio mantêm convênios com empresas para realização do estágio curricular, sendo os mesmos formalizados através dos termos de convênio e cooperação de estágio. A instituição de ensino conta com o aval de empresas já conveniadas para dar suporte necessário a todas as atividades desenvolvidas.

Convênios com: 1 – OMAR A. KOREN E CIA LTDA;

2 – TRANSFORMA ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTE;

Obs. O Colégio pretende continuar trabalhando com o CIEE, através da renovação do contrato entre CIEE e Secretaria Estadual de Educação.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO E CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS, COMPETÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.

a) Sistema de Avaliação:

A avaliação será entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados, e o seu desempenho, em diferentes situações de aprendizagem.

Preponderarão os aspectos qualitativos da aprendizagem, considerada a interdisciplinariedade e a multidisciplinariedade dos conteúdos, com relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração sobre a memorização, num processo de avaliação contínua, permanente e cumulativa.

A avaliação será expressa por notas, sendo a mínima para aprovação - 6,0 (seis vírgula zero).

Recuperação de Estudos:

O aluno cujo aproveitamento escolar for insuficiente será submetido à recuperação de estudos de forma concomitante ao período letivo.

b) Critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores: Somente no Subseqüente

Art. 68 da Deliberação 09/06 CEE/PR

O estabelecimento de ensino poderá aproveitar mediante avaliação, competências, conhecimentos e experiências anteriores, desde que diretamente relacionadas com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, adquiridas:

- no Ensino Médio;
- em qualificações profissionais, etapas ou módulos em nível técnico concluídos em outros cursos, desde que cursados nos últimos cinco anos;
- em cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, no trabalho ou por meios informais;
- em processos formais de certificação;
- no exterior.

c) Solicitação e avaliação do aproveitamento de estudos (deverá estar aprovado no regimento escolar):

ART. 69 DA DELIBERAÇÃO 09/06 CEE/PR:

- o aluno preencherá o requerimento solicitando o aproveitamento de estudos, considerando o perfil profissional do curso técnico e a indicação dos cursos realizados anexando fotocópia de comprovação de todos os cursos ou conhecimentos adquiridos;
- uma comissão de professores, do curso técnico, designada pela Direção fará a análise da documentação apresentada pelo aluno;
- mediante aprovação da comissão serão indicados os conteúdos (disciplinas) que deverão ser estudadas pelo aluno a fim de **realizar a avaliação**, com data, hora marcada e professores escalados para aplicação e correção;
- Para efetivação da legalidade do aproveitamento de estudos será lavrado ata constando o resultado final da avaliação e os conteúdos aproveitados, na forma legal e pedagógica.

PLANO DE AVALIAÇÃO DO CURSO

O Curso será avaliado com instrumentos específicos, construídos pelo apoio pedagógico do estabelecimento de ensino para serem respondidos (amostragem de metade mais um) por alunos, professores, pais de alunos, representante(s) da comunidade, conselho escolar, APMF.

Os resultados tabulados serão divulgados, com alternativas para solução.

8.4 ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO CURRICULAR

8.4.1 PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A implantação de núcleos do Programa Segundo Tempo nesta cidade vem, ao encontro a uma necessidade real. A falta de oportunidades aliada à baixa renda de muitas famílias impossibilita que crianças e jovens vivenciem experiências prazerosas de aprendizagem, tendo como eixo norteador o esporte. A crença no trabalho desenvolvido é a de que o esporte é uma via privilegiada para formar integralmente crianças e jovens na medida em que, por meio de práticas sociais significativas, os sujeitos transformam-se a si mesmos e tornam-se agentes transformadores nomeio em que vivem. As ações propostas partem do princípio básico de que todos têm potenciais e que possuem o direito de desenvolvê-los, ou seja, o direito de praticar diferentes modalidades esportivas, de se divertir, de usufruir de um ambiente saudável, de ser tratado com respeito e dignidade e de perceber-se sujeito pertencente ao local em que está inserido, respeitando a cultura tendo em vista o contexto social. Os saberes desportivos, considerando a concepção sócio-interacionista, após serem assimilados e incorporados aos anteriores, servirão de âncora para outros conhecimentos novos e cada vez mais elaborados, buscando qualidade na aprendizagem em processo e ao longo da vida. O objetivo é que crianças e jovens sejam capazes de relacionarem-se com os demais, trabalhando a diversidade e a inclusão social produzindo um novo saber baseado em valores que estabeleçam uma qualidade significativa às situações de vida real, e transcendam para uma sociedade com perspectiva de futuro justo e igualitário.

ETAPAS DE PLANEJAMENTO

Diagnóstico:

O Colégio Estadual Dr. Décio Dossi – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, com sede à Rua Largo da Amoreira, nº. 65 – Bairro Eucaliptos, foi fundado em 1.982, com o nome de Escola Rural Francisco Claudino Cruz,

atendendo 40 alunos de 1ª e 2ª séries. Em 1.984 passou a denominar-se Escola Municipal Arnaldo Busato. A partir do ano de 1.985, com a denominação Escola Estadual Dr. Décio Dossi – Ensino de 1º grau – passou a ofertar o ensino de 5ª a 8ª séries. Em 1.989, foi implantado o ensino de 2º grau – Educação geral – Preparação Universal (noturno) – atendendo então as modalidades Ensino de 1º e 2º graus, sendo o curso reconhecido em 03/07/97 e, no ano de 1.998 foi implantado o 2º grau também no período matutino. Por fim passou a denominar-se Colégio Estadual Dr. Décio Dossi – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, conforme Resolução Secretarial nº. 3120/98 – DOE de 11/09/98. No ano de 2.004 foi implantado o ensino técnico profissionalizante com o curso de Segurança no Trabalho, subseqüente ao ensino médio.

O Colégio Estadual Dr. Décio Dossi – Ensino Fundamental, Médio e Profissional atende atualmente 1703 alunos, sendo 505 de Ensino Médio, atendidos em catorze turmas, 949 alunos de Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série distribuídos em vinte seis turmas e 249 alunos no ensino técnico profissionalizante distribuídos em sete turmas num total de 47 turmas, funcionando nos períodos matutino, vespertino e noturno, nos seguintes horários: período da manhã das 7hs30min. às 11hs55min., o turno da tarde da 13hs. às 17hs25min., e o noturno das 19hs às 22hs50min.

Como o Colégio Dr. Décio Dossi, está localizado numa cidade dormitório, o nível sócio-econômico dos alunos é relativamente baixo (operários assalariados ou dependentes de família de assalariados).

O colégio tem por finalidade conhecer as características sócio-culturais e disposições psicológicas do educando, de modo a garantir o acesso aos conteúdos pela própria atividade e a partir de uma prática social; transmitir um saber crítico, desvelando as contradições sociais; para que as classes populares possam agir conscientemente dentro do Projeto Político-Pedagógico da Escola Cidadã.

Através de uma pesquisa com questionários respondidos pelos alunos e analisados pela equipe pedagógica, verificou-se que os alunos pertencentes a

esta comunidade escolar são oriundos, em geral de família da classe social média baixa, com muitos pais desempregados e sem profissão definida. Quando empregados a média salarial, fica em torno de dois salários mínimos. Geralmente trabalham em Curitiba, e, portanto seus filhos ficam sozinhos durante esse período, o que favorece experiência extra – familiares, nem sempre aceitas pelos pais.

O relacionamento entre pais e filhos é um tanto prejudicado pela ausência dos pais em casa e o pouco diálogo, que há entre eles, já que a idade em que se encontram os filhos exige mais atenção.

Em geral, são famílias que vieram de outras localidades, em busca de moradia. Em relação ao lazer dessa comunidade, é muito precário, considerando que o município ainda dispõe de pouca estrutura para essa necessidade dos cidadãos.

O passa-tempo mais mencionado foi assistir televisão, programas populares. A maioria dos alunos tem perspectiva de futuro profissional através dos estudos para melhorar suas condições de vida sócio-econômica.

OBJETIVOS GERAIS

As atividades do Programa Segundo Tempo, devem proporcionar ao educando, através do dialogo nas diferentes situações, o exercício da cidadania, respeito ao próximo e solidariedade.

Demonstrar ao longo do projeto, como o esporte é importante na vida das crianças, levando-as a procurar as modalidades de forma voluntária, com o propósito de desenvolver atividades que proporcionem prazer e melhoria na qualidade de vida.

Democratizar e promover a inclusão social, o acesso a cultura, buscando em cada educando sua identidade e agregando a grupos sociais, visando melhorar a saúde, habilidades motoras, auto-estima e rendimento escolar; minimizar a exposição das crianças e jovens a situações de risco social, ocupando o tempo ocioso, por meio das práticas esportivas.

Vivenciar os conteúdos das modalidades coletivas e individuais como meio de obtenção de conhecimento, estimulando-os à prática de uma vida saudável e ativa, e a importância das ações coletivas, com sentido e significado para as situações cotidianas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Despertar o interesse pelo esporte procurando contemplar e aprimorar fundamentos específicos de cada modalidade.

Proporcionar atividades que envolvam o aspecto lúdico, pois, a ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento.

Compreender a necessidade do uso de regras e estratégias no desenvolvimento de atividades esportivas, superando desafios, limitações e dificuldades que se apresentem.

Oportunizar situações que incentivem o trabalho em grupo, respeito ao patrimônio, por meio de jogos cooperativos, convívio social e respeito às diferenças, visando à preparação para a vida em sociedade (sócio-afetivo).

CONTEÚDOS

A evolução dos movimentos especializados do corpo é uma vantagem óbvia para as espécies, e para nos seres humanos esta adaptação é ampliada através do uso de ferramentas. O movimento corporal passa por um programa desenvolvimental claramente definido nas crianças.

A consideração do conhecimento corporal como solucionador de "problemas" talvez seja menos intuitiva. Executar uma seqüência mímica ou bater numa bola de tênis não é resolver uma equação matemática. E, no entanto, a capacidade de usar o próprio corpo para expressar uma emoção

(como a dança), jogar um jogo (como esporte) ou criar um novo produto (como no planejamento de uma invenção) é uma evidência dos aspectos cognitivos do uso do corpo.

Futsal

O surgimento do futsal data-se da década de 30 na cidade de Montevidéu (Uruguai), onde as peladas de Várzea começaram a ser adaptadas as quadras de basquete e pequenos salões.

A versão mais aceita para o surgimento do Futebol de Salão é a de que ele começou a ser praticado por volta de 1940, por jovens freqüentadores da Associação Cristã de Moços, em São Paulo.

Atividades a serem desenvolvidas – Fundamentos Básicos:

- Controle de bola (centro de gravidade, coordenação)
- Passe (posição de pé de apoio, posição do pé que toca a bola, alvo do passe).
- Tipo de passe (parte interna; externa; elevação; calcanhar).
- Drible (Ritmo e coordenação).
- Tipos de drible (com a parte interna e externa, em linha reta ou zig-zag)
- Finta (usada para enganar o adversário).
- Chute (passar e chutar ao gol).
- Tipos de chute (parte interna; peito de pé; semi-voleio; efeito).
- Domínio (parado e em movimento).
- Tipos de domínio (parte interna; parte externa; sola; peito de pé; peito; cabeça; ombro).
- Goleiro (bola em movimento; força; reflexo; coordenação e coragem; saber cair).
- Goleiro (sair jogando; arremesso “handebol”; longo alto).
- Jogadores de linha (condições físicas, velocidade de explosão; recuperação).
- Técnicas (manejo de bola; bom marcador; visão de jogo; cabeceio).
- Desarme (precisão nos passes e penetração).

- Táticas (cobertura, saber guardar a posição; entrosamento; capacidade defensiva e ofensiva; adaptar-se ao adversário.
- Psicológicos (Persistência; garra; coragem; controle emocional e agressividade).

Voleibol

O vôlei foi criado em 1895, pelo americano Willian G. Morgan, então diretor de Educação Física da Associação cristã de moços (ACM) na cidade de Holyok, em Massachusetts, nos Estados Unidos. O primeiro nome desse esporte que viria se tornar um dos maiores do mundo foi mintonette.

Fundamentos Básicos:

1- histórico do Voleibol

2- Fundamentos básicos:

- Toque
- Manchete
- Saque por baixo
- Rodízio

3- Rodízio

4- jogo pré- desportivo

Basquete

É um desporto coletivo inventado em 1891 pelo professor canadense James Naismith na Associação Cristã de Moços de Springfield (Massachusetts), USA. É jogado por duas equipes de cinco jogadores, que tem por objetivo passar a bola por dentro de um cesto colocado nas extremidades de campo de basquete, seja num ginásio ou ao ar livre.

Fundamentos Básicos:

- Passe: Peito, gancho, picado (com 1 ou 2 mãos), lateral (com 1 ou 2 mãos), ombro, por cima da cabeça (com 1 ou 2 mãos), por baixo (com 1 ou 2 mãos).
- Drible: Alto, (linha da cintura), baixo (abaixo da cintura).

- Arremessos: Jump (salto e arremesso de peito), gancho (salto e passo de gancho), bandeja (2 passes; no 3ºarremessar).

Xadrez

O jogo de xadrez é um esporte do tipo de tabuleiro que tem alguns milhares de anos. Em geral, acredita-se que o Xadrez teve sua origem no jogo Shatranj, na Índia. Este foi para o Oriente e se tornou Xianggi (xadrez chinês) na China e Shogi no Japão, migrou para o Ocidente através de várias versões como Courier, finalmente evoluindo para a forma atual.

Atualmente o xadrez está se transformando aceleradamente; sendo difundido através dos meios de comunicação de massa com força total. Vemos também uma grande quantidade de jovens, conquistando eventos enxadrísticos de maior prestígio. Esta aceleração também está ligada a expansão enxadrística, tanto em qualidade e em quantidade, que não é casual e está relacionada a alguns projetos, como por exemplo, a colocação em prática de projetos de massificação do xadrez nas escolas.

- REGRAS
- PRÁTICAS DE JOGO

Tênis de campo

Introduzir tênis para crianças iniciantes da maneira correta é crucial. Enquanto ajuda as crianças a desenvolver uma variedade de habilidades físicas, o mini-tênis ensina elementos táticos e técnicos do jogo em quadras menores usando bolas mais lentas. A competição de mini-tênis é importante para tornar o tênis divertido e estimular os jovens aprendizes. O mini-tênis tem se mostrado pelo mundo inteiro como a maneira pedagogicamente eficaz e eficiente para introduzir o tênis aos jovens. O mini-tênis é uma adaptação do jogo de tênis normal no qual as crianças utilizam raquetes e quadras menores,

bolas mais macias e técnicas baseadas no jogo. Canalizando a energia da criança por meio de jogos e exercícios simples expandindo suas experiências motoras, o mini-tênis tenta ensinar a criança não apenas habilidades psicomotoras gerais, mas também habilidades específicas do tênis.

Esta é a razão pela qual o ensino do mini-tênis se baseia no método de descoberta que levam em consideração as diferenças individuais das crianças. Isso tem que ser feito de acordo com a idade e como meio para entender o porquê a criança age de certa maneira e o porquê ela tem dificuldade no desempenho em uma determinada atividade.

O Bio-mini-tênis (bmt):

Bio-mini-tenis diz respeito a proporcionar uma introdução divertida e excitante ao tênis. É o que o próprio nome já sugere uma adaptação do verdadeiro jogo de tênis. O conceito de bio-mini-tenis envolve três estágios indicados pelas cores que guia o processo da criança no tênis. Vermelho, laranja e verde.

Porque participar do Bio-Mini-Tênis? Crianças que tentam jogar o jogo de tênis na versão oficial logo perdem o interesse, a bola quica acima de suas cabeças, os rallys são curtos e eles passam a maior parte do tempo apanhando as bolas. O que faz com que eles percam rapidamente o interesse pelo tênis. O bio-mini-tênis proporciona a oportunidade de aprender o jogo numa atmosfera divertida. O programa é especialmente desenhado para crianças e tem como principais objetivos: Encorajar os jovens jogadores em direção ao jogo do tênis, aproveitando todas as habilidades aprendidas no mini-tênis. As fases têm claras progressões em termos de tamanho da quadra, a velocidade da bola, comprimento de raquete e as atividades envolvidas. É um sistema hierarquizado usando modificações nas quadras, bolas e raquetes que adéqüem a dimensão e a capacidade de crescimento da criança. As aulas são em grupos e as competições são em equipes porque crianças gostam de estar com os amigos.

Dança

A dança revela a alegria de se descobrir através da exploração do próprio corpo e das qualidades do movimento. É a arte de mover o corpo como um todo, estabelecida graças a um ritmo e a uma composição coreográfica. Na infância ela é de fundamental importância, pois oferece o desenvolvimento de hábitos saudáveis que podem modificar futuros aparecimentos de doenças crônicas enquanto adulto, além de propor maiores habilidades motoras para diversas atividades; redução de lesões; melhoria da adaptação social; etc.

A dança tem como objetivos:
- trabalhar as capacidades físicas assim como o movimento, expressão, musicalidade, lateralidade, criatividade e socialização;
- incentivar a prática da atividade física;
- desenvolver o conhecimento da dança, os limites e a capacidade de aperfeiçoamento do aluno. Compor coreografias para apresentações de final de ano e outros eventos;

.-desenvolver a coordenação motora, equilíbrio e flexibilidade.
- interação social com o grupo e entre si (meninos e meninas).

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Para Silvino Santin autor da obra, Da alegria do Lúdico à opressão do rendimento(1994), são ações vividas e sentidas, não definíveis por palavras, mas compreendidas pela fruição, povoadas pela fantasia, pela imaginação e pelos sonhos que se articulam como teias urdidas com materiais simbólicos. Assim elas não são encontradas nos prazeres estereotipados, no que é dado pronto, pois, estes não possuem a marca da singularidade do sujeito que as vivencia.

Ainda segundo Santin na atividade lúdica, o que importa não é apenas o produto da atividade, mas a própria ação, o momento vivido. Possibilita a quem a vivencia, momentos de encontro consigo e com o outro, momentos de

fantasia e de realidade, de ressignificação e percepção, momentos de autoconhecimento e conhecimento do outro, de cuidar de si e olhar para o outro, momentos de vida.

A ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento.

Por meio da brincadeira a criança envolve-se no jogo e sente a necessidade de partilhar com o outro. Ainda que em postura de adversário, a parceria é um estabelecimento de relação. Esta relação expõe as potencialidades dos participantes, afeta as emoções e põe à prova as aptidões testando limites. Brincando e jogando a criança poderá ter oportunidade de desenvolver capacidades indispensáveis a sua futura atuação profissional, tais como atenção, afetividade, o hábito de permanecer concentrado e outras habilidades perceptuais psicomotoras.

As práticas serão orientadas, permitindo ao aluno vivenciar atividades em grupo;

- Conteúdos ministrados na prática e na teoria, permitindo ao aluno sua ampla visão do mundo;
- Aulas esportivas;
- Atividades freqüentes de fixação;
- Jogos cujo conteúdos que implique o reconhecimento de sí e das próprias possibilidades de ação;
- Atividades que conscientize a convivência com o coletivo, das suas regras e dos valores que os envolvem;
- Conteúdo que implique na organização técnica tático e o julgamento de valores na arbitragem;
- Vídeo das modalidades proposta;
- Vivenciar os jogos pré- desportivos.

PROCESSOS AVALIATIVOS

Será feita através de ficha de acompanhamento individual do aluno, através de rodas de conversa, reunião diária de educadores, reunião específica com monitores de esporte e por meio de anotações feitas ao final de todos os dias de trabalho, como um diário, onde estão arquivadas informações como o que foi dado naquela aula, se a aula aconteceu como o previsto, e se não aconteceu (motivo), quais alunos se destacaram tanto positiva quanto negativamente para serem planejadas e re-planejadas as ações.

RECURSOS MATERIAIS E FÍSICOS

Quando não está chovendo as atividades são desenvolvidas em uma quadra de cimento. em dias de chuva, as atividades serão feitas em áreas cobertas, sala de aula, sala de vídeos.

Os Materiais disponíveis são: 10 colchonetes, 10 jogo de xadrez, 4 bolas de vôlei, 3 bolas de futsal, 10 bolas de basquete.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DALLABONA, Sandra Regina e SCHIMITT, Sueli Maria.O lúdico na educação infantil:Jogar,brincar, uma forma de educar. Revista de divulgação

- Diretrizes Curriculares de Educação Física para o Ensino fundamental-julho 2006

- Projeto Político Pedagógico Colégio Estadual Dr. Décio Dossi – Fazenda Rio Grande-Pr

SANTIN, Silvino. Visão lúdica do corpo. In: DANTAS, Estélio H.M. (Org.) Pensando o corpo e o movimento. Rio de Janeiro: Shape Ed., 1994.

8.4.2 PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

APRESENTAÇÃO

O Programa Mais Educação foi instituído pela Portaria Interministerial Nº 17/2007 e integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral.

Trata-se da construção de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo, desse modo, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira. Por isso coloca em diálogo as ações empreendidas pelos Ministérios da Educação – MEC, da Cultura – MINC, do Esporte – ME, do Meio Ambiente – MMA, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, da Ciência e da Tecnologia – MCT e, também da Secretaria Nacional de Juventude e da Assessoria Especial da Presidência da República, esta última por meio do Programa Escolas-Irmãs.

Essa estratégia promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores. Isso porque a Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesse e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens.

JUSTIFICATIVA

O ideal da Educação Integral traduz a compreensão do direito de aprender como inerente ao direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária e como condição para o próprio desenvolvimento de uma sociedade republicana e democrática. Por meio da Educação Integral, se reconhece as múltiplas dimensões do ser humano e a peculiaridade do desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens.

Esse ideal está presente na legislação educacional brasileira e pode ser apreendido em nossa Constituição Federal, nos artigos 205, 206 e 227; no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Nº 9089/1990); em nossa Lei de Diretrizes e Bases (Lei Nº 9394/1996), nos artigos 34 e 87; no Plano Nacional de Educação (Lei Nº 10.179/2001)

e no Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Lei Nº 11.494/2007).

O Programa Mais Educação atende, prioritariamente, escolas de baixo IDEB, situadas em capitais, regiões metropolitanas e territórios marcados por situações de vulnerabilidade social, que requerem a convergência prioritária de políticas públicas.

OBJETIVOS

- Atender as Escolas Estaduais com alunos matriculados no
  Ensino Fundamental e Médio, localizadas em regiões metropolitanas com alto índice de vulnerabilidade social e selecionadas pela Secretaria de Educação Continuada,
  Alfabetização e Diversidade – SECAD do MEC e, ratificadas pela Secretaria de Estado
  da Educação;

- Formular uma Política Nacional de Educação
  Básica em tempo integral.

DESENVOLVIMENTO

TÍTULO: **RÁDIO ESCOLA**

TURNO: **MANHÃ**

PERÍODO DA ATIVIDADE: **2010**

PROPOSTA PEDAGÓGICA:

Justificativa:

Trabalhar a comunicação reflexiva e crítica na sua forma mais expressiva é um grande desafio para todos os pares da escola pública. E o desenvolvimento da atividade rádio-escola vem de encontro a este ideal bem como se apresenta como mais um instrumento de motivação e ampliação das perspectivas de nossos educandos frente a sua manifestação enquanto ser que dialoga com o seu próximo frente a necessidade de crescimento biopsiquicosocial.

Conteúdos:

- Comunicação e expressão através do instrumento rádio escolar;
- Relacionamento humano e solidariedade;
- Cidadania e comunicação contemplando temas tais como sexualidade, saúde, meio ambiente, preconceito, discriminação...
- Informações sobre atividades do Colégio e rotina diante do trabalho e pesquisa dos alunos.

Objetivos:

- Criar ecossistemas comunicativos no espaço escolar visando um trabalho de inclusão de nossos educandos em atividades diferenciadas;
- Demonstrar aos educandos a possibilidade de se utilizar a rádio escolar como veículo de comunicação e harmonização entre os pares escolares;
- Desenvolver atitudes cidadãs e conscientes através de uma programação que desperte o desenvolvimento de valores humanos nos educandos;
- Levar os alunos a perceberem na rádio escolar mais uma atividade de motivação e responsabilidade diante de seus compromissos escolares;
- Desenvolver nos educandos habilidades de manuseio e programação de roteiros de mídia para apresentação pública do trabalho realizado;
- Instigar nos educandos o desejo pela pesquisa, seja ela com relação à

música quanto em relação à temas pertinentes na formação biopsicosocial de todo o alunado;

- Despertar nos educandos atitudes e iniciativas de cooperação, solidariedade, paz e respeito ao próximo.

Encaminhamentos Metodológicos:

- Contra-turno;
- Professor coordenador da atividade bem como o monitor;
- Trabalhos com exposição oral e apresentação em multimídia bem como o manuseio dos materiais pertinentes ao acervo da rádio escola.

Infraestrutura:

Temos na escola um espaço que será destinado a montagem do estúdio. Ele já está preparado dentro das especificações para o funcionamento de uma rádio escolar. Só está nos faltando a instrumentalização.

Resultados Esperados:

- Maior participação dos educandos bem como o desenvolvimento de atitudes de compromisso, assiduidade e dedicação frente aos seus compromissos escolares;
- O acesso dos educandos às tecnologias disponíveis em nossa escola, em em especial aquelas voltadas para a comunicação.

Critérios de Participação:

Todos os alunos do ensino fundamental, em especial aqueles que apresentam problemas relacionados a baixo rendimento escolar/reprovação, gazeação, e questões de abandono/desistência escolar.

TÍTULO: **TEATRO NA ESCOLA**

TURNO: **TARDE**

PERÍODO DA ATIVIDADE: **2010**

PROPOSTA PEDAGÓGICA:

Justificativa:

A proposta em questão é uma complementação curricular, com atividades relativas aos recortes do conteúdo de diversas disciplinas, estando estes conteúdos e atividades previstos no Projeto Político Pedagógico do colégio.

O projeto Teatro possibilita dar condições para que os profissionais da educação envolvidos, direta ou indiretamente, juntamente com os educandos e a comunidade escolar, participem e desenvolvam diferentes atividades pedagógicas, as quais estarão vinculados além do turno escolar.

O projeto possibilita maior integração entre o colégio e a comunidade escolar, levando à interação entre professor, aluno e comunidade.

Conteúdos:

A metodologia utilizada possibilitará a efetiva apropriação dos elementos que estruturam e organizam o teatro, bem como a escolha adequada de temas que visem ampliar a atuação do sujeito, como cidadão, em sua realidade singular e social.

Objetivos:

O projeto produção de trabalhos teatrais, além de possibilitar a pesquisa sobre o teatro, levará o grupo a vivenciar e apresentar produções teatrais.

Objetivos Específicos:

- Criar grupo de teatro do colégio;
- Apresentar peça teatral;
- Contribuir com os eventos do colégio, fazendo performances curtas;
- Socialização das atividades do projeto em eventos da escola;
- Compreensão sobre iluminação, figurino, cenário e outros recursos do teatro;
- Produção de materiais didáticos, científicos, culturais e ou informativos para divulgação e socialização.

Encaminhamentos Metodológicos:

O trabalho com o teatro na escola será feito de uma maneira diferenciada, envolvendo pesquisa, leitura e produção de textos pelos próprios alunos. A peça a ser ensaiada será escrita e montada com a participação de todos. Os ensaios, além de desenvolver técnicas próprias do teatro também priorizarão a construção da cidadania, devendo os textos ser trabalhados dentro de uma visão histórico-crítica. Mais do que diversão, mais do que apenas o lúdico, o trabalho priorizará um trabalho pela transformação social, tendo cuidado de trabalhar os valores humanos.

Infraestrutura:

Utilização de sala de aula no contra-turno; Utilização de sala de reuniões; apresentações no próprio colégio e no Teatro Municipal.

Resultados Esperados:

Os alunos e alunas envolvidos com o projeto durante ano letivo de 2009 estarão ampliando seus conhecimentos não apenas nas especificidades do teatro, mas também melhorando seu desempenho na oralidade, leitura, concentração, postura, oratória, criatividade, ampliando seu universo cultural. O grupo apresentará, além de uma peça ao final do ano, algumas “performances” durante o ano letivo, qualificando eventos promovidos pelo próprio colégio durante todo o ano.

Critérios de Participação:

Todos os alunos interessados no projeto poderão se inscrever para o processo de seleção. Como critério de seleção principal serão priorizados os alunos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Também serão consideradas as indicações da equipe pedagógica, considerando as necessidades específicas de cada aluno inscrito. Como critério de escolha, caso haja mais alunos do que vagas, será feito um teste.

TÍTULO: **HORTA ESCOLAR**

TURNO: **MANHÃ**

PERÍODO DA ATIVIDADE: **2010**

PROPOSTA PEDAGÓGICA:

Justificativa:

O trabalho com a Horta escolar pode trazer inúmeros benefícios à nosso Estabelecimento de Ensino: o desenvolvimento do espírito de pesquisa frente as necessidades de compreender e incorporar o uso das plantas em favor do pleno desenvolvimento físico e mental do ser humano.

Conteúdos:

- O poder dos vegetais;
- O desenvolvimento das plantas;
- A agricultura sustentável;
- As plantas medicinais;
- Os benefícios de uma alimentação saudável.

Objetivos:

- Levar os alunos ao conhecimento efetivo do desenvolvimento das plantas(vegetais para alimentação e fitoterapia) bem como o entendimento de seus benefícios frente a uma alimentação saudável;
- Motivar nos alunos o gosto pelo cultivo de plantas benéficas ao seu

desenvolvimento físico e mental;

- Desenvolver nos alunos o espírito científico da pesquisa em meio ao acompanhamento do desenvolvimento das plantas, os cuidados necessários para seu crescimento diante da questão orgânica.

Encaminhamentos Metodológicos:

A metodologia abaixo mencionada comporta toda a estrutura do projeto bem como a carga horária destinada a este trabalho:

- Trabalho de exposição teórica para apresentação do conteúdo utilizando multimídia;
- Construção de espaço para a montagem da horta;
- Confecção de material para estudo;
- Acompanhamento dos alunos em forma de Relatório no que tange ao desenvolvimento/crescimento das plantas.

Infraestrutura:

- A escola contém espaço para horta;
- Vai comprar o número de materiais necessarios a sua estruturação;
- Vi construir um espaço para o desenvolvimento do adubo orgânico.

Resultados Esperados:

- Uma horta repleta de vegetais e plantas medicinais que possam ser incorporados tanto na merenda das crianças bem como nos momentos do famoso chazinho;
- Alunos com consciência crítica frente a utilização dos vegetais e plantas medicinais no dia a dia de sua alimentação;
- Alunos conhecedores dos processos de desenvolvimento das plantas bem como seus benefícios.

Critérios de Participação:

Ensino Fundamental.

TÍTULO: **A DANÇA E SEUS DIVERSOS RITMOS**

TURNO: **MANHÃ**

PERÍODO DA ATIVIDADE: **2010**

PROPOSTA PEDAGÓGICA:

Justificativa:

A dança surgiu antes mesmo de o homem ser homem. Nos rituais pré-históricos, era uma das principais formas de expressão e de aproximação dos deuses.

Durante toda a história humana, a dança esteve presente, sendo considerada divina ou maldita, mas sempre fazendo parte da vida cotidiana das mais incríveis sociedades.

Dança é um esporte, e como todos os outros, traz benefícios para quem pratica. Os sentidos e os motivos que justificam a importância e a viabilização do ensino de Dança na escola são os seguintes:

- Propiciar o autoconhecimento;
- Estimular vivências da corporeidade na escola;
- Proporcionar aos educandos relacionamentos estéticos com as outras pessoas e com o mundo;
- Incentivar a expressividade dos indivíduos;
- Possibilitar a comunicação não verbal e os diálogos corporais, na escola;
- Sensibilizar as pessoas, contribuindo para que elas tenham uma educação estética, promovendo relações mais equilibradas e harmoniosas diante do mundo, desenvolvendo a apreciação e a fruição da dança.

Esta dança pode ser experienciada, tendo os seguintes sentidos:

- A dança como expressão artística;
- A dança como expressão humana;
- Dança e transcendência: leveza e prazer;
- A dança como expressão dos sentimentos: angústia e desconforto;
- A dança como forma de conhecimento na educação;
- Dança: diversidade de técnicas expressivas e prática de lazer;
- A dança como forma de liberação da imaginação;
- Dança e o desenvolvimento da criatividade;
- A dança como forma de comunicação e sensibilização.

Conteúdos:

- Técnicas de expressão de dança:

- Técnicas de improvisação;
- Técnicas de consciência, percepção e expressão corporal;
- Exercícios técnicos de dança (clássica, moderna, contemporânea e outras);
- Danças de repertório (clássicas, populares, folclóricas, de roda e outras);
- Composição coreográfica.

- Conteúdos coreológicos:

- Corpo;
- Fatores de movimento;
- Espaço;
- Dinâmicas;
- Ações;
- Relacionamentos;
- Som;

- Ritmo.

- Anatomia, cinesiologia, história da dança e música;

- Conteúdos do cotidiano: O “despertar do educando” para as ações, os movimentos e as danças que realiza em seu cotidiano;

- Fruição estética: O desfrutar e o “lançar-se” ao prazer, tomar contato com obras de arte, não apenas de dança;

- Apreciação estética: Estimar, prezar, admirar, julgar e avaliar os trabalhos de dança via apresentações, vídeos e espetáculos.

Objetivos:

- Formação do cidadão:

- Contribuir para a formação das pessoas, garantindo cada uma das especificidades pontuadas nos PCNs, sendo complementados com aspectos relevantes para a formação dos educandos, levantados a partir da experiência profissional do educador;
- A inclusão do educando no contexto social.

- Iniciação do dançarino:

- O desenvolvimento do potencial de comunicação e expressão individual e coletivo, através de uma interação entre percepção, imaginação, emoção, sensibilidade e reflexão;
- A experimentação e a manipulação de materiais de dança;
- O trabalho de produção artística como estimulador do autoconhecimento e conhecimento do outro, viabilizando respeito e reconhecimento diante da diversidade de produções;
- A reflexão e a contextualização das obras;
- A identificação do sentido do trabalho artístico, relacionando seu

processo de aprendizado com a experiência de artistas;

- A investigação e organização de informações sobre a dança e dançarinos, em geral.

Encaminhamentos Metodológicos:

- Pesquisar e discutir a origem e histórico das danças;
- Recorte histórico delimitando tempos e espaços na dança;
- Contextualizar a dança;
- Possibilitar o estudo sobre a dança relacionada à expressão corporal e à diversidade de culturas;
- Provocar a reflexão acerca da apropriação da dança pela indústria cultural;
- Analisar e vivenciar atividades que representem a diversidade da dança e seus diferenciados ritmos;
- Compreender a dança como mais uma possibilidade de dramatização e expressão corporal;
- Vivência e elaboração de esquetes (que são pequenas sequências cômicas);
- Experimentação de movimentos corporais rítmicos / expressivos;
- Elementos e técnicas constituintes da dança;
- Estimular a interpretação, a criação e a adaptação de coreografias;
- Organização de festivais de dança.

Infraestrutura:

A atividade será realizada na sala de aula da própria escola. Esta sala possui bastante espaço. Quanto às barras fixas nas paredes e às barras móveis (para as aulas de Alongamento para Dança) e espelho do tamanho da parede da sala (para que os alunos possam se ver se estão fazendo os movimentos corretos ou não), segundo a diretora Simone Maneira, a escola providenciará esses recursos com a verba específica do projeto via fundo rotativo.

Resultados Esperados:

Que o educando seja capaz de interpretar, criar e transformar o movimento por meio de sentimentos, emoções, idéias, pensamentos, uso da técnica, experiências e história de vida, além de ser criador e imaginativo, capaz de construir uma ação crítica, livre e transformadora, onde quer que esteja.

Critérios de Participação:

Alunos do Ensino Fundamental (5ª à 8ª série)

CONCLUSÃO

Restituir a condição de ambiente de aprendizagem da comunidade e transcender à escola como único espaço de aprendizagem representa um movimento de construção de redes sociais e de cidades educadoras. A comunidade e a cidade apresentam diferentes possibilidades educacionais e de construção de conhecimento por meio da observação, da experimentação, da interação e, principalmente, da vivência.

A Educação Integral representa o debate sobre o próprio projeto educacional da escola, da organização de seus tempos, da relação com os saberes e práticas contemporâneos e com os espaços potencialmente educacionais da comunidade e da cidade. O resultado esperado é o envolvimento de toda a comunidade, em especial dos estudantes, em um ambiente favorável à aprendizagem.

8.4.3 PROGRAMA PRONTIDÃO ESCOLAR PREVENTIVA – PEP

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

É na escola que encontramos os conhecimentos necessários à vida, por isso, é preciso capacitar os diretores, pedagogos e representantes de NREs para que na escola em que estes atuam, sejam multiplicados os conhecimentos adquiridos, além de montar o PEP, para que caso haja uma situação real de emergência, o indivíduo saiba que atitude tomar. Tal programa não é para a escola e sim, para toda a vida do indivíduo e em qualquer situação de emergência.

O Programa Prontidão Escolar Preventiva – PEP é um programa de natureza pedagógica que visa preparar os profissionais que atuam nas escolas e o corpo discente a executar ações de prevenção de incêndios, desastres naturais e situações de risco nas escolas. É importante que docentes, discentes e toda a comunidade escolar estejam preparados para, de maneira eficaz, enfrentar esses acontecimentos. Na eventualidade de um sinistro é de grande valia que todos saibam os primeiros passos de enfrentamento de princípios de incêndio,procedimentos de segurança pessoal, bem como noções de primeiros socorros a serem utilizados até que o socorro especializado chegue ao local.

OBJETIVO GERAL

Formar uma brigada de emergência nas Escolas do Estado do Paraná como uma ação preventiva às diferentes calamidades e desastres da natureza, assim como desastres provocados pelo próprio homem. Como resultado desta implantação e trabalho, teremos o impacto no desempenho acadêmico e a aplicação na vida prática do indivíduo. “O objetivo do programa é implantar uma nova cultura escolar, por intermédio do conhecimento teórico e prático de temas como primeiros socorros, desastres climáticos, sinistros causados pelo fogo, prejuízos causados por bombas e artefatos explosivos. Acreditamos que ao aplicarmos com o auxílio de metodologias apropriadas estes conhecimentos

na vida em sociedade, o aluno terá oportunidades de desenvolver habilidades e utilizar de forma apropriada rotinas e procedimentos corretos em situações de risco", explica Ana Lúcia Schulhan, diretora do DAE e idealizadora do programa.

METODOLOGIA

Num primeiro momento será trabalhado a parte teórica, para docentes e funcionários, depois a teoria para os discentes e em terceiro lugar a prática (simulações) para toda comunidade escolar. A execução deste programa deverá acontecer com toda a comunidade escolar e alunos em momentos coletivos e individuais.

Primeiro momento: A equipe passará as principais orientações aos docentes e funcionários deste Estabelecimento de Ensino no dia 28 de maio, no período matutino. Depois deste momento, os professores farão o mesmo trabalho com seus alunos (em forma de aula), para isso deverão aprofundar seus conhecimentos utilizando-se dos materiais de posse da equipe, e também poderão intensificar sua aula pesquisando nos seguintes sites: www.diaadia.pr.gov.br/da, www.proerd.com.br ,www.educacaoextrema.com.br/ , www.portalpep.com.br/ e para o repasse aos alunos poderão utilizar-se da TV pendrive, aulas expositivas, pequenos vídeos, slides, palestras. O desenvolvimento das atividades a serem realizadas poderão ser trabalhadas de forma criativa pelo professor, considerando que não fuja do objetivo do mesmo. Estas aulas acontecerão em todas as disciplinas e turmas, e serão retomadas sempre que novas turmas iniciarem. Este trabalho, deverá constar no Segundo momento: Após os trabalhos teóricos com professores, funcionários e alunos, para complementar o programa, acontecerá a Montagem da Brigada de Emergência na Escola, execução de como agir e as relações da sociedade civil para a otimização de resultados. Assim, no 2° Semestre que iniciará em 16 de agosto, acontecerão no mínimo 2 (duas) simulações de diferentes práticas e ordem, a combinar. As simulações deverão também constar do Calendário

Escolar.

AVALIAÇÃO

O programa não é para a escola e sim, a aplicação será para a vida. (Ana Lúcia Schulhan) Atingiremos nosso objetivo, quando atingirmos a totalidade da comunidade escolar e as simulações acontecerem de forma ordenada e tranqüila.

8.4.4 CELEM – CENTRO DE EXCÊLENCIA LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Na sociedade em que vivemos, a linguagem é o meio pelo qual as relações se expressam e é indiscutível o papel que ela desempenha na compreensão mútua, na promoção de relações políticas e comerciais, e, no desenvolvimento de recursos humanos. Em um mundo globalizado é fundamental poder comunicar-se, e quanto maior for o domínio de idiomas, mais possibilidades e oportunidades de crescimento pessoal, profissional e de ascensão social o individuo terá.

A inclusão de mais uma Língua Estrangeira Moderna na formação do estudante oportunizará aos mesmos não somente o conhecimento de mais um idioma, mas também o conhecimento dos aspectos culturais, políticos e econômicos que caracterizam os respectivos povos. E, sendo a Língua Espanhola a mais usada pelos países das Américas, alcançando ampla divulgação após a consolidação do MERCOSUL, consideramos a importância de sua inclusão à formação de nossos alunos. O Centro de Línguas Estrangeiras Modernas, CELEM, é uma oferta extracurricular e gratuita de ensino de Línguas Estrangeiras nas escolas da rede pública do Estado do Paraná, que possibilita essa formação a alunos, professores, funcionários e à comunidade.

A aprendizagem de língua estrangeira é uma possibilidade de aumentar a auto percepção do aluno como ser humano e como cidadão. Por esse motivo, ela deve centrar-se no engajamento discursivo do aprendiz, ou seja, em sua capacidade de se engajar e engajar outros no discurso de modo a poder agir no mundo social. Isso pode ser viabilizado em sala de aula por meio de atividades pedagógicas centradas na constituição do aluno como ser discursivo, ou seja, sua construção como sujeito do discurso via Língua Estrangeira. Essa construção passa pelo envolvimento do aluno com os

processos sociais de criar significados por intermédio da utilização de uma língua estrangeira.

O ensino de língua estrangeira na escola deve objetivar o aperfeiçoamento das competências lingüísticas e comunicativas do aluno. O espanhol é a língua oficial de 21 países, regiões com traços geográficos e culturais bem distintos. Vários fatores contribuem para que o espanhol se consolide no Brasil: é o maior e mais populoso país sul americano que não fala o idioma; onze de seus Estados são fronteiriços de países de fala hispânica; integra o MERCOSUL e pode entrar em outros blocos econômicos, também compostos por hispânico-falantes.

JUSTIFICATIVA

O Colégio Estadual Dr. Décio Dossi ao aderir ao CELEM, além do cumprimento da lei tem a certeza de estar desempenhando o seu papel ao propiciar melhores condições de formação acadêmica a seus alunos. Numa escola com histórico de luta, reflexões e leitura de mundo, oferecer o CELEM significa uma grande vitória a favor da formação plena de nossos educandos, bem como da comunidade escolar.

A função social da escola é a transmissão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade. E para tanto, deve acompanhar as modificações do mundo contemporâneo, e assim, também, no que se refere ao "âmbito dos estudos lingüísticos no que diz respeito à aquisição da língua estrangeira (LE)" (WOGINSKI, 2005, s/p).

A Resolução nº 3904/2008 de 27 de agosto de 2008, reitera, "a importância que a aprendizagem de Línguas Estrangeiras Modernas (LEM) tem no desenvolvimento do ser humano quanto a compreensão de valores sociais e a aquisição de conhecimento sobre outras culturas".

Neste cenário, é preciso desenvolver a competência comunicativa na perspectiva lingüística, textual, discursiva e sociocultural, numa busca pela capacidade de realizar a adequação do ato verbal às situações de comunicação,

Deste modo, oferecer o CELEM vai além do simples trabalho com textos, contemplando assim um horizonte maior:

> um dos objetivos da disciplina de Língua Estrangeira Moderna é que os envolvidos no processo pedagógico façam o uso da língua que estão aprendendo em situações significativas, relevantes, isto é, que não se limitem ao exercício de uma mera prática de formas lingüistas descontextualizadas. Trata-se da inclusão social do aluno numa sociedade reconhecidamente diversa e complexa através do comprometimento mútuo. (DCE, 2008, p.57)

Valorizar este contexto de trabalho é uma atitude coerente diante do desenvolvimento pleno do aluno e a importância de que adquira habilidades de compreensão e expressão oral tão importantes no ensino e na aprendizagem de LEM, oportunizando ao aluno a possibilidade de compreender e expressar-se observando os princípios da gramática e dos elementos culturais. Também explorar-se-á a habilidade de compreensão leitora visando a interpretação, a compreensão, a leitura e a produção (oral, escrita e visual) de diferentes gêneros textuais.

OBJETIVOS GERAIS

- Levar o aluno a perceber a importância da Língua Espanhola, considerada hoje como instrumento de comunicação universal, e a relevância deste conhecimento no mundo do trabalho, assim como para as relações interpessoais.
- Fazer com que o aluno considere o estudo da Língua Espanhola um meio de conhecimento e cultura adquirindo gradativamente as estruturas básicas da língua em estudo.

OBJETIVOS ESPECIFICOS

Proporcionar aos estudantes a oportunidade de aperfeiçoar a capacidade de empregar a língua oral em diferentes situações de uso, sabendo adequá-la a cada contexto e interlocutor, descobrindo as interações que estão implícitas nos discursos do cotidiano e posicionando-se diante do mesmo.

Refletir sobre os textos produzidos, lidos ou ouvidos atualizando o gênero e o tipo de texto, considerando-se os interlocutores, os seus objetivos, o assunto tratado, os gêneros e suportes textuais e o contexto de produção/leitura, assim como os elementos gramaticais empregados na sua organização.

Garantir ao aluno o aprimoramento do domínio discursivo no âmbito da oralidade, da leitura e da escrita, por meio da inserção e participação do mesmo em processos interativos com a língua oral e escrita.

Aprimorar, ainda, pelo contato com os textos literários, a capacidade de pensamento critico e a sensibilidade estética dos alunos.

Desvelar as cristalizações de verdade na língua, possibilitando aos estudantes o entendimento do poder configurado pelas diferentes práticas discursivas sociais.

Ajudar os alunos a ampliarem seu domínio de uso das linguagens verbais e não verbais através do contato direto com textos dos mais variados gêneros, orais e escritos, engendrados pelas necessidades humanas enquanto falantes do idioma.

Ensinar os alunos a sentirem-se bem para expressarem suas idéias com segurança e fluência, nos diferentes contextos de sua inserção social.

CONTEÚDOS

CONTEÚDOS BÁSICOS – P 1

ESFERA SOCIAL DE CIRCULAÇÃO E SEUS GÊNEROS TEXTUAIS

Esfera cotidiana de circulação:	**Esfera publicitária de circulação**:	**Esfera produção de circulação**:	**Esfera jornalística de circulação**:
Bilhete	Anúncio**	Bula	Anúncio classificados
Carta pessoal	Comercial para radio*	Embalagem	Cartum
Cartão felicitações	*Folder*	Placa	*Charge*
Cartão postal	Paródia	Regra de jogo	Entrevista**
Convite	Placa	Rótulo	Horóscopo
Letra de música	Publicidade Comercial		Reportagem**
Receita culinária	Slogan		Sinopse de filme
Esfera artística de circulação:	**Esfera escolar de circulação**:	**Esfera literária de circulação**:	**Esfera midiática de circulação**:
Autobiografia	Cartaz	Conto	Correio eletrônico (*e-mail*)
Biografia	Diálogo**	Crônica	Mensagem de texto (SMS)
	Exposição oral*	Fábula	Telejornal*
	Mapa	História em quadrinhos	Telenovela*
	Resumo	Poema	Videoclipe*

* Embora apresentados oralmente, dependem da escrita para existir.

** Gêneros textuais com características das modalidades escrita e oral de uso da língua.

PRÁTICA DISCURSIVA: Oralidade
Fatores de textualidade centradas no leitor: · Tema do texto; · Aceitabilidade do texto; · Finalidade do texto; · Informatividade do texto; · Intencionalidade do texto; · Situacionalidade do texto; · Papel do locutor e interlocutor; · Conhecimento de mundo; · Elementos extralingüísticos: entonação, pausas, gestos; · Adequação do discurso ao gênero; · Turnos de fala; · Variações lingüísticas. **Fatores de textualidade centradas no texto**: · Marcas lingüísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, recursos semânticos; · Adequação da fala ao contexto (uso de distintivos formais e informais

como conectivos, gírias, expressões, repetições);

· Diferenças e semelhanças entre o discurso oral ou escrito.

PRÁTICA DISCURSIVA: Leitura

Fatores de textualidade centradas no leitor:

· Tema do texto;

· Conteúdo temático do gênero;

· Elementos composicionais do gênero;

· Propriedades estilísticas do gênero;

· Aceitabilidade do texto;

· Finalidade do texto;

· Informatividade do texto;

· Intencionalidade do texto;

· Situacionalidade do texto;

· Papel do locutor e interlocutor;

· Conhecimento de mundo;

· Temporalidade;

· Referência textual.

Fatores de textualidade centradas no texto:

· Intertextualidade;

· Léxico: repetição, conotação, denotação, polissemia; · Marcas lingüísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, figuras de linguagem, recursos gráficos (aspas, travessão, negrito); · Partículas conectivas básicas do texto.

PRÁTICA DISCURSIVA: Escrita
Fatores de textualidade centradas no leitor: · Tema do texto; · Conteúdo temático do texto; · Elementos composicionais do gênero; · Propriedades estilísticas do gênero; · Aceitabilidade do texto; · Finalidade do texto; · Informatividade do texto; · Intencionalidade do texto; · Situacionalidade do texto; · Papel do locutor e interlocutor; · Conhecimento de mundo · Temporalidade; · Referência textual.

Fatores de textualidade centradas no texto:

· Intertextualidade;

· Partículas conectivas básicas do texto;

· Vozes do discurso: direto e indireto;

· Léxico: emprego de repetições, conotação, denotação, polissemia, formação das palavras, figuras de linguagem;

· Emprego de palavras e/ou expressões com mensagens implícitas e explicitas;

· Marcas lingüísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, figuras de linguagem, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);

· Acentuação gráfica;

· Ortografia;

· Concordância verbal e nominal.

CONTEÚDOS BÁSICOS – P 2

ESFERA SOCIAL DE CIRCULAÇÃO E SEUS GÊNEROS TEXTUAIS

Esfera cotidiana de circulação:	**Esfera publicitária de circulação**:	**Esfera produção de circulação**:	**Esfera jornalística de circulação**:
Comunicado	Anúncio**	Instrução de montagem	Artigo de opinião
Curriculum Vitae	Comercial para televisão*	Instrução de uso	Boletim do

Exposição oral* Ficha de inscrição Lista de compras Piada** Telefonema*	*Folder* Inscrições em muro Propaganda** Publicidade Institucional **Slogan**	Manual técnico Regulamento	tempo** Carta do leitor Entrevista** Notícia** Obituário Reportagem**
Esfera jurídica de circulação: Boletim de ocorrência Contrato Lei Ofício Procuração Requerimento	**Esfera escolar de circulação**: Aula em vídeo* Ata de reunião Exposição oral Palestra* Resenha Texto de opinião	**Esfera literária de circulação**: Contação de história* Conto Peça de teatro* Romance Sarau de poema*	**Esfera midiática de circulação**: Aula virtual Conversação *chat* Correio eletrônico (*e-mail*) Mensagem de texto (SMS) Videoclipe*

* Embora apresentados oralmente, dependem da escrita para existir.

** Gêneros textuais com características das modalidades escrita e oral de uso da língua.

PRÁTICA DISCURSIVA: Oralidade
Fatores de textualidade centradas no leitor: · Tema do texto;

· Aceitabilidade do texto; · Finalidade do texto; · Informatividade do texto; · Intencionalidade do texto; · Situacionalidade do texto; · Papel do locutor e interlocutor; · Conhecimento de mundo; · Elementos extralingüísticos: entonação, pausas, gestos; · Adequação do discurso ao gênero; · Turnos de fala; · Variações lingüísticas. **Fatores de textualidade centradas no texto**: · Marcas lingüísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, recursos semânticos; · Adequação da fala ao contexto (uso de distintivos formais e informais como conectivos, gírias, expressões, repetições); · Diferenças e semelhanças entre o discurso oral ou escrito.

PRÁTICA DISCURSIVA: Leitura
Fatores de textualidade centradas no leitor: · Tema do texto;

· Conteúdo temático do texto;

· Elementos composicionais do gênero;

· Propriedades estilísticas do gênero;

· Aceitabilidade do texto;

· Finalidade do texto;

· Informatividade do texto;

· Intencionalidade do texto;

· Situacionalidade do texto;

· Papel do locutor e interlocutor;

· Conhecimento de mundo;

· Temporalidade;

· Referência textual.

Fatores de textualidade centradas no texto:

· Intertextualidade;

· Léxico: repetição, conotação, denotação, polissemia;

· Marcas lingüísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, figuras de linguagem, recursos gráficos (aspas, travessão, negrito);

· Partículas conectivas básicas do texto;

· Elementos textuais: levantamento lexical de palavras italicizadas, negritadas, sublinhadas, números, substantivos próprios;

· Interpretação da rede de relações semânticas existentes entre itens lexicais recorrentes no título, subtítulo, legendas e textos.

PRÁTICA DISCURSIVA: Escrita
Fatores de textualidade centradas no leitor: · Tema do texto; · Conteúdo temático do texto; · Elementos composicionais do gênero; · Propriedades estilísticas do gênero; · Aceitabilidade do texto; · Finalidade do texto; · Informatividade do texto; · Intencionalidade do texto; · Situacionalidade do texto; · Papel do locutor e interlocutor; · Conhecimento de mundo; · Temporalidade; · Referência textual. **Fatores de textualidade centradas no texto**: · Intertextualidade; · Partículas conectivas básicas do texto; · Vozes do discurso: direto e indireto; · Léxico: emprego de repetições, conotação, denotação, polissemia, formação das palavras, figuras de linguagem;

· Emprego de palavras e/ou expressões com mensagens implícitas e explicitas; · Marcas lingüísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, figuras de linguagem, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); · Acentuação gráfica; · Ortografia; · Concordância verbal e nominal.

METODOLOGIA

O trabalho com a Língua Estrangeira em sala de aula parte do entendimento do papel das línguas nas sociedades como mais do que meros instrumentos de acesso à informação: as línguas estrangeiras são possibilidades de conhecer, expressar e transformar modos de entender o mundo e de construir significados.

A sala de aula é lugar da criação pedagógica do professor, onde os conteúdos receberão abordagens contextualizadas histórica, social e politicamente, de modo que façam sentido para os alunos nas diversas realidades regionais, culturais e econômicas, contribuindo com sua formação cidadã.

Nas aulas de Língua Espanhola o aspecto cultural deverá caracterizar-se como prática e hábito no processo de aquisição de uma LEM, pois segundo Giovannini (1996) citado por Woginski (2004, s/p), “uma língua desvinculada de sua cultura converte-se em um instrumento estéril e carente de significados.” Portanto, ensinar os elementos culturais que regem uma língua e esses articulados aos próprios elementos lingüísticos dessa língua favorecem além da língua, também a aquisição do modo de viver daqueles que a falam.

O professor deverá buscar diversas formas de metodologias para desenvolver seu trabalho, tendo como instrumento a seu favor o uso da tecnologia, que faz parte do dia a dia da maioria das pessoas, trazendo novas formas de pensar, sentir e agir. O uso de novas tecnologias possibilita a inserção dos educando na sociedade, ampliando sua leitura de mundo e possibilitando sua ação critica e transformadora, compreendida como uma ação de se fazer educação contextualizada com as questões sociais e suas contradições, visando o desenvolvimento integral do ser humano. O professor poderá utilizar outros encaminhamentos metodológicos, tais como: organizar apresentações de textos produzidos pelos alunos; orientar sobre o contexto social de uso do gênero oral trabalhado; propor reflexões sobre os argumentos utilizados nas exposições orais dos alunos; estimular a expressão oral (contação de histórias), comentários, opiniões sobre os diferentes gêneros trabalhados, utilizando-se dos recursos extralingüísticos, como: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas e outros; planejar a produção textual

No que se refere a Lei 11645/08/ Lei nº 11645, de 10 Março de 2008, sobre à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros, os conteúdos serão contemplados, nas aulas de Língua Espanhola, através de leitura e interpretação de diversos gêneros textuais, debates, pesquisas, entre outros.

A aula de Língua Espanhola deve ser um espaço em que se desenvolvam atividades significativas, as quais explorem diferentes recursos e fontes, a fim de que o aluno vincule o que é estudado com o que o cerca.

AVALIAÇÃO

A avaliação, enquanto relação dialógica concebe o conhecimento como apropriação do saber pelo aluno e pelo professor, como um processo de ação-reflexão-ação, que se passa na sala de aula através da interação professor/aluno carregado de significados e de compreensão. Assim, tanto o professor quanto os alunos poderão acompanhar o percurso desenvolvido até

então, e identificar dificuldades, planejar e propor outros encaminhamentos que busquem superá-las, pois, o processo avaliativo não se limita apenas à sala de aula.

A avaliação do rendimento escolar deve seguir uma estrutura ampla e contínua no sentido de revelar o aproveitamento e o grau de desenvolvimento atingido pelo aluno. Neste sentido ela deverá proporcionar ao aluno a possibilidade de fazer uma síntese das experiências educacionais vivenciadas e possibilitar através de registro de dados, a identificação das dificuldades e deficiências do aluno no processo de aprendizagem. Assim o professor poderá retomar o seu planejamento e fazer as alterações necessárias às retomadas de conteúdos com novas estratégias e metodologias.

A avaliação deve ser contínua, cumulativa e processual, sendo parte integrante do processo ensino aprendizagem deve refletir o desenvolvimento global do educando, utilizando-se de instrumentos diversificados para aferição do rendimento escolar, tais como:

a) Avaliação de Aprendizagem Escrita - com referência aos conteúdos básicos da disciplina de LEM;

b) Avaliação de Aprendizagem Oral - conhecimento da forma da Língua de estudo, bem como o conhecimento e a valorização das variadas lingüísticas escolhas, estilos, criatividade e variação da língua) a partir dos conteúdos básicos da disciplina de LEM;

c) Atividades Avaliativas - trabalhos escritos e/ou orais desenvolvidos individualmente e/ou em grupos como recurso para a fixação dos conteúdos básicos da disciplina de LEM;

d) Atividade Extraclasse - trabalhos de pesquisa, exercícios de caráter prático, materiais de apoio e projetos interculturais resultantes dos conteúdos básicos da disciplina de LEM, objetivando a complementação dos estudos da língua-alvo e de acordo como o plano de Trabalho Docente.

Ao final das avaliações de aprendizagem (escrita e oral), bem como das atividades avaliativas, das atividades extraclasse e das atividades de recuperação de estudos de cada bimestre, será atribuída uma média bimestral, e posteriormente, uma média anual a cada aluno.

A recuperação de estudos é direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos e dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo ensino e aprendizagem. Será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados anotados em Livro Registro de Classe.

Conforme a instrução Normativa nº 019/2008 de 31 de outubro de 2008,

> A avaliação de aprendizagem terá os registros de notas expressos em uma escala de 0,0 (zero virgula zero) a 10,0 (dez virgula zero), (...) O aluno do CELEM que apresentarem freqüência mínima de 75% do total de horas letivas e a média anual igual ou superior a 6,0 (seis virgula zero) ao final do ano letivo será considerado aprovado (SUED/ SEED, 2008, P.5).

Salienta-se que ao estabelecer critérios para a avaliação,

> a seleção de conteúdos, os encaminhamentos metodológicos e a clareza dos critérios de avaliação elucidam a intencionalidade do ensino, enquanto a diversidade de instrumentos e técnicas de avaliação possibilita aos estudantes variadas oportunidades e maneiras de expressar seu conhecimento (DCE, 2008, p.33)

Quanto aos **critérios de avaliação em oralidade**, espera-se que o aluno:

Utilize o discurso de acordo com a situação de produção (formal e/ou informal);

Apresente suas idéias com clareza, coerência;

Utilize adequadamente entonação, pausas, gestos;

Organize a seqüência de sua fala;

Respeite os turnos de fala;

Explore a oralidade, em adequação ao gênero proposto;

Exponha seus argumentos;

Compreenda os argumentos no discurso do outro;

Participe ativamente dos diálogos, relatos, discussões (quando necessário em língua materna);

Utilize expressões faciais corporais e gestuais, pausas e entonação nas exposições orais, entre outros elementos extralingüísticos que julgar necessário.

Quanto aos **critérios de avaliação em leitura**, espera-se que o aluno:

Realize leitura compreensiva do texto;

Identifique o conteúdo temático;

Identifique a idéia principal do texto;

Deduza os sentidos das palavras e/ou expressões a partir do contexto;

Perceba o ambiente (suporte) no qual circula o gênero textual;

Compreenda as diferenças decorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo;

Analise as intenções do autor;

Identifique e reflita sobre as vozes sociais presentes no texto;

Faça o reconhecimento de palavras e/ou expressões que estabelecem a referência textual;

Amplie seu léxico, bem como as estruturas da língua (aspectos gramaticais) e elementos culturais.

Quanto aos **critérios de avaliação na produção escrita**, espera-se que o aluno:

Expresse as idéias com clareza;

Elabore e re-elabore textos de acordo com o encaminhamento do professor, atendendo:

- às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade);
- à continuidade temática;

Diferencie o contexto de uso da linguagem formal e informal

Use recursos textuais como: coesão e coerência, informatividade, etc.;

Utilize adequadamente recursos lingüísticos como: pontuação, uso e função do artigo, pronome, numeral, substantivo, adjetivo, advérbio, etc.;

Empregue palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, em conformidade com o gênero proposto;

Use apropriadamente elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos atrelados aos gêneros trabalhados;

Reconheça palavras e/ou expressões que estabelecem a referência textual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PARANÁ. Secretaria e Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica. Língua Estrangeira Moderna.** Curitiba, 2008 88 p. Disponível em: http://www.diadiaeducacão.pr.gov.br/diad/diaadia/aquivo/file/diretrizes_2009/em .pdf>Acesso em 01 fev. 2009.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Instrução normativa nº 019/2008. Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM).** Curitiba, 2008 22 p. Disponível em <htpp://www.diaadia.pr.gov.br/sued/arquivos/file/instrução_2008/Instrução_019_ CELEM.pdf>Acesso em: 01 fev. 2009

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência da Educação **Resolução nº 3904/2008. Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM).** Curitiba, 2008. 01 p.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Livro Didático Público: Língua Estrangeira Moderna: Espanhol e Inglês.** 2. ed. Curitiba: SEED-PR, 2006. 256 p.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. **Educando para as Relações Etnico-Raciais II** – Curitiba:SEED-PR., 2008. – 208p. –(Cadernos Temáticos dos Desafios Educacionais Contemporâneos, 5).

WOGINSKI, G. R. **Gêneros textuais e didatização de gêneros: reflexões sobre as dimensões das propostas didáticas no ensino e aprendizagem da línguas estrangeiras.** In: Anais. 8º Encontro de Iniciação Científica e 8º Mostra de Pós-Graduação. Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras (FAFIUV). União da Vitória (PR): Meio magnétcio (CD-ROOM), 2006. P. 56-66.

9. MATRIZES CURRICULARES

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NRE: METROPOLITANA SUL	**MUNICÍPIO: Nº 764 NOME: FAZENDA RIO GRANDE**

ESTABELECIMENTO: Nº 67 NOME E OFERTA DE ENSINO - C. E. DR. DÉCIO DOSSI - EFMP ENDEREÇO COMPLETO: RUA LARGO DA AMOREIRA, 65 - EUCALIPTOS - FAZENDA RIO GRANDE - PR - FONE: 41 - 3604-3734
ENTIDADE MANTENEDORA: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CURSO - 4000 - ENSINO FUNDAMENTAL TURNO: MANHÃ
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2010 - Forma - Simultânea
MÓDULO: 40 SEMANAS

	DISCIPLINAS	**SÉRIES**			
		5ª	**6ª**	**7ª**	**8ª**
BASE NACIONAL COMUM	ARTES	2	2	2	2
	CIÊNCIAS	3	3	3	4
	EDUCAÇÃO FÍSICA	3	3	3	3
	ENSINO RELIGIOSO	*1	*1		
	GEOGRAFIA	3	3	3	3
	HISTÓRIA	3	3	4	3
	LÍNGUA PORTUGUESA	4	4	4	4
	MATEMÁTICA	4	4	4	4
	SUB-TOTAL	**22**	**22**	**23**	**23**
Parte Diversificada	LEM - INGLÊS	2	2	2	2
	SUB-TOTAL	25	25	25	25
	TOTAL GERAL	**25**	**25**	**25**	**25**
	TOTAL CARGA HORÁRIA - hora-aula				

*Ensino Religioso de oferta obrigatória e matrícula facultativa, não computada na carga horária total.

Fazenda Rio Grande, 11 de Dezembro de 2009

Assinatura Direção

Análise Infra Estrutura NRE
Assinatura e carimbo

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NRE: METROPOLITANA SUL | **MUNICÍPIO: Nº 764 NOME: FAZENDA RIO GRANDE**

ESTABELECIMENTO: Nº 67 NOME E OFERTA DE ENSINO - C. E. DR. DÉCIO DOSSI - EFMP ENDEREÇO COMPLETO: RUA LARGO DA AMOREIRA, 65 - EUCALIPTOS - FAZENDA RIO GRANDE - PR - FONE: 41 - 3604-3734
ENTIDADE MANTENEDORA: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CURSO - 4000 - ENSINO FUNDAMENTAL TURNO: TARDE
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2010 - Forma - Simultânea
MÓDULO: 40 SEMANAS

	DISCIPLINAS	SÉRIES 5ª	6ª	7ª	8ª
BASE NACIONAL COMUM	ARTES	2	2	2	2
	CIÊNCIAS	3	3	3	4
	EDUCAÇÃO FÍSICA	3	3	3	3
	ENSINO RELIGIOSO	*1	*1		
	GEOGRAFIA	3	3	3	3
	HISTÓRIA	3	3	4	3
	LÍNGUA PORTUGUESA	4	4	4	4
	MATEMÁTICA	4	4	4	4
	SUB-TOTAL	**22**	**22**	**23**	**23**
Parte Diversificada	LEM - INGLÊS	2	2	2	2
	SUB-TOTAL	25	25	25	25
	TOTAL GERAL	**25**	**25**	**25**	**25**
	TOTAL CARGA HORÁRIA - hora-aula				

*Ensino Religioso de oferta obrigatória e matrícula facultativa, não computada na carga horária total

Fazenda Rio Grande, 11 de Dezembro de 2009

Assinatura Direção

Análise Infra Estrutura NRE
Assinatura e carimbo

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NRE: METROPOLITANA SUL	**MUNICÍPIO: Nº 764 NOME: FAZENDA RIO GRANDE**

ESTABELECIMENTO: Nº 67 NOME E OFERTA DE ENSINO - C. E. DR. DÉCIO DOSSI - EFMP ENDEREÇO COMPLETO: RUA LARGO DA AMOREIRA, 65 - EUCALIPTOS - FAZENDA RIO GRANDE - PR - FONE: 41 - 3604-3734
ENTIDADE MANTENEDORA: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CURSO - 4000 - ENSINO FUNDAMENTAL TURNO: NOITE
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2010 - Forma - Simultânea
MÓDULO: 40 SEMANAS

	DISCIPLINAS	**SÉRIES**			
		5ª	**6ª**	**7ª**	**8ª**
BASE NACIONAL COMUM	ARTES	2	2	2	2
	CIÊNCIAS	3	3	3	3
	EDUCAÇÃO FÍSICA	3	3	3	3
	ENSINO RELIGIOSO	*1	*1		
	GEOGRAFIA	4	3	4	3
	HISTÓRIA	3	4	3	4
	LÍNGUA PORTUGUESA	4	4	4	4
	MATEMÁTICA	4	4	4	4
	SUB-TOTAL	**22**	**22**	**23**	**23**
Parte Diversificada	LEM - INGLÊS	2	2	2	2
	SUB-TOTAL	26	26	25	25
	TOTAL GERAL	**26**	**26**	**25**	**25**
	TOTAL CARGA HORÁRIA - hora-aula				

*Ensino Religioso de oferta obrigatória e matrícula facultativa, não computada na carga horária total.

Fazenda Rio Grande, 11 de Dezembro de 2009

Assinatura Direção

Análise Infra Estrutura NRE
Assinatura e carimbo

MATRIZ CURRICULAR PARA O ENSINO TÉCNICO EM SEG. TRABALHO SUBS

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NRE: 03 -METROPOLITANA SUL Município : FAZ RIO GRANDE

ESTABELECIMENTO: 67 - DECIO DOSSI, C E DR - E FUND MEDIO PROF

ENDEREÇO: RUA LARGO DA AMOREIRA, 65 – EUCALIPTOS – FAZ. RIO GRANDE – CEP: 83.820-515

FONE: (41) 3604-3734

ENTIDADE MANTENEDORA: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CURSO: TEC. EM SEG. DO TRAB-SUBS ET ASS TURNO: NOITE

ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2010 SEMESTRAL

	DISCIPLINA	1º	2º	3º
1	ADMINISTRACAO EM SEG DO TRABAL (2064)	3	0	0
2	COMUNICACAO E ED EM SEG DO TRA (2065)	2	2	0
3	DESENHO ARQUIT EM SEG DO TRABA (2066)	2	0	0
4	DOENCAS OCUPACIONAIS (4032)	0	3	0
5	ERGONOMIA (4140)	0	0	4
6	FUNDAMENTOS DO TRABALHO (3514)	2	0	0
7	HIGIENE DO TRABALHO (849)	2	2	2
8	INFORMATICA EM SEG DO TRABALHO (2067)	3	0	0
9	LEGISLACAO EM SEG DO TRABALHO (2068)	2	3	2
10	PREV.E CONT.RISCOS E PERDAS (4226)	0	3	0
11	PREVENCAO A SINISTROS COM FOGO (2069)	0	0	4
12	PRIMEIROS SOCORROS (3255)	3	0	0
13	PROCESSO INDUSTRIA E SEGURANCA (2070)	0	4	0
14	PROGRAMAS DE CONTROLE E MONITO (2071)	0	0	4
15	PSICOLOGIA DO TRABALHO (2115)	2	0	0
16	SAUDE DO TRABALHADOR (2072)	0	0	3
17	SEGURANCA DO TRABALHO (926)	4	4	4
18	TEC DE UTILIZACAO DE EQUI MEDI (2073)	0	4	2
19	ESTAGIO PROF.SUPERVISIONADO (4446)	0	5	5
	Total C.H. Semanal	25	30	30

Matriz Curricular de acordo com a LDB nº 9394/96

Fazenda Rio Grande, 13 de janeiro de 2010

_____

Simone Maneira

Direção Geral

MATRIZ CURRICULAR PARA O ENSINO TÉCNICO EM SEG. TRABALHO SUBS

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NRE: 03 -METROPOLITANA SUL Município : FAZ RIO GRANDE
ESTABELECIMENTO: 67 - DECIO DOSSI, C E DR - E FUND MEDIO PROF
ENDEREÇO: RUA LARGO DA AMOREIRA, 65 – EUCALIPTOS – FAZ. RIO GRANDE – CEP: 83.820-515
FONE: (41) 3604-3734
ENTIDADE MANTENEDORA: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CURSO: TEC. EM SEG. DO TRAB-PROEJA ET TURNO: NOITE
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2010 SEMESTRAL

		1º	2º	3º	4º	5º	6º
1	ARTE (704)	2	2	0	0	0	0
2	BIOLOGIA (1001)	2	2	2	0	0	0
3	EDUCACAO FISICA (601)	2	2	0	0	0	0
4	FILOSOFIA (2201)	0	0	0	0	2	2
5	FISICA (901)	0	0	0	3	2	2
6	GEOGRAFIA (401)	0	0	0	0	2	2
7	HISTORIA (501)	0	0	2	2	0	0
8	LINGUA PORT. E LITERATURA (104)	2	2	2	2	2	2
9	MATEMATICA (201)	2	2	2	2	2	2
10	QUIMICA (801)	3	2	2	0	0	0
11	SOCIOLOGIA (2301)	2	2	0	0	0	0
12	L.E.M.-INGLES (1107)	0	0	0	0	2	2
13	DESENHO ARQUIT EM SEG DO TRABA (2066)	0	0	2	2	0	0
14	FUNDAMENTOS DE SEG DO TRABALHO (4357)	3	3	0	0	0	0
15	HIGIENE DO TRABALHO (849)	2	2	2	2	0	0
16	LEGISL.NORMAS EM SEG.TRABALHO (4223)	0	0	2	2	2	2
17	NOCOES DE ADMINISTRACAO (4224)	2	3	0	0	0	0
18	PREV.E CONT.RISCOS E PERDAS (4226)	0	0	2	2	2	2
19	PROCESSO INDUSTRIA E SEGURANCA (2070)	0	0	2	3	0	0
20	SEGURANCA DO TRABALHO (4014)	3	3	4	4	4	4
21	UTILIZACAO DE EQ.DE MEDICAO (4228)	0	0	0	0	3	3
22	ESTAGIO PROF.SUPERVISIONADO (4446)	0	0	0	2	2	2
	Total C.H. Semanal	25	25	24	26	25	0

Matriz Curricular de acordo com a LDB nº 9394/96

Fazenda Rio Grande, 13 de janeiro de 2010

_____

Simone Maneira
Direção Geral

10. CALENDÁRIO ESCOLAR

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO ESTADUAL DR. DÉCIO DOSSI - EFMP
CALENDÁRIO ESCOLAR – 2011

Janeiro

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

1 Dia Mundial da Paz

Fevereiro

D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28					

18 dias

Março

D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

20 dias

7 e 8 Carnaval

Abril

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

18 dias

21 Tiradentes
22 Paixão

Maio

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

22 dias

1 Dia do Trabalho

Junho

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

20 dias

23 Corpus Christi

Julho

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

3 dias

8 dias

Agosto

D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

23 dias

Setembro

D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

21 dias

7 Independência

Outubro

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

18 dias

12 N. S. Aparecida
15 Dia do Professor

Novembro

D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			

19 dias

2 Finados
15 Proclamação da República
20 **Dia Nacional da Consciência Negra**

Dezembro

D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

11 dias

19 Emancipação Política do PR
25 Natal

Dias letivos	
1º Semestre	101 dias
2º Semestre	100 dias
Subtotal	201 dias
Complementação	05 dias
Total	206 dia

Conselho de Classe	
1º Bimestre	29/abr
2º Bimestre	6/jul
3º Bimestre	03 e 04/10
4º Bimestre	16/dez

Períodos Bimestrais	
1º BIM.	03/02 à 28/04
2º BIM.	02/05 à 05/07
3º BIM.	20/07 à 30/09
4º BIM.	05/10 à 15/12
Período Sem.TST PROEJA	
1º SEM.	03/02 à 05/07
2º SEM.	20/07 à 15/12

	Início/Término
	Planejamento e Replanejamento
	Férias
	Recesso
	Formação Continuada

	Reunião Ped. (aula noite)
	Sem. Cultural
	Cons. Classe
	InícioTer.Bim
	CELEM

Compl. Carga Horária	
	Festa Popular
	Noite da poesia
	Festa da Primavera
	Festa de Mitos Lenda
	Mostra do Conhecim.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J.M. – Organização, gestão e projeto educativo das escolas. Porto; Edições asa, 1992.

MACHADO, A. B. Reflexões sobre a organização do processo de trabalho na escola. In: Educação em Revista nº9. Belo Horizonte:1989.

RIOS, T. Significados e Pressupostos do Projeto Pedagógico. In série Idéias. São Paulo. FDE, 1982

VEIGA. J.P.A – Projeto Político Pedagógico – Uma construção Coletiva. Papiros Editora. 11ª ed. São Paulo:1999.

BRASIL. LDB – LEI 9394/96 Diretrizes e Bases da educação Nacional.

FREIRE, P. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GHIRALDELLI JR., P. História da educação. São Paulo: Cortez, 1991.

HOFFMANN, J. M. L. Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista. Educação e Realidade, Porto Alegre, 1991.

MOREIRA, M. A. Aprendizagem significativa. Brasília: UnB, 1999.

VYGOSTKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991a.

_____. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1991b.
WILSON, E. O. Biodiversidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GASPARIN, J. L. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. Campinas:

Autores Associados, 2002.

HOFFMANN, J. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à

universidade. Porto Alegre: Mediação, 1993. 20ª Edição revista, 2003.

LOVO, A. M. R. Filosofia e educação: o conhecimento em sua dimensão evolutiva.

Curitiba: Qualogic, 2000. SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 1997.

VASCONCELOS, C. dos S. Construção do conhecimento em sala de aula. São Paulo: Libertad - Centro de Formação e Assessoria Pedagógica, 1993.

SAVIANI, Dermeval. História das idéias pedagógicas no Brasil. São Paulo: AutoresAssociados, 2007.

LOPES, A. C. Conhecimento escolar: ciência e cotidiano. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

SAVIANI, D. Escola e Democracia. São Paulo: Cortez, 1991.

BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1988.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 1995.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989a.

PARANÁ. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Paraná:SEED, 2006.

SACRISTÀN, J. Gimeno. Escolarização e Cultura: A Dupla determinação.In:SILVA, L.H. et all. Novos Mapas Culturais Novas Perspectivas educacionais. Porto Alegre: Sulina,